



Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais

MP

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Gestão Pública

TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

59

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão

Miriam Belchior

Secretaria de Gestão Pública

Ana Lúcia Amorim de Brito

Departamento de Gestão dos Sistemas e Informações das Estruturas e da Força de Trabalho

Mauro Henrique Macedo Pessoa

Coordenação-Geral de Gestão da Informação

Edi Damasceno Maciel

Coordenação de Informações

Paulo César Caserta da Cunha Vasconcellos

Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais será publicada sempre que houver qualquer alteração nos Cargos/Carreiras. Elaborado pela Coordenação de Informações da Coordenação-Geral de Gestão da Informação do Departamento de Gestão dos Sistemas e Informações das Estruturas e da Força de Trabalho da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP

Equipe Técnica

Carlos Henrique Marques da Silva
Glória Nunes da Silva
Maria Cleudimar Rodrigues da Silva
Maria Vilani Maia de Freitas
Paulo César Caserta da Cunha Vasconcellos

Edição e Montagens Gráficas

Maria Vilani Maia de Freitas

Home Page: www.servidor.gov.br/publicacao/index.htm

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Esplanada dos Ministérios bloco K, 4º andar
Telefone: (61) 2020-5350
70.040-906 - Brasília - DF

Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais, v. 59, Julho de 2.012
Brasília, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Periodicidade - irregular
588p.
1. Remuneração - Periódicos. I. Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Gestão Pública CDD 351.12

APRESENTAÇÃO

Visando facilitar consultas relativas à remuneração dos Servidores Públicos Federais Civis do Poder Executivo divulgamos, a seguir, as Tabelas de Remuneração e Subsídios atribuídas aos cargos e/ou carreiras.

A remuneração dos Servidores Públicos Federais do Poder Executivo é constituída de vencimento básico, gratificações, adicionais (art. 40 e 49 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990) e outras parcelas. Nesta Tabela de Remuneração não constam os adicionais uma vez que esta vantagem é inerente ao servidor.

Para facilitar a compreensão apresentamos alguns conceitos:

Classe/Padrão: é a forma como estão estruturados os Cargos/Carreiras, onde a classe corresponde ao conjunto de padrões e a cada padrão corresponde um valor da estrutura remuneratória.

Vencimento Básico: a retribuição a que se refere o art. 40 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, devida pelo efetivo exercício do cargo, para os servidores civis por ela regidos (item I do art. 1º da Lei nº 8.852 de 04 de fevereiro de 1994).

Gratificações: são parcelas da estrutura remuneratória, podem ser de valor fixo ou variável, encontra-se detalhadas ao longo do caderno.

Vencimentos: a soma do vencimento básico com as vantagens permanentes relativas ao cargo, emprego, posto ou graduação (item II do art. 1º da Lei nº 8.852 de 04.02.1994)

Remuneração: a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a prevista no art. 62 da Lei nº 8.112, de 1990 (item II do art. 1º da Lei 8.852 de 04 de fevereiro de 1994).

Subsídio: remuneração fixada em parcela única. (§ 4º, do artigo 39, da Constituição Federal)

Posição: esta informação refere-se ao mês/ano em que a tabela entrou em vigor.

Esclarecemos que as informações contidas na Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais tiveram como base a legislação em vigor. Os dados nas referidas tabelas serão corrigidos e o caderno reeditado sempre que houver qualquer alteração.

Esta Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais está disponível para consulta e impressão na Home Page do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MP, endereço eletrônico (www.planejamento.gov.br) e no site servidor (www.servidor.gov.br) no link Publicações

SUMÁRIO

I - SUBSÍDIO

01. Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Oficial de Inteligência - NS	24
Oficial Técnico de Inteligência - NS	26
Agente de Inteligência - NI	28
Agente Técnico de Inteligência - NI	30

02. Área Jurídica

Advogado da União - NS	32
Defensor Público da União - NS	34
Procurador da Fazenda Nacional - NS	36
Procurador Federal - NS	38
Quadros Suplementares da Advocacia-Geral da União - NS	40

03. Auditoria Federal

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - NS	42
Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil - NS	44
Auditor-Fiscal do Trabalho - NS	46

04. Banco Central do Brasil

Analista do Banco Central do Brasil - NS	48
Procurador do Banco Central do Brasil - NS	50
Técnico do Banco Central do Brasil - NI	52

05. Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Analista da CVM - NS	54
Inspetor da CVM - NS	54

06. DIPLOMACIA

Diplomata - NS	56
----------------------	----

07. Grupo Gestão

Analista de Finanças e Controle - NS.....	58
Analista de Planejamento e Orçamento - NS	58
Analista de Comércio Exterior - NS	58
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - NS	58
Técnico de Finanças e Controle - Carreira de Finanças e Controle	60
Técnico de Planejamento e Orçamento - Carreira de Planejamento e Orçamento	60

08. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA - NS	62
-------------------------------------------------------	----

09. Polícia Federal

Delegado de Polícia Federal - NS	64
Perito Criminal Federal - NS	64
Agente de Polícia Federal	66
Escrivão de Polícia Federal	66
Papiloscopista Policial Federal	66

10. Polícia Rodoviária

Policial Rodoviário Federal - NI	68
----------------------------------------	----

11. Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

Analista Técnico da SUSEP - NS	70
--------------------------------------	----

II - CARREIRAS E CARGOS

12. Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Instrutor de Informações do Grupo informações - ABIN - NS	72
Cargos de Nível Superior do Grupo de Informações da ABIN - (exceto Cargo Instrutor de Informações) - NS	72
Monitor de Informações do Grupo Informações da ABIN - NI	74
Cargos de Nível Intermediário do Grupo de Informações da ABIN - (exceto Cargo Monitor de Informações) - NI	74
Cargos de Nível Superior do Grupo Apoio da ABIN - NS	76
Cargos de Nível Intermediário do Grupo Apoio da ABIN - NI	78
Cargos de Nível Auxiliar do Grupo Apoio da ABIN - NA	80

13. Agências Reguladoras - (ANA - ANAC - ANEEL - ANSS - ANATEL - ANTAQ - ANTT - ANVISA - ANCINE - ANP)

ANA - Agência Nacional de Água

Especialista em Geoprocessamento - ANA - NS	82
Especialista em Recursos Hídricos - ANA - NS	82
Analista Administrativo - ANA - NS	84
Técnico Administrativo - ANA - NI	90

ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil

Especialista em Regulação de Aviação Civil - ANAC - NS	86
Técnico em Regulação de Aviação Civil - ANAC - NI	88
Analista Administrativo - ANAC - NS	84
Técnico Administrativo - ANAC - NI	90

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia - ANEEL - NS	86
Analista Administrativo - ANEEL - NS	84
Técnico Administrativo - ANEEL - NI	90

ANSS - Agência Nacional de Saúde Suplementar

Especialista em Regulação de Saúde Suplementar - ANSS - NS	86
Técnico em Regulação de Saúde Suplementar - ANSS - NI	88
Analista Administrativo - ANSS - NS	84
Técnico Administrativo - ANSS - NI	90

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações - ANATEL - NS	86
Técnico em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações - ANATEL - NI	88
Analista Administrativo - ANATEL - NS	84
Técnico Administrativo - ANATEL - NI	90

ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários - ANTAQ - NS	86
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários - ANTAQ - NI	88
Analista Administrativo - ANTAQ - NS	84
Técnico Administrativo - ANTAQ - NI	90

ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres

Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres - ANTT - NS	86
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres - ANTT - NI	88
Analista Administrativo - ANTT - NS	84
Técnico Administrativo - ANTT - NI	90

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária - ANVISA - NS	86
Técnico em Regulação e Vigilância Sanitária - ANVISA - NI	88
Analista Administrativo - ANVISA - NS	84
Técnico Administrativo - ANVISA - NI	90

ANVISA - Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Médico 20 h do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - NS	92
Médico 40 h do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - NS	92
Cargos de Nível Superior (exceto Médico) do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - NS	94
Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - NI	96
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - NA	98

ANCINE - Agência Nacional do Cinema

Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual - ANCINE - NS	86
Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual - ANCINE - NI	88
Analista Administrativo - ANCINE - NS	84
Técnico Administrativo - ANCINE - NI	90

ANP- Agência Nacional do Petróleo

Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo, Álcool Combustível e Gás Natural - ANP - NS	86
Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados e Gás Natural - ANP - NS	86
Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural - ANP - NI	88
Analista Administrativo - ANP - NS	84
Técnico Administrativo - ANP - NI	90

Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras (ANA - ANAC - ANEEL - ANSS - ANATEL - ANTAQ - ANTT - ANCINE - ANP)

Médico de 20 h do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras art 31 da Lei nº 11.357/2006 - NS	100
Médico de 40 h do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras art 31 da Lei nº 11.357/2006 - NS	100
Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras art 31 da Lei nº 11.357/2006 - NS	102
Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras art 31 da Lei nº 11.357/2006 - NI	104
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras art 31 da Lei nº 11.357/2006 - NA	106

14. Cargos Específicos

Arquiteto - integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010- NS	108
Economista - integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010 - NS	108
Engenheiro - integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010 - NS	108
Estatístico - integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010 - NS	108
Geólogo - integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010 - NS	108

15. Ciência e Tecnologia

Pesquisador da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia - NS	110
Analista em Ciência e Tecnologia - NS	112
Tecnologista da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico - NS	112
Assistente em Ciência e Tecnologia - NI	114
Técnico da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico - NI	114
Auxiliar em Ciência e Tecnologia - NA	116
Auxiliar Técnico da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico - NA	116

16. Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Cargos de Nível Superior integrantes do Quadro Suplementar da CVM (§ 5º do art. 87 da MP 440/2008) - NS	118
Agente Executivo da CVM - NI	120
Auxiliar de Serviços Gerais da CVM - NI	122

17. Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS

Cargos de Nível Superior em efetivo exercício no DENASUS do MS - NS	124
Cargos de Nível Intermediário em efetivo exercício no DENASUS do MS - NI	126
Cargos de Nível Auxiliar em efetivo exercício no DENASUS do MS- NA	128

18. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

Analista Administrativo - DNIT - NS.....	130
Analista de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT - NS	132
Técnico Administrativo - DNIT - NI	134
Técnico de Suporte em Infra-Estrutura de Transportes - DNIT - NI	136
Médico do Plano Especial de Cargos do DNIT, de que trata o art. 3º da Lei nº 11.171/2005 - 20 h - NS.....	138
Médico do Plano Especial de Cargos do DNIT, de que trata o art. 3º da Lei nº 11.171/2005 - 40 h - NS.....	138
Cargos de Nível Superior não referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005 - DNIT - NS	140
Cargos de Nível Intermediário não referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005 - DNIT - NI	142
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNIT - NA	144
Arquiteto (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NS	146
Economista (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NS	146
Engenheiro (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NS	146
Engenheiro Agrônomo (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NS	146
Engenheiro de Operações (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NS	146
Estatístico (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NS	146
Geólogo (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NS	146
Agente de Serviços de Engenharia (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NI	148
Técnico de Estradas (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005 DNIT) - NI	148
Tecnologista (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005 DNIT) - NI	148

19. Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

Analista Administrativo - DNPM - NS	150
Especialista em Recursos Minerais - DNPM - NS	152
Técnico em Atividades de Mineração - DNPM - NI	154
Técnico Administrativo - DNPM - NI	156
Economista (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NS	158
Engenheiro (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NS	158
Geógrafo (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NS	158
Geólogo (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NS	158
Pesquisador em Ciências Exatas e da Natureza (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NS	158
Químico (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NS	158
Desenhista (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NI	160
Técnico em Cartografia (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NI	160
Técnico de Recursos Minerais (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NI	160
Cargos Nível Superior previstos no art. 3º da Lei nº 11.046/2004 - DNPM - NS	162
Cargos Nível Intermediário previstos no art. 3º da Lei nº 11.046/2004 - DNPM - NI	164
Cargos Nível Auxiliar previstos no art. 3º da Lei nº 11.046/2004 - DNPM - NA	166

20. DIPLOMACIA

Oficial de Chancelaria - NS	168
Assistente de Chancelaria - NI	170

21. DOCENTE

Magistério Superior

Cargos de que trata a Lei nº 7.596/87 - Dedicção Exclusiva	172
Cargos de que trata a Lei nº 7.596/87 - 40 h	174
Cargos de que trata a Lei nº 7.596/87 - 20 h	176

Magistério Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Dedicção Exclusiva	178
Cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 40 h	180
Cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 20 h	182

Cargo Isolado de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Cargo Isolado de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Dedicção Exclusiva	184
Cargo Isolado de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 40 h	186
Cargo Isolado de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 20 h	188

Magistério Ensino Básico Federal

Cargo de Professor do Ensino Básico Federal - Dedicção Exclusiva	190
Cargo de Professor do Ensino Básico Federal - 40 h	192
Cargo de Professor do Ensino Básico Federal - 20 h	194

Magistério Ensino Básico Federal dos Ex-Territórios

Cargo de Professor do Ensino Básico Federal dos Ex-Territórios - Dedicção Exclusiva	196
Cargo de Professor do Ensino Básico Federal dos Ex-Territórios - 40 h	198
Cargo de Professor do Ensino Básico Federal dos Ex-Territórios - 20 h	200

22. Endemias

Educador em Saúde - Endemias - NS	202
Agente de Saúde - Endemias - NI	204
Auxiliar de Saneamento - Endemias - NI	204
Auxiliar de Transporte Marítimo e Fluvial - Endemias - NI	204
Cartógrafo - Endemias - NI	204
Condutor de Lancha - Endemias - NI	204
Comandante de Navio - Endemias - NI	204
Divulgador Sanitário - Endemias - NI	204

Guarda de Endemias - Endemias NI	204
Inspetor de Saneamento - Endemias - NI	204
Laboratorista - Endemias - NI	204
Laboratorista Jornada 8 (oito) horas - Endemias - NI	204
Mestre de Lancha - Endemias - NI	204
Microscopista - Endemias - NI	204
Técnico de Laboratório - Endemias - NI	204
Visitador Sanitário - Endemias - NI	204
Agente Auxiliar de Saúde Pública - Endemias - NA	206
Agente de Saúde Pública - Endemias - NA	206
Agente de Transporte Marítimo e Fluvial - Endemias - NA	206
Artífice de Mecânica - Endemias - NA	206
Auxiliar de Laboratório - Endemias - NA	206
Auxiliar de Laboratório 8 (oito) horas - Endemias - NA	206
Orientador em Saúde - Endemias - NA	206

23. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais - FNDE - NS	208
Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais - FNDE - NI	210
Cargos Nível Superior do Plano Especial de Cargos do FNDE - NS	212
Cargos Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do FNDE - NI	214
Cargos Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do FNDE - NA	216

24. Fundação Nacional do Índio - FUNAI

Médico do Quadro de Pessoal da FUNAI de que trata a Lei nº 11.907/2009 - 20 h - NS	218
Médico do Quadro de Pessoal da FUNAI de que trata a Lei nº 11.907/2009 - 40 h - NS	218
Médico Veterinário do Quadro de Pessoal da FUNAI de que trata a Lei nº 11.907/2009 - 20 h - NS	218
Médico Veterinário do Quadro de Pessoal da FUNAI de que trata a Lei nº 11.907/2009 - 40 h - NS	218
Cargos Nível Superior do Quadro de Pessoal da FUNAI - NS	220
Cargos Nível Intermediário do Quadro de Pessoal da FUNAI - NI	222
Cargos Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal da FUNAI - NA	224

25. Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Pesquisador em Saúde Pública - FIOCRUZ - NS	226
Analista de Gestão em Saúde - FIOCRUZ - NS	228
Tecnologista em Saúde Pública - FIOCRUZ - NS	228
Assistente Técnico de Gestão em Saúde - FIOCRUZ - NI	230
Técnico em Saúde Pública - FIOCRUZ - NI	230

Médico do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - 20 h - NS	232
Médico do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - 40 h - NS	232
Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - 20 h - NS	232
Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - 40 h - NS	232
Cargo isolado Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - NS	234
Cargos Nível Superior referidos no art. 28 da Lei nº 11.355/2006 - FIOCRUZ - NS	236
Cargos Nível Auxiliar referidos no art. 28 da Lei nº 11.355/2006 - FIOCRUZ - NI	238

26. Grupo-Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo - DACTA

Nível Superior - DACTA	240
Nível Intermediário - DACTA	242

27. Grupo P-1500

Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500 - NS	244
-----------------------------------------------------------	-----

28. Hospital da Forças Armadas - HFA

Especialista em Atividades Hospitalares da Área de Saúde do HFA - NS	246
Técnico em Atividades Médico-Hospitalares da Área de Saúde do HFA - NI	248
Médico da Área Médica do HFA - 20 h - NS	250
Médico da Área Médica do HFA - 40 h - NS	250
Cargos de Nível Superior da Área Administrativa do Quadro de Pessoal do HFA - NS	252
Cargos de Nível Intermediário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal do HFA - NI	254
Cargos de Nível Auxiliar da Área Administrativa do Quadro de Pessoal do HFA	256

29. IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente,

Analista Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NS	258
Analista Ambiental do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NS	258
Gestor Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NS	258
Gestor Ambiental do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NS	258
Técnico Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NI	260
Técnico Ambiental do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NI	260
Auxiliar Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NA	262
Médico do Plano Especial de Cargos - PECMA de que trata a Lei nº 11.357/2006- 20 h - NS	264
Médico do Plano Especial de Cargos - PECMA de que trata a Lei nº 11.357/2006- 40 h - NS	264
Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos - PECMA de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 20 h - NS	264
Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos - PECMA de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 40 h - NS	264
Cargos Nível Superior do Plano Especial de Cargos - PECMA - NS	266
Cargos Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos - PECMA - NI	268
Cargos Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos - PECMA - NA	270

Cargos Nível Superior do Quadro de Pessoal do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - art. 9º da Lei 11.156/2005 - NS	272
Cargos Nível Intermediário do Quadro de Pessoal do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - art. 9º da Lei 11.156/2005 - NI ...	274
Cargos Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - art. 9º da Lei nº 11.156/2005 - NA	276

30. Imprensa Nacional

Médico do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional - 20 h - NS	278
Médico do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional - 40 h - NS	278
Cargos de Nível Superior do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional - NS	280
Cargos de Nível Intermediário do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional - NI	282
Cargos de Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional - NA	284

31. Infra-Estrutura

Analista de Infra-Estrutura - NS	286
Cargo Isolado de Especialista em Infra-Estrutura Sênior - NS	288

32. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NS	290
Analista de Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NS	292
Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NS	292
Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NI	294
Técnico em Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NI	294
Médico de que trata a Lei nº 11.355/2006 - IBGE - 20 h - NS	296
Médico de que trata a Lei nº 11.355/2006 - IBGE - 40 h - NS	296
Cargos de Nível Superior referidos no art. 84 da Lei nº 11.355/2006 - IBGE - NS	298
Cargos de Nível Intermediário referidos no art. 84 da Lei nº 11.355/2006 - IBGE - NI	300

33. Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR

Cargos de Nível Superior da EMBRATUR - NS	302
Cargos de Nível Intermediário da EMBRATUR - NI	304
Cargos de Nível Auxiliar da EMBRATUR - NA	306

34. Instituto Evandro Chagas - IEC e Centro Nacional de Primatas - CENP

Pesquisador em Saúde Pública - NS	308
Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica - NS	310
Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica - NS	310
Cargos isolados de provimento efetivo de Especialista em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - NS	312
Assistente Técnico de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica - NI	314
Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica - NI	316

Auxiliar em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - NA	318
Médico do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Lei nº 1 1.907/2009 - 20 h - NS	320
Médico do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Lei nº 1 1.907/2009 - 40 h - NS	320
Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Lei nº 1 1.907/2009 - 20 h - NS	320
Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Lei nº 1 1.907/2009 - 40 h - NS	320
Cargos de Nível Superior do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - NS	322
Cargos de Nível Intermediário do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - NI	324
Cargos de Nível Auxiliar do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - NA	326

35. Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

Pesquisador em Propriedade Industrial - INPI - NS	328
Analista de Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Propriedade Industrial - INPI - NS	330
Tecnologista em Propriedade Industrial - INPI - NS	330
Cargo Isolado de Provimento efetivo de Especialista Sênior em Propriedade Intelectual - INPI - NS	332
Técnico em Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Propriedade Industrial - INPI - NI	334
Técnico em Propriedade Industrial - INPI - NI	334

36. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Médico do IPEA de que trata a Lei nº 1 1.890/2008 - 20 h - NS	336
Analista de Sistemas do IPEA - NS	338
Assessor Especializado do IPEA - NS	338
Técnico em desenvolvimento e Administração do IPEA - NS	338
Técnico Especializado do IPEA - NS	338
Nível Superior integrantes do quadro suplementar do IPEA (§ 5º art.120 da Lei nº 11.890/2009) - NS	338
Auxiliar Administrativo do IPEA - NI	340
Auxiliar de Serviços Gerais do IPEA - NI	340
Auxiliar Técnico do IPEA - NI	340
Auxiliar de Manutenção e Serviços Operacionais do IPEA - NI	340
Motorista do IPEA - NI	340
Secretária do IPEA - NI	340

37. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Engenheiro Agrônomo do INCRA - NS	342
Médico do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata a Lei nº 11.090/2005 - 20 h - NS	344
Médico do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata a Lei nº 11.090/2005 - 40 h - NS	344
Médico Veterinário do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata a Lei nº 11.090/2005 - 20 h - NS	344
Médico Veterinário do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata a Lei nº 11.090/2005 - 40 h - NS	344
Analista Reforma e Desenvolvimento Agrário - INCRA - NS	346
Analista Administrativo - INCRA - NS	346
Cargos de Nível Superior do Quadro de Pessoal do INCRA (art. 2º da Lei nº 11.090/2005) - INCRA - NS	346

Técnico Administrativo - INCRA - NI	348
Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário - INCRA - NI	348
Cargos de Nível Intermediário do Quadro de Pessoal do INCRA (art. 2º da Lei nº 11.090/2005) - INCRA - NI	348
Cargos de Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal do INCRA (art. 2º da Lei nº 11.090/2005) - INCRA - NA	350
38. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP	
Pesquisador-Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais - INEP - NS	352
Técnico em Informações Educacionais - INEP - NI	354
Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos do INEP - PECINEP - NS	356
Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do INEP - PECINEP - NI	358
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do INEP - PECINEP - NA	360
39. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO	
Analista Executivo em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NS	362
Pesquisador-Tecnologista em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NS	362
Cargo Isolado de Provimento efetivo de Especialista em Metrologia e Qualidade Sênior - INMETRO - NS	364
Assistente Executivo em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NI	366
Técnico em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NI	366
Auxiliar Executivo em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NA	368
40. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	
Perito Médico Previdenciário - INSS - 20 h - NS	370
Perito Médico Previdenciário - INSS - 40 h - NS	370
Perito Médico Previdenciário - INSS - 30 h - NS	372
Supervisor Médico-Pericial - INSS - 20 h - NS	374
Supervisor Médico-Pericial - INSS - 40 h - NS	374
Supervisor Médico-Pericial - INSS - 30 h - NS	376
41. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	
Fiscal Federal Agropecuário - MAPA - NS	378
Agente de Atividades Agropecuárias - MAPA - NI	380
Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal - MAPA - NI	380
Técnico de Laboratório - MAPA - NI	382
Auxiliar de Laboratório - MAPA - NA	384
42. Plano de Classificação de Cargos - (PCC)	
Médico de que trata a Lei nº 5.645/70 - PCC - 20 h - NS	386
Médico de que trata a Lei nº 5.645/70 - PCC - 40 h - NS	386

Médico do Trabalho de que trata a Lei nº 5.645/70 - PCC - 20 h - NS	386
Médico do Trabalho de que trata a Lei nº 5.645/70 - PCC - 40 h - NS	386
Médico Veterinário de que trata a Lei nº 5.645/70 - PCC - 20 h - NS	386
Médico Veterinário de que trata a Lei nº 5.645/70 - PCC - 40 h - NS	386
Engenheiro Agrônomo (Exceto INCRA) do PCC - Nível Superior - NS	388
Farmacêutico do PCC - Nível Superior - NS	388
Químico do PCC - Nível Superior - NS	388
Cargos de Nível Superior do PCC - NS	390
Cargos de Nível Intermediário do PCC - NI	392
Cargos de Nível Auxiliar do PCC - NA	394

43. Plano Especial de Cargos da Cultura

Médico-Profissional Técnico Superior de que trata a Lei nº 11.233/2005 - 20 h - NS	396
Médico-Profissional Técnico Superior de que trata a Lei nº 11.233/2005 - 40 h - NS	396
Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos da Cultura - art. 1º da Lei nº 11.233/2005 - NS	398
Cargos de Nível intermediário do Plano Especial de Cargos da Cultura - art. 1º da Lei nº 11.233/2005 - NI	390
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos da Cultura - art. 1º da Lei nº 11.233/2005 - NA	402

44. Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal

Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal de que trata a Lei nº 10.682/2003 - 20 h - NS	404
Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal de que trata a Lei nº 10.682/2003 - 40 h - NS	404
Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal de que trata a Lei nº 10.682/2003 - 20 h - NS	404
Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal de que trata a Lei nº 10.682/2003 - 40 h - NS	404
Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal - NS	406
Cargos de Nível intermediário do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal - NI	408
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal - NA	410

45. Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - 20 h - NS	412
Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - 40 h - NS	412
Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - NS	414
Cargos de Nível intermediário do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - NI	416
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - NA	418

46. Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ

Médico do Plano Especial de Cargos de que trata a Lei nº 11.907/2010 - PECFAZ - 20 h - NS	420
Médico do Plano Especial de Cargos de que trata a Lei nº 11.907/2010 - PECFAZ - 40 h - NS	420
Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos de que trata a Lei nº 11.907/2010 - PECFAZ - 20 h - NS	420
Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos de que trata a Lei nº 11.907/2010 - PECFAZ - 40 h - NS	420

Nível Superior do PECFAZ - NS	422
Nível Intermediário do PECFAZ - NI	424
Nível Auxiliar do PECFAZ - NA	426

47. Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Médico do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA de que trata a Lei nº 1 1.356/2006 - 20 h - NS	428
Médico do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA de que trata a Lei nº 1 1.356/2006 - 40 h - NS	428
Plano Especial de Cargos da SUFRAMA - Nível Superior - NS	430
Plano Especial de Cargos da SUFRAMA - Nível Intermediário - NI	432
Plano Especial de Cargos da SUFRAMA - Nível Auxiliar - NA	434

48. Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE

Cargos do PGPE

Médico do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 20 h - NS	436
Médico do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 40 h - NS	436
Médico de Saúde Pública do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - - 20 h - NS	436
Médico de Saúde Pública do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - - 40 h - NS	436
Médico do Trabalho do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - - 20 h - NS	436
Médico do Trabalho do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 40 h - NS	436
Médico Marítimo do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 20 h - NS	436
Médico Marítimo do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 40 h - NS	436
Médico Veterinário do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 20 h - NS	436
Médico Veterinário do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 40 h - NS	436
Engenheiro Agrônomo (Exceto INCRA) do PGPE - NS	438
Farmacêutico do PGPE - NS	438
Químico do PGPE - NS	438
Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NS	440
Analista Técnico-Administrativo do PGPE (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NS	440
Analista em Tecnologia da Informação do PGPE (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NS	440
Indigenista Especializado do PGPE (item V do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NS	440
Cargos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NI	442
Assistente Técnico-Administrativo do PGPE (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NI	442
Agente em Indigenismo do PGPE (item VI do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NI	442
Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NA	444
Auxiliar em Indigenismo do PGPE (item VII do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NA	444

Cargos do PGPE - Servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA

Engenheiro Agrônomo (Exceto INCRA) do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA - NS	446
Farmacêutico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA - NS	446
Químico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC - NS	446
Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotados/exercício na CEPLAC/MAPA - NS	448
Analista Técnico-Administrativo do PGPE (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NS	448
Analista em Tecnologia da Informação do PGPE (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NS	448
Indigenista Especializado do PGPE (item V do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NS	448
Cargos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NI	450
Assistente Técnico-Administrativo do PGPE (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NI	450
Agente em Indigenismo do PGPE (item VI do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NI	450
Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NA	452
Auxiliar em Indigenismo do PGPE (item VII do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NA	452

Cargos do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA

Engenheiro Agrônomo (Exceto INCRA) do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA - NS	454
Farmacêutico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA - NS	454
Químico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA - NS	454
Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotados/exercício no INMET/MAPA - NS	456
Analista Técnico-Administrativo do PGPE (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NS	456
Analista em Tecnologia da Informação do PGPE (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NS	456
Indigenista Especializado do PGPE (item V do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NS	456
Cargos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NI	458
Assistente Técnico-Administrativo do PGPE (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NI	458
Agente em Indigenismo do PGPE (item VI do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NI	458
Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NA	460
Auxiliar em Indigenismo do PGPE (item VII do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NA	460

Cargos do PGPE - servidores do PGPE em exercício na SPU/MP

Engenheiro Agrônomo (Exceto INCRA) do PGPE - servidores do PGPE em exercício na SPU/MP - NS	462
Farmacêutico do PGPE - servidores do PGPE em exercício na SPU/MP - NS	462
Químico do PGPE - servidores do PGPE em exercício na SPU/MP - NS	462
Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP - NS	464
Analista Técnico-Administrativo do PGPE (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP - NS	464
Analista em Tecnologia da Informação do PGPE (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP - NS	464
Indigenista Especializado do PGPE (item V do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP - NS	464
Cargos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP - NI	466
Assistente Técnico-Administrativo do PGPE (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP - NI	466
Agente em Indigenismo do PGPE (item VI do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP - NI	466
Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP - NA	468
Auxiliar em Indigenismo do PGPE (item VII do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP - NA	468

49. Políticas Sociais

Analista Técnico de Políticas Sociais - NS	470
--------------------------------------------------	-----

50. Previdenciária

Médico do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei no 10.355/2001 - 20 h - NS	472
Médico do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei no 10.355/2001 - 40 h - NS	472
Analista Previdenciário - NS	474
Cargos de Nível Superior do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei no 10.355/2001 - NS	474
Técnico Previdenciário - NI	476
Cargos de Nível Intermediário do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei no 10.355/2001 - NI	476
Cargos de Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei no 10.355/2001 - NA	478

51. Previdência, Saúde e Trabalho

Médico da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 1 1.355/2006 - 20 h - NS	480
Médico da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 1 1.355/2006 - 40 h - NS	480
Médico de Saúde Pública da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 1 1.355/2006 - 20 h - NS	480
Médico de Saúde Pública da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 1 1.355/2006 - 40 h - NS	480
Médico Cirurgião da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 1 1.355/2006 - 20 h - NS	480
Médico Cirurgião da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 1 1.355/2006 - 40 h - NS	480
Médico do Trabalho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 1 1.355/2006E - 20 h - NS	480
Médico do Trabalho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 1 1.355/2006 - 40 h - NS	480
Médico Veterinário da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 1 1.355/2006 - 20 h - NS	480
Médico Veterinário da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 1 1.355/2006 - 40 h - NS	480
Sanitarista - Grupo-Saúde Pública da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - NS	482
Cargos Nível Superior da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - NS	484
Cargos Nível Intermediário da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - NI	486
Cargos Nível Auxiliar da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - NA	488

52. Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - AGU

Médico do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União de que trata a Lei no 10.480/2005 - 20 h - NS	490
Médico do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União de que trata a Lei no 10.480/2005 - 40 h - NS	490
Cargos Nível Superior do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - NS	492
Cargos Nível Intermediário do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - NI	494
Cargos Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - NA	496

53. Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça

Especialista em Assistência Penitenciária - NS	498
Agente Penitenciário Federal - NI	500
Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária - NI	502

54. Seguridade Social e do Trabalho

Médico da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - Lei 10.483/02 - 20 h - NS	504
Médico da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho- Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - Lei 10.483/02 - 40 h - NS	504
Médico de Saúde Pública da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - Lei 10.483/02 - 20 h - NS .	504
Médico de Saúde Pública da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - Lei 10.483/02 - 40 h - NS	504
Médico do Trabalho da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - Lei 10.483/02 - 20 h - NS	504
Médico do Trabalho da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - Lei 10.483/02E - 40 h - NS	504
Médico Veterinário da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - Lei 10.483/02E - 20 h - NS	504
Médico Veterinário da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - Lei 10.483/02 - 40 h - NS	504
Sanitarista (Grupo-Saúde Pública) - da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - NS	506
Cargos de Nível Superior da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - NS	508
Cargos de Nível Intermediário da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - NI	510
Cargos de Nível Auxiliar da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - NA	512

55. Seguro Social

Médico da Carreira do Seguro Social de que trata a Lei nº 10.855/2004 - 20 h - NS	514
Médico da Carreira do Seguro Social de que trata a Lei nº 10.855/2004 - 40 h - NS	514
Analista do Seguro Social - NS	516
Cargos de Nível Superior do Quadro de Pessoal do INSS - NS	516
Agente de Serviços Diversos - NI	518
Técnico de Serviços Diversos - NI	518
Técnico do Seguro Social - NI	518
Cargos de Nível Intermediário do Quadro de Pessoal do INSS - NI	518
Auxiliar de Serviços Diversos - NA	520
Cargos de Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal do INSS - NA	520

56. Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

Analista Técnico do Quadro Suplementar da SUSEP (§ 6º do art. 52 da Lei nº 11.890/2008) - NS	522
Agente Executivo da SUSEP - NI	524
Cargos de Nível Intermediário da SUSEP - NI	524

57. Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC

Especialista em Previdência Complementar da PREVIC (inciso I do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009) - NS	526
Analista Administrativo da PREVIC (inciso II do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009) - NS	528
Técnico Administrativo da PREVIC (inciso III do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009) - NI	530
Cargos de Nível Superior da PREVIC (inciso IV do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009) - NS	532
Cargos de Nível Intermediário da PREVIC (inciso IV do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009) - NI	534
Cargos de Nível Auxiliar da PREVIC (inciso IV do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009) - NA	536

58. Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE

Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 1 1.091/2005 - 20 h - NS	538
Médico Veterinário do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 1 1.091/2005 - 20 h - NS ..	538
Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 1 1.091/2005 - 20 h - NS	538
Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 1 1.091/2005 - 40 h - NS	540
Médico Veterinário do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 1 1.091/2005 - 40 h - NS ..	540
Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 1 1.091/2005 - 40 h - NS	540
Técnico-Administrativos - Nível Clasificação: A - PCCTAE	542
Técnico-Administrativos - Nível Clasificação: B - PCCTAE	544
Técnico-Administrativos - Nível Clasificação: C - PCCTAE	546
Técnico-Administrativos - Nível Clasificação: D - PCCTAE	548
Técnico-Administrativos - Nível Clasificação: E - PCCTAE	550
Técnico-Marítimos - Nível Clasificação: A - PCCTAE	542
Técnico-Marítimos - Nível Clasificação: B - PCCTAE	544
Técnico-Marítimos - Nível Clasificação: C - PCCTAE	546
Técnico-Marítimos - Nível Clasificação: D - PCCTAE	548
Técnico-Marítimos - Nível Clasificação: E - PCCTAE	550

59. Tecnologia Militar

Analista de Tecnologia Militar - NS	552
Engenheiro de Tecnologia Militar - NS	552
Cargo de Nível Superior do Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares - NS	552
Técnico de Tecnologia Militar - NI	554
Cargo de Nível Intermediário do Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares - NI	554
Cargo de Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares - NA	556

60. Tribunal Marítimo

Juiz-Presidente - NS	558
Juiz do Tribunal Marítimo - NS	558

III - CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICAÇÕES

61. Cargos em Comissão e Gratificações

Remuneração dos Cargos em Comissão e Gratificações	560
----------------------------------------------------------	-----

IV - ÍNDICE

62. Índice

Índice	574
--------------	-----

01. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

Plano de Carreira e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Carreira de Oficial de Inteligência

* Cargo: Oficial de Inteligência

Nível Superior

Posição: abril/2011

CLASSE	PADRÃO	ATIVO	APOSENTADO
		SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
ESPECIAL	III	18.400,00	18.400,00
	II	18.110,24	18.110,24
	I	17.825,04	17.825,04
PRIMEIRA	VI	17.261,12	17.261,12
	V	16.989,29	16.989,29
	IV	16.721,74	16.721,74
	III	16.458,40	16.458,40
	II	16.199,22	16.199,22
	I	15.944,11	15.944,11
SEGUNDA	VI	15.439,70	15.439,70
	V	15.196,55	15.196,55
	IV	14.957,24	14.957,24
	III	14.721,69	14.721,69
	II	14.489,85	14.489,85
	I	14.261,66	14.261,66
TERCEIRA	V	13.810,48	13.810,48
	IV	13.592,99	13.592,99
	III	13.378,93	13.378,93
	II	13.168,23	13.168,23
	I	12.960,86	12.960,86

* Os atuais cargos, ocupados e vagos, de Analista de Informações, de que trata Lei nº 10.862/2004, passam a denominar-se Oficial de Inteligência e a integrar a carreira de que trata a alínea “a” do inciso I do art. 2º da MP 434/2008.

* Enquadramento - Os titulares do cargo efetivo de nível superior de Instrutor de Informações do Grupo Informações possuidores do Curso de Informações Categoria “A” da extinta Escola Nacional de Informações - EsNI ou do Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência do extinto Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos - CEFARH ou de curso equivalente da Escola de Inteligência, titulado como Analista de Informações, em função da formação específica de que é possuidor, ficam enquadrados em cargos de Oficial de Inteligência, integrantes da Carreira de que trata a alínea “a” do inciso I do caput do art. 2º da Lei 11.776/2008.(caput do art. 3-A da Lei 11.776/2008)

O enquadramento dos servidores de que trata o caput do Art. 3º-A da Lei 11.776/2008 na Carreira de Oficial de Inteligência fica condicionado à comprovação de que:

I - preenchem os requisitos para ingresso no cargo de Oficial de Inteligência;

II - suas atribuições guardam similaridade em diferentes graus de complexidade e responsabilidade com o exercício de atividades de natureza técnico-administrativas relacionadas à obtenção, análise e disseminação de conhecimentos e ao desenvolvimento de recursos humanos para a atividade de inteligência;

III - sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

Atendidas as condições de que tratam os incisos I, II e III, os servidores de que trata o art. 3º-A da Lei nº 11.776/2010, serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da Abin, observados a similaridade de suas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela de Correlação, nos termos do Anexo VII da lei nº 11.776/2010.

Ao Diretor-Geral da Abin incumbe efetivar os enquadramentos de que trata o § 1º do art. 3-A da Lei nº 11.776/2010.

Subsídio - valores Anexo II da Anexo II da MP 434/2008

Os titulares do cargo integrante das carreiras a que se referem os incisos I e II do art. 2º da MP 434/2008 passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio (a partir de 01.04.2008), fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Aos titulares do cargo integrante da Carreira de que trata a alínea “a” do inciso I (Oficial de Inteligência) aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários e ausência de conflito de interesses, mediante autorização específica regulamentada em ato do Diretor-Geral da ABIN. (1º do art. 6º da Lei nº 11.776/2008)

Aposentado - art. 32 da MP 434/2008.

Legislações Correspondentes:

Lei-Delegada nº 13 de 27.08.92	Medida Provisória nº 158 de 23.12.2003
Medida Provisória nº 1.587-3 de 13.11.97	Lei nº 10.862 de 20.04.2004
Decreto-Lei nº 2.405 art. 6º de 1987	Decreto nº 5.088 de 20.05.2004
Parecer SAE/CAD/AJ nº 17/91	Decreto nº 5.206 de 15.09.2004
Ofício SAE/CAD/SE-02/nº 1053	Portaria nº 298 de 31.09.2005
Parecer nº 352.91 - Boletim Serviço	Medida Provisória nº 269 de 15.12.2005
nº 14 Ano I de 16 a 31 OUT/91 SAE/PR	Lei nº 11.233 de 22.12.2005 art. 12
Portaria nº 171/SSI/CMR	Medida Provisória nº 309 de 04.07.2006
Lei nº 8.162 de 08.01.91	Lei nº 11.362 de 19.10.2006
Lei nº 7.923 de 12.12.89	Medida Provisória nº 434 de 04.06.2008
Parecer nº 52 de 16/05/94/SAE	Lei nº 11.776 de 17.09.2008
Parecer CS - 43/PR	Lei nº 12.277 de 30.06.2010
Lei nº 9.651 de 27.05.98	Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 3º
Lei nº 10.331 de 18.12.2001	
Lei nº 10.697 de 02.07.2003	
Lei nº 10.698 de 02.07.2003	

01. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

Plano de Carreira e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Carreira de Oficial Técnico de Inteligência

Cargo: Oficial Técnico de Inteligência

Nível Superior

Posição: abril/2011

CLASSE	PADRÃO	ATIVO	APOSENTADO
		SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
ESPECIAL	III	16.558,16	16.558,16
	II	16.313,46	16.313,46
	I	16.072,37	16.072,37
PRIMEIRA	VI	15.604,25	15.604,25
	V	15.373,64	15.373,64
	IV	15.146,44	15.146,44
	III	14.922,60	14.922,60
	II	14.702,07	14.702,07
	I	14.484,80	14.484,80
SEGUNDA	VI	14.062,91	14.062,91
	V	13.855,09	13.855,09
	IV	13.650,33	13.650,33
	III	13.448,60	13.448,60
	II	13.249,86	13.249,86
TERCEIRA	I	13.054,05	13.054,05
	V	12.673,83	12.673,83
	IV	12.486,53	12.486,53
	III	12.302,00	12.302,00
	II	12.120,20	12.120,20
	I	11.941,08	11.941,08

Subsídio - valores Anexo II da Anexo II da MP 434/2008

Os titulares do cargo integrante das carreiras a que se referem os incisos I e II do art. 2º da MP 434/2008 passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio (a partir de 01.04.2008), fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Aposentado - art. 32 da MP 434/2008.

Legislações Correspondentes:

Medida Provisória nº 434 de 04.06.2008

Lei nº 11.776 de 17.09.2008

Lei nº 12.277 de 30.06.2010

01. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

Plano de Carreira e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Carreira de Agente de Inteligência

Cargo: Agente de Inteligência

Nível Intermediário

Posição: abril/2011

CLASSE	PADRÃO	ATIVO	APOSENTADO
		SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
ESPECIAL	III	8.445,69	8.445,69
	II	8.239,70	8.239,70
	I	8.038,73	8.038,73
PRIMEIRA	VI	7.655,94	7.655,94
	V	7.469,21	7.469,21
	IV	7.287,03	7.287,03
	III	7.109,30	7.109,30
	II	6.935,90	6.935,90
	I	6.766,73	6.766,73
SEGUNDA	VI	6.444,51	6.444,51
	V	6.287,32	6.287,32
	IV	6.133,97	6.133,97
	III	5.984,37	5.984,37
	II	5.838,41	5.838,41
	I	5.696,01	5.696,01
TERCEIRA	V	5.424,77	5.424,77
	IV	5.292,46	5.292,46
	III	5.163,37	5.163,37
	II	5.037,44	5.037,44
	I	4.914,57	4.914,57

Subsídio - valores Anexo II da Anexo II da MP 434/2008

Os titulares do cargo integrante das carreiras a que se referem os incisos I e II do art. 2º da MP 434/2008 passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio (a partir de 01.04.2008), fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Os atuais cargos, ocupados e vagos, de Assistente de Informações, de que trata Lei 10.862/2004, passam a denominar-se Agente de Inteligência e a integrar a carreira de que trata a alínea “a” do inciso II do art. 2º da MP 434/2008.

Aos titulares do cargo integrante da Carreira de que trata a alínea “a” do inciso II do caput do art. 2º (Agente de Inteligência) aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários e ausência de conflito de interesses, mediante autorização específica regulamentada em ato do Diretor-Geral da ABIN. (1º do art. 6º da Lei nº 11.776/2008).

Aposentado - art. 32 da MP 434/2008.

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Medida Provisória nº 1.587-3 de 13.11.97
Decreto-Lei nº 2.405 art. 6º de 1987
Parecer SAE/CAD/AJ nº 17/91
Ofício SAE/CAD/SE - 02 nº 1.053
Parecer nº 352/91 - Boletim Serviço
nº 14 Ano I de 16 a 31 OUT/91 SAE/PR
Portaria nº 171 SSI/CMPR
Lei nº 8.162 de 08.01.91
Lei nº 7.923 de 12.12.89
Parecer nº 52 de 16.05.94 - SAE
Parecer CS - 4/.PR
Lei nº 9.651 de 27.05.98
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 158 de 23.12.2003
Lei nº 10.862 de 20.04.2004
Decreto nº 5.088 de 20.05.2004
Decreto nº 5.206 de 15.09.2004
Portaria nº 298 de 31.09.2005
Medida Provisória nº 269 de 15.12.2005
Lei nº 11.233 de 22.12.2005 art. 12
Medida Provisória nº 309 de 04.07.2006
Lei nº 11.362 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 434 de 04.06.2008
Lei nº 11.776 de 17.09.2008
Lei nº 12.277 de 30.06.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 3º

01. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

Plano de Carreira e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Carreira de Agente Técnico de Inteligência

Cargo: Agente Técnico de Inteligência

Nível Intermediário

Posição: abril/2011

CLASSE	PADRÃO	ATIVO	APOSENTADO
		SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
ESPECIAL	III	7.600,28	7.600,28
	II	7.414,91	7.414,91
	I	7.234,06	7.234,06
PRIMEIRA	VI	6.889,58	6.889,58
	V	6.721,54	6.721,54
	IV	6.557,60	6.557,60
	III	6.397,66	6.397,66
	II	6.241,62	6.241,62
	I	6.089,38	6.089,38
SEGUNDA	VI	5.799,41	5.799,41
	V	5.657,96	5.657,96
	IV	5.519,96	5.519,96
	III	5.385,33	5.385,33
	II	5.253,98	5.253,98
	I	5.125,84	5.125,84
TERCEIRA	V	4.881,75	4.881,75
	IV	4.762,68	4.762,68
	III	4.646,52	4.646,52
	II	4.533,19	4.533,19
	I	4.422,62	4.422,62

Subsídio - valores Anexo II da Anexo II da MP 434/2008

Os titulares do cargo integrante das carreiras a que se referem os incisos I e II do art. 2º da MP 434/2008 passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio (a partir de 01.04.2008), fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Aposentado - art. 32 da MP 434/2008.

Legislações Correspondentes:

Medida Provisória nº 434 de 04.06.2008

Lei nº 11.776 de 17.09.2008

Lei nº 12.277 de 30.06.2010

02. ÁREA JURÍDICA

Carreira de Advogado da União

(*) Cargo: Advogado da União

Nível Superior

Posição: julho/2010

CATEGORIA	ATIVO	APOSENTADO
	SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
	(**)	(***)
Especial	19.451,00	19.451,00
Primeira	17.201,90	17.201,90
Segunda	14.970,60	14.970,60

(*) São transformados em cargos de Advogado da União, da respectiva Carreira da Advocacia-Geral da União, os cargos efetivos, vagos e ocupados, da Carreira de Assistente Jurídico, da Advocacia-Geral da União. Observar o art. 11 § 5º da Lei nº 10.549/2005

Subsídio - Anexo I da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006 (Anexo III da MP 440/2008)

(**) A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira Advogado da União. (art. 1º da Lei nº 11.358/2006)

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ;

III - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698 de 02.07.2003.

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º da Lei nº 11.358/2006

O subsídio dos integrantes da Carreira Advogado da União não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica das espécies remuneratórias do art. 7º da Lei nº 11.358/2006

As vantagens do artigo 45 da MP 2229-43/2001 não serão devidas aos ocupantes dos Cargos de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União e Advogado da União Observar o art. 49, 50 e 75 da MP 2229-43/2001

Aos titulares dos cargos de que tratam os incisos I a V e o § 1º do art. 1º da Lei nº 11.358, de 2006, aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários. (art. 6 da MP 440/2008)

(***) **Aposentado** - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 1º, e às pensões, o disposto da Lei nº 11.358/2006 ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. (art. 8º da Lei nº 11.358/2006)

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 2.333 de 11.06.87

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.460 de 17.09.92

Lei Complementar nº 73 de 10.02.93

Medida Provisória nº 485 de 29.04.94

Medida Provisória nº 537.94 de 28.06.94

Lei nº 9.028 de 1995

Medida Provisória nº 1.587-3 de 13.11.97

Lei nº 9.651 de 27.05.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98.

Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2.048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000

Resolução nº 2 de 04.08.2000

Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Portaria nº 492 de 01.06.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Portaria nº 780 de 29.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Medida Provisória nº 43 de 25.06.2002

Portaria nº 219 de 26.03.2002

Resolução nº de 14.05.2002

Decreto nº 4.434 de 21.10.2002

Lei nº 10.549 de 13.11.2002

Ato Regimental nº 8 de 27.12.2002

Portaria nº 828 de 27.12.2002

Decreto nº 4657 de 28.03.2003

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.909 de 15.07.2004

Lei nº 10.910 de 15.07.2004

Decreto nº 5.207 de 16.09.2004

Resolução nº 10 de 22.11.2004

Ofício-Circular nº 27 de 11.11.2004 - SRH.MP

Lei nº 11.034 de 22.12.2004

Portaria Conjunta nº 25 de 07.04.2005

Portaria nº 343 de 05.05.2005

Ofício-Circular nº 6 de 20.05.2005 - SRH.MP

Portaria nº 459 de 31.05.2005

Resolução nº 5 de 08.12.2005

Portaria nº 1.118 de 02.12.2005

Medida Provisória nº 305 de 29.06.2006

Lei nº 11.358 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 31

02. ÁREA JURÍDICA

Carreira de Defensor Público
Cargo: Defensor Público da União

Nível Superior

Posição: julho/2010

CATEGORIA	ATIVO	APOSENTADO
	SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
	(*)	(**)
Especial	19.451,00	19.451,00
Primeira	17.201,90	17.201,90
Segunda	14.970,60	14.970,60

Subsídio - Anexo I da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006 (Anexo III da MP 440/2008)

(*) A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira Defensor Público da União (art. 1º da Lei nº 11.358/2006)

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ;

III - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698 de 02.07.2003.

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º da MP 305/2006.

O subsídio dos integrantes da Carreira Defensor Público da União não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica das espécies remuneratórias do art. 7º da Lei nº 11.358/2006

Aos titulares dos cargos de que tratam os incisos I a V e o § 1º do art. 1º da Lei nº 11.358, de 2006, aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários. (art. 6 da MP 440/2008)

(**) **Aposentado** - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 1º, e às pensões, o disposto da Lei nº 11.358/2006, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. (art. 8º da Lei nº 11.358/2006)

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 2.333 de 11.06.87

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.460 de 17.09.92

Lei Complementar nº 73 de 10.02.93

Medida Provisória nº 485 de 29.04.94

Medida Provisória nº 537.94 de 28.06.94

Lei nº 9.028 de 1995

Medida Provisória nº 1.587-3 de 13.11.97

Lei nº 9.651 de 27.05.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98.

Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2.048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2136-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Medida Provisória nº 43 de 25.06.2002

Lei nº 10.549 de 13.11.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.909 de 15.07.2004

Lei nº 10.910 de 15.07.2004

Decreto nº 5.207 de 16.09.2004

Ofício-Circular nº 27 de 11.11.2004 - SRH.MP

Lei nº 11.034 de 22.12.2004

Portaria Conjunta nº 25 de 07.04.2005

Ofício-Circular nº 6 de 20.05.2005 - SRH.MP

Medida Provisória nº 305 de 29.06.2006

Lei nº 11.358 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

02. ÁREA JURÍDICA

Carreira de Procurador da Fazenda Nacional
Cargo: Procurador da Fazenda Nacional

Nível Superior

Posição: julho/2010

CATEGORIA	ATIVO	APOSENTADO
	SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
	(*)	(**)
Especial	19.451,00	19.451,00
Primeira	17.201,90	17.201,90
Segunda	14.970,60	14.970,60

Subsídio - Anexo I da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006 (Anexo III da MP 440/2008)

(*) A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira Procurador da Fazenda Nacional (art.1º da Lei nº 11.358/2006)

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Pro labore de que tratam a Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, e o art. 4o da Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002; e

III - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698 de 02.07.2003;

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º da Lei nº 11.358/2006

O subsídio dos integrantes da Carreira Procurador da Fazenda Nacional não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica das espécies remuneratórias do art. 7º da Lei nº 11.358/2006

Observar § 1º, § 2º e § 3º do art. 5 da Lei nº 10.910/2004.

Aos titulares dos cargos de que tratam os incisos I a V e o § 1º do art. 1º da Lei nº 11.358, de 2006, aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários. (art. 6 da MP 440/2008)

(**) **Aposentado** - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 1º, e às pensões, o disposto da Lei nº 11.358/2006, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts.1º e 2º da Lei nº 10.887/2004.

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 2.371 de 18.11.87

Lei nº 7.711 de 22.12.88

Lei nº 8.538 de 21.12.92

Lei nº 9.028 de 12.04.95 e

Lei nº 9.366 de 16.12.96.

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98.

Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2.048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.225-45 de 18.12.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Medida Provisória nº 43 de 25.06.2002

Resolução nº 1 de 14.05.2002

Lei nº 10.549 de 23.11.2002

Ato Regimental nº 8 de 27.12.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.909 de 15.07.2004

Lei nº 10.910 de 15.07.2004

Decreto nº 5.189 de 19.08.2004

Portaria Interministerial nº 229.MP.MF de 30.08.2004

Lei nº 11.034 de 22.12.2004

Portaria nº 740 de 28.09.2004

Portaria Interministerial nº 45 de 30.03.2005

Portaria nº 264 de 27.07.2005

Medida Provisória nº 305 de 29.06.2006

Lei nº 11.358 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 440, de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

02. ÁREA JURÍDICA

Carreira de Procurador Federal

(*) Cargo: Procurador Federal

Nível Superior

Posição: julho/2010

CATEGORIA	ATIVO	APOSENTADO
	SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
	(**)	(***)
Especial	19.451,00	19.451,00
Primeira	17.201,90	17.201,90
Segunda	14.970,60	14.970,60

(*) São transformados em cargos de Procurador Federal os seguintes cargos efetivos, de autarquias e fundações federais::Procurador Autárquico, Procurador, Advogado, Assistente Jurídico e Procurador e Advogado da Superintendência de Seguros Privados e da Comissão Valores Mobiliários.(observado o art. 39 da MP 2229-43/2001)

Subsídio - Anexo I da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006 (Anexo III da MP 440/2008)

(**) A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira Procurador Federal (art.1º da Lei nº 11.358/2006)

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ;

III - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei n.º 10.698 de 02.07.2003;

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º da Lei nº 11.358/2006

O subsídio dos integrantes da Carreira Procurador Federal não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica das espécies remuneratórias do art. 7º da Lei nº 11.358/2006.

As vantagens do artigo 45 da MP 2229-43/2001 não serão devidas aos ocupantes do Cargo de Procurador Federal

Os cargos e seus ocupantes da Carreira de Procurador Federal criada pela MP 2229-43 de 06.09.2001, integram quadro próprio da Procuradoria-Geral Federal (§ 1º, § 2º, § 3º, § 4º e § 5º do art. 12 da Lei nº 10.480 de 02.07.2002

Aos titulares dos cargos de que tratam os incisos I a V e o § 1º do art. 1º da Lei nº 11.358, de 2006, aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários. (art. 6 da MP 440/2008)

(***) **Aposentado** - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 1º, e às pensões, o disposto da Lei nº 11.358/2006, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. (art. 8º da Lei nº 11.358/2006)

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 2.333 de 11.06.87

Parecer nº 538.92

Lei-Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.460 de 17.09.92

Lei nº 8.538 de 21.12.92

Lei Complementar nº 73 de 10.02.93

Medida Provisória nº 485 de 29.04.94

Medida Provisória nº 537.94 de 28.06.94

Lei nº 9.028 de 12.04.1995

Medida Provisória nº 1.587-3 de 13.11.97

Lei nº 9.651 de 27.05.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98.

Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2.048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Medida Provisória nº 43 de 25.06.2002

Decreto nº 4.285 de 26.06.2002

Instrução Normativa nº 16 de 02.10.2002

Decreto nº 4.434 de 21.10.2002

Lei nº 10.549 de 13.11.2002

Ato Regimental nº 08 de 27.12.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.909 de 15.07.2004

Lei nº 10.910 de 15.07.2004

Decreto nº 5.207 de 16.09.2004

Ofício-Circular nº 27 de 11.11.2004 - SRH.MP

Lei nº 11.034 de 22.12.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005 art. 2 e art. 19

Portaria Conjunta nº 25 de 07.04.2005

Ofício-Circular nº 6 de 20.05.2005 - SRH.MP

Instrução Normativa nº 4 de 27.09.2005

Medida Provisória nº 305 de 29.06.2006

Lei nº 11.358 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei 11.890 de 24.12.2008

Portaria nº 21 de 19.01.2010

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 31

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

02. ÁREA JURÍDICA

(*) Quadros Suplementares da Advocacia-Geral da União

Nível Superior

Posição: julho/2010

CATEGORIA	ATIVO	APOSENTADO
	SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
	(**)	(***)
Especial	19.451,00	19.451,00
Primeira	17.201,90	17.201,90
Segunda	14.970,60	14.970,60

(*) Os cargos efetivos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, privativos de Bacharel em Direito, que não foram transpostos pela Lei nº 9.028 de 1995, nem pela MP 2229-43/2001, para as Carreiras de Assistente Jurídico e de Procurador Federal, corporação quadros suplementares em extinção. O quadro suplementar relativo aos servidores da Administração Federal direta inclui-se na Advocacia-Geral da União. (observado o art. 46 § 1º e § 2º e o art. 49 da 2229-43/2001)

São transformados em cargos de Advogado da União, da respectiva Carreira da Advocacia-Geral da União, os cargos efetivos, vagos e ocupados, da carreira de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União. Observar o art. 11 § 5º da Lei nº 10.549/2002 onde o disposto no artigo não se aplica aos atuais cargos de Assistente Jurídico cuja inclusão em quadro suplementar está prevista no art. 46 da MP nº 2.229-43 de 06.09.2001, nem a seus ocupantes.

(**) A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos Quadros Suplementares da Advocacia-Geral da União (art.1º da Lei nº 11.358/2006)

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ;

III - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698 de 02.07.2003;

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º da Lei nº 11.358/2006

O subsídio dos integrantes dos Quadros Suplementares da Advocacia-Geral da União não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica das espécies remuneratórias do art. 7º da Lei nº 11.358/2006

As vantagens do artigo 45 da MP 2229-43/2001 não serão devidas aos ocupantes dos Quadros Suplementares da Advocacia-Geral da União.

Quando vagarem, os cargos da Administração Pública Federal direta, integrantes do quadro suplementar a que se refere o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, serão transformados em cargos de Advogado da União e os das autarquias e fundações em cargos de Procurador Federal, sempre na categoria inicial da respectiva carreira. Os cargos mencionados serão considerados automaticamente transformados na data da publicação dos atos de vacância. Observar art. 4º § único da Lei nº 10.907 de 15.07.2004.

Aos titulares dos cargos de que tratam os incisos I a V e o § 1º do art. 1º da Lei nº 11.358, de 2006, aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários. (art. 6 da MP 440/2008)

(***) **Aposentado** - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 1º, e às pensões, o disposto da Lei nº 11.358/2006, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 2.333 de 11.06.87

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.460 de 17.09.92

Lei Complementar nº 73 de 10.02.93

Medida Provisória nº 485 de 29.04.94

Medida Provisória nº 537.94 de 28.06.94

Lei nº 9.028 de 12.04.1995

Medida Provisória nº 1.587-3 de 13.11.97

Lei nº 9.651 de 27.05.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98.

Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2.048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2136-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Medida Provisória nº 43 de 25.06.2002

Portaria Normativa nº 241/MD de 2.05.2002

Lei nº 10.549 de 13.11.2002 art. 11 § 5º

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.909 de 15.07.2004

Lei nº 10.910 de 15.07.2004

Decreto nº 5.207 de 16.09.2004

Ofício-Circular nº 27 de 11.11.2004 - SRH.MP

Lei nº 11.034 de 22.12.2004

Portaria Conjunta nº 25 de 07.04.2005

Portaria nº 343 de 05.05.2005

Ofício-Circular nº 6 de 20.05.2005 - SRH.MP

Medida Provisória nº 305 de 29.06.2006

Lei nº 11.358 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 440, de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

03. AUDITORIA FEDERAL

Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil

Cargo: Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	ATIVO	APOSENTADO
		SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
		(*)	(**)
ESPECIAL	IV	19.451,00	19.451,00
	III	18.910,61	18.910,61
	II	18.576,24	18.576,24
	I	18.247,78	18.247,78
B	IV	17.545,94	17.545,94
	III	17.201,90	17.201,90
	II	16.864,61	16.864,61
	I	16.533,93	16.533,93
A	V	15.898,01	15.898,01
	IV	15.586,28	15.586,28
	III	15.280,67	15.280,67
	II	14.981,05	14.981,05
	I	13.600,00	13.600,00

Subsídio - Anexo IV da Lei nº 10.910, de 2004 (Anexo II da MP 440/2008)

Fica criada a Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, composta pelos cargos de nível superior de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil. (art. 5º da Lei nº 10.593/2002 - alterado pelo art. 9º da Lei nº 11.457, /2007)

O ingresso nos cargos das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil, far-se-á no primeiro padrão da classe inicial da respectiva tabela de vencimentos, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-se curso superior em nível de graduação concluído ou habilitação legal equivalente.(art. 3º da Lei nº 10.593/2002 - alterado pelo art. 9º da Lei nº 11.457, /2007)

Ficam transformados em cargos de Analista - Tributário da Receita Federal do Brasil, de que trata o art. 5º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com a redação conferida pelo art. 9º desta Lei, os cargos efetivos, ocupados e vagos, de Técnico da Receita Federal da Carreira Auditoria da Receita Federal prevista na redação original do art. 5º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, art. 10 da Lei nº 11.457/2007.

(*) A partir de 1º de julho de 2008, os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes das carreiras a que se refere o art. 1º da MP 440/2008, passam a ser remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 1º da MP 440/2008, a partir de 1º de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Atividade Tributária - GAT, de que trata o art. 3º desta Lei;

III - Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação - GIFA, de que trata o art. 4º desta Lei; e

IV - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003.

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas parágrafo único no art. 2º-B e art. 2º-C da Lei nº 10.910/2004 (MP 440/2008)

O subsídio dos integrantes da Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação no art. 2º-E da Lei nº 10.910/2004 (MP 440/2008)

Aos titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes das carreiras a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.910/2004, aplica-se o regime de dedicação exclusiva (art. 3º da MP 440/2008)

Sistema de Desenvolvimento da Carreira - art. 154 da MP 440/2008

(**) **Aposentado** - Aplica-se o disposto da Lei nº 10.910/2004 (art. 2º MP 440/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 7.711 de 22.12.88

Decreto nº 97.667 de 19.04.89

Decreto nº 98.967 de 20.02.90

Decreto nº 2.017 de 01.10.96

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 1.915 de 29.06.99

Medida Provisória nº 1.915-1 de 29.07.99

Medida Provisória nº 1.915-2 de 27.08.99

Medida Provisória nº 1.915-3 de 24.09.99

Medida Provisória nº 1.915-4 de 26.10.99

Medida Provisória nº 1.915-5 de 25.11.99

Medida Provisória nº 1.971-6 de 10.12.99

Medida Provisória nº 1.971-7 de 11.01.2000

Medida Provisória nº 1.971-8 de 10.02.2000

Medida Provisória nº 1.971-9 de 09.03.2000

Decreto nº 3390 de 23.03.2000

Medida Provisória nº 1.971-10 de 06.04.2000

Medida Provisória nº 1.971-11 de 04.05.2000

Medida Provisória nº 1.971-12 de 01.06.2000

Medida Provisória nº 1.971-14 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 1.971-15 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 1.971-16 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 1.971-17 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 1.971-18 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 1.971-19 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2.093-20 de 27.12.2000

Medida Provisória nº 2.093-21 de 25.01.2001

Medida Provisória nº 2.093-22 de 22.02.2001

Medida Provisória nº 2.093-23 de 22.03.2001

Medida Provisória nº 2.093-24 de 19.04.2001

Medida Provisória nº 2.093-25 de 17.05.2001

Medida Provisória nº 2.093-26 de 13.06.2001

Medida Provisória nº 2.175-27 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2.175-28 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2.175-29 de 24.08.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Portaria nº 74 de 04.04.2002

Medida Provisória nº 46 de 25.06.2002

Portaria nº 1222 de 24.10.2002

Lei nº 10.593 de 06.12.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.910 de 15.07.2004

Decreto nº 5.189 de 19.08.2004

Medida Provisória nº 208 de 20.08.2004 art. 4º

Portaria Interministerial nº 229/MP/MF de 30.08.2004

Lei nº 11.087 de 04.01.2005 art. 4º

Portaria Interministerial nº 45 de 30.03.2005

Portaria nº 264 de 27.07.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Decreto nº 5.914 de 28.09.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Lei nº 11.457 de 16.03.2007

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

03. AUDITORIA FEDERAL

Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil

Cargo: Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	ATIVO	APOSENTADO
		SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
		(*)	(**)
ESPECIAL	IV	11.595,00	11.595,00
	III	11.181,37	11.181,37
	II	10.962,13	10.962,13
	I	10.747,19	10.747,19
B	IV	10.333,83	10.333,83
	III	9.936,38	9.936,38
	II	9.554,21	9.554,21
	I	9.186,74	9.186,74
A	V	8.833,40	8.833,40
	IV	8.660,20	8.660,20
	III	8.490,39	8.490,39
	II	8.323,91	8.323,91
	I	7.996,07	7.996,07

Subsídio - Anexo IV da Lei nº 10.910, de 2004 (Anexo II da MP 440/2008)

Fica criada a Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, composta pelos cargos de nível superior de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil. (art. 5º da Lei nº 10.593/2002 - alterado pelo art. 9º da Lei nº 11.457,/2007)

O ingresso nos cargos das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil, far-se-á no primeiro padrão da classe inicial da respectiva tabela de vencimentos, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-se curso superior em nível de graduação concluído ou habilitação legal equivalente.(art. 3º da Lei nº 10.593/2002 - alterado pelo art. 9º da Lei nº 11.457,/2007)

Ficam transformados em cargos de Analista - Tributário da Receita Federal do Brasil, de que trata o art. 5º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com a redação conferida pelo art. 9º desta Lei, os cargos efetivos, ocupados e vagos, de Técnico da Receita Federal da Carreira Auditoria da Receita Federal prevista na redação original do art. 5º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, art. 10 da Lei nº 11.457/2007.

(*) A partir de 1º de julho de 2008, os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes das carreiras a que se refere o art. 1º da MP 440/2008, passam a ser remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 1º da MP 440/2008, a partir de 1º de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Atividade Tributária - GAT, de que trata o art. 3º desta Lei;

III - Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação - GIFA, de que trata o art. 4º desta Lei; e

IV - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003.

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas parágrafo único no art. 2º-B e art. 2º-C da Lei nº 10.910/2004 (MP 440/2008)

O subsídio dos integrantes da Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação no art. 2º-E da Lei nº 10.910/2004(MP 440/2008)

Aos titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes das carreiras a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.910/2004, aplica-se o regime de dedicação exclusiva (art. 3º da MP 440/2008)

Sistema de Desenvolvimento da Carreira - art. 154 da MP 440/2008

(**) **Aposentado** - Aplica-se o disposto da Lei nº 10.910/2004 (art. 2º MP 440/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 7.711 de 22.12.88

Decreto nº 97.667 de 19.04.89

Decreto nº 98.967 de 20.02.90

Decreto nº 2.017 de 01.10.96

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 1.915 de 29.06.99

Medida Provisória nº 1.915-1 de 29.07.99

Medida Provisória nº 1.915-2 de 27.08.99

Medida Provisória nº 1.915-3 de 24.09.99

Medida Provisória nº 1.915-4 de 26.10.99

Medida Provisória nº 1.915-5 de 25.11.99

Medida Provisória nº 1.971-6 de 10.12.99

Medida Provisória nº 1.971-7 de 11.01.2000

Medida Provisória nº 1.971-8 de 10.02.2000

Medida Provisória nº 1.971-9 de 09.03.2000

Decreto nº 3390 de 23.03.2000

Medida Provisória nº 1.971-10 de 06.04.2000

Medida Provisória nº 1.971-11 de 04.05.2000

Medida Provisória nº 1.971-12 de 01.06.2000

Medida Provisória nº 1.971-14 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 1.971-15 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 1.971-16 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 1.971-17 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 1.971-18 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 1.971-19 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2.093-20 de 27.12.2000

Medida Provisória nº 2.093-21 de 25.01.2001

Medida Provisória nº 2.093-22 de 22.02.2001

Medida Provisória nº 2.093-23 de 22.03.2001

Medida Provisória nº 2.093-24 de 19.04.2001

Medida Provisória nº 2.093-25 de 17.05.2001

Medida Provisória nº 2.093-26 de 13.06.2001

Medida Provisória nº 2.175-27 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2.175-28 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2.175-29 de 24.08.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Portaria nº 74 de 04.04.2002

Medida Provisória nº 46 de 25.06.2002

Portaria nº 1222 de 24.10.2002

Lei nº 10.593 de 06.12.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.910 de 15.07.2004

Decreto nº 5.189 de 19.08.2004

Medida Provisória nº 208 de 20.08.2004 art. 4º

Portaria Interministerial nº 229/MP/MF de 30.08.2004

Lei nº 11.087 de 04.01.2005 art. 4º

Portaria Interministerial nº 45 de 30.03.2005

Portaria nº 264 de 27.07.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Decreto nº 5.914 de 28.09.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Lei nº 11.457 de 16.03.2007

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

03. AUDITORIA FEDERAL

Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho

Cargo: Auditor-Fiscal do Trabalho

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	ATIVO	APOSENTADO
		SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
		(*)	(**)
ESPECIAL	IV	19.451,00	19.451,00
	III	18.910,61	18.910,61
	II	18.576,24	18.576,24
	I	18.247,78	18.247,78
B	IV	17.545,94	17.545,94
	III	17.201,90	17.201,90
	II	16.864,61	16.864,61
	I	16.533,93	16.533,93
A	V	15.898,01	15.898,01
	IV	15.586,28	15.586,28
	III	15.280,67	15.280,67
	II	14.981,05	14.981,05
	I	13.600,00	13.600,00

Subsídio - Anexo IV da Lei nº 10.910, de 2004 (Anexo II da MP 440/2008)

Os cargos do art. 10 e art. 17 § 1º e § 2º da Lei nº 10.593/2002 são transformados em cargo de Auditor Fiscal do Trabalho.

(*) A partir de 1º de julho de 2008, os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes das carreiras a que se refere o art. 1º da MP 440/2008, passam a ser remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 1º da MP 440/2008, a partir de 1º de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Atividade Tributária - GAT, de que trata o art. 3º desta Lei;

III - Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação - GIFA, de que trata o art. 4º desta Lei; e

IV - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003.

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas parágrafo único no art. 2º-B e art. 2º-C da Lei nº 10.910/2004 (MP 440/2008)

O subsídio dos integrantes da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação no art. 2º-E da Lei nº 10.910/2004 (MP 440/2008)

Aos titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes das carreiras a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.910/2004, aplica-se o regime de dedicação exclusiva (art. 3º da MP 440/2008)

Sistema de Desenvolvimento da Carreira - art.154. da MP 440/2008

(**) **Aposentado** - Aplica-se o disposto da Lei nº 10.910/2004 (art. 2º MP 440/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 7.787/89 de 30.06.89

Lei nº 7.855/89 de 24.10.89

Lei nº 8.538 de 21.12.92

Decreto nº 706 de 22.12.92

Instrução Normativa Interministerial nº 01 29.12.92

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 1.915 de 29.06.99

Medida Provisória nº 1.915-1 de 29.07.99

Medida Provisória nº 1.915-2 de 27.08.99

Medida Provisória nº 1.915-3 de 24.09.99

Medida Provisória nº 1.915-4 de 26.10.99

Medida Provisória nº 1.915-5 de 25.11.99

Medida Provisória nº 1.971-6 de 10.12.99

Medida Provisória nº 1.971-7 de 11.01.2000

Medida Provisória nº 1.971-8 de 10.02.2000

Medida Provisória nº 1.971-9 de 09.03.2000

Decreto nº 3390 de 23.03.2000

Medida Provisória nº 1.971-10 de 06.04.2000

Medida Provisória nº 1.971-11 de 04.05.2000

Medida Provisória nº 1.971-12 de 01.06.2000

Medida Provisória nº 1.971-14 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 1.971-15 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 1.971-16 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 1.971-17 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 1.971-18 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 1.971-19 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2.093-20 de 27.12.2000

Medida Provisória nº 2.093-21 de 25.01.2001

Medida Provisória nº 2.093-22 de 22.02.2001

Medida Provisória nº 2.093-23 de 22.03.2001

Medida Provisória nº 2.093-24 de 19.04.2001

Medida Provisória nº 2.093-25 de 17.05.2001

Medida Provisória nº 2.093-25 de 17.05.2001

Medida Provisória nº 2.093-26 de 13.06.2001

Medida Provisória nº 2.175-27 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2.175-28 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2.175-29 de 24.08.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Medida Provisória nº 46 de 25.06.2002

Lei nº 10.593 de 06.12.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.910 de 15.07.2004

Decreto nº 5.191 de 19.08.2004

Medida Provisória nº 208 de 20.08.2004 art. 4º

Portaria Interministerial nº 231/MP/MTE de 30.08.2004

Lei nº 11.087 de 04.01.2005 art. 4º

Portaria Interministerial nº 19 de 28.01.2005

Portaria nº 279 de 30.05.2005

Portaria nº 280 de 30.05.2005

Portaria nº 366 de 28.07.2005

Portaria nº 357 de 08.07.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Decreto nº 5.916 de 28.09.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Lei nº 11.457 de 16.03.2007

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

04. BANCO CENTRAL DO BRASIL

Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil

Cargo: Analista do Banco Central do Brasil

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	ATIVO	APOSENTADO
		SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
		(*)	(**)
ESPECIAL	IV	18.478,45	18.478,45
	III	17.965,08	17.965,08
	II	17.647,43	17.647,43
	I	17.335,39	17.335,39
C	III	16.668,64	16.668,64
	II	16.341,81	16.341,81
	I	16.021,38	16.021,38
B	III	15.707,23	15.707,23
	II	15.103,11	15.103,11
	I	14.806,97	14.806,97
A	III	14.516,64	14.516,64
	II	14.232,00	14.232,00
	I	12.960,77	12.960,77

Subsídio - Anexo VI da MP 440/2008

(*) A partir de 1º de julho de 2008, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos seguintes cargos de provimento efetivo da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil.

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Qualificação - GQ, de que trata o art. 10 desta Lei;

III - Gratificação de Atividade do Banco Central - GABC, de que trata o art. 11 desta Lei; e

IV - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 9º-C da Lei nº 9.650/98 (MP440/2008)

O subsídio dos integrantes da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil, não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica do art. 9º-A da Lei nº 9.650/08

Aos titulares dos cargos integrantes da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários (art. 22 da MP 440/2008)

Sistema de Desenvolvimento da Carreira - art. 154 da MP 440/2008

(**) **Aposentado** - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil o art. 9º-G da Lei nº 9.650/2008 (MP440/2008)

Legislação Correspondente:

Portaria nº 9.176 de 20.11.97

Medida Provisória nº 1.650-18 de 05.05.98

Lei nº 9.650 de 27.05.98

Portaria nº 7.966 de 07.12.98

Portaria nº 9.569 de 29.06.99

Portaria nº 10.298 de 06.10.99

Portaria nº 11.994 de 12.04.2000

Medida Provisória nº 2048-26 de 26.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 25.05.2006

Lei nº 11.344 de 08.09.2006

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

04. BANCO CENTRAL DO BRASIL

Carreira Procurador do Banco Central do Brasil

Procurador do Banco Central do Brasil

Nível Superior

Posição: julho/2010

CATEGORIA	ATIVO	APOSENTADO
	SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
	(*)	(**)
Especial	19.451,00	19.451,00
Primeira	17.201,90	17.201,90
Segunda	14.970,60	14.970,60

Subsídio - Anexo III da MP 440/2008

(*) A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira Procurador Federal (art. 1º da Lei nº 11.358/2006)

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ;

III - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698 de 02.07.2003;

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º da Lei nº 11.358/2006

O subsídio dos integrantes da Carreira Procurador Federal não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica das espécies remuneratórias do art. 7º da Lei nº 11.358/2006

As vantagens do artigo 45 da MP 2229-43/2001 não serão devidas aos ocupantes do Cargo de Procurador Federal

Aos titulares dos cargos de que tratam os incisos I a V e o § 1º do art. 1º da Lei nº 11.358, de 2006, aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários. (art. 6 da MP 440/2008)

(**) **Aposentado** - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 1º, e às pensões, o disposto da Lei nº 11.358/2006, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. (art. 8º da Lei nº 11.358/2006)

Legislações Correspondentes:

Portaria nº 9.176 de 20.11.97

Medida Provisória nº 1.650-18 de 05.05.98

Lei nº 9.650 de 27.05.98

Portaria nº 7.966 de 07.12.98

Portaria nº 9.569 de 29.06.99

Portaria nº 10.298 de 06.10.99

Portaria nº 11.994 de 12.04.2000

Medida Provisória nº 2048-26 de 26.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Lei nº 10.909 de 15.07.2004

Lei nº 10.910 de 15.07.2004

Decreto nº 5.207 de 16.09.2004

Lei nº 11.034 de 22.12.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005 art. 2º e art.19

Portaria Conjunta nº 25 de 07.04.2005

Medida Provisória nº 305 de 29.06.2006

Lei nº 11.358 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 31

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

04. BANCO CENTRAL DO BRASIL

Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil

Cargo: Técnico do Banco Central do Brasil

Nível Médio

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	ATIVO	APOSENTADO
		SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
		(*)	(**)
ESPECIAL	IV	8.449,13	8.449,13
	III	8.060,48	8.060,48
	II	7.818,11	7.818,11
	I	7.583,04	7.583,04
C	III	7.120,22	7.120,22
	II	6.906,13	6.906,13
	I	6.698,48	6.698,48
B	III	6.100,54	6.100,54
	II	5.917,11	5.917,11
	I	5.739,19	5.739,19
A	III	5.226,88	5.226,88
	II	5.069,72	5.069,72
	I	4.917,28	4.917,28

Subsídio - Anexo VI da MP 440/2008

(*) A partir de 1º de julho de 2008, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos seguintes cargos de provimento efetivo da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil.

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Qualificação - GQ, de que trata o art. 10 desta Lei;

III - Gratificação de Atividade do Banco Central - GABC, de que trata o art. 11 desta Lei; e

IV - Vantagem Pecuniária Individual-VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 9º-C da Lei nº 9.650/98 (MP440/2008)

O subsídio dos integrantes da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil, não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica do art. 9º-A da Lei nº 9.650/08

Aos titulares dos cargos integrantes da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários (art. 22 da MP 440/2008)

Sistema de Desenvolvimento da Carreira - art. 154 da MP 440/2008

(**) **Aposentado** - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil o art. 9º-G da Lei nº 9.650/2008 (MP440/2008)

Legislação Correspondente:

Portaria nº 9.176 de 20.11.97

Medida Provisória nº 1.650-18 de 05.05.98

Lei nº 9.650 de 27.05.98

Portaria nº 7.966 de 07.12.98

Portaria nº 9.569 de 29.06.99

Portaria nº 10.298 de 06.10.99

Portaria nº 11.994 de 12.04.2000

Medida Provisória nº 2048-26 de 26.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 25.05.2006

Lei nº 11.344 de 08.09.2006

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

05. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

Plano de Carreiras e Cargos da CVM:

Carreira de Analista da CVM

Cargo: Analista da CVM

Carreira de Inspetor da CVM

Cargo: Inspetor da CVM

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	ATIVO	APOSENTADO
		SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
		(*)	(**)
Especial	IV	18.478,45	18.478,45
	III	17.965,08	17.965,08
	II	17.647,43	17.647,43
	I	17.335,39	17.335,39
C	III	16.668,64	16.668,64
	II	16.341,81	16.341,81
	I	16.021,38	16.021,38
B	III	15.707,23	15.707,23
	II	15.103,11	15.103,11
	I	14.806,97	14.806,97
A	III	14.516,64	14.516,64
	II	14.232,00	14.232,00
	I	12.960,77	12.960,77

Os atuais cargos ocupados cujos titulares tenham observado o disposto no § 3º do art. 87 da MP 440/2008, bem como os cargos vagos e os demais à medida que vagarem, de Analista da CVM e de Inspetor da CVM passam a integrar as carreiras de que tratam, respectivamente, as alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 67 da MP 440/2008.

Subsídio - Anexo XIV da MP 440/2008

(*) A partir de 1º de julho de 2008, os titulares dos cargos integrantes das carreiras a que se referem as alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 67 da MP 440/2008 passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se referem as alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 67, a partir de 1º de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Valores Mobiliários, de que trata o art. 13 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2003.

Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 82 MP 440/2008, não são devidas aos titulares dos cargos a que se referem as alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 67 da MP 440/2008, a partir de 1º de julho de 2008, as seguintes parcelas referidas no art. 83 da MP 440/2008.

O subsídio dos integrantes das carreiras de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 67 da MP 440/2008 não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, conforme art. 85 da MP 440/2008.

Aos titulares dos cargos integrantes das Carreiras de Analista da CVM e de Inspetor da CVM aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários (art. 100 da MP 440/2008)

Sistema de Desenvolvimento da Carreira - art. 154 da MP 440/2008

(**) **Aposentado** - Aplica-se às aposentadorias e às pensões concedidas aos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da CVM o disposto do arts. 88, 89 e 99 da MP 440/2008.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 9.015 de 30.03.95

Decreto nº 1.519 art. 5º e art. 7º, incisos I e II, de 08.06.95

Portaria nº 145 de 07.06.96

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Decreto nº 4.843 de 24.09.2003 art. 1º

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Decreto nº 5.407 de 31.03.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

06. DIPLOMACIA

Carreira de Diplomata

Cargo: Diplomata

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	ATIVO	APOSENTADO
	SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
	(*)	(**)
Ministro de Primeira Classe	18.478,45	18.478,45
Ministro de Segunda Classe	17.769,29	17.769,29
Conselheiro	16.541,31	16.541,31
Primeiro Secretário	15.395,04	15.395,04
Segundo Secretário	14.331,13	14.331,13
Terceiro Secretário	12.962,12	12.962,12

Subsídio - Anexo VII da MP 440/2008

(*) Os titulares dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Diplomata, que integra o Serviço Exterior Brasileiro nos termos do art. 2º da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. (a partir de julho/2008)

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Diplomática - GDAD, de que trata o art. 3º da Lei nº 10.479/2002; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2003.

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas no art. 27 da MP 440/2008

O subsídio dos integrantes da carreira de que trata o art. 25 da MP 440/2008, não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, do art. 29 da MP 440/2008

Aos titulares dos cargos integrantes da Carreira de Diplomata aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários. (art. 31 da MP 440/2008)

(**) **Aposentado** - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores da Carreira de Diplomata o art. 33 da MP 440/2008.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 6.732 art. 2º de 04.12.79

Decreto-Lei nº 1.746 de 27.12.79

Decreto-Lei nº 1.820 de 11.12.80 art. 12

Lei nº 7.501 de 27.06.86

Lei nº 7.923 art.2º § 5º item IV de 12.12.89

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Portaria Interministerial de 14.07.95

Medida Provisória nº 1.225 de 14.12.95

Medida Provisória nº 1.548-37 de 30.10.97

Medida Provisória nº 1.625-42 de 13.03.98

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Lei nº 9.888 de 08.12.99

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.479 de 28.06.2002

Decreto nº 4.248 de 23.05.2002

Decreto nº 4.403 de 03.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Decreto nº 4.947 de 06.01.2004

Decreto nº 5.498 de 25.07.2005

Medida Provisória nº 269 de 15.12.2005 art. 11

Decreto nº 5.656 de 29.12.2005

Decreto nº 5.674 de 11.01.2006

Medida Provisória nº 302, de 29.06.2006 art. 22

Lei nº 11.319 de 06.07.2006

Lei nº 11.440 de 29.12.2006

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 50

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art 49

07. GRUPO GESTÃO

Cargo: Analista de Comércio Exterior (Carreira de Analista de Comércio Exterior); e

Cargo: Analista de Finanças e Controle (Carreira de Finanças e Controle);

Cargo: Analista de Planejamento e Orçamento (Carreira de Planejamento e Orçamento);

Cargo: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Carreira de mesma denominação).

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	ATIVO	APOSENTADO
		SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
		(*)	(**)
Especial	IV	18.478,45	18.478,45
	III	17.965,08	17.965,08
	II	17.647,43	17.647,43
	I	17.335,39	17.335,39
C	III	16.668,64	16.668,64
	II	16.341,81	16.341,81
	I	16.021,38	16.021,38
B	III	15.707,23	15.707,23
	II	15.103,11	15.103,11
	I	14.806,97	14.806,97
A	III	14.516,64	14.516,64
	II	14.232,00	14.232,00
	I	12.960,77	12.960,77

Subsídio - Anexo IV da MP 440/2008

(*) A partir de 1º de julho de 2008, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos cargos de provimento efetivo do art. 10 da MP 440/2008.

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos do art. 10 da MP 440/2008, a partir de 01.07.2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão - GCG, de que trata o art. 8º da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003.

Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 11 da MP 440/2008, não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 10 MP 440/2008, a partir de 1º de julho de 2008, as parcelas referidas nos arts. 12 e 13 da MP 440/2008.

O subsídio dos integrantes das Carreiras de que trata o art. 10 MP 440/2008, não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, o que está referido no art. 14 da MP 440/2008

Aos titulares dos cargos integrantes das Carreiras de que trata o art. 10 da MP 440/2008, aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários. (art. 17 da MP 440/2008)

Sistema de Desenvolvimento da Carreira - art. 154. da MP 440/2008

(**) **Aposentado** - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 10º MP 440/2008 e às pensões o disposto do art. 16 da MP 440/2008.

Legislações Correspondentes:

Analista de Comércio Exterior

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Medida Provisória nº 1.588 de 13.11.97
Lei nº 9.620 de 02.04.98
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Esp. Políticas Púb. Gestão Governamental

Lei nº 7.834 de 06.10.89
Decreto nº 98.895 de 30.01.90
Decreto nº 98.976 de 21.02.90
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Lei nº 8.538 de 21.12.92
Lei nº 8.622 de 19.01.93
Lei nº 8.645 de 02.04.93
Lei nº 8.659 de 27.05.93
Lei nº 8.880 de 27.05.94
Medida Provisória nº 1.548-37 de 30.10.97
Lei nº 9.625 de 07.04.98
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
Portaria nº 45 de 24.06.99.
Portaria nº 01 de 29.02.00
Portaria nº 29 de 01.03.00
Portaria nº 236 de 28.04.00
Portaria nº 176 de 07.04.2003
Decreto nº 5.176 de 10.08.2004
Portaria nº 26 de 05.05.2005
Portaria nº 228/MPOG de 26.07.2005
Portaria nº 56 de 01.08.2005
Portaria nº 23 de 19.04.2005
Medida Provisória nº 1.548-37 de 30.10.97
Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008
Lei nº 11.890 de 24.12.2008
Instrução Normativa nº 4 de 15.01.2010
Portaria nº 528 de 29.12.2009

Portaria nº 94 de 28.07.2009
Portaria nº 151 de 09.11.2009
Portaria nº 81 de 02.07.2009

Finanças e Controle

Decreto-Lei nº 2.346 de 23.07.87
Decreto nº 95.076 de 22.10.87
Decreto nº 98.158 de 21.09.89
Decreto nº 98.978 de 21.02.90
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Lei nº 8.880 de 27.05.94
Medida Provisória nº 1.548-37 de 30.10.97
Lei nº 9.625 de 07.04.98
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
Portaria nº 45 de 24.06.99
Lei nº 12.720 de 07.08.2012 art. 22

Planejamento e Orçamento

Decreto-Lei nº 2.347 de 23.07.87
Decreto nº 95.077 de 22.10.87
Decreto nº 98.158 de 21.09.89
Decreto nº 98.978 de 21.02.90
Lei nº 8.538 de 21.12.92
Lei nº 8.270 de 17.12.91
Decreto nº 491 de 09.04.92
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Medida Provisória nº 1.548-37 de 30.10.97
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
Portaria nº 45 de 24.06.99
Portaria nº 01 de 29.02.00
Portaria nº 29 de 01.03.00
Portaria nº 236 de 28.04.00

Legislações Comuns do Grupo Gestão:

Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000
Medida Provisória nº 2.048-27 de 28.07.2000
Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000
Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000
Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000
Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001
Portaria nº 171 de 16.03.2001
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001
Portaria nº 193 de 29.03.2001
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001
Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001
Medida Provisória nº 2136-39 de 31.05.2001
Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Portaria nº 917 de 09.08.2001
Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Lei nº 10.769 de 19.11.2003
Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Portaria nº 769 de 12.09.2005
Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Lei nº 11.356 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008
Lei nº 11.890 de 24.12.2008

07. GRUPO GESTÃO

Cargo: Técnico de Finanças e Controle (Carreira de Finanças e Controle)

Cargo: Técnico de Planejamento e Orçamento (Carreira de Planejamento e Orçamento)

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	ATIVO	APOSENTADO
		SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
		(*)	(**)
Especial	IV	8.449,13	8.449,13
	III	8.060,48	8.060,48
	II	7.818,11	7.818,11
	I	7.583,04	7.583,04
C	III	7.120,22	7.120,22
	II	6.906,13	6.906,13
	I	6.698,48	6.698,48
B	III	6.100,54	6.100,54
	II	5.917,11	5.917,11
	I	5.739,19	5.739,19
A	III	5.226,88	5.226,88
	II	5.069,72	5.069,72
	I	4.917,28	4.917,28

Subsídio - Anexo IV da MP 440/2008

(*) A partir de 1º de julho de 2008, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos cargos de provimento efetivo do art. 10 da MP 440/2008.

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos do art. 10 da MP 440/2008, a partir de 01.07.2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão - GCG, de que trata o art. 8º da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003.

Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 11 da MP 440/2008, não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 10 MP 440/2008, a partir de 1º de julho de 2008, as parcelas referidas nos arts. 12 e 13 da MP 440/2008.

O subsídio dos integrantes das Carreiras de que trata o art. 10 da MP 440/2008, não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, o que está referido no art. 14 da MP 440/2008

Aos titulares dos cargos integrantes das Carreiras de que trata o art. 10 da MP 440/2008, aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários. (art. 17 da MP 440/2008)

Sistema de Desenvolvimento da Carreira - art. 154 da MP 440/2008

(**) **Aposentado** - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 10 MP 440/2008 e às pensões o disposto do art. 16 da MP 440/2008.

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 2.346 de 23.03.87

Decreto nº 95.076 de 22.10.87

Decreto nº 98.158 de 21.09.89

Decreto nº 98.978 de 21.02.90

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.538 de 21.12.92

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Medida Provisória nº 1.548-37 de 30.10.97

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Portaria nº 45 de 24.06.99

Portaria nº 01 de 29.02.00

Portaria nº 29 de 01.03.00

Portaria nº 236 de 28.04.00

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Portaria nº 171 de 16.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Portaria nº 193 de 29.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Portaria nº 917 de 09.08.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Portaria nº 769 de 12.09.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

08. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

Plano de Carreiras e Cargos do IPEA:

Carreira de Planejamento e Pesquisa do IPEA

Cargo: Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	ATIVO	APOSENTADO
		SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
		(*)	(**)
Especial	IV	18.478,45	18.478,45
	III	17.965,08	17.965,08
	II	17.647,43	17.647,43
	I	17.335,39	17.335,39
C	III	16.668,64	16.668,64
	II	16.341,81	16.341,81
	I	16.021,38	16.021,38
B	III	15.707,23	15.707,23
	II	15.103,11	15.103,11
	I	14.806,97	14.806,97
A	III	14.516,64	14.516,64
	II	14.232,00	14.232,00
	I	12.960,77	12.960,77

Os atuais cargos ocupados cujos titulares tenham observado o disposto no § 3º do art. 120 da Lei 11.890/2008, bem como os cargos vagos e os demais, à medida que vagarem, de Técnico de Planejamento e Pesquisa passam a integrar a carreira de que trata o inciso I do caput do art. 102 da Lei nº 11.890/2008.(MP 479/2009 art. 3º)

Subsídio - Anexo XIX da MP 440/2008

(*) A partir de 1º de julho de 2008, os titulares dos cargos integrantes da carreira de que trata o inciso I do caput do art. 102 da Lei 11.890/2008 passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.(MP 479/2009)

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o inciso I do caput do art. 102 da Lei 11.890/2008, a partir de 1º de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:(MP 479/2009)

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão - GCG, de que trata o art. 8º da Medida Provisória no 2.229-43, de 2001; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2003.

Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 115 desta Lei, não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere o inciso I do caput do art. 102 da Lei 11.890/2008, a partir de 1º de julho de 2008, as seguintes parcelas referidas no art. 116 da Lei 11.890/2008.(MP 479/2009)

O subsídio dos integrantes da carreira de que trata o inciso I do caput do art. 102 desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, conforme art. 118 da Lei 11.890/2008. (MP 479/2009)

Aos titulares dos cargos integrantes da Carreira de Planejamento e Pesquisa do IPEA aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários..(art. 133 da Lei 11.890/2008 e MP 479/2009))

Sistema de Desenvolvimento da Carreira - art. 154. da MP 440/2008

(**) **Aposentado** - Aplica-se às aposentadorias e às pensões concedidas aos servidores integrantes do Plano de Carreira e Cargos do IPEA o disposto do art. 122 da MP 440/2008.

Legislações Correspondentes:

Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000
Medida Provisória nº 2.048-27 de 28.07.2000
Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000
Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000
Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000
Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001
Portaria nº 171 de 16.03.2001
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001
Portaria nº 193 de 29.03.2001
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001
Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001
Medida Provisória nº 2136-39 de 31.05.2001
Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Portaria nº 917 de 09.08.2001
Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Lei nº 10.769 de 19.11.2003
Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Portaria nº 769 de 12.09.2005
Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Lei nº 11.356 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008
Lei nº 11.890 de 24.12.2008
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 3º
Lei nº 12.269 de 21.06.2010

09. POLÍCIA FEDERAL

Carreira Policial Federal

Cargo: Delegado de Polícia Federal

Cargo: Perito Criminal Federal

Nível Superior

Posição: fevereiro/2009

CATEGORIA	ATIVO	APOSENTADO
	SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
	(*)	(**)
Especial	19.699,82	19.699,82
Primeira	17.498,40	17.498,40
Segunda	14.970,60	14.970,60
Terceira	13.368,68	13.368,68

(*) A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira Policial Federal (art.1º da MP 305/2006)

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos integrantes da Carreira Policial Federal as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992;

III - Valores da Gratificação por Operações Especiais - GOE, a que aludiam os Decretos-Leis nºs 1.714, de 21 de novembro de 1979, e 2.372, de 18 de novembro de 1987;

IV - Gratificação de Atividade Policial Federal;

V - Gratificação de Compensação Orgânica;

VI - Gratificação de Atividade de Risco;

VII - Indenização de Habilitação Policial Federal; e

VIII - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2003.

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º da MP 305/2006.

O subsídio dos integrantes da carreira Policial Federal não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica das espécies remuneratórias do art. 7º da MP 305/2006.

(**) Aposentado - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 1º, e às pensões, o disposto da Medida Provisória 305/2006, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 4.878 de 03.12.65

Decreto-Lei nº 1.714 de 21.11.79

Decreto-Lei nº 2.251 de 26.02.85

Lei nº 7.548 de 05.12.86

Decreto-Lei nº 2.372 de 18.11.87

Lei nº 7.702 de 21.12.88

Lei nº 7.923 de 12.12.89

Portaria nº 523 de 28.07.89

Lei nº 8.162 de 08.01.91

Lei nº 8.216 de 13.08.91

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 9.014 de 30.03.95

Lei nº 9.264 de 07.02.96 - anexo III

Lei nº 9.266 de 15.03.96

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2.009 de 14.12.99

Medida Provisória nº 2.009-1 de 13.01.2000

Medida Provisória nº 2.009-2 de 11.02.2000

Medida Provisória nº 2.009-3 de 10.03.2000

Medida Provisória nº 2.009-4 de 11.04.2000

Medida Provisória nº 2.009-4 de 11.05.2000

Medida Provisória nº 2.009-6 de 08.06.2000

Medida Provisória nº 2.041-7 de 28.06.2000

Medida Provisória nº 2.041-8 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.041-9 de 25.08.2000

Medida Provisória nº 2.041-10 de 22.09.2000

Medida Provisória nº 2.041-11 de 24.10.2000

Medida Provisória nº 2.041-12 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2.041-13 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2.116-14 de 27.12.2000

Medida Provisória nº 2.116-15 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2.116-16 de 23.02.2001

Medida Provisória nº 2.116-17 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2.116-18 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2.116-19 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2.116-20 de 21.06.2001

Medida Provisória nº 2.184-21 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2.184-22 de 26.07.2001

Medida Provisória nº 2.184-23 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2.245-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art.21

Decreto nº 5116 de 24.06.2004

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004

Lei nº 11.095 de 13.01.2005 art. 1 ao art.3

Medida Provisória nº 305 de 29.06.2006

Lei nº 11.358 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 386 de 30.08.2007

Lei nº 11.538 de 08.11.2007

Decreto nº 7.014 de 23.11.2009

09. POLÍCIA FEDERAL

Carreira Policial Federal

Cargo: Agente de Polícia Federal

Cargo: Escrivão de Polícia Federal

Cargo: Papiloscopista Policial Federal

Nível Superior (*)

Posição: fevereiro/2009

CATEGORIA	ATIVO	APOSENTADO
	SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
	(**)	(***)
Especial	11.879,08	11.879,08
Primeira	9.468,92	9.468,92
Segunda	7.885,99	7.885,99
Terceira	7.514,33	7.514,33

(*) A partir da Lei nº 9.266, de 15 de março de 1.996 (redação dada pela Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2.005) o **Ingresso nos Cargos da Carreira Policial Federal far-se-á mediante concurso público, exigido o curso superior completo**, em nível de graduação, sempre na 3ª (terceira) classe, observados os requisitos fixados na legislação pertinente (art. 2º da Lei nº 9.266/1996.)

(**) A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira Policial Federal (art.1º da MP 305/2006)
Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos integrantes da Carreira Policial Federal as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Atividade - GAE de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992;

III - Valores da Gratificação por Operações Especiais - GOE, a que aludiam os Decretos-Leis nºs 1.714, de 21 de novembro de 1979, e 2.372, de 18 de novembro de 1987;

IV - Gratificação de Atividade Policial Federal;

V - Gratificação de Compensação Orgânica;

VI - Gratificação de Atividade de Risco;

VII - Indenização de Habilitação Policial Federal; e

VIII - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2003.

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º da MP 305/2006.

O subsídio dos integrantes da carreira Policial Federal não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica das espécies remuneratórias do art. 7º da MP 305/2006.

(***) Aposentado - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 1º, e às pensões, o disposto da Medida Provisória 305/2006, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 4.878 de 03.12.65

Decreto-Lei nº 1.714 de 21.11.79

Decreto-Lei nº 2.251 de 26.02.85

Lei Complementar nº 51 de 20.12.85

Lei nº 7.548 de 05.12.86

Decreto-Lei nº 2.320 de 26.01.1987

Decreto-Lei nº 2.372 de 18.11.87

Decreto-Lei nº 2.418 de 08.03.1988

Lei nº 7.702 de 21.12.88

Lei nº 7.923 de 12.12.89

Portaria nº 523 de 28.07.89

Lei nº 8.162 de 08.01.91

Lei nº 8.216 de 13.08.91

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 9.014 de 30.03.95

Lei nº 9.266 de 15.03.96

Decreto- nº 2.565 de 28.04.1998

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2.009 de 14.12.99

Medida Provisória nº 2.009-1 de 13.01.2000

Medida Provisória nº 2.009-2 de 11.02.2000

Medida Provisória nº 2.009-3 de 10.03.2000

Medida Provisória nº 2.009-4 de 11.04.2000

Medida Provisória nº 2.009-4 de 11.05.2000

Medida Provisória nº 2.009-6 de 08.06.2000

Medida Provisória nº 2.041-7 de 28.06.2000

Medida Provisória nº 2.041-8 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.041-9 de 25.08.2000

Medida Provisória nº 2.041-10 de 22.09.2000

Medida Provisória nº 2.041-11 de 24.10.2000

Medida Provisória nº 2.041-12 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2.041-13 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2.116-14 de 27.12.2000

Medida Provisória nº 2.116-15 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2.116-16 de 23.02.2001

Medida Provisória nº 2.116-17 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2.116-18 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2.116-19 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2.116-20 de 21.06.2001

Medida Provisória nº 2.184-21 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2.184-22 de 26.07.2001

Medida Provisória nº 2.184-23 de 24.08.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art. 21

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004

Lei nº 11.095 de 13.01.2005 art. 1 ao art.3

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Lei nº 11.164 de 18.08.05

Medida Provisória nº 305 de 29.06.2006

Lei nº 11.321 de 07.07.06

Lei nº 11.358 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 386 de 30.08.2007

Lei nº 11.538 de 08.11.2007

Decreto nº 7.014 de 23.11.2009

10. POLÍCIA RODOVIÁRIA

Carreira Policial Rodoviário Federal

Cargo: Policial Rodoviário Federal

Nível Intermediário

Posição: abril/2010

CLASSE	PADRÃO	ATIVO	APOSENTADO
		SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
		(*)	(**)
INSPETOR	III	10.544,14	10.544,14
	II	10.237,03	10.237,03
	I	9.938,87	9.938,87
AGENTE ESPECIAL	VI	9.376,29	9.376,29
	V	9.103,19	9.103,19
	IV	8.838,05	8.838,05
	III	8.580,63	8.580,63
	II	8.330,71	8.330,71
	I	8.088,07	8.088,07
AGENTE OPERACIONAL	VI	7.443,29	7.443,29
	V	7.369,60	7.369,60
	IV	7.296,63	7.296,63
	III	7.224,39	7.224,39
	II	7.152,86	7.152,86
AGENTE	I	7.082,04	7.082,04
	I	5.804,95	5.804,95

Subsídio - Anexo III da Lei nº 11.358/2006 - MP 431/2008

(*) A partir de 1º de julho de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares da Carreira de Policial Rodoviário Federal (art.1º da Lei 11.358/2006)

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos integrantes da Carreira de Policial Rodoviário Federal as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 1992;

III - Valores da Gratificação por Operações Especiais - GOE, a que aludiam os Decretos-Leis nº s 1.714, de 1979, e 2.372, de 1987;

IV - Gratificação de Atividade Policial Rodoviário Federal;

V - Gratificação de Desgaste Físico e Mental;

VI - Gratificação de Atividade de Risco;

VII - Valores de que trata o Anexo XII da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991; e

VIII - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2003.

Além dessas parcelas não são devidas as parcelas remuneratórias referidas nos arts. 5º ao 6º da Lei nº 11.358/2006.

O subsídio dos integrantes da Carreira Carreira de Policial Rodoviário Federal não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica das espécies Lei 11.358/2006.

As atribuições das classes do cargo de Policial Rodoviário Federal § 1º do art. 2º da Lei nº 9.654/1998.

(art.9º da Lei nº 11.358/2006)

(**) Aposentado - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 1º, e às pensões, o disposto da Lei nº 11.358/2006, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887/2006.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.112 de 11.12.90 art.40 §único	Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002
Lei nº 8.162 de 08.01.91	Lei nº 10.525 de 06.08.2002
Lei nº 8.270 de 17.12.91	Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92	Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art. 21
Lei nº 8.460 de 17.09.92	Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Portaria nº 1.533 de 01.06.95	Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Lei nº 9.166 de 20.12.95	Lei nº 10.699 de 09.07.2003
Decreto-Lei 2372 de 18.11.87	Lei nº 10.888 de 24.06.2004
Lei nº 9.654 de 02.06.98	Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 art. 4º
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Lei nº 11.095 de 13.01.2005 art. 4e art. 37
Decreto-Lei nº 1714 de 21.11.99	Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Medida Provisória nº 2116-19 de 24.05.2001	Medida Provisória nº 305 de 29.06.2006
Medida Provisória nº 2116-20 de 21.06.2001	Lei nº 11.358 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 2184-21 de 28.06.2001	Medida Provisória nº 431 de 14.05.2208 art. 58
Medida Provisória nº 2184-22 de 26.07.2001	Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001	Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 40
Medida Provisória nº 2184-23 de 24.08.2001	Lei nº 12.342 de 01.12.2010
Lei nº 10.331 de 18.12.2001	

11. SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP

Carreira de Analista Técnico da SUSEP

Cargo: Analista Técnico da SUSEP

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	ATIVO	APOSENTADO
		SUBSÍDIO (em R\$)	SUBSÍDIO (em R\$)
		(*)	(**)
Especial	IV	18.478,45	18.478,45
	III	17.965,08	17.965,08
	II	17.647,43	17.647,43
	I	17.335,39	17.335,39
C	III	16.668,64	16.668,64
	II	16.341,81	16.341,81
	I	16.021,38	16.021,38
B	III	15.707,23	15.707,23
	II	15.103,11	15.103,11
	I	14.806,97	14.806,97
A	III	14.516,64	14.516,64
	II	14.232,00	14.232,00
	I	12.960,77	12.960,77

Os atuais cargos ocupados cujos titulares tenham observado o disposto no § 3º do art. 52 da MP 440/2008, bem como os cargos vagos e os demais à medida que vagarem, de Analista Técnico da SUSEP do quadro de Pessoal da SUSEP passam a integrar a carreira de Analista Técnico da SUSEP (inciso I do art. 34 da MP 440/2008)..

Subsídio - Anexo IX da MP 440/2008

(*) A partir de 1º de julho de 2008, os titulares dos cargos integrantes da carreira a que se refere o inciso I do art. 34 da MP 440/2008, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o inciso I do art. 34 da MP 440/2008, a partir de 01.07.2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Seguros Privados - GDSUSEP, de que trata o art. 13 da Medida Provisória no 2.229-43, de 2001; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2003.

Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 47 MP 440/2008, não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere inciso I do art. 34 da MP 440/2008, a partir de 1º de julho de 2008, as parcelas referidas nos arts. 47 e 48 da MP 440/2008.

O subsídio dos integrantes das carreiras de que tratam o inciso I do art. 34 não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, o que está referido no art. 5.1 da MP 440/2008.

Aos titulares dos cargos integrantes da Carreira de Analista Técnico da SUSEP aplica-se o regime de dedicação exclusiva, com impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, havendo compatibilidade de horários.(art. 65 da MP 440/2008)

Sistema de Desenvolvimento da Carreira - art. 154. da MP 440/2008

(**) **Aposentado** - Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata inciso I do art. 34 da MP 440/2008 e às pensões o disposto do arts. 52 , 53 e 54 da MP 440/2008.

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 73 de 21.11.66

Lei nº 9.015 de 30.03.95

Decreto nº 1.519 de 08.06.95 art.5º e art. 7º incisos I e II

Portaria nº 48 de 13.03.96

Portaria nº 117 de 18.05.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Portaria nº 1132 de 29.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Decreto nº 4.843 de 24.09.2003 art. 1º

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Decreto nº 5.407 de 31.03.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

12. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

Plano de Carreira e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Grupo Informações da ABIN

* Cargo: Instrutor de Informações

Cargo : Demais Cargos de Nível Superior do Grupo Informações da ABIN (exceto Cargo de Instrutor de Informações)

Nível Superior - Cargo de Instrutor de Informações

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAIN			ATIVO		GDAIN 50 pts (***)	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts. G=(A+F)
			80 pts. (*)	100 pts. (**)	TOTAL (em R\$)				
			A	B	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	F		
ESPECIAL	III	6.787,36	7.813,60	9.767,00	14.600,96	16.554,36	4.883,50	11.670,86	
	II	6.667,35	7.705,60	9.632,00	14.372,95	16.299,35	4.816,00	11.483,35	
	I	6.549,45	7.599,20	9.499,00	14.148,65	16.048,45	4.749,50	11.298,95	
PRIMEIRA	VI	6.358,70	7.327,20	9.159,00	13.685,90	15.517,70	4.579,50	10.938,20	
	V	6.246,26	7.225,60	9.032,00	13.471,86	15.278,26	4.516,00	10.762,26	
	IV	6.135,82	7.125,60	8.907,00	13.261,42	15.042,82	4.453,50	10.589,32	
	III	6.027,33	7.027,20	8.784,00	13.054,53	14.811,33	4.392,00	10.419,33	
	II	5.920,75	6.930,40	8.663,00	12.851,15	14.583,75	4.331,50	10.252,25	
SEGUNDA	I	5.816,07	6.835,20	8.544,00	12.651,27	14.360,07	4.272,00	10.088,07	
	VI	5.646,67	6.589,60	8.237,00	12.236,27	13.883,67	4.118,50	9.765,17	
	V	5.546,83	6.498,40	8.123,00	12.045,23	13.669,83	4.061,50	9.608,33	
	IV	5.448,75	6.408,80	8.011,00	11.857,55	13.459,75	4.005,50	9.454,25	
	III	5.352,40	6.320,80	7.901,00	11.673,20	13.253,40	3.950,50	9.302,90	
TERCEIRA	II	5.257,77	6.233,60	7.792,00	11.491,37	13.049,77	3.896,00	9.153,77	
	I	5.164,80	6.147,20	7.684,00	11.312,00	12.848,80	3.842,00	9.006,80	
	V	5.014,37	5.926,40	7.408,00	10.940,77	12.422,37	3.704,00	8.718,37	
	IV	4.925,71	5.844,80	7.306,00	10.770,51	12.231,71	3.653,00	8.578,71	
	III	4.838,61	5.764,00	7.205,00	10.602,61	12.043,61	3.602,50	8.441,11	
TERCEIRA	II	4.753,06	5.684,80	7.106,00	10.437,86	11.859,06	3.553,00	8.306,06	
	I	4.669,02	5.606,40	7.008,00	10.275,42	11.677,02	3.504,00	8.173,02	

Nível Superior - Demais Cargos de Nível Superior do Grupo Informações da ABIN (exceto Cargo de Instrutor de Informações)

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAIN			ATIVO		GDAIN 50 pts (***)	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts. G=(A+F)
			80 pts. (*)	100 pts. (**)	TOTAL (em R\$)				
			A	B	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	F		
ESPECIAL	III	6.336,77	7.295,20	9.119,00	13.631,97	15.455,77	4.559,50	10.896,27	
	II	6.218,62	7.187,20	8.984,00	13.405,82	15.202,62	4.492,00	10.710,62	
	I	6.102,67	7.080,80	8.851,00	13.183,47	14.953,67	4.425,50	10.528,17	
PRIMEIRA	VI	5.924,92	6.854,40	8.568,00	12.779,32	14.492,92	4.284,00	10.208,92	
	V	5.814,44	6.753,60	8.442,00	12.568,04	14.256,44	4.221,00	10.035,44	
	IV	5.706,03	6.653,60	8.317,00	12.359,63	14.023,03	4.158,50	9.864,53	
	III	5.599,64	6.555,20	8.194,00	12.154,84	13.793,64	4.097,00	9.696,64	
	II	5.495,23	6.458,40	8.073,00	11.953,63	13.568,23	4.036,50	9.531,73	
SEGUNDA	I	5.392,76	6.363,20	7.954,00	11.755,96	13.346,76	3.977,00	9.369,76	
	VI	5.235,69	6.160,00	7.700,00	11.395,69	12.935,69	3.850,00	9.085,69	
	V	5.138,07	6.068,80	7.586,00	11.206,87	12.724,07	3.793,00	8.931,07	
	IV	5.042,27	5.979,20	7.474,00	11.021,47	12.516,27	3.737,00	8.779,27	
	III	4.948,25	5.890,40	7.363,00	10.838,65	12.311,25	3.681,50	8.629,75	
TERCEIRA	II	4.855,99	5.804,00	7.255,00	10.659,99	12.110,99	3.627,50	8.483,49	
	I	4.765,44	5.717,60	7.147,00	10.483,04	11.912,44	3.573,50	8.338,94	
	V	4.626,64	5.535,20	6.919,00	10.161,84	11.545,64	3.459,50	8.086,14	
	IV	4.540,38	5.453,60	6.817,00	9.993,98	11.357,38	3.408,50	7.948,88	
	III	4.455,72	5.372,80	6.716,00	9.828,52	11.171,72	3.358,00	7.813,72	
TERCEIRA	II	4.372,64	5.293,60	6.617,00	9.666,24	10.989,64	3.308,50	7.681,14	
	I	4.291,11	5.215,20	6.519,00	9.506,31	10.810,11	3.259,50	7.550,61	

* Enquadramento - Os titulares do cargo efetivo de nível superior de Instrutor de Informações do Grupo Informações possuidores do Curso de Informações Categoria "A" da extinta Escola Nacional de Informações - EsNI ou do Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência do extinto Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos - CEFARH ou de curso equivalente da Escola de Inteligência, titulado como Analista de Informações, em função da formação específica de que é possuidor, ficam enquadrados em cargos de Oficial de Inteligência, integrantes da Carreira de que trata a alínea "a" do inciso I do caput do art. 2º da Lei 11.776/2008.(caput do art. 3-A da Lei 11.776/2008)

O enquadramento dos servidores de que trata o caput do Art. 3º-A da Lei 11.776/2008 na Carreira de Oficial de Inteligência fica condicionado à comprovação de que:

I - preenchem os requisitos para ingresso no cargo de Oficial de Inteligência;

II - suas atribuições guardam similaridade em diferentes graus de complexidade e responsabilidade com o exercício de atividades de natureza técnico-administrativas relacionadas à obtenção, análise e disseminação de conhecimentos e ao desenvolvimento de recursos humanos para a atividade de inteligência;

III - sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

Atendidas as condições de que tratam os incisos I, II e III, os servidores de que trata o art. 3º-A da Lei nº 11.776/2010, serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da Abin, observados a similaridade de suas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela de Correlação, nos termos do Anexo VII da lei nº 11.776/2010.

Ao Diretor-Geral da Abin incumbe efetivar os enquadramentos de que trata o § 1º do art. 3-A da Lei nº 11.776/2010.

VB - Vencimento Básico (Anexo III da MP 434.2008)

GDAIN - Gratificação de Desempenho de Atividades de Informações e Inteligência

(*) Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional todos os servidores que a ela fizerem jus perceberão a GDAIN em valor correspondente a oitenta por cento de seu valor máximo observada a classe e padrão do servidor conforme estabelecido nos Anexo V da MP 434.2008.

(**) A GDAIN será paga com observância dos seguintes limites:

I - máximo cem pontos por servidor; e

II - mínimo trinta pontos por servidor correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo V da MP 434.2008.

Considerando o disposto nos §§ 1º 2º da MP 434.2008 a pontuação referente à GDAIN terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(***) **Aposentado** - GDAIN - art. 42 e art. 42-A da Lei nº 11.776/2008.

(***) **Aposentado** - a partir de 1º de julho de 2012, para fins de incorporação da GDAIN aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios do item I, II e III do art. 42-A da Lei nº 11.776/2012

Legislações Correspondentes:

Lei-Delegada nº 13 de 27.08.92

Medida Provisória nº 1.587-3 de 13.11.97

Decreto-Lei nº 2.405 art. 6º de 1987

Parecer SAE.CAD.AJ nº 17.91

Ofício SAE/CAD/SE-02 nº 1053

Parecer nº 352.91 - Boletim Serviço nº 14 Ano Ide 16 a 31 Out/91 SAE/PR

Portaria nº 171/SSI/CM/PR

Lei nº 8.162 de 08.01.91

Lei nº 7.923 de 12.12.89

Parecer nº 52 de 16.05.94/SAE

Parecer nº CS - 43/PR

Lei nº 9.651 de 27.05.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 158 de 23.12.2003

Lei nº 10.862 de 20.04.2004

Decreto nº 5.088 de 20.05.2004

Decreto nº 5.206 de 15.09.2004

Portaria nº 298 de 31.09.2005

Medida Provisória nº 269 de 15.12.2005

Lei nº 11.233 de 22.12.2005 art. 12

Medida Provisória nº 309 de 04.07.2006

Lei nº 11.362 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 434 de 04.06.2008

Lei nº 11.776 de 17.09.2008

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.277 de 30.06.2010

Medida Provisória nº 309 de 04.07.2006

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

12. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

Plano de Carreira e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Grupo Informações da ABIN

Cargo : Monitor de Informações do Grupo Informações da ABIN

Cargo: Demais Cargos de Nível Intermediário do Grupo Informações da ABIN (exceto Cargo de Monitor de Informações)

Nível Intermediário - Cargo de Monitor de Informações do Grupo Informações da ABIN

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAIN			ATIVO			GDAIN 50 pts. (***)	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts. G=(A+F)
			80 pts. (*)	100 pts. (**)	TOTAL (em R\$)					
			A	B	C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	F		
ESPECIAL	III	3.316,41	3.328,00	4.160,00	6.644,41	7.476,41	2.080,00	5.396,41		
	II	3.260,97	3.218,40	4.023,00	6.479,37	7.283,97	2.011,50	5.272,47		
	I	3.206,46	3.112,80	3.891,00	6.319,26	7.097,46	1.945,50	5.151,96		
PRIMEIRA	VI	3.143,59	2.914,40	3.643,00	6.057,99	6.786,59	1.821,50	4.965,09		
	V	3.091,04	2.818,40	3.523,00	5.909,44	6.614,04	1.761,50	4.852,54		
	IV	3.039,37	2.726,40	3.408,00	5.765,77	6.447,37	1.704,00	4.743,37		
	III	2.988,57	2.636,00	3.295,00	5.624,57	6.283,57	1.647,50	4.636,07		
	II	2.938,61	2.549,60	3.187,00	5.488,21	6.125,61	1.593,50	4.532,11		
	I	2.889,49	2.465,60	3.082,00	5.355,09	5.971,49	1.541,00	4.430,49		
SEGUNDA	VI	2.832,83	2.308,80	2.886,00	5.141,63	5.718,83	1.443,00	4.275,83		
	V	2.785,48	2.232,80	2.791,00	5.018,28	5.576,48	1.395,50	4.180,98		
	IV	2.738,92	2.159,20	2.699,00	4.898,12	5.437,92	1.349,50	4.088,42		
	III	2.693,14	2.088,80	2.611,00	4.781,94	5.304,14	1.305,50	3.998,64		
	II	2.648,12	2.020,00	2.525,00	4.668,12	5.173,12	1.262,50	3.910,62		
	I	2.603,85	1.953,60	2.442,00	4.557,45	5.045,85	1.221,00	3.824,85		
TERCEIRA	V	2.552,80	1.828,80	2.286,00	4.381,60	4.838,80	1.143,00	3.695,80		
	IV	2.510,12	1.768,80	2.211,00	4.278,92	4.721,12	1.105,50	3.615,62		
	III	2.468,17	1.710,40	2.138,00	4.178,57	4.606,17	1.069,00	3.537,17		
	II	2.426,91	1.654,40	2.068,00	4.081,31	4.494,91	1.034,00	3.460,91		
	I	2.386,34	1.600,00	2.000,00	3.986,34	4.386,34	1.000,00	3.386,34		

Nível Intermediário - Demais Cargos de Nível Intermediário do Grupo Informações da ABIN (exceto Cargo de Monitor de Informações)

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAIN			ATIVO			GDAIN 50 pts. (***)	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts. G=(A+F)
			80 pts. (*)	100 pts. (**)	TOTAL (em R\$)					
			A	B	C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	F		
ESPECIAL	III	2.860,99	3.347,20	4.184,00	6.208,19	7.044,99	2.092,00	4.952,99		
	II	2.832,66	3.219,20	4.024,00	6.051,86	6.856,66	2.012,00	4.844,66		
	I	2.804,61	3.095,20	3.869,00	5.899,81	6.673,61	1.934,50	4.739,11		
PRIMEIRA	VI	2.763,17	2.879,20	3.599,00	5.642,37	6.362,17	1.799,50	4.562,67		
	V	2.735,81	2.768,00	3.460,00	5.503,81	6.195,81	1.730,00	4.465,81		
	IV	2.708,72	2.661,60	3.327,00	5.370,32	6.035,72	1.663,50	4.372,22		
	III	2.681,90	2.559,20	3.199,00	5.241,10	5.880,90	1.599,50	4.281,40		
	II	2.655,35	2.460,80	3.076,00	5.116,15	5.731,35	1.538,00	4.193,35		
	I	2.629,06	2.366,40	2.958,00	4.995,46	5.587,06	1.479,00	4.108,06		
SEGUNDA	VI	2.590,20	2.201,60	2.752,00	4.791,80	5.342,20	1.376,00	3.966,20		
	V	2.564,56	2.116,80	2.646,00	4.681,36	5.210,56	1.323,00	3.887,56		
	IV	2.539,17	2.035,20	2.544,00	4.574,37	5.083,17	1.272,00	3.811,17		
	III	2.514,03	1.956,80	2.446,00	4.470,83	4.960,03	1.223,00	3.737,03		
	II	2.489,14	1.881,60	2.352,00	4.370,74	4.841,14	1.176,00	3.665,14		
	I	2.464,49	1.809,60	2.262,00	4.274,09	4.726,49	1.131,00	3.595,49		
TERCEIRA	V	2.428,07	1.683,20	2.104,00	4.111,27	4.532,07	1.052,00	3.480,07		
	IV	2.404,03	1.618,40	2.023,00	4.022,43	4.427,03	1.011,50	3.415,53		
	III	2.380,23	1.556,00	1.945,00	3.936,23	4.325,23	972,50	3.352,73		
	II	2.356,66	1.496,00	1.870,00	3.852,66	4.226,66	935,00	3.291,66		
	I	2.333,33	1.438,40	1.798,00	3.771,73	4.131,33	899,00	3.232,33		

VB - Vencimento Básico (Anexo III da MP 434/2008)

GDAIN - Gratificação de Desempenho de Atividades de Informações e Inteligência

(*) Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que a ela fizerem jus perceberão a GDAIN em valor correspondente a oitenta por cento de seu valor máximo, observada a classe e padrão do servidor, conforme estabelecido nos Anexo V da MP 434/2008.

(**) A GDAIN será paga com observância dos seguintes limites:

I - máximo, cem pontos por servidor; e

II - mínimo, trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo V da MP 434/2008.

Considerando o disposto nos §§ 1º 2º da MP 434/2008, a pontuação referente à GDAIN terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(***) **Aposentado** - GDAIN - art. 42 e art. 42-A da Lei nº 11.776/2008.

(***) Aposentado - a partir de 1º de julho de 2012, para fins de incorporação da GDAIN aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios do item I, II e III do art. 42-A da Lei nº 11.776/2012

Legislações Correspondentes:

Lei-Delegada nº 13 de 27.08.92

Medida Provisória nº 1.587-3 de 13.11.97

Decreto-Lei nº 2.405 art. 6º de 1987

Parecer SAE/CAD/AJ nº 17/91

Ofício SAE/CAD/SE-02 nº 1053

Parecer nº 352.91 - Boletim Serviço nº 14 Ano Ide 16 a 31 Oou/.91 SAE/PR

Portaria nº 171/SSI/CMR

Lei nº 8.162 de 08.01.91

Lei nº 7.923 de 12.12.89

Parecer nº 52 de 16.05.94/SAE

Parecer CS - 43/PR

Lei nº 9.651 de 27.05.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 158 sde 23.12.2003

Lei nº 10.862 de 20.04.2004

Decreto nº 5.088 de 20.05.2004

Decreto nº 5.206 de 15.09.2004

Portaria nº 298 de 31.09.2005

Medida Provisória nº 269 de 15.12.2005

Lei nº 11.233 de 22.12.2005 art. 12

Medida Provisória nº 309 de 04.07.2006

Lei nº 11.362 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 434 de 04.06.2008

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.277 de 30.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 2º e art. 3º

12. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

Plano de Carreira e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Grupo Apoio da ABIN

Cargos de Nível Superior do Grupo Apoio da ABIN

Nível Superior

Posição: abril/2011

CLASSE	PADRÃO	VB	GDACABIN		ATIVO		GDACABIN	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			(*)	(**)	80 pts.	100 pts.	(***)	50 pts.
A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)		
ESPECIAL	III	5.053,93	2.584,80	3.231,00	7.638,73	8.284,93	1.615,50	6.669,43
	II	4.979,24	2.497,60	3.122,00	7.476,84	8.101,24	1.561,00	6.540,24
	I	4.905,66	2.412,80	3.016,00	7.318,46	7.921,66	1.508,00	6.413,66
PRIMEIRA	VI	4.762,77	2.265,60	2.832,00	7.028,37	7.594,77	1.416,00	6.178,77
	V	4.692,39	2.188,80	2.736,00	6.881,19	7.428,39	1.368,00	6.060,39
	IV	4.623,04	2.115,20	2.644,00	6.738,24	7.267,04	1.322,00	5.945,04
	III	4.554,72	2.044,00	2.555,00	6.598,72	7.109,72	1.277,50	5.832,22
	II	4.487,41	1.974,40	2.468,00	6.461,81	6.955,41	1.234,00	5.721,41
SEGUNDA	I	4.421,09	1.908,00	2.385,00	6.329,09	6.806,09	1.192,50	5.613,59
	VI	4.292,33	1.791,20	2.239,00	6.083,53	6.531,33	1.119,50	5.411,83
	V	4.228,89	1.730,40	2.163,00	5.959,29	6.391,89	1.081,50	5.310,39
	IV	4.166,40	1.672,00	2.090,00	5.838,40	6.256,40	1.045,00	5.211,40
	III	4.104,82	1.616,00	2.020,00	5.720,82	6.124,82	1.010,00	5.114,82
TERCEIRA	II	4.044,16	1.560,80	1.951,00	5.604,96	5.995,16	975,50	5.019,66
	I	3.984,40	1.508,00	1.885,00	5.492,40	5.869,40	942,50	4.926,90
	V	3.868,34	1.416,00	1.770,00	5.284,34	5.638,34	885,00	4.753,34
	IV	3.811,18	1.368,00	1.710,00	5.179,18	5.521,18	855,00	4.666,18
	III	3.754,85	1.322,40	1.653,00	5.077,25	5.407,85	826,50	4.581,35
TERCEIRA	II	3.699,36	1.277,60	1.597,00	4.976,96	5.296,36	798,50	4.497,86
	I	3.644,69	1.234,40	1.543,00	4.879,09	5.187,69	771,50	4.416,19

VB - Vencimento Básico (Anexo IV da MP 434/2008)

GDACABIN- Gratificação de Desempenho de Atividades Complementares na ABIN

(*) Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que a ela fizerem jus perceberão a GDACABIN em valor correspondente a oitenta por cento de seu valor máximo, observada a classe e padrão do servidor, conforme estabelecido nos Anexo VI da MP 434/2008.

(**) A GDACABIN será paga com observância dos seguintes limites:

I - máximo, cem pontos por servidor; e

II - mínimo, trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI da MP 434/2008.

Considerando o disposto nos §§ 1º e 2º da MP 434/2008, a pontuação referente à GDACABIN terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(***) **Aposentado** - GDACABIN - art. 42 e art. 42-A da Lei 11.776/2008.

(***) **Aposentado** - a partir de 1º de julho de 2012, para fins de incorporação da GDACABIN aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios do item I, II e III do art. 42-A da Lei nº 11.776/2012

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 4247 de 22.05.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 158 de 23.12.2003

Lei nº 10.862 de 20.04.2004

Decreto nº 5.088 de 20.05.2004

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 309 de 04.07.2006

Lei nº 11.362 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 434 de 04.06.2008

Lei nº 11.776 de 17.09.2008

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.277 de 30.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 2º e art. 3º

12. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

Plano de Carreira e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Grupo Apoio da ABIN

Cargos de Nível Intermediário do Grupo Apoio da ABIN

Nível Intermediário

Posição: abril/2011

CLASSE	PADRÃO	VB	GDACABIN		ATIVO		GDACABIN	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			(*)	(**)	80 pts.	100 pts.	(***)	50 pts.
	A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	3.008,34	1.538,40	1.923,00	4.546,74	4.931,34	961,50	3.969,84
	II	2.984,47	1.486,40	1.858,00	4.470,87	4.842,47	929,00	3.913,47
	I	2.960,78	1.436,00	1.795,00	4.396,78	4.755,78	897,50	3.858,28
PRIMEIRA	VI	2.917,02	1.336,00	1.670,00	4.253,02	4.587,02	835,00	3.752,02
	V	2.893,87	1.291,20	1.614,00	4.185,07	4.507,87	807,00	3.700,87
	IV	2.870,91	1.247,20	1.559,00	4.118,11	4.429,91	779,50	3.650,41
	III	2.848,12	1.204,80	1.506,00	4.052,92	4.354,12	753,00	3.601,12
	II	2.825,52	1.164,00	1.455,00	3.989,52	4.280,52	727,50	3.553,02
	I	2.803,09	1.124,80	1.406,00	3.927,89	4.209,09	703,00	3.506,09
SEGUNDA	VI	2.761,67	1.046,40	1.308,00	3.808,07	4.069,67	654,00	3.415,67
	V	2.739,75	1.011,20	1.264,00	3.750,95	4.003,75	632,00	3.371,75
	IV	2.718,01	976,80	1.221,00	3.694,81	3.939,01	610,50	3.328,51
	III	2.696,43	944,00	1.180,00	3.640,43	3.876,43	590,00	3.286,43
	II	2.675,03	912,00	1.140,00	3.587,03	3.815,03	570,00	3.245,03
	I	2.653,80	880,80	1.101,00	3.534,60	3.754,80	550,50	3.204,30
TERCEIRA	V	2.614,58	820,00	1.025,00	3.434,58	3.639,58	512,50	3.127,08
	IV	2.593,83	792,00	990,00	3.385,83	3.583,83	495,00	3.088,83
	III	2.573,25	764,80	956,00	3.338,05	3.529,25	478,00	3.051,25
	II	2.552,83	739,20	924,00	3.292,03	3.476,83	462,00	3.014,83
	I	2.532,57	714,40	893,00	3.246,97	3.425,57	446,50	2.979,07

VB - Vencimento Básico (Anexo IV da MP 434/2008)

GDACABIN- Gratificação de Desempenho de Atividades Complementares na ABIN

(*) Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que a ela fizerem jus perceberão a GDACABIN em valor correspondente a oitenta por cento de seu valor máximo, observada a classe e padrão do servidor, conforme estabelecido nos Anexo VI da MP 434/2008.

(**) A GDACABIN será paga com observância dos seguintes limites:

I - máximo, cem pontos por servidor; e

II - mínimo, trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI da MP 434/2008.

Considerando o disposto nos §§ 1º e 2º da MP 434/2008, a pontuação referente à GDACABIN terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(***) **Aposentado** - GDACABIN - art. 42 e art. 42-A da Lei 11.776/2008.

(***) **Aposentado** - a partir de 1º de julho de 2012, para fins de incorporação da GDACABIN aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios do item I, II e III do art. 42-A da Lei nº 11.776/2012

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 4247 de 22.05.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 158 de 23.12.2003

Lei nº 10.862 de 20.04.2004

Decreto nº 5.088 de 20.05.2004

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 309 de 04.07.2006

Lei nº 11.362 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 434 de 04.06.2008

Lei nº 11.776 de 17.09.2008

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.277 de 30.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 2º e art. 3º

12. AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

Plano de Carreira e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Grupo Apoio da ABIN

Cargos de Nível Auxiliar do Grupo Apoio da ABIN

Nível Auxiliar

Nível Auxiliar		Posição: abril/2011						
CLASSE	PADRÃO	VB	GDACABIN		ATIVO		GDACABIN	APOSENTADO
			80 pts. (*)	100 pts. (**)	TOTAL (em R\$)		50 pts. (***)	TOTAL (em R\$)
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	1.830,15	492,00	615,00	2.322,15	2.445,15	307,50	2.137,65
	II	1.827,55	487,20	609,00	2.314,75	2.436,55	304,50	2.132,05
	I	1.824,03	474,40	593,00	2.298,43	2.417,03	296,50	2.120,53

VB - Vencimento Básico (Anexo IV da MP 434/2008)

GDACABIN- Gratificação de Desempenho de Atividades Complementares na ABIN

(*) Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que a ela fizerem jus perceberão a GDACABIN em valor correspondente a oitenta por cento de seu valor máximo, observada a classe e padrão do servidor, conforme estabelecido nos Anexo Vi da MP 434/2008.

(**) A GDACABIN será paga com observância dos seguintes limites:

I - máximo, cem pontos por servidor; e

II - mínimo, trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI da MP 434/2008.

Considerando o disposto nos §§ 1º e 2º da MP 434/2008, a pontuação referente à GDACABIN terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(***) **Aposentado** - GDACABIN - art. 42 e art. 42-A da Lei 11.776/2008.

(***) **Aposentado** - a partir de 1º de julho de 2012, para fins de incorporação da GDACABIN aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios do item I, II e III do art. 42-A da Lei nº 11.776/2012

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 4247 de 22.05.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 158 de 23.12.2003

Lei nº 10.862 de 20.04.2004

Decreto nº 5.088 de 20.05.2004

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 309 de 04.07.2006

Lei nº 11.362 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 434 de 04.06.2008

Lei nº 11.776 de 17.09.2008

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.277 de 30.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 2º e art. 3º

13. AGÊNCIAS REGULADORAS

ANA (*)

Cargos:

Especialista em Geoprocessamento

Especialista em Recursos Hídricos

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDRH		GQ		ATIVO			ATIVO			GDRH	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	10%	20%	TOTAL (em R\$) - 80 pts.			TOTAL (em R\$) - 100 pts.			50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(**)		(***)		Sem GQ	10%	20%	Sem GQ	10%	20%	(****)	M=(A+L)
	A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L		
ESPECIAL	III	7.945,00	6.356,00	7.945,00	794,50	1.589,00	14.301,00	15.095,50	15.890,00	15.890,00	16.684,50	17.479,00	3.972,50	11.917,50
	II	7.666,25	6.277,60	7.847,00	794,50	1.589,00	13.943,85	14.738,35	15.532,85	15.513,25	16.307,75	17.102,25	3.923,50	11.589,75
	I	7.387,50	6.200,00	7.750,00	794,50	1.589,00	13.587,50	14.382,00	15.176,50	15.137,50	15.932,00	16.726,50	3.875,00	11.262,50
B	V	7.108,75	6.121,60	7.652,00	794,50	1.589,00	13.230,35	14.024,85	14.819,35	14.760,75	15.555,25	16.349,75	3.826,00	10.934,75
	IV	6.830,00	6.044,00	7.555,00	794,50	1.589,00	12.874,00	13.668,50	14.463,00	14.385,00	15.179,50	15.974,00	3.777,50	10.607,50
	III	6.551,25	5.965,60	7.457,00	794,50	1.589,00	12.516,85	13.311,35	14.105,85	14.008,25	14.802,75	15.597,25	3.728,50	10.279,75
	II	6.272,50	5.888,00	7.360,00	794,50	1.589,00	12.160,50	12.955,00	13.749,50	13.632,50	14.427,00	15.221,50	3.680,00	9.952,50
	I	5.993,75	5.809,60	7.262,00	794,50	1.589,00	11.803,35	12.597,85	13.392,35	13.255,75	14.050,25	14.844,75	3.631,00	9.624,75
A	V	5.715,00	5.732,00	7.165,00	794,50	1.589,00	11.447,00	12.241,50	13.036,00	12.880,00	13.674,50	14.469,00	3.582,50	9.297,50
	IV	5.436,25	5.653,60	7.067,00	794,50	1.589,00	11.089,85	11.884,35	12.678,85	12.503,25	13.297,75	14.092,25	3.533,50	8.969,75
	III	5.157,50	5.575,20	6.969,00	794,50	1.589,00	10.732,70	11.527,20	12.321,70	12.126,50	12.921,00	13.715,50	3.484,50	8.642,00
	II	4.878,75	5.497,60	6.872,00	794,50	1.589,00	10.376,35	11.170,85	11.965,35	11.750,75	12.545,25	13.339,75	3.436,00	8.314,75
	I	4.600,00	5.419,20	6.774,00	794,50	1.589,00	10.019,20	10.813,70	11.608,20	11.374,00	12.168,50	12.963,00	3.387,00	7.987,00

(*) ANA - Agência Nacional de Águas (Autarquia Especial)

VB - Anexo I da Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003

GDRH - Gratificação de Desempenho de Recursos Hídricos

Os ocupantes dos cargos de Especialista em Recursos Hídricos e Especialista em Geoprocessamento farão jus à Gratificação de Desempenho de Atividade de Recursos Hídricos - GDRH, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na ANA. (art. 11 da Lei nº 10.768/2003 e art. 72 da Lei nº 12.702/2012)

(**) A GDRH será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo I-a da Lei nº 10.768/2003.

A pontuação referente à GDRH será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDRH no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

GQ - Gratificação de Qualificação (vantagem pecuniária a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 22 da Lei nº 10.871/2004) na forma estabelecida em regulamento, observados os seguintes parâmetros e limites:

(***) GQ de 20% do maior vencimento básico do cargo, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior, providos;

(***) GQ de 10% do maior vencimento básico do cargo, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos de nível superior, providos. Observar o § 1º ao § 6º do art. 22 da Lei nº 10.871/2004.

(****) Aposentado - GDRH - art. 13 da Lei nº 10.768/2003 (alteração dada art. 274 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 9.984 de 17.07.2000

Lei nº 9.986 de 17.07.2000

Decreto nº 3.692 de 19.12.2000

Resolução nº 23 de 18.06.2001

Resolução nº 1 de 14.01.2002

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 124 de 11.07.2003

Medida Provisória nº 128 de 01.09.2003

Lei nº 10.752 de 30.10.2003

Lei nº 10.768 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003

Resolução nº 29 de 19.01.2004

Lei nº 10.871 de 20.05.2004

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005 art.23

Decreto nº 5.515 de 18.08.2005

Medida Provisória nº 269 de 15.12.2005

Lei nº 11.292 de 26.04.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 5.515 de 18.08.2005

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 73

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 72

13. AGÊNCIAS REGULADORAS

ANA - ANAC - ANEEL - ANSS - ANATEL - ANTAQ - ANTT - ANVISA - ANCINE - ANP (*)

Cargo: Analista Administrativo

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATR			GQ		ATIVO			ATIVO			GDATR	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		10%	20%	TOTAL (em R\$) - 80 pts.			TOTAL (em R\$) - 100 pts.			50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(**)			(***)		Sem GQ	10%	20%	Sem GQ	10%	20%	(****)	
		A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)	
ESPECIAL	III	7.945,00	5.466,40	6.833,00	794,50	1.589,00	13.411,40	14.205,90	15.000,40	14.778,00	15.572,50	16.367,00	3.416,50	11.361,50	
	II	7.666,25	5.399,20	6.749,00	794,50	1.589,00	13.065,45	13.859,95	14.654,45	14.415,25	15.209,75	16.004,25	3.374,50	11.040,75	
	I	7.387,50	5.332,00	6.665,00	794,50	1.589,00	12.719,50	13.514,00	14.308,50	14.052,50	14.847,00	15.641,50	3.332,50	10.720,00	
B	V	7.108,75	5.265,60	6.582,00	794,50	1.589,00	12.374,35	13.168,85	13.963,35	13.690,75	14.485,25	15.279,75	3.291,00	10.399,75	
	IV	6.830,00	5.198,40	6.498,00	794,50	1.589,00	12.028,40	12.822,90	13.617,40	13.328,00	14.122,50	14.917,00	3.249,00	10.079,00	
	III	6.551,25	5.132,00	6.415,00	794,50	1.589,00	11.683,25	12.477,75	13.272,25	12.966,25	13.760,75	14.555,25	3.207,50	9.758,75	
	II	6.272,50	5.064,80	6.331,00	794,50	1.589,00	11.337,30	12.131,80	12.926,30	12.603,50	13.398,00	14.192,50	3.165,50	9.438,00	
A	I	5.993,75	4.997,60	6.247,00	794,50	1.589,00	10.991,35	11.785,85	12.580,35	12.240,75	13.035,25	13.829,75	3.123,50	9.117,25	
	V	5.715,00	4.931,20	6.164,00	794,50	1.589,00	10.646,20	11.440,70	12.235,20	11.879,00	12.673,50	13.468,00	3.082,00	8.797,00	
	IV	5.436,25	4.864,00	6.080,00	794,50	1.589,00	10.300,25	11.094,75	11.889,25	11.516,25	12.310,75	13.105,25	3.040,00	8.476,25	
	III	5.157,50	4.797,60	5.997,00	794,50	1.589,00	9.955,10	10.749,60	11.544,10	11.154,50	11.949,00	12.743,50	2.998,50	8.156,00	
	II	4.878,75	4.730,40	5.913,00	794,50	1.589,00	9.609,15	10.403,65	11.198,15	10.791,75	11.586,25	12.380,75	2.956,50	7.835,25	
I	4.600,00	4.663,20	5.829,00	794,50	1.589,00	9.263,20	10.057,70	10.852,20	10.429,00	11.223,50	12.018,00	2.914,50	7.514,50		

- (*) ANA - Agência Nacional de Água (Autarquia Especial)
- (*) ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil (Autarquia Especial)
- (*) ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica (Autarquia Especial)
- (*) ANSS - Agência Nacional de Saúde Suplementar (Autarquia Especial)
- (*) ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações (Autarquia Especial)
- (*) ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Autarquia Especial)
- (*) ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres (Autarquia Especial)
- (*) ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Autarquia Especial)
- (*) ANCINE - Agência Nacional de Cinema (Autarquia Especial)
- (*) ANP - Agência Nacional do Petróleo (Autarquia Especial)

VB - Anexo IV da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004

GDATR - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa em Regulação

(**) A GDATR será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VII da Lei nº 10.871/2004

A pontuação referente à GDATR será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDATR no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

GQ - Gratificação de Qualificação (vantagem pecuniária a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 22 da Lei nº 10.871/2004) na forma estabelecida em regulamento, observados os seguintes parâmetros e limites:

(***) GQ de 20% do maior vencimento básico do cargo, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior, providos;

(***) GQ de 10% do maior vencimento básico do cargo, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos de nível superior, providos. Observar o § 1º ao § 6º do art. 22 da Lei nº 10.871/2004.

(****) Aposentado - GDATR - art. 20 da Lei nº 10.871/2004 (alteração dada art. 270 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 9984 de 17.07.2000

Lei nº 9.986 de 17.07.2000

Decreto nº 3.692 de 19.12.2000

Resolução nº 23 de 18.06.2001

Resolução nº 1 de 14.01.2002

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 124 de 11.07.2003

Medida Provisória nº 128 de 01.09.2003

Lei nº 10.752 de 30.10.2003

Lei nº 10.768 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003

Resolução nº 29 de 19.01.2004

Lei nº 10.871 de 20.05.2004

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005 art.23

Medida Provisória nº 269 de 15.12.2005

Lei nº 11.292 de 26.04.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.490, de 20 de junho de 2007

Decreto nº 5.827 de 29.06.2006

Decreto nº 6.030 de 01.02.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

13. AGÊNCIAS REGULADORAS

ANAC - ANEEL - ANSS - ANATEL - ANTAQ - ANTT - ANVISA - ANCINE - ANP (*)

Cargos:

Especialista em Regulação de Aviação Civil (Carreira de Regulação e Fiscalização de Aviação Civil)

Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia (Carreira de Regulação e Fiscalização de Recursos Energéticos)

Especialista em Regulação de Saúde Suplementar (Carreira de Regulação e Fiscalização de Saúde Suplementar)

Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações (Carreira de Regulação e Fiscalização de Serviço Públicos e Telecomunicações)

Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários (Carreira de Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Aquaviários)

Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres (Carreira de Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Terrestres)

Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária (Carreira de Regulação e Fiscalização de Locais, Produtos e Serviços sob Vigilância Sanitária)

Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual (Carreira de Regulação e Fiscalização da Atividade Cinematográfica e Audiovisual)

Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural (Carreira de Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural)

Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural (Carreira de Regulação e Fiscalização de Petróleo e Derivados, álcool combustível e Gás Natural)

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAR			GQ		ATIVO			ATIVO			GDAR	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		10%	20%	TOTAL (em R\$) - 80 pts.			TOTAL (em R\$) - 100 pts.			50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(**)		(***)								(****)		
		A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)	
ESPECIAL	III	7.945,00	6.356,00	7.945,00	794,50	1.589,00	14.301,00	15.095,50	15.890,00	15.890,00	16.684,50	17.479,00	3.972,50	11.917,50	
	II	7.666,25	6.277,60	7.847,00	794,50	1.589,00	13.943,85	14.738,35	15.532,85	15.513,25	16.307,75	17.102,25	3.923,50	11.589,75	
	I	7.387,50	6.200,00	7.750,00	794,50	1.589,00	13.587,50	14.382,00	15.176,50	15.137,50	15.932,00	16.726,50	3.875,00	11.262,50	
B	V	7.108,75	6.121,60	7.652,00	794,50	1.589,00	13.230,35	14.024,85	14.819,35	14.760,75	15.555,25	16.349,75	3.826,00	10.934,75	
	IV	6.830,00	6.044,00	7.555,00	794,50	1.589,00	12.874,00	13.668,50	14.463,00	14.385,00	15.179,50	15.974,00	3.777,50	10.607,50	
	III	6.551,25	5.965,60	7.457,00	794,50	1.589,00	12.516,85	13.311,35	14.105,85	14.008,25	14.802,75	15.597,25	3.728,50	10.279,75	
	II	6.272,50	5.888,00	7.360,00	794,50	1.589,00	12.160,50	12.955,00	13.749,50	13.632,50	14.427,00	15.221,50	3.680,00	9.952,50	
	I	5.993,75	5.809,60	7.262,00	794,50	1.589,00	11.803,35	12.597,85	13.392,35	13.255,75	14.050,25	14.844,75	3.631,00	9.624,75	
A	V	5.715,00	5.732,00	7.165,00	794,50	1.589,00	11.447,00	12.241,50	13.036,00	12.880,00	13.674,50	14.469,00	3.582,50	9.297,50	
	IV	5.436,25	5.653,60	7.067,00	794,50	1.589,00	11.089,85	11.884,35	12.678,85	12.503,25	13.297,75	14.092,25	3.533,50	8.969,75	
	III	5.157,50	5.575,20	6.969,00	794,50	1.589,00	10.732,70	11.527,20	12.321,70	12.126,50	12.921,00	13.715,50	3.484,50	8.642,00	
	II	4.878,75	5.497,60	6.872,00	794,50	1.589,00	10.376,35	11.170,85	11.965,35	11.750,75	12.545,25	13.339,75	3.436,00	8.314,75	
	I	4.600,00	5.419,20	6.774,00	794,50	1.589,00	10.019,20	10.813,70	11.608,20	11.374,00	12.168,50	12.963,00	3.387,00	7.987,00	

- (*) ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil (Autarquia Especial)
- (*) ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica (Autarquia Especial)
- (*) ANSS - Agência Nacional de Saúde Suplementar (Autarquia Especial)
- (*) ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações (Autarquia Especial)
- (*) ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Autarquia Especial)
- (*) ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres (Autarquia Especial)
- (*) ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Autarquia Especial)
- (*) ANCINE - Agência Nacional de Cinema (Autarquia Especial)
- (*) ANP - Agência Nacional do Petróleo (Autarquia Especial)

VB - Anexo IV da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004

GDAR - Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação

(**) A GDAR será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI da Lei nº 10.871/2004

A pontuação referente à GDAR será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAR no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. (§ 2º do art. 271 da Lei nº 11.907/2009)

GQ - Gratificação de Qualificação (vantagem pecuniária a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 22 da Lei nº 10.871/2004) na forma estabelecida em regulamento, observados os seguintes parâmetros e limites:

(***) GQ de 20% do maior vencimento básico do cargo, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior, providos;

(***) GQ de 10% do maior vencimento básico do cargo, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos de nível superior, providos. Observar o § 1º ao § 6º do art. 22 da Lei nº 10.871/2004.

(****) Aposentado - GDAR - art. 20 da Lei nº 10.871/2004 (alteração dada art. 270 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 9.986 de 17.07.2000

Lei nº 10.233 de 05.06.2001

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003

Lei nº 10.871 de 20.05.2004

Lei nº 11.182 de 27.09.2005

Medida Provisória nº 269 de 15.12.2005

Lei nº 11.292 de 26.04.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Decreto nº 5.827 de 29.06.2006

Decreto nº 6.030 de 01.02.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

13. AGÊNCIAS REGULADORAS

ANAC - ANSS - ANATEL - ANTAQ - ANTT - ANMISA - ANCINE - ANP (*)

Cargos:

Técnico em Regulação de Aviação Civil (Carreira de Suporte à Regulação e Fiscalização de Aviação Civil)

Técnico em Regulação de Saúde Suplementar (Carreira Suporte à Regulação e Fiscalização de Saúde Suplementar)

Técnico em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações (Carreira Suporte à Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos de Telecomunicações)

Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários (Carreira Suporte à Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Aquaviários)

Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres (Carreira Suporte à Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Terrestres)

Técnico em Regulação e Vigilância Sanitária (Carreira Suporte à Regulação e Fiscalização de Locais, Produtos e Serviços sob Vigilância Sanitária)

Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual (Carreira Suporte à Regulação e Fiscalização da Atividade Cinematográfica e Audiovisual)

Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural (Carreira Suporte à Regulação e Fiscalização de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural)

Nível Intermediário

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAR			ATIVO		GDAR	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)	TOTAL (em R\$)	50 pts.	TOTAL (em R\$)	
			(**)				80 pts. 100 pts.		(***)
A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)			
ESPECIAL	III	3.967,76	3.174,40	3.968,00	7.142,16	7.935,76	1.984,00	5.951,76	
	II	3.852,20	3.108,80	3.886,00	6.961,00	7.738,20	1.943,00	5.795,20	
	I	3.740,00	3.044,80	3.806,00	6.784,80	7.546,00	1.903,00	5.643,00	
B	V	3.510,09	2.928,00	3.660,00	6.438,09	7.170,09	1.830,00	5.340,09	
	IV	3.407,85	2.868,00	3.585,00	6.275,85	6.992,85	1.792,50	5.200,35	
	III	3.308,59	2.808,80	3.511,00	6.117,39	6.819,59	1.755,50	5.064,09	
	II	3.212,22	2.751,20	3.439,00	5.963,42	6.651,22	1.719,50	4.931,72	
	I	3.118,66	2.694,40	3.368,00	5.813,06	6.486,66	1.684,00	4.802,66	
A	V	2.928,32	2.614,40	3.268,00	5.542,72	6.196,32	1.634,00	4.562,32	
	IV	2.843,03	2.536,80	3.171,00	5.379,83	6.014,03	1.585,50	4.428,53	
	III	2.760,22	2.484,80	3.106,00	5.245,02	5.866,22	1.553,00	4.313,22	
	II	2.679,83	2.433,60	3.042,00	5.113,43	5.721,83	1.521,00	4.200,83	
	I	2.601,78	2.383,20	2.979,00	4.984,98	5.580,78	1.489,50	4.091,28	

- (*) ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil (Autarquia Especial)
- (*) ANSS - Agência Nacional de Saúde Suplementar (Autarquia Especial)
- (*) ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações (Autarquia Especial)
- (*) ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Autarquia Especial)
- (*) ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres (Autarquia Especial)
- (*) ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Autarquia Especial)
- (*) ANCINE - Agência Nacional de Cinema (Autarquia Especial)
- (*) ANP - Agência Nacional do Petróleo (Autarquia Especial)

VB - Anexo V da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004

GDAR - Gratificação de Desempenho de Atividade de Regulação

(**) A GDAR será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI da Lei nº 10.871/2004

A pontuação referente à GDAR será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAR no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. (§ 2º do art. 271 da Lei nº 11.907/2009)

(****) Aposentado - GDAR - art. 20 da Lei nº 10.871/2004 (alteração dada art. 270 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 9.986 de 17.07.2000

Lei nº 10.233 de 05.06.2001

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003

Lei nº 10.871 de 20.05.2004

Lei nº 11.182 de 27.09.2005

Medida Provisória nº 269 de 15.12.2005

Lei nº 11.292 de 26.04.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Decreto nº 5.827 de 29.06.2006

Decreto nº 6.030 de 01.02.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

13. AGÊNCIAS REGULADORAS

ANA - ANAC - ANEEL - ANSS - ANATEL - ANTAQ - ANTT - ANVISA - ANCINE - ANP (*)

Cargo: Técnico Administrativo

Nível Intermediário

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATR		ATIVO		GDATR	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			(**)		80 pts.	100 pts.	(***)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	3.967,76	2.957,60	3.697,00	6.925,36	7.664,76	1.848,50	5.816,26
	II	3.852,20	2.891,20	3.614,00	6.743,40	7.466,20	1.807,00	5.659,20
	I	3.740,00	2.826,40	3.533,00	6.566,40	7.273,00	1.766,50	5.506,50
B	V	3.510,09	2.704,80	3.381,00	6.214,89	6.891,09	1.690,50	5.200,59
	IV	3.407,85	2.644,00	3.305,00	6.051,85	6.712,85	1.652,50	5.060,35
	III	3.308,59	2.584,80	3.231,00	5.893,39	6.539,59	1.615,50	4.924,09
	II	3.212,22	2.526,40	3.158,00	5.738,62	6.370,22	1.579,00	4.791,22
	I	3.118,66	2.469,60	3.087,00	5.588,26	6.205,66	1.543,50	4.662,16
A	V	2.928,32	2.363,20	2.954,00	5.291,52	5.882,32	1.477,00	4.405,32
	IV	2.843,03	2.310,40	2.888,00	5.153,43	5.731,03	1.444,00	4.287,03
	III	2.760,22	2.258,40	2.823,00	5.018,62	5.583,22	1.411,50	4.171,72
	II	2.679,83	2.208,00	2.760,00	4.887,83	5.439,83	1.380,00	4.059,83
	I	2.601,78	2.158,40	2.698,00	4.760,18	5.299,78	1.349,00	3.950,78

- (*) ANA - Agência Nacional de Água (Autarquia Especial)
- (*) ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil (Autarquia Especial)
- (*) ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica (Autarquia Especial)
- (*) ANSS - Agência Nacional de Saúde Suplementar (Autarquia Especial)
- (*) ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações (Autarquia Especial)
- (*) ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Autarquia Especial)
- (*) ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres (Autarquia Especial)
- (*) ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Autarquia Especial)
- (*) ANCINE - Agência Nacional de Cinema (Autarquia Especial)
- (*) ANP - Agência Nacional do Petróleo (Autarquia Especial)

VB - Anexo V da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004

GDATR - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa em Regulação

(**) A GDATR será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VII da Lei nº 10.871/2004

A pontuação referente à GDATR será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDATR no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

(***) Aposentado - GDATR - art. 20 da Lei nº 10.871/2004 (alteração dada art. 270 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 9.986 de 17.07.2000

Lei nº 10.233 de 05.06.2001

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003

Lei nº 10.871 de 20.05.2004

Medida Provisória nº 269 de 15.12.2005

Lei nº 11.292 de 26.04.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Decreto nº 5.827 de 29.06.2006

Decreto nº 6.030 de 01.02.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 5.827 de 29.06.2006

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

13. AGÊNCIAS REGULADORAS

Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (*)

Cargo: Médico - 20 h e 40 h

Nível Superior - 20 h

CLASSE	PADRÃO	VB	GEDR			ATIVO		GEDR	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)	
			(**)			80 pts.	100 pts.	(***)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	3.032,75	2.426,40	3.033,00	5.459,15	6.065,75	1.516,50	4.549,25	
	II	2.973,29	2.397,60	2.997,00	5.370,89	5.970,29	1.498,50	4.471,79	
	I	2.914,99	2.369,60	2.962,00	5.284,59	5.876,99	1.481,00	4.395,99	
C	VI	2.830,09	2.327,20	2.909,00	5.157,29	5.739,09	1.454,50	4.284,59	
	V	2.774,60	2.300,00	2.875,00	5.074,60	5.649,60	1.437,50	4.212,10	
	IV	2.720,19	2.272,80	2.841,00	4.992,99	5.561,19	1.420,50	4.140,69	
	III	2.666,86	2.245,60	2.807,00	4.912,46	5.473,86	1.403,50	4.070,36	
	II	2.614,57	2.219,20	2.774,00	4.833,77	5.388,57	1.387,00	4.001,57	
	I	2.563,30	2.192,80	2.741,00	4.756,10	5.304,30	1.370,50	3.933,80	
B	VI	2.488,64	2.153,60	2.692,00	4.642,24	5.180,64	1.346,00	3.834,64	
	V	2.439,85	2.091,20	2.614,00	4.531,05	5.053,85	1.307,00	3.746,85	
	IV	2.392,01	2.030,40	2.538,00	4.422,41	4.930,01	1.269,00	3.661,01	
	III	2.345,11	1.971,20	2.464,00	4.316,31	4.809,11	1.232,00	3.577,11	
	II	2.299,13	1.913,60	2.392,00	4.212,73	4.691,13	1.196,00	3.495,13	
	I	2.254,05	1.857,60	2.322,00	4.111,65	4.576,05	1.161,00	3.415,05	
A	V	2.188,40	1.824,80	2.281,00	4.013,20	4.469,40	1.140,50	3.328,90	
	IV	2.145,49	1.772,00	2.215,00	3.917,49	4.360,49	1.107,50	3.252,99	
	III	2.103,42	1.720,00	2.150,00	3.823,42	4.253,42	1.075,00	3.178,42	
	II	2.062,17	1.670,40	2.088,00	3.732,57	4.150,17	1.044,00	3.106,17	
	I	2.021,74	1.621,60	2.027,00	3.643,34	4.048,74	1.013,50	3.035,24	

Nível Superior - 40h

CLASSE	PADRÃO	VB	GEDR			ATIVO		GEDR	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)	
			(**)			80 pts.	100 pts.	(***)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	6.065,50	4.852,80	6.066,00	10.918,30	12.131,50	3.033,00	9.098,50	
	II	5.946,57	4.795,20	5.994,00	10.741,77	11.940,57	2.997,00	8.943,57	
	I	5.829,97	4.738,40	5.923,00	10.568,37	11.752,97	2.961,50	8.791,47	
C	VI	5.660,17	4.654,40	5.818,00	10.314,57	11.478,17	2.909,00	8.569,17	
	V	5.549,19	4.599,20	5.749,00	10.148,39	11.298,19	2.874,50	8.423,69	
	IV	5.440,38	4.544,80	5.681,00	9.985,18	11.121,38	2.840,50	8.280,88	
	III	5.333,71	4.491,20	5.614,00	9.824,91	10.947,71	2.807,00	8.140,71	
	II	5.229,13	4.437,60	5.547,00	9.666,73	10.776,13	2.773,50	8.002,63	
	I	5.126,60	4.384,80	5.481,00	9.511,40	10.607,60	2.740,50	7.867,10	
B	VI	4.977,28	4.307,20	5.384,00	9.284,48	10.361,28	2.692,00	7.669,28	
	V	4.879,69	4.181,60	5.227,00	9.061,29	10.106,69	2.613,50	7.493,19	
	IV	4.784,01	4.060,00	5.075,00	8.844,01	9.859,01	2.537,50	7.321,51	
	III	4.690,21	3.941,60	4.927,00	8.631,81	9.617,21	2.463,50	7.153,71	
	II	4.598,25	3.826,40	4.783,00	8.424,65	9.381,25	2.391,50	6.989,75	
	I	4.508,09	3.715,20	4.644,00	8.223,29	9.152,09	2.322,00	6.830,09	
A	V	4.376,79	3.649,60	4.562,00	8.026,39	8.938,79	2.281,00	6.657,79	
	IV	4.290,97	3.543,20	4.429,00	7.834,17	8.719,97	2.214,50	6.505,47	
	III	4.206,83	3.440,00	4.300,00	7.646,83	8.506,83	2.150,00	6.356,83	
	II	4.124,34	3.340,00	4.175,00	7.464,34	8.299,34	2.087,50	6.211,84	
	I	4.043,47	3.242,40	4.053,00	7.285,87	8.096,47	2.026,50	6.069,97	

(*) ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Autarquia Especial)

Plano Especial de Cargos da ANVISA - composto pelos cargos do art. 1º da Lei nº 10.882/2004 (alteração dada pelo art. 29 da Lei nº 11.357/2006)

Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, ou ocupantes de cargos efetivos da Carreira de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, redistribuídos para aquela Agência mediante autorização legal específica e integrantes do Quadro de Pessoal Específico da Anvisa, de que trata o art. 28 da Lei nº 9.986/2000-Art. 1º da Lei nº 10.882/2004

VB - Anexo III da Lei nº 10.882, de 9 de junho de 2004

GEDR - Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação

(**) A GEDR será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XIV-D da Lei nº 11.357/2006

A pontuação referente à GEDR será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GEDR no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos (art. 36-A da Lei nº 11.357/2006)

(***) Aposentado - GEDR - art. 36-D da Lei nº 11.357/2006 (alteração dada art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 170 de 04.03.2004

Lei nº 10.882 de 09.07.2004

Lei nº 10.882 de 09.07.2004 - Retificação DOU 08.11.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

13. AGÊNCIAS REGULADORAS

Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (*)

Cargo: Nível Superior (exceto Médico)

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GEDR		ATIVO		GEDR	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			(**)		80 pts.	100 pts.	(***)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	6.065,50	4.852,80	6.066,00	10.918,30	12.131,50	3.033,00	9.098,50
	II	5.946,57	4.795,20	5.994,00	10.741,77	11.940,57	2.997,00	8.943,57
	I	5.829,97	4.738,40	5.923,00	10.568,37	11.752,97	2.961,50	8.791,47
C	VI	5.660,17	4.654,40	5.818,00	10.314,57	11.478,17	2.909,00	8.569,17
	V	5.549,19	4.599,20	5.749,00	10.148,39	11.298,19	2.874,50	8.423,69
	IV	5.440,38	4.544,80	5.681,00	9.985,18	11.121,38	2.840,50	8.280,88
	III	5.333,71	4.491,20	5.614,00	9.824,91	10.947,71	2.807,00	8.140,71
	II	5.229,13	4.437,60	5.547,00	9.666,73	10.776,13	2.773,50	8.002,63
	I	5.126,60	4.384,80	5.481,00	9.511,40	10.607,60	2.740,50	7.867,10
B	VI	4.977,28	4.307,20	5.384,00	9.284,48	10.361,28	2.692,00	7.669,28
	V	4.879,69	4.181,60	5.227,00	9.061,29	10.106,69	2.613,50	7.493,19
	IV	4.784,01	4.060,00	5.075,00	8.844,01	9.859,01	2.537,50	7.321,51
	III	4.690,21	3.941,60	4.927,00	8.631,81	9.617,21	2.463,50	7.153,71
	II	4.598,25	3.826,40	4.783,00	8.424,65	9.381,25	2.391,50	6.989,75
	I	4.508,09	3.715,20	4.644,00	8.223,29	9.152,09	2.322,00	6.830,09
A	V	4.376,79	3.649,60	4.562,00	8.026,39	8.938,79	2.281,00	6.657,79
	IV	4.290,97	3.543,20	4.429,00	7.834,17	8.719,97	2.214,50	6.505,47
	III	4.206,83	3.440,00	4.300,00	7.646,83	8.506,83	2.150,00	6.356,83
	II	4.124,34	3.340,00	4.175,00	7.464,34	8.299,34	2.087,50	6.211,84
	I	4.043,47	3.242,40	4.053,00	7.285,87	8.096,47	2.026,50	6.069,97

(*) ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Autarquia Especial)

Plano Especial de Cargos da ANVISA - composto pelos cargos do art. 1º da Lei nº 10.882/2004 (alteração dada pelo art. 29 da Lei nº 11.357/2006)

Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, ou ocupantes de cargos efetivos da Carreira de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, redistribuídos para aquela Agência mediante autorização legal específica e integrantes do Quadro de Pessoal Específico da Anvisa, de que trata o art. 28 da Lei nº 9.986/2000-Art. 1º da Lei nº 10.882/2004

VB - Anexo III da Lei nº 10.882, de 9 de junho de 2004

GEDR - Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação

(**) A GEDR será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XIV-D da Lei nº 11.357/2006

A pontuação referente à GEDR será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GEDR no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos (art. 36-A da Lei nº 11.357/2006)

(***) Aposentado - GEDR - art. 36-D da Lei nº 11.357/2006 (alteração dada pelo art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 170 de 04.03.2004

Lei nº 10.882 de 09.07.2004

Lei nº 10.882 de 09.07.2004 - Retificação DOU 08.11.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

13. AGÊNCIAS REGULADORAS

Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (*)

Cargo: Nível Intermediário

Nível Intermediário

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GEDR		ATIVO		GEDR	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			(**)		80 pts.	100 pts.	(***)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	3.485,26	2.788,00	3.485,00	6.273,26	6.970,26	1.742,50	5.227,76
	II	3.390,33	2.725,60	3.407,00	6.115,93	6.797,33	1.703,50	5.093,83
	I	3.297,99	2.664,00	3.330,00	5.961,99	6.627,99	1.665,00	4.962,99
C	VI	3.140,94	2.549,60	3.187,00	5.690,54	6.327,94	1.593,50	4.734,44
	V	3.055,39	2.492,00	3.115,00	5.547,39	6.170,39	1.557,50	4.612,89
	IV	2.972,17	2.436,00	3.045,00	5.408,17	6.017,17	1.522,50	4.494,67
	III	2.891,22	2.381,60	2.977,00	5.272,82	5.868,22	1.488,50	4.379,72
	II	2.812,47	2.328,00	2.910,00	5.140,47	5.722,47	1.455,00	4.267,47
	I	2.735,87	2.276,00	2.845,00	5.011,87	5.580,87	1.422,50	4.158,37
B	VI	2.605,59	2.177,60	2.722,00	4.783,19	5.327,59	1.361,00	3.966,59
	V	2.534,62	2.114,40	2.643,00	4.649,02	5.177,62	1.321,50	3.856,12
	IV	2.465,58	2.052,80	2.566,00	4.518,38	5.031,58	1.283,00	3.748,58
	III	2.398,42	1.992,80	2.491,00	4.391,22	4.889,42	1.245,50	3.643,92
	II	2.333,09	1.934,40	2.418,00	4.267,49	4.751,09	1.209,00	3.542,09
A	I	2.269,54	1.878,40	2.348,00	4.147,94	4.617,54	1.174,00	3.443,54
	V	2.161,47	1.797,60	2.247,00	3.959,07	4.408,47	1.123,50	3.284,97
	IV	2.102,60	1.745,60	2.182,00	3.848,20	4.284,60	1.091,00	3.193,60
	III	2.045,33	1.694,40	2.118,00	3.739,73	4.163,33	1.059,00	3.104,33
	II	1.989,62	1.644,80	2.056,00	3.634,42	4.045,62	1.028,00	3.017,62
I	1.935,43	1.596,80	1.996,00	3.532,23	3.931,43	998,00	2.933,43	

(*) ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Autarquia Especial)

Plano Especial de Cargos da ANVISA - composto pelos cargos do art. 1º da Lei nº 10.882/2004 (alteração dada pelo art. 29 da Lei nº 11.357/2006)

Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, ou ocupantes de cargos efetivos da Carreira de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, redistribuídos para aquela Agência mediante autorização legal específica e integrantes do Quadro de Pessoal Específico da Anvisa, de que trata o art. 28 da Lei nº 9.986/2000-Art. 1º da Lei nº 10.882/2004

VB - Anexo III da Lei nº 10.882, de 9 de junho de 2004

GEDR - Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação

(**) A GEDR será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XIV-D da Lei nº 11.357/2006

A pontuação referente à GEDR será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GEDR no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos (art. 36-A da Lei nº 11.357/2006)

(***) Aposentado - GEDR - art. 36-D da Lei nº 11.357/2006 (alteração dada art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 170 de 04.03.2004

Lei nº 10.882 de 09.07.2004

Lei nº 10.882 de 09.07.2004 - Retificação DOU 08.11.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

13. AGÊNCIAS REGULADORAS

Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (*)

Cargo: Nível Auxiliar

Nível Auxiliar

Nível Auxiliar		Posição: julho/2010						
CLASSE	PADRÃO	VB	GEDR		ATIVO		GEDR	APOSENTADO
			80 pts. (**)	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts. (***)	TOTAL (em R\$)
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	1.341,02	930,40	1.163,00	2.271,42	2.504,02	581,50	1.922,52
	II	1.308,31	912,00	1.140,00	2.220,31	2.448,31	570,00	1.878,31
	I	1.276,40	894,40	1.118,00	2.170,80	2.394,40	559,00	1.835,40

(*) ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Autarquia Especial)

Plano Especial de Cargos da ANVISA - composto pelos cargos do art. 1º da Lei nº 10.882/2004 (alteração dada pelo art. 29 da Lei nº 11.357/2006)

Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, ou ocupantes de cargos efetivos da Carreira de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, redistribuídos para aquela Agência mediante autorização legal específica e integrantes do Quadro de Pessoal Específico da ANVISA, de que trata o art. 28 da Lei nº 9.986/2000-Art. 1º da Lei nº 10.882/2004

VB - Anexo III da Lei nº 10.882, de 9 de junho de 2004

GEDR - Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação

(**) A GEDR será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XIV-D da Lei nº 11.357/2006

A pontuação referente à GEDR será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GEDR no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos (art. 36-A da Lei nº 11.357/2006)

(***) Aposentado - GEDR - art. 36-D da Lei nº 11.357/2006 (alteração dada art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 170 de 04.03.2004

Lei nº 10.882 de 09.07.2004

Lei nº 10.882 de 09.07.2004 - Retificação DOU 08.11.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

13. AGÊNCIAS REGULADORAS

ANA - ANAC - ANEEL - ANSS - ANATEL - ANTAQ - ANTT - ANCINE - ANP (*)

Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras

* Cargo: Médico 20 h e 40 h - art. 31 da Lei nº 11.357/2006

Nível Superior - 20 h

CLASSE	PADRÃO	VB	GDPCAR			ATIVO		GDPCAR	APOSENTADO
			80 pts.		100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			(**)			80 pts.	100 pts.	(***)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	3.032,75	2.426,40	3.033,00	5.459,15	6.065,75	1.516,50	4.549,25	
	II	2.973,29	2.397,60	2.997,00	5.370,89	5.970,29	1.498,50	4.471,79	
	I	2.914,99	2.369,60	2.962,00	5.284,59	5.876,99	1.481,00	4.395,99	
C	VI	2.830,09	2.327,20	2.909,00	5.157,29	5.739,09	1.454,50	4.284,59	
	V	2.774,60	2.300,00	2.875,00	5.074,60	5.649,60	1.437,50	4.212,10	
	IV	2.720,19	2.272,80	2.841,00	4.992,99	5.561,19	1.420,50	4.140,69	
	III	2.666,86	2.245,60	2.807,00	4.912,46	5.473,86	1.403,50	4.070,36	
	II	2.614,57	2.219,20	2.774,00	4.833,77	5.388,57	1.387,00	4.001,57	
	I	2.563,30	2.192,80	2.741,00	4.756,10	5.304,30	1.370,50	3.933,80	
B	VI	2.488,64	2.153,60	2.692,00	4.642,24	5.180,64	1.346,00	3.834,64	
	V	2.439,85	2.091,20	2.614,00	4.531,05	5.053,85	1.307,00	3.746,85	
	IV	2.392,01	2.030,40	2.538,00	4.422,41	4.930,01	1.269,00	3.661,01	
	III	2.345,11	1.971,20	2.464,00	4.316,31	4.809,11	1.232,00	3.577,11	
	II	2.299,13	1.913,60	2.392,00	4.212,73	4.691,13	1.196,00	3.495,13	
A	I	2.254,05	1.857,60	2.322,00	4.111,65	4.576,05	1.161,00	3.415,05	
	V	2.188,40	1.824,80	2.281,00	4.013,20	4.469,40	1.140,50	3.328,90	
	IV	2.145,49	1.772,00	2.215,00	3.917,49	4.360,49	1.107,50	3.252,99	
	III	2.103,42	1.720,00	2.150,00	3.823,42	4.253,42	1.075,00	3.178,42	
	II	2.062,17	1.670,40	2.088,00	3.732,57	4.150,17	1.044,00	3.106,17	
I	2.021,74	1.621,60	2.027,00	3.643,34	4.048,74	1.013,50	3.035,24		

Nível Superior - 40 h

CLASSE	PADRÃO	VB	GDPCAR			ATIVO		GDPCAR	APOSENTADO
			80 pts.		100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			(**)			80 pts.	100 pts.	(***)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	6.065,50	4.852,80	6.066,00	10.918,30	12.131,50	3.033,00	9.098,50	
	II	5.946,57	4.795,20	5.994,00	10.741,77	11.940,57	2.997,00	8.943,57	
	I	5.829,97	4.738,40	5.923,00	10.568,37	11.752,97	2.961,50	8.791,47	
C	VI	5.660,17	4.654,40	5.818,00	10.314,57	11.478,17	2.909,00	8.569,17	
	V	5.549,19	4.599,20	5.749,00	10.148,39	11.298,19	2.874,50	8.423,69	
	IV	5.440,38	4.544,80	5.681,00	9.985,18	11.121,38	2.840,50	8.280,88	
	III	5.333,71	4.491,20	5.614,00	9.824,91	10.947,71	2.807,00	8.140,71	
	II	5.229,13	4.437,60	5.547,00	9.666,73	10.776,13	2.773,50	8.002,63	
	I	5.126,60	4.384,80	5.481,00	9.511,40	10.607,60	2.740,50	7.867,10	
B	VI	4.977,28	4.307,20	5.384,00	9.284,48	10.361,28	2.692,00	7.669,28	
	V	4.879,69	4.181,60	5.227,00	9.061,29	10.106,69	2.613,50	7.493,19	
	IV	4.784,01	4.060,00	5.075,00	8.844,01	9.859,01	2.537,50	7.321,51	
	III	4.690,21	3.941,60	4.927,00	8.631,81	9.617,21	2.463,50	7.153,71	
	II	4.598,25	3.826,40	4.783,00	8.424,65	9.381,25	2.391,50	6.989,75	
A	I	4.508,09	3.715,20	4.644,00	8.223,29	9.152,09	2.322,00	6.830,09	
	V	4.376,79	3.649,60	4.562,00	8.026,39	8.938,79	2.281,00	6.657,79	
	IV	4.290,97	3.543,20	4.429,00	7.834,17	8.719,97	2.214,50	6.505,47	
	III	4.206,83	3.440,00	4.300,00	7.646,83	8.506,83	2.150,00	6.356,83	
	II	4.124,34	3.340,00	4.175,00	7.464,34	8.299,34	2.087,50	6.211,84	
I	4.043,47	3.242,40	4.053,00	7.285,87	8.096,47	2.026,50	6.069,97		

* Ficam estruturados, a partir de 1º de agosto de 2006, respectivamente, no âmbito das Agências Reguladoras referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, Planos Especiais de Cargos compostos pelos cargos efetivos integrantes de seus Quadros de Pessoal Específico, aplicando-se a eles, no que couber, o disposto na Lei nº 10.882, de 9 de junho de 2004. (Redação dada pela Lei nº 11.490, de 2007) - art. 31 da Lei 11.357/2006

(*) ANA - Agência Nacional de Água (Autarquia Especial)

(*) ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil (Autarquia Especial)

(*) ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica (Autarquia Especial)

(*) ANSS - Agência Nacional de Saúde Suplementar (Autarquia Especial)

(*) ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações (Autarquia Especial)

(*) ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Autarquia Especial)

(*) ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres (Autarquia Especial)

(*) ANCINE - Agência Nacional de Cinema (Autarquia Especial)

(*) ANP - Agência Nacional do Petróleo (Autarquia Especial)

VB - Anexo XIV da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

GDPCAR - Gratificação de Desempenho dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras

(**) A GDPCAR será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos (pts.) por servidor; e mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XIC-C da Lei nº 11.357/2006

A pontuação referente à GDPCAR terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDPCAR no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. (art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

(***) Aposentado - GDPCAR art. 31-O da Lei nº 11.357/2006 (alteração dada art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 170 de 04.03.2004

Lei nº 10.882 de 09.07.2004

Lei nº 10.882 de 09.07.2005 - Retificação DOU 08.11.2005

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

13. AGÊNCIAS REGULADORAS

ANA - ANAC - ANEEL - ANSS - ANATEL - ANTAQ - ANTT - ANCINE - ANP (*)

Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras

* Cargo: Nível Superior do art. 31 da Lei nº 11.357/2006 (exceto Médico)

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDPCAR			ATIVO		GDPCAR	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)	
			(**)			80 pts.	100 pts.	(***)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	6.065,50	4.852,80	6.066,00	10.918,30	12.131,50	3.033,00	9.098,50	
	II	5.946,57	4.795,20	5.994,00	10.741,77	11.940,57	2.997,00	8.943,57	
	I	5.829,97	4.738,40	5.923,00	10.568,37	11.752,97	2.961,50	8.791,47	
C	VI	5.660,17	4.654,40	5.818,00	10.314,57	11.478,17	2.909,00	8.569,17	
	V	5.549,19	4.599,20	5.749,00	10.148,39	11.298,19	2.874,50	8.423,69	
	IV	5.440,38	4.544,80	5.681,00	9.985,18	11.121,38	2.840,50	8.280,88	
	III	5.333,71	4.491,20	5.614,00	9.824,91	10.947,71	2.807,00	8.140,71	
	II	5.229,13	4.437,60	5.547,00	9.666,73	10.776,13	2.773,50	8.002,63	
	I	5.126,60	4.384,80	5.481,00	9.511,40	10.607,60	2.740,50	7.867,10	
B	VI	4.977,28	4.307,20	5.384,00	9.284,48	10.361,28	2.692,00	7.669,28	
	V	4.879,69	4.181,60	5.227,00	9.061,29	10.106,69	2.613,50	7.493,19	
	IV	4.784,01	4.060,00	5.075,00	8.844,01	9.859,01	2.537,50	7.321,51	
	III	4.690,21	3.941,60	4.927,00	8.631,81	9.617,21	2.463,50	7.153,71	
	II	4.598,25	3.826,40	4.783,00	8.424,65	9.381,25	2.391,50	6.989,75	
	I	4.508,09	3.715,20	4.644,00	8.223,29	9.152,09	2.322,00	6.830,09	
A	V	4.376,79	3.649,60	4.562,00	8.026,39	8.938,79	2.281,00	6.657,79	
	IV	4.290,97	3.543,20	4.429,00	7.834,17	8.719,97	2.214,50	6.505,47	
	III	4.206,83	3.440,00	4.300,00	7.646,83	8.506,83	2.150,00	6.356,83	
	II	4.124,34	3.340,00	4.175,00	7.464,34	8.299,34	2.087,50	6.211,84	
	I	4.043,47	3.242,40	4.053,00	7.285,87	8.096,47	2.026,50	6.069,97	

* Ficam estruturados, a partir de 1º de agosto de 2006, respectivamente, no âmbito das Agências Reguladoras referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, Planos Especiais de Cargos compostos pelos cargos efetivos integrantes de seus Quadros de Pessoal Específico, aplicando-se a eles, no que couber, o disposto na Lei nº 10.882, de 9 de junho de 2004. (Redação dada pela Lei nº 11.490, de 2007) - art. 31 da Lei 11.357/2006

(*) ANA - Agência Nacional de Água (Autarquia Especial)

(*) ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil (Autarquia Especial)

(*) ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica (Autarquia Especial)

(*) ANSS - Agência Nacional de Saúde Suplementar (Autarquia Especial)

(*) ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações (Autarquia Especial)

(*) ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Autarquia Especial)

(*) ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres (Autarquia Especial)

(*) ANCINE - Agência Nacional de Cinema (Autarquia Especial)

(*) ANP - Agência Nacional do Petróleo (Autarquia Especial)

VB - Anexo XIV da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

GDPCAR - Gratificação de Desempenho dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras

(**) A GDPCAR será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos (pts.) por servidor; e mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XIC-C da Lei nº 11.357/2006

A pontuação referente à GDPCAR terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDPCAR no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. (art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

(***) Aposentado - GDPCAR art. 31-O da Lei nº 11.357/2006 (alteração dada art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 170 de 04.03.2004

Lei nº 10.882 de 09.07.2004

Lei nº 10.882 de 09.07.2005 - Retificação DOU 08.11.2005

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

13. AGÊNCIAS REGULADORAS

ANA - ANAC - ANEEL - ANSS - ANATEL - ANTAQ - ANTT - ANCINE - ANP (*)

Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras

* Cargo: Nível Intermediário do art. 31 da Lei nº 11.357/2006

Nível Intermediário

		Posição: julho/2010							
CLASSE	PADRÃO	VB	GDPCAR			ATIVO		GDPCAR	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	(**)	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
						80 pts.	100 pts.	(***)	50 pts.
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	3.485,26	2.788,00	3.485,00	6.273,26	6.970,26	1.742,50	5.227,76	
	II	3.390,33	2.725,60	3.407,00	6.115,93	6.797,33	1.703,50	5.093,83	
	I	3.297,99	2.664,00	3.330,00	5.961,99	6.627,99	1.665,00	4.962,99	
C	VI	3.140,94	2.549,60	3.187,00	5.690,54	6.327,94	1.593,50	4.734,44	
	V	3.055,39	2.492,00	3.115,00	5.547,39	6.170,39	1.557,50	4.612,89	
	IV	2.972,17	2.436,00	3.045,00	5.408,17	6.017,17	1.522,50	4.494,67	
	III	2.891,22	2.381,60	2.977,00	5.272,82	5.868,22	1.488,50	4.379,72	
	II	2.812,47	2.328,00	2.910,00	5.140,47	5.722,47	1.455,00	4.267,47	
	I	2.735,87	2.276,00	2.845,00	5.011,87	5.580,87	1.422,50	4.158,37	
B	VI	2.605,59	2.177,60	2.722,00	4.783,19	5.327,59	1.361,00	3.966,59	
	V	2.534,62	2.114,40	2.643,00	4.649,02	5.177,62	1.321,50	3.856,12	
	IV	2.465,58	2.052,80	2.566,00	4.518,38	5.031,58	1.283,00	3.748,58	
	III	2.398,42	1.992,80	2.491,00	4.391,22	4.889,42	1.245,50	3.643,92	
	II	2.333,09	1.934,40	2.418,00	4.267,49	4.751,09	1.209,00	3.542,09	
	I	2.269,54	1.878,40	2.348,00	4.147,94	4.617,54	1.174,00	3.443,54	
A	V	2.161,47	1.797,60	2.247,00	3.959,07	4.408,47	1.123,50	3.284,97	
	IV	2.102,60	1.745,60	2.182,00	3.848,20	4.284,60	1.091,00	3.193,60	
	III	2.045,33	1.694,40	2.118,00	3.739,73	4.163,33	1.059,00	3.104,33	
	II	1.989,62	1.644,80	2.056,00	3.634,42	4.045,62	1.028,00	3.017,62	
	I	1.935,43	1.596,80	1.996,00	3.532,23	3.931,43	998,00	2.933,43	

* Ficam estruturados, a partir de 1º de agosto de 2006, respectivamente, no âmbito das Agências Reguladoras referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, Planos Especiais de Cargos compostos pelos cargos efetivos integrantes de seus Quadros de Pessoal Específico, aplicando-se a eles, no que couber, o disposto na Lei nº 10.882, de 9 de junho de 2004. (Redação dada pela Lei nº 11.490, de 2007) - art. 31 da Lei 11.357/2006

(*) ANA - Agência Nacional de Água (Autarquia Especial)

(*) ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil (Autarquia Especial)

(*) ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica (Autarquia Especial)

(*) ANSS - Agência Nacional de Saúde Suplementar (Autarquia Especial)

(*) ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações (Autarquia Especial)

(*) ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Autarquia Especial)

(*) ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres (Autarquia Especial)

(*) ANCINE - Agência Nacional de Cinema (Autarquia Especial)

(*) ANP - Agência Nacional do Petróleo (Autarquia Especial)

VB - Anexo XIV da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

GDPCAR - Gratificação de Desempenho dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras

(**) A GDPCAR será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos (pts.) por servidor; e mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XIC-C da Lei nº 11.357/2006

A pontuação referente à GDPCAR terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDPCAR no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. (art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

(***) Aposentado - GDPCAR art. 31-O da Lei nº 11.357/2006 (alteração dada art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 170 de 04.03.2004

Lei nº 10.882 de 09.07.2004

Lei nº 10.882 de 09.07.2005 - Retificação DOU 08.11.2005

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

13. AGÊNCIAS REGULADORAS

ANA - ANAC - ANEEL - ANSS - ANATEL - ANTAQ - ANTT - ANCINE - ANP (*)

Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras

* Cargo: Nível Auxiliar do art. 31 da Lei nº 11.357/2006

Nível Auxiliar

		Posição: julho/2010							
CLASSE	PADRÃO	VB	GDPCAR		ATIVO		GDPCAR	APOSENTADO	
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)	
			(**)		80 pts.	100 pts.	(***)	50 pts.	
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	1.341,02	930,40	1.163,00	2.271,42	2.504,02	581,50	1.922,52	
	II	1.308,31	912,00	1.140,00	2.220,31	2.448,31	570,00	1.878,31	
	I	1.276,40	894,40	1.118,00	2.170,80	2.394,40	559,00	1.835,40	

* Ficam estruturados, a partir de 1º de agosto de 2006, respectivamente, no âmbito das Agências Reguladoras referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, Planos Especiais de Cargos compostos pelos cargos efetivos integrantes de seus Quadros de Pessoal Específico, aplicando-se a eles, no que couber, o disposto na Lei nº 10.882, de 9 de junho de 2004. (Redação dada pela Lei nº 11.490, de 2007) - art. 31 da Lei 11.357/2006

(*) ANA - Agência Nacional de Água (Autarquia Especial)

(*) ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil (Autarquia Especial)

(*) ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica (Autarquia Especial)

(*) ANSS - Agência Nacional de Saúde Suplementar (Autarquia Especial)

(*) ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações (Autarquia Especial)

(*) ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Autarquia Especial)

(*) ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres (Autarquia Especial)

(*) ANCINE - Agência Nacional de Cinema (Autarquia Especial)

(*) ANP - Agência Nacional do Petróleo (Autarquia Especial)

VB - Anexo XIV da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

GDPCAR - Gratificação de Desempenho dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras

(**) A GDPCAR será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos (pts.) por servidor; e mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XIC-C da Lei nº 11.357/2006

A pontuação referente à GDPCAR terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDPCAR no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. (art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

(***) Aposentado - GDPCAR art. 31-O da Lei nº 11.357/2006 (alteração dada art. 281 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 170 de 04.03.2004

Lei nº 10.882 de 09.07.2004

Lei nº 10.882 de 09.07.2005 - Retificação DOU 08.11.2005

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

14. CARGOS ESPECÍFICOS

Estrutura Remuneratória Especial de Cargos Específicos

* **Cargos : Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo** integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos - Anexo XII da Lei nº 12.277/2010, referidos abaixo:

- **Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE** - Cargos: Arquiteto, Economista, Engenheiro, Engenheiro Agrimensor, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Civil, Engenheiro de Minas, Engenheiro de Operações, Engenheiro de Pesca, Engenheiro Elétrico, Engenheiro Eletrônico, Engenheiro Florestal, Engenheiro Mecânico, Engenheiro Químico, Estatístico e Geólogo - Lei nº 11.357/2006;

- **Plano de Classificação de Cargos - PCC** - Cargos: Arquiteto, Economista, Engenheiro, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro de Pesca, Estatístico, Geólogo, Economista, Engenheiro, Estatístico, Economista e Engenheiro Agrônomo - Lei nº 5.6145/1970;

- **Carreira Previdenciária** - Cargos: Arquiteto, Economista, Engenheiro e Estatístico - Lei nº10.355/2001;

- **Carreira da Previdência da Saúde e do Trabalho** - Cargos: Arquiteto, Economista, Economista Doméstico, Engenheiro, Engenheiro Agrimensor, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Operacional, Estatístico e Geólogo - Lei nº 11.355/2006;

- **Carreira da Seguridade Social e do Trabalho** - Cargos: Arquiteto, Economista, Engenheiro, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Florestal, Estatístico - Lei nº 10.483/2002;

- **Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal** - Cargos: Economista, Engenheiro - Lei nº 10.682/2003;

- **Plano Especial de Cargos da EMBRATUR**: Cargos: Arquiteto, Economista, Economista Sênior, Engenheiro e Estatístico - Lei nº 11.356/2006;

- **Plano Especial de Cargos da Cultura** - Cargos: Arquiteto, Economista, Engenheiro, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Civil, Engenheiro Elétrico Estatístico e Geólogo - Lei nº 11.233/2005;

- **Plano Especial de Cargos da SUFRAMA** - Cargos: Economista, Engenheiro, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Civil, Engenheiro Florestal e Engenheiro Operacional - Lei nº 11.356/2006;

- **Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal** - Cargos: Arquiteto, Economista, Engenheiro e estatístico - Lei nº 11.095/2005;

- **Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ** - Cargos: Arquiteto, Economista, Engenheiro, Engenheiro Agrimensor, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro de Operações e Estatístico - Lei nº 11.907/2009;

- **Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional** - Cargos: Economista e Engenheiro - Lei nº 11.090/2005; e

- **Seguro Social** - Cargos: Arquiteto, Economista, Exonomista Doméstico, Engenheiro, Engenheiro Agrimensor, Engenheiro Civil e Estatístico - Lei nº 10.855/2004.

Nível Superior

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO	GDACE			ATIVO		GDACE	APOSENTADO	
			80 pontos	100 pontos	TOTAL (em R\$)		50 pontos			TOTAL (em R\$)
			A	B	(*)	C	80 pontos D=(A+B)			100 pontos E=(A+C)
ESPECIAL	III	3.892,50	5.053,60	6.317,00	8.946,10	10.209,50	3.158,50	7.051,00		
	II	3.797,56	4.882,40	6.103,00	8.679,96	9.900,56	3.051,50	6.849,06		
	I	3.704,94	4.717,60	5.897,00	8.422,54	9.601,94	2.948,50	6.653,44		
C	VI	3.562,44	4.484,80	5.606,00	8.047,24	9.168,44	2.803,00	6.365,44		
	V	3.475,55	4.332,80	5.416,00	7.808,35	8.891,55	2.708,00	6.183,55		
	IV	3.390,78	4.186,40	5.233,00	7.577,18	8.623,78	2.616,50	6.007,28		
	III	3.308,08	4.044,80	5.056,00	7.352,88	8.364,08	2.528,00	5.836,08		
	II	3.227,40	3.908,00	4.885,00	7.135,40	8.112,40	2.442,50	5.669,90		
	I	3.148,68	3.776,00	4.720,00	6.924,68	7.868,68	2.360,00	5.508,68		
B	VI	3.027,58	3.589,60	4.487,00	6.617,18	7.514,58	2.243,50	5.271,08		
	V	2.953,74	3.468,00	4.335,00	6.421,74	7.288,74	2.167,50	5.121,24		
	IV	2.881,70	3.350,40	4.188,00	6.232,10	7.069,70	2.094,00	4.975,70		
	III	2.811,41	3.236,80	4.046,00	6.048,21	6.857,41	2.023,00	4.834,41		
	II	2.742,84	3.127,20	3.909,00	5.870,04	6.651,84	1.954,50	4.697,34		
	I	2.675,94	3.021,60	3.777,00	5.697,54	6.452,94	1.888,50	4.564,44		
A	V	2.573,02	2.872,00	3.590,00	5.445,02	6.163,02	1.795,00	4.368,02		
	IV	2.510,26	2.775,20	3.469,00	5.285,46	5.979,26	1.734,50	4.244,76		
	III	2.449,03	2.681,60	3.352,00	5.130,63	5.801,03	1.676,00	4.125,03		
	II	2.389,30	2.591,20	3.239,00	4.980,50	5.628,30	1.619,50	4.008,80		
	I	2.331,02	2.503,20	3.129,00	4.834,22	5.460,02	1.564,50	3.895,52		

* Fica instituída a partir de 1º julho de 2010 a Estrutura Remuneratória Especial para os cargos de provimento efetivo de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010.

Os **servidores** ocupantes dos cargos de provimento efetivo de que trata o Anexo XII da Lei 12.277/2010 **poderão optar pela Estrutura Remuneratória Especial**, de que trata o art. 19 da Lei 12.277/2010, na forma do **Termo de Opção constante do Anexo XV da Lei 12.277/2010**, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2010, situação na qual deixarão de fazer jus à estrutura remuneratória do respectivo Plano de Carreira, Plano de Cargos ou quadro de pessoal.

A opção de que trata o caput do art. 20 da Lei nº 12.277/2010 não gera efeitos financeiros retroativos. (§ único do art. 20 da Lei nº 12.277/2010 e art. 82 da Lei nº 12.702/2012)

VB - Vencimento Básico - Anexo XIII da Lei 12.277/2010.

(*) GDACE - Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos

A pontuação referente à GDACE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) A GDACE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo XIV da Lei 12.277/2010.

(*) Até que seja regulamentada a GDACE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores referidos no art. 19 da Lei 12.277/2010 perceberão a GDACE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observados a classe e o padrão do servidor.

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a GDACE no valor correspondente a 80 pontos.

(**) Aposentado GDACE - . § 4º do art. 22 da Lei 12.277/2010.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 10.12.1970

Lei nº 10.355 de 26.12.2001

Lei nº 10.483 de 03.07.2002

Lei nº 10.682 28.05.2003

Lei nº 10.855 de 01.04.2004

Lei nº 11.090 07.01.2005

Lei nº 11.095 13.01.2005

Lei nº 11.233 22.12.2005

Lei nº 11.355 19.10.2006

Lei nº 11.356 19.10.2006

Lei nº 11.357 de 1910.2006

Lei nº 11.907 de 0202.2009

Lei nº 12.277 de 30.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 19 e art.83

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 19 e art. 82

15. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia

Cargo: Pesquisador

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDACT		RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDACT	APOSENTADO			
			80 pts.	100 pts.	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.			
			(*)						Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	(**)	Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre
	A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)	
TITULAR	III	6.114,87	1.778,40	2.223,00	1.501,00	2.918,00	5.838,00	7.893,27	9.394,27	10.811,27	13.731,27	8.337,87	9.838,87	11.255,87	14.175,87	1.111,50	7.226,37	8.727,37	10.144,37	13.064,37
	II	5.895,05	1.736,00	2.170,00	1.444,00	2.811,00	5.620,00	7.631,05	9.075,05	10.442,05	13.251,05	8.065,05	9.509,05	10.876,05	13.685,05	1.085,00	6.980,05	8.424,05	9.791,05	12.600,05
	I	5.683,81	1.693,60	2.117,00	1.391,00	2.705,00	5.414,00	7.377,41	8.768,41	10.082,41	12.791,41	7.800,81	9.191,81	10.505,81	13.214,81	1.058,50	6.742,31	8.133,31	9.447,31	12.156,31
ASSOCIADO	III	5.384,03	1.631,20	2.039,00	1.317,00	2.559,00	5.119,00	7.015,23	8.332,23	9.574,23	12.134,23	7.423,03	8.740,03	9.982,03	12.542,03	1.019,50	6.403,53	7.720,53	8.962,53	11.522,53
	II	5.191,05	1.592,00	1.990,00	1.265,00	2.464,00	4.927,00	6.783,05	8.048,05	9.247,05	11.710,05	7.181,05	8.446,05	9.645,05	12.108,05	995,00	6.186,05	7.451,05	8.650,05	11.113,05
	I	5.004,41	1.553,60	1.942,00	1.219,00	2.372,00	4.745,00	6.558,01	7.777,01	8.930,01	11.303,01	6.946,41	8.165,41	9.318,41	11.691,41	971,00	5.975,41	7.194,41	8.347,41	10.720,41
ADJUNTO	III	4.741,30	1.496,80	1.871,00	1.153,00	2.243,00	4.486,00	6.238,10	7.391,10	8.481,10	10.724,10	6.612,30	7.765,30	8.855,30	11.098,30	935,50	5.676,80	6.829,80	7.919,80	10.162,80
	II	4.572,02	1.460,80	1.826,00	1.111,00	2.161,00	4.321,00	6.032,82	7.143,82	8.193,82	10.353,82	6.398,02	7.509,02	8.559,02	10.719,02	913,00	5.485,02	6.596,02	7.646,02	9.806,02
	I	4.408,33	1.425,60	1.782,00	1.069,00	2.081,00	4.161,00	5.833,93	6.902,93	7.914,93	9.994,93	6.190,33	7.259,33	8.271,33	10.351,33	891,00	5.299,33	6.368,33	7.380,33	9.460,33
ASSISTENTE DE PESQUISA	III	4.176,86	1.373,60	1.717,00	1.012,00	1.967,00	3.933,00	5.550,46	6.562,46	7.517,46	9.483,46	5.883,86	6.905,86	7.860,86	9.826,86	858,50	5.035,36	6.047,36	7.002,36	8.968,36
	II	4.028,77	1.340,00	1.675,00	976,00	1.895,00	3.790,00	5.368,77	6.344,77	7.263,77	9.158,77	5.703,77	6.679,77	7.598,77	9.493,77	837,50	4.866,27	5.842,27	6.761,27	8.656,27
	I	3.884,92	1.308,00	1.635,00	937,00	1.825,00	3.649,00	5.192,92	6.129,92	7.017,92	8.841,92	5.519,92	6.456,92	7.344,92	9.168,92	817,50	4.702,42	5.639,42	6.527,42	8.351,42

VB - Vencimento Básico - Anexo VIII-A da Lei nº 11.344/2006 (Anexo XVII da MP 441/2008)

GDACT - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia

A partir de 1º de julho de 2008, a GDACT, devida aos servidores de nível superior integrantes das Carreiras de que trata o art. 18 da Lei nº 11.344/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação, será atribuída aos servidores que a ela fazem jus em função do alcance das metas de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional dos respectivos órgãos ou entidades de lotação. (art. 19-A da Lei nº 11.344/2006 e art. 76 da Lei nº 12.702/2012)

A partir 01.07.2012 fica extinta a Gratificação Temporária de Atividade de Ciência e Tecnologia - GTEMPCT de que trata o art. 58 da Lei nº 11.907/2009, ficando incorporada ao Vencimento Básico.

(*) A GDACT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VIII-B da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006

A pontuação referente à GDACT será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDACT no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 19-D da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDACT deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDACT, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante Anexo VIII-B da MP 441/2008.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aperf./Espec), conforme Anexo XIX da MP 441/2008

(**) **Aposentado** - A GTEMPCT integrará, durante o prazo de vigência de seus efeitos financeiros, os proventos da aposentadoria e as pensões - art. 58 da MP 441/08

(**) **Aposentado**: GDACT - art. 60-B da MP 2229-43/2001 (redação dada art. 21 §§ 1º e 2º da Lei nº 11.356 de 19.10.06)

(**) **Aposentado** - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§ 5º art. 55 da MP 441/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93	Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001	Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Resolução nº 01 de 06.07.94	Decreto nº 3.762 de 05.03.2001	Lei nº 11.356 de 19.10.2006
Resolução nº 02 de 23.11.94	Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001	Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º
Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97	Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001	Lei nº 11.490 de 20.06.2007
Lei nº 9.625 de 07.04.98	Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 9.638 de 20.05.98	Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 2.665 de 10.07.98	Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001	Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001	Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000	Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001	Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000	Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001	Portaria Interministerial nº 428, de 06.09.2012 -MP
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000	Lei nº 10.331 de 18.12.2001	
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000	Lei nº 10.697 de 02.07.2003	
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000	Lei nº 10.698 de 02.07.2003	
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000	Lei nº 10.769 de 19.11.2003	
Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000	Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004	
Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000	Lei nº 11.094 de 13.01.2005	
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001	Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006	

15. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia

Cargo: Analista em Ciência e Tecnologia

Carreira de Desenvolvimento Tecnológico

Cargo: Tecnologista

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDACT			RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDACT	APOSENTADO																					
			80 pts.	100 pts.	(*)	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.																					
			Sem RT						Aperf./Espec.				Mestre				Doutor				(**)	Sem RT				Aperf./Espec.				Mestre				Doutor					
			A	B					C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)		O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)													
SÊNIOR	III	6.114,87	1.778,40	2.223,00	1.501,00	2.918,00	5.838,00	7.893,27	9.394,27	10.811,27	13.731,27	8.337,87	9.838,87	11.255,87	14.175,87	1.111,50	7.226,37	8.727,37	10.144,37	13.064,37																			
	II	5.895,05	1.736,00	2.170,00	1.444,00	2.811,00	5.620,00	7.631,05	9.075,05	10.442,05	13.251,05	8.065,05	9.509,05	10.876,05	13.685,05	1.085,00	6.980,05	8.424,05	9.791,05	12.600,05																			
	I	5.683,81	1.693,60	2.117,00	1.391,00	2.705,00	5.414,00	7.377,41	8.768,41	10.082,41	12.791,41	7.800,81	9.191,81	10.505,81	13.214,81	1.058,50	6.742,31	8.133,31	9.447,31	12.156,31																			
PLENO III	III	5.384,03	1.631,20	2.039,00	1.317,00	2.559,00	5.119,00	7.015,23	8.332,23	9.574,23	12.134,23	7.423,03	8.740,03	9.982,03	12.542,03	1.019,50	6.403,53	7.720,53	8.962,53	11.522,53																			
	II	5.191,05	1.592,00	1.990,00	1.265,00	2.464,00	4.927,00	6.783,05	8.048,05	9.247,05	11.710,05	7.181,05	8.446,05	9.645,05	12.108,05	995,00	6.186,05	7.451,05	8.650,05	11.113,05																			
	I	5.004,41	1.553,60	1.942,00	1.219,00	2.372,00	4.745,00	6.558,01	7.777,01	8.930,01	11.303,01	6.946,41	8.165,41	9.318,41	11.691,41	971,00	5.975,41	7.194,41	8.347,41	10.720,41																			
PLENO II	III	4.741,30	1.496,80	1.871,00	1.153,00	2.243,00	4.486,00	6.238,10	7.391,10	8.481,10	10.724,10	6.612,30	7.765,30	8.855,30	11.098,30	935,50	5.676,80	6.829,80	7.919,80	10.162,80																			
	II	4.572,02	1.460,80	1.826,00	1.111,00	2.161,00	4.321,00	6.032,82	7.143,82	8.193,82	10.353,82	6.398,02	7.509,02	8.559,02	10.719,02	913,00	5.485,02	6.596,02	7.646,02	9.806,02																			
	I	4.408,33	1.425,60	1.782,00	1.069,00	2.081,00	4.161,00	5.833,93	6.902,93	7.914,93	9.994,93	6.190,33	7.259,33	8.271,33	10.351,33	891,00	5.299,33	6.368,33	7.380,33	9.460,33																			
PLENO I	III	4.176,86	1.373,60	1.717,00	1.012,00	1.967,00	3.933,00	5.550,46	6.562,46	7.517,46	9.483,46	5.893,86	6.905,86	7.860,86	9.826,86	858,50	5.035,36	6.047,36	7.002,36	8.968,36																			
	II	4.028,77	1.340,00	1.675,00	976,00	1.895,00	3.790,00	5.368,77	6.344,77	7.263,77	9.158,77	5.703,77	6.679,77	7.598,77	9.493,77	837,50	4.866,27	5.842,27	6.761,27	8.656,27																			
	I	3.884,92	1.308,00	1.635,00	937,00	1.825,00	3.649,00	5.192,92	6.129,92	7.017,92	8.841,92	5.519,92	6.456,92	7.344,92	9.168,92	817,50	4.702,42	5.639,42	6.527,42	8.351,42																			
JÚNIOR	III	3.681,08	1.261,60	1.577,00	887,00	1.725,00	3.451,00	4.942,68	5.829,68	6.667,68	8.393,68	5.258,08	6.145,08	6.983,08	8.709,08	788,50	4.469,58	5.356,58	6.194,58	7.920,58																			
	II	3.550,43	1.230,40	1.538,00	854,00	1.662,00	3.324,00	4.780,83	5.634,83	6.442,83	8.104,83	5.088,43	5.942,43	6.750,43	8.412,43	769,00	4.319,43	5.173,43	5.981,43	7.643,43																			
	I	3.423,68	1.201,60	1.502,00	822,00	1.601,00	3.199,00	4.625,28	5.447,28	6.226,28	7.824,28	4.925,68	5.747,68	6.526,68	8.124,68	751,00	4.174,68	4.986,68	5.775,68	7.373,68																			

VB - Vencimento Básico - Anexo VIII-A da Lei nº 11.344/2006 (Anexo XVII da MP 441/2008)

GDACT - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia

A partir de 1º de julho de 2008, a GDACT, devida aos servidores de nível superior das Carreiras de que trata o art. 18 da Lei nº 11.344/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação, será atribuída aos servidores que a ela fazem jus em função do alcance das metas de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional dos respectivos órgãos ou entidades de lotação. (art. 19-A da Lei nº 11.344/2006 e art. 76 da Lei nº 12.702/2012)

A partir 01.07.2012 fica extinta a Gratificação Temporária de Atividade de Ciência e Tecnologia - GTEMPCT de que trata o art. 58 da Lei nº 11.907/2009, ficando incorporada ao Vencimento Básico.

(*) A GDACT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VIII-B da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006

A pontuação referente à GDACT será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDACT no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 19-D da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDACT deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDACT, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante Anexo VIII-B da Lei nº 11.344/2006.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aperf./Espec), conforme Anexo XIX da MP 441/2008

(**) **Aposentado** - A GTEMPCT integrará, durante o prazo de vigência de seus efeitos financeiros, os proventos da aposentadoria e as pensões - art. 58 da MP 441/08

(**) **Aposentado**: GDACT - art. 60-B da MP 2229-43/2001 (redação dada art. 21 §§ 1º e 2º da Lei nº 11.356 de 19.10.06)

(**) **Aposentado** - RT - A RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§5º art. 55 da MP 441/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 10 e art. 77

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 76

Portaria Interministerial nº 428, de 06.09.2012 -MP

15. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia

Cargo: Assistente em Ciência e Tecnologia

Carreira de Desenvolvimento Tecnológico

Cargo: Técnico

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDACT		GQ - Gratificação de Qualificação			ATIVO				ATIVO				GDACT	APOSENTADO			
			80 pts.	100 pts.	Níveis da Gratificação		TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.				
			(*)		I	II	III	Sem GQ	I	II	III	Sem GQ	I	II	III	(**)	Sem GQ	I	II	III
A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)		
TÉCNICO III	III	3.064,37	891,20	1.114,00	752,00	1.462,00	2.925,00	3.955,57	4.707,57	5.417,57	6.880,57	4.178,37	4.930,37	5.640,37	7.103,37	557,00	3.621,37	4.373,37	5.083,37	6.546,37
	II	2.961,09	872,00	1.090,00	725,00	1.412,00	2.822,00	3.833,09	4.558,09	5.245,09	6.655,09	4.051,09	4.776,09	5.463,09	6.873,09	545,00	3.506,09	4.231,09	4.918,09	6.328,09
ASSISTENTE III	I	2.861,56	852,80	1.066,00	700,00	1.362,00	2.725,00	3.714,36	4.414,36	5.076,36	6.439,36	3.927,56	4.627,56	5.289,56	6.652,56	533,00	3.394,56	4.094,56	4.756,56	6.119,56
TÉCNICO II	VI	2.768,78	839,20	1.049,00	677,00	1.316,00	2.632,00	3.607,98	4.284,98	4.923,98	6.239,98	3.817,78	4.494,78	5.133,78	6.449,78	524,50	3.293,28	3.970,28	4.609,28	5.925,28
	V	2.675,10	820,80	1.026,00	652,00	1.270,00	2.539,00	3.495,90	4.147,90	4.765,90	6.034,90	3.701,10	4.353,10	4.971,10	6.240,10	513,00	3.188,10	3.840,10	4.458,10	5.727,10
ASSISTENTE II	IV	2.583,74	801,60	1.002,00	629,00	1.225,00	2.449,00	3.385,34	4.014,34	4.610,34	5.834,34	3.585,74	4.214,74	4.810,74	6.034,74	501,00	3.084,74	3.713,74	4.309,74	5.533,74
	III	2.499,35	788,80	986,00	608,00	1.182,00	2.365,00	3.288,15	3.896,15	4.470,15	5.653,15	3.485,35	4.093,35	4.667,35	5.850,35	493,00	2.992,35	3.600,35	4.174,35	5.357,35
TÉCNICO I	II	2.413,84	771,20	964,00	587,00	1.141,00	2.281,00	3.185,04	3.772,04	4.326,04	5.466,04	3.377,84	3.964,84	4.518,84	5.658,84	482,00	2.895,84	3.482,84	4.036,84	5.176,84
	I	2.330,42	753,60	942,00	565,00	1.100,00	2.199,00	3.084,02	3.649,02	4.184,02	5.283,02	3.272,42	3.837,42	4.372,42	5.471,42	471,00	2.801,42	3.366,42	3.901,42	5.000,42
ASSISTENTE I	VI	2.253,30	740,80	926,00	546,00	1.061,00	2.122,00	2.994,10	3.540,10	4.055,10	5.116,10	3.179,30	3.725,30	4.240,30	5.301,30	463,00	2.716,30	3.262,30	3.777,30	4.838,30
	V	2.175,34	724,00	905,00	527,00	1.023,00	2.046,00	2.899,34	3.426,34	3.922,34	4.945,34	3.080,34	3.607,34	4.103,34	5.126,34	452,50	2.627,84	3.154,84	3.650,84	4.673,84
TÉCNICO I	IV	2.098,96	706,40	883,00	506,00	986,00	1.971,00	2.805,36	3.311,36	3.791,36	4.776,36	2.981,96	3.487,96	3.967,96	4.952,96	441,50	2.540,46	3.046,46	3.526,46	4.511,46
	III	2.027,64	694,40	868,00	489,00	950,00	1.901,00	2.722,04	3.211,04	3.672,04	4.623,04	2.885,64	3.384,64	3.845,64	4.796,64	434,00	2.461,64	2.950,64	3.411,64	4.362,64
ASSISTENTE I	II	1.955,82	677,60	847,00	471,00	916,00	1.831,00	2.633,42	3.104,42	3.549,42	4.464,42	2.802,82	3.273,82	3.718,82	4.633,82	423,50	2.379,32	2.850,32	3.295,32	4.210,32
	I	1.885,33	660,80	826,00	452,00	881,00	1.762,00	2.546,13	2.998,13	3.427,13	4.308,13	2.711,33	3.163,33	3.592,33	4.473,33	413,00	2.298,33	2.750,33	3.179,33	4.060,33

VB - Vencimento Básico - Anexo VIII-A da Lei nº 11.344/2006 (Anexo XVII da MP 441/2008)

GDACT - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia

A partir de 1º de julho de 2008, a GDACT, devida aos servidores de nível intermediário integrantes das Carreiras de que trata o art. 18 da Lei nº 11.344/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação, será atribuída aos servidores que a ela fazem jus em função do alcance das metas de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional dos respectivos órgãos ou entidades de lotação. (art. 19-A da Lei nº 11.344/2006 e art. 76 da Lei nº 12.702/2012)

A partir 01.07.2012 fica extinta a Gratificação Temporária de Atividade de Ciência e Tecnologia - GTEMPCT de que trata o art. 58 da Lei nº 11.907/2009, ficando incorporada ao Vencimento Básico.

(*) A GDACT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VIII-B da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006

A pontuação referente à GDACT será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDACT no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 19-D da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDACT deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDACT, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante Anexo VIII-B da MP 441/08.

GQ - Gratificação de Qualificação - servidor de nível intermediário, portador de certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aperf./Espec) valor nível I, títulos de Doutor - valor de Nível II e Grau de Mestre - valor de Nível III, conforme Anexo XX da MP 441/2008

(**) **Aposentado** - A GTEMPCT integrará, durante o prazo de vigência de seus efeitos financeiros, os proventos da aposentadoria e as pensões - art. 58 da MP 441/08

(**) **Aposentado**: GDACT - art. 60-B da MP 2229-43/2001 (redação dada art. 21 §§ 1º e 2º da Lei nº 11.356 de 19.10.06)

(**) **Aposentado** - GQ - Aplica-se aos aposentados e pensionistas o disposto nos incisos I e II do art. 57 da MP 441/08.

A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se os requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais tiverem sido obtidos anteriormente à data da inativação. (Incluído pela Medida Provisória nº 479, de 2009) (§ 8º do art. 56 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93	Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Resolução nº 01 de 06.07.94	Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Resolução nº 02 de 23.11.94	Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97	Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Lei nº 9.625 de 07.04.98	Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 9.638 de 20.05.98	Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Decreto nº 2.665 de 10.07.98	Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Lei nº 10.769 de 19.11.2003
Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000	Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000	Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000	Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000	Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000	Lei nº 11.356 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000	Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º
Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000	Lei nº 11.490 de 20.06.2007
Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001	Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 7º
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001	Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001	Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 10 e art. 77
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001	Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 76
Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001	Portaria Interministerial nº 428, de 06.09.2012 -MP
Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001	

15. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia

Cargo: Auxiliar em Ciência e Tecnologia

Carreira de Desenvolvimento Tecnológico

Cargo: Auxiliar Técnico

Nível Auxiliar

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDACT		GQ - Gratificação de Qualificação		ATIVO		ATIVO		GDACT	APOSENTADO	
			80 pts.	100 pts.	Níveis Gratificação Qualificação		TOTAL (em R\$) - 80 pts.		TOTAL (em R\$) - 100 pts.		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.	
			(*)				Sem GQ	Com GQ	Sem GQ	Com GQ	(**)	Sem GQ	Com GQ
		A	B	C	D	E=(A+B)	F=(A+B+D)	G=(A+C)	H=(A+C+D)	I	J=(A+I)	K=(A+D+I)	
AUXILIAR TÉCNICO II	VI	1.193,55	804,00	1.005,00	255,00	1.997,55	2.252,55	2.198,55	2.453,55	502,50	1.696,05	1.951,05	
	V	1.165,08	788,80	986,00	248,00	1.953,88	2.201,88	2.151,08	2.399,08	493,00	1.658,08	1.906,08	
	IV	1.137,21	774,40	968,00	242,00	1.911,61	2.153,61	2.105,21	2.347,21	484,00	1.621,21	1.863,21	
AUXILIAR II	III	1.109,93	760,00	950,00	236,00	1.869,93	2.105,93	2.059,93	2.295,93	475,00	1.584,93	1.820,93	
	II	1.083,43	745,60	932,00	230,00	1.829,03	2.059,03	2.015,43	2.245,43	466,00	1.549,43	1.779,43	
	I	1.057,49	731,20	914,00	224,00	1.788,69	2.012,69	1.971,49	2.195,49	457,00	1.514,49	1.738,49	
AUXILIAR TÉCNICO I	VI	1.013,81	705,60	882,00	215,00	1.719,41	1.934,41	1.895,81	2.110,81	441,00	1.454,81	1.669,81	
	V	989,52	692,80	866,00	209,00	1.682,32	1.891,32	1.855,52	2.064,52	433,00	1.422,52	1.631,52	
	IV	965,94	680,00	850,00	204,00	1.645,94	1.849,94	1.815,94	2.019,94	425,00	1.390,94	1.594,94	
AUXILIAR I	III	942,85	667,20	834,00	199,00	1.610,05	1.809,05	1.776,85	1.975,85	417,00	1.359,85	1.558,85	
	II	920,45	654,40	818,00	194,00	1.574,85	1.768,85	1.738,45	1.932,45	409,00	1.329,45	1.523,45	
	I	898,52	642,40	803,00	189,00	1.540,92	1.729,92	1.701,52	1.890,52	401,50	1.300,02	1.489,02	

VB - Vencimento Básico - Anexo VIII-A da Lei nº 11.344/2006 (Anexo XVII da MP 441/2008)

GDACT - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia

A partir de 1º de julho de 2008, a GDACT, devida aos servidores de nível auxiliar integrantes das Carreiras de que trata o art. 18 da Lei nº 11.344/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação, será atribuída aos servidores que a ela fazem jus em função do alcance das metas de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional dos respectivos órgãos ou entidades de lotação. (art. 19-A da Lei nº 11.344/2006 e art. 76 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDACT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VIII-B da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006

A pontuação referente à GDACT será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDACT no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 19-D da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDACT deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDACT, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante Anexo VIII-B da MP 441/08.

GQ - Gratificação de Qualificação - servidor de nível auxiliar, portador de certificados de conclusão de cursos de capacitação profissional - art. 54 e 57 da P 441/08.

(**) **Aposentado** - A GTEMPCT integrará, durante o prazo de vigência de seus efeitos financeiros, os proventos da aposentadoria e as pensões - art. 58 da MP 441/08

(**) **Aposentado**: GDACT - art. 60-B da MP 2229-43/2001 (redação dada art. 21 §§ 1º e 2º da Lei nº 11.356 de 19.10.06)

(**) **Aposentado** - GQ - Aplica-se aos aposentados e pensionistas o disposto nos incisos I e II do art. 57 da MP 441/08.

A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se os requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais tiverem sido obtidos anteriormente à data da inativação. (Incluído pela Medida Provisória nº 479, de 2009) (§ 8º do art. 56 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 7º

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 76

Portaria Interministerial nº 428, de 06.09.2012 -MP

16. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

Plano de Carreiras e Cargos da CVM

(*) Cargo: Nível Superior integrantes do Quadro Suplementar da CVM (§ 5º do art. 87 da MP 440/2008)

Nível Superior

CLASSE	PADRÃO	VB	GDECVM			ATIVO		GDECVM	Posição: julho/2010	
			80 pts.	(**)		TOTAL (em R\$)			50 pts	APOSENTADO
					100 pts.	80 pts.	100 pts.			TOTAL (em R\$)
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)		F	G=(A+F)
ESPECIAL	IV	9.490,73	4.935,20	6.169,00	14.425,93	15.659,73	3.084,50	12.575,23		
	III	9.279,69	4.825,60	6.032,00	14.105,29	15.311,69	3.016,00	12.295,69		
	II	9.071,02	4.716,80	5.896,00	13.787,82	14.967,02	2.948,00	12.019,02		
	I	8.867,30	4.611,20	5.764,00	13.478,50	14.631,30	2.882,00	11.749,30		
C	III	8.558,48	4.450,40	5.563,00	13.008,88	14.121,48	2.781,50	11.339,98		
	II	8.350,03	4.342,40	5.428,00	12.692,43	13.778,03	2.714,00	11.064,03		
	I	8.146,49	4.236,00	5.295,00	12.382,49	13.441,49	2.647,50	10.793,99		
B	III	7.853,27	4.084,00	5.105,00	11.937,27	12.958,27	2.552,50	10.405,77		
	II	7.661,85	3.984,00	4.980,00	11.645,85	12.641,85	2.490,00	10.151,85		
	I	7.474,48	3.886,40	4.858,00	11.360,88	12.332,48	2.429,00	9.903,48		
A	III	7.194,19	3.740,80	4.676,00	10.934,99	11.870,19	2.338,00	9.532,19		
	II	7.018,63	3.649,60	4.562,00	10.668,23	11.580,63	2.281,00	9.299,63		
	I	6.775,42	3.523,20	4.404,00	10.298,62	11.179,42	2.202,00	8.977,42		

(*) Os cargos efetivos de nível superior do Quadro de Pessoal da CVM, que não foram transpostos para as carreiras de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 67 da MP 440/2008, comporão quadro suplementar em extinção.

VB - Vencimento Básico - Anexo XV da MP 440/2008

GDECVM - Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas da CVM

(**) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDECVM ou GDASCVM, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos (§ 2º do art. 98 da Lei 11.890/2008 e MP 479/2009)

(**) A GDECVM será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos por servidor; e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XVII da MP 440/2008

A pontuação a que se refere a GDECVM terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

É de quarenta horas semanais a carga horária de trabalho dos titulares dos cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da CVM, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

(***) **Aposentado** - GDECVM - art. 99 da MP 440/2009

(***) **Aposentado** - A partir de 1º de julho de 2012, para fins de incorporação da GDECVM aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios I, II e III do art. 99-A da Lei nº 11.890/2008. (Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 11)

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 73 de 21.11.66

Lei nº 9.015 de 30.03.95

Decreto nº 1.519 de 08.06.95 art.5º e art. 7º incisos I e II

Portaria nº 48 de 13.03.96

Portaria nº 117 de 18.05.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Portaria nº 1.132 de 29.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Decreto nº 4.843 de 24.09.2003 art. 1º

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Decreto nº 5.407 de 31.03.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 11

16. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

Plano de Carreiras e Cargos da CVM

Cargo: Agente Executivo da CVM

Nível Intermediário

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDECVM			ATIVO		GDECVM	APOSENTADO
			80 pts.	(*)		TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
			A	B	C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	(**) F	50 pts. G=(A+F)
ESPECIAL	IV	4.340,00	2.256,80	2.821,00	6.596,80	7.161,00	1.410,50	5.750,50	
	III	4.234,15	2.201,60	2.752,00	6.435,75	6.986,15	1.376,00	5.610,15	
	II	4.130,88	2.148,00	2.685,00	6.278,88	6.815,88	1.342,50	5.473,38	
	I	4.030,13	2.096,00	2.620,00	6.126,13	6.650,13	1.310,00	5.340,13	
C	III	3.820,03	1.986,40	2.483,00	5.806,43	6.303,03	1.241,50	5.061,53	
	II	3.726,86	1.937,60	2.422,00	5.664,46	6.148,86	1.211,00	4.937,86	
	I	3.635,96	1.890,40	2.363,00	5.526,36	5.998,96	1.181,50	4.817,46	
B	III	3.446,41	1.792,00	2.240,00	5.238,41	5.686,41	1.120,00	4.566,41	
	II	3.362,35	1.748,80	2.186,00	5.111,15	5.548,35	1.093,00	4.455,35	
	I	3.280,34	1.705,60	2.132,00	4.985,94	5.412,34	1.066,00	4.346,34	
A	III	3.109,33	1.616,80	2.021,00	4.726,13	5.130,33	1.010,50	4.119,83	
	II	3.024,64	1.572,80	1.966,00	4.597,44	4.990,64	983,00	4.007,64	
	I	2.942,26	1.529,60	1.912,00	4.471,86	4.854,26	956,00	3.898,26	

VB - Vencimento Básico - Anexo XV da MP 440/2008

GDECVM - Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas da CVM

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDECVM, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos (§ 2º do art. 98 da Lei 11.890/2008 e MP 479/2009)

(*) A GDECVM será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos por servidor; e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XVII da MP 440/2008

A pontuação a que se refere a GDECVM terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

É de quarenta horas semanais a carga horária de trabalho dos titulares dos cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da CVM, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

(***) **Aposentado** - GDECVM - art. 99 da MP 440/2009

(***) **Aposentado** - A partir de 1º de julho de 2012, para fins de incorporação da GDECVM aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados o critérios I, II e III do art. 99-A da Lei nº 11.890/2008. (Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 11)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.112 de 11.12.90 art. 40 § único

Lei nº 9.015 de 30.03.95

Decreto nº 1.519 art. 5º e art. 7º incisos I e II de 08.06.95

Portaria nº 145 de 07.06.96

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002

Lei nº 10.525 de 06.08.2002

Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.699 de 09.07.2003

Decreto nº 4.843 de 24.09.2003

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Decreto nº 5.407 de 31.03.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art 11

16. COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

Plano de Carreiras e Cargos da CVM

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais da CVM

Nível Intermediário

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDASCVM			ATIVO		GDASCVM	APOSENTADO
			80 pts.	(*)		TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
			A	B	C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	(**) F	50 pts. G=(A+F)
ESPECIAL	III	1.566,92	2.110,40	2.638,00	3.677,32	4.204,92	1.319,00	2.885,92	
	II	1.513,94	2.101,60	2.627,00	3.615,54	4.140,94	1.313,50	2.827,44	
	I	1.462,74	2.093,60	2.617,00	3.556,34	4.079,74	1.308,50	2.771,24	
C	VI	1.393,08	2.083,20	2.604,00	3.476,28	3.997,08	1.302,00	2.695,08	
	V	1.345,98	2.075,20	2.594,00	3.421,18	3.939,98	1.297,00	2.642,98	
	IV	1.300,46	2.067,20	2.584,00	3.367,66	3.884,46	1.292,00	2.592,46	
	III	1.256,48	2.059,20	2.574,00	3.315,68	3.830,48	1.287,00	2.543,48	
	II	1.213,99	2.051,20	2.564,00	3.265,19	3.777,99	1.282,00	2.495,99	
	I	1.172,94	2.043,20	2.554,00	3.216,14	3.726,94	1.277,00	2.449,94	
B	VI	1.117,09	2.032,80	2.541,00	3.149,89	3.658,09	1.270,50	2.387,59	
	V	1.079,31	2.024,80	2.531,00	3.104,11	3.610,31	1.265,50	2.344,81	
	IV	1.042,81	2.016,80	2.521,00	3.059,61	3.563,81	1.260,50	2.303,31	
	III	1.007,55	2.008,80	2.511,00	3.016,35	3.518,55	1.255,50	2.263,05	
	II	973,48	2.000,80	2.501,00	2.974,28	3.474,48	1.250,50	2.223,98	
A	I	940,56	1.992,80	2.491,00	2.933,36	3.431,56	1.245,50	2.186,06	
	V	895,77	1.983,20	2.479,00	2.878,97	3.374,77	1.239,50	2.135,27	
	IV	865,48	1.975,20	2.469,00	2.840,68	3.334,48	1.234,50	2.099,98	
	III	836,21	1.967,20	2.459,00	2.803,41	3.295,21	1.229,50	2.065,71	
	II	807,93	1.959,20	2.449,00	2.767,13	3.256,93	1.224,50	2.032,43	
	I	780,61	1.951,20	2.439,00	2.731,81	3.219,61	1.219,50	2.000,11	

VB - Vencimento Básico - Anexo XV da MP 440/2008

GDASCVM - Gratificação de Desempenho de Atividades de Suporte da CVM

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDASCVM, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos (§ 2º do art. 98 da Lei 11.890/2008 e MP 479/2009)

(*) A GDASCVM será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos por servidor; e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XVII da MP 440/2008

A pontuação a que se refere a GDASCVM terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

É de 40 hs a carga horária de trabalho dos titulares dos cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da CVM, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

(***) **Aposentado** - GDASCVM - art. 99 da MP 440/2009

(***) **Aposentado** - A partir de 1º de julho de 2012, para fins de incorporação da GDASCVM aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados o critérios I, II e III do art. 99-A da Lei nº 11.890/2008. (Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 11)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.112 de 11.12.90

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Decreto nº 5.572 de 03.11.2005

Lei nº 11.233 de 22.12.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 11

17. DEPARTAMENTO NACIONAL DE AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - DENASUS

Cargos de Nível Superior em efetivo exercício no DENASUS do Ministério da Saúde - MS

Nível Superior

Posição: julho/2011

CLASSE	PADRÃO	VB	GDASUS			ATIVO		GDASUS	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)	50 pts	TOTAL (em R\$)		
			A	B		C	(*)	F	G=(A+F)
				TOTAL (em R\$)					
				80 pts.	100 pts.			50 pts.	50 pts.
				D=(A+B)	E=(A+C)			F	G=(A+F)
								(**)	
ESPECIAL	III	3.383,00	5.414,40	6.768,00	8.797,40	10.151,00	3.384,00	6.767,00	
	II	3.290,86	5.256,00	6.570,00	8.546,86	9.860,86	3.285,00	6.575,86	
	I	3.201,23	5.101,60	6.377,00	8.302,83	9.578,23	3.188,50	6.389,73	
C	VI	3.107,99	4.760,80	5.951,00	7.868,79	9.058,99	2.975,50	6.083,49	
	V	3.023,34	4.621,60	5.777,00	7.644,94	8.800,34	2.888,50	5.911,84	
	IV	2.940,99	4.486,40	5.608,00	7.427,39	8.548,99	2.804,00	5.744,99	
	III	2.860,89	4.355,20	5.444,00	7.216,09	8.304,89	2.722,00	5.582,89	
	II	2.782,97	4.228,00	5.285,00	7.010,97	8.067,97	2.642,50	5.425,47	
	I	2.707,17	4.104,00	5.130,00	6.811,17	7.837,17	2.565,00	5.272,17	
B	VI	2.628,32	3.828,00	4.785,00	6.456,32	7.413,32	2.392,50	5.020,82	
	V	2.556,73	3.716,00	4.645,00	6.272,73	7.201,73	2.322,50	4.879,23	
	IV	2.487,09	3.607,20	4.509,00	6.094,29	6.996,09	2.254,50	4.741,59	
	III	2.419,35	3.501,60	4.377,00	5.920,95	6.796,35	2.188,50	4.607,85	
	II	2.353,45	3.399,20	4.249,00	5.752,65	6.602,45	2.124,50	4.477,95	
	I	2.289,35	3.299,20	4.124,00	5.588,55	6.413,35	2.062,00	4.351,35	
A	V	2.222,67	3.076,00	3.845,00	5.298,67	6.067,67	1.922,50	4.145,17	
	IV	2.162,13	2.986,40	3.733,00	5.148,53	5.895,13	1.866,50	4.028,63	
	III	2.103,24	2.899,20	3.624,00	5.002,44	5.727,24	1.812,00	3.915,24	
	II	2.045,95	2.814,40	3.518,00	4.860,35	5.563,95	1.759,00	3.804,95	
	I	1.990,22	2.732,00	3.415,00	4.722,22	5.405,22	1.707,50	3.697,72	

VB - Vencimento Básico (Anexo IV-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 - MP 431/2008)

GDASUS - Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria

Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria - GDASUS, devida aos ocupantes de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em efetivo exercício no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS, do Ministério da Saúde, que cumpram jornada de trabalho semanal de quarenta horas, enquanto permanecerem nesta condição.(art.30 da Lei 11.344/2006) . A GDASUS produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006.

(*) Até a edição dos atos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 31 da lei 11.344/2006, a GDASUS será paga aos servidores em exercício no DENASUS, que a ela façam jus, nos valores correspondentes a 80 (oitenta) pontos por servidor, observado o valor do ponto constante do Anexo XV da Lei 11.344/2006, de acordo com o respectivo nível, classe e padrão.

(*) A GDASUS será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de dez pontos por servidor, correspondendo cada ponto, Anexo XV da Lei nº 11.344, de 2006 (alteração dada art. 68 da MP 431/2008)

A GDASUS será paga observando-se os seguintes limites:

I - até vinte pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais serão atribuídos em decorrência da avaliação do resultado institucional do DENASUS.

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDASUS, no decurso do ciclo de avaliação, receberão a respectiva gratificação no valor correspondente a 1/3 (um terço) do percentual máximo da parcela individual, aplicando-se a avaliação institucional no período, observado o nível, a classe e o padrão do cargo efetivo.(art.35-B da Lei 11.344/2006)

(***) Aposentado - GDASUS - art. 36 da Lei nº 11.344/2006 (alteração dada pela MP 431/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.483 de 03.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006 art. 30

Lei nº 11.344 de 08.09.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 67

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Decreto 6.552 de 01.09.2008

Lei nº 12.277 DE 30.06.2010

17. DEPARTAMENTO NACIONAL DE AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - DENASUS

Cargos de Nível Intermediário em efetivo exercício no DENASUS do Ministério da Saúde - MS

Nível Intermediário

CLASSE	PADRÃO	VB	GDASUS		ATIVO		GDASUS	Posição: julho/2011
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	APOSENTADO
			A	B	C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	(**) F
ESPECIAL	III	1.923,11	2.561,60	3.202,00	4.484,71	5.125,11	1.601,00	3.524,11
	II	1.904,07	2.460,00	3.075,00	4.364,07	4.979,07	1.537,50	3.441,57
	I	1.885,22	2.360,80	2.951,00	4.246,02	4.836,22	1.475,50	3.360,72
C	VI	1.857,36	2.172,80	2.716,00	4.030,16	4.573,36	1.358,00	3.215,36
	V	1.838,97	2.082,40	2.603,00	3.921,37	4.441,97	1.301,50	3.140,47
	IV	1.820,76	1.995,20	2.494,00	3.815,96	4.314,76	1.247,00	3.067,76
	III	1.802,73	1.911,20	2.389,00	3.713,93	4.191,73	1.194,50	2.997,23
	II	1.784,88	1.830,40	2.288,00	3.615,28	4.072,88	1.144,00	2.928,88
	I	1.767,21	1.751,20	2.189,00	3.518,41	3.956,21	1.094,50	2.861,71
B	VI	1.741,09	1.601,60	2.002,00	3.342,69	3.743,09	1.001,00	2.742,09
	V	1.723,85	1.529,60	1.912,00	3.253,45	3.635,85	956,00	2.679,85
	IV	1.706,78	1.460,00	1.825,00	3.166,78	3.531,78	912,50	2.619,28
	III	1.689,88	1.392,80	1.741,00	3.082,68	3.430,88	870,50	2.560,38
	II	1.673,15	1.327,20	1.659,00	3.000,35	3.332,15	829,50	2.502,65
	I	1.656,58	1.264,80	1.581,00	2.921,38	3.237,58	790,50	2.447,08
A	V	1.632,10	1.144,80	1.431,00	2.776,90	3.063,10	715,50	2.347,60
	IV	1.615,94	1.088,00	1.360,00	2.703,94	2.975,94	680,00	2.295,94
	III	1.599,94	1.032,80	1.291,00	2.632,74	2.890,94	645,50	2.245,44
	II	1.584,10	980,00	1.225,00	2.564,10	2.809,10	612,50	2.196,60
	I	1.568,42	928,00	1.160,00	2.496,42	2.728,42	580,00	2.148,42

VB - Vencimento Básico (Anexo IV-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 - MP 431/2008)

GDASUS - Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria

Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria - GDASUS, devida aos ocupantes de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em efetivo exercício no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS, do Ministério da Saúde, que cumpram jornada de trabalho semanal de quarenta horas, enquanto permanecerem nesta condição. (art.30 da Lei 11.344/2006) . A GDASUS produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006.

(*) Até a edição dos atos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 31 da lei 11.344/2006, a GDASUS será paga aos servidores em exercício no DENASUS, que a ela façam jus, nos valores correspondentes a 80 (oitenta) pontos por servidor, observado o valor do ponto constante do Anexo XV da Lei 11.344/2006, de acordo com o respectivo nível, classe e padrão.

(*) A GDASUS será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de dez pontos por servidor, correspondendo cada ponto, Anexo XV da Lei nº 11.344, de 2006 (alteração dada art. 68 da MP 431/2008)

A GDASUS será paga observando-se os seguintes limites:

I - até vinte pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais serão atribuídos em decorrência da avaliação do resultado institucional do DENASUS.

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDASUS, no decurso do ciclo de avaliação, receberão a respectiva gratificação no valor correspondente a 1/3 (um terço) do percentual máximo da parcela individual, aplicando-se a avaliação institucional no período, observado o nível, a classe e o padrão do cargo efetivo.(art.35-B da Lei 11.344/2006)

(***) Aposentado - GDASUS - art. 36 da Lei nº 11.344/2006 (alteração dada pela MP 431/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.483 de 03.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006 art. 30

Lei nº 11.344 de 08.09.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 67

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Decreto 6.552 de 01.09.2008

Lei nº 12.277 DE 30.06.2010

17. DEPARTAMENTO NACIONAL DE AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - DENASUS

Cargos de Nível Auxiliar em efetivo exercício no DENASUS do Ministério da Saúde - MS

Nível Auxiliar

Posição: julho/2011

CLASSE	PADRÃO	VB	GEAAPST	GDASUS		ATIVO		GDASUS	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)		
ESPECIAL	III	1.159,57	713,27	616,00	770,00	2.488,84	2.642,84	385,00	2.257,84
	II	1.158,47	649,88	616,00	770,00	2.424,35	2.578,35	385,00	2.193,35
	I	1.157,37	588,75	616,00	770,00	2.362,12	2.516,12	385,00	2.131,12

VB - Vencimento Básico (Anexo IV-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 - MP 431/2008)

GDASUS - Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria

Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria - GDASUS, devida aos ocupantes de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em efetivo exercício no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS, do Ministério da Saúde, que cumpram jornada de trabalho semanal de quarenta horas, enquanto permanecerem nesta condição. (art.30 da Lei 11.344/2006) . A GDASUS produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006.

(*) Até a edição dos atos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 31 da lei 11.344/2006, a GDASUS será paga aos servidores em exercício no DENASUS, que a ela façam jus, nos valores correspondentes a 80 (oitenta) pontos por servidor, observado o valor do ponto constante do Anexo XV da Lei 11.344/2006, de acordo com o respectivo nível, classe e padrão.

(*) A GDASUS será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de dez pontos por servidor, correspondendo cada ponto, Anexo XV da Lei nº 11.344, de 2006 (alteração dada art. 68 da MP 431/2008)

A GDASUS será paga observando-se os seguintes limites:

I - até vinte pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais serão atribuídos em decorrência da avaliação do resultado institucional do DENASUS.

GEAAPST - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares

GEAAPST - Valores do anexo IV-C da Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006.

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDASUS, no decurso do ciclo de avaliação, receberão a respectiva gratificação no valor correspondente a 1/3 (um terço) do percentual máximo da parcela individual, aplicando-se a avaliação institucional no período, observado o nível, a classe e o padrão do cargo efetivo.(art.35-B da Lei 11.344/2006)

(***) Aposentado - GDASUS - art. 36 da Lei nº 11.344/2006 (alteração dada pela MP 431/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.483 de 03.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006 art. 30

Lei nº 11.344 de 08.09.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 67

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Decreto 6.552 de 01.09.2008

Lei nº 12.277 DE 30.06.2010

18. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

Carreira de Analista Administrativo

Cargo: Analista Administrativo

Nível Superior

Posição: janeiro/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDADNIT			NÍVEL GQ		ATIVO			ATIVO			GDADNIT	APOSENTADO		
			80 pts.	100 pts.		I	II	TOTAL (em R\$) - 80 pts.			TOTAL (em R\$) - 100 pts.			50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.		
			(*)			(**)		Sem GQ	I	II	Sem GQ	I	II	(***)	Sem GQ	I	II
			A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)	N=(A+D+L)	O=(A+E+L)
ESPECIAL	III	5.457,22	2.846,40	3.558,00	554,02	1.108,04	8.303,62	8.857,64	9.411,66	9.015,22	9.569,24	10.123,26	1.779,00	7.236,22	7.790,24	8.344,26	
	II	5.237,13	2.811,20	3.514,00	554,02	1.108,04	8.048,33	8.602,35	9.156,37	8.751,13	9.305,15	9.859,17	1.757,00	6.994,13	7.548,15	8.102,17	
	I	5.026,24	2.775,20	3.469,00	554,02	1.108,04	7.801,44	8.355,46	8.909,48	8.495,24	9.049,26	9.603,28	1.734,50	6.760,74	7.314,76	7.868,78	
B	V	4.611,30	2.703,20	3.379,00	554,02	1.108,04	7.314,50	7.868,52	8.422,54	7.990,30	8.544,32	9.098,34	1.689,50	6.300,80	6.854,82	7.408,84	
	IV	4.425,56	2.668,00	3.335,00	554,02	1.108,04	7.093,56	7.647,58	8.201,60	7.760,56	8.314,58	8.868,60	1.667,50	6.093,06	6.647,08	7.201,10	
	III	4.246,77	2.633,60	3.292,00	554,02	1.108,04	6.880,37	7.434,39	7.988,41	7.538,77	8.092,79	8.646,81	1.646,00	5.892,77	6.446,79	7.000,81	
	II	4.075,66	2.599,20	3.249,00	554,02	1.108,04	6.674,86	7.228,88	7.782,90	7.324,66	7.878,68	8.432,70	1.624,50	5.700,16	6.254,18	6.808,20	
	I	3.910,98	2.564,80	3.206,00	554,02	1.108,04	6.475,78	7.029,80	7.583,82	7.116,98	7.671,00	8.225,02	1.603,00	5.513,98	6.068,00	6.622,02	
A	V	3.754,30	2.524,00	3.155,00	554,02	1.108,04	6.278,30	6.832,32	7.386,34	6.909,30	7.463,32	8.017,34	1.577,50	5.331,80	5.885,82	6.439,84	
	IV	3.443,56	2.463,20	3.079,00	554,02	1.108,04	5.906,76	6.460,78	7.014,80	6.522,56	7.076,58	7.630,60	1.539,50	4.983,06	5.537,08	6.091,10	
	III	3.305,27	2.429,60	3.037,00	554,02	1.108,04	5.734,87	6.288,89	6.842,91	6.342,27	6.896,29	7.450,31	1.518,50	4.823,77	5.377,79	5.931,81	
	II	3.172,22	2.396,80	2.996,00	554,02	1.108,04	5.569,02	6.123,04	6.677,06	6.168,22	6.722,24	7.276,26	1.498,00	4.670,22	5.224,24	5.778,26	
	I	3.044,21	2.364,00	2.955,00	554,02	1.108,04	5.408,21	5.962,23	6.516,25	5.999,21	6.553,23	7.107,25	1.477,50	4.521,71	5.075,73	5.629,75	

GDADNIT - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do DNIT

(*) A GDADNIT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 (art. 64 da MP 441/2008).

A pontuação referente à GDADNIT será assim distribuída:

- I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
- II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 16-D da Lei nº 11.171/05 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus à GDADNIT perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho.

GQ - Gratificação de Qualificação - a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos no inciso III do caput do art. 1º da Lei nº 11.171/2005, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, gestão ou assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento, de acordo com os valores constantes do Anexo VIII da Lei 11.171/2005.

(**) GQ Nível I, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos de nível superior providos; e

(**) GQ Nível II, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior providos.

Observar o § 1º ao § 6º do art. 22 da Lei nº 11.171/2005.

(***) **Aposentado** - GDADNIT - art. 21 da Lei nº 11.171 de 02.09.2005 (alteração dada art. 63 MP 441/08)

(***) Aposentado - A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação. (§7º do art. 22º da Lei 11.171/2005)

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 5.452 de 01.05.1943

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.233 de 05.06.2001 art.79

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003

Lei nº 10.871 de de 20.05.2004 art. 35

Lei nº 11.171 de 02.09.2005

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Lei nº 12.186 de 29.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 85

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

18. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

Carreira de Infra-Estrutura de Transportes

Cargo: Analista de Infra-Estrutura de Transportes

Nível Superior

Posição: janeiro/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAIT		NÍVEL GQ		ATIVO			ATIVO			GDAIT	APOSENTADO		
			80 pts.	100 pts.	I	II	TOTAL (em R\$) - 80 pts.			TOTAL (em R\$) - 100 pts.			50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.		
			(*)		(**)		Sem GQ	I	II	Sem GQ	I	II	(***)	Sem GQ	I	II
			A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)	N=(A+D+L)
ESPECIAL	III	5.628,22	5.322,40	6.653,00	554,02	1.108,04	10.950,62	11.504,64	12.058,66	12.281,22	12.835,24	13.389,26	3.326,50	8.954,72	9.508,74	10.062,76
	II	5.464,13	5.216,80	6.521,00	554,02	1.108,04	10.680,93	11.234,95	11.788,97	11.985,13	12.539,15	13.093,17	3.260,50	8.724,63	9.278,65	9.832,67
	I	5.305,24	5.114,40	6.393,00	554,02	1.108,04	10.419,64	10.973,66	11.527,68	11.698,24	12.252,26	12.806,28	3.196,50	8.501,74	9.055,76	9.609,78
B	V	4.912,30	4.987,20	6.234,00	554,02	1.108,04	9.899,50	10.453,52	11.007,54	11.146,30	11.700,32	12.254,34	3.117,00	8.029,30	8.583,32	9.137,34
	IV	4.769,56	4.892,80	6.116,00	554,02	1.108,04	9.662,36	10.216,38	10.770,40	10.885,56	11.439,58	11.993,60	3.058,00	7.827,56	8.381,58	8.935,60
	III	4.630,77	4.801,60	6.002,00	554,02	1.108,04	9.432,37	9.986,39	10.540,41	10.632,77	11.186,79	11.740,81	3.001,00	7.631,77	8.185,79	8.739,81
	II	4.495,66	4.713,60	5.892,00	554,02	1.108,04	9.209,26	9.763,28	10.317,30	10.387,66	10.941,68	11.495,70	2.946,00	7.441,66	7.995,68	8.549,70
	I	4.364,98	4.628,00	5.785,00	554,02	1.108,04	8.992,98	9.547,00	10.101,02	10.149,98	10.704,00	11.258,02	2.892,50	7.257,48	7.811,50	8.365,52
A	V	4.041,30	4.525,60	5.657,00	554,02	1.108,04	8.566,90	9.120,92	9.674,94	9.698,30	10.252,32	10.806,34	2.828,50	6.869,80	7.423,82	7.977,84
	IV	3.923,56	4.447,20	5.559,00	554,02	1.108,04	8.370,76	8.924,78	9.478,80	9.482,56	10.036,58	10.590,60	2.779,50	6.703,06	7.257,08	7.811,10
	III	3.809,27	4.371,20	5.464,00	554,02	1.108,04	8.180,47	8.734,49	9.288,51	9.273,27	9.827,29	10.381,31	2.732,00	6.541,27	7.095,29	7.649,31
	II	3.698,22	4.297,60	5.372,00	554,02	1.108,04	7.995,82	8.549,84	9.103,86	9.070,22	9.624,24	10.178,26	2.686,00	6.384,22	6.938,24	7.492,26
	I	3.590,21	4.225,60	5.282,00	554,02	1.108,04	7.815,81	8.369,83	8.923,85	8.872,21	9.426,23	9.980,25	2.641,00	6.231,21	6.785,23	7.339,25

VB - Vencimento Básico - Anexo II da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 (Anexo XXIV da MP 441/2008)

GDAIT - Gratificação de Desempenho de Atividade de Infra-Estrutura de Transportes

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Infraestrutura de Transportes - GDAIT, devida aos ocupantes dos cargos da carreira de Infraestrutura de Transportes, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no DNIT. (art. 15 da Lei nº 11.171/2005 e art 74 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDAIT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 (art. 64 da MP 441/2008).

A pontuação referente à GDAIT será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 16-D da Lei nº 11.171/05 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus à GDAIT perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho.

GQ - Gratificação de Qualificação - a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos no incisos I do caput do art. 1º da Lei nº 11.171/2005, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, gestão ou assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento, de acordo com os valores constantes do Anexo VIII da Lei 11.171/2005.

(**) GQ Nível I, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos de nível superior providos; e

(**) GQ Nível II, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior providos.

Observar o § 1º ao § 6º do art. 22 da Lei nº 11.171/2005.

(***) Aposentado - GDAIT - art. 21 da Lei nº 11.171 de 02.09.2005 (alteração dada art. 63 MP 441/08)

(***) Aposentado - A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação. (§7º do art. 1º da Lei 12.186/2009)

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 5.452 de 01.05.1943

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.233 de 05.06.2001 art.79

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003

Lei nº 10.871 de de 20.05.2004 art. 35

Lei nº 11.171 de 02.09.2005

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Lei nº 12.186 de 29.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.75

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 74

18. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

Carreira de Técnico Administrativo

Cargo: Técnico Administrativo

Nível Intermediário

Posição: janeiro/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDADNIT		ATIVO		GDADNIT	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	2.706,49	1.420,80	1.776,00	4.127,29	4.482,49	888,00	3.594,49
	II	2.592,30	1.408,00	1.760,00	4.000,30	4.352,30	880,00	3.472,30
	I	2.483,48	1.393,60	1.742,00	3.877,08	4.225,48	871,00	3.354,48
B	V	2.331,12	1.326,40	1.658,00	3.657,52	3.989,12	829,00	3.160,12
	IV	2.233,26	1.312,00	1.640,00	3.545,26	3.873,26	820,00	3.053,26
	III	2.139,50	1.296,80	1.621,00	3.436,30	3.760,50	810,50	2.950,00
	II	2.048,77	1.281,60	1.602,00	3.330,37	3.650,77	801,00	2.849,77
	I	1.963,01	1.264,80	1.581,00	3.227,81	3.544,01	790,50	2.753,51
A	V	1.879,61	1.165,60	1.457,00	3.045,21	3.336,61	728,50	2.608,11
	IV	1.765,59	1.119,20	1.399,00	2.884,79	3.164,59	699,50	2.465,09
	III	1.690,34	1.050,40	1.313,00	2.740,74	3.003,34	656,50	2.346,84
	II	1.619,28	985,60	1.232,00	2.604,88	2.851,28	616,00	2.235,28
	I	1.581,70	925,60	1.157,00	2.507,30	2.738,70	578,50	2.160,20

VB - Vencimento Básico - Anexo II da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 (Anexo XXIV da MP 441/2008)

GDADNIT - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do DNIT

(*) A GDADNIT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 (art. 64 da MP 441/2008).

A pontuação referente à GDADNIT será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 16-D da Lei nº 11.171/05 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus à GDADNIT perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho.

(**) Aposentado - GDADNIT - art. 21 da Lei nº 11.171 de 02.09.2005 (alteração dada art. 63 MP 441/08)

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 5.452 de 01.05.1943

Lei nº nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.233 de 05.06.2001 art.79

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003

Lei nº 10.871 de de 20.05.2004 art. 35

Lei nº 11.171 de 02.09.2005

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Lei nº 12.186 de 29.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

18. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

Carreira Suporte à Infra-Estrutura de Transportes

Cargo: Técnico de Suporte em Infra-Estrutura de Transportes

Nível Intermediário

Posição: janeiro/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAIT		ATIVO		GDAIT	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	2.046,49	3.278,40	4.098,00	5.324,89	6.144,49	2.049,00	4.095,49
	II	2.006,30	3.184,80	3.981,00	5.191,10	5.987,30	1.990,50	3.996,80
	I	1.966,48	3.095,20	3.869,00	5.061,68	5.835,48	1.934,50	3.900,98
B	V	1.909,12	2.914,40	3.643,00	4.823,52	5.552,12	1.821,50	3.730,62
	IV	1.872,26	2.831,20	3.539,00	4.703,46	5.411,26	1.769,50	3.641,76
	III	1.835,50	2.750,40	3.438,00	4.585,90	5.273,50	1.719,00	3.554,50
	II	1.798,77	2.672,80	3.341,00	4.471,57	5.139,77	1.670,50	3.469,27
	I	1.764,01	2.596,00	3.245,00	4.360,01	5.009,01	1.622,50	3.386,51
A	V	1.729,61	2.422,40	3.028,00	4.152,01	4.757,61	1.514,00	3.243,61
	IV	1.678,59	2.307,20	2.884,00	3.985,79	4.562,59	1.442,00	3.120,59
	III	1.646,34	2.185,60	2.732,00	3.831,94	4.378,34	1.366,00	3.012,34
	II	1.614,28	2.071,20	2.589,00	3.685,48	4.203,28	1.294,50	2.908,78
	I	1.581,88	1.964,00	2.455,00	3.545,88	4.036,88	1.227,50	2.809,38

VB - Vencimento Básico - Anexo II da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 (Anexo XXIV da MP 441/2008)

GDAIT - Gratificação de Desempenho de Atividade de Infra-Estrutura de Transportes

(*) A GDAIT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 (art. 64 da MP 441/2008).

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Infraestrutura de Transportes - GDAIT, devida aos ocupantes dos cargos da carreira de Suporte à Infraestrutura de Transportes, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no DNIT. (art. 15 da Lei nº 11.171/2005 e art 75 da MP 568/2012)

A pontuação referente à GDAIT será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 16-D da Lei nº 11.171/05 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus à GDAIT perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho.

(**) Aposentado - GDAIT - art. 21 da Lei nº 11.171 de 02.09.2005 (alteração dada art. 63 MP 441/08)

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 5.452 de 01.05.1943

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.233 de 05.06.2001 art.79

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003

Lei nº 10.871 de de 20.05.2004 art. 35

Lei nº 11.171 de 02.09.2005

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Lei nº 12.186 de 29.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.75

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

18. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
 * Médico do Plano Especial de Cargos do DNIT, de que trata o art. 3º da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005
 Cargo: Médico
 Jornada de Trabalho de Médico é de : 20 h

Nível Superior - 20 h															Posição: julho/2012
CLASSE	PADRÃO	VB 20h (*)	GDM-DNIT			** GQ- Gratificação de Qualificação		ATIVO						APOSENTADO	
			(**) 80 pts.	(***) 100 pts.	D	E	80 pts. TOTAL (em R\$)			100 pts. TOTAL (em R\$)			GDM-DNIT (****) 50 pts. 20h	TOTAL (em R\$) 50 pts. 20h	
							SEM GQ	COM GQ		SEM GQ	COM GQ				
								NÍVEL I	NÍVEL II		NÍVEL I	NÍVEL II			
A	B	C	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)					
ESPECIAL	III	3.842,22	4.310,40	5.388,00	389,72	779,44	8.152,62	8.542,34	8.932,06	9.230,22	9.619,94	10.009,66	2.694,00	6.536,22	
	II	3.759,17	4.198,40	5.248,00	389,72	779,44	7.957,57	8.347,29	8.737,01	9.007,17	9.396,89	9.786,61	2.624,00	6.383,17	
	I	3.678,43	4.089,60	5.112,00	389,72	779,44	7.768,03	8.157,75	8.547,47	8.790,43	9.180,15	9.569,87	2.556,00	6.234,43	
C	VI	3.503,63	3.953,60	4.942,00	389,72	779,44	7.457,23	7.846,95	8.236,67	8.445,63	8.835,35	9.225,07	2.471,00	5.974,63	
	V	3.428,47	3.850,40	4.813,00	389,72	779,44	7.278,87	7.668,59	8.058,31	8.241,47	8.631,19	9.020,91	2.406,50	5.834,97	
	IV	3.354,43	3.750,40	4.688,00	389,72	779,44	7.104,83	7.494,55	7.884,27	8.042,43	8.432,15	8.821,87	2.344,00	5.698,43	
	III	3.282,47	3.652,80	4.566,00	389,72	779,44	6.935,27	7.324,99	7.714,71	7.848,47	8.238,19	8.627,91	2.283,00	5.565,47	
	II	3.211,53	3.558,40	4.448,00	389,72	779,44	6.769,93	7.159,65	7.549,37	7.659,53	8.049,25	8.438,97	2.224,00	5.435,53	
	I	3.142,57	3.465,60	4.332,00	389,72	779,44	6.608,17	6.997,89	7.387,61	7.474,57	7.864,29	8.254,01	2.166,00	5.308,57	
	VI	2.992,94	3.350,40	4.188,00	389,72	779,44	6.343,34	6.733,06	7.122,78	7.180,94	7.570,66	7.960,38	2.094,00	5.086,94	
B	V	2.927,72	3.264,00	4.080,00	389,72	779,44	6.191,72	6.581,44	6.971,16	7.007,72	7.397,44	7.787,16	2.040,00	4.967,72	
	IV	2.865,31	3.178,40	3.973,00	389,72	779,44	6.043,71	6.433,43	6.823,15	6.838,31	7.228,03	7.617,75	1.986,50	4.851,81	
	III	2.803,67	3.096,00	3.870,00	389,72	779,44	5.899,67	6.289,39	6.679,11	6.673,67	7.063,39	7.453,11	1.935,00	4.738,67	
	II	2.742,75	3.016,00	3.770,00	389,72	779,44	5.758,75	6.148,47	6.538,19	6.512,75	6.902,47	7.292,19	1.885,00	4.627,75	
	I	2.684,51	2.936,80	3.671,00	389,72	779,44	5.621,31	6.011,03	6.400,75	6.355,51	6.745,23	7.134,95	1.835,50	4.520,01	
A	V	2.556,05	2.840,00	3.550,00	389,72	779,44	5.396,05	5.785,77	6.175,49	6.106,05	6.495,77	6.885,49	1.775,00	4.331,05	
	IV	2.500,85	2.766,40	3.458,00	389,72	779,44	5.267,25	5.656,97	6.046,69	5.958,85	6.348,57	6.738,29	1.729,00	4.229,85	
	III	2.451,57	2.694,40	3.368,00	389,72	779,44	5.145,97	5.535,69	5.925,41	5.819,57	6.209,29	6.599,01	1.684,00	4.135,57	
	II	2.403,50	2.624,00	3.280,00	389,72	779,44	5.027,50	5.417,22	5.806,94	5.683,50	6.073,22	6.462,94	1.640,00	4.043,50	
	I	2.356,37	2.556,00	3.195,00	389,72	779,44	4.912,37	5.302,09	5.691,81	5.551,37	5.941,09	6.330,81	1.597,50	3.953,87	

Nível Superior - 40 h															Posição: julho/2012
CLASSE	PADRÃO	VB 40h (*)	GDM-DNIT			** GQ- Gratificação de Qualificação		ATIVO						APOSENTADO	
			(**) 80 pts.	(***) 100 pts.	D	E	80 pts. TOTAL (em R\$)			100 pts. TOTAL (em R\$)			GDM-DNIT (****) 50 pts. 40h	TOTAL (em R\$) 50 pts. 40h	
							SEM GQ	COM GQ		SEM GQ	COM GQ				
								NÍVEL I	NÍVEL II		NÍVEL I	NÍVEL II			
A	B	C	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)					
ESPECIAL	III	7.684,44	4.310,40	5.388,00	389,72	779,44	11.994,84	12.384,56	12.774,28	13.072,44	13.462,16	13.851,88	2.694,00	10.378,44	
	II	7.518,34	4.198,40	5.248,00	389,72	779,44	11.716,74	12.106,46	12.496,18	12.766,34	13.156,06	13.545,78	2.624,00	10.142,34	
	I	7.356,86	4.089,60	5.112,00	389,72	779,44	11.446,46	11.836,18	12.225,90	12.468,86	12.858,58	13.248,30	2.556,00	9.912,86	
C	VI	7.007,26	3.953,60	4.942,00	389,72	779,44	10.960,86	11.350,58	11.740,30	11.949,26	12.338,98	12.728,70	2.471,00	9.478,26	
	V	6.856,94	3.850,40	4.813,00	389,72	779,44	10.707,34	11.097,06	11.486,78	11.669,94	12.059,66	12.449,38	2.406,50	9.263,44	
	IV	6.708,86	3.750,40	4.688,00	389,72	779,44	10.459,26	10.848,98	11.238,70	11.396,86	11.786,58	12.176,30	2.344,00	9.052,86	
	III	6.564,94	3.652,80	4.566,00	389,72	779,44	10.217,74	10.607,46	10.997,18	11.130,94	11.520,66	11.910,38	2.283,00	8.847,94	
	II	6.423,06	3.558,40	4.448,00	389,72	779,44	9.981,46	10.371,18	10.760,90	10.871,06	11.260,78	11.650,50	2.224,00	8.647,06	
	I	6.285,14	3.465,60	4.332,00	389,72	779,44	9.750,74	10.140,46	10.530,18	10.617,14	11.006,86	11.396,58	2.166,00	8.451,14	
	VI	5.985,88	3.350,40	4.188,00	389,72	779,44	9.336,28	9.726,00	10.115,72	10.173,88	10.563,60	10.953,32	2.094,00	8.079,88	
B	V	5.855,44	3.264,00	4.080,00	389,72	779,44	9.119,44	9.509,16	9.898,88	9.935,44	10.325,16	10.714,88	2.040,00	7.895,44	
	IV	5.730,62	3.178,40	3.973,00	389,72	779,44	8.909,02	9.298,74	9.688,46	9.703,62	10.093,34	10.483,06	1.986,50	7.717,12	
	III	5.607,34	3.096,00	3.870,00	389,72	779,44	8.703,34	9.093,06	9.482,78	9.477,34	9.867,06	10.256,78	1.935,00	7.542,34	
	II	5.485,50	3.016,00	3.770,00	389,72	779,44	8.501,50	8.891,22	9.280,94	9.255,50	9.645,22	10.034,94	1.885,00	7.370,50	
	I	5.369,02	2.936,80	3.671,00	389,72	779,44	8.305,82	8.695,54	9.085,26	9.040,02	9.429,74	9.819,46	1.835,50	7.204,52	
A	V	5.112,10	2.840,00	3.550,00	389,72	779,44	7.952,10	8.341,82	8.731,54	8.662,10	9.051,82	9.441,54	1.775,00	6.887,10	
	IV	5.001,70	2.766,40	3.458,00	389,72	779,44	7.768,10	8.157,82	8.547,54	8.459,70	8.849,42	9.239,14	1.729,00	6.730,70	
	III	4.903,14	2.694,40	3.368,00	389,72	779,44	7.597,54	7.987,26	8.376,98	8.271,14	8.660,86	9.050,58	1.684,00	6.587,14	
	II	4.807,00	2.624,00	3.280,00	389,72	779,44	7.431,00	7.820,72	8.210,44	8.087,00	8.476,72	8.866,44	1.640,00	6.447,00	
	I	4.712,74	2.556,00	3.195,00	389,72	779,44	7.268,74	7.658,46	8.048,18	7.907,74	8.297,46	8.687,18	1.597,50	6.310,24	

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* Fica criado, a partir de 1º de janeiro de 2005, o Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNIT, nele lotados em 1º de outubro de 2004, ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 31 de julho de 2004. (art. 3º da Lei 11.171/2005)

VB - Vencimento Básico

(*) VB - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-DNIT - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos do DNIT, de que trata o art. 3º da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-DNIT devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-DNIT terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-DNIT será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§ 4º até § 17 da Lei nº 12.702/2012)

GQ - Gratificação de Qualificação - a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 3º-B da Lei 11.171/2005, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, gestão ou assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento.

** GQ Nível I, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos de nível superior providos; e

** GQ Nível II, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior providos.

Valor GQ - estabelecido no Anexo XLV - Tabela XII da Lei nº 12.702/2012

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação. (§ 7º do art. 22º da Lei 11.171/2005)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Decreto-Lei nº 5.452 de 01.05.1943

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 10.233 de 05.06.2001 art.79

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º

Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1º ao art. 4º e 35º

Lei nº 11.046 de 27.12.2004

Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art. 30

Lei nº 11.171 de 02.09.2005

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 12.186 de 29.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

18. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes

* Cargos de Nível Superior não referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005

Nível Superior

Posição: janeiro/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPEC			NÍVEL GQ		ATIVO			ATIVO			GDAPEC	APOSENTADO		
			80 pts.	100 pts.		I	II	TOTAL (em R\$) - 80 pts.			TOTAL (em R\$) - 100 pts.			50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.		
			(*)			(**)		Sem GQ	I	II	Sem GQ	I	II	(***)	Sem GQ	I	II
			A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)	N=(A+D+L)	O=(A+E+L)
ESPECIAL	III	3.842,22	4.310,40	5.388,00	389,72	779,44	8.152,62	8.542,34	8.932,06	9.230,22	9.619,94	10.009,66	2.694,00	6.536,22	6.925,94	7.315,66	
	II	3.759,17	4.198,40	5.248,00	389,72	779,44	7.957,57	8.347,29	8.737,01	9.007,17	9.396,89	9.786,61	2.624,00	6.383,17	6.772,89	7.162,61	
	I	3.678,43	4.089,60	5.112,00	389,72	779,44	7.768,03	8.157,75	8.547,47	8.790,43	9.180,15	9.569,87	2.556,00	6.234,43	6.624,15	7.013,87	
C	VI	3.503,63	3.953,60	4.942,00	389,72	779,44	7.457,23	7.846,95	8.236,67	8.445,63	8.835,35	9.225,07	2.471,00	5.974,63	6.364,35	6.754,07	
	V	3.428,47	3.850,40	4.813,00	389,72	779,44	7.278,87	7.668,59	8.058,31	8.241,47	8.631,19	9.020,91	2.406,50	5.834,97	6.224,69	6.614,41	
	IV	3.354,43	3.750,40	4.688,00	389,72	779,44	7.104,83	7.494,55	7.884,27	8.042,43	8.432,15	8.821,87	2.344,00	5.698,43	6.088,15	6.477,87	
	III	3.282,47	3.652,80	4.566,00	389,72	779,44	6.935,27	7.324,99	7.714,71	7.848,47	8.238,19	8.627,91	2.283,00	5.565,47	5.955,19	6.344,91	
	II	3.211,53	3.558,40	4.448,00	389,72	779,44	6.769,93	7.159,65	7.549,37	7.659,53	8.049,25	8.438,97	2.224,00	5.435,53	5.825,25	6.214,97	
	I	3.142,57	3.465,60	4.332,00	389,72	779,44	6.608,17	6.997,89	7.387,61	7.474,57	7.864,29	8.254,01	2.166,00	5.308,57	5.698,29	6.088,01	
B	VI	2.992,94	3.350,40	4.188,00	389,72	779,44	6.343,34	6.733,06	7.122,78	7.180,94	7.570,66	7.960,38	2.094,00	5.086,94	5.476,66	5.866,38	
	V	2.927,72	3.264,00	4.080,00	389,72	779,44	6.191,72	6.581,44	6.971,16	7.007,72	7.397,44	7.787,16	2.040,00	4.967,72	5.357,44	5.747,16	
	IV	2.865,31	3.178,40	3.973,00	389,72	779,44	6.043,71	6.433,43	6.823,15	6.838,31	7.228,03	7.617,75	1.986,50	4.851,81	5.241,53	5.631,25	
	III	2.803,67	3.096,00	3.870,00	389,72	779,44	5.899,67	6.289,39	6.679,11	6.673,67	7.063,39	7.453,11	1.935,00	4.738,67	5.128,39	5.518,11	
	II	2.742,75	3.016,00	3.770,00	389,72	779,44	5.758,75	6.148,47	6.538,19	6.512,75	6.902,47	7.292,19	1.885,00	4.627,75	5.017,47	5.407,19	
	I	2.684,51	2.936,80	3.671,00	389,72	779,44	5.621,31	6.011,03	6.400,75	6.355,51	6.745,23	7.134,95	1.835,50	4.520,01	4.909,73	5.299,45	
A	V	2.556,05	2.840,00	3.550,00	389,72	779,44	5.396,05	5.785,77	6.175,49	6.106,05	6.495,77	6.885,49	1.775,00	4.331,05	4.720,77	5.110,49	
	IV	2.500,85	2.766,40	3.458,00	389,72	779,44	5.267,25	5.656,97	6.046,69	5.958,85	6.348,57	6.738,29	1.729,00	4.229,85	4.619,57	5.009,29	
	III	2.451,57	2.694,40	3.368,00	389,72	779,44	5.145,97	5.535,69	5.925,41	5.819,57	6.209,29	6.599,01	1.684,00	4.135,57	4.525,29	4.915,01	
	II	2.403,50	2.624,00	3.280,00	389,72	779,44	5.027,50	5.417,22	5.806,94	5.683,50	6.073,22	6.462,94	1.640,00	4.043,50	4.433,22	4.822,94	
	I	2.356,37	2.556,00	3.195,00	389,72	779,44	4.912,37	5.302,09	5.691,81	5.551,37	5.941,09	6.330,81	1.597,50	3.953,87	4.343,59	4.733,31	

* Exceto os Cargos de nível superior de: Arquiteto, Economista, Engenheiro, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro de Operações, Estatístico e Geólogo que são referidos no art. 3º A da Lei 11.171/2005.

Fica criado, a partir de 1º de janeiro de 2005, o Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNIT, nele lotados em 1º de outubro de 2004, ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 31 de julho de 2004.(art. 3º da Lei 11.171/2005)

VB - Vencimento Básico - Anexo V da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 (Anexo XXV da MP 441/2008)

GDAPEC - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT

(*) A GDAPEC será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 (ANEXO XXVIII MP 441/2008).

A pontuação referente à GDAPEC será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 16-D da Lei nº 11.171/05 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus à GDAPEC perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho.

GQ - Gratificação de Qualificação - a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 3º-B da Lei 11.171/2005, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, gestão ou assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento, de acordo com os valores constantes do Anexo VIII da Lei nº 11.171/2005. (redação dada pelo art. 1º da Lei nº 12.186/2009)

(**) GQ Nível I, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos de nível superior providos; e

(**) GQ Nível II, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior providos.

Observar o § 1º ao § 6º do art. 22 da Lei nº 11.171/2005.

(***) Aposentado - GDAPEC - art. 21 da Lei nº 11.171 de 02.09.2005 (alteração dada art. 63 MP 441/08)

(***) Aposentado - A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.(§7º do art. 22º da Lei 11.171/2005)

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 5.452 de 01.05.1943

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 10.233 de 05.06.2001 art.79

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decretonº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º

Lei nº 10.971 de 25.11.2004art. 1º ao art. 4º e 35º

Lei nº 11.046 de 27.12.2004

Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art. 30

Lei nº 11.171 de 02.09.2005

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 12.186 de 29.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

18. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes

* Cargos de Nível Intermediário não referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005

Nível Intermediário

Posição: janeiro/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPEC		ATIVO		GDAPEC	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	2.429,23	2.080,80	2.601,00	4.510,03	5.030,23	1.300,50	3.729,73
	II	2.369,74	2.028,00	2.535,00	4.397,74	4.904,74	1.267,50	3.637,24
	I	2.311,70	1.976,80	2.471,00	4.288,50	4.782,70	1.235,50	3.547,20
C	VI	2.202,40	1.908,00	2.385,00	4.110,40	4.587,40	1.192,50	3.394,90
	V	2.147,95	1.860,00	2.325,00	4.007,95	4.472,95	1.162,50	3.310,45
	IV	2.095,83	1.812,80	2.266,00	3.908,63	4.361,83	1.133,00	3.228,83
	III	2.045,00	1.766,40	2.208,00	3.811,40	4.253,00	1.104,00	3.149,00
	II	1.995,44	1.721,60	2.152,00	3.717,04	4.147,44	1.076,00	3.071,44
	I	1.946,11	1.678,40	2.098,00	3.624,51	4.044,11	1.049,00	2.995,11
B	VI	1.853,22	1.620,80	2.026,00	3.474,02	3.879,22	1.013,00	2.866,22
	V	1.807,95	1.580,00	1.975,00	3.387,95	3.782,95	987,50	2.795,45
	IV	1.764,80	1.539,20	1.924,00	3.304,00	3.688,80	962,00	2.726,80
	III	1.721,76	1.500,00	1.875,00	3.221,76	3.596,76	937,50	2.659,26
	II	1.679,79	1.461,60	1.827,00	3.141,39	3.506,79	913,50	2.593,29
	I	1.637,87	1.425,60	1.782,00	3.063,47	3.419,87	891,00	2.528,87
A	V	1.560,38	1.376,00	1.720,00	2.936,38	3.280,38	860,00	2.420,38
	IV	1.522,05	1.341,60	1.677,00	2.863,65	3.199,05	838,50	2.360,55
	III	1.484,68	1.308,00	1.635,00	2.792,68	3.119,68	817,50	2.302,18
	II	1.449,25	1.274,40	1.593,00	2.723,65	3.042,25	796,50	2.245,75
	I	1.413,73	1.242,40	1.553,00	2.656,13	2.966,73	776,50	2.190,23

* Exceto os Cargos de nível intermediário de: Agente de Serviços de Engenharia, Técnico de Estradas e Tecnologista que são referidos no art. 3º A da Lei 11.171/2005.

Fica criado, a partir de 1º de janeiro de 2005, o Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNIT, nele lotados em 1º de outubro de 2004, ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 31 de julho de 2004. (art. 3º da Lei 11.171/2005)

VB - Vencimento Básico - Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 (Anexo XXV da MP 441/2008)

GDAPEC - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT

(*) A GDAPEC será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 (art. 64 da MP 441/2008).

A pontuação referente à GDAPEC será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 16-D da Lei nº 11.171/05 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus à GDAPEC perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho.

(**) **Aposentado** - GDAPEC - art. 21 da Lei nº 11.171 de 02.09.2005 (alteração dada art. 63 MP

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 5.452 de 01.05.1943

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 10.233 de 05.06.2001 art.79

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º

Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1º ao art. 4º e 35º

Lei nº 11.046 de 27.12.2004

Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art. 30

Lei nº 11.171 de 02.09.2005

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Lei nº 12.186 de 29.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

18. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes

Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNIT

Nível Auxiliar

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPEC		ATIVO		GDAPEC	Posição: janeiro/2010
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	APOSENTADO
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	1.170,02	704,00	880,00	1.874,02	2.050,02	440,00	1.610,02
	II	1.147,74	674,40	843,00	1.822,14	1.990,74	421,50	1.569,24
	I	1.124,59	667,20	834,00	1.791,79	1.958,59	417,00	1.541,59

Fica criado, a partir de 1º de janeiro de 2005, o Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNIT, nele lotados em 1º de outubro de 2004, ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 31 de julho de 2004.(art. 3º da Lei 11.171/2005)

VB - Vencimento Básico - Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 (Anexo XXV da MP 441/2008)

GDAPEC - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT

(*) A GDAPEC será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 (art. 64 da MP 441/2008).

A pontuação referente à GDAPEC será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 16-D da Lei nº 11.171/05 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus à GDAPEC perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho.

(**) **Aposentado** - GDAPEC - art. 21 da Lei nº 11.171 de 02.09.2005 (alteração dada

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 5.452 de 01.05.1943

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 10.233 de 05.06.2001 art.79

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida provisória nº 155 de 23.12.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º

Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1º ao art. 4º e 35º

Lei nº 11.046 de 27.12.2004

Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art. 30

Lei nº 11.171 de 02.09.2005

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Lei nº 12.186 de 29.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

18. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

* Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes

Cargo: Arquiteto referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005

Cargo: Economista referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005

Cargo: Engenheiro referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005

Cargo: Engenheiro Agrônomo referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005

Cargo: Engenheiro de Operações referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005

Cargo: Estatístico referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005

Cargo: Geólogo referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005

Nível Superior

Posição: janeiro/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDIT			NÍVEL GQ		ATIVO			ATIVO			GDIT	APOSENTADO		
			80 pts.	100 pts.		I	II	TOTAL (em R\$) - 80 pts.			TOTAL (em R\$) - 100 pts.			50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.		
			(*)			(**)		Sem GQ	I	II	Sem GQ	I	II	(***)	Sem GQ	I	II
			A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)	N=(A+D+L)	O=(A+E+L)
ESPECIAL	III	5.628,22	5.322,40	6.653,00	554,02	1.108,04	10.950,62	11.504,64	12.058,66	12.281,22	12.835,24	13.389,26	3.326,50	8.954,72	9.508,74	10.062,76	
	II	5.503,13	5.185,60	6.482,00	554,02	1.108,04	10.688,73	11.242,75	11.796,77	11.985,13	12.539,15	13.093,17	3.241,00	8.744,13	9.298,15	9.852,17	
	I	5.380,24	5.054,40	6.318,00	554,02	1.108,04	10.434,64	10.988,66	11.542,68	11.698,24	12.252,26	12.806,28	3.159,00	8.539,24	9.093,26	9.647,28	
C	VI	5.223,30	4.738,40	5.923,00	554,02	1.108,04	9.961,70	10.515,72	11.069,74	11.146,30	11.700,32	12.254,34	2.961,50	8.184,80	8.738,82	9.292,84	
	V	5.106,56	4.623,20	5.779,00	554,02	1.108,04	9.729,76	10.283,78	10.837,80	10.885,56	11.439,58	11.993,60	2.889,50	7.996,06	8.550,08	9.104,10	
	IV	4.992,77	4.512,00	5.640,00	554,02	1.108,04	9.504,77	10.058,79	10.612,81	10.632,77	11.186,79	11.740,81	2.820,00	7.812,77	8.366,79	8.920,81	
	III	4.881,66	4.404,80	5.506,00	554,02	1.108,04	9.286,46	9.840,48	10.394,50	10.387,66	10.941,68	11.495,70	2.753,00	7.634,66	8.188,68	8.742,70	
	II	4.772,98	4.301,60	5.377,00	554,02	1.108,04	9.074,58	9.628,60	10.182,62	10.149,98	10.704,00	11.258,02	2.688,50	7.461,48	8.015,50	8.569,52	
	I	4.666,30	4.025,60	5.032,00	554,02	1.108,04	8.691,90	9.245,92	9.799,94	9.698,30	10.252,32	10.806,34	2.516,00	7.182,30	7.736,32	8.290,34	
B	VI	4.530,56	3.961,60	4.952,00	554,02	1.108,04	8.492,16	9.046,18	9.600,20	9.482,56	10.036,58	10.590,60	2.476,00	7.006,56	7.560,58	8.114,60	
	V	4.429,27	3.875,20	4.844,00	554,02	1.108,04	8.304,47	8.858,49	9.412,51	9.273,27	9.827,29	10.381,31	2.422,00	6.851,27	7.405,29	7.959,31	
	IV	4.331,22	3.791,20	4.739,00	554,02	1.108,04	8.122,42	8.676,44	9.230,46	9.070,22	9.624,24	10.178,26	2.369,50	6.700,72	7.254,74	7.808,76	
	III	4.235,21	3.709,60	4.637,00	554,02	1.108,04	7.944,81	8.498,83	9.052,85	8.872,21	9.426,23	9.980,25	2.318,50	6.553,71	7.107,73	7.661,75	
	II	4.141,70	3.600,80	4.501,00	554,02	1.108,04	7.742,50	8.296,52	8.850,54	8.642,70	9.196,72	9.750,74	2.250,50	6.392,20	6.946,22	7.500,24	
	I	4.049,29	3.496,00	4.370,00	554,02	1.108,04	7.545,29	8.099,31	8.653,33	8.419,29	8.973,31	9.527,33	2.185,00	6.234,29	6.788,31	7.342,33	
A	V	3.931,08	3.394,40	4.243,00	554,02	1.108,04	7.325,48	7.879,50	8.433,52	8.174,08	8.728,10	9.282,12	2.121,50	6.052,58	6.606,60	7.160,62	
	IV	3.843,86	3.295,20	4.119,00	554,02	1.108,04	7.139,06	7.693,08	8.247,10	7.962,86	8.516,88	9.070,90	2.059,50	5.903,36	6.457,38	7.011,40	
	III	3.758,19	3.199,20	3.999,00	554,02	1.108,04	6.957,39	7.511,41	8.065,43	7.757,19	8.311,21	8.865,23	1.999,50	5.757,69	6.311,71	6.865,73	
	II	3.673,94	3.106,40	3.883,00	554,02	1.108,04	6.780,34	7.334,36	7.888,38	7.556,94	8.110,96	8.664,98	1.941,50	5.615,44	6.169,46	6.723,48	
	I	3.591,95	3.016,00	3.770,00	554,02	1.108,04	6.607,95	7.161,97	7.715,99	7.361,95	7.915,97	8.469,99	1.885,00	5.476,95	6.030,97	6.584,99	

* Cargos de Nível Superior referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005 : Arquiteto, Economista, Engenheiro, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro de Operações, Estatístico e Geólogo.

Fica criado, a partir de 1º de janeiro de 2005, o Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNIT, nele lotados em 1º de outubro de 2004, ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 31 de julho de 2004.(art. 3º da Lei 11.171/2005)

VB - Vencimento Básico - Anexo V da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 (Anexo XXV da MP 441/2008)

GDIT - Gratificação de Desempenho de Atividade de Transportes

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Transportes - GDIT, devida aos servidores do Plano Especial de Cargos do DNIT, ocupantes dos cargos de nível superior de Arquiteto, Economista, Engenheiro, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro de Operações, Estatístico e Geólogo, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no DNIT. (art. 15 da Lei nº 11.171/2005 e art 74 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDIT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 (ANEXO XXVIII MP 441/2008).

A pontuação referente à GDIT será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 16-D da Lei nº 11.171/05 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus à GDIT perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho.

GQ - Gratificação de Qualificação - ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 3º-A da Lei 11.171/2005, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, gestão ou assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento, de acordo com os valores constantes do Anexo VIII da Lei nº 11.171/2005.

(**) GQ Nível I, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos de nível superior providos; e

(**) GQ Nível II, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior providos.

Observar o § 1º ao § 6º do art. 22 da Lei nº 11.171/2005.

(***) Aposentado - GDIT - art. 21 da Lei nº 11.171 de 02.09.2005 (alteração dada art. 63 MP 441/08)

(***) Aposentado - A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.(§7º do art. 22º da Lei 11.171/2005)

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 5.452 de 01.05.1943

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.233 de 05.06.2001 art.79

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003

Lei nº 10.871 de 20.05.2004 art. 35

Lei nº 11.171 de 02.09.2005

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Lei nº 12.186 de 29.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 75

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art.74

18. DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

* Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes

Cargo: Agente de Serviços de Engenharia referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005

Cargo: Técnico de Estradas referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005

Cargo: Tecnologista referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005

Nível Intermediário

Posição: janeiro/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDIT			NÍVEL GQ		ATIVO			ATIVO			GDIT	APOSENTADO		
			80 pts.	100 pts.		I	II	TOTAL (em R\$) - 80 pts.			TOTAL (em R\$) - 100 pts.			50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.		
			(*)			(**)		Sem GQ	I	II	Sem GQ	I	II	(***)	Sem GQ	I	II
			A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)	N=(A+D+L)	O=(A+E+L)
ESPECIAL	III	2.046,49	2.950,40	3.688,00	204,65	410,00	4.996,89	5.201,54	5.406,89	5.734,49	5.939,14	6.144,49	1.844,00	3.890,49	4.095,14	4.300,49	
	II	2.006,30	2.856,80	3.571,00	204,65	410,00	4.863,10	5.067,75	5.273,10	5.577,30	5.781,95	5.987,30	1.785,50	3.791,80	3.996,45	4.201,80	
	I	1.967,48	2.766,40	3.458,00	204,65	410,00	4.733,88	4.938,53	5.143,88	5.425,48	5.630,13	5.835,48	1.729,00	3.696,48	3.901,13	4.106,48	
C	VI	1.910,12	2.585,60	3.232,00	204,65	410,00	4.495,72	4.700,37	4.905,72	5.142,12	5.346,77	5.552,12	1.616,00	3.526,12	3.730,77	3.936,12	
	V	1.872,26	2.503,20	3.129,00	204,65	410,00	4.375,46	4.580,11	4.785,46	5.001,26	5.205,91	5.411,26	1.564,50	3.436,76	3.641,41	3.846,76	
	IV	1.835,50	2.422,40	3.028,00	204,65	410,00	4.257,90	4.462,55	4.667,90	4.863,50	5.068,15	5.273,50	1.514,00	3.349,50	3.554,15	3.759,50	
	III	1.799,77	2.344,00	2.930,00	204,65	410,00	4.143,77	4.348,42	4.553,77	4.729,77	4.934,42	5.139,77	1.465,00	3.264,77	3.469,42	3.674,77	
	II	1.764,01	2.268,00	2.835,00	204,65	410,00	4.032,01	4.236,66	4.442,01	4.599,01	4.803,66	5.009,01	1.417,50	3.181,51	3.386,16	3.591,51	
	I	1.729,61	2.094,40	2.618,00	204,65	410,00	3.824,01	4.028,66	4.234,01	4.347,61	4.552,26	4.757,61	1.309,00	3.038,61	3.243,26	3.448,61	
B	VI	1.679,59	1.978,40	2.473,00	204,65	410,00	3.657,99	3.862,64	4.067,99	4.152,59	4.357,24	4.562,59	1.236,50	2.916,09	3.120,74	3.326,09	
	V	1.646,34	1.857,60	2.322,00	204,65	410,00	3.503,94	3.708,59	3.913,94	3.968,34	4.172,99	4.378,34	1.161,00	2.807,34	3.011,99	3.217,34	
	IV	1.614,28	1.743,20	2.179,00	204,65	410,00	3.357,48	3.562,13	3.767,48	3.793,28	3.997,93	4.203,28	1.089,50	2.703,78	2.908,43	3.113,78	
	III	1.581,88	1.636,00	2.045,00	204,65	410,00	3.217,88	3.422,53	3.627,88	3.626,88	3.831,53	4.036,88	1.022,50	2.604,38	2.809,03	3.014,38	
	II	1.550,86	1.635,20	2.044,00	204,65	410,00	3.186,06	3.390,71	3.596,06	3.594,86	3.799,51	4.004,86	1.022,00	2.572,86	2.777,51	2.982,86	
	I	1.521,35	1.596,00	1.995,00	204,65	410,00	3.117,35	3.322,00	3.527,35	3.516,35	3.721,00	3.926,35	997,50	2.518,85	2.723,50	2.928,85	
A	V	1.476,97	1.522,40	1.903,00	204,65	410,00	2.999,37	3.204,02	3.409,37	3.379,97	3.584,62	3.789,97	951,50	2.428,47	2.633,12	2.838,47	
	IV	1.447,63	1.486,40	1.858,00	204,65	410,00	2.934,03	3.138,68	3.344,03	3.305,63	3.510,28	3.715,63	929,00	2.376,63	2.581,28	2.786,63	
	III	1.419,75	1.450,40	1.813,00	204,65	410,00	2.870,15	3.074,80	3.280,15	3.232,75	3.437,40	3.642,75	906,50	2.326,25	2.530,90	2.736,25	
	II	1.391,33	1.416,00	1.770,00	204,65	410,00	2.807,33	3.011,98	3.217,33	3.161,33	3.365,98	3.571,33	885,00	2.276,33	2.480,98	2.686,33	
	I	1.364,25	1.381,60	1.727,00	204,65	410,00	2.745,85	2.950,50	3.155,85	3.091,25	3.295,90	3.501,25	863,50	2.227,75	2.432,40	2.637,75	

* Cargos de Nível Intermediário referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005 : Agente de Serviços de Engenharia, Técnico de Estradas e Tecnologista. Fica criado, a partir de 1º de janeiro de 2005, o Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNIT, nele lotados em 1º de outubro de 2004, ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 31 de julho de 2004.(art. 3º da Lei 11.171/2005)

VB - Vencimento Básico - Anexo V da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 (Anexo XXV da MP 441/2008)

GDIT - Gratificação de Desempenho de Atividade de Transportes

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Transportes - GDIT, devida aos servidores do Plano Especial de Cargos do DNIT, ocupantes dos cargos de nível intermediário de Agente de Serviços de Engenharia, Técnico de Estradas e Tecnologista, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no DNIT (art. 15 da Lei nº 11.171/2005 e art 74 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDIT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VII da Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005 (ANEXO XXVIII MP 441/2008).

A pontuação referente à GDIT será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o parágrafo único do art. 16-D da Lei nº 11.171/05 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus à GDIT perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho.

GQ - Gratificação de Qualificação - ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 3º-A da Lei 11.171/2005, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de supervisão, gestão ou assessoramento, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento, de acordo com os valores constantes do Anexo VIII da Lei nº 11.171/2005.

(**) GQ Nível I, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos de nível superior providos; e

(**) GQ Nível II, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior providos.

Observar o § 1º ao § 6º do art. 22 da Lei nº 11.171/2005.

(***) Aposentado - GDIT - art. 21 da Lei nº 11.171 de 02.09.2005 (alteração dada art. 63 MP 441/08)

(***) Aposentado - A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.(§7º do art. 22º da Lei 11.171/2005)

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 5.452 de 01.05.1943

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.233 de 05.06.2001 art.79

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003

Lei nº 10.871 de de 20.05.2004 art. 35

Lei nº 11.171 de 02.09.2005

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Lei nº 12.186 de 29.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 75

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 74

19. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

Carreira Analista Administrativo

Cargo: Analista Administrativo

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDADNPM			GQ		ATIVO			ATIVO			GDADNPM	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		10%	20%	TOTAL (em R\$) - 80 pts.			TOTAL (em R\$) - 100 pts.			50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(*)			(**)		Sem GQ	10%	20%	Sem GQ	10%	20%	(***)	
	A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)		
ESPECIAL	III	5.540,22	2.868,80	3.586,00	554,02	1.108,04	8.409,02	8.963,04	9.517,06	9.126,22	9.680,24	10.234,26	1.793,00	7.333,22	
	II	5.327,13	2.826,40	3.533,00	554,02	1.108,04	8.153,53	8.707,55	9.261,57	8.860,13	9.414,15	9.968,17	1.766,50	7.093,63	
	I	5.122,24	2.784,80	3.481,00	554,02	1.108,04	7.907,04	8.461,06	9.015,08	8.603,24	9.157,26	9.711,28	1.740,50	6.862,74	
B	V	4.699,30	2.716,80	3.396,00	554,02	1.108,04	7.416,10	7.970,12	8.524,14	8.095,30	8.649,32	9.203,34	1.698,00	6.397,30	
	IV	4.518,56	2.676,80	3.346,00	554,02	1.108,04	7.195,36	7.749,38	8.303,40	7.864,56	8.418,58	8.972,60	1.673,00	6.191,56	
	III	4.344,77	2.637,60	3.297,00	554,02	1.108,04	6.982,37	7.536,39	8.090,41	7.641,77	8.195,79	8.749,81	1.648,50	5.993,27	
	II	4.177,66	2.598,40	3.248,00	554,02	1.108,04	6.776,06	7.330,08	7.884,10	7.425,66	7.979,68	8.533,70	1.624,00	5.801,66	
	I	4.016,98	2.560,00	3.200,00	554,02	1.108,04	6.576,98	7.131,00	7.685,02	7.216,98	7.771,00	8.325,02	1.600,00	5.616,98	
A	V	3.685,30	2.497,60	3.122,00	554,02	1.108,04	6.182,90	6.736,92	7.290,94	6.807,30	7.361,32	7.915,34	1.561,00	5.246,30	
	IV	3.543,56	2.460,80	3.076,00	554,02	1.108,04	6.004,36	6.558,38	7.112,40	6.619,56	7.173,58	7.727,60	1.538,00	5.081,56	
	III	3.407,27	2.424,80	3.031,00	554,02	1.108,04	5.832,07	6.386,09	6.940,11	6.438,27	6.992,29	7.546,31	1.515,50	4.922,77	
	II	3.276,22	2.388,80	2.986,00	554,02	1.108,04	5.665,02	6.219,04	6.773,06	6.262,22	6.816,24	7.370,26	1.493,00	4.769,22	
	I	3.150,21	2.353,60	2.942,00	554,02	1.108,04	5.503,81	6.057,83	6.611,85	6.092,21	6.646,23	7.200,25	1.471,00	4.621,21	

VB - Vencimento Básico - Anexo II da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CIX da Lei nº 11.907 de 2008)

GDADNPM - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas

(*) A GDADNPM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI-C da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CXV da Lei nº 11.907/09)

A pontuação referente à GDADNPM será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessação ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

GQ - Gratificação de Qualificação (a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 22 da Lei nº 11.046/2004, quando em efetivo exercício do cargo) na forma estabelecida em regulamento, observados os seguintes parâmetros e limites:

(**) GQ de 20% do maior vencimento básico do cargo, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior, providos;

(**) GQ de 10% do maior vencimento básico do cargo, até o limite de 30% (trinta por cento dos cargos) de nível superior, providos.

Observar o § 1º ao § 6º do art. 22 da Lei nº 11.046/2004

(***) **Aposentado** - GDADNPM - art. 21 e art. 24 da Lei nº 11.046 de 27.12.2004 (art. 163 da Medida Provisória 441/08 - Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1º ao art. 4º

Lei nº 11.046 de 27.12.2004

Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art. 30

Lei nº 11.233 de 22.12.2005 art.14

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

19. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

Carreira de Especialista em Recursos Minerais

Cargo: Especialista em Recursos Minerais

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDARM			GQ		ATIVO			ATIVO			GDARM	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		10%	20%	TOTAL (em R\$) - 80 pts.			TOTAL (em R\$) - 100 pts.			50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(*)			(**)		Sem GQ	10%	20%	Sem GQ	10%	20%	(***)	
			A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)
ESPECIAL	III	5.540,22	5.392,80	6.741,00	554,02	1.108,04	10.933,02	11.487,04	12.041,06	12.281,22	12.835,24	13.389,26	3.370,50	8.910,72	
	II	5.327,13	5.326,40	6.658,00	554,02	1.108,04	10.653,53	11.207,55	11.761,57	11.985,13	12.539,15	13.093,17	3.329,00	8.656,13	
	I	5.122,24	5.260,80	6.576,00	554,02	1.108,04	10.383,04	10.937,06	11.491,08	11.698,24	12.252,26	12.806,28	3.288,00	8.410,24	
B	V	4.699,30	5.157,60	6.447,00	554,02	1.108,04	9.856,90	10.410,92	10.964,94	11.146,30	11.700,32	12.254,34	3.223,50	7.922,80	
	IV	4.518,56	5.093,60	6.367,00	554,02	1.108,04	9.612,16	10.166,18	10.720,20	10.885,56	11.439,58	11.993,60	3.183,50	7.702,06	
	III	4.344,77	5.030,40	6.288,00	554,02	1.108,04	9.375,17	9.929,19	10.483,21	10.632,77	11.186,79	11.740,81	3.144,00	7.488,77	
	II	4.177,66	4.968,00	6.210,00	554,02	1.108,04	9.145,66	9.699,68	10.253,70	10.387,66	10.941,68	11.495,70	3.105,00	7.282,66	
	I	4.016,98	4.906,40	6.133,00	554,02	1.108,04	8.923,38	9.477,40	10.031,42	10.149,98	10.704,00	11.258,02	3.066,50	7.083,48	
A	V	3.685,30	4.810,40	6.013,00	554,02	1.108,04	8.495,70	9.049,72	9.603,74	9.698,30	10.252,32	10.806,34	3.006,50	6.691,80	
	IV	3.543,56	4.751,20	5.939,00	554,02	1.108,04	8.294,76	8.848,78	9.402,80	9.482,56	10.036,58	10.590,60	2.969,50	6.513,06	
	III	3.407,27	4.692,80	5.866,00	554,02	1.108,04	8.100,07	8.654,09	9.208,11	9.273,27	9.827,29	10.381,31	2.933,00	6.340,27	
	II	3.276,22	4.635,20	5.794,00	554,02	1.108,04	7.911,42	8.465,44	9.019,46	9.070,22	9.624,24	10.178,26	2.897,00	6.173,22	
	I	3.150,21	4.577,60	5.722,00	554,02	1.108,04	7.727,81	8.281,83	8.835,85	8.872,21	9.426,23	9.980,25	2.861,00	6.011,21	

VB - Vencimento Básico - Anexo II da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CIX da Lei nº 11.907 de 2009)

GDARM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Recursos Minerais

(*) A GDARM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI-A da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CXIII da Lei nº 11.907/09)

A pontuação referente à GDARM será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

GQ - Gratificação de Qualificação (a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 22 da Lei nº 11.046/2004, quando em efetivo exercício do cargo) na forma estabelecida em regulamento, observados os seguintes parâmetros e limites:

(**) GQ de 20% do maior vencimento básico do cargo, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior, providos;

(**) GQ de 10% do maior vencimento básico do cargo, até o limite de 30% (trinta por cento dos cargos) de nível superior, providos.

Observar o § 1º ao § 6º do art. 22 da Lei nº 11.046/2004

(***) **Aposentado** - GDARM - art. 21 e art. 24 da Lei nº 11.046 de 27.12.2004 (art. 163 da Medida Provisória 441/08 - Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1º ao art. 4º

Lei nº 11.046 de 27.12.2004

Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art. 30

Decreto nº 5.616 de 13.12.2005

Lei nº 11.233 de 22.12.2005 art.14

Portaria MME nº 25 de 13.01.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

19. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

Carreira de Técnico em Atividades de Mineração

Cargo: Técnico em Atividades de Mineração

Nível Intermediário

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDARM		ATIVO		GDARM	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	2.787,49	2.685,60	3.357,00	5.473,09	6.144,49	1.678,50	4.465,99
	II	2.706,30	2.624,80	3.281,00	5.331,10	5.987,30	1.640,50	4.346,80
	I	2.627,48	2.566,40	3.208,00	5.193,88	5.835,48	1.604,00	4.231,48
B	V	2.467,12	2.468,00	3.085,00	4.935,12	5.552,12	1.542,50	4.009,62
	IV	2.395,26	2.412,80	3.016,00	4.808,06	5.411,26	1.508,00	3.903,26
	III	2.325,50	2.358,40	2.948,00	4.683,90	5.273,50	1.474,00	3.799,50
	II	2.257,77	2.305,60	2.882,00	4.563,37	5.139,77	1.441,00	3.698,77
	I	2.192,01	2.253,60	2.817,00	4.445,61	5.009,01	1.408,50	3.600,51
A	V	2.048,61	2.167,20	2.709,00	4.215,81	4.757,61	1.354,50	3.403,11
	IV	1.914,59	2.118,40	2.648,00	4.032,99	4.562,59	1.324,00	3.238,59
	III	1.789,34	2.071,20	2.589,00	3.860,54	4.378,34	1.294,50	3.083,84
	II	1.672,28	2.024,80	2.531,00	3.697,08	4.203,28	1.265,50	2.937,78
	I	1.562,88	1.979,20	2.474,00	3.542,08	4.036,88	1.237,00	2.799,88

VB - Vencimento Básico - Anexo II da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CIX da Lei nº 11.907 de 2009)

GDARM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Recursos Minerais

(*) A GDARM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI-A da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CXIII da Lei nº 11.907/09)

A pontuação referente à GDARM será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(**) Aposentado - GDARM - art. 21 e art.24 da Lei nº 11.046 de 27.12.2004 (art. 163 da Medida Provisória 441/08 - Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1º ao art. 4º

Lei nº 11.046 de 27.12.2004

Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art. 30

Decreto nº 5.616 de 13.12.2005

Lei nº 11.233 de 22.12.2005 art.14

Portaria MME nº 25 de 13.01.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

19. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

Carreira de Técnico Administrativo

Cargo: Técnico Administrativo

Nível Intermediário

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDADNPM			ATIVO		GDADNPM	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.	
			(*)			80 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	2.787,49	1.432,80	1.791,00	4.220,29	4.578,49	895,50	3.682,99	
	II	2.706,30	1.390,40	1.738,00	4.096,70	4.444,30	869,00	3.575,30	
	I	2.627,48	1.349,60	1.687,00	3.977,08	4.314,48	843,50	3.470,98	
B	V	2.467,12	1.285,60	1.607,00	3.752,72	4.074,12	803,50	3.270,62	
	IV	2.395,26	1.248,00	1.560,00	3.643,26	3.955,26	780,00	3.175,26	
	III	2.325,50	1.212,00	1.515,00	3.537,50	3.840,50	757,50	3.083,00	
	II	2.257,77	1.176,80	1.471,00	3.434,57	3.728,77	735,50	2.993,27	
	I	2.192,01	1.142,40	1.428,00	3.334,41	3.620,01	714,00	2.906,01	
A	V	2.048,61	1.088,00	1.360,00	3.136,61	3.408,61	680,00	2.728,61	
	IV	1.914,59	1.056,00	1.320,00	2.970,59	3.234,59	660,00	2.574,59	
	III	1.789,34	1.025,60	1.282,00	2.814,94	3.071,34	641,00	2.430,34	
	II	1.672,28	996,00	1.245,00	2.668,28	2.917,28	622,50	2.294,78	
	I	1.562,88	967,20	1.209,00	2.530,08	2.771,88	604,50	2.167,38	

VB - Vencimento Básico - Anexo II da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CIX da Lei nº 11.907 de 2008)

GDADNPM - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas

(*) A GDADNPM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI-C da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CXV da Lei nº 11.907/09)

A pontuação referente à GDADNPM será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(**) **Aposentado** - GDADNPM - art. 21 e art. 24 da Lei nº 11.046 de 27.12.2004 (art. 163 da Medida Provisória 441/08 - Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 5.452 de 01.05.1943

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.233 de 05.06.2001 art.79

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 155 de 23.12.2003

Lei nº 10.871 de 20.05.2004 art. 35

Lei nº 11.171 de 02.09.2005

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

19. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

* Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral

Cargo: Economista referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004

Cargo: Engenheiro referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004

Cargo: Geógrafo referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004

Cargo: Geólogo referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004

Cargo: Pesquisador em Ciências Exatas e da Natureza referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004

Cargo: Químico referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPM			GQ		ATIVO			ATIVO			GDAPM	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		10%	20%	TOTAL (em R\$) - 80 pts.			TOTAL (em R\$) - 100 pts.			50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(*)			(**)		Sem GQ	10%	20%	Sem GQ	10%	20%	(***)	
	A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)		
ESPECIAL	III	3.897,22	4.357,60	5.447,00	389,72	779,44	8.254,82	8.644,54	9.034,26	9.344,22	9.733,94	10.123,66	2.723,50	6.620,72	
	II	3.802,17	4.253,60	5.317,00	389,72	779,44	8.055,77	8.445,49	8.835,21	9.119,17	9.508,89	9.898,61	2.658,50	6.460,67	
	I	3.709,43	4.152,00	5.190,00	389,72	779,44	7.861,43	8.251,15	8.640,87	8.899,43	9.289,15	9.678,87	2.595,00	6.304,43	
C	VI	3.573,63	3.980,80	4.976,00	389,72	779,44	7.554,43	7.944,15	8.333,87	8.549,63	8.939,35	9.329,07	2.488,00	6.061,63	
	V	3.486,47	3.885,60	4.857,00	389,72	779,44	7.372,07	7.761,79	8.151,51	8.343,47	8.733,19	9.122,91	2.428,50	5.914,97	
	IV	3.401,43	3.792,80	4.741,00	389,72	779,44	7.194,23	7.583,95	7.973,67	8.142,43	8.532,15	8.921,87	2.370,50	5.771,93	
	III	3.318,47	3.702,40	4.628,00	389,72	779,44	7.020,87	7.410,59	7.800,31	7.946,47	8.336,19	8.725,91	2.314,00	5.632,47	
	II	3.237,53	3.613,60	4.517,00	389,72	779,44	6.851,13	7.240,85	7.630,57	7.754,53	8.144,25	8.533,97	2.258,50	5.496,03	
	I	3.158,57	3.527,20	4.409,00	389,72	779,44	6.685,77	7.075,49	7.465,21	7.567,57	7.957,29	8.347,01	2.204,50	5.363,07	
B	VI	3.042,94	3.381,60	4.227,00	389,72	779,44	6.424,54	6.814,26	7.203,98	7.269,94	7.659,66	8.049,38	2.113,50	5.156,44	
	V	2.968,72	3.300,80	4.126,00	389,72	779,44	6.269,52	6.659,24	7.048,96	7.094,72	7.484,44	7.874,16	2.063,00	5.031,72	
	IV	2.896,31	3.221,60	4.027,00	389,72	779,44	6.117,91	6.507,63	6.897,35	6.923,31	7.313,03	7.702,75	2.013,50	4.909,81	
	III	2.825,67	3.144,80	3.931,00	389,72	779,44	5.970,47	6.360,19	6.749,91	6.756,67	7.146,39	7.536,11	1.965,50	4.791,17	
	II	2.756,75	3.069,60	3.837,00	389,72	779,44	5.826,35	6.216,07	6.605,79	6.593,75	6.983,47	7.373,19	1.918,50	4.675,25	
A	I	2.689,51	2.996,00	3.745,00	389,72	779,44	5.685,51	6.075,23	6.464,95	6.434,51	6.824,23	7.213,95	1.872,50	4.562,01	
	V	2.591,05	2.872,80	3.591,00	389,72	779,44	5.463,85	5.853,57	6.243,29	6.182,05	6.571,77	6.961,49	1.795,50	4.386,55	
	IV	2.527,85	2.804,00	3.505,00	389,72	779,44	5.331,85	5.721,57	6.111,29	6.032,85	6.422,57	6.812,29	1.752,50	4.280,35	
	III	2.466,20	2.736,80	3.421,00	389,72	779,44	5.203,00	5.592,72	5.982,44	5.887,20	6.276,92	6.666,64	1.710,50	4.176,70	
	II	2.406,05	2.671,20	3.339,00	389,72	779,44	5.077,25	5.466,97	5.856,69	5.745,05	6.134,77	6.524,49	1.669,50	4.075,55	
I	2.347,37	2.607,20	3.259,00	389,72	779,44	4.954,57	5.344,29	5.734,01	5.606,37	5.996,09	6.385,81	1.629,50	3.976,87		

* Cargos de Nível Superior referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004 : Economista, Engenheiro, Geógrafo, Geólogo, Pesquisador em Ciências Exatas e da Natureza e Químico

Fica criado, a partir de 1º de julho de 2004, o Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNPM, nele lotados em 1º de julho de 2004, ou que para ele venham a ser redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de abril de 2004 (.art. 3º da Lei nº 11.046/2004)

VB - Vencimento Básico - Anexo V da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CX da Lei nº 11.907 de 2009)

GDAPM - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas de Produção Mineral

(*) A GDAPM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI -da Lei nº 11.907/09

A pontuação referente à GDAPM será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

GQ - Gratificação de Qualificação (a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 22 da Lei nº 11.046/2004, quando em efetivo exercício do cargo) na forma estabelecida em regulamento, observados os seguintes parâmetros e limites:

(**) GQ de 20% do maior vencimento básico do cargo, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior, providos;

(**) GQ de 10% do maior vencimento básico do cargo, até o limite de 30% (trinta por cento dos cargos) de nível superior, providos.

Observar o § 1º ao § 6º do art. 22 da Lei nº 11.046/2004

(***) **Aposentado** - GDAPM - art. 21 e art. 24 da Lei nº 11.046 de 27.12.2004 (art. 163 da Medida Provisória 441/08 - Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 11.046 de 27.12.2004

Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art. 30

Decreto nº 5.616 de 13.12.2005

Lei nº 11.233 de 22.12.2005 art.14

Portaria MME nº 25 de 13.01.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

19. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

* Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral

Cargo: Desenhista referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004

Cargo: Técnico em Cartografia referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004

Cargo: Técnico de Recursos Minerais referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004

Nível Intermediário

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPM			GQ		ATIVO			ATIVO			GDAPM	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		10%	20%	TOTAL (em R\$) - 80 pts.			TOTAL (em R\$) - 100 pts.			50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(*)			(**)		Sem GQ	10%	20%	Sem GQ	10%	20%	(***)	
	A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)		
ESPECIAL	III	2.439,23	2.158,40	2.698,00	243,92	487,85	4.597,63	4.841,55	5.085,48	5.137,23	5.381,15	5.625,08	1.349,00	3.788,23	
	II	2.379,74	2.104,00	2.630,00	243,92	487,85	4.483,74	4.727,66	4.971,59	5.009,74	5.253,66	5.497,59	1.315,00	3.694,74	
	I	2.321,70	2.050,40	2.563,00	243,92	487,85	4.372,10	4.616,02	4.859,95	4.884,70	5.128,62	5.372,55	1.281,50	3.603,20	
C	VI	2.232,40	1.962,40	2.453,00	243,92	487,85	4.194,80	4.438,72	4.682,65	4.685,40	4.929,32	5.173,25	1.226,50	3.458,90	
	V	2.177,95	1.912,80	2.391,00	243,92	487,85	4.090,75	4.334,67	4.578,60	4.568,95	4.812,87	5.056,80	1.195,50	3.373,45	
	IV	2.124,83	1.864,00	2.330,00	243,92	487,85	3.988,83	4.232,75	4.476,68	4.454,83	4.698,75	4.942,68	1.165,00	3.289,83	
	III	2.073,00	1.816,80	2.271,00	243,92	487,85	3.889,80	4.133,72	4.377,65	4.344,00	4.587,92	4.831,85	1.135,50	3.208,50	
	II	2.022,44	1.770,40	2.213,00	243,92	487,85	3.792,84	4.036,76	4.280,69	4.235,44	4.479,36	4.723,29	1.106,50	3.128,94	
	I	1.973,11	1.725,60	2.157,00	243,92	487,85	3.698,71	3.942,63	4.186,56	4.130,11	4.374,03	4.617,96	1.078,50	3.051,61	
B	VI	1.897,22	1.651,20	2.064,00	243,92	487,85	3.548,42	3.792,34	4.036,27	3.961,22	4.205,14	4.449,07	1.032,00	2.929,22	
	V	1.850,95	1.609,60	2.012,00	243,92	487,85	3.460,55	3.704,47	3.948,40	3.862,95	4.106,87	4.350,80	1.006,00	2.856,95	
	IV	1.805,80	1.568,80	1.961,00	243,92	487,85	3.374,60	3.618,52	3.862,45	3.766,80	4.010,72	4.254,65	980,50	2.786,30	
	III	1.761,76	1.528,80	1.911,00	243,92	487,85	3.290,56	3.534,48	3.778,41	3.672,76	3.916,68	4.160,61	955,50	2.717,26	
	II	1.718,79	1.490,40	1.863,00	243,92	487,85	3.209,19	3.453,11	3.697,04	3.581,79	3.825,71	4.069,64	931,50	2.650,29	
	I	1.676,87	1.452,80	1.816,00	243,92	487,85	3.129,67	3.373,59	3.617,52	3.492,87	3.736,79	3.980,72	908,00	2.584,87	
A	V	1.612,38	1.390,40	1.738,00	243,92	487,85	3.002,78	3.246,70	3.490,63	3.350,38	3.594,30	3.838,23	869,00	2.481,38	
	IV	1.573,05	1.355,20	1.694,00	243,92	487,85	2.928,25	3.172,17	3.416,10	3.267,05	3.510,97	3.754,90	847,00	2.420,05	
	III	1.534,68	1.320,80	1.651,00	243,92	487,85	2.855,48	3.099,40	3.343,33	3.185,68	3.429,60	3.673,53	825,50	2.360,18	
	II	1.497,25	1.287,20	1.609,00	243,92	487,85	2.784,45	3.028,37	3.272,30	3.106,25	3.350,17	3.594,10	804,50	2.301,75	
	I	1.460,73	1.254,40	1.568,00	243,92	487,85	2.715,13	2.959,05	3.202,98	3.028,73	3.272,65	3.516,58	784,00	2.244,73	

* Cargos de Nível Intermediário referidos no art. 15 da Lei nº 11.046/2004 : Desenhista, Técnico em Cartografia e Técnico em Recursos Minerais

Fica criado, a partir de 1º de julho de 2004, o Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNPM, nele lotados em 1º de julho de 2004, ou que para ele venham a ser redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de abril de 2004 (.art. 3º da Lei nº 11.046/2004)

VB - Vencimento Básico - Anexo V da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CX da Lei nº 11.907 de 2009)

GDAPM - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas de Produção Mineral

(*) A GDAPM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI da Lei nº 11.907/09.

A pontuação referente à GDAPM será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

GQ - Gratificação de Qualificação (a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 22 da Lei nº 11.046/2004, quando em efetivo exercício do cargo) na forma estabelecida em regulamento, observados os seguintes parâmetros e limites:

(**) GQ de 20% do maior vencimento básico do cargo, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior, providos;

(**) GQ de 10% do maior vencimento básico do cargo, até o limite de 30% (trinta por cento dos cargos) de nível superior, providos.

Observar o § 1º ao § 6º do art. 22 da Lei nº 11.046/2004

(***) **Aposentado** - GDAPM - art. 21 e art. 24 da Lei nº 11.046 de 27.12.2004 (art. 163 da Medida Provisória 441/08 - Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 11.046 de 27.12.2004

Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art. 30

Decreto nº 5.616 de 13.12.2005

Lei nº 11.233 de 22.12.2005 art.14

Portaria MME nº 25 de 13.01.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

19. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral

* Cargos: Nível Superior previstos no art. 3º da Lei nº 11.046/2004

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPDNPM			GQ		ATIVO			ATIVO			GDAPDNPM	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		10%	20%	TOTAL (em R\$) - 80 pts.			TOTAL (em R\$) - 100 pts.			50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(*)			(**)		Sem GQ	10%	20%	Sem GQ	10%	20%	(***)	
	A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)		
ESPECIAL	III	3.897,22	4.357,60	5.447,00	389,72	779,44	8.254,82	8.644,54	9.034,26	9.344,22	9.733,94	10.123,66	2.723,50	6.620,72	
	II	3.802,17	4.253,60	5.317,00	389,72	779,44	8.055,77	8.445,49	8.835,21	9.119,17	9.508,89	9.898,61	2.658,50	6.460,67	
	I	3.709,43	4.152,00	5.190,00	389,72	779,44	7.861,43	8.251,15	8.640,87	8.899,43	9.289,15	9.678,87	2.595,00	6.304,43	
C	VI	3.573,63	3.980,80	4.976,00	389,72	779,44	7.554,43	7.944,15	8.333,87	8.549,63	8.939,35	9.329,07	2.488,00	6.061,63	
	V	3.486,47	3.885,60	4.857,00	389,72	779,44	7.372,07	7.761,79	8.151,51	8.343,47	8.733,19	9.122,91	2.428,50	5.914,97	
	IV	3.401,43	3.792,80	4.741,00	389,72	779,44	7.194,23	7.583,95	7.973,67	8.142,43	8.532,15	8.921,87	2.370,50	5.771,93	
	III	3.318,47	3.702,40	4.628,00	389,72	779,44	7.020,87	7.410,59	7.800,31	7.946,47	8.336,19	8.725,91	2.314,00	5.632,47	
	II	3.237,53	3.613,60	4.517,00	389,72	779,44	6.851,13	7.240,85	7.630,57	7.754,53	8.144,25	8.533,97	2.258,50	5.496,03	
	I	3.158,57	3.527,20	4.409,00	389,72	779,44	6.685,77	7.075,49	7.465,21	7.567,57	7.957,29	8.347,01	2.204,50	5.363,07	
B	VI	3.042,94	3.381,60	4.227,00	389,72	779,44	6.424,54	6.814,26	7.203,98	7.269,94	7.659,66	8.049,38	2.113,50	5.156,44	
	V	2.968,72	3.300,80	4.126,00	389,72	779,44	6.269,52	6.659,24	7.048,96	7.094,72	7.484,44	7.874,16	2.063,00	5.031,72	
	IV	2.896,31	3.221,60	4.027,00	389,72	779,44	6.117,91	6.507,63	6.897,35	6.923,31	7.313,03	7.702,75	2.013,50	4.909,81	
	III	2.825,67	3.144,80	3.931,00	389,72	779,44	5.970,47	6.360,19	6.749,91	6.756,67	7.146,39	7.536,11	1.965,50	4.791,17	
	II	2.756,75	3.069,60	3.837,00	389,72	779,44	5.826,35	6.216,07	6.605,79	6.593,75	6.983,47	7.373,19	1.918,50	4.675,25	
I	2.689,51	2.996,00	3.745,00	389,72	779,44	5.685,51	6.075,23	6.464,95	6.434,51	6.824,23	7.213,95	1.872,50	4.562,01		
A	V	2.591,05	2.872,80	3.591,00	389,72	779,44	5.463,85	5.853,57	6.243,29	6.182,05	6.571,77	6.961,49	1.795,50	4.386,55	
	IV	2.527,85	2.804,00	3.505,00	389,72	779,44	5.331,85	5.721,57	6.111,29	6.032,85	6.422,57	6.812,29	1.752,50	4.280,35	
	III	2.466,20	2.736,80	3.421,00	389,72	779,44	5.203,00	5.592,72	5.982,44	5.887,20	6.276,92	6.666,64	1.710,50	4.176,70	
	II	2.406,05	2.671,20	3.339,00	389,72	779,44	5.077,25	5.466,97	5.856,69	5.745,05	6.134,77	6.524,49	1.669,50	4.075,55	
	I	2.347,37	2.607,20	3.259,00	389,72	779,44	4.954,57	5.344,29	5.734,01	5.606,37	5.996,09	6.385,81	1.629,50	3.976,87	

* Fica criado, a partir de 1º de julho de 2004, o Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNPM, nele lotados em 1º de julho de 2004, ou que para ele venham a ser redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de abril de 2004 (.art. 3º da Lei nº 11.046/2004)

VB - Vencimento Básico - Anexo V da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CX da Lei nº 11.907 de 2009)

GDAPDNPM - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNPM

(*) A GDAPDNPM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no (Anexo VI-D da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CXVI da Lei nº 11.907/09)

A pontuação referente à GDAPDNPM será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

GQ - Gratificação de Qualificação (a ser concedida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 22 da Lei nº 11.046/2004, quando em efetivo exercício do cargo) na forma estabelecida em regulamento, observados os seguintes parâmetros e limites:

(**) GQ de 20% do maior vencimento básico do cargo, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos de nível superior, providos;

(**) GQ de 10% do maior vencimento básico do cargo, até o limite de 30% (trinta por cento dos cargos) de nível superior, providos.

Observar o § 1º ao § 6º do art. 22 da Lei nº 11.046/2004

(***) **Aposentado** - GDAPDNPM - art. 21 e art. 24 da Lei nº 11.046 de 27.12.2004 (art. 163 da Medida Provisória 441/08 - Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º

Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1º ao art. 4º

Lei nº 11.046 de 27.12.2004

Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art. 30

Lei nº 11.233 de 22.12.2005 art.14

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

19. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral

* Cargos: Nível Intermediário previstos no art. 3º da Lei nº 11.046/2004

Nível Intermediário

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPDNPM		ATIVO		GDAPDNPM	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	2.439,23	2.158,40	2.698,00	4.597,63	5.137,23	1.349,00	3.788,23
	II	2.379,74	2.104,00	2.630,00	4.483,74	5.009,74	1.315,00	3.694,74
	I	2.321,70	2.050,40	2.563,00	4.372,10	4.884,70	1.281,50	3.603,20
C	VI	2.232,40	1.962,40	2.453,00	4.194,80	4.685,40	1.226,50	3.458,90
	V	2.177,95	1.912,80	2.391,00	4.090,75	4.568,95	1.195,50	3.373,45
	IV	2.124,83	1.864,00	2.330,00	3.988,83	4.454,83	1.165,00	3.289,83
	III	2.073,00	1.816,80	2.271,00	3.889,80	4.344,00	1.135,50	3.208,50
	II	2.022,44	1.770,40	2.213,00	3.792,84	4.235,44	1.106,50	3.128,94
	I	1.973,11	1.725,60	2.157,00	3.698,71	4.130,11	1.078,50	3.051,61
B	VI	1.897,22	1.651,20	2.064,00	3.548,42	3.961,22	1.032,00	2.929,22
	V	1.850,95	1.609,60	2.012,00	3.460,55	3.862,95	1.006,00	2.856,95
	IV	1.805,80	1.568,80	1.961,00	3.374,60	3.766,80	980,50	2.786,30
	III	1.761,76	1.528,80	1.911,00	3.290,56	3.672,76	955,50	2.717,26
	II	1.718,79	1.490,40	1.863,00	3.209,19	3.581,79	931,50	2.650,29
A	I	1.676,87	1.452,80	1.816,00	3.129,67	3.492,87	908,00	2.584,87
	V	1.612,38	1.390,40	1.738,00	3.002,78	3.350,38	869,00	2.481,38
	IV	1.573,05	1.355,20	1.694,00	2.928,25	3.267,05	847,00	2.420,05
	III	1.534,68	1.320,80	1.651,00	2.855,48	3.185,68	825,50	2.360,18
	II	1.497,25	1.287,20	1.609,00	2.784,45	3.106,25	804,50	2.301,75
I	1.460,73	1.254,40	1.568,00	2.715,13	3.028,73	784,00	2.244,73	

* Fica criado, a partir de 1o de julho de 2004, o Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNPM, nele lotados em 1o de julho de 2004, ou que para ele venham a ser redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de abril de 2004 (.art. 3º da Lei nº 11.046/2004)

VB - Vencimento Básico - Anexo V da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CX da Lei nº 11.907 de 2009)

GDAPDNPM - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNPM

(*) A GDAPDNPM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no (Anexo VI-D da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CXVI da Lei nº 11.907/09)

A pontuação referente à GDAPDNPM será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(**) **Aposentado** - GDAPDNPM - art. 21 e art. 24 da Lei nº 11.046 de 27.12.2004 (art. 163 da Medida Provisória 441/08 - Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º

Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1º ao art. 4º

Lei nº 11.046 de 27.12.2004

Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art. 30

Lei nº 11.233 de 22.12.2005 art.14

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

19. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral

* Cargos: Nível Auxiliar previstos no art. 3º da Lei nº 11.046/2004

Nível Auxiliar

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPDNPM		ATIVO		GDAPDNPM	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
	III	1.341,02	567,20	709,00	1.908,22	2.050,02	354,50	1.695,52
ESPECIAL	II	1.327,74	530,40	663,00	1.858,14	1.990,74	331,50	1.659,24
	I	1.314,59	515,20	644,00	1.829,79	1.958,59	322,00	1.636,59

* Fica criado, a partir de 1o de julho de 2004, o Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do DNPM, nele lotados em 1o de julho de 2004, ou que para ele venham a ser redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de abril de 2004 (.art. 3º da Lei nº 11.046/2004)

VB - Vencimento Básico - Anexo V da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CX da Lei nº 11.907 de 2009)

GDAPDNPM - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNPM

(*) A GDAPDNPM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no (Anexo VI-D da Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004 (Anexo CXVI da Lei nº 11.907/09).

A pontuação referente à GDAPDNPM será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(**) **Aposentado** - GDAPDNPM - art. 21 e art. 24 da Lei nº 11.046 de 27.12.2004 (art. 163 da Medida Provisória 441/08 - Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º

Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1º ao art. 4º

Lei nº 11.046 de 27.12.2004

Medida Provisória nº 246 de 06.04.2005 art. 30

Lei nº 11.233 de 22.12.2005 art.14

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

20. DIPLOMACIA

Carreira de Oficial de Chancelaria

Cargo: Oficial de Chancelaria

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDACHAN			ATIVO		GDACHAN	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
	A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)		
ESPECIAL	V	5.992,05	2.580,80	3.226,00	8.572,85	9.218,05	1.613,00	7.605,05	
	IV	5.886,10	2.535,20	3.169,00	8.421,30	9.055,10	1.584,50	7.470,60	
	III	5.782,02	2.490,40	3.113,00	8.272,42	8.895,02	1.556,50	7.338,52	
	II	5.679,78	2.446,40	3.058,00	8.126,18	8.737,78	1.529,00	7.208,78	
	I	5.579,35	2.403,20	3.004,00	7.982,55	8.583,35	1.502,00	7.081,35	
C	V	5.424,22	2.336,00	2.920,00	7.760,22	8.344,22	1.460,00	6.884,22	
	IV	5.328,31	2.294,40	2.868,00	7.622,71	8.196,31	1.434,00	6.762,31	
	III	5.234,10	2.253,60	2.817,00	7.487,70	8.051,10	1.408,50	6.642,60	
	II	5.141,55	2.213,60	2.767,00	7.355,15	7.908,55	1.383,50	6.525,05	
	I	5.050,64	2.174,40	2.718,00	7.225,04	7.768,64	1.359,00	6.409,64	
B	V	4.910,21	2.113,60	2.642,00	7.023,81	7.552,21	1.321,00	6.231,21	
	IV	4.823,39	2.076,00	2.595,00	6.899,39	7.418,39	1.297,50	6.120,89	
	III	4.689,28	2.018,40	2.523,00	6.707,68	7.212,28	1.261,50	5.950,78	
	II	4.606,37	1.982,40	2.478,00	6.588,77	7.084,37	1.239,00	5.845,37	
	I	4.524,92	1.947,20	2.434,00	6.472,12	6.958,92	1.217,00	5.741,92	
A	V	4.399,11	1.892,80	2.366,00	6.291,91	6.765,11	1.183,00	5.582,11	
	IV	4.321,33	1.859,20	2.324,00	6.180,53	6.645,33	1.162,00	5.483,33	
	III	4.244,92	1.826,40	2.283,00	6.071,32	6.527,92	1.141,50	5.386,42	
	II	4.169,86	1.794,40	2.243,00	5.964,26	6.412,86	1.121,50	5.291,36	
	I	4.096,13	1.762,40	2.203,00	5.858,53	6.299,13	1.101,50	5.197,63	

VB - Vencimento Básico - Anexo I da MP 441/2008

GDACHAN - Gratificação de Desempenho de Atividades de Chancelaria

Até que sejam publicados os atos a que se refere o art. 7º da MP 441/2008 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDACHAN deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDAOC, conforme o caso, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo IV, conforme disposto no art. 9º da MP 441/2008.

(*) Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDACHAN no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.(§2º do art. 11 da Lei 11.907/2009 e MP 479/2009)

(*) A GDACHAN será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo IV da MP 441/2008.

A pontuação referente à GDACHAN será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional

(**) **Aposentado** - GDACHAN - art. 19 da MP 441/2008.

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 1.820 de 11.12.80 art. 12.

Lei nº 7.501 de 27.06.86

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.829 de 22.12.93

Decreto nº 1.565 de 21.07.95

Portaria Interministerial nº 5 de 18.08.95

Medida Provisória nº 1.220 de 14.12.95

Medida Provisória nº 1.548-37 de 30.10.97

Medida Provisória nº 1.625-42 de 13.03.98

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Lei nº 9.888 de 08.12.99

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.479 de 28.06.2002

Decreto nº 4.403 de 03.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006 art. 22

Lei nº 11.319 de 06.07.2006

Lei nº 11.440 de 29.12.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 7 e art. 22.

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 51 até art. 54.

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

20. DIPLOMACIA

Carreira de Assistente de Chancelaria

Cargo: Assistente de Chancelaria

Nível Intermediário

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDACHAN		ATIVO		GDACHAN	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			A	B	(*)	C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)
ESPECIAL	V	4.328,18	1.864,80	2.331,00	6.192,98	6.659,18	1.165,50	5.493,68
	IV	4.185,86	1.803,20	2.254,00	5.989,06	6.439,86	1.127,00	5.312,86
	III	4.048,22	1.744,00	2.180,00	5.792,22	6.228,22	1.090,00	5.138,22
	II	3.915,11	1.686,40	2.108,00	5.601,51	6.023,11	1.054,00	4.969,11
	I	3.786,37	1.631,20	2.039,00	5.417,57	5.825,37	1.019,50	4.805,87
C	V	3.555,28	1.532,00	1.915,00	5.087,28	5.470,28	957,50	4.512,78
	IV	3.438,38	1.481,60	1.852,00	4.919,98	5.290,38	926,00	4.364,38
	III	3.325,32	1.432,80	1.791,00	4.758,12	5.116,32	895,50	4.220,82
	II	3.215,98	1.385,60	1.732,00	4.601,58	4.947,98	866,00	4.081,98
	I	3.110,23	1.340,00	1.675,00	4.450,23	4.785,23	837,50	3.947,73
B	V	2.920,40	1.258,40	1.573,00	4.178,80	4.493,40	786,50	3.706,90
	IV	2.824,37	1.216,80	1.521,00	4.041,17	4.345,37	760,50	3.584,87
	III	2.651,99	1.142,40	1.428,00	3.794,39	4.079,99	714,00	3.365,99
	II	2.564,79	1.104,80	1.381,00	3.669,59	3.945,79	690,50	3.255,29
	I	2.480,45	1.068,80	1.336,00	3.549,25	3.816,45	668,00	3.148,45
A	V	2.329,06	1.003,20	1.254,00	3.332,26	3.583,06	627,00	2.956,06
	IV	2.252,48	970,40	1.213,00	3.222,88	3.465,48	606,50	2.858,98
	III	2.178,41	938,40	1.173,00	3.116,81	3.351,41	586,50	2.764,91
	II	2.106,78	907,20	1.134,00	3.013,98	3.240,78	567,00	2.673,78
	I	2.037,50	877,60	1.097,00	2.915,10	3.134,50	548,50	2.586,00

VB - Vencimento Básico - Anexo I da MP 441/2008

GDACHAN - Gratificação de Desempenho de Atividades de Chancelaria.

Até que sejam publicados os atos a que se refere o art. 7º da MP 441/2008 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDACHAN deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDAOC, conforme o caso, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo IV, conforme disposto no art. 9º da MP 441/2008.

(*) Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDACHAN no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. (§2º do art. 11 da Lei 11.907/2009 e MP 479/2009)

(*) A GDACHAN será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo IV da MP 441/2008.

A pontuação referente à GDACHAN será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional

(**) **Aposentado** - GDACHAN - art. 19 da MP 441/2008.

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 1.820 de 11.12.80 art. 12.

Lei nº 7.501 de 27.06.86

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.829 de 22.12.93

Decreto nº 1.565 de 21.07.95

Portaria Interministerial nº 5 de 18.08.95

Medida Provisória nº 1.220 de 14.12.95

Medida Provisória nº 1.548-37 de 30.10.97

Medida Provisória nº 1.625-42 de 13.03.98

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Lei nº 9.888 de 08.12.99

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.479 de 28.06.2002

Decreto nº 4.403 de 03.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006 art. 22 e 23

Lei nº 11.319 de 06.07.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006 art.23

Lei nº 11.440 de 29.12.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.09

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 7 e art. 22.

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 51 até art. 54.

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

21. DOCENTE

Carreira de Magistério Superior - Dedicção Exclusiva
Cargos de que trata a Lei nº 7.596/1987

Nível Superior

Posição: março/2012

CLASSE	NÍVEL	VB	(*) RT - Retribuição por Titulação				ATIVO E APOSENTADO				
			Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$)				
							Sem RT	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
A	B	C	D	E	F=(A)	G=(A+B)	H=(A+C)	I=(A+D)	J=(A+E)		
TITULAR	1	4.978,08	452,75	825,77	3.153,35	7.247,17	4.978,08	5.430,83	5.803,85	8.131,43	12.225,25
	4	4.635,40			3.152,21	7.246,02	4.635,40			7.787,61	11.881,42
ASSOCIADO	3	4.400,45			3.151,55	7.132,79	4.400,45			7.552,00	11.533,24
	2	4.181,16			3.150,90	7.131,92	4.181,16			7.332,06	11.313,08
	1	4.043,87			3.150,24	7.087,82	4.043,87			7.194,11	11.131,69
ADJUNTO	4	3.809,49	294,26	601,15	2.215,38	4.420,34	3.809,49	4.103,75	4.410,64	6.024,87	8.229,83
	3	3.721,95	285,63	567,61	2.126,72	4.301,54	3.721,95	4.007,58	4.289,56	5.848,67	8.023,49
	2	3.636,63	278,67	533,47	2.063,74	4.185,97	3.636,63	3.915,30	4.170,10	5.700,37	7.822,60
	1	3.553,46	271,91	502,89	2.001,67	4.073,56	3.553,46	3.825,37	4.056,35	5.555,13	7.627,02
ASSISTENTE	4	3.406,85	259,16	472,52	1.777,55		3.406,85	3.666,01	3.879,37	5.184,40	
	3	3.329,68	252,96	460,06	1.739,84		3.329,68	3.582,64	3.789,74	5.069,52	
	2	3.254,44	246,95	449,38	1.695,66		3.254,44	3.501,39	3.703,82	4.950,10	
	1	3.181,04	241,11	439,00	1.656,62		3.181,04	3.422,15	3.620,04	4.837,66	
AUXILIAR	4	3.052,87	230,10	419,43			3.052,87	3.282,97	3.472,30		
	3	2.984,65	224,76	409,93			2.984,65	3.209,41	3.394,58		
	2	2.927,94	209,73	390,85			2.927,94	3.137,67	3.318,79		
	1	2.872,85	194,81	372,03			2.872,85	3.067,66	3.244,88		

A partir de 1º de março de 2012, a estrutura remuneratória dos cargos integrantes da Carreira do Magistério Superior de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, será composta de: I - Vencimento Básico; e II - Retribuição por Titulação - RT.

VB - Vencimento Básico - Anexo IV-A da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006 (Anexo XXI da MP 568/2012)

(*) **RT** - Retribuição por Titulação - Lei nº 11.344 de 09.09.2006 (Instituída a RT a partir de 01.02.2009 - Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado). Anexo XXII da MP 568/2012

A partir de 1º de março de 2012 fica extinta a Gratificação Específica do Magistério Superior - GEMAS (redação dada art. 27 da MP 568/2012).

A partir de 1º de março de 2012, o valor referente a GEMAS fica incorporado à Tabela de Vencimento Básico dos servidores integrantes da Carreira do Magistério Superior de que trata a Lei nº 7.596, de 1987, conforme valores estabelecidos no Anexo IV-A à Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006. (redação dada art. 27 da MP 568/2012)

Aposentado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões, desde que o certificado ou o título tenha sido obtido anteriormente à data da inativação. (art 7º-A da Lei nº 11.344/2006 - art 22 da Lei nº 11.784/2008))

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 76.119 de 13.08.75

Lei nº 7.596 de 20.04.87

Portaria nº 474 de 26.08.87

Portaria nº 475 de 26.08.87

Decreto nº 94.664 de 23.07.87

Lei nº 8.676 art. 4º de 13.07.93

Lei nº 9.192 de 21.12.95

Decreto nº 1.916 de 23.05.96

Lei nº 9.678 de 03.07.1998

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Decreto nº 2668 de 13.07.1998

Medida Provisória nº 2.020 de 24.03.2000

Medida Provisória nº 2.020-1 de 24.04.2000

Medida Provisória nº 2.020-2 de 25.05.2000

Medida Provisória nº 2.020-3 de 21.06.2000

Medida Provisória nº 2.051-4 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2.051-5 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.051-6 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2.051-7 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2.051-8 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2.051-9 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2.125-11 de 27.12.2000

Medida Provisória nº 2.125-12 de 26.01.2001

Lei nº 10.187 de 12.02.2001 art. 8º

Lei nº 10.405 de 09.01.2002

Medida Provisória nº 52 de 04.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 208 de 20.08.2004

Lei nº 11.087 de 04.01.2005

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Lei nº 11.344 de 09.09.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008 SM

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 18

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 26

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 27

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

21. DOCENTE

Carreira de Magistério Superior - 40 Horas
Cargos de que trata a Lei nº 7.596/1987

Nível Superior

Posição: março/2012

CLASSE	NÍVEL	VB	(*) RT - Retribuição por Titulação				ATIVO				
			TOTAL (em R\$)				Sem RT	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
			Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado					
A	B	C	D	E							
TITULAR	1	3.244,70	175,56	470,38	1.327,46	2.674,26	3.244,70	3.420,26	3.715,08	4.572,16	5.918,96
	4	3.125,41			1.171,53	2.360,72	3.125,41			4.296,94	5.486,13
ASSOCIADO	3	3.067,41			1.170,87	2.329,65	3.067,41			4.238,28	5.397,06
	2	3.011,07			1.170,22	2.315,41	3.011,07			4.181,29	5.326,48
	1	3.005,01			1.169,56	2.314,76	3.005,01			4.174,57	5.319,77
ADJUNTO	4	2.853,70	105,63	369,04	902,89	2.046,89	2.853,70	2.959,33	3.222,74	3.756,59	4.900,59
	3	2.796,31	103,31	353,91	864,07	1.976,87	2.796,31	2.899,62	3.150,22	3.660,38	4.773,18
	2	2.740,44	101,07	338,99	834,23	1.915,83	2.740,44	2.841,51	3.079,43	3.574,67	4.656,27
	1	2.618,61	98,89	324,42	802,06	1.853,39	2.618,61	2.717,50	2.943,03	3.420,67	4.472,00
ASSISTENTE	4	2.529,68	90,81	300,59	778,36		2.529,68	2.620,49	2.830,27	3.308,04	
	3	2.486,07	84,32	265,57	763,53		2.486,07	2.570,39	2.751,64	3.249,60	
	2	2.443,71	77,90	226,78	748,97		2.443,71	2.521,61	2.670,49	3.192,68	
	1	2.402,56	71,50	174,74	734,62		2.402,56	2.474,06	2.577,30	3.137,18	
AUXILIAR	4	2.325,67	65,29	161,77			2.325,67	2.390,96	2.487,44		
	3	2.287,91	60,47	154,68			2.287,91	2.348,38	2.442,59		
	2	2.251,20	59,60	147,71			2.251,20	2.310,80	2.398,91		
	1	2.215,54	58,74	140,87			2.215,54	2.274,28	2.356,41		

A partir de 1º de março de 2012, a estrutura remuneratória dos cargos integrantes da Carreira do Magistério Superior de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, será composta de: I - Vencimento Básico; e II - Retribuição por Titulação - RT.

VB - Vencimento Básico - Anexo IV-A da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006 (Anexo XXI da MP 568/2012).

(*) RT - Retribuição por Titulação - Lei nº 11.344 de 09.09.2006 (Instituída a RT a partir de 01.02.2009 - Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado) Anexo XXII da MP 568/2012

A partir de 1º de março de 2012 fica extinta a Gratificação Específica do Magistério Superior - GEMAS (redação dada art. 27 da MP 568/2012)

Magistério Superior de que trata a Lei nº 7.596, de 1987, conforme valores estabelecidos no Anexo IV-A à Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006. (redação dada art. 27 da MP 568/2012)

Aposentado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões, desde que o certificado ou o título tenha sido obtido anteriormente à data da inativação. (art 7º-A da Lei nº 11.344/2006 - art 22 da Lei nº 11.784/2008))

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 76.119 de 13.08.75

Lei nº 7.596 de 20.04.87

Portaria nº 474 de 26.08.87

Portaria nº 475 de 26.08.87

Decreto nº 94.664 de 23.07.87

Lei nº 8.676 art. 4º de 13.07.93

Lei nº 9.192 de 21.12.95

Decreto nº 1.916 de 23.05.96

Lei nº 9.678 de 03.07.1998

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Decreto nº 2668 de 13.07.1998

Medida Provisória nº 2.020 de 24.03.2000

Medida Provisória nº 2.020-1 de 24.04.2000

Medida Provisória nº 2.020-2 de 25.05.2000

Medida Provisória nº 2.020-3 de 21.06.2000

Medida Provisória nº 2.051-4 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2.051-5 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.051-6 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2.051-7 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2.051-8 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2.051-9 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2.051-10 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2.125-11 de 27.12.2000

Medida Provisória nº 2.125-12 de 26.01.2001

Lei nº 10.187 de 12.02.2001 art. 8º

Lei nº 10.405 de 09.01.2002

Medida Provisória nº 52 de 04.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 208 de 20.08.2004

Lei nº 11.087 de 04.01.2005

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Lei nº 11.344 de 09.09.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008 SM

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 18

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 26

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 27

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

21. DOCENTE

Carreira de Magistério Superior - 20 Horas
Cargos de que trata a Lei nº 7.596/1987

Nível Superior

Posição: março/2012

CLASSE	NÍVEL	VB	(*) RT - Retribuição por Titulação					ATIVO E APOSENTADO				
			TOTAL (em R\$)					Sem RT	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
			Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado						
A	B	C	D	E	F=(A)	G=(A+B)	H=(A+C)	I=(A+D)	J=(A+E)			
TITULAR	1	2.165,57	167,21	354,04	751,57	1.456,51	2.165,57	2.332,78	2.519,61	2.917,14	3.622,08	
	4	2.105,36			749,82	1.297,94	2.105,36			2.855,18	3.403,30	
ASSOCIADO	3	2.076,03			698,47	1.204,32	2.076,03			2.774,50	3.280,35	
	2	2.047,53			692,55	1.118,81	2.047,53			2.740,08	3.166,34	
	1	2.044,17			692,39	1.093,07	2.044,17			2.736,56	3.137,24	
ADJUNTO	4	1.968,19	161,78	203,05	483,23	883,91	1.968,19	2.129,97	2.171,24	2.451,42	2.852,10	
	3	1.935,56	154,42	193,30	468,55	859,99	1.935,56	2.089,98	2.128,86	2.404,11	2.795,55	
	2	1.903,73	147,12	183,72	454,18	836,62	1.903,73	2.050,85	2.087,45	2.357,91	2.740,35	
	1	1.805,23	72,46	174,29	440,08	813,80	1.805,23	1.877,69	1.979,52	2.245,31	2.619,03	
ASSISTENTE	4	1.760,04	62,43	160,61	417,62		1.760,04	1.822,47	1.920,65	2.177,66		
	3	1.737,52	61,27	151,56	404,31		1.737,52	1.798,79	1.889,08	2.141,83		
	2	1.715,62	60,10	142,66	391,26		1.715,62	1.775,72	1.858,28	2.106,88		
	1	1.694,32	58,94	133,87	378,45		1.694,32	1.753,26	1.828,19	2.072,77		
AUXILIAR	4	1.655,15	57,77	125,78			1.655,15	1.712,92	1.780,93			
	3	1.635,55	56,61	121,68			1.635,55	1.692,16	1.757,23			
	2	1.616,47	55,44	117,72			1.616,47	1.671,91	1.734,19			
	1	1.597,92	54,28	113,88			1.597,92	1.652,20	1.711,80			

A partir de 1º de março de 2012, a estrutura remuneratória dos cargos integrantes da Carreira do Magistério Superior de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, será composta de: I - Vencimento Básico; e II - Retribuição por Titulação - RT.

VB - Vencimento Básico - Anexo IV-A da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006 (Anexo XXI da MP 568/2012)

(*) RT - Retribuição por Titulação - Lei nº 11.344 de 09.09.2006 (Instituída a RT a partir de 01.02.2009 - Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado) . Anexo XXII da MP 568/2012

A partir de 1º de março de 2012 fica extinta a Gratificação Específica do Magistério Superior - GEMAS (redação dada art. 27 da MP 568/2012)

A partir de 1º de março de 2012, o valor referente a GEMAS fica incorporado à Tabela de Vencimento Básico dos servidores integrantes da Carreira do Magistério Superior de que trata a Lei nº 7.596, de 1987, conforme valores estabelecidos no Anexo IV-A à Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006. (redação dada art. 27 da MP 568/2012)

Aposentado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões, desde que o certificado ou o título tenha sido obtido anteriormente à data da inativação. (art 7º-A da Lei nº 11.344/2006 - art 22 da Lei nº 11.784/2008))

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 76.119 de 13.08.75

Lei nº 7.596 de 20.04.87

Portaria nº 474 de 26.08.87

Portaria nº 475 de 26.08.87

Decreto nº 94.664 de 23.07.87

Lei nº 8.676 art. 4º de 13.07.93

Lei nº 9.192 de 21.12.95

Decreto nº 1.916 de 23.05.96

Lei nº 9.678 de 03.07.1998

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Decreto nº 2668 de 13.07.1998

Medida Provisória nº 2.020 de 24.03.2000

Medida Provisória nº 2.020-1 de 24.04.2000

Medida Provisória nº 2.020-2 de 25.05.2000

Medida Provisória nº 2.020-3 de 21.06.2000

Medida Provisória nº 2.051-4 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2.051-5 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.051-6 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2.051-7 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2.051-8 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2.051-9 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2.051-10 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2.125-11 de 27.12.2000

Medida Provisória nº 2.125-12 de 26.01.2001

Lei nº 10.187 de 12.02.2001 art. 8º

Lei nº 10.405 de 09.01.2002

Medida Provisória nº 52 de 04.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 208 de 20.08.2004

Lei nº 11.087 de 04.01.2005

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Lei nº 11.344 de 09.09.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008 SM

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 18

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 27

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

21. DOCENTE

Plano de Carreira e Cargo do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Dedicção Exclusiva

Cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Nível Superior

Posição: março/2012

CLASSE	NÍVEL	VB	(*) RT - Retribuição por Titulação					ATIVO E APOSENTADO				
								TOTAL (em R\$)				
			Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado		Sem RT	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
A	B	C	D	E	F=(A)	G=(A+B)	H=(A+C)	I=(A+D)	J=(A+E)			
D5	3	5.163,62				2.360,99	6.717,81				7.524,61	11.881,43
	2	5.074,08				2.217,34	6.459,16				7.291,42	11.533,24
	1	4.987,12				2.216,69	6.325,97				7.203,81	11.313,09
D4	S	4.978,08	452,75	825,77	2.216,03	6.153,61	4.978,08	5.430,83	5.803,85	7.194,11	11.131,69	
D3	4	3.809,49	294,26	601,15	2.215,38	4.420,34	3.809,49	4.103,75	4.410,64	6.024,87	8.229,83	
	3	3.721,95	285,63	567,61	2.126,72	4.301,54	3.721,95	4.007,58	4.289,56	5.848,67	8.023,49	
	2	3.636,63	278,67	533,47	2.063,74	4.185,97	3.636,63	3.915,30	4.170,10	5.700,37	7.822,60	
D2	1	3.553,46	271,91	502,89	2.001,67	4.073,56	3.553,46	3.825,37	4.056,35	5.555,13	7.627,02	
	4	3.406,85	259,16	472,52	1.777,55	3.944,00	3.406,85	3.666,01	3.879,37	5.184,40	7.350,85	
	3	3.329,68	252,96	460,06	1.739,84	3.871,36	3.329,68	3.582,64	3.789,74	5.069,52	7.201,04	
D1	2	3.254,44	246,95	449,38	1.695,66	3.800,20	3.254,44	3.501,39	3.703,82	4.950,10	7.054,64	
	1	3.181,04	241,11	439,00	1.656,62	3.730,56	3.181,04	3.422,15	3.620,04	4.837,66	6.911,60	
	4	3.052,87	230,10	419,43	1.600,39	3.617,18	3.052,87	3.282,97	3.472,30	4.653,26	6.670,05	
D1	3	2.984,65	224,76	409,93	1.569,35	3.551,66	2.984,65	3.209,41	3.394,58	4.554,00	6.536,31	
	2	2.927,94	209,73	390,85	1.529,17	3.479,07	2.927,94	3.137,67	3.318,79	4.457,11	6.407,01	
	1	2.872,85	194,81	372,03	1.489,63	3.477,92	2.872,85	3.067,66	3.244,88	4.362,48	6.350,77	

A partir de 1º de março de 2012, a estrutura remuneratória dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico será composta de: I - Vencimento Básico; e II - Retribuição por Titulação - RT.

Dedicação Exclusiva - art. 112 da MP 431/2008

São transpostos para a Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata o inciso I do art. 106 MP 431/2008, os atuais cargos dos Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, que integram a Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata Lei nº 7.596/1987, observado o disposto do art. 109 da MP 431/2008 (Decreto nº 94.664/1987).art.108 da MP 431/2008.

Os servidores titulares dos cargos de que tratam os incisos I (Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, composta pelos cargos de provimento efetivo de nível superior de Professor do Ensino Básico Federal do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa) ;e II (Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios) do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, em efetivo exercício em 22 de setembro de 2008, poderão ser enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata o inciso I do caput do art. 106 da Lei 11.784/2008, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa nas Tabelas de Correlação, constantes do Anexo LXIX-A da Lei 11.784/2008.(art. 108-A da Lei 11.784/2008)

Para fins do disposto do art. 108-A da Lei 11.784/2008, os servidores titulares dos cargos de que tratam os incisos I e II do caput do art. 122 dda Lei 11.784/2008, em efetivo exercício em 22 de setembro de 2008, deverão solicitar o enquadramento até 31 de julho de 2010, na forma do Termo de Solicitação de Enquadramento constante do Anexo LXX-A da Lei 11.784/2008.

Os cargos de provimento efetivo a que se refere o inciso I do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008 cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico permanecerão integrando o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa. Os cargos de provimento efetivo a que se refere o inciso II do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico:

I - passarão a integrar o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

II - serão extintos quando vagarem. Os cargos de que trata o § 11 do art.108-A da Lei 11.784/2008 poderão, no interesse da Administração, ser transpostos para o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, ocasião na qual será feita a redistribuição desses cargos (Incluído pela Medida Provisória nº 479, de 2009).

A partir de 1º de março de 2012, fica extinta a Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - GEDBT. (redação dada art. 27 da MP 568/2012).

A partir de 1º de março de 2012, o valor referente à GEDBT fica incorporado à Tabela de Vencimento Básico dos servidores integrantes do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme valores estabelecidos no Anexo LXXI à Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

VB - Vencimento Básico - (Anexo LXXI à Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008) - redação dada pela MP 568/2012 - anexo XXIII da MP 568/2012

(*) **RT** - Retribuição por Titulação - Lei nº 11.344 de 09.09.2006 (Instituída a RT a partir de 01.02.2009 - Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado). Anexo XXIV da MP 568/2012

Aposentado - RT - §1º do art. 117 e art. 121 da Lei nº 11.784/08

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 76.119 de 13.08.75

Lei nº 7.596 de 20.04.87

Portaria nº 474 de 26.08.87

Portaria nº 475 de 26.08.87

Decreto nº 94.664 de 23.07.87

Lei nº 8.676 art. 4º de 13.07.93

Lei nº 9.192 de 21.12.95

Decreto nº 1.916 de 23.05.96

Lei nº 9.678 de 03.07.1998

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Decreto nº 2668 de 13.07.1998

Medida Provisória nº 2.020 de 24.03.2000

Medida Provisória nº 2.020-1 de 24.04.2000

Medida Provisória nº 2.020-2 de 25.05.2000

Medida Provisória nº 2.020-3 de 21.06.2000

Medida Provisória nº 2.051-4 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2.051-5 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.051-6 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2.051-7 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2.051-8 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2.051-9 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2.051-10 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2.125-11 de 27.12.2000

Medida Provisória nº 2.125-12 de 26.01.2001

Lei nº 10.187 de 12.02.2001 art. 8º

Lei nº 10.405 de 09.01.2002

Medida Provisória nº 52 de 04.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 208 de 20.08.2004

Lei nº 11.087 de 04.01.2005

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Lei nº 11.344 de 09.09.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008 SM

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 105

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 12

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 27

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

21. DOCENTE

Plano de Carreira e Cargo do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 40 Horas

Cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Nível Superior

Posição: março/2012

CLASSE	NÍVEL	VB	(*) RT - Retribuição por Titulação					ATIVO E APOSENTADO				
			Aperfeiçoamento		Especialização	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$)				
			A	B	C	D	E	F=(A)	G=(A+B)	H=(A+C)	I=(A+D)	J=(A+E)
D5	3	3.365,10	-	-	931,84	2.121,03					4.296,94	5.486,13
	2	3.307,10	-	-	931,18	2.089,96					4.238,28	5.397,06
	1	3.250,76	-	-	930,53	2.075,73					4.181,29	5.326,49
D4	S	3.244,70	175,56	470,38	929,87	2.075,07	3.244,70	3.420,26	3.715,08	4.174,57	5.319,77	
	4	2.853,70	105,63	369,04	902,89	2.046,89	2.853,70	2.959,33	3.222,74	3.756,59	4.900,59	
D3	3	2.796,31	103,31	353,91	864,07	1.976,87	2.796,31	2.899,62	3.150,22	3.660,38	4.773,18	
	2	2.740,44	101,07	338,99	834,23	1.915,83	2.740,44	2.841,51	3.079,43	3.574,67	4.656,27	
	1	2.618,61	98,89	324,42	802,06	1.853,39	2.618,61	2.717,50	2.943,03	3.420,67	4.472,00	
D2	4	2.529,68	90,81	300,59	778,36	1.792,26	2.529,68	2.620,49	2.830,27	3.308,04	4.321,94	
	3	2.486,07	84,32	265,57	763,53	1.765,10	2.486,07	2.570,39	2.751,64	3.249,60	4.251,17	
	2	2.443,71	77,90	226,78	748,97	1.738,39	2.443,71	2.521,61	2.670,49	3.192,68	4.182,10	
	1	2.402,56	71,50	174,74	734,62	1.712,17	2.402,56	2.474,06	2.577,30	3.137,18	4.114,73	
D1	4	2.325,67	65,29	161,77	714,73	1.675,16	2.325,67	2.390,96	2.487,44	3.040,40	4.000,83	
	3	2.287,91	60,47	154,68	702,50	1.653,12	2.287,91	2.348,38	2.442,59	2.990,41	3.941,03	
	2	2.251,20	59,60	147,71	690,52	1.631,52	2.251,20	2.310,80	2.398,91	2.941,72	3.882,72	
	1	2.215,54	58,74	140,87	678,75	1.610,35	2.215,54	2.274,28	2.356,41	2.894,29	3.825,89	

A partir de 1º de março de 2012, a estrutura remuneratória dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico será composta de: I - Vencimento Básico; e II - Retribuição por Titulação - RT.

40 Horas - art. 112 da MP 431/2008

São transpostos para a Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata o inciso I do art. 106 MP 431/2008, os atuais cargos dos Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, que integram a Carreira do Magistério de 1º e 2º Grau do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata Lei nº 7.596/1987, observado o disposto do art. 109 da MP 431/2008 (Decreto nº 94.664/1987). art.108 da MP 431/2008.

Os servidores titulares dos cargos de que tratam os incisos I (Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, composta pelos cargos de provimento efetivo de nível superior de Professor do Ensino Básico Federal do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa) ;e II (Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios) do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, em efetivo exercício em 22 de setembro de 2008, poderão ser enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata o inciso I do caput do art. 106 da Lei 11.784/2008, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa nas Tabelas de Correlação, constantes do Anexo LXIX-A da Lei 11.784/2008.(art. 108-A da Lei 11.784/2008)

Para fins do disposto do art. 108-A da Lei 11.784/2008, os servidores titulares dos cargos de que tratam os incisos I e II do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, em efetivo exercício em 22 de setembro de 2008, deverão solicitar o enquadramento até 31 de julho de 2010, na forma do Termo de Solicitação de Enquadramento constante do Anexo LXX-A da Lei 11.784/2008.

Os cargos de provimento efetivo a que se refere o inciso I do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008 cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico permanecerão integrando o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa. Os cargos de provimento efetivo a que se refere o inciso II do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico:

I - passarão a integrar o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

II - serão extintos quando vagarem. Os cargos de que trata o § 11 do art.108-A da Lei 11.784/2008 poderão, no interesse da Administração, ser transpostos para o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, ocasião na qual será feita a redistribuição desses cargos (Incluído pela Medida Provisória nº 479, de 2009).

A partir de 1º de março de 2012, fica extinta a Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - GEDBT. (redação dada art. 27 da MP 568/2012).

A partir de 1º de março de 2012, o valor referente à GEDBT fica incorporado à Tabela de Vencimento Básico dos servidores integrantes do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme valores estabelecidos no Anexo LXXI à Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

VB - Vencimento Básico - (Anexo LXXI à Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008) - redação dada pela MP 568/2012 - anexo XXIII da MP 568/2012

(*) **RT** - Retribuição por Titulação - Lei nº 11.344 de 09.09.2006 (Instituída a RT a partir de 01.02.2009 - Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado). Anexo XXIV da MP 568/2012

Aposentado - RT - §1º do art. 117 e art. 121 da Lei nº 11.784/08

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 76.119 de 13.08.75

Lei nº 7.596 de 20.04.87

Portaria nº 474 de 26.08.87

Portaria nº 475 de 26.08.87

Decreto nº 94.664 de 23.07.87

Lei nº 8.676 art. 4º de 13.07.93

Lei nº 9.192 de 21.12.95

Decreto nº 1.916 de 23.05.96

Lei nº 9.678 de 03.07.1998

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Decreto nº 2668 de 13.07.1998

Medida Provisória nº 2.020 de 24.03.2000

Medida Provisória nº 2.020-1 de 24.04.2000

Medida Provisória nº 2.020-2 de 25.05.2000

Medida Provisória nº 2.020-3 de 21.06.2000

Medida Provisória nº 2.051-4 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2.051-5 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.051-6 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2.051-7 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2.051-8 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2.051-9 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2.051-10 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2.125-11 de 27.12.2000

Medida Provisória nº 2.125-12 de 26.01.2001

Lei nº 10.187 de 12.02.2001 art. 8º

Lei nº 10.405 de 09.01.2002

Medida Provisória nº 52 de 04.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 208 de 20.08.2004

Lei nº 11.087 de 04.01.2005

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Lei nº 11.344 de 09.09.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008 SM

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 105

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 12

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 27

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

21. DOCENTE

Plano de Carreira e Cargo do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 20 Horas

Cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Nível Superior

Posição: março/2012

CLASSE	NÍVEL	VB	(*) RT - Retribuição por Titulação				ATIVO E APOSENTADO					
			Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$)					
							Sem RT	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	
A	B	C	D	E	F=(A)	G=(A+B)	H=(A+C)	I=(A+D)	J=(A+E)			
D5	3	2.226,75	-	-	628,42	1.176,54					2.855,17	3.403,29
	2	2.197,43	-	-	577,08	1.082,92					2.774,51	3.280,35
	1	2.168,93	-	-	571,15	997,41					2.740,08	3.166,34
D4	S	2.165,57	167,21	354,04	570,99	971,67	2.165,57	2.332,78	2.519,61		2.736,56	3.137,24
D3	4	1.968,19	161,78	203,05	483,23	883,91	1.968,19	2.129,97	2.171,24		2.451,42	2.852,10
	3	1.935,56	154,42	193,30	468,55	859,99	1.935,56	2.089,98	2.128,86		2.404,11	2.795,55
	2	1.903,73	147,12	183,72	454,18	836,62	1.903,73	2.050,85	2.087,45		2.357,91	2.740,35
D2	1	1.805,23	72,46	174,29	440,08	813,80	1.805,23	1.877,69	1.979,52		2.245,31	2.619,03
	4	1.760,04	62,43	160,61	417,62	741,11	1.760,04	1.822,47	1.920,65		2.177,66	2.501,15
	3	1.737,52	61,27	151,56	404,31	724,45	1.737,52	1.798,79	1.889,08		2.141,83	2.461,97
	2	1.715,62	60,10	142,66	391,26	708,26	1.715,62	1.775,72	1.858,28		2.106,88	2.423,88
D1	1	1.694,32	58,94	133,87	378,45	692,56	1.694,32	1.753,26	1.828,19		2.072,77	2.386,88
	4	1.655,15	57,77	125,78	197,57	661,76	1.655,15	1.712,92	1.780,93		1.852,72	2.316,91
	3	1.635,55	56,61	121,68	190,29	647,37	1.635,55	1.692,16	1.757,23		1.825,84	2.282,92
	2	1.616,47	55,44	117,72	183,26	633,40	1.616,47	1.671,91	1.734,19		1.799,73	2.249,87
	1	1.597,92	54,28	113,88	182,60	619,86	1.597,92	1.652,20	1.711,80		1.780,52	2.217,78

A partir de 1º de março de 2012, a estrutura remuneratória dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico será composta de: I - Vencimento Básico; e II - Retribuição por Titulação - RT.

20 Horas - art. 112 da MP 431/2008

São transpostos para a Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico de que trata o inciso I do art. 106 MP 431/2008, os atuais cargos dos Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, que integram a Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata Lei nº 7.596/1987, observado o disposto do art. 109 da MP 431/2008 (Decreto nº 94.664/1987) art.108 da MP 431/2008.

Os servidores titulares dos cargos de que tratam os incisos I (Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, composta pelos cargos de provimento efetivo de nível superior de Professor do Ensino Básico Federal do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa) ;e II (Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios) do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, em efetivo exercício em 22 de setembro de 2008, poderão ser enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata o inciso I do caput do art. 106 da Lei 11.784/2008, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa nas Tabelas de Correlação, constantes do Anexo LXIX-A da Lei 11.784/2008.(art. 108-A da Lei 11.784/2008)

Para fins do disposto do art. 108-A da Lei 11.784/2008, os servidores titulares dos cargos de que tratam os incisos I e II do caput do art. 122 dda Lei 11.784/2008, em efetivo exercício em 22 de setembro de 2008, deverão solicitar o enquadramento até 31 de julho de 2010, na forma do Termo de Solicitação de Enquadramento constante do Anexo LXX-A da Lei 11.784/2008.

Os cargos de provimento efetivo a que se refere o inciso I do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008 cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico permanecerão integrando o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa. Os cargos de provimento efetivo a que se refere o inciso II do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico:

I - passarão a integrar o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

II - serão extintos quando vagarem. Os cargos de que trata o § 11 do art.108-A da Lei 11.784/2008 poderão, no interesse da Administração, ser transpostos para o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, ocasião na qual será feita a redistribuição desses cargos (Incluído pela MP nº 479/2009)

A partir de 1º de março de 2012, fica extinta a Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - GEDBT. (redação dada art. 27 da MP 568/2012).

A partir de 1º de março de 2012, o valor referente à GEDBT fica incorporado à Tabela de Vencimento Básico dos servidores integrantes do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme valores estabelecidos no Anexo LXXI à Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

VB - Vencimento Básico - (Anexo LXXI à Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008) - redação dada pela MP 568/2012 - anexo XXIII da MP 568/2012

(*) **RT** - Retribuição por Titulação - Lei nº 11.344 de 09.09.2006 (Instituída a RT a partir de 01.02.2009 - Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado). Anexo XXIV da MP 568/2012

Aposentado - RT - §1º do art. 117 e art. 121 da Lei nº 11.784/08

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 76.119 de 13.08.75

Lei nº 7.596 de 20.04.87

Portaria nº 474 de 26.08.87

Portaria nº 475 de 26.08.87

Decreto nº 94.664 de 23.07.87

Lei nº 8.676 art. 4º de 13.07.93

Lei nº 9.192 de 21.12.95

Decreto nº 1.916 de 23.05.96

Lei nº 9.678 de 03.07.1998

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Decreto nº 2668 de 13.07.1998

Medida Provisória nº 2.020 de 24.03.2000

Medida Provisória nº 2.020-1 de 24.04.2000

Medida Provisória nº 2.020-2 de 25.05.2000

Medida Provisória nº 2.020-3 de 21.06.2000

Medida Provisória nº 2.051-4 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2.051-5 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.051-6 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2.051-7 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2.051-8 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2.051-9 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2.051-10 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2.125-11 de 27.12.2000

Medida Provisória nº 2.125-12 de 26.01.2001

Lei nº 10.187 de 12.02.2001 art. 8º

Lei nº 10.405 de 09.01.2002

Medida Provisória nº 52 de 04.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 208 de 20.08.2004

Lei nº 11.087 de 04.01.2005

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Lei nº 11.344 de 09.09.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008 SM

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 105

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 12

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 27

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

21. DOCENTE

Plano de Carreira e Cargo do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Cargo Isolado de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Dedicção Exclusiva (*)

Nível Superior

Posição: março/2012

CARGO	NÍVEL	VB	RT - Retribuição por Titulação		ATIVO e APOSENTADO - TOTAL (em R\$)
			Doutorado	Doutorado	Doutorado
		A	B	C=(A+B)	
Professor Titular	U	5.347,20	6.877,36	12.224,56	

A partir de 1º de março de 2012, a estrutura remuneratória dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico será composta de: I - Vencimento Básico; e II - Retribuição por Titulação - RT.

Dedicação Exclusiva - art. 112 da MP 431/2008

(*) Cargo Isolado de provimento efetivo de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, criado nos termos da MP 431/2008

VB - Vencimento Básico - (Anexo LXXI à Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008) - redação dada pela MP 568/2012 - anexo XXIII da MP 568/2012

RT - Retribuição por Titulação - (valores da RT (Doutorado) - Anexo LXXIII da MP 431/2008)

A partir de 1º de março de 2012, fica extinta a Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - GEDBT. (redação dada art. 27 da MP 568/2012).

A partir de 1º de março de 2012, o valor referente à GEDBT fica incorporado à Tabela de Vencimento Básico dos servidores integrantes do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme valores estabelecidos no Anexo LXXI à Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Aposentado - § 1º do art. 117 e art. 121 da Lei nº 11.784/2008

Legislações Correspondentes:

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 105

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 27

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

21. DOCENTE

Plano de Carreira e Cargo do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
Cargo Isolado de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 40 Horas (*)

Nível Superior

Posição: março/2012

CARGO	NÍVEL	VB	RT - Retribuição por Titulação		ATIVO e APOSENTADO - TOTAL (em R\$)
			Doutorado	Doutorado	
		A	B	C=(A+B)	
Professor Titular	U	3.484,63	2.434,32	5.918,95	

A partir de 1º de março de 2012, a estrutura remuneratória dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico será composta de: I - Vencimento Básico; e II - Retribuição por Titulação - RT.

40 Horas - art. 112 da MP 431/2008

(*) Cargo Isolado de provimento efetivo de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, criado nos termos da MP 431/2008

VB - Vencimento Básico - (Anexo LXXI à Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008) - redação dada pela MP 568/2012 - anexo XXIII da MP 568/2012

RT - Retribuição por Titulação - (valores da RT (Doutorado) - Anexo LXXIII da MP 431/2008)

A partir de 1º de março de 2012, fica extinta a Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - GEDBT. (redação dada art. 27 da MP 568/2012).

A partir de 1º de março de 2012, o valor referente à GEDBT fica incorporado à Tabela de Vencimento Básico dos servidores integrantes do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme valores estabelecidos no Anexo LXXI à Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Aposentado - § 1º do art. 117 e art. 121 da Lei nº 11.784/2008

Legislações Correspondentes:

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 105

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 27

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

21. DOCENTE

Plano de Carreira e Cargo do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
Cargo Isolado de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 20 Horas (*)

Nível Superior

Posição: março/2012

CARGO	NÍVEL	VB	RT - Retribuição por Titulação		ATIVO e APOSENTADO - TOTAL (em R\$)
			Doutorado	Doutorado	
		A	B	C=(A+B)	
Professor Titular	U	2.286,97	1.335,11		3.622,08

A partir de 1º de março de 2012, a estrutura remuneratória dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico será composta de: I - Vencimento Básico; e II - Retribuição por Titulação - RT.

20 Horas - art. 112 da MP 431/2008

(*) Cargo Isolado de provimento efetivo de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, criado nos termos da MP 431/2008

VB - Vencimento Básico - (Anexo LXXI à Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008) - redação dada pela MP 568/2012 - anexo XXIII da MP 568/2012

RT - Retribuição por Titulação - (valores da RT (Doutorado) - Anexo LXXIII da MP 431/2008)

A partir de 1º de março de 2012, fica extinta a Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - GEDBT. (redação dada art. 27 da MP 568/2012).

A partir de 1º de março de 2012, o valor referente à GEDBT fica incorporado à Tabela de Vencimento Básico dos servidores integrantes do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme valores estabelecidos no Anexo LXXI à Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Aposentado - § 1º do art. 117 e art. 121 da Lei nº 11.784/2008

Legislações Correspondentes:

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 105

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 27

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

21. DOCENTE

Plano de Carreira e Cargo do Magistério do Ensino Básico Federal

Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal - Dedicção Exclusiva (*)

Cargo de Professor do Ensino Básico Federal

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	NÍVEL	VB	GEDBF	RT - Retribuição por Titulação				ATIVO e APOSENTADO - TOTAL (em R\$)				
				Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	Sem RT	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
				A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+C)	I=(A+B+D)
D5	3	2.934,77	2.030,25			2.270,18	6.459,43				7.235,20	11.424,45
	2	2.849,30	2.029,62			2.132,06	6.210,73				7.010,98	11.089,65
	1	2.766,32	2.028,99			2.131,43	6.082,66				6.926,74	10.877,97
D4	S	2.758,26	2.028,36	435,34	794,01	2.130,80	5.916,93	4.786,62	5.221,96	5.580,63	6.917,42	10.703,55
D3	4	2.533,72	1.129,25	282,94	578,03	2.130,17	4.250,33	3.662,97	3.945,91	4.241,00	5.793,14	7.913,30
	3	2.459,91	1.118,89	274,64	545,78	2.044,92	4.136,10	3.578,80	3.853,44	4.124,58	5.623,72	7.714,90
	2	2.388,27	1.108,49	267,95	512,95	1.984,37	4.024,97	3.496,76	3.764,71	4.009,71	5.481,13	7.521,73
	1	2.318,71	1.098,08	261,45	483,55	1.924,68	3.916,88	3.416,79	3.678,24	3.900,34	5.341,47	7.333,67
D2	4	2.187,45	1.088,37	249,19	454,35	1.709,18	3.792,31	3.275,82	3.525,01	3.730,17	4.985,00	7.068,13
	3	2.123,75	1.077,87	243,23	442,37	1.672,92	3.722,46	3.201,62	3.444,85	3.643,99	4.874,54	6.924,08
	2	2.061,90	1.067,37	237,45	432,10	1.630,44	3.654,04	3.129,27	3.366,72	3.561,37	4.759,71	6.783,31
	1	2.001,86	1.056,83	231,84	422,12	1.592,90	3.587,08	3.058,69	3.290,53	3.480,81	4.651,59	6.645,77
D1	4	1.888,55	1.046,90	221,25	403,30	1.538,84	3.478,06	2.935,45	3.156,70	3.338,75	4.474,29	6.413,51
	3	1.833,56	1.036,30	216,12	394,16	1.508,99	3.415,06	2.869,86	3.085,98	3.264,02	4.378,85	6.284,92
	2	1.780,14	1.035,19	201,66	375,82	1.470,36	3.345,26	2.815,33	3.016,99	3.191,15	4.285,69	6.160,59
	1	1.728,28	1.034,08	187,32	357,72	1.432,34	3.344,15	2.762,36	2.949,68	3.120,08	4.194,70	6.106,51

(*) **Dedicação Exclusiva** - inciso III do art. 130 da Lei 11.784/2008

Os atuais docentes, ocupantes de cargos efetivos do Instituto Tecnológico da Aeronáutica e do Instituto Militar de Engenharia serão incluídos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos criado pela Lei nº 7.596, de 1987 observadas as normas legais e regulamentares pertinentes com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 1991 de acordo com 26 da Lei nº 8.270/91. (art. 18 da Lei 8.270/91 com redação dada pela MP nº 568, de 2012)

A partir de 01.07.2008 fica estruturado o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, composto por:

- Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, composta pelos cargos de provimento efetivo de nível superior de Professor do Ensino Básico Federal do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa. (inciso I do caput do art.122 da Lei 11.784/2008)

Para ingresso nos cargos integrantes do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal de que trata o art. 122 da Lei 11.784/2008, exigir-se-á habilitação específica obtida em licenciatura plena ou habilitação legal equivalente.

São transpostos - para a Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal de que trata o inciso I do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008 os atuais cargos de nível superior do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa, que integram a Carreira de Magistério de 1º e 2º Grau do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, observado o disposto no art. 126 da Lei 11.784/2008.

Os atuais cargos ocupados e vagos e os que vierem a vagar de Professor da Carreira de Magistério de 1º e 2º Grau de que trata o Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, pertencentes aos Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa, passam a denominar-se Professor do Ensino Básico Federal e a integrar a Carreira de que trata o inciso I do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008.(art. 126 da Lei 11.784/2008)

Enquadramento na Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal - cargos de que trata o art. 125 da Lei 11.784/2008 serão enquadrados nas respectivas Carreiras, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante dos Anexos LXXV e LXXXI da Lei 11.784/2008

O enquadramento de que trata o § 1º do art. 125 da Lei 11.784/2008 (para a Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal) dos servidores dos cargos de nível superior do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa, dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor que poderá ocorrer até 15 de agosto de 2008, na forma do Termo de Opção, constante do Anexo LXXVI da Lei 11.784/2008.. (§ 2º do art. 125 da Lei nº 11.784/2008)

Os servidores titulares dos cargos de que tratam os incisos I do caput do art. 122 da Lei 11784/2008, em efetivo exercício em 22 de setembro de 2008, podem ser enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata o inciso I do caput do art. 106 da Lei 11784/2008, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa nas Tabelas de Correlação, constantes do Anexo LXIX-A da Lei 11784/2008. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

Os cargos de provimento efetivo a que se refere o inciso I (I - Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, composta pelos cargos de provimento efetivo de nível superior de Professor do Ensino Básico Federal do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa) do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008 cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico permanecerão integrando o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa.

Os servidores titulares dos cargos de que trata inciso I (Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, composta pelos cargos de provimento efetivo de nível superior de Professor do Ensino Básico Federal do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa) do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, em efetivo exercício em 22 de setembro de 2008, deverão solicitar o enquadramento até 31 de julho de 2010, na forma do Termo de Solicitação de Enquadramento constante do Anexo LXX-A a esta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

VB - Vencimento Básico (valores VB Anexo LXXVII da MP 431/2008)

Os níveis de vencimento básico dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal são os constantes dos Anexos LXXVII da Lei 11.784/2008, produzindo efeitos financeiros a partir de 01.07.2008. (art. 34 da Lei nº 12.702 de 07.08.2012)

RT - Retribuição por Titulação - (valores da RT (Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado) - Anexo LXXIX da MP 431/2008)

GEDBF - Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico Federal

Os valores da GEDBF são constantes no Anexo LXXVIII da MP 431/2008.

A GEDBF será paga de acordo com os valores constantes do Anexo LXXVIII da Lei 11.784/2008 com efeitos financeiros a partir de 01.07.2008, não servirá de base de cálculo para quaisquer outras parcelas remuneratórias ou vantagens de qualquer natureza. (Redação dada pela lei n MP nº 568/2012 art. 34)

Aposentado - § 1º do art. 135 da Lei nº 11.784/08 e § 1º art. 134 e art. 139 da MP 431/2008, a GEDBF integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Aplicam-se os efeitos decorrentes da estruturação do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, no que couber, aos servidores aposentados e aos pensionistas. (art. 139 da Lei 11.784/2008)

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 76.119 de 13.08.75	Medida Provisória nº 2.051-4 de 29.06.2000	Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Lei nº 7.596 de 20.04.87	Medida Provisória nº 2.051-5 de 28.07.2000	Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006
Portaria nº 474 de 26.08.87	Medida Provisória nº 2.051-6 de 28.08.2000	Lei nº 11.344 de 09.09.2006
Portaria nº 475 de 26.08.87	Medida Provisória nº 2.051-7 de 27.09.2000	Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Decreto nº 94.664 de 23.07.87	Medida Provisória nº 2.051-8 de 26.10.2000	Lei nº 11.498 de 28.06.2007
Lei nº 8.270 de 17.12.1991	Medida Provisória nº 2.051-9 de 23.11.2000	Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008 SM
Lei nº 8.676 art. 4º de 13.07.93	Medida Provisória nº 2.051-10 de 21.12.2000	Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 122
Lei nº 9.192 de 21.12.95	Medida Provisória nº 2.125-11 de 27.12.2000	Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Decreto nº 1.916 de 23.05.96	Medida Provisória nº 2.125-12 de 26.01.2001	Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 12
Lei nº 9.678 de 03.07.1998	Lei nº 10.187 de 12.02.2001 art. 8º	Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Lei nº 10.405 de 09.01.2002	Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Decreto nº 2668 de 13.07.1998	Medida Provisória nº 52 de 04.07.2002	Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Medida Provisória nº 2.020 de 24.03.2000	Lei nº 10.697 de 02.07.2003	
Medida Provisória nº 2.020-1 de 24.04.2000	Lei nº 10.698 de 02.07.2003	
Medida Provisória nº 2.020-2 de 25.05.2000	Medida Provisória nº 208 de 20.08.2004	
Medida Provisória nº 2.020-3 de 21.06.2000	Lei nº 11.087 de 04.01.2005	

21. DOCENTE

Plano de Carreira e Cargo do Magistério do Ensino Básico Federal

Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal - 40 Horas (*)

Cargo de Professor do Ensino Básico Federal

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	NÍVEL	VB	GEDBF	RT - Retribuição por Titulação				ATIVO e APOSENTADO - TOTAL (em R\$)					
				Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	SEM RT	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	
				A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+C)	I=(A+B+D)	J=(A+B+E)
D5	3	1.893,40	1.342,27			896,00	2.039,45					4.131,67	5.275,12
	2	1.838,26	1.341,64			895,37	2.009,58					4.075,27	5.189,48
	1	1.784,72	1.341,01			894,74	1.995,89					4.020,47	5.121,62
D4	S	1.779,52	1.340,38	168,81	452,29	894,11	1.995,26	3.119,90	3.288,71	3.572,19	4.014,01	5.115,16	
	4	1.634,66	1.109,28	101,57	354,85	868,16	1.968,16	2.743,94	2.845,51	3.098,79	3.612,10	4.712,10	
D3	3	1.587,04	1.101,72	99,34	340,30	830,84	1.900,84	2.688,76	2.788,10	3.029,06	3.519,60	4.589,60	
	2	1.540,82	1.094,22	97,18	325,95	802,14	1.842,14	2.635,04	2.732,22	2.960,99	3.437,18	4.477,18	
	1	1.495,94	1.021,95	95,09	311,94	771,21	1.782,11	2.517,89	2.612,98	2.829,83	3.289,10	4.300,00	
D2	4	1.411,26	1.021,12	87,32	289,03	748,42	1.723,33	2.432,38	2.519,70	2.721,41	3.180,80	4.155,71	
	3	1.370,16	1.020,29	81,08	255,36	734,16	1.697,21	2.390,45	2.471,53	2.645,81	3.124,61	4.087,66	
	2	1.330,26	1.019,46	74,90	218,06	720,16	1.671,53	2.349,72	2.424,62	2.567,78	3.069,88	4.021,25	
	1	1.291,52	1.018,63	68,75	168,02	706,37	1.646,32	2.310,15	2.378,90	2.478,17	3.016,52	3.956,47	
D1	4	1.218,42	1.017,80	62,78	155,55	687,24	1.610,73	2.236,22	2.299,00	2.391,77	2.923,46	3.846,95	
	3	1.182,94	1.016,97	58,14	148,73	675,48	1.589,54	2.199,91	2.258,05	2.348,64	2.875,39	3.789,45	
	2	1.148,48	1.016,14	57,31	142,03	663,96	1.568,77	2.164,62	2.221,93	2.306,65	2.828,58	3.733,39	
	1	1.115,02	1.015,31	56,48	135,45	652,64	1.548,41	2.130,33	2.186,81	2.265,78	2.782,97	3.678,74	

(*) 40 Horas - art. 130 da MP 431/2008

Os atuais docentes, ocupantes de cargos efetivos do Instituto Tecnológico da Aeronáutica e do Instituto Militar de Engenharia serão incluídos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos criado pela Lei nº 7.596, de 1987 observadas as normas legais e regulamentares pertinentes com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 1991 de acordo com 26 da Lei nº 8.270/91. (art. 18 da Lei 8.270/91 com redação dada pela MP nº 568, de 2012)

A partir de 01.07.2008 fica estruturado o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, composto por:

- Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, composta pelos cargos de provimento efetivo de nível superior de Professor do Ensino Básico Federal do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa. (inciso I do caput do art.122 da Lei 11.784/2008)

Para ingresso nos cargos integrantes do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal de que trata o art. 122 da Lei 11.784/2008, exigir-se-á habilitação específica obtida em licenciatura plena ou habilitação legal equivalente.

São transpostos - para a Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal de que trata o inciso I do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008 os atuais cargos de nível superior do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa, que integram a Carreira de Magistério de 1º e 2º Grau do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, observado o disposto no art. 126 da Lei 11.784/2008.

Os atuais cargos ocupados e vagos e os que vierem a vagar de Professor da Carreira de Magistério de 1º e 2º Grau de que trata o Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, pertencentes aos Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa, passam a denominar-se Professor do Ensino Básico Federal e a integrar a Carreira de que trata o inciso I do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008. (art. 126 da Lei 11.784/2008)

Enquadramento na Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal - cargos de que trata o art. 125 da Lei 11.784/2008 serão enquadrados nas respectivas Carreiras, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante dos Anexos LXXV e LXXXI da Lei 11.784/2008

O enquadramento de que trata o § 1º do art. 125 da Lei 11.784/2008 (para a Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal) dos servidores dos cargos de nível superior do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa, dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor que poderá ocorrer até 15 de agosto de 2008, na forma do Termo de Opção, constante do Anexo LXXVI da Lei 11.784/2008.. (§ 2º do art. 125 da Lei nº 11.784/2008)

Os servidores titulares dos cargos de que tratam os incisos I do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, em efetivo exercício em 22 de setembro de 2008, poderão ser enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata o inciso I do caput do art. 106 da Lei 11.784/2008, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa nas Tabelas de Correlação, constantes do Anexo LXIX-A da Lei 11.784/2008. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

Os cargos de provimento efetivo a que se refere o inciso I (I - Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, composta pelos cargos de provimento efetivo de nível superior de Professor do Ensino Básico Federal do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa) do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008 cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico permanecerão integrando o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa.

Os servidores titulares dos cargos de que trata inciso I (Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, composta pelos cargos de provimento efetivo de nível superior de Professor do Ensino Básico Federal do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa) do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, em efetivo exercício em 22 de setembro de 2008, deverão solicitar o enquadramento até 31 de julho de 2010, na forma do Termo de Solicitação de Enquadramento constante do Anexo LXX-A a esta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

VB - Vencimento Básico (valores VB Anexo LXXVII da MP 431/2008)

Os níveis de vencimento básico dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal são os constantes dos Anexos LXXVII da Lei 11.784/2008, produzindo efeitos financeiros a partir de 01.07.2008. (art. 34 da Lei nº 12.702 de 07.08.2012)

RT - Retribuição por Titulação - (valores da RT (Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado) - Anexo LXXIX da MP 431/2008)

GEDBF - Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico Federal

Os valores da GEDBF são constantes no Anexo LXXVIII da MP 431/2008.

A GEDBF será paga de acordo com os valores constantes do Anexo LXXVIII da Lei 11.784/2008 com efeitos financeiros a partir de 01.07.2008, não servirá de base de cálculo para quaisquer outras parcelas remuneratórias ou vantagens de qualquer natureza. (Redação dada pela MP nº 568/2012 art. 34)

Aposentado - § 1º do art. 135 da Lei nº 11.784/08 e § 1º art. 134 e art. 139 da MP 431/2008, a GEDBF integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Aplicam-se os efeitos decorrentes da estruturação do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, no que couber, aos servidores aposentados e aos pensionistas. (art. 139 da Lei 11.784/2008)

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 76.119 de 13.08.75	Medida Provisória nº 2.051-4 de 29.06.2000	Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Lei nº 7.596 de 20.04.87	Medida Provisória nº 2.051-5 de 28.07.2000	Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006
Portaria nº 474 de 26.08.87	Medida Provisória nº 2.051-6 de 28.08.2000	Lei nº 11.344 de 09.09.2006
Portaria nº 475 de 26.08.87	Medida Provisória nº 2.051-7 de 27.09.2000	Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Decreto nº 94.664 de 23.07.87	Medida Provisória nº 2.051-8 de 26.10.2000	Lei nº 11.498 de 28.06.2007
Lei nº 8.270 de 17.12.1991	Medida Provisória nº 2.051-9 de 23.11.2000	Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008 SM
Lei nº 8.676 art. 4º de 13.07.93	Medida Provisória nº 2.051-10 de 21.12.2000	Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 122
Lei nº 9.192 de 21.12.95	Medida Provisória nº 2.125-11 de 27.12.2000	Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Decreto nº 1.916 de 23.05.96	Medida Provisória nº 2.125-12 de 26.01.2001	Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 12
Lei nº 9.678 de 03.07.1998	Lei nº 10.187 de 12.02.2001 art. 8º	Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Lei nº 10.405 de 09.01.2002	Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Decreto nº 2668 de 13.07.1998	Medida Provisória nº 52 de 04.07.2002	Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Medida Provisória nº 2.020 de 24.03.2000	Lei nº 10.697 de 02.07.2003	
Medida Provisória nº 2.020-1 de 24.04.2000	Lei nº 10.698 de 02.07.2003	
Medida Provisória nº 2.020-2 de 25.05.2000	Medida Provisória nº 208 de 20.08.2004	
Medida Provisória nº 2.020-3 de 21.06.2000	Lei nº 11.087 de 04.01.2005	

21. DOCENTE

Plano de Carreira e Cargo do Magistério do Ensino Básico Federal

Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal - 20 Horas (*)

Cargo de Professor do Ensino Básico Federal

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	NÍVEL	VB	GEDBF	RT - Retribuição por Titulação				ATIVO e APOSENTADO - TOTAL (em R\$)					
				APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	SEM RT	APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
				C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+C)	I=(A+B+D)	J=(A+B+E)	K=(A+B+F)	
		A	B										
D5	3	946,70	1.194,41			604,25	1.131,29					2.745,36	3.272,40
	2	919,13	1.193,78			554,88	1.041,27					2.667,79	3.154,18
	1	892,36	1.193,15			549,18	959,05					2.634,69	3.044,56
D4	S	889,76	1.192,52	160,78	340,42	549,03	934,30	2.082,28	2.243,06	2.422,70	2.631,31	3.016,58	
D3	4	817,33	1.075,16	155,56	195,24	464,64	849,91	1.892,49	2.048,05	2.087,73	2.357,13	2.742,40	
	3	793,52	1.067,60	148,48	185,87	450,53	826,91	1.861,12	2.009,60	2.046,99	2.311,65	2.688,03	
	2	770,41	1.060,10	141,46	176,65	436,71	804,44	1.830,51	1.971,97	2.007,16	2.267,22	2.634,95	
D2	1	747,97	987,83	69,67	167,59	423,15	782,50	1.735,80	1.805,47	1.903,39	2.158,95	2.518,30	
	4	705,63	986,72	60,03	154,43	401,56	712,61	1.692,35	1.752,38	1.846,78	2.093,91	2.404,96	
	3	685,08	985,61	58,91	145,73	388,76	696,59	1.670,69	1.729,60	1.816,42	2.059,45	2.367,28	
D1	2	665,13	984,50	57,79	137,17	376,21	681,02	1.649,63	1.707,42	1.786,80	2.025,84	2.330,65	
	1	645,76	983,39	56,67	128,72	363,89	665,92	1.629,15	1.685,82	1.757,87	1.993,04	2.295,07	
	4	609,21	982,28	55,55	120,94	189,97	636,31	1.591,49	1.647,04	1.712,43	1.781,46	2.227,80	
D1	3	591,47	981,17	54,43	117,00	182,97	622,47	1.572,64	1.627,07	1.689,64	1.755,61	2.195,11	
	2	574,24	980,06	53,31	113,19	176,21	609,04	1.554,30	1.607,61	1.667,49	1.730,51	2.163,34	
	1	557,51	978,95	52,19	109,50	175,58	596,02	1.536,46	1.588,65	1.645,96	1.712,04	2.132,48	

(*) 20 Horas - art. 130 da MP 431/2008

Os atuais docentes, ocupantes de cargos efetivos do Instituto Tecnológico da Aeronáutica e do Instituto Militar de Engenharia serão incluídos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos criado pela Lei nº 7.596, de 1987 observadas as normas legais e regulamentares pertinentes com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 1991 de acordo com 26 da Lei nº 8.270/91. (art. 18 da Lei 8.270/91 com redação dada pela MP nº 568, de 2012)

A partir de 01.07.2008 fica estruturado o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, composto por:

- Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, composta pelos cargos de provimento efetivo de nível superior de Professor do Ensino Básico Federal do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa. (inciso I do caput do art.122 da Lei 11.784/2008)

Para ingresso nos cargos integrantes do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal de que trata o art. 122 da Lei 11.784/2008, exigir-se-á habilitação específica obtida em licenciatura plena ou habilitação legal equivalente.

São transpostos - para a Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal de que trata o inciso I do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008 os atuais cargos de nível superior do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa, que integram a Carreira de Magistério de 1º e 2º Grau do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, observado o disposto no art. 126 da Lei 11.784/2008.

Os atuais cargos ocupados e vagos e os que vierem a vagar de Professor da Carreira de Magistério de 1º e 2º Grau de que trata o Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, pertencentes aos Quadros de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa, passam a denominar-se Professor do Ensino Básico Federal e a integrar a Carreira de que trata o inciso I do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008. (art. 126 da Lei 11.784/2008)

Enquadramento na Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal - cargos de que trata o art. 125 da Lei 11.784/2008 serão enquadrados nas respectivas Carreiras, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante dos Anexos LXXV e LXXXI da Lei 11.784/2008

O enquadramento de que trata o § 1º do art. 125 da Lei 11.784/2008 (para a Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal) dos servidores dos cargos de nível superior do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa, dar-se-á mediante opção irretroatável do servidor que poderá ocorrer até 15 de agosto de 2008, na forma do Termo de Opção, constante do Anexo LXXVI da Lei 11.784/2008.. (§ 2º do art. 125 da Lei nº 11.784/2008)

Os servidores titulares dos cargos de que tratam os incisos I do caput do art. 122 da Lei 11784/2008, em efetivo exercício em 22 de setembro de 2008, poderão ser enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata o inciso I do caput do art. 106 da Lei 11784/2008, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa nas Tabelas de Correlação, constantes do Anexo LXIX-A da Lei 11784/2008. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

Os cargos de provimento efetivo a que se refere o inciso I (I - Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, composta pelos cargos de provimento efetivo de nível superior de Professor do Ensino Básico Federal do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa) do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008 cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico permanecerão integrando o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa.

Os servidores titulares dos cargos de que trata inciso I (Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal, composta pelos cargos de provimento efetivo de nível superior de Professor do Ensino Básico Federal do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Defesa) do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, em efetivo exercício em 22 de setembro de 2008, deverão solicitar o enquadramento até 31 de julho de 2010, na forma do Termo de Solicitação de Enquadramento constante do Anexo LXX-A a esta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

VB - Vencimento Básico (valores VB Anexo LXXVII da MP 431/2008)

Os níveis de vencimento básico dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal são os constantes dos Anexos LXXVII da Lei 11.784/2008, produzindo efeitos financeiros a partir de 01.07.2008. (art. 34 da Lei nº 12.702 de 07.08.2012)

RT - Retribuição por Titulação - (valores da RT (Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado) - Anexo LXXIX da MP 431/2008)

GEDBF - Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico Federal

Os valores da GEDBF são constantes no Anexo LXXVIII da MP 431/2008.

A GEDBF será paga de acordo com os valores constantes do Anexo LXXVIII da Lei 11.784/2008 com efeitos financeiros a partir de 01.07.2008, não servirá de base de cálculo para quaisquer outras parcelas remuneratórias ou vantagens de qualquer natureza. (Redação dada pela MP nº 568/2012 art. 34)

Aposentado - § 1º do art. 135 da Lei nº 11.784/08 e § 1º art. 134 e art. 139 da MP 431/2008, a GEDBF integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Aplicam-se os efeitos decorrentes da estruturação do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, no que couber, aos servidores aposentados e aos pensionistas. (art. 139 da Lei 11.784/2008)

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 76.119 de 13.08.75

Lei nº 7.596 de 20.04.87

Portaria nº 474 de 26.08.87

Portaria nº 475 de 26.08.87

Decreto nº 94.664 de 23.07.87

Lei nº 8.270 de 17.12.1991

Lei nº 8.676 art. 4º de 13.07.93

Lei nº 9.192 de 21.12.95

Decreto nº 1.916 de 23.05.96

Lei nº 9.678 de 03.07.1998

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Decreto nº 2668 de 13.07.1998

Medida Provisória nº 2.020 de 24.03.2000

Medida Provisória nº 2.020-1 de 24.04.2000

Medida Provisória nº 2.020-2 de 25.05.2000

Medida Provisória nº 2.020-3 de 21.06.2000

Medida Provisória nº 2.051-4 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2.051-5 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.051-6 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2.051-7 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2.051-8 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2.051-9 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2.051-10 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2.125-11 de 27.12.2000

Medida Provisória nº 2.125-12 de 26.01.2001

Lei nº 10.187 de 12.02.2001 art. 8º

Lei nº 10.405 de 09.01.2002

Medida Provisória nº 52 de 04.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 208 de 20.08.2004

Lei nº 11.087 de 04.01.2005

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Lei nº 11.344 de 09.09.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008 SM

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 122

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 12

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

21. DOCENTE

Plano de Carreira e Cargo do Magistério do Ensino Básico Federal

Carreira do Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios - Dedicção Exclusiva (*)

Cargo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios

Posição: julho/2010

CLASSE	NÍVEL	VB	GEBEXT	RT - Retribuição por Titulação				ATIVO e APOSENTADO - TOTAL (em R\$)					
				Aperfeiçoamento	Especiliação	Mestrado	Doutorado	SEM RT	Aperfeiçoamento	Especiliação	Mestrado	Doutorado	
				A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+C)	I=(A+B+D)	J=(A+B+E)
D5	3	2.934,77	2.030,25			2.270,18	6.459,43					7.235,20	11.424,45
	2	2.849,30	2.029,62			2.132,06	6.210,73					7.010,98	11.089,65
	1	2.766,32	2.028,99			2.131,43	6.082,66					6.926,74	10.877,97
D4	S	2.758,26	2.028,36	435,34	794,01	2.130,80	5.916,93	4.786,62	5.221,96	5.580,63		6.917,42	10.703,55
D3	4	2.533,72	1.129,25	282,94	578,03	2.130,17	4.250,33	3.662,97	3.945,91	4.241,00		5.793,14	7.913,30
	3	2.459,91	1.118,89	274,64	545,78	2.044,92	4.136,10	3.578,80	3.853,44	4.124,58		5.623,72	7.714,90
	2	2.388,27	1.108,49	267,95	512,95	1.984,37	4.024,97	3.496,76	3.764,71	4.009,71		5.481,13	7.521,73
	1	2.318,71	1.098,08	261,45	483,55	1.924,68	3.916,88	3.416,79	3.678,24	3.900,34		5.341,47	7.333,67
D2	4	2.187,45	1.088,37	249,19	454,35	1.709,18	3.792,31	3.275,82	3.525,01	3.730,17		4.985,00	7.068,13
	3	2.123,75	1.077,87	243,23	442,37	1.672,92	3.722,46	3.201,62	3.444,85	3.643,99		4.874,54	6.924,08
	2	2.061,90	1.067,37	237,45	432,10	1.630,44	3.654,04	3.129,27	3.366,72	3.561,37		4.759,71	6.783,31
	1	2.001,86	1.056,83	231,84	422,12	1.592,90	3.587,08	3.058,69	3.290,53	3.480,81		4.651,59	6.645,77
D1	4	1.888,55	1.046,90	221,25	403,30	1.538,84	3.478,06	2.935,45	3.156,70	3.338,75		4.474,29	6.413,51
	3	1.833,56	1.036,30	216,12	394,16	1.508,99	3.415,06	2.869,86	3.085,98	3.264,02		4.378,85	6.284,92
	2	1.780,14	1.035,19	201,66	375,82	1.470,36	3.345,26	2.815,33	3.016,99	3.191,15		4.285,69	6.160,59
	1	1.728,28	1.034,08	187,32	357,72	1.432,34	3.344,15	2.762,36	2.949,68	3.120,08		4.194,70	6.106,51

(*) Dedicção Exclusiva - art. 130 da MP 431/2008

Os atuais docentes, ocupantes de cargos efetivos, dos extintos Territórios, inclusive os de Fernando de Noronha, serão incluídos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos criado pela Lei nº 7.596, de 1987 observadas as normas legais e regulamentares pertinentes. (art. 18 da Lei 8.270/91 com redação dada pela MP nº 568, de 2012)

O enquadramento dos docentes do extinto Território de Fernando de Noronha no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos criado pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2012. (art. 18-a da Lei 8.270/91 - incluído pela MP nº 568, de 2012)

A partir de 01.07.2008 fica estruturado o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, composto por:

- Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios, estes Cargos integram o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e serão extintos quando vagarem. (inciso II do caput do art.122 da Lei 11.784/2008)

Para ingresso nos cargos integrantes do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal de que trata o art. 122 da Lei 11.784/2008, exigir-se-á habilitação específica obtida em licenciatura plena ou habilitação legal equivalente.

São transpostos - para a Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios os atuais cargos oriundos dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Fernando de Noronha, vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que integram a Carreira de Magistério de 1º e 2º Graus do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, observado o disposto no art. 126. (Redação dada pela MP nº 568, de 2012)

Os atuais cargos ocupados de Professor da Carreira de Magistério de 1º e 2º Graus de que trata o Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, oriundos dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Fernando de Noronha, vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão passam a denominar-se Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios e a integrar a Carreira de que trata o inciso II do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, ressalvados os cargos referidos no § 6º do art. 125 da Lei 11.784/2008. (Redação dada pela MP nº 568, de 2012) -(art.127 da Lei 11.784/2008)

Enquadramento na Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal - cargos de que trata o art. 125 da Lei 11.784/2008 serão enquadrados nas respectivas Carreiras, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante dos Anexos LXXV e LXXXI da Lei 11.784/2008

O enquadramento de que trata o § 2º do art. 125 da Lei 11.784/2008 (para a Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios) dos servidores oriundos dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor que poderá ocorrer até 15 de agosto de 2008, na forma do Termo de Opção, constante do Anexo LXXXII da Lei nº 11.784/2008.. (§ 4º do art. 125 da Lei nº 11.784/2008)

O enquadramento de que trata o § 2º do art. 125 da Lei 11.784/2008 (para a Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios) dos servidores oriundos do extinto território de Fernando de Noronha vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor que poderá ocorrer até 31 de dezembro de 2012, na forma do Termo de Opção, constante do Anexo LXXXII da Lei nº 11.784/2008.. (art. 108-A da Lei nº 11.784/2008 - art. 34 da Lei nº 12.702 de 07.08.2012)

Os cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios (que trata o § 11 do art.108-A da Lei 11.784/2008) poderão, no interesse da Administração, ser transpostos para o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, ocasião na qual será feita a redistribuição desses cargos (Incluído pela Medida Provisória nº 479, de 2009).

Os cargos de provimento efetivo a que se refere o inciso II (II - Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios.) do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico:

I - passarão a integrar o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e II - serão extintos quando vagarem.

Os servidores titulares dos cargos de que tratam os incisos II do caput do art. 122 da Lei 11784/2008, em efetivo exercício em 22 de setembro de 2008, poderão ser enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata o inciso I do caput do art. 106 da Lei 11784/2008, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa nas Tabelas de Correlação, constantes do Anexo LXIX-A da Lei 11784/2008. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

Os servidores referidos no inciso II do art.125 da Lei nº 11.784/08 (Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios) poderão optar pela transposição para a carreira de que trata o inciso I do caput do art. 106 da Lei nº 11.784/08 (Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 4º do art. 108 Lei nº 11.784/08, considerado, para o fim dessa opção, o prazo de 90 (noventa) dias contado da data de publicação da Lei nº 11.784/08.

Os servidores titulares dos cargos de que trata inciso II (Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios) do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, em efetivo exercício em 22 de setembro de 2008, deverão solicitar o enquadramento até 31 de julho de 2010, na forma do Termo de Solicitação de Enquadramento constante do Anexo LXX-A a esta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

VB - Vencimento Básico (valores VB Anexo LXXXIII da MP 431/2008)

Os níveis de vencimento básico dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal são os constantes do Anexo LXXXIII Lei 11.784/2008, produzindo efeitos financeiros a partir de 01.07.2008, exceto para os docentes de ex-território de Fernando de Noronha que ocorrerá a partir de 01.01.2012 (Redação dada pela MP nº 568/2012)

RT - Retribuição por Titulação - (valores da RT (Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado) - Anexo LXXXV da MP 431/2008)

GEBEXT - Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico dos Ex-Territórios

Os valores da GEBEXT são constantes no Anexo LXXXIV da MP 431/2008.

A GEBEXT será paga de acordo com os valores constantes do Anexo LXXXIV da Lei 11.784/2008, com efeitos financeiros a partir de 01.07.2008, exceto para os docentes de ex-território de Fernando de Noronha que ocorrerá a partir de 01.01.2012, e não servirão de base de cálculo para quaisquer outras parcelas remuneratórias ou vantagens de qualquer natureza. (Redação dada pela MP nº 568/2012)

Aposentado - § 1º do art. 135 da Lei nº 11.784/08 e § 1º art. 134 e art. 139 da MP 431/2008, a GEBEXT integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Aplicam-se os efeitos decorrentes da estruturação do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, no que couber, aos servidores aposentados e aos pensionistas. (art. 139 da Lei 11.784/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 6.550 de 05.07.78

Lei nº 7.596 de 10.04.87

Lei nº 8.270 de 17.12.91

Lei nº 8.645 de 02.04.1993

Lei nº 8.659 de 27.05.1993

Lei nº 8.880 de 27.05.1994

Medida Provisória nº 2.225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Lei nº 11.344 de 08.09.2006

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2007

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 122

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 12

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

21. DOCENTE

Plano de Carreira e Cargo do Magistério do Ensino Básico Federal

Carreira do Magistério do Ensino Básico dos Ex-territórios - 40 Horas (*)

Cargo de Professor do Ensino Básico dos Ex-territórios

Posição: julho/2010

CLASSE	NÍVEL	VB	GEBEXT	RT - Retribuição por Titulação				ATIVO e APOSENTADO - TOTAL (em R\$)				
				Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	Sem RT	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
				A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+C)	I=(A+B+D)
D5	3	1.893,40	1.342,27			896,00	2.039,45				4.131,67	5.275,12
	2	1.838,26	1.341,64			895,37	2.009,58				4.075,27	5.189,48
	1	1.784,72	1.341,01			894,74	1.995,89				4.020,47	5.121,62
D4	S	1.779,52	1.340,38	168,81	452,29	894,11	1.995,26	3.119,90	3.288,71	3.572,19	4.014,01	5.115,16
D3	4	1.634,66	1.109,28	101,57	354,85	868,16	1.968,16	2.743,94	2.845,51	3.098,79	3.612,10	4.712,10
	3	1.587,04	1.101,72	99,34	340,30	830,84	1.900,84	2.688,76	2.788,10	3.029,06	3.519,60	4.589,60
	2	1.540,82	1.094,22	97,18	325,95	802,14	1.842,14	2.635,04	2.732,22	2.960,99	3.437,18	4.477,18
	1	1.495,94	1.021,95	95,09	311,94	771,21	1.782,11	2.517,89	2.612,98	2.829,83	3.289,10	4.300,00
D2	4	1.411,26	1.021,12	87,32	289,03	748,42	1.723,33	2.432,38	2.519,70	2.721,41	3.180,80	4.155,71
	3	1.370,16	1.020,29	81,08	255,36	734,16	1.697,21	2.390,45	2.471,53	2.645,81	3.124,61	4.087,66
	2	1.330,26	1.019,46	74,90	218,06	720,16	1.671,53	2.349,72	2.424,62	2.567,78	3.069,88	4.021,25
	1	1.291,52	1.018,63	68,75	168,02	706,37	1.646,32	2.310,15	2.378,90	2.478,17	3.016,52	3.956,47
D1	4	1.218,42	1.017,80	62,78	155,55	687,24	1.610,73	2.236,22	2.299,00	2.391,77	2.923,46	3.846,95
	3	1.182,94	1.016,97	58,14	148,73	675,48	1.589,54	2.199,91	2.258,05	2.348,64	2.875,39	3.789,45
	2	1.148,48	1.016,14	57,31	142,03	663,96	1.568,77	2.164,62	2.221,93	2.306,65	2.828,58	3.733,39
	1	1.115,02	1.015,31	56,48	135,45	652,64	1.548,41	2.130,33	2.186,81	2.265,78	2.782,97	3.678,74

(*) **40 Horas** - inciso II do art. 130 da Lei 11.784/2008

Os atuais docentes, ocupantes de cargos efetivos, dos extintos Territórios, inclusive os de Fernando de Noronha, serão incluídos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos criado pela Lei nº 7.596, de 1987 observadas as normas legais e regulamentares pertinentes. (art. 18 da Lei 8.270/91 com redação dada pela MP nº 568, de 2012)

O enquadramento dos docentes do extinto Território de Fernando de Noronha no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos criado pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2012. (art. 18-a da Lei 8.270/91 - incluído pela MP nº 568, de 2012)

A partir de 01.07.2008 fica estruturado o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, composto por:

- Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios, estes Cargos integram o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e serão extintos quando vagarem. (inciso II do caput do art.122 da Lei 11.784/2008)

Para ingresso nos cargos integrantes do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal de que trata o art. 122 da Lei 11.784/2008, exigir-se-á habilitação específica obtida em licenciatura plena ou habilitação legal equivalente.

São transpostos - para a Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios os atuais cargos oriundos dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Fernando de Noronha, vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que integram a Carreira de Magistério de 1º e 2º Grau do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, observado o disposto no art. 126. (Redação dada pela MP nº 568, de 2012)

Os atuais cargos ocupados de Professor da Carreira de Magistério de 1º e 2º Grau de que trata o Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, oriundos dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Fernando de Noronha, vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão passam a denominar-se Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios e a integrar a Carreira de que trata o inciso II do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, ressalvados os cargos referidos no § 6º do art. 125 da Lei 11.784/2008. (Redação dada pela MP nº 568, de 2012) -(art.127 da Lei 11.784/2008)

Enquadramento na Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal - cargos de que trata o art. 125 da Lei 11.784/2008 serão enquadrados nas respectivas Carreiras, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante dos Anexos LXXV e LXXXI da Lei 11.784/2008

O enquadramento de que trata o § 2º do art. 125 da Lei 11.784/2008 (para a Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios) dos servidores oriundos dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor que poderá ocorrer até 15 de agosto de 2008, na forma do Termo de Opção, constante do Anexo LXXXII da Lei nº 11.784/2008.. (§ 4º do art. 125 da Lei nº 11.784/2008)

O enquadramento de que trata o § 2º do art. 125 da Lei 11.784/2008 (para a Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios) dos servidores oriundos do extinto território de Fernando de Noronha vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor que poderá ocorrer até 31 de dezembro de 2012, na forma do Termo de Opção, constante do Anexo LXXXII da Lei nº 11.784/2008.. (art. 108-A da Lei nº 11.784/2008 - art. 34 da Lei nº 12.702 de 07.08.2012)

Os cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios (que trata o § 11 do art.108-A da Lei 11.784/2008) poderão, no interesse da Administração, ser transpostos para o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, ocasião na qual será feita a redistribuição desses cargos (Incluído pela Medida Provisória nº 479, de 2009).

Os cargos de provimento efetivo a que se refere o inciso II (II - Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios.) do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico:

I - passarão a integrar o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e II - serão extintos quando vagarem.

Os servidores titulares dos cargos de que tratam os incisos II do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, em efetivo exercício em 22 de setembro de 2008, poderão ser enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata o inciso I do caput do art. 106 da Lei 11.784/2008, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa nas Tabelas de Correlação, constantes do Anexo LXIX-A da Lei 11.784/2008. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

Os servidores referidos no inciso II do art.125 da Lei nº 11.784/08 (Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios) poderão optar pela transposição para a carreira de que trata o inciso I do caput do art. 106 da Lei nº 11.784/08 (Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 4º do art. 108 Lei nº 11.784/08, considerado, para o fim dessa opção, o prazo de 90 (noventa) dias contado da data de publicação da Lei nº 11.784/08.

Os servidores titulares dos cargos de que trata inciso II (Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios) do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, em efetivo exercício em 22 de setembro de 2008, deverão solicitar o enquadramento até 31 de julho de 2010, na forma do Termo de Solicitação de Enquadramento constante do Anexo LXX-A a esta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

VB - Vencimento Básico (valores VB Anexo LXXXIII da MP 431/2008)

Os níveis de vencimento básico dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal são os constantes do Anexo LXXXIII Lei 11.784/2008, produzindo efeitos financeiros a partir de 01.07.2008, exceto para os docentes de ex-território de Fernando de Noronha que ocorrerá a partir de 01.01.2012 (Redação dada pela MP nº 568/2012)

RT - Retribuição por Titulação - (valores da RT (Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado) - Anexo LXXXV da MP 431/2008)

GEBEXT - Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico dos Ex-Territórios
Os valores da GEBEXT são constantes no Anexo LXXXIV da MP 431/2008.

A GEBEXT será paga de acordo com os valores constantes do Anexo LXXXIV da Lei 11.784/2008, com efeitos financeiros a partir de 01.07.2008, exceto para os docentes de ex-território de Fernando de Noronha que ocorrerá a partir de 01.01.2012, e não servirão de base de cálculo para quaisquer outras parcelas remuneratórias ou vantagens de qualquer natureza. (Redação dada pela MP nº 568/2012)

Aposentado - § 1º do art. 135 da Lei nº 11.784/08 e § 1º art. 134 e art. 139 da MP 431/2008, a GEBEXT integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Aplicam-se os efeitos decorrentes da estruturação do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, no que couber, aos servidores aposentados e aos pensionistas. (art. 139 da Lei 11.784/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 6.550 de 05.07.78

Lei nº 7.596 de 10.04.87

Lei nº 8.270 de 17.12.91

Lei nº 8.645 de 02.04.1993

Lei nº 8.659 de 27.05.1993

Lei nº 8.880 de 27.05.1994

Medida Provisória nº 2.225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Lei nº 11.344 de 08.09.2006

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2007

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 122

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 12

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

21. DOCENTE

Plano de Carreira e Cargo do Magistério do Ensino Básico Federal
 Carreira do Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios - 20 Horas (*)
 Cargo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios

Posição: julho/2010

CLASSE	NÍVEL	VB	GEBEXT	RT - Retribuição por Titulação				ATIVO e APOSENTADO - TOTAL (em R\$)					
				Aperfeiçoamento	Especilização	Mestrado	Doutorado	SEM RT	Aperfeiçoamento	Especilização	Mestrado	Doutorado	
				A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+C)	I=(A+B+D)	J=(A+B+E)
D5	3	946,70	1.194,41			604,25	1.131,29					2.745,36	3.272,40
	2	919,13	1.193,78			554,88	1.041,27					2.667,79	3.154,18
	1	892,36	1.193,15			549,18	959,05					2.634,69	3.044,56
D4	S	889,76	1.192,52	160,78	340,42	549,03	934,30	2.082,28	2.243,06	2.422,70	2.631,31	3.016,58	
D3	4	817,33	1.075,16	155,56	195,24	464,64	849,91	1.892,49	2.048,05	2.087,73	2.357,13	2.742,40	
	3	793,52	1.067,60	148,48	185,87	450,53	826,91	1.861,12	2.009,60	2.046,99	2.311,65	2.688,03	
	2	770,41	1.060,10	141,46	176,65	436,71	804,44	1.830,51	1.971,97	2.007,16	2.267,22	2.634,95	
D2	1	747,97	987,83	69,67	167,59	423,15	782,50	1.735,80	1.805,47	1.903,39	2.158,95	2.518,30	
	4	705,63	986,72	60,03	154,43	401,56	712,61	1.692,35	1.752,38	1.846,78	2.093,91	2.404,96	
	3	685,08	985,61	58,91	145,73	388,76	696,59	1.670,69	1.729,60	1.816,42	2.059,45	2.367,28	
D1	2	665,13	984,50	57,79	137,17	376,21	681,02	1.649,63	1.707,42	1.786,80	2.025,84	2.330,65	
	1	645,76	983,39	56,67	128,72	363,89	665,92	1.629,15	1.685,82	1.757,87	1.993,04	2.295,07	
	4	609,21	982,28	55,55	120,94	189,97	636,31	1.591,49	1.647,04	1.712,43	1.781,46	2.227,80	
D1	3	591,47	981,17	54,43	117,00	182,97	622,47	1.572,64	1.627,07	1.689,64	1.755,61	2.195,11	
	2	574,24	980,06	53,31	113,19	176,21	609,04	1.554,30	1.607,61	1.667,49	1.730,51	2.163,34	
	1	557,51	978,95	52,19	109,50	175,58	596,02	1.536,46	1.588,65	1.645,96	1.712,04	2.132,48	

(*) 20 Horas - art. 130 da MP 431/2008

Os atuais docentes, ocupantes de cargos efetivos, dos extintos Territórios, inclusive os de Fernando de Noronha, serão incluídos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos criado pela Lei nº 7.596, de 1987 observadas as normas legais e regulamentares pertinentes. (art. 18 da Lei 8.270/91 com redação dada pela MP nº 568, de 2012)

O enquadramento dos docentes do extinto Território de Fernando de Noronha no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos criado pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, produzirá efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2012. (art. 18-a da Lei 8.270/91 - incluído pela MP nº 568, de 2012)

A partir de 01.07.2008 fica estruturado o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, composto por:

- Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios, estes Cargos integram o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e serão extintos quando vagarem. (inciso II do caput do art.122 da Lei 11.784/2008)

Para ingresso nos cargos integrantes do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal de que trata o art. 122 da Lei 11.784/2008, exigir-se-á habilitação específica obtida em licenciatura plena ou habilitação legal equivalente.

São transpostos - para a Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios os atuais cargos oriundos dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Fernando de Noronha, vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que integram a Carreira de Magistério de 1º e 2º Grau do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, observado o disposto no art. 126. (Redação dada pela MP nº 568, de 2012)

Os atuais cargos ocupados de Professor da Carreira de Magistério de 1º e 2º Grau de que trata o Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, oriundos dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Fernando de Noronha, vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão passam a denominar-se Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios e a integrar a Carreira de que trata o inciso II do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, ressalvados os cargos referidos no § 6º do art. 125 da Lei 11.784/2008. (Redação dada pela MP nº 568, de 2012) -(art.127 da Lei 11.784/2008)

Enquadramento na Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal - cargos de que trata o art. 125 da Lei 11.784/2008 serão enquadrados nas respectivas Carreiras, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante dos Anexos LXXV e LXXXI da Lei 11.784/2008

O enquadramento de que trata o § 2º do art. 125 da Lei 11.784/2008 (para a Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios) dos servidores oriundos dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor que poderá ocorrer até 15 de agosto de 2008, na forma do Termo de Opção, constante do Anexo LXXXII da Lei nº 11.784/2008.. (art. 108-A da Lei nº 11.784/2008 - art. 34 da Lei nº 11.784/2008)

O enquadramento de que trata o § 2º do art. 125 da Lei 11.784/2008 (para a Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios) dos servidores oriundos do extinto território de Fernando de Noronha vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor que poderá ocorrer até 31 de dezembro de 2012, na forma do Termo de Opção, constante do Anexo LXXXII da Lei nº 11.784/2008.. (art. 108-A da Lei nº 11.784/2008 - art. 34 da Lei nº 11.784/2008)

Os cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios (que trata o § 11 do art.108-A da Lei 11.784/2008) poderão, no interesse da Administração, ser transpostos para o Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, ocasião na qual será feita a redistribuição desses cargos (Incluído pela Medida Provisória nº 479, de 2009).

Os cargos de provimento efetivo a que se refere o inciso II (II - Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios.) do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, cujos ocupantes forem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico:

I - passarão a integrar o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e II - serão extintos quando vagarem.

Os servidores titulares dos cargos de que tratam os incisos II do caput do art. 122 da Lei 11784/2008, em efetivo exercício em 22 de setembro de 2008, poderão ser enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata o inciso I do caput do art. 106 da Lei 11784/2008, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa nas Tabelas de Correlação, constantes do Anexo LXIX-A da Lei 11784/2008. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

Os servidores referidos no inciso II do art.125 da Lei nº 11.784/08 (Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios) poderão optar pela transposição para a carreira de que trata o inciso I do caput do art. 106 da Lei nº 11.784/08 (Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 4º do art. 108 Lei nº 11.784/08, considerado, para o fim dessa opção, o prazo de 90 (noventa) dias contado da data de publicação da Lei nº 11.784/08.

Os servidores titulares dos cargos de que trata inciso II (Carreira de Magistério do Ensino Básico dos Ex-Territórios, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico dos Ex-Territórios) do caput do art. 122 da Lei 11.784/2008, em efetivo exercício em 22 de setembro de 2008, deverão solicitar o enquadramento até 31 de julho de 2010, na forma do Termo de Solicitação de Enquadramento constante do Anexo LXX-A a esta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

VB - Vencimento Básico (valores VB Anexo LXXXIII da MP 431/2008)

Os níveis de vencimento básico dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal são os constantes do Anexo LXXXIII Lei 11.784/2008, produzindo efeitos financeiros a partir de 01.07.2008, exceto para os docentes de ex-território de Fernando de Noronha que ocorrerá a partir de 01.01.2012 (Redação dada pela MP nº 568/2012)

RT - Retribuição por Titulação - (valores da RT (Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado) - Anexo LXXXV da MP 431/2008)

GEBEXT - Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico dos Ex-Territórios

Os valores da GEBEXT são constantes no Anexo LXXXIV da MP 431/2008.

A GEBEXT será paga de acordo com os valores constantes do Anexo LXXXIV da Lei 11.784/2008, com efeitos financeiros a partir de 01.07.2008, exceto para os docentes de ex-território de Fernando de Noronha que ocorrerá a partir de 01.01.2012, e não servirão de base de cálculo para quaisquer outras parcelas remuneratórias ou vantagens de qualquer natureza. (Redação dada pela MP nº 568/2012)

Aposentado - § 1º do art. 135 da Lei nº 11.784/08 e § 1º art. 134 e art. 139 da MP 431/2008, a GEBEXT integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Aplicam-se os efeitos decorrentes da estruturação do Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, no que couber, aos servidores aposentados e aos pensionistas. (art. 139 da Lei 11.784/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 6.550 de 05.07.78	Lei nº 10.697 de 02.07.2003	Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 122
Lei nº 7.596 de 10.04.87	Lei nº 10.698 de 02.07.2003	Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Lei nº 8.270 de 17.12.91	Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006	Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 12
Lei nº 8.645 de 02.04.1993	Lei nº 11.344 de 08.09.2006	Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Lei nº 8.659 de 27.05.1993	Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006	Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Lei nº 8.880 de 27.05.1994	Lei nº 11.357 de 19.10.2007	Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Medida Provisória nº 2.225-45 de 04.09.2001 art.8º	Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007	
Lei nº 10.331 de 18.12.2001	Lei nº 11.498 de 28.06.2007	
Lei nº 10.331 de 18.12.2001	Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008	

22. ENDEMIAS

Atividades de Combate e Controle de Endemias:

Cargo: Educador em Saúde

Nível Superior

CLASSE	PADRÃO	VB	GACEN 100% (*)	GDPST		ATIVO		GACEN 50% (* **)	GDPST 50 pts (* **)	APOSENTADO TOTAL (em R\$)
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)				
				(**)	(**)	80 pts. E=(A+B+C)	100 pts. F=(A+B+D)			
ESPECIAL	III	3.383,00	721,00	1.813,60	2.267,00	5.917,60	6.371,00	360,50	1.133,50	4.877,00
	II	3.290,86	721,00	1.778,40	2.223,00	5.790,26	6.234,86	360,50	1.111,50	4.762,86
	I	3.201,23	721,00	1.743,20	2.179,00	5.665,43	6.101,23	360,50	1.089,50	4.651,23
C	VI	3.107,99	721,00	1.712,00	2.140,00	5.540,99	5.968,99	360,50	1.070,00	4.538,49
	V	3.023,34	721,00	1.678,40	2.098,00	5.422,74	5.842,34	360,50	1.049,00	4.432,84
	IV	2.940,99	721,00	1.645,60	2.057,00	5.307,59	5.718,99	360,50	1.028,50	4.329,99
	III	2.860,89	721,00	1.613,60	2.017,00	5.195,49	5.598,89	360,50	1.008,50	4.229,89
	II	2.782,97	721,00	1.581,60	1.977,00	5.085,57	5.480,97	360,50	988,50	4.131,97
	I	2.707,17	721,00	1.550,40	1.938,00	4.978,57	5.366,17	360,50	969,00	4.036,67
B	VI	2.628,32	721,00	1.512,80	1.891,00	4.862,12	5.240,32	360,50	945,50	3.934,32
	V	2.556,73	721,00	1.483,20	1.854,00	4.760,93	5.131,73	360,50	927,00	3.844,23
	IV	2.487,09	721,00	1.454,40	1.818,00	4.662,49	5.026,09	360,50	909,00	3.756,59
	III	2.419,35	721,00	1.425,60	1.782,00	4.565,95	4.922,35	360,50	891,00	3.670,85
	II	2.353,45	721,00	1.397,60	1.747,00	4.472,05	4.821,45	360,50	873,50	3.587,45
	I	2.289,35	721,00	1.370,40	1.713,00	4.380,75	4.723,35	360,50	856,50	3.506,35
A	V	2.222,67	721,00	1.336,80	1.671,00	4.280,47	4.614,67	360,50	835,50	3.418,67
	IV	2.162,13	721,00	1.310,40	1.638,00	4.193,53	4.521,13	360,50	819,00	3.341,63
	III	2.103,24	721,00	1.284,80	1.606,00	4.109,04	4.430,24	360,50	803,00	3.266,74
	II	2.045,95	721,00	1.260,00	1.575,00	4.026,95	4.341,95	360,50	787,50	3.193,95
	I	1.990,22	721,00	1.235,20	1.544,00	3.946,42	4.255,22	360,50	772,00	3.122,72

VB - Vencimento Básico Anexo IV-A da Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXXVIII da Lei 11.784/2008)

GACEN - Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias

Fica instituída, a partir de 1º de março de 2008, a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN.

(*) GACEN - É devida aos titulares dos cargos públicos de que trata o art. 54 da Lei 11.784/2008, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas (art 54 da Lei 11.784/2008). Aplica-se a GACEN, de que trata o art. 54 da Lei nº 11.784/2008, aos servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ocupantes dos cargos referidos no art. 284 da Lei 11.907/2009 (art. 284 da Lei 11.907/2009) . A partir de 1º de janeiro de 2010, aplicar-se-á a GACEN aos titulares dos cargos efetivos do art. 284-A da Lei 11.907/2009 do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro de Pessoal da FUNASA, que, em caráter permanente, realizarem atividades de apoio e de transporte das equipes e dos insumos necessários para o combate e controle das endemias. (art. 8 da MP 479/2009)

(*) **O valor da GACEN** será de R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais) mensais. (§ 2º do art. 55 da Lei 11.784/2008)

Gacén será reajustada na mesma época e na mesma proporção da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

A GACEN não é devida aos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança (§ 7º do art. 55 da Lei 11.784/2008).

A GACEN substitui para todos os efeitos a vantagem de que trata o art. 16 da Lei no 8.216, de 13 de agosto de 1991. (§ 8º do art. 55 da Lei 11.784/2008).

GDPST- Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

(**) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

(**) A GDPST será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo IV-B da Lei nº 11.355/2006 (alteração dada art. 40 da MP 431/2008)

A pontuação referente à GDPST será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(***) Aposentado - GACEN § 3º do art. 55 da Lei 11.784/2008

(***) Aposentado GDPST § 6º do art. 5º-B da Lei nº 11.355/2006 (alteração dada pelo art. 40 da MP 431/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.483 de 03.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 1º ao art. 10º

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art.5º

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Lei nº 11.490 de 11.06.2007

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 53

Lei nº 11.784 de 22.09.2008 art. 53

Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.218

Lei nº 11.907 de 02.02.2009 art. 285

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 - art. 57 e art. 58

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

22. ENDEMIAS

Atividades de Combate e Controle de Endemias:

Cargo: Agente de Saúde

Cargo: Auxiliar de Saneamento

Cargo: Auxiliar de Transporte Marítimo e Fluvial

Cargo: Cartógrafo

Cargo: Condutor de Lancha

Cargo: Comandante de Navio

Cargo: Divulgador Sanitário

Cargo: Guarda de Endemias

Cargo: Inspetor de Saneamento

Cargo: Laboratorista

Cargo: Laboratorista Jornada 8 (oito) horas

Cargo: Mestre de Lancha

Cargo: Microscopista

Cargo: Técnico de Laboratório

Cargo: Visitador Sanitário

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GACEN	GDPST		ATIVO		GACEN	GDPST	APOSENTADO
			100%	80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50%	50 pts	TOTAL (em R\$)
			(*)	(**)		80 pts.	100 pts.	(***)	(***)	I=(A+G+H)
	A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H		
ESPECIAL	III	1.923,11	721,00	786,40	983,00	3.430,51	3.627,11	360,50	491,50	2.775,11
	II	1.904,07	721,00	774,40	968,00	3.399,47	3.593,07	360,50	484,00	2.748,57
	I	1.885,22	721,00	763,20	954,00	3.369,42	3.560,22	360,50	477,00	2.722,72
C	VI	1.857,36	721,00	748,00	935,00	3.326,36	3.513,36	360,50	467,50	2.685,36
	V	1.838,97	721,00	736,80	921,00	3.296,77	3.480,97	360,50	460,50	2.659,97
	IV	1.820,76	721,00	725,60	907,00	3.267,36	3.448,76	360,50	453,50	2.634,76
	III	1.802,73	721,00	715,20	894,00	3.238,93	3.417,73	360,50	447,00	2.610,23
	II	1.784,88	721,00	704,80	881,00	3.210,68	3.386,88	360,50	440,50	2.585,88
	I	1.767,21	721,00	694,40	868,00	3.182,61	3.356,21	360,50	434,00	2.561,71
B	VI	1.741,09	721,00	680,80	851,00	3.142,89	3.313,09	360,50	425,50	2.527,09
	V	1.723,85	721,00	670,40	838,00	3.115,25	3.282,85	360,50	419,00	2.503,35
	IV	1.706,78	721,00	660,80	826,00	3.088,58	3.253,78	360,50	413,00	2.480,28
	III	1.689,88	721,00	651,20	814,00	3.062,08	3.224,88	360,50	407,00	2.457,38
	II	1.673,15	721,00	641,60	802,00	3.035,75	3.196,15	360,50	401,00	2.434,65
	I	1.656,58	721,00	632,00	790,00	3.009,58	3.167,58	360,50	395,00	2.412,08
A	V	1.632,10	721,00	620,00	775,00	2.973,10	3.128,10	360,50	387,50	2.380,10
	IV	1.615,94	721,00	611,20	764,00	2.948,14	3.100,94	360,50	382,00	2.358,44
	III	1.599,94	721,00	602,40	753,00	2.923,34	3.073,94	360,50	376,50	2.336,94
	II	1.584,10	721,00	593,60	742,00	2.898,70	3.047,10	360,50	371,00	2.315,60
	I	1.568,42	721,00	588,00	735,00	2.877,42	3.024,42	360,50	367,50	2.296,42

VB - Vencimento Básico Anexo IV-A da Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXXVIII da Lei 11.784/2008)

GACEN - Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias

Fica instituída, a partir de 1º de março de 2008, a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN.

(*) GACEN - É devida aos titulares dos cargos públicos de que trata o art. 54 da Lei 11.784/2008, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas (art 54 da Lei 11.784/2008). Aplica-se a GACEN, de que trata o art. 54 da Lei nº 11.784/2008, aos servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ocupantes dos cargos referidos no art. 284 da Lei 11.907/2009 (art. 284 da Lei 11.907/2009) . A partir de 1º de janeiro de 2010, aplicar-se-á a GACEN aos titulares dos cargos efetivos do art. 284-A da Lei 11.907/2009 do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro de Pessoal da FUNASA, que, em caráter permanente, realizarem atividades de apoio e de transporte das equipes e dos insumos necessários para o combate e controle das endemias. (art. 8 da MP 479/2009)

(*) O valor da GACEN será de R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais) mensais. (§ 2º do art. 55 da Lei 11.784/2008)

Gacem será reajustada na mesma época e na mesma proporção da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

A GACEN não é devida aos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança (§ 7º do art. 55 da Lei 11.784/2008).

A GACEN substitui para todos os efeitos a vantagem de que trata o art. 16 da Lei no 8.216, de 13 de agosto de 1991. (§ 8º do art. 55 da Lei 11.784/2008).

GDPST- Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

(**) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

(**) A GDPST será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo IV-B da Lei nº 11.355/2006 (alteração dada art. 40 da MP 431/2008)

A pontuação referente à GDPST será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(***) Aposentado - GACEN § 3º do art. 55 da Lei 11.784/2008

(***) Aposentado GDPST § 6º do art. 5º-B da Lei nº 11.355/2006 (alteração dada pelo art. 40 da MP 431/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.483 de 03.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 1º ao art. 10º

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art.5º

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Lei nº 11.490 de 11.06.2007

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 53

Lei nº 11.784 de 22.09.2008 art. 53

Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.218

Lei nº 11.907 de 02.02.2009 art. 285

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 - art. 57 e art. 58

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

22. ENDEMIAS

Atividades de Combate e Controle de Endemias:

Cargo: Agente Auxiliar de Saúde Pública

Cargo: Agente de Saúde Pública

Cargo: Agente de Transporte Marítimo e Fluvial

Cargo: Artífice de Mecânica

Cargo: Auxiliar de Laboratório

Cargo: Auxiliar de Laboratório 8 (oito) horas

Cargo: Orientador em Saúde

Nível Auxiliar

											Posição: julho/2012
CLASSE	PADRÃO	VB	GEAAPST	GACEN	GDPST		ATIVO		GACEN	GDPST	APOSENTADO
				100% (*)	80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50% (***)	50 pts	TOTAL (em R\$)
		A	B	C	D	E	80 pts. F=(A+B+C+D)	100 pts. G=(A+B+C+E)	H	I	J=(A+B+H+I)
	III	1.159,57	713,27	721,00	153,60	192,00	2.747,44	2.785,84	360,50	96,00	2.329,34
ESPECIAL	II	1.158,47	649,88	721,00	148,80	186,00	2.678,15	2.715,35	360,50	93,00	2.261,85
	I	1.157,37	588,75	721,00	144,80	181,00	2.611,92	2.648,12	360,50	90,50	2.197,12

VB - Vencimento Básico Anexo IV-A da Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXXVIII da Lei 11.784/2008)

GEAAPST- Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Carreira da Previdência de Saúde e do Trabalho

GEAAPST- Valor estabelecido no Anexo IV-C da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 - MP 431/2008

GACEN - Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias

Fica instituída, a partir de 1º de março de 2008, a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN.

(*) GACEN - É devida aos titulares dos cargos públicos de que trata o art. 54 da Lei 11.784/2008, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas (art 54 da Lei 11.784/2008). Aplica-se a GACEN, de que trata o art. 54 da Lei nº 11.784/2008, aos servidores do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ocupantes dos cargos referidos no art. 284 da Lei 11.907/2009 (art. 284 da Lei 11.907/2009) . A partir de 1º de janeiro de 2010, aplicar-se-á a GACEN aos titulares dos cargos efetivos do art. 284-A da Lei 11.907/2009 do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro de Pessoal da FUNASA, que, em caráter permanente, realizarem atividades de apoio e de transporte das equipes e dos insumos necessários para o combate e controle das endemias. (art. 8 da MP 479/2009)

(*) O valor da **GACEN** será de R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais) mensais. (§ 2º do art. 55 da Lei 11.784/2008)

Gacem será reajustada na mesma época e na mesma proporção da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

A GACEN não é devida aos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança (§ 7º do art. 55 da Lei 11.784/2008).

A GACEN substitui para todos os efeitos a vantagem de que trata o art. 16 da Lei no 8.216, de 13 de agosto de 1991. (§ 8º do art. 55 da Lei 11.784/2008).

GDPST- Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

(**) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

(**) A GDPST será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo IV-B da Lei nº 11.355/2006 (alteração dada art. 40 da MP 431/2008)

A pontuação referente à GDPST será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(***) Aposentado - GACEN § 3º do art. 55 da Lei 11.784/2008

(***) Aposentado GDPST § 6º do art. 5º-B da Lei nº 11.355/2006 (alteração dada pelo art. 40 da MP 431/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.483 de 03.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 1º ao art. 10º

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art.5º

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Lei nº 11.490 de 11.06.2007

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 53

Lei nº 11.784 de 22.09.2008 art. 53

Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.218

Lei nº 11.907 de 02.02.2009 art. 285

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 - art. 57 e art. 58

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

23. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Carreira de Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Cargo: Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAFE			* RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDAFE	APOSENTADO			
			80 pts.	100 pts.	(*)	Espec.	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.			
									Sem RT	Espec.	Mestrado	Doutorado	Sem RT	Espec.	Mestrado	Doutorado	(**)	Sem RT	Espec.	Mestrado	Doutorado
			A	B					C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O
D	IV	7.201,00	2.353,60	2.942,00	1.548,00	2.927,00	3.961,00	9.554,60	11.102,60	12.481,60	13.515,60	10.143,00	11.691,00	13.070,00	14.104,00	1.471,00	8.672,00	10.220,00	11.599,00	12.633,00	
	III	6.994,66	2.286,40	2.858,00	1.504,00	2.843,00	3.847,00	9.281,06	10.785,06	12.124,06	13.128,06	9.852,66	11.356,66	12.695,66	13.699,66	1.429,00	8.423,66	9.927,66	11.266,66	12.270,66	
	II	6.794,23	2.220,80	2.776,00	1.461,00	2.762,00	3.737,00	9.015,03	10.476,03	11.777,03	12.752,03	9.570,23	11.031,23	12.332,23	13.307,23	1.388,00	8.182,23	9.643,23	10.944,23	11.919,23	
	I	6.599,54	2.156,80	2.696,00	1.419,00	2.683,00	3.630,00	8.756,34	10.175,34	11.439,34	12.386,34	9.295,54	10.714,54	11.978,54	12.925,54	1.348,00	7.947,54	9.366,54	10.630,54	11.577,54	
C	IV	6.187,73	2.061,60	2.577,00	1.378,00	2.606,00	3.526,00	8.249,33	9.627,33	10.855,33	11.775,33	8.764,73	10.142,73	11.370,73	12.290,73	1.288,50	7.476,23	8.854,23	10.082,23	11.002,23	
	III	6.007,50	2.011,20	2.514,00	1.339,00	2.531,00	3.425,00	8.018,70	9.357,70	10.549,70	11.443,70	8.521,50	9.860,50	11.052,50	11.946,50	1.257,00	7.264,50	8.603,50	9.795,50	10.689,50	
	II	5.832,53	1.962,40	2.453,00	1.300,00	2.459,00	3.327,00	7.794,93	9.094,93	10.253,93	11.121,93	8.285,53	9.585,53	10.744,53	11.612,53	1.226,50	7.059,03	8.359,03	9.518,03	10.386,03	
	I	5.662,65	1.914,40	2.393,00	1.263,00	2.388,00	3.231,00	7.577,05	8.840,05	9.965,05	10.808,05	8.055,65	9.318,65	10.443,65	11.286,65	1.196,50	6.859,15	8.122,15	9.247,15	10.090,15	
B	V	5.317,04	1.806,40	2.258,00	1.227,00	2.320,00	3.139,00	7.123,44	8.350,44	9.443,44	10.262,44	7.575,04	8.802,04	9.895,04	10.714,04	1.129,00	6.446,04	7.673,04	8.766,04	9.585,04	
	IV	5.162,18	1.762,40	2.203,00	1.192,00	2.253,00	3.049,00	6.924,58	8.116,58	9.177,58	9.973,58	7.365,18	8.557,18	9.618,18	10.414,18	1.101,50	6.263,68	7.455,68	8.516,68	9.312,68	
	III	5.011,82	1.719,20	2.149,00	1.158,00	2.189,00	2.961,00	6.731,02	7.889,02	8.920,02	9.692,02	7.160,82	8.318,82	9.349,82	10.121,82	1.074,50	6.086,32	7.244,32	8.275,32	9.047,32	
	II	4.865,85	1.677,60	2.097,00	1.124,00	2.126,00	2.877,00	6.543,45	7.667,45	8.669,45	9.420,45	6.962,85	8.086,85	9.088,85	9.839,85	1.048,50	5.914,35	7.038,35	8.040,35	8.791,35	
A	I	4.724,12	1.636,80	2.046,00	1.092,00	2.065,00	2.794,00	6.360,92	7.452,92	8.425,92	9.154,92	6.770,12	7.862,12	8.835,12	9.564,12	1.023,00	5.747,12	6.839,12	7.812,12	8.541,12	
	V	4.435,80	1.559,20	1.949,00	1.061,00	2.006,00	2.714,00	5.995,00	7.056,00	8.001,00	8.709,00	6.384,80	7.445,80	8.390,80	9.098,80	974,50	5.410,30	6.471,30	7.416,30	8.124,30	
	IV	4.306,60	1.522,40	1.903,00	1.031,00	1.948,00	2.636,00	5.829,00	6.860,00	7.777,00	8.465,00	6.209,60	7.240,60	8.157,60	8.845,60	951,50	5.258,10	6.289,10	7.206,10	7.894,10	
	III	4.181,16	1.486,40	1.858,00	1.001,00	1.893,00	2.561,00	5.667,56	6.668,56	7.560,56	8.228,56	6.039,16	7.040,16	7.932,16	8.600,16	929,00	5.110,16	6.111,16	7.003,16	7.671,16	
I	II	4.059,38	1.451,20	1.814,00	972,00	1.838,00	2.487,00	5.510,58	6.482,58	7.348,58	7.997,58	5.873,38	6.845,38	7.711,38	8.360,38	907,00	4.966,38	5.938,38	6.804,38	7.453,38	
	I	3.941,15	1.416,80	1.771,00	944,00	1.786,00	2.416,00	5.357,95	6.301,95	7.143,95	7.773,95	5.712,15	6.656,15	7.498,15	8.128,15	885,50	4.826,65	5.770,65	6.612,65	7.242,65	

Fica estruturada, para exercício exclusivo no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, a Carreira de Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais, composta de cargos de Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais, de nível superior, com atribuições voltadas às atividades de elaboração de normas, procedimentos e critérios de captação de recursos e assistência financeira a Estados, Distrito Federal e Municípios, estabelecimentos de ensino e entidades particulares; descentralização de recursos educacionais; financiamento de programas e projetos educacionais; coordenação, acompanhamento e controle da execução de programas e projetos financiados com recursos do FNDE; análise de desempenho institucional e de resultados dos programas e projetos financiados com recursos alocados no orçamento do FNDE; e execução direta e indireta de programas educacionais (art. 40 da Lei nº 11.357/2006)

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

VB - Vencimento Básico - Anexo XVI-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LIV da MP 441/2008)

CLASSE DE CAPACITAÇÃO - Anexo XVI-D da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LVII da MP 441/2008)

GDAFE - Gratificação de Desempenho de Atividades de Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais.

Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades de Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais - GDAFE devida aos ocupantes dos cargos das Carreiras referidas nos incisos I e II do caput do art. 40 da Lei nº 11.357/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no FNDE.(art.48 da Lei nº 11.357/2006 e art. 79 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDAFE será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-B da Lei nº 11.357/06

A pontuação referente à GDAFE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAFE no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que sejam publicados os atos a que se refere o art. 48-D e 48-E da Lei nº 11.357/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAFE deverão percebê-la em valor correspondente a oitenta pontos

* RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou de especialização (Espec), conforme Anexo XX-D da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

(**) **Aposentado:** GDAFE - art. 48-M da Lei nº 11.357/06

(**) Aposentado - RT - a RT somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão (art. 49-A da Lei nº 11.357/06)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 37 e art. 80

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 79

23. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Carreira de Suporte Técnico ao Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Cargo: Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAFE		* GQ - Gratificação de Qualificação	ATIVO		ATIVO		GDAFE	APOSENTADO	
			80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$) - 80 pts.		TOTAL (em R\$) - 100 pts.		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.	
			(*)			Sem GQ	Com GQ	Sem GQ	Com GQ	(**)	Sem GQ	Com GQ
		A	B	C	D	E=(A+B)	F=(A+B+D)	G=(A+C)	H=(A+C+D)	I	J=(A+I)	K=(A+D+I)
D	IV	3.005,19	1.088,00	1.360,00	646,00	4.093,19	4.739,19	4.365,19	5.011,19	680,00	3.685,19	4.331,19
	III	2.975,44	1.060,80	1.326,00	632,00	4.036,24	4.668,24	4.301,44	4.933,44	663,00	3.638,44	4.270,44
	II	2.945,98	1.035,20	1.294,00	618,00	3.981,18	4.599,18	4.239,98	4.857,98	647,00	3.592,98	4.210,98
	I	2.916,81	1.009,60	1.262,00	605,00	3.926,41	4.531,41	4.178,81	4.783,81	631,00	3.547,81	4.152,81
C	IV	2.887,93	972,00	1.215,00	592,00	3.859,93	4.451,93	4.102,93	4.694,93	607,50	3.495,43	4.087,43
	III	2.859,34	942,40	1.178,00	579,00	3.801,74	4.380,74	4.037,34	4.616,34	589,00	3.448,34	4.027,34
	II	2.831,03	915,20	1.144,00	567,00	3.746,23	4.313,23	3.975,03	4.542,03	572,00	3.403,03	3.970,03
	I	2.803,00	888,80	1.111,00	555,00	3.691,80	4.246,80	3.914,00	4.469,00	555,50	3.358,50	3.913,50
B	V	2.775,25	815,20	1.019,00	543,00	3.590,45	4.133,45	3.794,25	4.337,25	509,50	3.284,75	3.827,75
	IV	2.747,77	784,00	980,00	531,00	3.531,77	4.062,77	3.727,77	4.258,77	490,00	3.237,77	3.768,77
	III	2.720,56	753,60	942,00	520,00	3.474,16	3.994,16	3.662,56	4.182,56	471,00	3.191,56	3.711,56
	II	2.693,62	724,80	906,00	509,00	3.418,42	3.927,42	3.599,62	4.108,62	453,00	3.146,62	3.655,62
	I	2.590,02	696,80	871,00	498,00	3.286,82	3.784,82	3.461,02	3.959,02	435,50	3.025,52	3.523,52
A	V	2.490,40	639,20	799,00	487,00	3.129,60	3.616,60	3.289,40	3.776,40	399,50	2.889,90	3.376,90
	IV	2.394,62	613,60	767,00	477,00	3.008,22	3.485,22	3.161,62	3.638,62	383,50	2.778,12	3.255,12
	III	2.302,52	588,80	736,00	467,00	2.891,32	3.358,32	3.038,52	3.505,52	368,00	2.670,52	3.137,52
	II	2.213,96	564,80	706,00	457,00	2.778,76	3.235,76	2.919,96	3.376,96	353,00	2.566,96	3.023,96
	I	2.128,81	542,40	678,00	447,00	2.671,21	3.118,21	2.806,81	3.253,81	339,00	2.467,81	2.914,81

Fica estruturada, para exercício exclusivo no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, a Carreira de Suporte Técnico ao Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais, composta de cargos de Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais, de nível intermediário, com atribuições voltadas ao suporte e ao apoio técnico especializado às atividades de elaboração de normas, procedimentos e critérios de captação de recursos e assistência financeira a Estados, Distrito Federal e Municípios, estabelecimentos de ensino e entidades particulares; descentralização de recursos educacionais; financiamento de programas e projetos educacionais; coordenação, acompanhamento e controle da execução de programas e projetos financiados com recursos do FNDE; análise de desempenho institucional e de resultados dos programas e projetos financiados com recursos alocados no orçamento do FNDE; e execução direta e indireta de programas educacionais (art. 40 da Lei 11.357/2006)

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades de Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais - GDAFE devida aos ocupantes dos cargos das Carreiras referidas nos incisos I e II do caput do art. 40 da Lei nº 11.357/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no FNDE..(art.48 da Lei nº 11.357/2006 e art. 79 da Lei nº 12.702/2012)

VB - Vencimento Básico - Anexo XVI-B da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006) (Anexo LV da MP 441/2008)

CLASSE DE CAPACITAÇÃO - Anexo XVI-D da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LVII da MP 441/2008)

GDAFE - Gratificação de Desempenho de Atividades de Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais.

(*) A GDAFE será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-B da Lei nº 11.357/06
A pontuação referente à GDAFE será assim distribuída:

- I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
- II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAFE no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que sejam publicados os atos a que se refere o art. 48-D e 48-E da Lei nº 11.357/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAFE deverão percebê-la em valor correspondente a oitenta pontos

* **GQ - Gratificação de Qualificação** - Anexo XX-C da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LXV da MP 441/08)

(**) **Aposentado:** GDAFE - art. 48-M da Lei nº 11.357/06

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.490 de 20 de junho de 2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.37 e 38

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 79

23. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Plano Especial de Cargos do FNDE

Cargos: Nível Superior

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDPFNDE			* RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDPFNDE	APOSENTADO				
			80 pts.		100 pts.	Espec	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.				
			(*)						Sem RT	Espec.	Mestrado	Doutorado	Sem RT	Espec.	Mestrado	Doutorado	(**)	Sem RT	Espec.	Mestrado	Doutorado	
A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)				
D	IV	6.001,00	2.551,20	3.189,00	1.548,00	2.927,00	3.961,00	8.552,20	10.100,20	11.479,20	12.513,20	9.190,00	10.738,00	12.117,00	13.151,00	1.594,50	7.595,50	9.143,50	10.522,50	11.556,50		
	III	5.821,69	2.488,80	3.111,00	1.504,00	2.843,00	3.847,00	8.310,49	9.814,49	11.153,49	12.157,49	8.932,69	10.436,69	11.775,69	12.779,69	1.555,50	7.377,19	8.881,19	10.220,19	11.224,19		
	II	5.647,74	2.428,00	3.035,00	1.461,00	2.762,00	3.737,00	8.075,74	9.536,74	10.837,74	11.812,74	8.682,74	10.143,74	11.444,74	12.419,74	1.517,50	7.165,24	8.626,24	9.927,24	10.902,24		
	I	5.478,99	2.368,80	2.961,00	1.419,00	2.683,00	3.630,00	7.847,79	9.266,79	10.530,79	11.477,79	8.439,99	9.858,99	11.122,99	12.069,99	1.480,50	6.959,49	8.378,49	9.642,49	10.589,49		
C	IV	5.315,28	2.245,60	2.807,00	1.378,00	2.606,00	3.526,00	7.560,88	8.938,88	10.166,88	11.086,88	8.122,28	9.500,28	10.728,28	11.648,28	1.403,50	6.718,78	8.096,78	9.324,78	10.244,78		
	III	5.156,46	2.159,20	2.699,00	1.339,00	2.531,00	3.425,00	7.315,66	8.654,66	9.846,66	10.740,66	7.855,46	9.194,46	10.386,46	11.280,46	1.349,50	6.505,96	7.844,96	9.036,96	9.930,96		
	II	5.002,39	2.076,00	2.595,00	1.300,00	2.459,00	3.327,00	7.078,39	8.378,39	9.537,39	10.405,39	7.597,39	8.897,39	10.056,39	10.924,39	1.297,50	6.299,89	7.599,89	8.758,89	9.626,89		
	I	4.852,92	1.996,00	2.495,00	1.263,00	2.388,00	3.231,00	6.848,92	8.111,92	9.236,92	10.079,92	7.347,92	8.610,92	9.735,92	10.578,92	1.247,50	6.100,42	7.363,42	8.488,42	9.331,42		
B	V	4.707,92	1.848,00	2.310,00	1.227,00	2.320,00	3.139,00	6.555,92	7.782,92	8.875,92	9.694,92	7.017,92	8.244,92	9.337,92	10.156,92	1.155,00	5.862,92	7.089,92	8.182,92	9.001,92		
	IV	4.567,25	1.776,80	2.221,00	1.192,00	2.253,00	3.049,00	6.344,05	7.536,05	8.597,05	9.393,05	6.788,25	7.980,25	9.041,25	9.837,25	1.110,50	5.677,75	6.869,75	7.930,75	8.726,75		
	III	4.430,78	1.708,80	2.136,00	1.158,00	2.189,00	2.961,00	6.139,58	7.297,58	8.328,58	9.100,58	6.566,78	7.724,78	8.755,78	9.527,78	1.068,00	5.498,78	6.656,78	7.687,78	8.459,78		
	II	4.298,39	1.643,20	2.054,00	1.124,00	2.126,00	2.877,00	5.941,59	7.065,59	8.067,59	8.818,59	6.352,39	7.476,39	8.478,39	9.229,39	1.027,00	5.325,39	6.449,39	7.451,39	8.202,39		
	I	4.169,96	1.580,00	1.975,00	1.092,00	2.065,00	2.794,00	5.749,96	6.841,96	7.814,96	8.543,96	6.144,96	7.236,96	8.209,96	8.938,96	987,50	5.157,46	6.249,46	7.222,46	7.951,46		
A	V	4.045,36	1.463,20	1.829,00	1.061,00	2.006,00	2.714,00	5.508,56	6.569,56	7.514,56	8.222,56	5.874,36	6.935,36	7.880,36	8.588,36	914,50	4.959,86	6.020,86	6.965,86	7.673,86		
	IV	3.924,49	1.407,20	1.759,00	1.031,00	1.948,00	2.636,00	5.331,69	6.362,69	7.279,69	7.967,69	5.683,49	6.714,49	7.631,49	8.319,49	879,50	4.803,99	5.834,99	6.751,99	7.439,99		
	III	3.807,23	1.352,80	1.691,00	1.001,00	1.893,00	2.561,00	5.160,03	6.161,03	7.053,03	7.721,03	5.498,23	6.499,23	7.391,23	8.059,23	845,50	4.652,73	5.653,73	6.545,73	7.213,73		
	II	3.693,47	1.300,80	1.626,00	972,00	1.838,00	2.487,00	4.994,27	5.966,27	6.832,27	7.481,27	5.319,47	6.291,47	7.157,47	7.806,47	813,00	4.506,47	5.478,47	6.344,47	6.993,47		
	I	3.583,11	1.250,40	1.563,00	944,00	1.786,00	2.416,00	4.833,51	5.777,51	6.619,51	7.249,51	5.146,11	6.090,11	6.932,11	7.562,11	781,50	4.364,61	5.308,61	6.150,61	6.780,61		

Fica estruturado, a partir de 1º de outubro de 2006, o Plano Especial de Cargos do FNDE - PECFNDE, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correl

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

VB - Vencimento Básico - Anexo XVIII-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LVIII da MP 441/2008)

CLASSE DE CAPACITAÇÃO - Anexo XVI-D da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LVII da MP 441/2008)

GDPFNDE - Gratificação de Desempenho de Atividade do Plano Especial de Cargos do FNDE

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade do Plano Especial de Cargos do FNDE - GDPFNDE, devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes do Plano Especial de Cargos do FNDE, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no FNDE, a ser paga observando-se o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/2006.(art. 48-A da Lei nº 11.357/2006 e art. 79 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDPFNDE será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/06

A pontuação referente à GDPFNDE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem dire

Até que sejam publicados os atos a que se refere o art. 48-D e 48-E da Lei nº 11.357/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDPFNDE deverão perce

* **RT** - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou de especialização (Espec), conforme Anexo XX-D da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

(**) **Aposentado**: GDPFNDE - art. 48-M da Lei nº 11.357/06

(**) **Aposentado** - RT - a RT somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão (art. 49-A da Lei

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 art. 4º de 13.07.93

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.37 , art.38 e art. 80

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 79

23. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Plano Especial de Cargos do FNDE

Cargos: Nível Intermediário

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDPFNDE		* GQ - Gratificação de Qualificação	ATIVO		ATIVO		GDPFNDE	APOSENTADO	
			80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$) - 80 pts.		TOTAL (em R\$) - 100 pts.		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.	
			(*)			Sem GQ	Com GQ	Sem GQ	Com GQ	(**)	Sem GQ	Com GQ
		A	B	C	D	E=(A+B)	F=(A+B+D)	G=(A+C)	H=(A+C+D)	I	J=(A+I)	K=(A+D+I)
D	IV	2.650,00	1.372,00	1.715,00	646,00	4.022,00	4.668,00	4.365,00	5.011,00	857,50	3.507,50	4.153,50
	III	2.585,87	1.370,40	1.713,00	632,00	3.956,27	4.588,27	4.298,87	4.930,87	856,50	3.442,37	4.074,37
	II	2.523,29	1.368,80	1.711,00	618,00	3.892,09	4.510,09	4.234,29	4.852,29	855,50	3.378,79	3.996,79
	I	2.462,23	1.367,20	1.709,00	605,00	3.829,43	4.434,43	4.171,23	4.776,23	854,50	3.316,73	3.921,73
C	IV	2.402,64	1.360,00	1.700,00	592,00	3.762,64	4.354,64	4.102,64	4.694,64	850,00	3.252,64	3.844,64
	III	2.344,50	1.320,00	1.650,00	579,00	3.664,50	4.243,50	3.994,50	4.573,50	825,00	3.169,50	3.748,50
	II	2.287,76	1.281,60	1.602,00	567,00	3.569,36	4.136,36	3.889,76	4.456,76	801,00	3.088,76	3.655,76
	I	2.232,40	1.244,00	1.555,00	555,00	3.476,40	4.031,40	3.787,40	4.342,40	777,50	3.009,90	3.564,90
B	V	2.178,38	1.173,60	1.467,00	543,00	3.351,98	3.894,98	3.645,38	4.188,38	733,50	2.911,88	3.454,88
	IV	2.125,66	1.128,80	1.411,00	531,00	3.254,46	3.785,46	3.536,66	4.067,66	705,50	2.831,16	3.362,16
	III	2.074,22	1.085,60	1.357,00	520,00	3.159,82	3.679,82	3.431,22	3.951,22	678,50	2.752,72	3.272,72
	II	2.024,02	1.044,00	1.305,00	509,00	3.068,02	3.577,02	3.329,02	3.838,02	652,50	2.676,52	3.185,52
	I	1.975,04	1.004,00	1.255,00	498,00	2.979,04	3.477,04	3.230,04	3.728,04	627,50	2.602,54	3.100,54
A	V	1.927,24	929,60	1.162,00	487,00	2.856,84	3.343,84	3.089,24	3.576,24	581,00	2.508,24	2.995,24
	IV	1.880,60	893,60	1.117,00	477,00	2.774,20	3.251,20	2.997,60	3.474,60	558,50	2.439,10	2.916,10
	III	1.835,09	859,20	1.074,00	467,00	2.694,29	3.161,29	2.909,09	3.376,09	537,00	2.372,09	2.839,09
	II	1.790,68	826,40	1.033,00	457,00	2.617,08	3.074,08	2.823,68	3.280,68	516,50	2.307,18	2.764,18
	I	1.747,35	794,40	993,00	447,00	2.541,75	2.988,75	2.740,35	3.187,35	496,50	2.243,85	2.690,85

Fica estruturado, a partir de 1º de outubro de 2006, o Plano Especial de Cargos do FNDE - PECFNDE, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correl

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

VB - Vencimento Básico - Anexo XVIII-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LVIII da MP 441/2008)

CLASSE DE CAPACITAÇÃO - Anexo XVI-D da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LVII da MP 441/2008)

GDPFNDE - Gratificação de Desempenho de Atividade do Plano Especial de Cargos do FNDE

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade do Plano Especial de Cargos do FNDE - GDPFNDE, devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes do Plano Especial de Cargos do FNDE, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no FNDE, a ser paga observando-se o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/2006..(art. 48-A da Lei nº 11.357/2006 e art. 79 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDPFNDE será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/06

A pontuação referente à GDPFNDE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem dire

Até que sejam publicados os atos a que se refere o art. 48-D e 48-E da Lei nº 11.357/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDPFNDE deverão percebê-la em valor correspondente a oitenta pontos.

* **GQ** - Gratificação de Qualificação - Anexo XX-C da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LXV da MP 441/08)

(**) **Aposentado**: GDPFNDE - art. 48-M da Lei nº 11.357/06

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 de 13.07.93 art. 4º

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

15

Lei nº 11.490 de 20 de junho de 2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.37 , art.38 e art. 80

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 79

23. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Plano Especial de Cargos do FNDE

Cargo: Nível Auxiliar

Nível Auxiliar

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDPFNDE		ATIVO		GDPFNDE	APOSENTADO	
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.	
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)		
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
	III	1.288,80	469,60	587,00	1.758,40	1.875,80	293,50	1.582,30	
ESPECIAL	III	1.251,87	456,00	570,00	1.707,87	1.821,87	285,00	1.536,87	
	III	1.216,00	443,20	554,00	1.659,20	1.770,00	277,00	1.493,00	

Fica estruturado, a partir de 1o de outubro de 2006, o Plano Especial de Cargos do FNDE - PECFNDE, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do FNDE, nele lotados em 31 de dezembro de 2005 ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 31 de dezembro de 2005. (art.42 da Lei 11.357/2006)

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

VB - Vencimento Básico - Anexo XVIII-C da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LX da MP 441/2008)

GDPFNDE - Gratificação de Desempenho de Atividade do Plano Especial de Cargos do FNDE

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade do Plano Especial de Cargos do FNDE - GDPFNDE, devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes do Plano Especial de Cargos do FNDE, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no FNDE, a ser paga observando-se o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/2006.

(*) A GDPFNDE será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XX-A da Lei nº 11.357/06

A pontuação referente à GDPFNDE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDPFNDE no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que sejam publicados os atos a que se refere o art. 48-D e 48-E da Lei nº 11.357/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDPFNDE deverão percebê-la em valor correspondente a oitenta pontos.

(**) **Aposentado:** GDPFNDE - art. 48-M da Lei nº 11.357/06

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 de 13.07.93 art. 4º

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.490 de 20 de junho de 2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.37

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 79

24. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Médico do Quadro de Pessoal da FUNAI, de que trata a Lei no 11.907, de 2 de fevereiro de 2009

Cargo: Médico

Cargo: Médico Veterinário

Jornada de Trabalho de Médico é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB 20h (*)	GDM-FUNAI		GAPIN	ATIVO		GDM-FUNAI 50 pts. (****)	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts.
			80 pts. (**)	100 pts. (***)		TOTAL (em R\$)			
						80 pts. E=(A+B+D)	100 pts. F=(A+C+D)		
		A	B	C	D			G	H=(A+D+G)
ESPECIAL	III	3.383,00	2.566,40	3.208,00	942,00	6.891,40	7.533,00	1.604,00	5.929,00
	II	3.290,86	2.512,80	3.141,00	931,00	6.734,66	7.362,86	1.570,50	5.792,36
	I	3.201,23	2.484,00	3.105,00	920,00	6.605,23	7.226,23	1.552,50	5.673,73
C	VI	3.107,99	2.355,20	2.944,00	902,00	6.365,19	6.953,99	1.472,00	5.481,99
	V	3.023,34	2.328,00	2.910,00	892,00	6.243,34	6.825,34	1.455,00	5.370,34
	IV	2.940,99	2.300,80	2.876,00	881,00	6.122,79	6.697,99	1.438,00	5.259,99
	III	2.860,89	2.272,80	2.841,00	871,00	6.004,69	6.572,89	1.420,50	5.152,39
	II	2.782,97	2.246,40	2.808,00	860,00	5.889,37	6.450,97	1.404,00	5.046,97
	I	2.707,17	2.219,20	2.774,00	850,00	5.776,37	6.331,17	1.387,00	4.944,17
B	VI	2.628,32	2.124,00	2.655,00	834,00	5.586,32	6.117,32	1.327,50	4.789,82
	V	2.556,73	2.099,20	2.624,00	824,00	5.479,93	6.004,73	1.312,00	4.692,73
	IV	2.487,09	2.074,40	2.593,00	814,00	5.375,49	5.894,09	1.296,50	4.597,59
	III	2.419,35	2.049,60	2.562,00	804,00	5.272,95	5.785,35	1.281,00	4.504,35
	II	2.353,45	2.024,00	2.530,00	795,00	5.172,45	5.678,45	1.265,00	4.413,45
A	I	2.289,35	1.999,20	2.499,00	785,00	5.073,55	5.573,35	1.249,50	4.323,85
	V	2.222,67	1.914,40	2.393,00	770,00	4.907,07	5.385,67	1.196,50	4.189,17
	IV	2.162,13	1.891,20	2.364,00	761,00	4.814,33	5.287,13	1.182,00	4.105,13
	III	2.103,24	1.868,80	2.336,00	752,00	4.724,04	5.191,24	1.168,00	4.023,24
	II	2.045,95	1.845,60	2.307,00	743,00	4.634,55	5.095,95	1.153,50	3.942,45
I	1.990,22	1.820,80	2.276,00	734,00	4.545,02	5.000,22	1.138,00	3.862,22	

Nível Superior - 40 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB 40h (*)	GDM-FUNAI		GAPIN	ATIVO		GDM-FUNAI 50 pts. (****)	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts.
			80 pts. (**)	100 pts. (***)		TOTAL (em R\$)			
						80 pts. E=(A+B+D)	100 pts. F=(A+C+D)		
		A	B	C	D			G	H=(A+D+G)
ESPECIAL	III	6.766,00	2.566,40	3.208,00	942,00	10.274,40	10.916,00	1.604,00	9.312,00
	II	6.581,72	2.512,80	3.141,00	931,00	10.025,52	10.653,72	1.570,50	9.083,22
	I	6.402,46	2.484,00	3.105,00	920,00	9.806,46	10.427,46	1.552,50	8.874,96
C	VI	6.215,98	2.355,20	2.944,00	902,00	9.473,18	10.061,98	1.472,00	8.589,98
	V	6.046,68	2.328,00	2.910,00	892,00	9.266,68	9.848,68	1.455,00	8.393,68
	IV	5.881,98	2.300,80	2.876,00	881,00	9.063,78	9.638,98	1.438,00	8.200,98
	III	5.721,78	2.272,80	2.841,00	871,00	8.865,58	9.433,78	1.420,50	8.013,28
	II	5.565,94	2.246,40	2.808,00	860,00	8.672,34	9.233,94	1.404,00	7.829,94
	I	5.414,34	2.219,20	2.774,00	850,00	8.483,54	9.038,34	1.387,00	7.651,34
B	VI	5.256,64	2.124,00	2.655,00	834,00	8.214,64	8.745,64	1.327,50	7.418,14
	V	5.113,46	2.099,20	2.624,00	824,00	8.036,66	8.561,46	1.312,00	7.249,46
	IV	4.974,18	2.074,40	2.593,00	814,00	7.862,58	8.381,18	1.296,50	7.084,68
	III	4.838,70	2.049,60	2.562,00	804,00	7.692,30	8.204,70	1.281,00	6.923,70
	II	4.706,90	2.024,00	2.530,00	795,00	7.525,90	8.031,90	1.265,00	6.766,90
A	I	4.578,70	1.999,20	2.499,00	785,00	7.362,90	7.862,70	1.249,50	6.613,20
	V	4.445,34	1.914,40	2.393,00	770,00	7.129,74	7.608,34	1.196,50	6.411,84
	IV	4.324,26	1.891,20	2.364,00	761,00	6.976,46	7.449,26	1.182,00	6.267,26
	III	4.206,48	1.868,80	2.336,00	752,00	6.827,28	7.294,48	1.168,00	6.126,48
	II	4.091,90	1.845,60	2.307,00	743,00	6.680,50	7.141,90	1.153,50	5.988,40
I	3.980,44	1.820,80	2.276,00	734,00	6.535,24	6.990,44	1.138,00	5.852,44	

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico e Médico Veterinário, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-FUNAI - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Quadro de Pessoal da FUNAI, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-FUNAI devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico e Médico Veterinário quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-FUNAI terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-FUNAI será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

GAPIN - Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista - Anexo XLV da MP 568/2012

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado GAPIN** - Aplica-se a GAPIN às aposentadorias e pensões. - § 4º do art. 109 da MP 441/08

A GAPIN somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se tiver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses. (§ 4º do art. 109 da Lei 11.907/2009 - redação dada pela MP nº 479, de 2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

24. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio

Cargos: Nível Superior

Nível Superior

CLASSE	PADRÃO	VB	GAPIN	GDAIN		ATIVO		GDAIN	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
				A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)
ESPECIAL	III	3.383,00	942,00	2.566,40	3.208,00	6.891,40	7.533,00	1.604,00	5.929,00
	II	3.290,86	931,00	2.512,80	3.141,00	6.734,66	7.362,86	1.570,50	5.792,36
	I	3.201,23	920,00	2.484,00	3.105,00	6.605,23	7.226,23	1.552,50	5.673,73
C	VI	3.107,99	902,00	2.355,20	2.944,00	6.365,19	6.953,99	1.472,00	5.481,99
	V	3.023,34	892,00	2.328,00	2.910,00	6.243,34	6.825,34	1.455,00	5.370,34
	IV	2.940,99	881,00	2.300,80	2.876,00	6.122,79	6.697,99	1.438,00	5.259,99
	III	2.860,89	871,00	2.272,80	2.841,00	6.004,69	6.572,89	1.420,50	5.152,39
	II	2.782,97	860,00	2.246,40	2.808,00	5.889,37	6.450,97	1.404,00	5.046,97
	I	2.707,17	850,00	2.219,20	2.774,00	5.776,37	6.331,17	1.387,00	4.944,17
B	VI	2.628,32	834,00	2.124,00	2.655,00	5.586,32	6.117,32	1.327,50	4.789,82
	V	2.556,73	824,00	2.099,20	2.624,00	5.479,93	6.004,73	1.312,00	4.692,73
	IV	2.487,09	814,00	2.074,40	2.593,00	5.375,49	5.894,09	1.296,50	4.597,59
	III	2.419,35	804,00	2.049,60	2.562,00	5.272,95	5.785,35	1.281,00	4.504,35
	II	2.353,45	795,00	2.024,00	2.530,00	5.172,45	5.678,45	1.265,00	4.413,45
A	I	2.289,35	785,00	1.999,20	2.499,00	5.073,55	5.573,35	1.249,50	4.323,85
	V	2.222,67	770,00	1.914,40	2.393,00	4.907,07	5.385,67	1.196,50	4.189,17
	IV	2.162,13	761,00	1.891,20	2.364,00	4.814,33	5.287,13	1.182,00	4.105,13
	III	2.103,24	752,00	1.868,80	2.336,00	4.724,04	5.191,24	1.168,00	4.023,24
	II	2.045,95	743,00	1.845,60	2.307,00	4.634,55	5.095,95	1.153,50	3.942,45
I	1.990,22	734,00	1.820,80	2.276,00	4.545,02	5.000,22	1.138,00	3.862,22	

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

VB - Vencimento Básico (anexo III da Lei nº 11.357/2006 - MP 431/2008)

GAPIN - Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista - Anexo LXXXII da MP 441/08

GDAIN - Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista

(*) Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAIN no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(*) A GDAIN será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXXXIII da MP 441/08.

A pontuação referente à GDAIN será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) **Aposentado** GDAIN - § 6º do art. 116 da Lei 11.907/2009

(**) **Aposentado** GAPIN - Aplica-se a GAPIN às aposentadorias e pensões. - § 4º do art. 109 da MP 441/08

A GAPIN somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se tiver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses. (§ 4º do art. 109 da Lei 11.907/2009 - redação dada pela MP nº 479, de 2009)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

24. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio

Cargos: Nível Intermediário

Nível Intermediário

Posição: julho/2011

CLASSE	PADRÃO	VB	GAPIN	GDAIN		ATIVO		GDAIN 50 pts. (**)	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)			
				(*)		80 pts.	100 pts.		
		A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)
ESPECIAL	III	1.923,11	895,00	1.558,40	1.948,00	4.376,51	4.766,11	974,00	3.792,11
	II	1.904,07	885,00	1.548,80	1.936,00	4.337,87	4.725,07	968,00	3.757,07
	I	1.885,22	874,00	1.540,00	1.925,00	4.299,22	4.684,22	962,50	3.721,72
C	VI	1.857,36	857,00	1.524,00	1.905,00	4.238,36	4.619,36	952,50	3.666,86
	V	1.838,97	847,00	1.515,20	1.894,00	4.201,17	4.579,97	947,00	3.632,97
	IV	1.820,76	837,00	1.506,40	1.883,00	4.164,16	4.540,76	941,50	3.599,26
	III	1.802,73	827,00	1.497,60	1.872,00	4.127,33	4.501,73	936,00	3.565,73
	II	1.784,88	817,00	1.488,00	1.860,00	4.089,88	4.461,88	930,00	3.531,88
	I	1.767,21	808,00	1.479,20	1.849,00	4.054,41	4.424,21	924,50	3.499,71
B	VI	1.741,09	792,00	1.463,20	1.829,00	3.996,29	4.362,09	914,50	3.447,59
	V	1.723,85	782,00	1.455,20	1.819,00	3.961,05	4.324,85	909,50	3.415,35
	IV	1.706,78	773,00	1.446,40	1.808,00	3.926,18	4.287,78	904,00	3.383,78
	III	1.689,88	764,00	1.437,60	1.797,00	3.891,48	4.250,88	898,50	3.352,38
	II	1.673,15	755,00	1.428,80	1.786,00	3.856,95	4.214,15	893,00	3.321,15
	I	1.656,58	746,00	1.420,80	1.776,00	3.823,38	4.178,58	888,00	3.290,58
A	V	1.632,10	731,00	1.406,40	1.758,00	3.769,50	4.121,10	879,00	3.242,10
	IV	1.615,94	723,00	1.397,60	1.747,00	3.736,54	4.085,94	873,50	3.212,44
	III	1.599,94	714,00	1.390,40	1.738,00	3.704,34	4.051,94	869,00	3.182,94
	II	1.584,10	706,00	1.382,40	1.728,00	3.672,50	4.018,10	864,00	3.154,10
	I	1.568,42	697,00	1.375,20	1.719,00	3.640,62	3.984,42	859,50	3.124,92

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

VB - Vencimento Básico (anexo III da Lei nº 11.357/2006 - MP 431/2008)

GAPIN - Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista - Anexo LXXXII da MP 441/08

GDAIN - Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista

(*) Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAIN no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(*) A GDAIN será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXXXIII da MP 441/08.

A pontuação referente à GDAIN será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) **Aposentado** GDAIN - § 6º do art. 116 da Lei 11.907/2009

(**) **Aposentado** GAPIN - Aplica-se a GAPIN às aposentadorias e pensões. - § 4º do art. 109 da MP 441/08

A GAPIN somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se tiver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses. (§ 4º do art. 109 da Lei 11.907/2009 - redação dada pela MP nº 479, de 2009)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

24. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio

Cargos: Nível Auxiliar

Nível Auxiliar

Posição: julho/2011

CLASSE	PADRÃO	VB	GAPIN	GDAIN		ATIVO		GDAIN 50 pts. (**)	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)			TOTAL (em R\$)
				(*)		80 pts.	100 pts.		50 pts.
		A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)
ESPECIAL	III	1.159,56	754,00	638,40	798,00	2.551,96	2.711,56	399,00	2.312,56
	II	1.158,46	753,00	640,80	801,00	2.552,26	2.712,46	400,50	2.311,96
	I	1.157,36	752,00	658,40	823,00	2.567,76	2.732,36	411,50	2.320,86

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

VB - Vencimento Básico (anexo III da Lei nº 11.357/2006 - MP 431/2008)

GAPIN - Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista - Anexo LXXXII da MP 441/08

GDAIN - Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista

(*) Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAIN no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(*) A GDAIN será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXXXIII da MP 441/08.

A pontuação referente à GDAIN será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) **Aposentado** GDAIN - § 6º do art. 116 da Lei 11.907/2009

(**) **Aposentado** GAPIN - Aplica-se a GAPIN às aposentadorias e pensões. - § 4º do art. 109 da MP 441/08

A GAPIN somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se tiver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses. (§ 4º do art. 109 da Lei 11.907/2009 - redação dada pela MP nº 479, de 2009)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

25. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da FIOCRUZ
 Carreira de Pesquisa em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública
 Cargo: Pesquisador em Saúde Pública

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDACTSP			RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDACTSP	APOSENTADO			
			80 pts.	100 pts.	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.				
			(*)					Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	(**)	Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	
A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)			
TITULAR	III	6.610,82	2.524,80	3.156,00	1.703,00	2.259,00	4.410,00	9.135,62	10.838,62	11.394,62	13.545,62	9.766,82	11.469,82	12.025,82	14.176,82	1.578,00	8.188,82	9.891,82	10.447,82	12.598,82	
	II	6.379,15	2.464,00	3.080,00	1.638,00	2.176,00	4.200,00	8.843,15	10.481,15	11.019,15	13.043,15	9.459,15	11.097,15	11.635,15	13.659,15	1.540,00	7.919,15	9.557,15	10.095,15	12.119,15	
	I	6.156,11	2.404,00	3.005,00	1.578,00	2.094,00	4.000,00	8.560,11	10.138,11	10.654,11	12.560,11	9.161,11	10.739,11	11.255,11	13.161,11	1.502,50	7.658,61	9.236,61	9.752,61	11.658,61	
ASSOCIADO	III	5.838,98	2.316,00	2.895,00	1.454,00	1.939,00	3.704,00	8.154,98	9.608,98	10.093,98	11.858,98	8.733,98	10.187,98	10.672,98	12.437,98	1.447,50	7.286,48	8.740,48	9.225,48	10.990,48	
	II	5.634,90	2.260,00	2.825,00	1.397,00	1.867,00	3.494,00	7.894,90	9.291,90	9.761,90	11.388,90	8.459,90	9.856,90	10.326,90	11.953,90	1.412,50	7.047,40	8.444,40	8.914,40	10.541,40	
	I	5.437,51	2.204,80	2.756,00	1.346,00	1.797,00	3.296,00	7.642,31	8.988,31	9.439,31	10.938,31	8.193,51	9.539,51	9.990,51	11.489,51	1.378,00	6.815,51	8.161,51	8.612,51	10.111,51	
ADJUNTO	III	5.158,75	2.125,60	2.657,00	1.273,00	1.699,00	3.139,00	7.284,35	8.557,35	8.983,35	10.423,35	7.815,75	9.088,75	9.514,75	10.954,75	1.328,50	6.487,25	7.760,25	8.186,25	9.626,25	
	II	4.979,37	2.073,60	2.592,00	1.227,00	1.637,00	3.018,00	7.052,97	8.279,97	8.689,97	10.070,97	7.571,37	8.798,37	9.208,37	10.589,37	1.296,00	6.275,37	7.502,37	7.912,37	9.293,37	
	I	4.805,93	2.024,00	2.530,00	1.181,00	1.576,00	2.902,00	6.829,93	8.010,93	8.405,93	9.731,93	7.335,93	8.516,93	8.911,93	10.237,93	1.265,00	6.070,93	7.251,93	7.646,93	8.972,93	
ASSISTENTE DE PESQUISA	III	4.559,91	1.950,40	2.438,00	1.118,00	1.490,00	2.712,00	6.510,31	7.628,31	8.000,31	9.222,31	6.997,91	8.115,91	8.487,91	9.709,91	1.219,00	5.778,91	6.896,91	7.268,91	8.490,91	
	II	4.402,47	1.902,40	2.378,00	1.078,00	1.435,00	2.608,00	6.304,87	7.382,87	7.739,87	8.912,87	6.780,47	7.858,47	8.215,47	9.388,47	1.189,00	5.591,47	6.669,47	7.026,47	8.199,47	
	I	4.249,62	1.856,80	2.321,00	1.035,00	1.382,00	2.508,00	6.106,42	7.141,42	7.488,42	8.614,42	6.570,62	7.605,62	7.952,62	9.078,62	1.160,50	5.410,12	6.445,12	6.792,12	7.918,12	

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

São transpostos para as carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública os atuais cargos efetivos das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, integrantes do Quadro de Pessoal da FIOCRUZ, em 22 de julho de 2005. (§§ 1º ao 6º do art. 27 da MP 301/2006).

VB - Vencimento Básico - Anexo IX-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXII da MP 441/2008)

GDACTSP - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

(*) A GDACT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXIII da MP 441/2008.

A pontuação referente à GDACTSP será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retomado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDACTSP no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere os arts. 34-A e 35 da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDACTSP deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo IX-B da MP 441/08.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aperf./Espec), conforme Anexo IX-C da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (redação dada Anexo LXXI da MP 441/2008).

(**) **Aposentado** - GDACTSP - art. 149 da Lei nº 11.355 de 19.10.06 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) Aposentado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§ 5º art. 61 da MP 441/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93	Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Resolução nº 01 de 06.07.94	Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Resolução nº 02 de 23.11.94	Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97	Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Lei nº 9.625 de 07.04.98	Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 9.638 de 20.05.98	Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Decreto nº 2.665 de 10.07.98	Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Lei nº 10.769 de 19.11.2003
Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000	Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000	Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000	Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000	Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000	Lei nº 11.356 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000	Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º
Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000	Lei nº 11.490, de 20.06.2007
Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001	Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001	Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001	Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001	Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001	Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001	

25. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

Carreira de Gestão em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

Cargo: Analista de Gestão em Saúde

Carreira de Desenvolvimento Tecnológico em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

Cargo: Tecnologista em Saúde Pública

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDACTSP		RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDACTSP	APOSENTADO				
			80 pts.	100 pts.	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.				
			(*)						Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	(**)	Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor
			A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)
SÊNIOR	III	6.610,82	2.524,80	3.156,00	1.703,00	2.259,00	4.410,00	9.135,62	10.838,62	11.394,62	13.545,62	9.766,82	11.469,82	12.025,82	14.176,82	1.578,00	8.188,82	9.891,82	10.447,82	12.598,82	
	II	6.379,15	2.464,00	3.080,00	1.638,00	2.176,00	4.200,00	8.843,15	10.481,15	11.019,15	13.043,15	9.459,15	11.097,15	11.635,15	13.659,15	1.540,00	7.919,15	9.557,15	10.095,15	12.119,15	
	I	6.156,11	2.404,00	3.005,00	1.578,00	2.094,00	4.000,00	8.560,11	10.138,11	10.654,11	12.560,11	9.161,11	10.739,11	11.255,11	13.161,11	1.502,50	7.658,61	9.236,61	9.752,61	11.658,61	
PLENO III	III	5.838,98	2.316,00	2.895,00	1.454,00	1.939,00	3.704,00	8.154,98	9.608,98	10.093,98	11.858,98	8.733,98	10.187,98	10.672,98	12.437,98	1.447,50	7.286,48	8.740,48	9.225,48	10.990,48	
	II	5.634,90	2.260,00	2.825,00	1.397,00	1.867,00	3.494,00	7.894,90	9.291,90	9.761,90	11.388,90	8.459,90	9.856,90	10.326,90	11.953,90	1.412,50	7.047,40	8.444,40	8.914,40	10.541,40	
	I	5.437,51	2.204,80	2.756,00	1.346,00	1.797,00	3.296,00	7.642,31	8.988,31	9.439,31	10.938,31	8.193,51	9.539,51	9.990,51	11.489,51	1.378,00	6.815,51	8.161,51	8.612,51	10.111,51	
PLENO II	III	5.158,75	2.125,60	2.657,00	1.273,00	1.699,00	3.139,00	7.284,35	8.557,35	8.983,35	10.423,35	7.815,75	9.088,75	9.514,75	10.954,75	1.328,50	6.487,25	7.760,25	8.186,25	9.626,25	
	II	4.979,37	2.073,60	2.592,00	1.227,00	1.637,00	3.018,00	7.052,97	8.279,97	8.689,97	10.070,97	7.571,37	8.798,37	9.208,37	10.589,37	1.296,00	6.275,37	7.502,37	7.912,37	9.293,37	
	I	4.805,93	2.024,00	2.530,00	1.181,00	1.576,00	2.902,00	6.829,93	8.010,93	8.405,93	9.731,93	7.335,93	8.516,93	8.911,93	10.237,93	1.265,00	6.070,93	7.251,93	7.646,93	8.972,93	
PLENO I	III	4.559,91	1.950,40	2.438,00	1.118,00	1.490,00	2.712,00	6.510,31	7.628,31	8.000,31	9.222,31	6.997,91	8.115,91	8.487,91	9.709,91	1.219,00	5.778,91	6.896,91	7.268,91	8.490,91	
	II	4.402,47	1.902,40	2.378,00	1.078,00	1.435,00	2.608,00	6.304,87	7.382,87	7.739,87	8.912,87	6.780,47	7.858,47	8.215,47	9.388,47	1.189,00	5.591,47	6.669,47	7.026,47	8.199,47	
	I	4.249,62	1.856,80	2.321,00	1.035,00	1.382,00	2.508,00	6.106,42	7.141,42	7.488,42	8.614,42	6.570,62	7.605,62	7.952,62	9.078,62	1.160,50	5.410,12	6.445,12	6.792,12	7.918,12	
JÚNIOR	III	4.032,63	1.790,40	2.238,00	980,00	1.306,00	2.366,00	5.823,03	6.803,03	7.129,03	8.189,03	6.270,63	7.250,63	7.576,63	8.636,63	1.119,00	5.151,63	6.131,63	6.457,63	7.517,63	
	II	3.893,18	1.746,40	2.183,00	944,00	1.258,00	2.297,00	5.639,58	6.583,58	6.897,58	7.936,58	6.076,18	7.020,18	7.334,18	8.373,18	1.091,50	4.984,68	5.928,68	6.242,68	7.281,68	
	I	3.758,28	1.704,80	2.131,00	909,00	1.212,00	2.235,00	5.463,08	6.372,08	6.675,08	7.698,08	5.889,28	6.798,28	7.101,28	8.124,28	1.065,50	4.823,78	5.732,78	6.035,78	7.058,78	

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

São transpostos para as carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública os atuais cargos efetivos das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, integrantes do Quadro de Pessoal da FIOCRUZ, em 22 de julho de 2005. (§§ 1º ao 6º do art. 27 da MP 301/2006)

VB - Vencimento Básico - Anexo IX-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXII da MP 441/2008)

GDACTSP - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

(*) A GDACT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXIII da MP 441/2008.

A pontuação referente à GDACTSP será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDACTSP no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere os arts. 34-A e 35 da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDACTSP deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo IX-B da MP 441/08.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aperf./Espec), conforme Anexo IX-C da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (redação dada Anexo LXXI da MP 441/2008).

(**) **Aposentado** - GDACTSP - art. 149 da Lei nº 11.355 de 19.10.06 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) Aposentado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§ 5º art. 61 da MP 441/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º

Lei nº 11.490, de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

25. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

Carreira de Suporte à Gestão em Ciência Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (**)

Cargo: Assistente Técnico de Gestão em Saúde

Carreira de Suporte Técnico em Ciência Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (*)

Cargo: Técnico em Saúde Pública

Nível Intermediário - GDACTSP 80 pontos

Posição: Julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDACTSP 80 pts.	ATIVO												GDACTSP 50 pts. (**)	APOSENTADO				
				GQ - Gratificação de Qualificação					TOTAL (em R\$) - 80 pts.					TOTAL (em R\$) - 50 pts.							
				I	II	III	IV	V	Sem GQ	I	II	III	IV	V	Sem GQ		I	II	III	IV	V
				A	B	C	D	E	F	G	H=(A+B)	I=(A+B+C)	J=(A+B+D)	K=(A+B+E)	L=(A+B+F)		M=(A+B+G)	N	O=(A+N)	P=(A+C+N)	Q=(A+D+N)
TÉCNICO III	III	2.994,27	947,20	752,00	827,00	902,00	1.462,00	2.925,00	3.941,47	4.693,47	4.768,47	4.843,47	5.403,47	6.866,47	592,00	3.586,27	4.338,27	4.413,27	4.488,27	5.048,27	6.511,27
ASSISTENTE III	II	2.892,54	926,40	725,00	798,00	870,00	1.412,00	2.822,00	3.818,94	4.543,94	4.616,94	4.688,94	5.230,94	6.640,94	579,00	3.471,54	4.196,54	4.269,54	4.341,54	4.883,54	6.293,54
	I	2.794,51	905,60	700,00	770,00	840,00	1.362,00	2.725,00	3.700,11	4.400,11	4.470,11	4.540,11	5.062,11	6.425,11	566,00	3.360,51	4.060,51	4.130,51	4.200,51	4.722,51	6.085,51
	VI	2.702,78	891,20	677,00	745,00	812,00	1.316,00	2.632,00	3.593,98	4.270,98	4.338,98	4.405,98	4.909,98	6.225,98	557,00	3.259,78	3.936,78	4.004,78	4.071,78	4.575,78	5.891,78
	V	2.610,55	872,00	652,00	717,00	782,00	1.270,00	2.539,00	3.482,55	4.134,55	4.199,55	4.264,55	4.752,55	6.021,55	545,00	3.155,55	3.807,55	3.872,55	3.937,55	4.425,55	5.694,55
TÉCNICO II	IV	2.520,64	852,00	629,00	692,00	755,00	1.225,00	2.449,00	3.372,64	4.001,64	4.064,64	4.127,64	4.597,64	5.821,64	532,50	3.053,14	3.682,14	3.745,14	3.808,14	4.278,14	5.502,14
ASSISTENTE III	III	2.437,25	838,40	608,00	669,00	730,00	1.182,00	2.365,00	3.275,65	3.883,65	3.944,65	4.005,65	4.457,65	5.640,65	524,00	2.961,25	3.569,25	3.630,25	3.691,25	4.143,25	5.326,25
	II	2.353,14	819,20	587,00	646,00	704,00	1.141,00	2.281,00	3.172,34	3.759,34	3.818,34	3.876,34	4.313,34	5.453,34	512,00	2.865,14	3.452,14	3.511,14	3.569,14	4.006,14	5.146,14
	I	2.271,12	800,00	565,00	622,00	678,00	1.100,00	2.199,00	3.071,12	3.636,12	3.693,12	3.749,12	4.171,12	5.270,12	500,00	2.771,12	3.336,12	3.393,12	3.449,12	3.871,12	4.970,12
	VI	2.194,95	787,20	546,00	601,00	655,00	1.061,00	2.122,00	2.982,15	3.528,15	3.583,15	3.637,15	4.043,15	5.104,15	492,00	2.686,95	3.232,95	3.287,95	3.341,95	3.747,95	4.808,95
	V	2.118,34	768,80	527,00	580,00	632,00	1.023,00	2.046,00	2.887,14	3.414,14	3.467,14	3.519,14	3.910,14	4.933,14	480,50	2.598,84	3.125,84	3.178,84	3.230,84	3.621,84	4.644,84
TÉCNICO I	IV	2.043,31	750,40	506,00	557,00	607,00	986,00	1.971,00	2.793,71	3.299,71	3.350,71	3.400,71	3.779,71	4.764,71	469,00	2.512,31	3.018,31	3.069,31	3.119,31	3.498,31	4.483,31
ASSISTENTE I	III	1.972,94	737,60	489,00	538,00	587,00	950,00	1.901,00	2.710,54	3.199,54	3.248,54	3.297,54	3.660,54	4.611,54	461,00	2.433,94	2.922,94	2.971,94	3.020,94	3.383,94	4.334,94
	II	1.902,42	720,00	471,00	518,00	565,00	916,00	1.831,00	2.622,42	3.093,42	3.140,42	3.187,42	3.538,42	4.453,42	450,00	2.352,42	2.823,42	2.870,42	2.917,42	3.268,42	4.183,42
	I	1.833,23	702,40	452,00	497,00	542,00	881,00	1.762,00	2.535,63	2.987,63	3.032,63	3.077,63	3.416,63	4.297,63	439,00	2.272,23	2.724,23	2.769,23	2.814,23	3.153,23	4.034,23

Nível Intermediário - GDACTSP 100 pontos

Posição: Julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDACTSP 100 pts.	ATIVO												GDACTSP 50 pts. (**)	APOSENTADO				
				GQ - Gratificação de Qualificação					TOTAL (em R\$) - 100 pts.					TOTAL (em R\$) - 50 pts.							
				I	II	III	IV	V	Sem GQ	I	II	III	IV	V	Sem GQ		I	II	III	IV	V
				A	B	C	D	E	F	G	H=(A+B)	I=(A+B+C)	J=(A+B+D)	K=(A+B+E)	L=(A+B+F)		M=(A+B+G)	N	O=(A+N)	P=(A+C+N)	Q=(A+D+N)
TÉCNICO III	III	2.994,27	1.184,00	752,00	827,00	902,00	1.462,00	2.925,00	4.178,27	4.930,27	5.005,27	5.080,27	5.640,27	7.103,27	592,00	3.586,27	4.338,27	4.413,27	4.488,27	5.048,27	6.511,27
ASSISTENTE III	II	2.892,54	1.158,00	725,00	798,00	870,00	1.412,00	2.822,00	4.050,54	4.775,54	4.848,54	4.920,54	5.462,54	6.872,54	579,00	3.471,54	4.196,54	4.269,54	4.341,54	4.883,54	6.293,54
	I	2.794,51	1.132,00	700,00	770,00	840,00	1.362,00	2.725,00	3.926,51	4.626,51	4.696,51	4.766,51	5.288,51	6.651,51	566,00	3.360,51	4.060,51	4.130,51	4.200,51	4.722,51	6.085,51
	VI	2.702,78	1.114,00	677,00	745,00	812,00	1.316,00	2.632,00	3.816,78	4.493,78	4.561,78	4.628,78	5.132,78	6.448,78	557,00	3.259,78	3.936,78	4.004,78	4.071,78	4.575,78	5.891,78
	V	2.610,55	1.090,00	652,00	717,00	782,00	1.270,00	2.539,00	3.700,55	4.352,55	4.417,55	4.482,55	4.970,55	6.239,55	545,00	3.155,55	3.807,55	3.872,55	3.937,55	4.425,55	5.694,55
TÉCNICO II	IV	2.520,64	1.065,00	629,00	692,00	755,00	1.225,00	2.449,00	3.585,64	4.214,64	4.277,64	4.340,64	4.810,64	6.034,64	532,50	3.053,14	3.682,14	3.745,14	3.808,14	4.278,14	5.502,14
ASSISTENTE III	III	2.437,25	1.048,00	608,00	669,00	730,00	1.182,00	2.365,00	3.485,25	4.093,25	4.154,25	4.215,25	4.667,25	5.850,25	524,00	2.961,25	3.569,25	3.630,25	3.691,25	4.143,25	5.326,25
	II	2.353,14	1.024,00	587,00	646,00	704,00	1.141,00	2.281,00	3.377,14	3.964,14	4.023,14	4.081,14	4.518,14	5.658,14	512,00	2.865,14	3.452,14	3.511,14	3.569,14	4.006,14	5.146,14
	I	2.271,12	1.000,00	565,00	622,00	678,00	1.100,00	2.199,00	3.271,12	3.836,12	3.893,12	3.949,12	4.371,12	5.470,12	500,00	2.771,12	3.336,12	3.393,12	3.449,12	3.871,12	4.970,12
	VI	2.194,95	984,00	546,00	601,00	655,00	1.061,00	2.122,00	3.178,95	3.724,95	3.779,95	3.833,95	4.239,95	5.300,95	492,00	2.686,95	3.232,95	3.287,95	3.341,95	3.747,95	4.808,95
	V	2.118,34	961,00	527,00	580,00	632,00	1.023,00	2.046,00	3.079,34	3.606,34	3.659,34	3.711,34	4.102,34	5.125,34	480,50	2.598,84	3.125,84	3.178,84	3.230,84	3.621,84	4.644,84
TÉCNICO I	IV	2.043,31	938,00	506,00	557,00	607,00	986,00	1.971,00	2.981,31	3.487,31	3.538,31	3.588,31	3.967,31	4.952,31	469,00	2.512,31	3.018,31	3.069,31	3.119,31	3.498,31	4.483,31
ASSISTENTE I	III	1.972,94	922,00	489,00	538,00	587,00	950,00	1.901,00	2.894,94	3.383,94	3.432,94	3.481,94	3.844,94	4.795,94	461,00	2.433,94	2.922,94	2.971,94	3.020,94	3.383,94	4.334,94
	II	1.902,42	900,00	471,00	518,00	565,00	916,00	1.831,00	2.802,42	3.273,42	3.320,42	3.367,42	3.718,42	4.633,42	450,00	2.352,42	2.823,42	2.870,42	2.917,42	3.268,42	4.183,42
	I	1.833,23	878,00	452,00	497,00	542,00	881,00	1.762,00	2.711,23	3.163,23	3.208,23	3.253,23	3.592,23	4.473,23	439,00	2.272,23	2.724,23	2.769,23	2.814,23	3.153,23	4.034,23

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

São transpostos para as carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública os atuais cargos efetivos das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, integrantes do Quadro de Pessoal da FIOCRUZ, em 22 de julho de 2005. (§§ 1º ao 6º do art. 27 da MP 301/2006)

VB - Vencimento Básico - Anexo IX-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXII da MP 441/2008)

GDACTSP - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

(*) A GDACT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXIII da MP 441/2008.

A pontuação referente à GDACTSP será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDACTSP no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere os arts. 34-A e 35 da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDACTSP deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo IX-B da MP 441/08.

GQ - Gratificação de Qualificação - servidor de nível intermediário, possuidor de certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso de aperfeiçoamento ou especialização receberá a GQ em valor correspondente ao nível I, possuidor de grau de Mestre - valor de Nível II e título de Doutor - valor de Nível III, conforme Anexo IX-D da Lei nº 11.355/2006 e MP 479/2009

(**) Aposentado - GDACTSP - art. 149 da Lei nº 11.355 de 19.10.06 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) **Aposentado** - GQ - Aplica-se o art. 41-C da Lei nº 11.355/06 aos aposentados e pensionistas.

A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se os requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais tiverem sido obtidos anteriormente à data da inativação (§ 7º do art.-41-B da Lei 11.355/2006 e MP 479/2009

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º

Lei nº 11.490, de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

25. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da FIOCRUZ

* Médico do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública de que trata a Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006

Cargo: Médico

Cargo: Médico Veterinário

Jornada de Trabalho de Médico e Médico Veterinário é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

CLASSE	PADRÃO	VB		GDM-Fiocruz		** RT - retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDM-Fiocruz	APOSENTADO				Posição: julho/2012
		20h (*)		80 pts.	100 pts.	Aperfeiçoamento / Especialização	Mestre	Doutor	TOTAL (em R\$) - 80 pts. (**)				TOTAL (em R\$) - 100 pts. (***)				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.				
									Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	(****)	Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	
		A B C D E F		G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)						
ESPECIAL	III	3.305,41	1.262,40	1.578,00	851,50	1.129,50	2.205,00	4.567,81	5.419,31	5.697,31	6.772,81	4.883,41	5.734,91	6.012,91	7.088,41	789,00	4.094,41	4.945,91	5.223,91	6.299,41		
	II	3.189,58	1.232,00	1.540,00	819,00	1.088,00	2.100,00	4.421,58	5.240,58	5.509,58	6.521,58	4.729,58	5.548,58	5.817,58	6.829,58	770,00	3.959,58	4.778,58	5.047,58	6.059,58		
C	I	3.078,06	1.202,40	1.503,00	789,00	1.047,00	2.000,00	4.280,46	5.069,46	5.327,46	6.280,46	4.581,06	5.370,06	5.628,06	6.581,06	751,50	3.829,56	4.618,56	4.876,56	5.829,56		
	VI	2.919,49	1.158,40	1.448,00	727,00	969,50	1.852,00	4.077,89	4.804,89	5.047,39	5.929,89	4.367,49	5.094,49	5.336,99	6.219,49	724,00	3.643,49	4.370,49	4.612,99	5.495,49		
	V	2.817,45	1.130,40	1.413,00	698,50	933,50	1.747,00	3.947,85	4.646,35	4.881,35	5.694,85	4.230,45	4.928,95	5.163,95	5.977,45	706,50	3.523,95	4.222,45	4.457,45	5.270,95		
	IV	2.718,76	1.102,40	1.378,00	673,00	898,50	1.648,00	3.821,16	4.494,16	4.719,66	5.469,16	4.096,76	4.769,76	4.995,26	5.744,76	689,00	3.407,76	4.080,76	4.306,26	5.055,76		
	III	2.579,38	1.063,20	1.329,00	636,50	849,50	1.569,00	3.642,58	4.279,08	4.492,08	5.212,08	3.908,38	4.544,88	4.757,88	5.477,88	664,50	3.243,88	3.880,38	4.093,38	4.813,38		
	II	2.489,69	1.036,80	1.296,00	613,50	818,50	1.509,00	3.526,49	4.139,99	4.344,99	5.035,49	3.785,69	4.399,19	4.604,19	5.294,69	648,00	3.137,69	3.751,19	3.956,19	4.646,69		
	I	2.402,97	1.012,00	1.265,00	590,50	788,00	1.451,00	3.414,97	4.005,47	4.202,97	4.865,97	3.667,97	4.258,47	4.455,97	5.118,97	632,50	3.035,47	3.625,97	3.823,47	4.486,47		
B	VI	2.279,96	975,20	1.219,00	559,00	745,00	1.356,00	3.255,16	3.814,16	4.000,16	4.611,16	3.498,96	4.057,96	4.243,96	4.854,96	609,50	2.889,46	3.448,46	3.634,46	4.245,46		
	V	2.201,24	951,20	1.189,00	539,00	717,50	1.304,00	3.152,44	3.691,44	3.869,94	4.456,44	3.390,24	3.929,24	4.107,74	4.694,24	594,50	2.795,74	3.334,74	3.513,24	4.099,74		
	IV	2.124,81	928,80	1.161,00	517,50	691,00	1.254,00	3.053,61	3.571,11	3.744,61	4.307,61	3.285,81	3.803,31	3.976,81	4.539,81	580,50	2.705,31	3.222,81	3.396,31	3.959,31		
	III	2.016,32	895,20	1.119,00	490,00	653,00	1.183,00	2.911,52	3.401,52	3.564,52	4.094,52	3.135,32	3.625,32	3.788,32	4.318,32	559,50	2.575,82	3.065,82	3.228,82	3.758,82		
	II	1.946,59	873,60	1.092,00	472,00	629,00	1.148,50	2.820,19	3.292,19	3.449,19	3.968,69	3.038,59	3.510,59	3.667,59	4.187,09	546,00	2.492,59	2.964,59	3.121,59	3.641,09		
A	I	1.879,14	852,80	1.066,00	454,50	606,00	1.117,50	2.731,94	3.186,44	3.337,94	3.849,44	2.945,14	3.399,64	3.551,14	4.062,64	533,00	2.412,14	2.866,64	3.018,14	3.529,64		
	V	1.825,05	828,80	1.036,00	443,00	588,50	1.025,00	2.653,85	3.096,85	3.242,35	3.678,85	2.861,05	3.304,05	3.449,55	3.886,05	518,00	2.343,05	2.786,05	2.931,55	3.368,05		
	IV	1.772,50	805,60	1.007,00	429,50	571,00	983,50	2.578,10	3.007,60	3.149,10	3.561,60	2.779,50	3.209,00	3.350,50	3.763,00	503,50	2.276,00	2.705,00	2.847,00	3.259,50		
	III	1.721,74	782,40	978,00	417,00	554,50	944,00	2.504,14	2.921,14	3.058,64	3.448,14	2.699,74	3.116,74	3.254,24	3.643,74	489,00	2.210,74	2.627,74	2.765,24	3.154,74		
	II	1.671,56	760,80	951,00	405,00	538,00	906,00	2.432,36	2.837,36	2.970,36	3.338,36	2.622,56	3.027,56	3.160,56	3.528,56	475,50	2.147,06	2.552,06	2.685,06	3.053,06		
I	1.623,49	739,20	924,00	393,50	522,50	869,50	2.362,69	2.756,19	2.885,19	3.232,19	2.547,49	2.940,99	3.069,99	3.416,99	462,00	2.085,49	2.478,99	2.607,99	2.954,99			

Nível Superior - 40 h

CLASSE	PADRÃO	VB		GDM-Fiocruz		** RT - retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDM-Fiocruz	APOSENTADO				Posição: julho/2012
		40h (*)		80 pts.	100 pts.	Aperfeiçoamento / Especialização	Mestre	Doutor	TOTAL (em R\$) - 80 pts. (**)				TOTAL (em R\$) - 100 pts. (***)				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.				
									Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	(****)	Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	
		A B C D E F		G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)						
ESPECIAL	III	6.610,82	2.524,80	3.156,00	1.703,00	2.259,00	4.410,00	9.135,62	10.838,62	11.394,62	13.545,62	9.766,82	11.469,82	12.025,82	14.176,82	1.578,00	8.188,82	9.891,82	10.447,82	12.598,82		
	II	6.379,15	2.464,00	3.080,00	1.638,00	2.176,00	4.200,00	8.843,15	10.481,15	11.019,15	13.043,15	9.459,15	11.097,15	11.635,15	13.659,15	1.540,00	7.919,15	9.557,15	10.095,15	12.119,15		
	I	6.156,11	2.404,00	3.005,00	1.578,00	2.094,00	4.000,00	8.560,11	10.138,11	10.654,11	12.560,11	9.161,11	10.739,11	11.255,11	13.161,11	1.502,50	7.658,61	9.236,61	9.752,61	11.658,61		
C	VI	5.838,98	2.316,00	2.895,00	1.454,00	1.939,00	3.704,00	8.154,98	9.608,98	10.093,98	11.858,98	8.733,98	10.187,98	10.672,98	12.437,98	1.447,50	7.286,48	8.740,48	9.225,48	10.990,48		
	V	5.634,90	2.260,00	2.825,00	1.397,00	1.867,00	3.494,00	7.894,90	9.291,90	9.761,90	11.388,90	8.459,90	9.856,90	10.326,90	11.953,90	1.412,50	7.047,40	8.444,40	8.914,40	10.541,40		
	IV	5.437,51	2.204,80	2.756,00	1.346,00	1.797,00	3.296,00	7.642,31	8.988,31	9.439,31	10.938,31	8.193,51	9.539,51	9.990,51	11.489,51	1.378,00	6.815,51	8.161,51	8.612,51	10.111,51		
	III	5.158,75	2.125,60	2.657,00	1.273,00	1.699,00	3.139,00	7.284,35	8.557,35	8.983,35	10.423,35	7.815,75	9.088,75	9.514,75	10.954,75	1.328,50	6.487,25	7.760,25	8.186,25	9.626,25		
	II	4.979,37	2.073,60	2.592,00	1.227,00	1.637,00	3.018,00	7.052,97	8.279,97	8.689,97	10.070,97	7.571,37	8.798,37	9.208,37	10.589,37	1.296,00	6.275,37	7.502,37	7.912,37	9.293,37		
	I	4.805,93	2.024,00	2.530,00	1.181,00	1.576,00	2.902,00	6.829,93	8.010,93	8.405,93	9.731,93	7.335,93	8.516,93	8.911,93	10.237,93	1.265,00	6.070,93	7.251,93	7.646,93	8.972,93		
	VI	4.559,91	1.950,40	2.438,00	1.118,00	1.490,00	2.712,00	6.510,31	7.628,31	8.000,31	9.222,31	6.997,91	8.115,91	8.487,91	9.709,91	1.219,00	5.778,91	6.896,91	7.268,91	8.490,91		
B	V	4.402,47	1.902,40	2.378,00	1.078,00	1.435,00	2.608,00	6.304,87	7.382,87	7.739,87	8.912,87	6.780,47	7.858,47	8.215,47	9.388,47	1.189,00	5.591,47	6.669,47	7.026,47	8.199,47		
	IV	4.249,62	1.856,80	2.321,00	1.035,00	1.382,00	2.508,00	6.106,42	7.141,42	7.488,42	8.614,42	6.570,62	7.605,62	7.952,62	9.078,62	1.160,50	5.410,12	6.445,12	6.792,12	7.918,12		
	III	4.032,63	1.790,40	2.238,00	980,00	1.306,00	2.366,00	5.823,03	6.803,03	7.129,03	8.189,03	6.270,63	7.250,63	7.576,63	8.636,63	1.119,00	5.151,63	6.131,63	6.457,63	7.517,63		
	II	3.893,18	1.746,40	2.183,00	944,00	1.258,00	2.297,00	5.639,58	6.583,58	6.897,58	7.936,58	6.076,18	7.020,18	7.334,18	8.373,18	1.091,50	4.984,68	5.928,68	6.242,68	7.281,68		
	I	3.758,28	1.704,80	2.131,00	909,00	1.212,00	2.235,00	5.463,08	6.372,08	6.675,08	7.698,08	5.889,28	6.798,28	7.101,28	8.124,28	1.065,50	4.823,78	5.732,78	6.035,78	7.058,78		
A	V	3.650,10	1.656,80	2.071,00	886,00	1.177,00	2.050,00	5.306,90	6.192,90	6.483,90	7.509,90	5.721,10	6.607,10	6.898,10	7.771,10	1.035,50	4.685,60	5.571,60	5.862,60	6.735,60		
	IV	3.544,99	1.610,40	2.013,00	859,00	1.142,00	1.967,00	5.155,39	6.014,39	6.297,39	7.122,39	5.557,99	6.416,99	6.699,99	7.524,99	1.006,50	4.551,49	5.410,49	5.693,49	6.518,49		
	III	3.443,48	1.564,00	1.955,00	834,00	1.109,00	1.888,00	5.007,48	5.841,48	6.116,48	6.895,48	5.398,48	6.232,48	6.507,48	7.286,48	977,50	4.420,98	5.254,98	5.529,98	6.308,98		
	II	3.343,11	1.520,80	1.901,00	810,00	1.076,00	1.812,00	4.86														

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico e Médico Veterinário, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

* Serão enquadrados, em cargos de idêntica denominação e atribuições, que passarão a integrar o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, os titulares dos cargos efetivos de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 1970, ou de planos correlatos, os titulares de cargos de nível superior do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e os integrantes de cargos da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 2002, não integrantes das carreiras de que trata a Lei nº 8.691, de 1993, ou da Carreira de Procurador Federal, regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da FIOCRUZ, em 22 de julho de 2005. (art. 28 da Lei nº 11.355/06 e art. 5º da MP 341/2006).

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-Fiocruz - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública de que trata a Lei nº 11.355, de 2006

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-Fiocruz devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico e Médico Veterinário, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-Fiocruz terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-Fiocruz será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§ 4º até § 17 da Lei nº 12.702/2012)

** **RT** - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aperf./Espec), conforme Anexo IX-C da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (redação dada Anexo LXXI da MP 441/2008).

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 recebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado - RT** - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§ 5º art. 61 da MP 441/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º

Lei nº 11.490, de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

25. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da FIOCRUZ

Cargo isolado: Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

Nível Superior

CLASSE	PADRÃO	VB	GDACTSP		RT	ATIVO		ATIVO		GDACTSP		APOSENTADO	
			80 pts.	100 pts.	Doutor	TOTAL (em R\$) - 80 pts.	TOTAL (em R\$) - 100 pts.	50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.				
			(*)			DOUTOR	DOUTOR	(**)	DOUTOR				
		A	B	C	D	E=(A+B+D)	F=(A+C+D)	G	H=(A+D+O)				
SÊNIOR	ÚNICO	6.610,82	2.524,80	3.156,00	4.410,00	13.545,62	14.176,82	1.578,00	12.598,82				

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

São transpostos para as carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública os atuais cargos efetivos das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, integrantes do Quadro de Pessoal da FIOCRUZ, em 22 de julho de 2005. (§§ 1º ao 6º do art. 27 da MP 301/2006)

VB - Vencimento Básico - Anexo IX-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXII da MP 441/2008)

GDACTSP - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

(*) A GDACT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXIII da MP 441/2008.

A pontuação referente à GDACTSP será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDACTSP no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere os arts. 34-A e 35 da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDACTSP deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo IX-B da MP 441/08.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor conforme Anexo IX-C da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (redação dada Anexo LXXI da MP 441/2008).

(**) **Aposentado** - GDACTSP - art. 149 da Lei nº 11.355 de 19.10.06 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) **Aposentado** - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§ 5º art. 61 da MP 441/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º

Lei nº 11.490, de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

25. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da FIOCRUZ

* Cargos Nível Superior referidos no art. 28 da Lei nº 11.355/2006

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDACTSP			RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDACTSP	APOSENTADO			
			80 pts.	100 pts.	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.				
			(*)					Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	(**)	Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	
A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+C)	Q=(A+D+C)	R=(A+E+C)	S=(A+F+C)			
ESPECIAL	III	6.610,82	2.524,80	3.156,00	1.703,00	2.259,00	4.410,00	9.135,62	10.838,62	11.394,62	13.545,62	9.766,82	11.469,82	12.025,82	14.176,82	1.578,00	8.188,82	9.891,82	10.447,82	12.598,82	
	II	6.379,15	2.464,00	3.080,00	1.638,00	2.176,00	4.200,00	8.843,15	10.481,15	11.019,15	13.043,15	9.469,15	11.097,15	11.635,15	13.669,15	1.540,00	7.919,15	9.557,15	10.095,15	12.119,15	
	I	6.156,11	2.404,00	3.005,00	1.578,00	2.094,00	4.000,00	8.560,11	10.138,11	10.654,11	12.560,11	9.161,11	10.739,11	11.255,11	13.161,11	1.502,50	7.658,61	9.236,61	9.752,61	11.658,61	
C	VI	5.838,98	2.316,00	2.895,00	1.454,00	1.939,00	3.704,00	8.154,98	9.608,98	10.093,98	11.858,98	8.733,98	10.187,98	10.672,98	12.437,98	1.447,50	7.286,48	8.740,48	9.225,48	10.990,48	
	V	5.634,90	2.260,00	2.825,00	1.397,00	1.867,00	3.494,00	7.894,90	9.291,90	9.761,90	11.388,90	8.469,90	9.856,90	10.326,90	11.953,90	1.412,50	7.047,40	8.444,40	8.914,40	10.541,40	
	IV	5.437,51	2.204,80	2.756,00	1.346,00	1.797,00	3.296,00	7.642,31	8.988,31	9.439,31	10.938,31	8.193,51	9.539,51	9.990,51	11.489,51	1.378,00	6.815,51	8.161,51	8.612,51	10.111,51	
	III	5.158,75	2.125,60	2.657,00	1.273,00	1.699,00	3.139,00	7.284,35	8.557,35	8.983,35	10.423,35	7.815,75	9.088,75	9.514,75	10.954,75	1.328,50	6.487,25	7.760,25	8.186,25	9.626,25	
	II	4.979,37	2.073,60	2.592,00	1.227,00	1.637,00	3.018,00	7.052,97	8.279,97	8.689,97	10.070,97	7.571,37	8.798,37	9.208,37	10.599,37	1.296,00	6.275,37	7.502,37	7.912,37	9.293,37	
	I	4.805,93	2.024,00	2.530,00	1.181,00	1.576,00	2.902,00	6.829,93	8.010,93	8.405,93	9.731,93	7.335,93	8.516,93	8.911,93	10.237,93	1.265,00	6.070,93	7.251,93	7.646,93	8.972,93	
B	VI	4.559,91	1.950,40	2.438,00	1.118,00	1.490,00	2.712,00	6.510,31	7.628,31	8.000,31	9.222,31	6.997,91	8.115,91	8.487,91	9.709,91	1.219,00	5.778,91	6.896,91	7.268,91	8.490,91	
	V	4.402,47	1.902,40	2.378,00	1.078,00	1.435,00	2.608,00	6.304,87	7.382,87	7.739,87	8.912,87	6.780,47	7.858,47	8.215,47	9.388,47	1.189,00	5.591,47	6.669,47	7.026,47	8.199,47	
	IV	4.249,62	1.856,80	2.321,00	1.035,00	1.382,00	2.508,00	6.106,42	7.141,42	7.488,42	8.614,42	6.570,62	7.605,62	7.952,62	9.078,62	1.160,50	5.410,12	6.445,12	6.792,12	7.918,12	
	III	4.032,63	1.790,40	2.238,00	980,00	1.306,00	2.366,00	5.823,03	6.803,03	7.129,03	8.189,03	6.270,63	7.250,63	7.576,63	8.636,63	1.119,00	5.151,63	6.131,63	6.457,63	7.517,63	
	II	3.893,18	1.746,40	2.183,00	944,00	1.258,00	2.297,00	5.639,58	6.583,58	6.897,58	7.936,58	6.076,18	7.020,18	7.334,18	8.373,18	1.091,50	4.984,68	5.928,68	6.242,68	7.281,68	
I	3.758,28	1.704,80	2.131,00	909,00	1.212,00	2.235,00	5.463,08	6.372,08	6.675,08	7.698,08	5.889,28	6.798,28	7.101,28	8.124,28	1.065,50	4.823,78	5.732,78	6.035,78	7.058,78		
A	V	3.650,10	1.656,80	2.071,00	886,00	1.177,00	2.050,00	5.306,90	6.192,90	6.483,90	7.356,90	5.721,10	6.607,10	6.898,10	7.771,10	1.035,50	4.685,60	5.571,60	5.862,60	6.735,60	
	IV	3.544,99	1.610,40	2.013,00	859,00	1.142,00	1.967,00	5.155,39	6.014,39	6.297,39	7.122,39	5.557,99	6.416,99	6.699,99	7.524,99	1.006,50	4.551,49	5.410,49	5.693,49	6.518,49	
	III	3.443,48	1.564,00	1.955,00	834,00	1.109,00	1.888,00	5.007,48	5.841,48	6.116,48	6.895,48	5.398,48	6.232,48	6.507,48	7.286,48	977,50	4.420,98	5.254,98	5.529,98	6.308,98	
	II	3.343,11	1.520,80	1.901,00	810,00	1.076,00	1.812,00	4.863,91	5.673,91	5.939,91	6.675,91	5.244,11	6.054,11	6.320,11	7.056,11	950,50	4.293,61	5.103,61	5.369,61	6.105,61	
	I	3.246,97	1.478,40	1.848,00	787,00	1.045,00	1.739,00	4.725,37	5.512,37	5.770,37	6.464,37	5.094,97	5.881,97	6.139,97	6.833,97	924,00	4.170,97	4.957,97	5.215,97	5.909,97	

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

* Serão enquadrados, em cargos de idêntica denominação e atribuições, que passarão a integrar o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, os titulares dos cargos efetivos de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 1970, ou de planos correlatos, os titulares de cargos de nível superior do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e os integrantes de cargos da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 2002, não integrantes das carreiras de que trata a Lei nº 8.691, de 1993, ou da Carreira de Procurador Federal, regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da FIOCRUZ, em 22 de julho de 2005. (art. 28 da Lei nº 11.355/06 e art. 5º da MP 341/2006).

VB - Vencimento Básico - Anexo IX-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXII da MP 441/2008)

GDACTSP - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

(*) A GDACT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXIII da MP 441/2008.

A pontuação referente à GDACTSP será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDACTSP no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere os arts. 34-A e 35 da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDACTSP deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo IX-B da MP 441/08.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aperf./Espec), conforme Anexo IX-C da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (redação dada Anexo LXXI da MP 441/2008).

(**) **Aposentado - GDACTSP** - art. 149 da Lei nº 11.355 de 19.10.06 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) **Aposentado - RT** - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§ 5º art. 61 da MP 441/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º

Lei nº 11.490, de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

25. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da FIOCRUZ

* Cargos Nível Intermediário referidos no art. 28 da Lei nº 11.355/2006

Nível Intermediário - GDACTSP - 80 pontos

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDACTSP	GQ - Gratificação de Qualificação					ATIVO					GDACTSP		APOSENTADO							
				TOTAL (em R\$) - 80 pts.					TOTAL (em R\$) - 80 pts.					50 pts.		TOTAL (em R\$) - 50 pts.							
			80 pts.	I	II	III	IV	V	Sem GQ	I	II	III	IV	V	(**)	Sem GQ	I	II	III	IV	V		
			(*)	A	B	C	D	E	F	G	H=(A+B)	I=(A+B+C)	J=(A+B+D)	K=(A+B+E)	L=(A+B+F)	M=(A+B+G)	N	O=(A+N)	P=(A+C+N)	Q=(A+D+N)	R=(A+E+N)	S=(A+F+N)	T=(A+G+N)
ESPECIAL	III	2.994,27	947,20	752,00	827,00	902,00	1.462,00	2.925,00	3.941,47	4.693,47	4.768,47	4.843,47	5.403,47	6.866,47	592,00	3.586,27	4.338,27	4.413,27	4.488,27	5.048,27	6.511,27		
	II	2.892,54	926,40	725,00	798,00	870,00	1.412,00	2.822,00	3.818,94	4.543,94	4.616,94	4.688,94	5.230,94	6.640,94	579,00	3.471,54	4.196,54	4.269,54	4.341,54	4.883,54	6.293,54		
	I	2.794,51	905,60	700,00	770,00	840,00	1.362,00	2.725,00	3.700,11	4.400,11	4.470,11	4.540,11	5.062,11	6.425,11	566,00	3.360,51	4.060,51	4.130,51	4.200,51	4.722,51	6.085,51		
C	VI	2.702,78	891,20	677,00	745,00	812,00	1.316,00	2.632,00	3.593,98	4.270,98	4.338,98	4.405,98	4.909,98	6.225,98	557,00	3.259,78	3.936,78	4.004,78	4.071,78	4.575,78	5.891,78		
	V	2.610,55	872,00	652,00	717,00	782,00	1.270,00	2.539,00	3.482,55	4.134,55	4.199,55	4.264,55	4.752,55	6.021,55	545,00	3.155,55	3.807,55	3.872,55	3.937,55	4.425,55	5.694,55		
	IV	2.520,64	852,00	629,00	692,00	755,00	1.225,00	2.449,00	3.372,64	4.001,64	4.064,64	4.127,64	4.597,64	5.821,64	532,50	3.053,14	3.682,14	3.745,14	3.808,14	4.278,14	5.502,14		
	III	2.437,25	838,40	608,00	669,00	730,00	1.182,00	2.365,00	3.275,65	3.883,65	3.944,65	4.005,65	4.457,65	5.640,65	524,00	2.961,25	3.569,25	3.630,25	3.691,25	4.143,25	5.326,25		
	II	2.353,14	819,20	587,00	646,00	704,00	1.141,00	2.281,00	3.172,34	3.759,34	3.818,34	3.876,34	4.313,34	5.453,34	512,00	2.865,14	3.452,14	3.511,14	3.569,14	4.006,14	5.146,14		
	I	2.271,12	800,00	565,00	622,00	678,00	1.100,00	2.199,00	3.071,12	3.636,12	3.693,12	3.749,12	4.171,12	5.270,12	500,00	2.771,12	3.336,12	3.393,12	3.449,12	3.871,12	4.970,12		
B	VI	2.194,95	787,20	546,00	601,00	655,00	1.061,00	2.122,00	2.982,15	3.528,15	3.583,15	3.637,15	4.043,15	5.104,15	492,00	2.686,95	3.232,95	3.287,95	3.341,95	3.747,95	4.808,95		
	V	2.118,34	768,80	527,00	580,00	632,00	1.023,00	2.046,00	2.887,14	3.414,14	3.467,14	3.519,14	3.910,14	4.933,14	480,50	2.598,84	3.125,84	3.178,84	3.230,84	3.621,84	4.644,84		
	IV	2.043,31	750,40	506,00	557,00	607,00	986,00	1.971,00	2.793,71	3.299,71	3.350,71	3.400,71	3.779,71	4.764,71	469,00	2.512,31	3.018,31	3.069,31	3.119,31	3.498,31	4.483,31		
	III	1.972,94	737,60	489,00	538,00	587,00	950,00	1.901,00	2.710,54	3.199,54	3.248,54	3.297,54	3.660,54	4.611,54	461,00	2.433,94	2.922,94	2.971,94	3.020,94	3.383,94	4.334,94		
	II	1.902,42	720,00	471,00	518,00	565,00	916,00	1.831,00	2.622,42	3.093,42	3.140,42	3.187,42	3.538,42	4.453,42	450,00	2.352,42	2.823,42	2.870,42	2.917,42	3.268,42	4.183,42		
	I	1.833,23	702,40	452,00	497,00	542,00	881,00	1.762,00	2.535,63	2.987,63	3.032,63	3.077,63	3.416,63	4.297,63	439,00	2.272,23	2.724,23	2.769,23	2.814,23	3.153,23	4.034,23		
A	V	1.780,32	682,40	441,00	485,00	529,00	856,00	1.711,00	2.462,72	2.903,72	2.947,72	2.991,72	3.318,72	4.173,72	426,50	2.206,82	2.647,82	2.691,82	2.735,82	3.062,82	3.917,82		
	IV	1.728,84	664,00	428,00	471,00	513,00	831,00	1.661,00	2.392,84	2.820,84	2.863,84	2.905,84	3.223,84	4.053,84	415,00	2.143,84	2.571,84	2.614,84	2.656,84	2.974,84	3.804,84		
	III	1.679,35	644,80	415,00	457,00	497,00	807,00	1.615,00	2.324,15	2.739,15	2.781,15	2.821,15	3.131,15	3.939,15	403,00	2.082,35	2.497,35	2.539,35	2.579,35	2.889,35	3.697,35		
	II	1.630,24	627,20	403,00	444,00	483,00	783,00	1.567,00	2.257,44	2.660,44	2.701,44	2.740,44	3.040,44	3.824,44	392,00	2.022,24	2.425,24	2.466,24	2.505,24	2.805,24	3.589,24		
	I	1.575,98	606,40	390,00	430,00	467,00	757,00	1.514,00	2.182,38	2.572,38	2.612,38	2.649,38	2.939,38	3.696,38	379,00	1.954,98	2.344,98	2.384,98	2.421,98	2.711,98	3.468,98		

Nível Intermediário - GDACTSP - 100 pontos

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDACTSP	GQ - Gratificação de Qualificação					ATIVO					GDACTSP		APOSENTADO							
				TOTAL (em R\$) - 100 pts.					TOTAL (em R\$) - 100 pts.					50 pts.		TOTAL (em R\$) - 50 pts.							
			100 pts.	I	II	III	IV	V	Sem GQ	I	II	III	IV	V	(**)	Sem GQ	I	II	III	IV	V		
			(*)	A	B	C	D	E	F	G	H=(A+B)	I=(A+B+C)	J=(A+B+D)	K=(A+B+E)	L=(A+B+F)	M=(A+B+G)	N	O=(A+N)	P=(A+C+N)	Q=(A+D+N)	R=(A+E+N)	S=(A+F+N)	T=(A+G+N)
ESPECIAL	III	2.994,27	1.184,00	752,00	827,00	902,00	1.462,00	2.925,00	4.178,27	4.930,27	5.005,27	5.080,27	5.640,27	7.103,27	592,00	3.586,27	4.338,27	4.413,27	4.488,27	5.048,27	6.511,27		
	II	2.892,54	1.158,00	725,00	798,00	870,00	1.412,00	2.822,00	4.050,54	4.775,54	4.848,54	4.920,54	5.462,54	6.872,54	579,00	3.471,54	4.196,54	4.269,54	4.341,54	4.883,54	6.293,54		
	I	2.794,51	1.132,00	700,00	770,00	840,00	1.362,00	2.725,00	3.926,51	4.626,51	4.696,51	4.766,51	5.288,51	6.651,51	566,00	3.360,51	4.060,51	4.130,51	4.200,51	4.722,51	6.085,51		
C	VI	2.702,78	1.114,00	677,00	745,00	812,00	1.316,00	2.632,00	3.816,78	4.493,78	4.561,78	4.628,78	5.132,78	6.448,78	557,00	3.259,78	3.936,78	4.004,78	4.071,78	4.575,78	5.891,78		
	V	2.610,55	1.090,00	652,00	717,00	782,00	1.270,00	2.539,00	3.700,55	4.352,55	4.417,55	4.482,55	4.970,55	6.239,55	545,00	3.155,55	3.807,55	3.872,55	3.937,55	4.425,55	5.694,55		
	IV	2.520,64	1.065,00	629,00	692,00	755,00	1.225,00	2.449,00	3.585,64	4.214,64	4.277,64	4.340,64	4.810,64	6.034,64	532,50	3.053,14	3.682,14	3.745,14	3.808,14	4.278,14	5.502,14		
	III	2.437,25	1.048,00	608,00	669,00	730,00	1.182,00	2.365,00	3.485,25	4.093,25	4.154,25	4.215,25	4.667,25	5.850,25	524,00	2.961,25	3.569,25	3.630,25	3.691,25	4.143,25	5.326,25		
	II	2.353,14	1.024,00	587,00	646,00	704,00	1.141,00	2.281,00	3.377,14	3.964,14	4.023,14	4.081,14	4.518,14	5.658,14	512,00	2.865,14	3.452,14	3.511,14	3.569,14	4.006,14	5.146,14		
	I	2.271,12	1.000,00	565,00	622,00	678,00	1.100,00	2.199,00	3.271,12	3.836,12	3.893,12	3.949,12	4.371,12	5.470,12	500,00	2.771,12	3.336,12	3.393,12	3.449,12	3.871,12	4.970,12		
B	VI	2.194,95	984,00	546,00	601,00	655,00	1.061,00	2.122,00	3.178,95	3.724,95	3.779,95	3.833,95	4.239,95	5.300,95	492,00	2.686,95	3.232,95	3.287,95	3.341,95	3.747,95	4.808,95		
	V	2.118,34	961,00	527,00	580,00	632,00	1.023,00	2.046,00	3.079,34	3.606,34	3.659,34	3.713,34	4.102,34	5.125,34	480,50	2.598,84	3.125,84	3.178,84	3.230,84	3.621,84	4.644,84		
	IV	2.043,31	938,00	506,00	557,00	607,00	986,00	1.971,00	2.981,31	3.487,31	3.538,31	3.588,31	3.967,31	4.952,31	469,00	2.512,31	3.018,31	3.069,31	3.119,31	3.498,31	4.483,31		
	III	1.972,94	922,00	489,00	538,00	587,00	950,00	1.901,00	2.894,94	3.383,94	3.432,94	3.481,94	3.844,94	4.795,94	461,00	2.433,94	2.922,94	2.971,94	3.020,94	3.383,94	4.334,94		
	II	1.902,42	900,00	471,00	518,00	565,00	916,00	1.831,00	2.802,42	3.273,42	3.320,42	3.367,42	3.718,42	4.633,42	450,00	2.352,42	2.823,42	2.870,42	2.917,42	3.268,42	4.183,42		
	I	1.833,23	878,00	452,00	497,00	542,00	881,00	1.762,00	2.711,23	3.163,23	3.208,23	3.253,23	3.592,23	4.473,23	439,00	2.272,23	2.724,23	2.769,23	2.814,23	3.153,23	4.034,23		
A	V	1.780,32	853,00	441,00	485,00	529,00	856,00	1.711,00	2.633,32	3.074,32	3.118,32	3.162,32	3.489,32	4.344,32	426,50	2.206,82	2.647,82	2.691,82	2.735,82	3.062,82	3.917,82		
	IV	1.728,84	830,00	428,00	471,00	513,00	831,00	1.661,00	2.558,84	2.986,84	3.029,84	3.071,84	3.389,84	4.219,84	415,00	2.143,84	2.571,84	2.614,84	2.656,84	2.974,84	3.804,84		
	III	1.679,35	806,00	415,00	457,00	497,00	807,00	1.615,00	2.485,35	2.900,35	2.942,35	2.982,35	3.292,35	4.100,35	403,00	2.082,35	2.497,35	2.539,35	2.579,35	2.889,35	3.697,35		
	II	1.630,24	784,00	403,00	444,00	483,00	783,00	1.567,00	2.414,24	2.817,24	2.858,24	2.897,24	3.197,24	3.981,24	392,00	2.022,24	2.425,24	2.466,24	2.505,24	2.805,24	3.589,24		
	I	1.575,98	758,00	390,00	430,00	467,00	757,00	1.514,00	2.333,98	2.723,98	2.763,98	2.800,98	3.090,98	3.847,98	379,00	1.954,98	2.344,98	2.384,98	2.421,98	2.711,98	3.468,98		

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

* Serão enquadrados, em cargos de idêntica denominação e atribuições, que passarão a integrar o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, os titulares dos cargos efetivos de nível intermediário do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 1970, ou de planos correlatos, os titulares de cargos de nível intermediário do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e os integrantes de cargos da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 2002, não integrantes das carreiras de que trata a Lei nº 8.691, de 1993, ou da Carreira de Procurador Federal, regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da FIOCRUZ, em 22 de julho de 2005. (art. 28 da Lei nº 11.355/06 e art. 5º da MP 341/2006).

VB - Vencimento Básico - Anexo IX-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXII da MP 441/2008)

GDACTSP - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública

(*) A GDACT será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXIII da MP 441/2008.

A pontuação referente à GDACTSP será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDACTSP no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere os arts. 34-A e 35 da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDACTSP deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo IX-B da MP 441/08.

GQ - Gratificação de Qualificação - servidor de nível intermediário, possuidor de certificado de conclusão, com aproveitamento, de curso de aperfeiçoamento ou especialização receberá a GQ em valor correspondente ao nível I, possuidor de grau de Mestre - valor de Nível II e título de Doutor - valor de Nível III, conforme Anexo IX-D da Lei nº 11.355/2006 e MP 479/2009.

(**) **Aposentado** - GDACTSP - art. 149 da Lei nº 11.355 de 19.10.06 (redação dada art.5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) **Aposentado - GQ** - Aplica-se o art. 41-C da Lei nº 11.355/06 aos aposentados e pensionistas.

A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se os requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais tiverem sido obtidos anteriormente à data da inativação (§ 7º do art.-41-B da Lei 11.355/2006 e MP 479/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º

Lei nº 11.490, de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

26. GRUPO-DEFESA AÉREA E CONTROLE DO TRÁFEGO AÉREO - DACTA

Cargo: Nível Superior

Nível Superior

Posição: julho/2009

CLASSE	PADRÃO	VB	GDASA			ATIVO		GDASA 50 pts (**)	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts. G=(A+FI)
			80 pts.	(*)	100 pts.	TOTAL (em R\$)			
			A		B	C	80 pts. D=(A+B)		
ESPECIAL	III	3.383,00	5.045,60		6.307,00	8.428,60	9.690,00	3.153,50	6.536,50
	II	3.290,86	4.996,80		6.246,00	8.287,66	9.536,86	3.123,00	6.413,86
	I	3.201,23	4.948,00		6.185,00	8.149,23	9.386,23	3.092,50	6.293,73
C	VI	3.107,99	4.888,00		6.110,00	7.995,99	9.217,99	3.055,00	6.162,99
	V	3.023,33	4.840,80		6.051,00	7.864,13	9.074,33	3.025,50	6.048,83
	IV	2.940,99	4.793,60		5.992,00	7.734,59	8.932,99	2.996,00	5.936,99
	III	2.860,88	4.747,20		5.934,00	7.608,08	8.794,88	2.967,00	5.827,88
	II	2.782,96	4.700,80		5.876,00	7.483,76	8.658,96	2.938,00	5.720,96
	I	2.707,16	4.655,20		5.819,00	7.362,36	8.526,16	2.909,50	5.616,66
B	VI	2.628,31	4.599,20		5.749,00	7.227,51	8.377,31	2.874,50	5.502,81
	V	2.556,72	4.554,40		5.693,00	7.111,12	8.249,72	2.846,50	5.403,22
	IV	2.487,08	4.510,40		5.638,00	6.997,48	8.125,08	2.819,00	5.306,08
	III	2.419,34	4.466,40		5.583,00	6.885,74	8.002,34	2.791,50	5.210,84
	II	2.353,44	4.423,20		5.529,00	6.776,64	7.882,44	2.764,50	5.117,94
	I	2.289,34	4.380,00		5.475,00	6.669,34	7.764,34	2.737,50	5.026,84
A	V	2.222,66	4.327,20		5.409,00	6.549,86	7.631,66	2.704,50	4.927,16
	IV	2.162,12	4.285,60		5.357,00	6.447,72	7.519,12	2.678,50	4.840,62
	III	2.103,23	4.244,00		5.305,00	6.347,23	7.408,23	2.652,50	4.755,73
	II	2.045,95	4.203,20		5.254,00	6.249,15	7.299,95	2.627,00	4.672,95
	I	1.990,22	4.162,40		5.203,00	6.152,62	7.193,22	2.601,50	4.591,72

VB - Vencimento Básico (Anexo IX da 441/2008)

GDASA - Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo

(*) Até que sejam publicados os atos a que se refere o art. 4º e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional considerando o disposto no § 1º do art. 3º da MP 441/08, todos os servidores que fizerem jus à GDASA deverão percebê-la em valor correspondente a oitenta pontos.

(*) A GDASA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo II da MP 441/08, produzindo efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

A pontuação referente à GDASA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) **Aposentado** - GDASA - art. 6º da Lei nº 10.551/02 (art. 26 da MP 441/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Medida Provisória nº 807 art. 2º e 3º de 30.12.94

Medida Provisória nº 1.652-43 de 05.05.98

Lei nº 9.641 de 25.05.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Medida Provisória nº 48 de 26.06.2002

Lei nº 10.551 de 13.11.2002

Decreto nº 4.540 de 23.12.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004

Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 2º ao art. 4

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 132.

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

26. GRUPO-DEFESA AÉREA E CONTROLE DO TRÁFEGO AÉREO - DACTA

Cargo:Nível Intermediário

Nível Intermediário

Posição: julho/2009

CLASSE	PADRÃO	VB	GDASA			ATIVO		GDASA	APOSENTADO
			80 pts.	(*)	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
			A		B	C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	(**) F
ESPECIAL	III	1.923,10	2.672,80		3.341,00	4.595,90	5.264,10	1.670,50	3.593,60
	II	1.904,06	2.660,80		3.326,00	4.564,86	5.230,06	1.663,00	3.567,06
	I	1.885,21	2.648,80		3.311,00	4.534,01	5.196,21	1.655,50	3.540,71
C	VI	1.857,35	2.636,00		3.295,00	4.493,35	5.152,35	1.647,50	3.504,85
	V	1.838,96	2.624,00		3.280,00	4.462,96	5.118,96	1.640,00	3.478,96
	IV	1.820,75	2.612,00		3.265,00	4.432,75	5.085,75	1.632,50	3.453,25
	III	1.802,73	2.600,00		3.250,00	4.402,73	5.052,73	1.625,00	3.427,73
	II	1.784,88	2.588,00		3.235,00	4.372,88	5.019,88	1.617,50	3.402,38
	I	1.767,20	2.576,80		3.221,00	4.344,00	4.988,20	1.610,50	3.377,70
B	VI	1.741,09	2.564,00		3.205,00	4.305,09	4.946,09	1.602,50	3.343,59
	V	1.723,85	2.552,80		3.191,00	4.276,65	4.914,85	1.595,50	3.319,35
	IV	1.706,78	2.541,60		3.177,00	4.248,38	4.883,78	1.588,50	3.295,28
	III	1.689,88	2.530,40		3.163,00	4.220,28	4.852,88	1.581,50	3.271,38
	II	1.673,15	2.519,20		3.149,00	4.192,35	4.822,15	1.574,50	3.247,65
A	I	1.656,59	2.508,00		3.135,00	4.164,59	4.791,59	1.567,50	3.224,09
	V	1.632,10	2.495,20		3.119,00	4.127,30	4.751,10	1.559,50	3.191,60
	IV	1.615,94	2.484,00		3.105,00	4.099,94	4.720,94	1.552,50	3.168,44
	III	1.599,95	2.472,80		3.091,00	4.072,75	4.690,95	1.545,50	3.145,45
	II	1.584,10	2.461,60		3.077,00	4.045,70	4.661,10	1.538,50	3.122,60
I	1.568,42	2.450,40		3.063,00	4.018,82	4.631,42	1.531,50	3.099,92	

VB - Vencimento Básico (Anexo IX da 441/2008)

GDASA - Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo

(*) Até que sejam publicados os atos a que se refere o art. 4º e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional considerando o disposto no § 1º do art. 3º da MP 441/08, todos os servidores que fizerem jus à GDASA deverão percebê-la em valor correspondente a oitenta pontos.

(*) A GDASA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo II da MP 441/08, produzindo efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

A pontuação referente à GDASA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) **Aposentado** - GDASA - art. 6º da Lei nº 10.551/02 (art. 26 da MP 441/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.112 de 11.12.90 art. 40 § único

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Medida Provisória nº 807 art. 2º e 3º, de 30.12.94

Medida Provisória nº 1.652-43 de 05.05.98

Lei nº 9.641 de 25.05.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.525 de 06.08.2002

Medida Provisória nº 48 de 26.06.2002

Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002

Lei nº 10.525 de 06.08.2002

Lei nº 10.551 de 13.11.2002

Decreto nº 4.540 de 23.12.2002

Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.699 de 09.07.2003

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004

Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 2º ao art. 4

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 132.

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

27. GRUPO P-1500

Cargo: Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATP		ATIVO		GDATP	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			(*)	(*)	80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)		
ESPECIAL	IV	9.490,73	4.935,20	6.169,00	14.425,93	15.659,73	3.084,50	12.575,23
	III	9.279,69	4.825,60	6.032,00	14.105,29	15.311,69	3.016,00	12.295,69
	II	9.071,02	4.716,80	5.896,00	13.787,82	14.967,02	2.948,00	12.019,02
	I	8.867,30	4.611,20	5.764,00	13.478,50	14.631,30	2.882,00	11.749,30
C	III	8.558,48	4.450,40	5.563,00	13.008,88	14.121,48	2.781,50	11.339,98
	II	8.350,03	4.342,40	5.428,00	12.692,43	13.778,03	2.714,00	11.064,03
	I	8.146,49	4.236,00	5.295,00	12.382,49	13.441,49	2.647,50	10.793,99
B	III	7.853,27	4.084,00	5.105,00	11.937,27	12.958,27	2.552,50	10.405,77
	II	7.661,85	3.984,00	4.980,00	11.645,85	12.641,85	2.490,00	10.151,85
	I	7.474,48	3.886,40	4.858,00	11.360,88	12.332,48	2.429,00	9.903,48
A	III	7.194,19	3.740,80	4.676,00	10.934,99	11.870,19	2.338,00	9.532,19
	II	7.018,63	3.649,60	4.562,00	10.668,23	11.580,63	2.281,00	9.299,63
	I	6.775,42	3.523,20	4.404,00	10.298,62	11.179,42	2.202,00	8.977,42

VB - Vencimento Básico - Anexo XXIII da MP 440/2008

GDATP - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Planejamento

Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Planejamento - GDATP, devida aos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 135 da Lei nº 11.890/2008, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação. (art. 80 da Lei nº 12.702/2012)

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

(*) A GDATP será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXIV da MP 440/2008.

A pontuação a que se refere a GDATP terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDATP, no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos (§2º do art. 144 da Lei 11.890/2009 e MP 479/2009)

(**) **Aposentado** - GDATP - art. 152 da MP 440/2008.

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 2.347 de 23.07.87

Decreto nº 95.077 de 22.10.87

Decreto nº 98.158 de 21.09.89

Decreto nº 98.978 de 21.02.90

Lei nº 8.538 de 21.12.92

Lei nº 8.270 de 17.12.91

Decreto nº 491 de 09.04.92

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Medida Provisória nº 1.548-37 de 30.10.97

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Portaria nº 45 de 24.06.99

Portaria nº 01 de 29.02.00

Portaria nº 29 de 01.03.00

Portaria nº 236 de 28.04.00

Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2.048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Portaria nº 171 de 16.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Portaria nº 193 de 29.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2136-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Portaria nº 917 de 09.08.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Portaria nº 769 de 12.09.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 81

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 80

28. HOSPITAL DA FORÇAS ARMADAS - HFA

Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA

* Área de Saúde

Carreira Especialista em Atividades Hospitalares

Cargo: Especialista em Atividades Hospitalares

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAHFA		RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDAHFA	APOSENTADO			
			80 pts.	100 pts.	Especialização	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.			
			(*)						Sem RT	Especialização	Mestrado	Doutorado	Sem RT	Especialização	Mestrado	Doutorado	(**)	Sem RT	Especialização	Mestrado
	A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)	
ESPECIAL	V	2.986,00	3.211,20	4.014,00	597,20	895,80	1.194,40	6.197,20	6.794,40	7.093,00	7.391,60	7.000,00	7.597,20	7.895,80	8.194,40	2.007,00	4.993,00	5.590,20	5.888,80	6.187,40
	IV	2.907,50	3.137,60	3.922,00	581,49	872,24	1.162,99	6.045,10	6.626,59	6.917,34	7.208,09	6.829,50	7.410,99	7.701,74	7.992,49	1.961,00	4.868,50	5.449,99	5.740,74	6.031,49
	III	2.831,06	3.065,60	3.832,00	566,21	849,31	1.132,42	5.896,66	6.462,87	6.745,97	7.029,08	6.663,06	7.229,27	7.512,37	7.795,48	1.916,00	4.747,06	5.313,27	5.596,37	5.879,48
	II	2.756,63	2.920,00	3.650,00	551,32	826,99	1.102,65	5.676,63	6.227,95	6.503,62	6.779,28	6.406,63	6.957,95	7.233,62	7.509,28	1.825,00	4.581,63	5.132,95	5.408,62	5.684,28
	I	2.684,16	2.852,80	3.566,00	536,82	805,24	1.073,66	5.536,96	6.073,78	6.342,20	6.610,62	6.250,16	6.786,98	7.055,40	7.323,82	1.783,00	4.467,16	5.003,98	5.272,40	5.540,82
C	V	2.568,57	2.787,20	3.484,00	513,72	770,58	1.027,43	5.355,77	5.869,49	6.126,35	6.383,20	6.052,57	6.566,29	6.823,15	7.080,00	1.742,00	4.310,57	4.824,29	5.081,15	5.338,00
	IV	2.501,04	2.723,20	3.404,00	500,22	750,32	1.000,43	5.224,24	5.724,46	5.974,56	6.224,67	5.905,04	6.405,26	6.655,36	6.905,47	1.702,00	4.203,04	4.703,26	4.953,36	5.203,47
	III	2.435,29	2.660,80	3.326,00	487,06	730,59	974,12	5.096,09	5.583,15	5.826,68	6.070,21	5.761,29	6.248,35	6.491,88	6.735,41	1.663,00	4.098,29	4.585,35	4.828,88	5.072,41
	II	2.371,27	2.600,00	3.250,00	474,25	711,38	948,50	4.971,27	5.445,52	5.682,65	5.919,77	5.621,27	6.095,52	6.332,65	6.569,77	1.625,00	3.996,27	4.470,52	4.707,65	4.944,77
	I	2.308,93	2.476,00	3.095,00	461,78	692,67	923,57	4.784,93	5.246,71	5.477,60	5.708,50	5.403,93	5.865,71	6.096,60	6.327,50	1.547,50	3.856,43	4.318,21	4.549,10	4.780,00
B	V	2.209,50	2.419,20	3.024,00	441,89	662,84	883,79	4.628,70	5.070,59	5.291,54	5.512,49	5.233,50	5.675,39	5.896,34	6.117,29	1.512,00	3.721,50	4.163,39	4.384,34	4.605,29
	IV	2.151,41	2.364,00	2.955,00	430,29	645,43	860,57	4.515,41	4.945,70	5.160,84	5.375,98	5.106,41	5.536,70	5.751,84	5.966,98	1.477,50	3.628,91	4.059,20	4.274,34	4.489,48
	III	2.094,85	2.309,60	2.887,00	418,97	628,46	837,94	4.404,45	4.823,42	5.032,91	5.242,39	4.981,85	5.400,82	5.610,31	5.819,79	1.443,50	3.538,35	3.957,32	4.166,81	4.376,29
	II	2.039,78	2.256,80	2.821,00	407,94	611,92	815,90	4.296,58	4.704,52	4.908,50	5.112,48	4.860,78	5.268,72	5.472,70	5.676,68	1.410,50	3.450,28	3.858,22	4.062,20	4.266,18
	I	1.986,15	2.204,80	2.756,00	397,23	595,84	794,46	4.190,95	4.588,18	4.786,79	4.985,41	4.742,15	5.139,38	5.337,99	5.536,61	1.378,00	3.364,15	3.761,38	3.959,99	4.158,61
A	V	1.900,62	2.100,00	2.625,00	380,13	570,19	760,25	4.000,62	4.380,75	4.570,81	4.760,87	4.525,62	4.905,75	5.095,81	5.285,87	1.312,50	3.213,12	3.593,25	3.783,31	3.973,37
	IV	1.850,65	2.059,20	2.574,00	370,14	555,21	740,27	3.909,85	4.279,99	4.465,06	4.650,12	4.424,65	4.794,79	4.979,86	5.164,92	1.287,00	3.137,65	3.507,79	3.692,86	3.877,92
	III	1.802,00	2.019,20	2.524,00	360,40	540,60	720,80	3.821,20	4.181,60	4.361,80	4.542,00	4.326,00	4.686,40	4.866,60	5.046,80	1.262,00	3.064,00	3.424,40	3.604,60	3.784,80
	II	1.754,62	1.980,00	2.475,00	350,93	526,40	701,86	3.734,62	4.085,55	4.261,02	4.436,48	4.229,62	4.580,55	4.756,02	4.931,48	1.237,50	2.992,12	3.343,05	3.518,52	3.693,98
	I	1.708,50	1.940,80	2.426,00	341,69	512,54	683,39	3.649,30	3.990,99	4.161,84	4.332,69	4.134,50	4.476,19	4.647,04	4.817,89	1.213,00	2.921,50	3.263,19	3.434,04	3.604,89

* Carreira de Especialista em Atividades Hospitalares, composta pelo cargo de Especialista em Atividades Hospitalares, de nível superior, com atribuições voltadas para as atividades de planejamento, coordenação, controle, acompanhamento e execução nas áreas de enfermagem, farmácia, psicologia, fisioterapia, odontologia, serviço social, fonoaudiologia, nutrição, química, física nuclear e outras atividades da área de saúde, de nível superior, desenvolvidas no âmbito do HFA (art. 70 Lei nº 11.784/2008)

Ficam automaticamente enquadrados no PCCHFA, em cargos de idênticas denominações e atribuições, entre os referidos no inciso IV do caput do art. 70 da Lei nº 11.784/2008, a partir de 1º de março de 2008, os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível superior integrantes do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do HFA, em 30 de outubro de 2007, bem como aqueles que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, para exercício no HFA, desde que a redistribuição tenha sido requerida até a data referida, mantidas as denominações e atribuições dos respectivos cargos, bem como os requisitos de formação profissional, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo LXVI da Lei nº 11.784/2008.

HFA - Hospital das Forças Armadas

VB - Vencimento Básico - Anexo LXV da Lei nº 11.784/2009

GDAHFA - Gratificação de Desempenho de Atividades Hospitalares do Hospital das Forças Armadas - Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008

(*) A GDAHFA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008

A pontuação referente à GDAHFA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDAHFA deverão percebê-la em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observadas as respectivas Carreiras, níveis, classes e padrões.

Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAHFA no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação conforme disposto no art. 159 desta Lei.

RT - Retribuição por Titulação - devida aos servidores do PCCHFA, ocupantes dos cargos de nível superior de Especialista em Atividades Hospitalares, Enfermeiro, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Nutricionista, Odontólogo e Psicólogo, portadores de certificado de Especialização, de títulos de mestre e de doutor, conforme valores estabelecidos no Anexo LXIII da Lei nº 11.784/2008.

(**) **Aposentado**: GDAHFA - art. 84 da Lei nº 11.784/2008

(**) **Aposentado** - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o certificado ou o título tiver sido obtido anteriormente à data da inativação. (§ 5º do art. 88 da Lei nº 11.784/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 12

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 100

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 97

28. HOSPITAL DA FORÇAS ARMADAS - HFA

Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA

* Área de Saúde

Carreira de Suporte às Atividades Médico-Hospitalares

Cargo: Técnico em Atividades Médico-Hospitalares

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAHFA			ATIVO		GDAHFA 50 pts (**)	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts. G=(A+F)
			80 pts.	(*)	100 pts.	TOTAL (em R\$)			
			A		B	C	D=(A+B)		
ESPECIAL	V	1.970,00	1.098,40		1.373,00	3.068,40	3.343,00	686,50	2.656,50
	IV	1.927,59	1.078,40		1.348,00	3.005,99	3.275,59	674,00	2.601,59
	III	1.886,10	1.059,20		1.324,00	2.945,30	3.210,10	662,00	2.548,10
	II	1.845,50	1.040,00		1.300,00	2.885,50	3.145,50	650,00	2.495,50
	I	1.805,77	1.020,80		1.276,00	2.826,57	3.081,77	638,00	2.443,77
C	V	1.753,18	996,00		1.245,00	2.749,18	2.998,18	622,50	2.375,68
	IV	1.715,44	978,40		1.223,00	2.693,84	2.938,44	611,50	2.326,94
	III	1.678,51	960,80		1.201,00	2.639,31	2.879,51	600,50	2.279,01
	II	1.642,38	944,00		1.180,00	2.586,38	2.822,38	590,00	2.232,38
	I	1.607,02	927,20		1.159,00	2.534,22	2.766,02	579,50	2.186,52
B	V	1.560,22	905,60		1.132,00	2.465,82	2.692,22	566,00	2.126,22
	IV	1.526,63	889,60		1.112,00	2.416,23	2.638,63	556,00	2.082,63
	III	1.493,77	873,60		1.092,00	2.367,37	2.585,77	546,00	2.039,77
	II	1.461,61	858,40		1.073,00	2.320,01	2.534,61	536,50	1.998,11
	I	1.430,15	844,00		1.055,00	2.274,15	2.485,15	527,50	1.957,65
A	V	1.388,49	824,00		1.030,00	2.212,49	2.418,49	515,00	1.903,49
	IV	1.358,60	810,40		1.013,00	2.169,00	2.371,60	506,50	1.865,10
	III	1.329,36	796,00		995,00	2.125,36	2.324,36	497,50	1.826,86
	II	1.300,74	782,40		978,00	2.083,14	2.278,74	489,00	1.789,74
	I	1.272,74	769,60		962,00	2.042,34	2.234,74	481,00	1.753,74

* Carreira de Suporte às Atividades Médico-Hospitalares, composta pelo cargo de Técnico em Atividades Médico-Hospitalares, de nível intermediário, com atribuições voltadas para a execução de atividades de nível intermediário nas áreas técnicas de enfermagem, laboratório, radiologia, eletrocardiografia, cito e histologia, citotécnica, gesso, função pulmonar, hemoterapia, eletroencefalografia, higiene dental, necropsia, prótese, farmácia, medicina nuclear, apoio às atividades médicas e de outras atividades da área de saúde desenvolvidas no âmbito do HFA (art. 70 da Lei nº 11.784/2008)

Ficam automaticamente enquadrados no PCCCHFA, em cargos de idênticas denominações e atribuições, entre os referidos no inciso IV do caput do art. 70 da Lei nº 11.784/2008, a partir de 1º de março de 2008, os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível intermediário integrantes do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do HFA, em 30 de outubro de 2007, bem como aqueles que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, para exercício no HFA, desde que a redistribuição tenha sido requerida até a data referida, mantidas as denominações e atribuições dos respectivos cargos, bem como os requisitos de formação profissional, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo LXVI da Lei nº 11.784/2008.

HFA - Hospital das Forças Armadas

VB - Vencimento Básico - Anexo LXV da Lei nº 11.784/2009

GDAHFA - Gratificação de Desempenho de Atividades Hospitalares do Hospital das Forças Armadas - Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008

(*) A GDAHFA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008

A pontuação referente à GDAHFA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDAHFA deverão percebê-la em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observadas as respectivas Carreiras, níveis, classes e padrões.

Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAHFA no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação conforme disposto no art. 159 desta Lei.

(**) **Aposentado:** GDAHFA - art. 84 da Lei nº 11.784/2008

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 12

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 100

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 97

28. HOSPITAL DA FORÇAS ARMADAS - HFA

Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA

* Área Médica

Carreira Médica

Cargo: Médico - 20h e 40h

Nível Superior - 20 h

Posição: janeiro/2009

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAHFA		RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDAHFA	APOSENTADO			
			80 pts.	100 pts.	Especialização	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.			
			(*)					Sem RT	Especialização	Mestrado	Doutorado	Sem RT	Especialização	Mestrado	Doutorado	(**)	Sem RT	Especialização	Mestrado	Doutorado
A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)		
ESPECIAL	V	3.057,00	978,24	1.222,80	305,70	458,55	733,68	4.035,24	4.340,94	4.493,79	4.768,92	4.279,80	4.585,50	4.738,35	5.013,48	611,40	3.668,40	3.974,10	4.126,95	4.402,08
	IV	3.011,82	963,78	1.204,73	301,18	451,78	722,84	3.975,60	4.276,78	4.427,38	4.698,44	4.216,55	4.517,73	4.668,33	4.939,39	602,37	3.614,19	3.915,37	4.065,97	4.337,03
	III	2.967,31	949,54	1.186,92	296,74	445,11	712,16	3.916,85	4.213,59	4.361,96	4.629,01	4.154,23	4.450,97	4.599,34	4.866,39	593,46	3.560,77	3.857,51	4.005,88	4.272,93
	II	2.923,46	935,50	1.169,38	292,35	438,52	701,64	3.858,96	4.151,31	4.297,48	4.560,60	4.092,84	4.385,19	4.531,36	4.794,48	584,69	3.508,15	3.800,50	3.946,67	4.209,79
	I	2.880,26	921,68	1.152,10	288,03	432,04	691,26	3.801,94	4.089,97	4.233,98	4.493,20	4.032,36	4.320,39	4.464,40	4.723,62	576,05	3.456,31	3.744,34	3.888,35	4.147,57
C	V	2.796,37	894,84	1.118,55	279,63	419,45	671,12	3.691,21	3.970,84	4.110,66	4.362,33	3.914,92	4.194,55	4.334,37	4.586,04	559,28	3.355,65	3.635,28	3.775,10	4.026,77
	IV	2.755,04	881,62	1.102,02	275,50	413,25	661,21	3.636,66	3.912,16	4.049,91	4.297,87	3.857,06	4.132,56	4.270,31	4.518,27	551,01	3.306,05	3.581,55	3.719,30	3.967,26
	III	2.714,33	868,58	1.085,73	271,43	407,14	651,43	3.582,91	3.854,34	3.990,05	4.234,34	3.800,06	4.071,49	4.207,20	4.451,49	542,87	3.257,20	3.528,63	3.664,34	3.908,63
	II	2.674,21	855,74	1.069,68	267,43	401,14	641,82	3.529,95	3.797,38	3.931,09	4.171,77	3.743,89	4.011,32	4.145,03	4.385,71	534,84	3.209,05	3.476,48	3.610,19	3.850,87
	I	2.634,69	843,10	1.053,88	263,47	395,20	632,33	3.477,79	3.741,26	3.872,99	4.110,12	3.688,57	3.952,04	4.083,77	4.320,90	526,94	3.161,63	3.425,10	3.556,83	3.793,96
B	V	2.557,95	818,54	1.023,18	255,80	383,70	613,91	3.376,49	3.632,29	3.760,19	3.990,40	3.581,13	3.836,93	3.964,83	4.195,04	511,59	3.069,54	3.325,34	3.453,24	3.683,45
	IV	2.520,15	806,45	1.008,06	252,02	378,02	604,84	3.326,60	3.578,62	3.704,62	3.931,44	3.528,21	3.780,23	3.906,23	4.133,05	504,03	3.024,18	3.276,20	3.402,20	3.629,02
	III	2.482,91	794,53	993,16	248,29	372,44	595,90	3.277,44	3.525,73	3.649,88	3.873,34	3.476,07	3.724,36	3.848,51	4.071,97	496,58	2.979,49	3.227,78	3.351,93	3.575,39
	II	2.446,21	782,78	978,48	244,63	366,94	587,10	3.228,99	3.473,62	3.595,93	3.816,09	3.424,69	3.669,32	3.791,63	4.011,79	489,24	2.935,45	3.180,08	3.302,39	3.522,55
	I	2.410,06	771,22	964,02	241,02	361,52	578,42	3.181,28	3.422,30	3.542,80	3.759,70	3.374,08	3.615,10	3.735,60	3.952,50	482,01	2.892,07	3.133,09	3.253,59	3.470,49
A	V	2.339,87	748,76	935,95	233,98	350,97	561,56	3.088,63	3.322,61	3.439,60	3.650,19	3.275,82	3.509,80	3.626,79	3.837,38	467,98	2.807,85	3.041,83	3.158,82	3.369,41
	IV	2.305,29	737,70	922,12	230,52	345,79	553,26	3.042,99	3.273,51	3.388,78	3.596,25	3.227,41	3.457,93	3.573,20	3.780,67	461,06	2.766,35	2.996,87	3.112,14	3.319,61
	III	2.271,22	726,79	908,49	227,12	340,68	545,09	2.998,01	3.225,13	3.338,69	3.543,10	3.179,71	3.406,83	3.520,39	3.724,80	454,25	2.725,47	2.952,59	3.066,15	3.270,56
	II	2.237,66	716,05	895,06	223,76	335,65	537,03	2.953,71	3.177,47	3.289,36	3.490,74	3.132,72	3.356,48	3.468,37	3.669,75	447,53	2.685,19	2.908,95	3.020,84	3.222,22
	I	2.204,59	705,47	881,84	220,45	330,68	529,09	2.910,06	3.130,51	3.240,74	3.439,15	3.086,43	3.306,88	3.417,11	3.615,52	440,92	2.645,51	2.865,96	2.976,19	3.174,60

Nível Superior - 40 h

Posição: janeiro/2009

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAHFA		RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDAHFA	APOSENTADO			
			80 pts.	100 pts.	Especialização	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.			
			(*)					Sem RT	Especialização	Mestrado	Doutorado	Sem RT	Especialização	Mestrado	Doutorado	(**)	Sem RT	Especialização	Mestrado	Doutorado
A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)		
ESPECIAL	V	6.114,00	1.956,48	2.445,60	611,40	917,10	1.467,36	8.070,48	8.681,88	8.987,58	9.537,84	8.559,60	9.171,00	9.476,70	10.026,96	1.222,80	7.336,80	7.948,20	8.253,90	8.804,16
	IV	6.023,64	1.927,57	2.409,46	602,36	903,56	1.445,68	7.951,21	8.553,57	8.854,77	9.396,89	8.433,10	9.035,46	9.336,66	9.878,78	1.204,73	7.228,37	7.830,73	8.131,93	8.674,05
	III	5.934,62	1.899,07	2.373,84	593,48	890,22	1.424,32	7.833,69	8.427,17	8.723,91	9.258,01	8.308,46	8.901,94	9.198,68	9.732,78	1.186,92	7.121,54	7.715,02	8.011,76	8.545,86
	II	5.846,92	1.871,01	2.338,76	584,70	877,04	1.403,28	7.717,93	8.302,63	8.594,97	9.121,21	8.185,68	8.770,38	9.062,72	9.588,96	1.169,38	7.016,30	7.601,00	7.893,34	8.419,58
	I	5.760,52	1.843,36	2.304,20	576,06	864,08	1.382,52	7.603,88	8.179,94	8.467,96	8.986,40	8.064,72	8.640,78	8.928,80	9.447,24	1.152,10	6.912,62	7.488,68	7.776,70	8.295,14
C	V	5.592,74	1.789,68	2.237,10	559,26	838,90	1.342,24	7.382,42	7.941,68	8.221,32	8.724,66	7.829,84	8.389,10	8.668,74	9.172,08	1.118,55	6.711,29	7.270,55	7.550,19	8.053,53
	IV	5.510,08	1.763,23	2.204,04	551,00	826,50	1.322,42	7.273,31	7.824,31	8.099,81	8.595,73	7.714,12	8.265,12	8.540,62	9.036,54	1.102,02	6.612,10	7.163,10	7.438,60	7.934,52
	III	5.428,66	1.737,17	2.171,46	542,86	814,28	1.302,86	7.165,83	7.708,69	7.980,11	8.468,69	7.600,12	8.142,98	8.414,40	8.902,98	1.085,73	6.514,39	7.057,25	7.328,67	7.817,25
	II	5.348,42	1.711,49	2.139,36	534,86	802,28	1.283,64	7.059,91	7.594,77	7.862,19	8.343,55	7.487,78	8.022,64	8.290,06	8.771,42	1.069,68	6.418,10	6.952,96	7.220,38	7.701,74
	I	5.269,38	1.686,21	2.107,76	526,94	790,40	1.264,66	6.955,59	7.482,53	7.745,99	8.220,25	7.377,14	7.910,08	8.167,54	8.641,80	1.053,88	6.323,26	6.890,20	7.113,66	7.587,92
B	V	5.115,90	1.637,09	2.046,36	511,60	767,40	1.227,82	6.752,99	7.264,59	7.520,39	7.980,81	7.162,26	7.673,86	7.929,66	8.390,08	1.023,18	6.139,08	6.650,68	6.906,48	7.366,90
	IV	5.040,30	1.612,90	2.016,12	504,04	756,04	1.209,68	6.653,20	7.157,24	7.409,24	7.862,88	7.056,42	7.560,46	7.812,46	8.266,10	1.008,06	6.048,36	6.552,40	6.804,40	7.258,04
	III	4.965,82	1.589,06	1.986,32	496,58	744,88	1.191,80	6.554,88	7.051,46	7.299,76	7.746,68	6.952,14	7.448,72	7.697,02	8.143,94	993,16	5.958,98	6.455,56	6.703,86	7.150,78
	II	4.892,42	1.565,57	1.956,96	489,26	733,88	1.174,20	6.457,99	6.947,25	7.191,87	7.632,19	6.849,38	7.336,64	7.583,26	8.023,58	978,48	5.870,90	6.360,16	6.604,78	7.045,10
	I	4.820,12	1.542,43	1.928,04	482,04	723,04	1.156,84	6.362,55	6.844,59	7.085,59	7.519,39	6.748,16	7.230,20	7.471,20	7.905,00	964,02	5.784,14	6.266,18	6.507,18	6.940,98
A	V	4.679,74	1.497,52	1.871,90	467,96	701,94	1.123,12	6.177,26	6.645,22	6.879,20	7.300,38	6.551,64	7.019,60	7.253,58	7.674,76	935,95	5.615,69	6.083,65	6.317,63	6.738,81
	IV	4.610,58	1.475,39	1.844,24	461,04	691,58	1.106,52	6.085,97	6.547,01	6.777,55	7.192,49	6.454,82	6.915,86	7.146,40	7.561,34	922,12	5.532,70	5.993,74	6.224,28	6.639,22
	III	4.542,44	1.453,58	1.816,98	454,24	681,36	1.090,18	5.996,02	6.450,26	6.677,38	7.086,20	6.359,42	6.813,66	7.040,78	7.449,60	908,49	5.450,93	5.905,17	6.132,29	6.541,11
	II	4.475,32	1.432,10	1.790,12	447,52	671,30	1.074,06	5.907,42	6.354,94	6.578,72	6.981,48	6.265,44	6.712,96	6.936,74	7.339,50	885,06	5.370,38	5.817,90	6.041,68	6.444,44
	I	4.409,18	1.410,94	1.763,68	440,90	661,36	1.058,18	5.820,12	6.261,02											

* Carreira Médica, composta pelo cargo de Médico, de nível superior, com atribuições voltadas para planejamento, coordenação, controle, acompanhamento e execução de atividades relativas à área médica, envolvendo o tratamento clínico e cirúrgico, desenvolvidas no âmbito do Hospital das Forças Armadas - HFA. (art. 40 da Lei nº 11.784/2008)

Ficam automaticamente enquadrados no PCCHFA, em cargos de idênticas denominações e atribuições, entre os referidos no inciso IV do caput do art. 70 da Lei nº 11.784/2008, a partir de 1º de março de 2008, os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível superior integrantes do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do HFA, em 30 de outubro de 2007, bem como aqueles que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, para exercício no HFA, desde que a redistribuição tenha sido requerida até a data referida, mantidas as denominações e atribuições dos respectivos cargos, bem como os requisitos de formação profissional, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo LXVI da Lei nº 11.784/2008.

HFA - Hospital das Forças Armadas

VB - Vencimento Básico - Anexo LXV da Lei nº 11.784/2009

GDAHFA - Gratificação de Desempenho de Atividades Hospitalares do Hospital das Forças Armadas - Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008

(*) A GDAHFA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008

A pontuação referente à GDAHFA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDAHFA deverão percebê-la em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observadas as respectivas Carreiras, níveis, classes e padrões.

Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAHFA no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação conforme disposto no art. 159 desta Lei.

RT - Retribuição por Titulação - devida aos servidores do PCCHFA, ocupantes dos cargos de nível superior de Médico, portadores de certificado de Especialização, de títulos de mestre e de doutor, conforme valores estabelecidos no Anexo LXIII da Lei nº 11.784/2008.

(**) **Aposentado:** GDAHFA - art. 84 da Lei nº 11.784/2008

(**) **Aposentado** - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o certificado ou o título tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.(§ 5º do art. 88 da Lei nº 11.784/2008).

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 12

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

28. HOSPITAL DA FORÇAS ARMADAS - HFA

Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA

Quadro de Pessoal do HFA

* Cargos de Nível Superior da Área Administrativa do Quadro de Pessoal do HFA :

- Administrador e Arquivista.

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAHFA			ATIVO		GDAHFA	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
			A	B	C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	(**) F	50 pts. G=(A+F)
ESPECIAL	V	2.986,00	3.211,20	4.014,00	6.197,20	7.000,00	2.007,00	4.993,00	
	IV	2.907,50	3.137,60	3.922,00	6.045,10	6.829,50	1.961,00	4.868,50	
	III	2.831,06	3.065,60	3.832,00	5.896,66	6.663,06	1.916,00	4.747,06	
	II	2.756,63	2.920,00	3.650,00	5.676,63	6.406,63	1.825,00	4.581,63	
	I	2.684,16	2.852,80	3.566,00	5.536,96	6.250,16	1.783,00	4.467,16	
C	V	2.568,57	2.787,20	3.484,00	5.355,77	6.052,57	1.742,00	4.310,57	
	IV	2.501,04	2.723,20	3.404,00	5.224,24	5.905,04	1.702,00	4.203,04	
	III	2.435,29	2.660,80	3.326,00	5.096,09	5.761,29	1.663,00	4.098,29	
	II	2.371,27	2.600,00	3.250,00	4.971,27	5.621,27	1.625,00	3.996,27	
	I	2.308,93	2.476,00	3.095,00	4.784,93	5.403,93	1.547,50	3.856,43	
B	V	2.209,50	2.419,20	3.024,00	4.628,70	5.233,50	1.512,00	3.721,50	
	IV	2.151,41	2.364,00	2.955,00	4.515,41	5.106,41	1.477,50	3.628,91	
	III	2.094,85	2.309,60	2.887,00	4.404,45	4.981,85	1.443,50	3.538,35	
	II	2.039,78	2.256,80	2.821,00	4.296,58	4.860,78	1.410,50	3.450,28	
	I	1.986,15	2.204,80	2.756,00	4.190,95	4.742,15	1.378,00	3.364,15	
A	V	1.900,62	2.100,00	2.625,00	4.000,62	4.525,62	1.312,50	3.213,12	
	IV	1.850,65	2.059,20	2.574,00	3.909,85	4.424,65	1.287,00	3.137,65	
	III	1.802,00	2.019,20	2.524,00	3.821,20	4.326,00	1.262,00	3.064,00	
	II	1.754,62	1.980,00	2.475,00	3.734,62	4.229,62	1.237,50	2.992,12	
	I	1.708,50	1.940,80	2.426,00	3.649,30	4.134,50	1.213,00	2.921,50	

Ficam automaticamente enquadrados no PCCHFA, em cargos de idênticas denominações e atribuições, entre os referidos no inciso IV do caput do art. 70 da Lei nº 11.784/2008, a partir de 1º de março de 2008, os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível superior integrantes do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do HFA, em 30 de outubro de 2007, bem como aqueles que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, para exercício no HFA, desde que a redistribuição tenha sido requerida até a data referida, mantidas as denominações e atribuições dos respectivos cargos, bem como os requisitos de formação profissional, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo LXVI da Lei nº 11.784/2008.

HFA - Hospital das Forças Armadas

VB - Vencimento Básico - Anexo LXV da Lei nº 11.784/2009

GDAHFA - Gratificação de Desempenho de Atividades Hospitalares do Hospital das Forças Armadas - Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008

(*) A GDAHFA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008

A pontuação referente à GDAHFA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDAHFA deverão percebê-la em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observadas as respectivas Carreiras, níveis, classes e padrões.

Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAHFA no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação conforme disposto no art. 159 desta Lei.

(**) **Aposentado:** GDAHFA - art. 84 da Lei nº 11.784/2008

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 100

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 97

28. HOSPITAL DA FORÇAS ARMADAS - HFA

Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA

Quadro de Pessoal do HFA

Área Administrativa

* Cargos de Nível Intermediário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal do HFA :

- Agente Administrativo, Agente de Cinefotografia e Microfilmagem, Agente de Portaria, Agente de Serviços Complementares, Agente de Telecomunicação e Eletricidade, Artífice de Artes Gráficas, Artífice de Carpintaria e Marcenaria, Artífice de Confecção de Roupas e Uniformes, Artífice de Eletricidade e Comunicações, Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Datilógrafo, Desenhista, Motorista Oficial, Operador de Computação, Programador, Técnico de Contabilidade e Telefonista.

Nível Intermediário

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAHFA			ATIVO		GDAHFA	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)	
			(*)			80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	V	1.790,00	870,40	1.088,00	2.660,40	2.878,00	544,00	2.334,00	
	IV	1.756,62	857,60	1.072,00	2.614,22	2.828,62	536,00	2.292,62	
	III	1.723,87	844,80	1.056,00	2.568,67	2.779,87	528,00	2.251,87	
	II	1.691,73	832,00	1.040,00	2.523,73	2.731,73	520,00	2.211,73	
	I	1.660,18	819,20	1.024,00	2.479,38	2.684,18	512,00	2.172,18	
C	V	1.618,11	803,20	1.004,00	2.421,31	2.622,11	502,00	2.120,11	
	IV	1.587,94	791,20	989,00	2.379,14	2.576,94	494,50	2.082,44	
	III	1.558,33	780,00	975,00	2.338,33	2.533,33	487,50	2.045,83	
	II	1.529,28	768,00	960,00	2.297,28	2.489,28	480,00	2.009,28	
	I	1.500,76	756,80	946,00	2.257,56	2.446,76	473,00	1.973,76	
B	V	1.462,73	742,40	928,00	2.205,13	2.390,73	464,00	1.926,73	
	IV	1.435,46	731,20	914,00	2.166,66	2.349,46	457,00	1.892,46	
	III	1.408,69	720,80	901,00	2.129,49	2.309,69	450,50	1.859,19	
	II	1.382,43	710,40	888,00	2.092,83	2.270,43	444,00	1.826,43	
	I	1.356,65	700,80	876,00	2.057,45	2.232,65	438,00	1.794,65	
A	V	1.322,27	687,20	859,00	2.009,47	2.181,27	429,50	1.751,77	
	IV	1.297,62	677,60	847,00	1.975,22	2.144,62	423,50	1.721,12	
	III	1.273,42	668,00	835,00	1.941,42	2.108,42	417,50	1.690,92	
	II	1.249,68	658,40	823,00	1.908,08	2.072,68	411,50	1.661,18	
	I	1.226,38	649,60	812,00	1.875,98	2.038,38	406,00	1.632,38	

Ficam automaticamente enquadrados no PCCHFA, em cargos de idênticas denominações e atribuições, entre os referidos no inciso IV do caput do art. 70 da Lei nº 11.784/2008, a partir de 1º de março de 2008, os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível intermediário integrantes do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do HFA, em 30 de outubro de 2007, bem como aqueles que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, para exercício no HFA, desde que a redistribuição tenha sido requerida até a data referida, mantidas as denominações e atribuições dos respectivos cargos, bem como os requisitos de formação profissional, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo LXVI da Lei nº 11.784/2008.

HFA - Hospital das Forças Armadas

VB - Vencimento Básico - Anexo LXV da Lei nº 11.784/2009

GDAHFA - Gratificação de Desempenho de Atividades Hospitalares do Hospital das Forças Armadas - Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008

(*) A GDAHFA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008

A pontuação referente à GDAHFA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDAHFA deverão percebê-la em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observadas as respectivas Carreiras, níveis, classes e padrões.

Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAHFA no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação conforme disposto no art. 159 desta Lei.

(**) **Aposentado:** GDAHFA - art. 84 da Lei nº 11.784/2008

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 100

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 97

28. HOSPITAL DA FORÇAS ARMADAS - HFA

Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA

Quadro de Pessoal do HFA

* Cargos de Nível Auxiliar da Área Administrativa do Quadro de Pessoal do HFA :

- Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - AOSD.

Nível Auxiliar

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GEAHFA	GDAHFA		ATIVO		GDAHFA	APOSENTADO
				80 pts. (*)	100 pts. (**)	TOTAL (em R\$)		50 pts (***)	TOTAL (em R\$)
				C	D	80 pts. E=(A+B+C)	100 pts. F=(A+B+D)	G	50 pts. H=(A+B+G)
ESPECIAL	III	636,78	668,00	557,60	697,00	1.862,38	2.001,78	348,50	1.653,28
	II	625,52	654,90	548,00	685,00	1.828,42	1.965,42	342,50	1.622,92
	I	614,46	642,06	539,20	674,00	1.795,72	1.930,52	337,00	1.593,52

* Ficam automaticamente enquadrados no PCCHFA, em cargos de idênticas denominações e atribuições, entre os referidos no inciso IV do caput do art. 70 da Lei nº 11.784/2008, a partir de 1º de março de 2008, os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de nível auxiliar integrantes do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do HFA, em 30 de outubro de 2007, bem como aqueles que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, para exercício no HFA, desde que a redistribuição tenha sido requerida até a data referida, mantidas as denominações e atribuições dos respectivos cargos, bem como os requisitos de formação profissional, observada a correlação estabelecida na forma do Anexo LXVI da Lei nº 11.784/2008.

HFA - Hospital das Forças Armadas

VB - Vencimento Básico - Anexo LXV da Lei nº 11.784/2009

GEAHFA - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do Hospital das Forças Armadas

Os valores da GEAHFA são os estabelecidos no Anexo LXIV da Lei nº 11.784/2008

GDAHFA - Gratificação de Desempenho de Atividades Hospitalares do Hospital das Forças Armadas - Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008

(*) A GDAHFA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXII da Lei nº 11.784/2008

A pontuação referente à GDAHFA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDAHFA deverão percebê-la em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observadas as respectivas Carreiras, níveis, classes e padrões.

Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAHFA no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação conforme disposto no art. 159 Lei nº 11.784/2008

(**) **Aposentado:** GDAHFA - art. 84 da Lei nº 11.784/2008

(**) **Aposentado:** GEAHFA - art. 102 da Lei nº 11.784/2008

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 100

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 97

29. IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Carreira de Especialista em Meio-Ambiente:

Cargo: Analista Administrativo

Cargo: Analista Ambiental

Cargo: Gestor Administrativo

Cargo: Gestor Ambiental

Nível Superior

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAEM		ATIVO		GDAEM	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F
ESPECIAL	III	6.075,21	3.276,00	4.095,00	9.351,21	10.170,21	2.047,50	8.122,71
	II	5.838,74	3.180,80	3.976,00	9.019,54	9.814,74	1.988,00	7.826,74
	I	5.611,48	3.088,00	3.860,00	8.699,48	9.471,48	1.930,00	7.541,48
B	V	5.101,35	2.913,60	3.642,00	8.014,95	8.743,35	1.821,00	6.922,35
	IV	4.902,79	2.828,80	3.536,00	7.731,59	8.438,79	1.768,00	6.670,79
	III	4.711,96	2.746,40	3.433,00	7.458,36	8.144,96	1.716,50	6.428,46
	II	4.528,55	2.666,40	3.333,00	7.194,95	7.861,55	1.666,50	6.195,05
	I	4.352,28	2.588,80	3.236,00	6.941,08	7.588,28	1.618,00	5.970,28
A	V	3.956,62	2.442,40	3.053,00	6.399,02	7.009,62	1.526,50	5.483,12
	IV	3.802,61	2.371,20	2.964,00	6.173,81	6.766,61	1.482,00	5.284,61
	III	3.654,60	2.195,20	2.744,00	5.849,80	6.398,60	1.372,00	5.026,60
	II	3.512,35	2.032,80	2.541,00	5.545,15	6.053,35	1.270,50	4.782,85
	I	3.375,64	1.761,60	2.202,00	5.137,24	5.577,64	1.101,00	4.476,64

Ministério do Meio Ambiente

Instituto Chico Mendes - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Os atuais cargos de provimento efetivo integrantes dos quadros de pessoal a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.410/2002 passam a denominar-se de Gestor Ambiental e Gestor Administrativo do Ministério do Meio Ambiente-MMA e Analista Ambiental e Analista Administrativo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA. Art. 1º da Lei nº 10.472 de 25.06.2002

Os servidores ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, alcançados pelo disposto §1º do art. 1º da Lei nº 10.410/2002 terão os seus cargos transformados de acordo com o anexo do Decreto nº 4293/2002.

VB - Vencimento Básico - Anexo I da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002 (Anexo XLVII da MP 441/2008)

GDAEM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental

GDAEM devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes. (Lei nº 10.410/2002)

(*) A GDAEM terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II da Lei nº 10.410/2002

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 2º do art. 2º e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional considerando a distribuição de pontos de que tratam os incisos I e II do § 4º do art. 2º, os servidores que fizerem jus à GDAEM deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo LI da MP 441/08.

(**) **Aposentado** - GDAEM - art. 8º da Lei nº 11.156 de 29.07.2005 (alteração dada art.91 da MP 441/08)

Legislação Correspondente:

Lei nº 10.410 de 11.01.2002

Lei nº 10.432 de 24.02.2002

Lei nº 10.472 de 25.06.2002

Decreto nº 4293 de 02.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.775 de 21.11.2003

Lei nº 10.804 de 11.12.2003

Lei nº 10.775 de 21.11.2003

Lei nº 10.804 de 11.12.2003

Lei nº 11.156 de 29.07.2005

Portaria nº 390 de 29.12.2005

Portaria nº 391 de 29.12.2005

Portaria nº 392 de 29.12.2005

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.490 de 20.06.2008

Lei nº 11.516 de 28.08.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

29. IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Carreira de Especialista em Meio-Ambiente:

Cargo: Técnico Administrativo

Cargo: Técnico Ambiental

Nível Intermediário

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAEM			ATIVO		GDAEM	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)	
			(*)			80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	2.654,50	1.425,60	1.782,00	4.080,10	4.436,50	891,00	3.545,50	
	II	2.552,40	1.384,00	1.730,00	3.936,40	4.282,40	865,00	3.417,40	
	I	2.454,23	1.344,00	1.680,00	3.798,23	4.134,23	840,00	3.294,23	
C	IV	2.337,36	1.286,40	1.608,00	3.623,76	3.945,36	804,00	3.141,36	
	III	2.247,46	1.248,80	1.561,00	3.496,26	3.808,46	780,50	3.027,96	
	II	2.161,02	1.212,80	1.516,00	3.373,82	3.677,02	758,00	2.919,02	
	I	2.077,90	1.177,60	1.472,00	3.255,50	3.549,90	736,00	2.813,90	
B	IV	1.978,95	1.127,20	1.409,00	3.106,15	3.387,95	704,50	2.683,45	
	III	1.902,84	1.094,40	1.368,00	2.997,24	3.270,84	684,00	2.586,84	
	II	1.829,65	1.062,40	1.328,00	2.892,05	3.157,65	664,00	2.493,65	
	I	1.759,28	1.031,20	1.289,00	2.790,48	3.048,28	644,50	2.403,78	
A	IV	1.675,50	986,40	1.233,00	2.661,90	2.908,50	616,50	2.292,00	
	III	1.611,06	944,00	1.180,00	2.555,06	2.791,06	590,00	2.201,06	
	II	1.549,10	903,20	1.129,00	2.452,30	2.678,10	564,50	2.113,60	
	I	1.489,52	787,20	984,00	2.276,72	2.473,52	492,00	1.981,52	

Ministério do Meio Ambiente

Instituto Chico Mendes - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Os atuais cargos de provimento efetivo integrantes dos quadros de pessoal a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.410/2002 passam a denominar-se de Técnico Administrativo e Técnico Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA. Art. 1º da Lei nº 10.472 de 25.06.2002

Os servidores ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, alcançados pelo disposto § 1º do art. 1º da Lei nº 10.410/2002 terão os seus cargos transformados de acordo com o anexo do Decreto nº 4293/2002.

VB - Vencimento Básico - Anexo I da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002 (Anexo XLVII da MP 441/2008)

GDAEM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental

GDAEM devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes. (Lei nº 10.410/2002)

(*) A GDAEM terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II da Lei nº 10.410/2002

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 2º do art. 2º e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional considerando a distribuição de pontos de que tratam os incisos I e II do § 4º do art. 2º, os servidores que fizerem jus à GDAEM deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo LI da MP 441/08

(**) **Aposentado** - GDAEM - art. 8º da Lei nº 11.156 de 29.07.2005 (alteração dada art. 91 da MP 441/08)

Legislação Correspondente:

Lei nº 10.410 de 11.01.2002

Lei nº 10.432 de 24.02.2002

Lei nº 10.472 de 25.06.2002

Decreto nº 4293 de 02.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.775 de 21.11.2003

Lei nº 10.804 de 11.12.2003

Lei nº 10.775 de 21.11.2003

Lei nº 10.804 de 11.12.2003

Lei nº 11.156 de 29.07.2005

Portaria nº 390 de 29.12.2005

Portaria nº 391 de 29.12.2005

Portaria nº 392 de 29.12.2005

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.490 de 20.06.2008

Lei nº 11.516 de 28.08.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

29. IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Carreira de Especialista em Meio-Ambiente:

Cargo: Auxiliar Administrativo

Nível Auxiliar

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAEM		ATIVO		GDAEM	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50, pts.	TOTAL (em R\$)
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
C	IV	1.513,40	808,00	1.010,00	2.321,40	2.523,40	505,00	2.018,40
	III	1.455,19	784,80	981,00	2.239,99	2.436,19	490,50	1.945,69
	II	1.399,22	761,60	952,00	2.160,82	2.351,22	476,00	1.875,22
	I	1.345,40	739,20	924,00	2.084,60	2.269,40	462,00	1.807,40
B	IV	1.281,33	707,20	884,00	1.988,53	2.165,33	442,00	1.723,33
	III	1.232,05	686,40	858,00	1.918,45	2.090,05	429,00	1.661,05
	II	1.184,66	666,40	833,00	1.851,06	2.017,66	416,50	1.601,16
	I	1.139,10	647,20	809,00	1.786,30	1.948,10	404,50	1.543,60
A	IV	1.084,86	619,20	774,00	1.704,06	1.858,86	387,00	1.471,86
	III	1.043,13	600,80	751,00	1.643,93	1.794,13	375,50	1.418,63
	II	1.003,01	583,20	729,00	1.586,21	1.732,01	364,50	1.367,51
	I	964,43	508,80	636,00	1.473,23	1.600,43	318,00	1.282,43

Ministério do Meio Ambiente

Instituto Chico Mendes - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Os atuais cargos de provimento efetivo integrantes dos quadros de pessoal a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.410/2002 passam a denominar-se de Auxiliar Administrativo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA. Art. 1º da Lei nº 10.472 de 25.06.2002

Os servidores ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, alcançados pelo disposto § 1º do art. 1º da Lei nº 10.410/2002 terão os seus cargos transformados de acordo com o anexo do Decreto nº 4.293/2002.

VB - Vencimento Básico - Anexo I da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002 (Anexo XLVII da MP 441/2008)

GDAEM - Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental

GDAEM devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes. (Lei nº 10.410/02)

(*) A GDAEM terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II da Lei nº 10.410/2002

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 2º do art. 2º e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional considerando a distribuição de pontos de que tratam os incisos I e II do § 4º do art. 2º, os servidores que fizerem jus à GDAEM deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo LI da MP 441/08.

(**) **Aposentado** - GDAEM - art. 8º da Lei nº 11.156 de 29.07.2005 (alteração dada art.91 da MP 441/08)

Legislação Correspondente:

Lei nº 10.410 de 11.01.2002

Lei nº 10.432 de 24.02.2002

Lei nº 10.472 de 25.06.2002

Decreto nº 4293 de 02.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.775 de 21.11.2003

Lei nº 10.804 de 11.12.2003

Lei nº 10.775 de 21.11.2003

Lei nº 10.804 de 11.12.2003

Lei nº 11.156 de 29.07.2005

Portaria nº 390 de 29.12.2005

Portaria nº 391 de 29.12.2005

Portaria nº 392 de 29.12.2005

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.490 de 20.06.2008

Lei nº 11.516 de 28.08.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

29. IBAMA e MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

* Plano Especial de Cargos - PECMA

Médico do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, de que trata a Lei nº 11.357/2006

Cargo: Médico

Cargo: Médico Veterinário

Jornada de Trabalho de Médico e Médico Veterinário de : 20 h

Nível Superior - 20 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-MMA			ATIVO		GDM-MMA	APOSENTADO
		20h (*)	80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)	
		A	B	C	80 pts.	100 pts.	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	6.075,21	3.276,00	4.095,00	9.351,21	10.170,21	2.047,50	8.122,71	
	II	5.838,74	3.180,80	3.976,00	9.019,54	9.814,74	1.988,00	7.826,74	
	I	5.611,48	3.088,00	3.860,00	8.699,48	9.471,48	1.930,00	7.541,48	
C	IV	5.101,35	2.913,60	3.642,00	8.014,95	8.743,35	1.821,00	6.922,35	
	III	4.902,79	2.828,80	3.536,00	7.731,59	8.438,79	1.768,00	6.670,79	
	II	4.711,96	2.746,40	3.433,00	7.458,36	8.144,96	1.716,50	6.428,46	
	I	4.528,55	2.666,40	3.333,00	7.194,95	7.861,55	1.666,50	6.195,05	
B	IV	4.352,28	2.588,80	3.236,00	6.941,08	7.588,28	1.618,00	5.970,28	
	III	3.956,62	2.442,40	3.053,00	6.399,02	7.009,62	1.526,50	5.483,12	
	II	3.802,61	2.371,20	2.964,00	6.173,81	6.766,61	1.482,00	5.284,61	
	I	3.654,60	2.195,20	2.744,00	5.849,80	6.398,60	1.372,00	5.026,60	
A	IV	3.512,35	2.032,80	2.541,00	5.545,15	6.053,35	1.270,50	4.782,85	
	III	3.375,64	1.761,60	2.202,00	5.137,24	5.577,64	1.101,00	4.476,64	
	II	3.068,76	1.744,00	2.180,00	4.812,76	5.248,76	1.090,00	4.158,76	
	I	2.949,31	1.726,40	2.158,00	4.675,71	5.107,31	1.079,00	4.028,31	

Nível Superior - 40 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-MMA			ATIVO		GDM-MMA	APOSENTADO
		40h (*)	80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)	
		A	B	C	80 pts.	100 pts.	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	12.150,42	3.276,00	4.095,00	15.426,42	16.245,42	2.047,50	14.197,92	
	II	11.677,48	3.180,80	3.976,00	14.858,28	15.653,48	1.988,00	13.665,48	
	I	11.222,96	3.088,00	3.860,00	14.310,96	15.082,96	1.930,00	13.152,96	
C	IV	10.202,70	2.913,60	3.642,00	13.116,30	13.844,70	1.821,00	12.023,70	
	III	9.805,58	2.828,80	3.536,00	12.634,38	13.341,58	1.768,00	11.573,58	
	II	9.423,92	2.746,40	3.433,00	12.170,32	12.856,92	1.716,50	11.140,42	
	I	9.057,10	2.666,40	3.333,00	11.723,50	12.390,10	1.666,50	10.723,60	
B	IV	8.704,56	2.588,80	3.236,00	11.293,36	11.940,56	1.618,00	10.322,56	
	III	7.913,24	2.442,40	3.053,00	10.355,64	10.966,24	1.526,50	9.439,74	
	II	7.605,22	2.371,20	2.964,00	9.976,42	10.569,22	1.482,00	9.087,22	
	I	7.309,20	2.195,20	2.744,00	9.504,40	10.053,20	1.372,00	8.681,20	
A	IV	7.024,70	2.032,80	2.541,00	9.057,50	9.565,70	1.270,50	8.295,20	
	III	6.751,28	1.761,60	2.202,00	8.512,88	8.953,28	1.101,00	7.852,28	
	II	6.137,52	1.744,00	2.180,00	7.881,52	8.317,52	1.090,00	7.227,52	
	I	5.898,62	1.726,40	2.158,00	7.625,02	8.056,62	1.079,00	6.977,62	

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico e Médico Veterinário, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Ministério do Meio Ambiente

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

* Fica estruturado, a partir de 1º de agosto de 2006, o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA e neles lotados em 1º de outubro de 2004 ou que vieram a ser para eles redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de setembro de 2004 (art.12 da Lei nº 11.357/2006)

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-MMA - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, de que trata a Lei nº 11.357, de 2006 -

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-MMA devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico e Médico Veterinário, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-MMA terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-MMA será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) Aposentado - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Lei nº 11.156 de 29.07.2005

Portaria nº 390 de 29.12.2005

Portaria nº 391 de 29.12.2005

Portaria nº 392 de 29.12.2005

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Portaria nº 318 de 06.11.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.490 de 20.06.2008

Lei nº 11.516 de 28.08.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

29. IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

* Plano Especial de Cargos - PECMA
Cargos: Nível Superior

Nível Superior

CLASSE	PADRÃO	VB	GTEMA			ATIVO		GTEMA	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			(*)			80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	6.075,21	3.276,00	4.095,00	9.351,21	10.170,21	2.047,50	8.122,71	
	II	5.838,74	3.180,80	3.976,00	9.019,54	9.814,74	1.988,00	7.826,74	
	I	5.611,48	3.088,00	3.860,00	8.699,48	9.471,48	1.930,00	7.541,48	
C	IV	5.101,35	2.913,60	3.642,00	8.014,95	8.743,35	1.821,00	6.922,35	
	III	4.902,79	2.828,80	3.536,00	7.731,59	8.438,79	1.768,00	6.670,79	
	II	4.711,96	2.746,40	3.433,00	7.458,36	8.144,96	1.716,50	6.428,46	
	I	4.528,55	2.666,40	3.333,00	7.194,95	7.861,55	1.666,50	6.195,05	
B	IV	4.352,28	2.588,80	3.236,00	6.941,08	7.588,28	1.618,00	5.970,28	
	III	3.956,62	2.442,40	3.053,00	6.399,02	7.009,62	1.526,50	5.483,12	
	II	3.802,61	2.371,20	2.964,00	6.173,81	6.766,61	1.482,00	5.284,61	
	I	3.654,60	2.195,20	2.744,00	5.849,80	6.398,60	1.372,00	5.026,60	
A	IV	3.512,35	2.032,80	2.541,00	5.545,15	6.053,35	1.270,50	4.782,85	
	III	3.375,64	1.761,60	2.202,00	5.137,24	5.577,64	1.101,00	4.476,64	
	II	3.068,76	1.744,00	2.180,00	4.812,76	5.248,76	1.090,00	4.158,76	
	I	2.949,31	1.726,40	2.158,00	4.675,71	5.107,31	1.079,00	4.028,31	

Ministério do Meio Ambiente

Instituto Chico Mendes - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

* Fica estruturado, a partir de 1º de agosto de 2006, o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA e neles lotados em 1º de outubro de 2004 ou que vieram a ser para eles redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de setembro de 2004 (art.12 da Lei nº 11.357/2006)

VB - Vencimento Básico - Anexo VIII da Lei nº 11.357, de 29 de julho de 2005 (Anexo LII da MP 441/2008)

GTEMA - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Executiva e de Suporte do Meio Ambiente

GTEMA devida aos titulares dos cargos do PECMA, de que trata o art. 12 da Lei nº 11.357/06, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério do Meio Ambiente, no IBAMA ou no Instituto Chico Mendes.

(*) A GTEMA terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo X da Lei nº 11.357/06.

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 5º do art. 17 da Lei nº 11.357/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional considerando a distribuição de pontos de que tratam os incisos I e II do § 3º do art. 17, os servidores que fizerem jus à GTEMA deverão percebê-la em valor correspondente à última pontuação que lhe foi atribuída a título de GTEMA, considerando o valor do ponto constante do Anexo X da Lei nº 11.357/06.

(**) **Aposentado** - GTEMA - art. 17-C da Lei nº 11.357/2006 .

Legislação Correspondente:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Lei nº 11.156 de 29.07.2005

Portaria nº 390 de 29.12.2005

Portaria nº 391 de 29.12.2005

Portaria nº 392 de 29.12.2005

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Portaria nº 318 de de 06.11.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.490 de 20.06.2008

Lei nº 11.516 de 28.08.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

29. IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

* Plano Especial de Cargos - PECMA

Cargos: Nível Intermediário

Nível Intermediário

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GTEMA			ATIVO		GTEMA	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)	TOTAL (em R\$)	50 pts.	TOTAL (em R\$)	
			(*)				80 pts.	100 pts.	(**)
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	2.654,50	1.425,60	1.782,00	4.080,10	4.436,50	891,00	3.545,50	
	II	2.552,40	1.384,00	1.730,00	3.936,40	4.282,40	865,00	3.417,40	
	I	2.454,23	1.344,00	1.680,00	3.798,23	4.134,23	840,00	3.294,23	
C	IV	2.337,36	1.286,40	1.608,00	3.623,76	3.945,36	804,00	3.141,36	
	III	2.247,46	1.248,80	1.561,00	3.496,26	3.808,46	780,50	3.027,96	
	II	2.161,02	1.212,80	1.516,00	3.373,82	3.677,02	758,00	2.919,02	
	I	2.077,90	1.177,60	1.472,00	3.255,50	3.549,90	736,00	2.813,90	
B	IV	1.978,95	1.127,20	1.409,00	3.106,15	3.387,95	704,50	2.683,45	
	III	1.902,84	1.094,40	1.368,00	2.997,24	3.270,84	684,00	2.586,84	
	II	1.829,65	1.062,40	1.328,00	2.892,05	3.157,65	664,00	2.493,65	
	I	1.759,28	1.031,20	1.289,00	2.790,48	3.048,28	644,50	2.403,78	
A	IV	1.675,50	986,40	1.233,00	2.661,90	2.908,50	616,50	2.292,00	
	III	1.611,06	944,00	1.180,00	2.555,06	2.791,06	590,00	2.201,06	
	II	1.549,10	903,20	1.129,00	2.452,30	2.678,10	564,50	2.113,60	
	I	1.489,52	787,20	984,00	2.276,72	2.473,52	492,00	1.981,52	

Ministério do Meio Ambiente

Instituto Chico Mendes - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

* Fica estruturado, a partir de 1º de agosto de 2006, o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA e neles lotados em 1º de outubro de 2004 ou que vieram a ser para eles redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de setembro de 2004 (art.12 da Lei nº 11.357/2006)

VB - Vencimento Básico - Anexo VIII da Lei nº 11.357, de 29 de julho de 2005 (Anexo LII da MP 441/2008)

GTEMA - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Executiva e de Suporte do Meio Ambiente

GTEMA devida aos titulares dos cargos do PECMA, de que trata o art. 12 da Lei nº 11.357/06, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério do Meio Ambiente, no IBAMA ou no Instituto Chico Mendes.

(*) A GTEMA terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo X da Lei nº 11.357/06.

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 5º do art. 17 da Lei nº 11.357/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional considerando a distribuição de pontos de que tratam os incisos I e II do § 3º do art. 17, os servidores que fizerem jus à GTEMA deverão percebê-la em valor correspondente à última pontuação que lhe foi atribuída a título de GTEMA, considerando o valor do ponto constante do Anexo X da Lei nº 11.357/06.

(**) **Aposentado** - GTEMA - art. 17-C da Lei nº 11.357/2006 .

Legislação Correspondente:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Lei nº 11.156 de 29.07.2005

Portaria nº 390 de 29.12.2005

Portaria nº 391 de 29.12.2005

Portaria nº 392 de 29.12.2005

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Portaria nº 318 de 06.11.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Lei nº 11.490 de 20.06.2008

Lei nº 11.516 de 28.08.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

29. IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

* Plano Especial de Cargos - PECMA de Nível Auxiliar

Cargos: Nível Auxiliar

Nível Auxiliar

Posição: julho/2009

CLASSE	PADRÃO	VB	GTEMA		ATIVO		GTEMA	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	1.513,40	808,00	1.010,00	2.321,40	2.523,40	505,00	2.018,40
	II	1.455,19	784,80	981,00	2.239,99	2.436,19	490,50	1.945,69
	I	1.399,22	761,60	952,00	2.160,82	2.351,22	476,00	1.875,22
C	IV	1.345,40	739,20	924,00	2.084,60	2.269,40	462,00	1.807,40
	III	1.281,33	707,20	884,00	1.988,53	2.165,33	442,00	1.723,33
	II	1.232,05	686,40	858,00	1.918,45	2.090,05	429,00	1.661,05
	I	1.184,66	666,40	833,00	1.851,06	2.017,66	416,50	1.601,16
B	IV	1.139,10	647,20	809,00	1.786,30	1.948,10	404,50	1.543,60
	III	1.084,86	619,20	774,00	1.704,06	1.858,86	387,00	1.471,86
	II	1.043,13	600,80	751,00	1.643,93	1.794,13	375,50	1.418,63
	I	1.003,01	583,20	729,00	1.586,21	1.732,01	364,50	1.367,51
A	IV	964,43	508,80	636,00	1.473,23	1.600,43	318,00	1.282,43
	III	950,18	501,60	627,00	1.451,78	1.577,18	313,50	1.263,68
	II	936,14	494,40	618,00	1.430,54	1.554,14	309,00	1.245,14
	I	922,31	487,20	609,00	1.409,51	1.531,31	304,50	1.226,81

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Chico Mendes - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

* Fica estruturado, a partir de 1º de agosto de 2006, o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA e neles lotados em 1º de outubro de 2004 ou que vieram a ser para eles redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de setembro de 2004 (art.12 da Lei nº 11.357/2006)

VB - Vencimento Básico - Anexo VIII da Lei nº 11.357, de 29 de julho de 2005 (Anexo LII da MP 441/2008)

GTEMA - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Executiva e de Suporte do Meio Ambiente

GTEMA devida aos titulares dos cargos do PECMA, de que trata o art. 12 da Lei nº 11.357/06, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério do Meio Ambiente, no IBAMA ou no Instituto Chico Mendes.

(*) A GTEMA terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo X da Lei nº 11.357/06.

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 5º do art. 17 da Lei nº 11.357/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional considerando a distribuição de pontos de que tratam os incisos I e II do § 3º do art. 17, os servidores que fizerem jus à GTEMA deverão percebê-la em valor correspondente à última pontuação que lhe foi atribuída a título de GTEMA, considerando o valor do ponto constante do Anexo X da Lei nº 11.357/06.

(**) **Aposentado** - GTEMA - art. 17-C da Lei nº 11.357/2006 .

Legislação Correspondente:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
Lei nº 10.971 de 25.11.2004
Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Lei nº 11.156 de 29.07.2005
Portaria nº 390 de 29.12.2005
Portaria nº 391 de 29.12.2005
Portaria nº 392 de 29.12.2005
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006
Lei nº 11.357 de 19.10.2006
Portaria nº 318 de de 06.11.2006
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15
Lei nº 11.490 de 20.06.2008
Lei nº 11.516 de 28.08.2007
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

29. IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

* Quadro de Pessoal do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente

Cargos: Nível Superior - art. 9º da Lei nº 11.156/2005.

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAMB			ATIVO		GDAMB	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)	
			(*)			80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
A	III	1.625,83	1.441,60	1.802,00	3.067,43	3.427,83	901,00	2.526,83	
	II	1.604,98	1.441,60	1.802,00	3.046,58	3.406,98	901,00	2.505,98	
	I	1.584,39	1.441,60	1.802,00	3.025,99	3.386,39	901,00	2.485,39	
B	VI	1.551,81	1.441,60	1.802,00	2.993,41	3.353,81	901,00	2.452,81	
	V	1.531,89	1.441,60	1.802,00	2.973,49	3.333,89	901,00	2.432,89	
	IV	1.512,24	1.441,60	1.802,00	2.953,84	3.314,24	901,00	2.413,24	
	III	1.492,84	1.441,60	1.802,00	2.934,44	3.294,84	901,00	2.393,84	
	II	1.473,68	1.441,60	1.802,00	2.915,28	3.275,68	901,00	2.374,68	
C	I	1.454,78	1.441,60	1.802,00	2.896,38	3.256,78	901,00	2.355,78	
	VI	1.424,85	1.441,60	1.802,00	2.866,45	3.226,85	901,00	2.325,85	
	V	1.406,57	1.441,60	1.802,00	2.848,17	3.208,57	901,00	2.307,57	
	IV	1.388,53	1.441,60	1.802,00	2.830,13	3.190,53	901,00	2.289,53	
	III	1.370,72	1.441,60	1.802,00	2.812,32	3.172,72	901,00	2.271,72	
D	II	1.353,12	1.441,60	1.802,00	2.794,72	3.155,12	901,00	2.254,12	
	I	1.335,75	1.441,60	1.802,00	2.777,35	3.137,75	901,00	2.236,75	
	V	1.308,27	1.441,60	1.802,00	2.749,87	3.110,27	901,00	2.209,27	
	IV	1.291,47	1.441,60	1.802,00	2.733,07	3.093,47	901,00	2.192,47	
	III	1.274,91	1.441,60	1.802,00	2.716,51	3.076,91	901,00	2.175,91	
	II	1.258,56	1.441,60	1.802,00	2.700,16	3.060,56	901,00	2.159,56	
	I	1.242,41	1.441,60	1.802,00	2.684,01	3.044,41	901,00	2.143,41	

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Instituto Chico Mendes - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Ministério do Meio Ambiente

* Servidores dos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e do Instituto Chico Mendes ocupantes de cargos de provimento efetivo, de nível superior do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério do Meio Ambiente, no Ibama ou no Instituto Chico Mendes. (Lei nº 11.516, 2007 e art. 9º da Lei 11.156/2005)

VB - Vencimento Básico - Anexo XL da MP 441/2008

GDAMB - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente

GDAMB devida aos servidores dos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes ocupantes de cargos de provimento efetivo, de nível superior do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério do Meio Ambiente, no IBAMA ou no Instituto Chico Mendes.

Aplica-se a GDAMB, exclusivamente, aos servidores lotados no Ministério do Meio Ambiente ou no IBAMA em 1º de outubro de 2004 ou que venham a ser redistribuídos para o Ministério do Meio Ambiente ou para o IBAMA, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de setembro de 2004.

(*) A GDAMB terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo I da Lei nº 11.156/05.

(*) O limite global de pontuação mensal por nível de que dispõem o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA e o Instituto Chico Mendes para ser atribuído aos servidores corresponderá a 80 (oitenta) vezes o número de servidores ativos por nível que fazem jus à GDAMB, em exercício no Ministério do Meio Ambiente, no IBAMA ou no Instituto Chico Mendes.

(**) **Aposentado** - GDAMB - art. 17 da Lei nº 11.156/2005.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei Delegada nº 13, de 27.08.1992

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 DE 20.04.2005

Lei nº 11.156 de 29.07.2005

Portaria nº 390 de 29.12.2005

Portaria nº 391 de 29.12.2005

Portaria nº 392 de 29.12.2005

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.516 de 28.08.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

29. IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

* Quadro de Pessoal do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente

Cargos: Nível Intermediário - art. 9º da Lei nº 11.156/2005.

Nível Intermediário

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAMB			ATIVO		GDAMB	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)	
			(*)			80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
A	III	1.261,26	621,60	777,00	1.882,86	2.038,26	388,50	1.649,76	
	II	1.260,01	621,60	777,00	1.881,61	2.037,01	388,50	1.648,51	
	I	1.258,76	621,60	777,00	1.880,36	2.035,76	388,50	1.647,26	
B	VI	1.257,52	621,60	777,00	1.879,12	2.034,52	388,50	1.646,02	
	V	1.256,27	621,60	777,00	1.877,87	2.033,27	388,50	1.644,77	
	IV	1.255,02	621,60	777,00	1.876,62	2.032,02	388,50	1.643,52	
	III	1.253,77	621,60	777,00	1.875,37	2.030,77	388,50	1.642,27	
	II	1.252,52	621,60	777,00	1.874,12	2.029,52	388,50	1.641,02	
	I	1.251,28	621,60	777,00	1.872,88	2.028,28	388,50	1.639,78	
C	VI	1.250,03	621,60	777,00	1.871,63	2.027,03	388,50	1.638,53	
	V	1.248,78	621,60	777,00	1.870,38	2.025,78	388,50	1.637,28	
	IV	1.247,53	621,60	777,00	1.869,13	2.024,53	388,50	1.636,03	
	III	1.246,28	621,60	777,00	1.867,88	2.023,28	388,50	1.634,78	
	II	1.245,04	621,60	777,00	1.866,64	2.022,04	388,50	1.633,54	
	I	1.243,79	621,60	777,00	1.865,39	2.020,79	388,50	1.632,29	
D	V	1.242,54	621,60	777,00	1.864,14	2.019,54	388,50	1.631,04	
	IV	1.241,29	621,60	777,00	1.862,89	2.018,29	388,50	1.629,79	
	III	1.240,04	621,60	777,00	1.861,64	2.017,04	388,50	1.628,54	
	II	1.238,80	621,60	777,00	1.860,40	2.015,80	388,50	1.627,30	
	I	1.237,55	621,60	777,00	1.859,15	2.014,55	388,50	1.626,05	

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Instituto Chico Mendes - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Ministério do Meio Ambiente

* Servidores dos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e do Instituto Chico Mendes ocupantes de cargos de provimento efetivo, de nível intermediário, do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério do Meio Ambiente, no Ibama ou no Instituto Chico Mendes. (Lei nº 11.516, 2007 e art. 9º da Lei 11.156/2005)

VB - Vencimento Básico - Anexo XL da MP 441/2008)

GDAMB - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente

GDAMB devida aos servidores dos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes ocupantes de cargos de provimento efetivo, de nível superior do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério do Meio Ambiente, no IBAMA ou no Instituto Chico Mendes.

Aplica-se a GDAMB, exclusivamente, aos servidores lotados no Ministério do Meio Ambiente ou no IBAMA em 1º de outubro de 2004 ou que venham a ser redistribuídos para o Ministério do Meio Ambiente ou para o IBAMA, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de setembro de 2004.

(*) A GDAMB terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo I da Lei nº 11.156/05.

(*) O limite global de pontuação mensal por nível de que dispõem o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA e o Instituto Chico Mendes para ser atribuído aos servidores corresponderá a 80 (oitenta) vezes o número de servidores ativos por nível que fazem jus à GDAMB, em exercício no Ministério do Meio Ambiente, no IBAMA ou no Instituto Chico Mendes.

(**) Aposentado - GDAMB - art. 17 da Lei nº 11.156/2005.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei Delegada nº 13, de 27.08.1992

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 DE 20.04.2005

Lei nº 11.156 de 29.07.2005

Portaria nº 390 de 29.12.2005

Portaria nº 391 de 29.12.2005

Portaria nº 392 de 29.12.2005

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.516 de 28.08.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

29. IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

* Quadro de Pessoal do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente

Cargos: Nível Auxiliar - art. 9º da Lei nº 11.156/2005.

Nível Auxiliar

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAMB			ATIVO		GDAMB	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)	
			(*)			80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
A	III	1.258,66	348,00	435,00	1.606,66	1.693,66	217,50	1.476,16	
	II	1.257,41	348,00	435,00	1.605,41	1.692,41	217,50	1.474,91	
	I	1.256,16	348,00	435,00	1.604,16	1.691,16	217,50	1.473,66	
B	VI	1.254,92	348,00	435,00	1.602,92	1.689,92	217,50	1.472,42	
	V	1.253,67	348,00	435,00	1.601,67	1.688,67	217,50	1.471,17	
	IV	1.252,42	348,00	435,00	1.600,42	1.687,42	217,50	1.469,92	
	III	1.251,17	348,00	435,00	1.599,17	1.686,17	217,50	1.468,67	
	II	1.249,92	348,00	435,00	1.597,92	1.684,92	217,50	1.467,42	
	I	1.248,68	348,00	435,00	1.596,68	1.683,68	217,50	1.466,18	
C	VI	1.247,43	348,00	435,00	1.595,43	1.682,43	217,50	1.464,93	
	V	1.246,18	348,00	435,00	1.594,18	1.681,18	217,50	1.463,68	
	IV	1.244,93	348,00	435,00	1.592,93	1.679,93	217,50	1.462,43	
	III	1.243,68	348,00	435,00	1.591,68	1.678,68	217,50	1.461,18	
	II	1.242,44	348,00	435,00	1.590,44	1.677,44	217,50	1.459,94	
	I	1.241,19	348,00	435,00	1.589,19	1.676,19	217,50	1.458,69	
D	V	1.239,94	348,00	435,00	1.587,94	1.674,94	217,50	1.457,44	
	IV	1.238,69	348,00	435,00	1.586,69	1.673,69	217,50	1.456,19	
	III	1.237,44	348,00	435,00	1.585,44	1.672,44	217,50	1.454,94	
	II	1.236,20	348,00	435,00	1.584,20	1.671,20	217,50	1.453,70	
	I	1.234,97	348,00	435,00	1.582,97	1.669,97	217,50	1.452,47	

Ministério do Meio Ambiente

Instituto Chico Mendes - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

* Servidores dos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e do Instituto Chico Mendes ocupantes de cargos de provimento efetivo de nível auxiliar, do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério do Meio Ambiente, no Ibama ou no Instituto Chico Mendes. (Lei nº 11.516, 2007 e art. 9º da Lei 11.156/2005)

VB - Vencimento Básico - Anexo XL da MP 441/2008)

GDAMB - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente

GDAMB devida aos servidores dos Quadros de Pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes ocupantes de cargos de provimento efetivo, de nível superior do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério do Meio Ambiente, no IBAMA ou no Instituto Chico Mendes.

Aplica-se a GDAMB, exclusivamente, aos servidores lotados no Ministério do Meio Ambiente ou no IBAMA em 1º de outubro de 2004 ou que venham a ser redistribuídos para o Ministério do Meio Ambiente ou para o IBAMA, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 30 de setembro de 2004.

(*) A GDAMB terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo I da Lei nº 11.156/05.

(*) O limite global de pontuação mensal por nível de que dispõem o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA e o Instituto Chico Mendes para ser atribuído aos servidores corresponderá a 80 (oitenta) vezes o número de servidores ativos por nível que fazem jus à GDAMB, em exercício no Ministério do Meio Ambiente, no IBAMA ou no Instituto Chico Mendes.

(**) Aposentado - GDAMB - art. 17 da Lei nº 11.156/2005.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei Delegada nº 13, de 27.08.1992

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 DE 20.04.2005

Lei nº 11.156 de 29.07.2005

Portaria nº 390 de 29.12.2005

Portaria nº 391 de 29.12.2005

Portaria nº 392 de 29.12.2005

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.516 de 28.08.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

30. IMPRENSA NACIONAL

Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional

Cargo: Médico da Imprensa Nacional

Jornada de Trabalho de Médico é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB (*)	GEPDIN (**)	ATIVO		APOSENTADO
				TOTAL (em R\$)	GEPDIN (100%) (***)	TOTAL (em R\$)
		A	B	C=(A+B)	D	E=(A+D)
ESPECIAL	III	2.612,00	3.335,00	5.947,00	33,35	2.645,35
	II	2.535,92	3.008,00	5.543,92	30,08	2.566,00
	I	2.462,06	2.978,00	5.440,06	29,78	2.491,84
C	VI	2.344,82	2.920,00	5.264,82	29,20	2.374,02
	V	2.276,52	2.891,00	5.167,52	28,91	2.305,43
	IV	2.210,21	2.862,00	5.072,21	28,62	2.238,83
	III	2.145,83	2.834,00	4.979,83	28,34	2.174,17
	II	2.083,33	2.806,00	4.889,33	28,06	2.111,39
	I	2.022,65	2.778,00	4.800,65	27,78	2.050,43
B	VI	1.963,74	2.724,00	4.687,74	27,24	1.990,98
	V	1.948,15	2.684,00	4.632,15	26,84	1.974,99
	IV	1.932,69	2.644,00	4.576,69	26,44	1.959,13
	III	1.917,35	2.605,00	4.522,35	26,05	1.943,40
	II	1.902,13	2.567,00	4.469,13	25,67	1.927,80
A	I	1.887,03	2.529,00	4.416,03	25,29	1.912,32
	V	1.868,35	2.455,00	4.323,35	24,55	1.892,90
	IV	1.853,52	2.440,00	4.293,52	24,40	1.877,92
	III	1.708,31	2.383,00	4.091,31	23,83	1.732,14
	II	1.574,48	2.348,00	3.922,48	23,48	1.597,96
	I	1.451,13	2.313,00	3.764,13	23,13	1.474,26

Nível Superior - 40 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB (*)	GEPDIN (**)	ATIVO		APOSENTADO
				TOTAL (em R\$)	GEPDIN (100%) (***)	TOTAL (em R\$)
		A	B	C=(A+B)	D	E=(A+D)
ESPECIAL	III	5.224,00	3.335,00	8.559,00	33,35	5.257,35
	II	5.071,84	3.008,00	8.079,84	30,08	5.101,92
	I	4.924,12	2.978,00	7.902,12	29,78	4.953,90
C	VI	4.689,64	2.920,00	7.609,64	29,20	4.718,84
	V	4.553,04	2.891,00	7.444,04	28,91	4.581,95
	IV	4.420,42	2.862,00	7.282,42	28,62	4.449,04
	III	4.291,66	2.834,00	7.125,66	28,34	4.320,00
	II	4.166,66	2.806,00	6.972,66	28,06	4.194,72
	I	4.045,30	2.778,00	6.823,30	27,78	4.073,08
B	VI	3.927,48	2.724,00	6.651,48	27,24	3.954,72
	V	3.896,30	2.684,00	6.580,30	26,84	3.923,14
	IV	3.865,38	2.644,00	6.509,38	26,44	3.891,82
	III	3.834,70	2.605,00	6.439,70	26,05	3.860,75
	II	3.804,26	2.567,00	6.371,26	25,67	3.829,93
A	I	3.774,06	2.529,00	6.303,06	25,29	3.799,35
	V	3.736,70	2.455,00	6.191,70	24,55	3.761,25
	IV	3.707,04	2.440,00	6.147,04	24,40	3.731,44
	III	3.416,62	2.383,00	5.799,62	23,83	3.440,45
	II	3.148,96	2.348,00	5.496,96	23,48	3.172,44
	I	2.902,26	2.313,00	5.215,26	23,13	2.925,39

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, é de 20 (vinte) horas semanais.

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos integrantes do Plano de que trata este artigo poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira.

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - de 40h e 20h anexo XLVIII da Lei nº 12.702/2012

GEPDIN - Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional

(**) Cálculo da GEPDIN - de acordo com os valores constantes do Anexo XII da Lei nº 11.090/2005

A GEPDIN é devida aos servidores titulares de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, quando em exercício das atividades inerentes ao respectivo cargo ou ocupante de cargo ou função comissionada, no âmbito da Imprensa Nacional (art. 32 da Lei nº 11.090/2005)

A percepção da GEPDIN dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor ativo, do aposentado ou dos respectivos pensionistas, a ser formalizada no prazo de até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei.(Lei 11.090/2005)

Os titulares dos cargos referidos no art.32 da Lei 11.090/2005, os aposentados e os pensionistas que não formalizarem a opção de que trata o § 1º do art. 32 da referida Lei permanecerão na situação em que se encontrarem na data de publicação da Lei 11.090/05, não fazendo jus à GEPDIN.

(***) **Aposentado** - GEPDIN - art. 37º da Lei nº 11.090/2005 a GEPDIN integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 4.491 de 21.11.1964

Lei nº 5.462 de 02.07.1968

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.895 de 21.06.1994

Lei nº 10.432 de 24.04.2002

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004

Lei nº 11.090 de 07.01.2005 art. 32 ao art. 39

Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 8 e 9

Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 8 e 9

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 arts. 67 e 68

Lei nº 11.357 de 19.10.2006 arts. 67 e 68

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

30. IMPRENSA NACIONAL

Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional
Cargo: Nível Superior da Imprensa Nacional

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GEPDIN (*)	ATIVO		APOSENTADO
				TOTAL (em R\$)	GEPDIN (100%) (**)	TOTAL (em R\$)
		A	B	C=(A+B)	D	E=(A+D)
ESPECIAL	III	2.612,00	4.388,00	7.000,00	4.388,00	7.000,00
	II	2.535,92	4.289,00	6.824,92	4.289,00	6.824,92
	I	2.462,06	4.193,00	6.655,06	4.193,00	6.655,06
C	VI	2.344,82	4.016,00	6.360,82	4.016,00	6.360,82
	V	2.276,52	3.926,00	6.202,52	3.926,00	6.202,52
	IV	2.210,21	3.838,00	6.048,21	3.838,00	6.048,21
	III	2.145,83	3.752,00	5.897,83	3.752,00	5.897,83
	II	2.083,33	3.668,00	5.751,33	3.668,00	5.751,33
	I	2.022,65	3.586,00	5.608,65	3.586,00	5.608,65
B	VI	1.963,74	3.435,00	5.398,74	3.435,00	5.398,74
	V	1.948,15	3.358,00	5.306,15	3.358,00	5.306,15
	IV	1.932,69	3.283,00	5.215,69	3.283,00	5.215,69
	III	1.917,35	3.209,00	5.126,35	3.209,00	5.126,35
	II	1.902,13	3.137,00	5.039,13	3.137,00	5.039,13
A	I	1.887,03	3.066,00	4.953,03	3.066,00	4.953,03
	V	1.868,35	2.937,00	4.805,35	2.937,00	4.805,35
	IV	1.853,52	2.871,00	4.724,52	2.871,00	4.724,52
	III	1.708,31	2.806,00	4.514,31	2.806,00	4.514,31
	II	1.574,48	2.743,00	4.317,48	2.743,00	4.317,48
	I	1.451,13	2.681,00	4.132,13	2.681,00	4.132,13

VB - Vencimento Básico (Anexo XLII da Lei 11.907/2009)

GEPDIN - Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional

(*) Cálculo da GEPDIN - de acordo com os valores constantes do Anexo XII da Lei nº 11.090/2005

A GEPDIN é devida aos servidores titulares de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, quando em exercício das atividades inerentes ao respectivo cargo ou ocupante de cargo ou função comissionada, no âmbito da Imprensa Nacional (art. 32 da Lei nº 11.090/2005)

A percepção da GEPDIN dar-se-á mediante opção irretratável do servidor ativo, do aposentado ou dos respectivos pensionistas, a ser formalizada no prazo de até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei.(Lei 11.090/2005)

Os titulares dos cargos referidos no art.32 da Lei 11.090/2005, os aposentados e os pensionistas que não formalizarem a opção de que trata o § 1º do art. 32 da referida Lei permanecerão na situação em que se encontrarem na data de publicação da Lei 11.090/05, não fazendo jus à GEPDIN.

(**) **Aposentado** - GEPDIN - art. 37º da Lei nº 11.090/2005 a GEPDIN integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 4.491 de 21.11.1964

Lei nº 5.462 de 02.07.1968

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.895 de 21.06.1994

Lei nº 10.432 de 24.04.2002

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004

Lei nº 11.090 de 07.01.2005 art. 32 ao art. 39

Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 8 e 9

Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 8 e 9

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 arts. 67 e 68

Lei nº 11.357 de 19.10.2006 arts. 67 e 68

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 94

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 91

30. IMPRENSA NACIONAL

Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional
Cargo: Nível Intermediário da Imprensa Nacional

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GEPDIN (*)	ATIVO		APOSENTADO
				TOTAL (em R\$)	GEPDIN (100%) (**)	TOTAL (em R\$)
				A	B	C=(A+B)
ESPECIAL	III	1.997,57	2.869,00	4.866,57	2.869,00	4.866,57
	II	1.987,63	2.858,00	4.845,63	2.858,00	4.845,63
	I	1.977,74	2.847,00	4.824,74	2.847,00	4.824,74
C	VI	1.948,51	2.826,00	4.774,51	2.826,00	4.774,51
	V	1.938,82	2.816,00	4.754,82	2.816,00	4.754,82
	IV	1.929,17	2.806,00	4.735,17	2.806,00	4.735,17
	III	1.919,57	2.796,00	4.715,57	2.796,00	4.715,57
	II	1.910,02	2.786,00	4.696,02	2.786,00	4.696,02
	I	1.900,52	2.776,00	4.676,52	2.776,00	4.676,52
B	VI	1.872,43	2.756,00	4.628,43	2.756,00	4.628,43
	V	1.863,11	2.746,00	4.609,11	2.746,00	4.609,11
	IV	1.853,84	2.736,00	4.589,84	2.736,00	4.589,84
	III	1.844,62	2.726,00	4.570,62	2.726,00	4.570,62
	II	1.835,44	2.723,00	4.558,44	2.723,00	4.558,44
A	I	1.826,31	2.721,00	4.547,31	2.721,00	4.547,31
	V	1.799,32	2.719,00	4.518,32	2.719,00	4.518,32
	IV	1.772,73	2.716,00	4.488,73	2.716,00	4.488,73
	III	1.597,05	2.610,00	4.207,05	2.610,00	4.207,05
	II	1.438,78	2.563,00	4.001,78	2.563,00	4.001,78
	I	1.296,20	2.517,00	3.813,20	2.517,00	3.813,20

VB - Vencimento Básico (Anexo XLII da Lei 11.907/2009)

GEPDIN - Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional

(*) Cálculo da GEPDIN - de acordo com os valores constantes do Anexo XII da Lei nº 11.090/2005

A GEPDIN é devida aos servidores titulares de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, quando em exercício das atividades inerentes ao respectivo cargo ou ocupante de cargo ou função comissionada, no âmbito da Imprensa Nacional (art. 32 da Lei nº 11.090/2005)

A percepção da GEPDIN dar-se-á mediante opção irretratável do servidor ativo, do aposentado ou dos respectivos pensionistas, a ser formalizada no prazo de até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei.(Lei 11.090/2005)

Os titulares dos cargos referidos no art.32 da Lei 11.090/2005, os aposentados e os pensionistas que não formalizarem a opção de que trata o § 1º do art. 32 da referida Lei permanecerão na situação em que se encontrarem na data de publicação da Lei nº 11.090/05, não fazendo jus à GEPDIN.

(**) **Aposentado** - GEPDIN - art. 37º da Lei nº 11.090/2005 a GEPDIN integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 4.491 de 21.11.1964

Lei nº 5.462 de 02.07.1968

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.895 de 21.06.1994

Lei nº 10.432 de 24.04.2002

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004

Lei nº 11.090 de 07.01.2005 art. 32 ao art. 39

Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 8 e 9

Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 8 e 9

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 arts. 67 e 68

Lei nº 11.357 de 19.10.2006 arts. 67 e 68

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 94

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 91

30. IMPRENSA NACIONAL

Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional
Cargo: Nível Auxiliar da Imprensa Nacional

Nível Auxiliar

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GEPDIN (*)	ATIVO		APOSENTADO
				TOTAL (em R\$)	GEPDIN (100%) (**)	TOTAL (em R\$)
		A	B	C=(A+B)	D	E=(A+D)
	III	1.473,00	2.485,00	3.958,00	2.485,00	3.958,00
ESPECIAL	II	1.467,00	2.480,00	3.947,00	2.480,00	3.947,00
	I	1.444,00	2.475,00	3.919,00	2.475,00	3.919,00

VB - Vencimento Básico (Anexo XLII da Lei 11.907/2009)

GEAIN - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Imprensa Nacional

Os valores da GEAIN são os estabelecidos no Anexo XLI da Lei nº 11.907/2009

GEPDIN - Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional

(*) Cálculo da GEPDIN - de acordo com os valores constantes do Anexo XII da Lei nº 11.090/2005

A GEPDIN é devida aos servidores titulares de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, quando em exercício das atividades inerentes ao respectivo cargo ou ocupante de cargo ou função comissionada, no âmbito da Imprensa Nacional (art. 32 da Lei nº 11.090/2005)

A percepção da GEPDIN dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor ativo, do aposentado ou dos respectivos pensionistas, a ser formalizada no prazo de até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei.(Lei 11.090/2005)

Os titulares dos cargos referidos no art.32 da Lei 11.090/2005, os aposentados e os pensionistas que não formalizarem a opção de que trata o § 1º do art. 32 da referida Lei permanecerão na situação em que se encontrarem na data de publicação da Lei nº 11.090/05, não fazendo jus à GEPDIN.

(**) **Aposentado** - GEPDIN - art. 37º da Lei nº 11.090/2005 a GEPDIN integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.

(**) **Aposentado** - GEAIN integrará os proventos da aposentadoria e as pensões

Legislações Correspondentes:

Lei nº 4.491 de 21.11.1964

Lei nº 5.462 de 02.07.1968

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.895 de 21.06.1994

Lei nº 10.432 de 24.04.2002

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004

Lei nº 11.090 de 07.01.2005 art. 32 ao art. 39

Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 8 e 9

Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 8 e 9

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 arts. 67 e 68

Lei nº 11.357 de 19.10.2006 arts. 67 e 68

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 94

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 91

31. INFRA-ESTRUTURA

Carreira de Analista de Infra-Estrutura
Cargo de Analista de Infra-Estrutura

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAIE			NÍVEL GQ		ATIVO			ATIVO			GDAIE	APOSENTADO		
			80 pts.	100 pts.		I	II	TOTAL (em R\$) - 80 pts.			TOTAL (em R\$) - 100 pts.			50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.		
			(*)			(**)		Sem GQ	I	II	Sem GQ	I	II	(***)	Sem GQ	I	II
		A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)	N=(A+D+L)	O=(A+E+L)	
ESPECIAL	III	6.255,22	4.820,80	6.026,00	554,02	1.108,04	11.076,02	11.630,04	12.184,06	12.281,22	12.835,24	13.389,26	3.013,00	9.268,22	9.822,24	10.376,26	
	II	6.133,13	4.681,60	5.852,00	554,02	1.108,04	10.814,73	11.368,75	11.922,77	11.985,13	12.539,15	13.093,17	2.926,00	9.059,13	9.613,15	10.167,17	
	I	6.012,24	4.548,80	5.686,00	554,02	1.108,04	10.561,04	11.115,06	11.669,08	11.698,24	12.252,26	12.806,28	2.843,00	8.855,24	9.409,26	9.963,28	
B	V	5.765,30	4.304,80	5.381,00	554,02	1.108,04	10.070,10	10.624,12	11.178,14	11.146,30	11.700,32	12.254,34	2.690,50	8.455,80	9.009,82	9.563,84	
	IV	5.651,56	4.187,20	5.234,00	554,02	1.108,04	9.838,76	10.392,78	10.946,80	10.885,56	11.439,58	11.993,60	2.617,00	8.268,56	8.822,58	9.376,60	
	III	5.540,77	4.073,60	5.092,00	554,02	1.108,04	9.614,37	10.168,39	10.722,41	10.632,77	11.186,79	11.740,81	2.546,00	8.086,77	8.640,79	9.194,81	
	II	5.432,66	3.964,00	4.955,00	554,02	1.108,04	9.396,66	9.950,68	10.504,70	10.387,66	10.941,68	11.495,70	2.477,50	7.910,16	8.464,18	9.018,20	
	I	5.325,98	3.859,20	4.824,00	554,02	1.108,04	9.185,18	9.739,20	10.293,22	10.149,98	10.704,00	11.258,02	2.412,00	7.737,98	8.292,00	8.846,02	
A	V	5.106,30	3.673,60	4.592,00	554,02	1.108,04	8.779,90	9.333,92	9.887,94	9.698,30	10.252,32	10.806,34	2.296,00	7.402,30	7.956,32	8.510,34	
	IV	5.006,56	3.580,80	4.476,00	554,02	1.108,04	8.587,36	9.141,38	9.695,40	9.482,56	10.036,58	10.590,60	2.238,00	7.244,56	7.798,58	8.352,60	
	III	4.908,27	3.492,00	4.365,00	554,02	1.108,04	8.400,27	8.954,29	9.508,31	9.273,27	9.827,29	10.381,31	2.182,50	7.090,77	7.644,79	8.198,81	
	II	4.811,22	3.407,20	4.259,00	554,02	1.108,04	8.218,42	8.772,44	9.326,46	9.070,22	9.624,24	10.178,26	2.129,50	6.940,72	7.494,74	8.048,76	
	I	4.717,21	3.324,00	4.155,00	554,02	1.108,04	8.041,21	8.595,23	9.149,25	8.872,21	9.426,23	9.980,25	2.077,50	6.794,71	7.348,73	7.902,75	

VB - Vencimento Básico - (Anexo II da Lei no 11.539, de 8.11.2007 alterado anexo V da Lei nº 12.186 de 29.12.2009)

GDAIE - Gratificação de Desempenho de Atividade em Infra-Estrutura

Cálculo - GDAIE limites:

(*) - máximo de 100 (cem) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis e classes, ao valor estabelecido no Anexo III da Lei nº 11.539/2007
- mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis e classes, ao valor estabelecido no Anexo III da Lei nº 11.539/2007

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDAIE, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a GDAIE no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. (art. 11º da Lei nº 11.539/2007 - redação dada pela Lei nº 12.702/2012)

A GDAIE não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

Os critérios e procedimentos específicos de avaliação institucional e individual e de concessão da GDAIE serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (art. 6º e 7º da Lei nº 11.539/2007 - redação dada art. 48 da MP 568/2012)

Os servidores integrantes da Carreira de Analista de Infra-Estrutura não fazem jus à percepção da Gratificação de Atividade - GAE de que trata Lei Delegada nº 13, de 27/08/92 (art. 19 da Lei nº 11.539/2007)

A partir de 01.01.2010, os titulares da Carreira e do Cargo de que trata o art. 1º da Lei 11.539/2007 deixarão de fazer jus à Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.698, de 2.07.2003 (§ único do aArt. 4º-A da Lei nº 11.539/2007

Os ocupantes dos cargos de que trata o art. 1º da Lei nº 11.539/2007 terão lotação no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na qualidade de Órgão Supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas à infraestrutura viária, hídrica, de saneamento, de energia, de produção mineral, de comunicações, de desenvolvimento regional e urbano.(a§ 3º do art. 1º da Lei nº 11.539/2007 - redação dada art. 48º da MP 568/2012)

A partir da data de publicação da MP 568/20012 ficam redistribuídos para o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão os cargos da Carreira de Analista de Infraestrutura e os cargos isolados de provimento efetivo de Especialista em Infraestrutura Sênior que estejam lotados em órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal e seus ocupantes terão, automaticamente, exercício descentralizado nos órgãos e entidades onde o respectivo cargo se encontrava lotado nesta data, sem prejuízo do disposto no art. 1º da Lei nº 11.539, de 2007.

GQ - Gratificação de Qualificação - Anexo IV da Lei no 11.539, de 8 de novembro de 2007 - alterado anexo VII da Lei nº 12.186 de 29.12.2009)

GQ - a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo integrantes da Carreira de Analista de Infraestrutura , de que trata o art. 1o da Lei 11.539/2007, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de seus respectivos cargos, de acordo com os valores constantes do Anexo IV da Lei 12.186/2009, com efeitos financeiros a partir da data nele especificada.

(**) GQ Nível I, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos providos; e

(**) GQ Nível II, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos providos.

Observar o § 1º ao § 6º do art. 14-A da Lei 11.539/2007.

(**) Aposentado - A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação

(**) **Aposentado** - GDAIE - art. 18º da Lei nº 11.539/2007

Para fins de incorporação da GDAIE aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

I - quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a GDAIE será correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão, ou da classe única, conforme o respectivo cargo efetivo que lhe deu origem; e

II - nos demais casos aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 389 de 05.09.2007

Lei nº 11.539 de 08.11.2007

Decreto nº 6.693 de 12.12.2008

Lei nº 12.094 de 19.11.2009 art.27

Lei nº 12.186 de 29.12.2009

Portaria nº 34 de 15.01.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art.47

Nota Técnica Conjunta no 01/2012/DENOP/DEDDI/DEPEF/SEGEP/MP

31. INFRA-ESTRUTURA

Cargo Isolado de Especialista em Infra-Estrutura Sênior

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAIE		NÍVEL GQ		ATIVO			ATIVO			GDAIE	APOSENTADO		
			80 pts.	100 pts.	I	II	TOTAL (em R\$) - 80 pts.			TOTAL (em R\$) - 100 pts.			50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.		
			(*)		(**)		Sem GQ	I	II	Sem GQ	I	II	(***)	Sem GQ	I	II
			A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)	N=(A+D+L)
ESPECIAL	III	6.550,47	5.048,00	6.310,00	554,02	1.108,04	11.598,47	12.152,49	12.706,51	12.860,47	13.414,49	13.968,51	3.155,00	9.705,47	10.259,49	10.813,51

VB - Vencimento Básico - (Anexo II da Lei no 11.539, de 8.11.2007 alterado anexo V da Lei nº 12.186 de 29.12.2009)

GDAIE - Gratificação de Desempenho de Atividade em Infra-Estrutura

Cálculo - GDAIE limites:

(*) - máximo de 100 (cem) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis e classes, ao valor estabelecido no Anexo III da Lei nº 11.539/2007

- mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis e classes, ao valor estabelecido no Anexo III da Lei nº 11.539/2007

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDAIE, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a GDAIE no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. (art. 11º da Lei nº 11.539/2007 - redação dada pela Lei nº 12.702/2012)
A GDAIE não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

Os critérios e procedimentos específicos de avaliação institucional e individual e de concessão da GDAIE serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (art. 6º e 7º da Lei nº 11.539/2007 - redação dada art. 48 da MP 568/2012)

Os servidores integrantes da Carreira de Analista de Infra-Estrutura não fazem jus à percepção da Gratificação de Atividade - GAE de que trata Lei Delegada nº 13, de 27/08/92 (art. 19 da Lei nº 11.539/2007)

A partir de 01.01.2010, os titulares da Carreira e do Cargo de que trata o art. 1º da Lei 11.539/2007 deixarão de fazer jus à Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no 10.698, de 2.07.2003 (§ único do aArt. 4º-A da Lei nº 11.539/2007

Os ocupantes dos cargos de que trata o art. 1º da Lei nº 11.539/2007 terão lotação no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na qualidade de Órgão Supervisor, e exercício descentralizado em órgãos da administração pública federal direta com competências relativas à infraestrutura viária, hídrica, de saneamento, de energia, de produção mineral, de comunicações, de desenvolvimento regional e urbano.(a§ 3º do art. 1º da Lei nº 11.539/2007 - redação dada art. 48º da MP 568/2012)

A partir da data de publicação da MP 568/2012 ficam redistribuídos para o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão os cargos da Carreira de Analista de Infraestrutura e os cargos isolados de provimento efetivo de Especialista em Infraestrutura Sênior que estejam lotados em órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal e seus ocupantes terão, automaticamente, exercício descentralizado nos órgãos e entidades onde o respectivo cargo se encontrava lotado nesta data, sem prejuízo do disposto no art. 1º da Lei nº 11.539, de 2007.

GQ - Gratificação de Qualificação - Anexo IV da Lei no 11.539, de 8 de novembro de 2007 - alterado anexo VII da Lei nº 12.186 de 29.12.2009)

GQ - a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo integrantes da Carreira de Analista de Infraestrutura , de que trata o art. 1o da Lei 11.539/2007, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de seus respectivos cargos, de acordo com os valores constantes do Anexo IV da Lei 12.186/2009, com efeitos financeiros a partir da data nele especificada.

(**) **GQ** Nível I, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos providos; e

(**) **GQ** Nível II, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos providos.

Observar o § 1º ao § 6º do art. 14-A da Lei 11.539/2007.

(***) **Aposentado** - A **GQ** será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação

(***) **Aposentado** - GDAIE - art. 18º da Lei nº 11.539/2007

Para fins de incorporação da GDAIE aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

I - quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, a GDAIE será correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão, ou da classe única, conforme o respectivo cargo efetivo que lhe deu origem; e

II - nos demais casos aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 389 de 05.09.2007

Lei nº 11.539 de 08.11.2007

Decreto nº 6.693 de 12.12.2008

Lei nº 12.094 de 19.11.2009 art.27

Lei nº 12.186 de 29.12.2009

Portaria nº 34 de 15.01.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 47

Nota Técnica Conjunta no 01/2012/DENOP/DEDDI/DEPEF/SEGEP/MP

32. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Plano de Carreiras e Cargos do IBGE

Carreira de Pesquisa em Informações Geográficas e Estatísticas

Cargo: Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas

Nível Superior

Posição: julho/2009

CLASSE	PADRÃO	VB	GDIBGE		RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDIBGE	APOSENTADO			
			80 pts	100 pts.	Aperf.	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$) - 80 pts. (*)				TOTAL (em R\$) - 100 pts. (*)					TOTAL (em R\$) - 50 pts. (**)			
					/Espec.			Sem RT	Aperf.	Mestre	Doutor	Sem RT	Aperf.	Mestre	Doutor	50 pts.	Sem RT	Aperf.	Mestre	Doutor
			A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	O=(A+C+F)	P	Q=(A+P)	R=(A+D+P)	S=(A+E+P)
ESPECIAL	III	5.558,82	4.284,00	5.355,00	556,00	1.112,00	3.263,00	9.842,82	10.398,82	10.954,82	13.105,82	10.913,82	11.469,82	12.025,82	14.176,82	2.677,50	8.236,32	8.792,32	9.348,32	11.499,32
	II	5.352,40	4.179,20	5.224,00	535,00	1.070,00	3.086,75	9.531,60	10.066,60	10.601,60	12.618,35	10.576,40	11.111,40	11.646,40	13.663,15	2.612,00	7.964,40	8.499,40	9.034,40	11.051,15
	I	5.154,36	4.077,60	5.097,00	515,00	1.031,00	2.920,01	9.231,96	9.746,96	10.262,96	12.151,97	10.251,36	10.766,36	11.282,36	13.171,37	2.548,50	7.702,86	8.217,86	8.733,86	10.622,87
C	III	4.873,98	3.864,80	4.831,00	487,00	975,00	2.762,29	8.738,78	9.225,78	9.713,78	11.501,07	9.704,98	10.191,98	10.679,98	12.467,27	2.415,50	7.289,48	7.776,48	8.264,48	10.051,77
	II	4.693,40	3.770,40	4.713,00	469,00	939,00	2.613,08	8.463,80	8.932,80	9.402,80	11.076,88	9.406,40	9.875,40	10.345,40	12.019,48	2.366,50	7.049,90	7.518,90	7.988,90	9.662,98
	I	4.518,76	3.678,40	4.598,00	452,00	904,00	2.471,93	8.197,16	8.649,16	9.101,16	10.669,09	9.116,76	9.568,76	10.020,76	11.588,69	2.299,00	6.817,76	7.269,76	7.721,76	9.289,69
B	III	4.273,25	3.588,80	4.486,00	427,00	855,00	2.338,41	7.862,05	8.289,05	8.717,05	10.200,46	8.759,25	9.186,25	9.614,25	11.097,66	2.243,00	6.516,25	6.943,25	7.371,25	8.854,66
	II	4.115,37	3.501,60	4.377,00	412,00	823,00	2.212,10	7.616,97	8.028,97	8.439,97	9.829,07	8.492,37	8.904,37	9.315,37	10.704,47	2.188,50	6.303,87	6.715,87	7.126,87	8.515,97
	I	3.962,68	3.416,00	4.270,00	396,00	793,00	2.092,61	7.378,68	7.774,68	8.171,68	9.471,29	8.232,68	8.628,68	9.025,68	10.325,29	2.135,00	6.097,68	6.493,68	6.890,68	8.190,29
A	III	3.747,41	3.237,60	4.047,00	375,00	749,00	1.979,58	6.985,01	7.360,01	7.734,01	8.964,59	7.794,41	8.169,41	8.543,41	9.773,99	2.023,50	5.770,91	6.145,91	6.519,91	7.750,49
	II	3.609,72	3.158,40	3.948,00	361,00	722,00	1.872,65	6.768,12	7.129,12	7.490,12	8.640,77	7.557,72	7.918,72	8.279,72	9.430,37	1.974,00	5.583,72	5.944,72	6.305,72	7.456,37
	I	3.475,87	3.081,60	3.852,00	348,00	695,00	1.771,50	6.557,47	6.905,47	7.252,47	8.328,97	7.327,87	7.675,87	8.022,87	9.099,37	1.926,00	5.401,87	5.749,87	6.096,87	7.173,37

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Os atuais servidores ocupantes de cargos das Carreiras do Plano de Carreiras dos Cargos da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 1993, do Quadro de Pessoal do IBGE serão enquadrados nas Carreiras constantes do art. 71 da Lei nº 11.355/2006, de acordo com as Tabelas de Correlação constantes no anexo XVI da Lei nº 11.355/2006.

VB - Vencimento Básico - (Anexo XV da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCV da MP 441/2008)

GDIBGE - Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-Estrutura de Informações Geográficas e Estatísticas

A pontuação referente a GDIBGE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDIBGE no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(*) A GDIBGE será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XV-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCVI da MP 441/08)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 4º do art. 80 da Lei nº 11.355/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDIBGEI deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDIBGE.

RT - Retribuição por Titulação - servidores que sejam detentores do título de Doutor ou grau de Mestre ou sejam possuidores de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de aperfeiçoamento (aperf.) ou especialização (espec.) , em conformidade com a classe padrão e titulação ou certificação comprovada, nos termos do Anexo XV-B da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006

(**) **Aposentado**: GDIBGE - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) **Aposentado** - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 70 a 88

Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 70 a 88

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006

Lei nº 11.490 de 11.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto 6.312 de 20.12.2007

32. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Plano de Carreiras e Cargos do IBGE

Carreira de Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Informações Geográficas e Estatísticas

Cargo: Analista de Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Informações Geográficas e Estatísticas

Carreira de Produção e Análise em Informações Geográficas e Estatísticas

Cargo: Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas

Nível Superior

Posição: julho/2009

CLASSE	PADRÃO	VB	GDIBGE			RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDIBGE	APOSENTADO			
			80 pts	100 pts.	Aperf.	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$) - 80 pts. (*)				TOTAL (em R\$) - 100 pts. (*)				50 pts.		TOTAL (em R\$) - 50 pts. (**)			
								Sem RT	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado	Sem RT	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado			Sem RT	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado
A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+O)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	O=(A+C+F)	P	Q=(A+P)	R=(A+D+P)	S=(A+E+P)	T=(A+F+P)			
ESPECIAL	III	5.558,82	4.284,00	5.355,00	556,00	1.112,00	3.263,00	9.842,82	10.398,82	10.954,82	13.105,82	10.913,82	11.469,82	12.025,82	14.176,82	2.677,50	8.236,32	8.792,32	9.348,32	11.499,32	
	II	5.352,40	4.179,20	5.224,00	535,00	1.070,00	3.086,75	9.531,60	10.066,60	10.601,60	12.618,35	10.576,40	11.111,40	11.646,40	13.663,15	2.612,00	7.964,40	8.499,40	9.034,40	11.051,15	
	I	5.154,36	4.077,60	5.097,00	515,00	1.031,00	2.920,01	9.231,96	9.746,96	10.262,96	12.151,97	10.251,36	10.766,36	11.282,36	13.171,37	2.548,50	7.702,86	8.217,86	8.733,86	10.622,87	
D	III	4.873,98	3.864,80	4.831,00	487,00	975,00	2.762,29	8.738,78	9.225,78	9.713,78	11.501,07	9.704,98	10.191,98	10.679,98	12.467,27	2.415,50	7.289,48	7.776,48	8.264,48	10.051,77	
	II	4.693,40	3.770,40	4.713,00	469,00	939,00	2.613,08	8.463,80	8.932,80	9.402,80	11.076,88	9.406,40	9.875,40	10.345,40	12.019,48	2.356,50	7.049,90	7.518,90	7.988,90	9.662,98	
	I	4.518,76	3.678,40	4.598,00	452,00	904,00	2.471,93	8.197,16	8.649,16	9.101,16	10.669,09	9.116,76	9.568,76	10.020,76	11.588,69	2.299,00	6.817,76	7.269,76	7.721,76	9.289,69	
C	III	4.273,25	3.588,80	4.486,00	427,00	855,00	2.338,41	7.862,05	8.289,05	8.717,05	10.200,46	8.759,25	9.186,25	9.614,25	11.097,66	2.243,00	6.516,25	6.943,25	7.371,25	8.854,66	
	II	4.115,37	3.501,60	4.377,00	412,00	823,00	2.212,10	7.616,97	8.028,97	8.439,97	9.829,07	8.492,37	8.904,37	9.315,37	10.704,47	2.188,50	6.303,87	6.715,87	7.126,87	8.515,97	
	I	3.962,68	3.416,00	4.270,00	396,00	793,00	2.092,61	7.378,68	7.774,68	8.171,68	9.471,29	8.232,68	8.628,68	9.025,68	10.325,29	2.135,00	6.097,68	6.493,68	6.890,68	8.190,29	
B	III	3.747,41	3.237,60	4.047,00	375,00	749,00	1.979,58	6.985,01	7.360,01	7.734,01	8.964,59	7.794,41	8.169,41	8.543,41	9.773,99	2.023,50	5.770,91	6.145,91	6.519,91	7.750,49	
	II	3.609,72	3.158,40	3.948,00	361,00	722,00	1.872,65	6.768,12	7.129,12	7.490,12	8.640,77	7.557,72	7.918,72	8.279,72	9.430,37	1.974,00	5.583,72	5.944,72	6.305,72	7.456,37	
	I	3.475,87	3.081,60	3.852,00	348,00	695,00	1.771,50	6.557,47	6.905,47	7.252,47	8.328,97	7.327,87	7.675,87	8.022,87	9.099,37	1.926,00	5.401,87	5.749,87	6.096,87	7.173,37	
A	III	3.286,63	3.006,40	3.758,00	329,00	657,00	1.675,81	6.293,03	6.622,03	6.950,03	7.968,84	7.044,63	7.373,63	7.701,63	8.720,44	1.879,00	5.165,63	5.494,63	5.822,63	6.841,44	
	II	3.165,43	2.932,80	3.666,00	317,00	633,00	1.585,29	6.098,23	6.415,23	6.731,23	7.683,52	6.831,43	7.148,43	7.464,43	8.416,72	1.833,00	4.998,43	5.315,43	5.631,43	6.583,72	
	I	3.048,03	2.861,60	3.577,00	305,00	610,00	1.499,66	5.909,63	6.214,63	6.519,63	7.409,29	6.625,03	6.930,03	7.235,03	8.124,69	1.788,50	4.836,53	5.141,53	5.446,53	6.336,19	

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Os atuais servidores ocupantes de cargos das Carreiras do Plano de Carreiras dos Cargos da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 1993, do Quadro de Pessoal do IBGE serão enquadrados nas Carreiras constantes do art. 71 da Lei nº 11.355/2006, de acordo com as Tabelas de Correlação constantes no anexo XVI da Lei nº 11.355/2006.

VB - Vencimento Básico - (Anexo XV da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCV da MP 441/2008))

GDIBGE - Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-Estrutura de Informações Geográficas e Estatísticas

A pontuação referente a GDIBGE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDIBGE no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(*) A GDIBGE será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XV-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCVI da MP 441/08)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 4º do art. 80 da Lei nº 11.355/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDIBGEI deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDIBGE.

RT - Retribuição por Titulação - servidores que sejam detentores do título de Doutor ou grau de Mestre ou sejam possuidores de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de aperfeiçoamento (aperf.) ou especialização (espec.), em conformidade com a classe padrão e titulação ou certificação comprovada, nos termos do Anexo XV-B da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006

(**) **Aposentado**: GDIBGE - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) **Aposentado** - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93	Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001
Resolução nº 01 de 06.07.94	Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
Resolução nº 02 de 23.11.94	Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97	Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Lei nº 9.625 de 07.04.98	Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Lei nº 9.638 de 20.05.98	Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Decreto nº 2.665 de 10.07.98	Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000	Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000	Lei nº 10.769 de 19.11.2003
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000	Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000	Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000	Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000	Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000	Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 70 a 88
Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000	Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 70 a 88
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001	Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001	Lei nº 11.490 de 11.06.2007
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001	Decreto 6.312 de 20.12.2007

32. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Plano de Carreiras e Cargos do IBGE

Carreira de Suporte Técnico em Produção e Análise de Informações Geográficas e Estatísticas

Cargo: Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas

Carreira de Suporte em Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Informações Geográficas e Estatísticas

Cargo: Técnico em Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Informações Geográficas e Estatísticas

Nível Intermediário

Posição: julho/2009

CLASSE	PADRÃO	VB	GDIBGE		GQ	ATIVO		ATIVO		GDIBGE		APOSENTADO	
			100 pts.			TOTAL (em R\$) - 80 pts. (*)		TOTAL (em R\$) - 100 pts. (*)		50 pts.		TOTAL (em R\$) - 50 pts. (**)	
			Sem GQ	Com GQ		Sem GQ	Com GQ	Sem GQ	Com GQ	Sem GQ	Com GQ	Sem GQ	Com GQ
		A	B	C	D	E=(A+B)	F=(A+C+D)	G=(A+B)	H=(A+C+D)	I	J	K=(A+I)	L=(A+D+J)
ESPECIAL	III	2.785,32	1.390,00	1.866,00	279,00	3.897,32	4.557,12	4.175,32	4.930,32	695,00	933,00	3.480,32	3.997,32
	II	2.688,24	1.363,00	1.829,00	269,00	3.778,64	4.420,44	4.051,24	4.786,24	681,50	914,50	3.369,74	3.871,74
	I	2.594,71	1.336,00	1.793,00	259,00	3.663,51	4.288,11	3.930,71	4.646,71	668,00	896,50	3.262,71	3.750,21
B	VI	2.506,13	1.287,00	1.727,00	251,00	3.535,73	4.138,73	3.793,13	4.484,13	643,50	863,50	3.149,63	3.620,63
	V	2.418,25	1.262,00	1.693,00	242,00	3.427,85	4.014,65	3.680,25	4.353,25	631,00	846,50	3.049,25	3.506,75
	IV	2.332,69	1.237,00	1.660,00	233,00	3.322,29	3.893,69	3.569,69	4.225,69	618,50	830,00	2.951,19	3.395,69
	III	2.252,30	1.213,00	1.627,00	225,00	3.222,70	3.778,90	3.465,30	4.104,30	606,50	813,50	2.858,80	3.290,80
	II	2.172,39	1.189,00	1.595,00	217,00	3.123,59	3.665,39	3.361,39	3.984,39	594,50	797,50	2.766,89	3.186,89
	I	2.094,57	1.166,00	1.564,00	209,00	3.027,37	3.554,77	3.260,57	3.867,57	583,00	782,00	2.677,57	3.085,57
A	VI	2.021,25	1.123,00	1.507,00	202,00	2.919,65	3.428,85	3.144,25	3.730,25	561,50	753,50	2.582,75	2.976,75
	V	1.948,69	1.101,00	1.477,00	195,00	2.829,49	3.325,29	3.049,69	3.620,69	550,50	738,50	2.499,19	2.882,19
	IV	1.877,71	1.079,00	1.448,00	188,00	2.740,91	3.224,11	2.956,71	3.513,71	539,50	724,00	2.417,21	2.789,71
	III	1.810,19	1.058,00	1.420,00	181,00	2.656,59	3.127,19	2.868,19	3.411,19	529,00	710,00	2.339,19	2.701,19
	II	1.743,57	1.037,00	1.392,00	174,00	2.573,17	3.031,17	2.780,57	3.309,57	518,50	696,00	2.262,07	2.613,57
	I	1.678,28	1.017,00	1.365,00	168,00	2.491,88	2.938,28	2.695,28	3.211,28	508,50	682,50	2.186,78	2.528,78

* Os titulares do cargo de nível intermediário, não integrantes das Carreiras da área de Ciência e Tecnologia, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do IBGE em 30 de setembro de 2005, serão enquadrados no Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, mantidas as denominações e atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme Tabela de Correlação constante no Anexo XVI da Lei nº 11.355 de 19.10.2006 (art. 84 da Lei 11.344/2006)

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ao Quadro de Pessoal do IBGE em 30 de setembro de 2005, serão enquadrados no Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, mantidas as denominações e atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme Tabela de Correlação constante no anexo XVI da Lei nº 11.355/06.

VB - Vencimento Básico - (Anexo XV da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCV da MP 441/2008)

GDIBGE - Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-Estrutura de Informações Geográficas e Estatísticas

A pontuação referente a GDIBGE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDIBGE no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(*) A GDIBGE será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XV-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCVI da MP 441/08)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 4º do art. 80 da Lei nº 11.355/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDIBGEI deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDIBGE.

GQ - Gratificação de Qualificação - servidores com nível de capacitação conforme art. 82-B da Lei nº 11.355/2006 e Anexo XV-C da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006

(**) **Aposentado**: GDIBGE - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) **Aposentado** - GQ - Aplica-se aos proventos da aposentadoria e às pensões (art. 82-B da Lei nº 11.355/2006)

A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se os requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais tiverem sido obtidos anteriormente à data da inativação(§5º do art. 82-A da Lei 11.355/2006 e MP 479/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 70 a 88

Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 70 a 88

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006

Lei nº 11.490 de 11.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto 6.312 de 20.12.2007

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

32. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE

Plano de Carreiras e Cargos do IBGE

* Médico do Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006

Cargo: Médico

Jornada de Trabalho de Médico é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB 20h (*)	GDM-IBGE 80 pts 100 pts.			** RT - retribuição por Titulação Aperf. Mestre Doutor / Espec.			ATIVO				ATIVO				GDM-IBGE 50 pts.	APOSENTADO			
									TOTAL (em R\$) - 80 pts. (**)				TOTAL (em R\$) - 100 pts. (***)					TOTAL (em R\$) - 50 pts. (****)			
									Sem RT	Aperf.	Mestre	Doutor	Sem RT	Aperf.	Mestre	Doutor		Sem RT	Aperf.	Mestre	Doutor
									G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	O=(A+C+F)		P	Q=(A+P)	R=(A+D+P)	S=(A+E+P)
ESPECIAL	III	2.779,41	2.142,40	2.678,00	278,00	556,00	1.631,50	4.921,81	5.199,81	5.477,81	6.553,31	5.457,41	5.735,41	6.013,41	7.088,91	1.339,00	4.118,41	4.396,41	4.674,41	5.749,91	
	II	2.676,20	2.089,60	2.612,00	267,50	535,00	1.543,38	4.765,80	5.033,30	5.300,80	6.309,18	5.288,20	5.555,70	5.823,20	6.831,58	1.306,00	3.982,20	4.249,70	4.517,20	5.525,58	
	I	2.577,18	2.039,20	2.549,00	257,50	515,50	1.460,01	4.616,38	4.873,88	5.131,88	6.076,39	5.126,18	5.383,68	5.641,68	6.586,19	1.274,50	3.851,68	4.109,18	4.367,18	5.311,69	
C	VI	2.436,99	1.932,80	2.416,00	243,50	487,50	1.381,15	4.369,79	4.613,29	4.857,29	5.750,94	4.852,99	5.096,49	5.340,49	6.234,14	1.208,00	3.644,99	3.888,49	4.132,49	5.026,14	
	V	2.346,70	1.885,60	2.357,00	234,50	469,50	1.306,54	4.232,30	4.466,80	4.701,80	5.538,84	4.703,70	4.938,20	5.173,20	6.010,24	1.178,50	3.525,20	3.759,70	3.994,70	4.831,74	
	IV	2.259,38	1.839,20	2.299,00	226,00	452,00	1.235,97	4.098,58	4.324,58	4.550,58	5.334,55	4.558,38	4.784,38	5.010,38	5.794,35	1.149,50	3.408,88	3.634,88	3.860,88	4.644,85	
	III	2.136,63	1.794,40	2.243,00	213,50	427,50	1.169,21	3.931,03	4.144,53	4.358,53	5.100,24	4.379,63	4.593,13	4.807,13	5.548,84	1.121,50	3.258,13	3.471,63	3.685,63	4.427,34	
	II	2.057,69	1.751,20	2.189,00	206,00	411,50	1.106,05	3.808,89	4.014,89	4.220,39	4.914,94	4.246,69	4.452,69	4.658,19	5.352,74	1.094,50	3.152,19	3.358,19	3.563,69	4.258,24	
B	I	1.981,34	1.708,00	2.135,00	198,00	396,50	1.046,31	3.689,34	3.887,34	4.085,84	4.735,65	4.116,34	4.314,34	4.512,84	5.162,65	1.067,50	3.048,84	3.246,84	3.445,34	4.095,15	
	VI	1.873,71	1.619,20	2.024,00	187,50	374,50	989,79	3.492,91	3.680,41	3.867,41	4.482,70	3.897,71	4.085,21	4.272,21	4.877,50	1.012,00	2.885,71	3.073,21	3.260,21	3.875,50	
	V	1.804,86	1.579,20	1.974,00	180,50	361,00	936,33	3.384,06	3.564,56	3.745,06	4.320,39	3.778,86	3.959,36	4.139,86	4.715,19	987,00	2.791,86	2.972,36	3.152,86	3.728,19	
	IV	1.737,94	1.540,80	1.926,00	174,00	347,50	885,75	3.278,74	3.452,74	3.626,24	4.164,49	3.663,94	3.837,94	4.011,44	4.549,69	963,00	2.700,94	2.874,94	3.048,44	3.586,69	
	III	1.643,32	1.503,20	1.879,00	164,50	328,50	837,91	3.146,52	3.311,02	3.475,02	3.984,43	3.522,32	3.686,82	3.850,82	4.360,23	939,50	2.582,82	2.747,32	2.911,32	3.420,73	
	II	1.582,72	1.466,40	1.833,00	158,50	316,50	792,65	3.049,12	3.207,62	3.365,62	3.841,77	3.415,72	3.574,22	3.732,22	4.208,37	916,50	2.499,22	2.657,72	2.815,72	3.291,87	
A	I	1.524,02	1.431,20	1.789,00	152,50	305,00	749,83	2.955,22	3.107,72	3.260,22	3.705,05	3.313,02	3.465,52	3.618,02	4.062,85	894,50	2.418,52	2.571,02	2.723,52	3.168,35	
	V	1.479,93	1.356,80	1.696,00	148,00	296,00	709,33	2.836,73	2.984,73	3.132,73	3.546,06	3.175,93	3.323,93	3.471,93	3.885,26	848,00	2.327,93	2.475,93	2.623,93	3.037,26	
	IV	1.437,00	1.323,20	1.654,00	143,50	287,50	671,01	2.760,20	2.903,70	3.047,70	3.431,21	3.091,00	3.234,50	3.378,50	3.762,01	827,00	2.264,00	2.407,50	2.551,50	2.935,01	
	III	1.395,87	1.291,20	1.614,00	139,50	279,00	634,77	2.687,07	2.826,57	2.966,07	3.321,84	3.009,87	3.149,37	3.288,87	3.644,64	807,00	2.202,87	2.342,37	2.481,87	2.837,64	
	II	1.354,81	1.259,20	1.574,00	135,50	271,00	600,48	2.614,01	2.749,51	2.885,01	3.214,49	2.928,81	3.064,31	3.199,81	3.529,29	787,00	2.141,81	2.277,31	2.412,81	2.742,29	
I	1.315,49	1.228,80	1.536,00	131,50	263,00	568,05	2.544,29	2.675,79	2.807,29	3.112,34	2.851,49	2.982,99	3.114,49	3.419,54	768,00	2.083,49	2.214,99	2.346,49	2.651,54		

Nível Superior - 40 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB 40h (*)	GDM-IBGE 80 pts 100 pts.			** RT - retribuição por Titulação Aperf. Mestre Doutor / Espec.			ATIVO				ATIVO				GDM-IBGE 50 pts.	APOSENTADO			
									TOTAL (em R\$) - 80 pts. (**)				TOTAL (em R\$) - 100 pts. (***)					TOTAL (em R\$) - 50 pts. (****)			
									Sem RT	Aperf.	Mestre	Doutor	Sem RT	Aperf.	Mestre	Doutor		Sem RT	Aperf.	Mestre	Doutor
									G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	O=(A+C+F)		P	Q=(A+P)	R=(A+D+P)	S=(A+E+P)
ESPECIAL	III	5.558,82	4.284,00	5.355,00	556,00	1.112,00	3.263,00	9.842,82	10.398,82	10.954,82	13.105,82	10.913,82	11.469,82	12.025,82	14.176,82	2.677,50	8.236,32	8.792,32	9.348,32	11.499,32	
	II	5.352,40	4.179,20	5.224,00	535,00	1.070,00	3.086,75	9.531,60	10.066,60	10.601,60	12.618,35	10.576,40	11.111,40	11.646,40	13.663,15	2.612,00	7.964,40	8.499,40	9.034,40	11.051,15	
	I	5.154,36	4.077,60	5.097,00	515,00	1.031,00	2.920,01	9.231,96	9.746,96	10.262,96	12.151,97	10.251,36	10.766,36	11.282,36	13.171,37	2.548,50	7.702,86	8.217,86	8.733,86	10.622,87	
C	VI	4.873,98	3.864,80	4.831,00	487,00	975,00	2.762,29	8.738,78	9.225,78	9.713,78	11.501,07	9.704,98	10.191,98	10.679,98	12.467,27	2.415,50	7.289,48	7.776,48	8.264,48	10.051,77	
	V	4.693,40	3.770,40	4.713,00	469,00	939,00	2.613,08	8.463,80	8.932,80	9.402,80	11.076,88	9.406,40	9.875,40	10.345,40	12.019,48	2.356,50	7.049,90	7.518,90	7.988,90	9.662,98	
	IV	4.518,76	3.678,40	4.598,00	452,00	904,00	2.471,93	8.197,16	8.649,16	9.101,16	10.669,09	9.116,76	9.568,76	10.020,76	11.588,69	2.299,00	6.817,76	7.269,76	7.721,76	9.289,69	
	III	4.273,25	3.588,80	4.486,00	427,00	855,00	2.338,41	7.862,05	8.217,05	8.717,05	10.200,46	8.759,25	9.186,25	9.614,25	11.097,66	2.243,00	6.516,25	6.943,25	7.371,25	8.854,66	
	II	4.115,37	3.501,60	4.377,00	412,00	823,00	2.212,10	7.616,97	8.028,97	8.439,97	9.829,07	8.492,37	8.904,37	9.315,37	10.704,47	2.188,50	6.303,87	6.715,87	7.126,87	8.515,97	
B	I	3.962,68	3.416,00	4.270,00	396,00	793,00	2.092,61	7.378,68	7.774,68	8.171,68	9.471,29	8.232,68	8.628,68	9.025,68	10.325,29	2.135,00	6.097,68	6.493,68	6.890,68	8.190,29	
	VI	3.747,41	3.237,60	4.047,00	375,00	749,00	1.979,58	6.985,01	7.360,01	7.734,01	8.964,59	7.794,41	8.169,41	8.543,41	9.773,99	2.023,50	5.770,91	6.145,91	6.519,91	7.750,49	
	V	3.609,72	3.158,40	3.948,00	361,00	722,00	1.872,65	6.768,12	7.129,12	7.490,12	8.640,77	7.557,72	7.918,72	8.279,72	9.430,37	1.974,00	5.583,72	5.944,72	6.305,72	7.456,37	
	IV	3.475,87	3.081,60	3.852,00	348,00	696,00	1.771,50	6.557,47	6.905,47	7.252,47	8.328,97	7.327,87	7.675,87	8.022,87	9.099,37	1.926,00	5.401,87	5.749,87	6.096,87	7.173,37	
	III	3.286,63	3.006,40	3.758,00	329,00	657,00	1.675,81	6.293,03	6.622,03	6.950,03	7.968,84	7.044,63	7.373,63	7.701,63	8.720,44	1.879,00	5.165,63	5.494,63	5.822,63	6.841,44	
	II	3.165,43	2.932,80	3.666,00	317,00	633,00	1.585,29	6.098,23	6.415,23	6.731,23	7.683,52	6.831,43	7.148,43	7.464,43	8.416,72	1.833,00	4.998,43	5.315,43	5.631,43	6.583,72	
A	I	3.048,03	2.861,60	3.577,00	305,00	610,00	1.499,66	5.909,63	6.214,63	6.519,63	7.409,29	6.625,03	6.930,03	7.235,03	8.124,69	1.788,50	4.836,53	5.141,53	5.446,53	6.336,19	
	V	2.959,85	2.712,80	3.391,00	296,00	592,00	1.418,65	5.672,65	5.968,65	6.264,65	7.091,30	6.350,85	6.646,85	6.942,85	7.769,50	1.695,50	4.655,35	4.951,35	5.247,35	6.074,00	
	IV	2.873,99	2.646,40	3.308,00	287,00	575,00	1.342,02	5.502,39	5.807,39	6.095,39	6.862,41	6.181,99	6.468,99	6.756,99	7.524,01	1.654,00	4.527,99	4.814,99	5.102,99	5.870,01	
	III	2.791,73	2.581,60	3.227,00	279,00	558,00	1.269,53	5.373,33	5.652,33	5.931,33	6.642,86	6.018,73	6.297,73	6.576,73	7.288,26	1.613,50	4.405,23	4.684,23	4.963,23	5.674,76	
	II	2.709,61	2.518,40	3.148,00	271,00	542,00	1.200,96	5.228,01	5.499,01	5.770,01	6.428,97	5.857,61	6.128,61	6.399,61	7.058,57	1.574,00	4.283,61	4.554,61	4.825,61	5.484,57	

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* Os titulares do cargo de nível superior não integrantes das Carreiras da área de Ciência e Tecnologia, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do IBGE em 30 de setembro de 2005, serão enquadrados no Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, mantidas as denominações e atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme Tabela de Correlação constante no Anexo XVI da Lei nº 11.355 de 19.10.2006 (art. 84 da Lei 11.344/2006)

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-IBGE - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de que trata a Lei nº 11.355, de 2006

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-IBGE devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-IBGE terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-IBGE será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

** RT - Retribuição por Titulação - servidores que sejam detentores do título de Doutor ou grau de Mestre ou sejam possuidores de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de aperfeiçoamento (aperf.) ou especialização (Espec.), em conformidade com a classe padrão e titulação ou certificação comprovada, nos termos do Anexo XV-B da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) Aposentado - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) Aposentado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.112 de 11.12.1990	Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
Lei nº 8.691 de 28.07.93	Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Resolução nº 01 de 06.07.94	Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Resolução nº 02 de 23.11.94	Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97	Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Lei nº 9.625 de 07.04.98	Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 9.638 de 20.05.98	Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Decreto nº 2.665 de 10.07.98	Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Lei nº 10.769 de 19.11.2003
Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000	Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000	Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000	Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000	Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000	Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 70 a 88
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000	Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 70 a 88
Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000	Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006
Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000	Lei nº 11.490 de 11.06.2007
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001	Decreto 6.312 de 20.12.2007
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001	Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001	Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001	

32. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE

Plano de Carreiras e Cargos do IBGE

* Cargos referidos no art. 84 da Lei nº 11.355/2006

Cargos: Nível Superior

Nível Superior

Posição: julho/2009

CLASSE	PADRÃO	VB	GDIBGE		RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDIBGE	APOSENTADO			
			80 pts	100 pts.	Aperf.	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$) - 80 pts. (*)				TOTAL (em R\$) - 100 pts. (*)					TOTAL (em R\$) - 50 pts. (**)			
								Sem RT	Aperf.	Mestrado	Doutorado	SemRT	Aperf.	Mestrado	Doutorado		SemRT	Aperf.	Mestrado	Doutorado
A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	O=(A+C+F)	P	Q=(A+P)	R=(A+D+P)	S=(A+E+P)	T=(A+F+P)		
ESPECIAL	III	5.558,82	4.284,00	5.355,00	556,00	1.112,00	3.263,00	9.842,82	10.398,82	10.954,82	13.105,82	10.913,82	11.469,82	12.025,82	14.176,82	2.677,50	8.236,32	8.792,32	9.348,32	11.499,32
	II	5.352,40	4.179,20	5.224,00	535,00	1.070,00	3.086,75	9.531,60	10.066,60	10.601,60	12.618,35	10.576,40	11.111,40	11.646,40	13.663,15	2.612,00	7.984,40	8.499,40	9.034,40	11.051,15
	I	5.154,36	4.077,60	5.097,00	515,00	1.031,00	2.920,01	9.231,96	9.746,96	10.262,96	12.151,97	10.251,36	10.766,36	11.282,36	13.171,37	2.548,50	7.702,86	8.217,86	8.733,86	10.622,87
C	VI	4.873,98	3.864,80	4.831,00	487,00	975,00	2.762,29	8.738,78	9.225,78	9.713,78	11.501,07	9.704,98	10.191,98	10.679,98	12.467,27	2.415,50	7.289,48	7.776,48	8.264,48	10.051,77
	V	4.693,40	3.770,40	4.713,00	469,00	939,00	2.613,08	8.463,80	8.932,80	9.402,80	11.076,88	9.406,40	9.875,40	10.345,40	12.019,48	2.366,50	7.049,90	7.518,90	7.988,90	9.662,98
	IV	4.518,76	3.678,40	4.598,00	452,00	904,00	2.471,93	8.197,16	8.649,16	9.101,16	10.669,09	9.116,76	9.588,76	10.020,76	11.588,69	2.299,00	6.817,76	7.269,76	7.721,76	9.289,69
	III	4.273,25	3.588,80	4.486,00	427,00	855,00	2.338,41	7.862,05	8.289,05	8.717,05	10.200,46	8.759,25	9.186,25	9.614,25	11.097,66	2.243,00	6.516,25	6.943,25	7.371,25	8.854,66
	II	4.115,37	3.501,60	4.377,00	412,00	823,00	2.212,10	7.616,97	8.028,97	8.439,97	9.829,07	8.492,37	8.904,37	9.315,37	10.704,47	2.188,50	6.303,87	6.715,87	7.126,87	8.515,97
	I	3.962,68	3.416,00	4.270,00	396,00	793,00	2.092,61	7.378,68	7.774,68	8.171,68	9.471,29	8.232,68	8.628,68	9.025,68	10.325,29	2.135,00	6.097,68	6.493,68	6.890,68	8.190,29
B	VI	3.747,41	3.237,60	4.047,00	375,00	749,00	1.979,58	6.985,01	7.360,01	7.734,01	8.964,59	7.794,41	8.169,41	8.543,41	9.773,99	2.023,50	5.770,91	6.145,91	6.519,91	7.750,49
	V	3.609,72	3.158,40	3.948,00	361,00	722,00	1.872,65	6.768,12	7.129,12	7.490,12	8.640,77	7.557,72	7.918,72	8.279,72	9.430,37	1.974,00	5.583,72	5.944,72	6.305,72	7.456,37
	IV	3.475,87	3.081,60	3.852,00	348,00	695,00	1.771,50	6.557,47	6.905,47	7.252,47	8.328,97	7.327,87	7.675,87	8.022,87	9.099,37	1.926,00	5.401,87	5.749,87	6.096,87	7.173,37
	III	3.286,63	3.006,40	3.758,00	329,00	657,00	1.675,81	6.293,03	6.622,03	6.950,03	7.968,84	7.044,63	7.373,63	7.701,63	8.720,44	1.879,00	5.165,63	5.494,63	5.822,63	6.841,44
	II	3.165,43	2.932,80	3.666,00	317,00	633,00	1.585,29	6.098,23	6.415,23	6.731,23	7.683,52	6.831,43	7.148,43	7.464,43	8.416,72	1.833,00	4.998,43	5.315,43	5.631,43	6.583,72
	I	3.048,03	2.861,60	3.577,00	305,00	610,00	1.499,66	5.909,63	6.214,63	6.519,63	7.409,29	6.625,03	6.930,03	7.235,03	8.124,69	1.788,50	4.836,53	5.141,53	5.446,53	6.336,19
A	V	2.959,85	2.712,80	3.391,00	296,00	592,00	1.418,65	5.672,65	5.968,65	6.264,65	7.091,30	6.350,85	6.646,85	6.942,85	7.769,50	1.695,50	4.655,35	4.951,35	5.247,35	6.074,00
	IV	2.873,99	2.646,40	3.308,00	287,00	575,00	1.342,02	5.520,39	5.807,39	6.095,39	6.862,41	6.181,99	6.468,99	6.756,99	7.524,01	1.654,00	4.527,99	4.814,99	5.102,99	5.870,01
	III	2.791,73	2.581,60	3.227,00	279,00	558,00	1.269,53	5.373,33	5.652,33	5.931,33	6.642,86	6.018,73	6.297,73	6.576,73	7.288,26	1.613,50	4.405,23	4.694,23	4.963,23	5.674,76
	II	2.709,61	2.518,40	3.148,00	271,00	542,00	1.200,96	5.228,01	5.499,01	5.770,01	6.428,97	5.857,61	6.128,61	6.399,61	7.058,57	1.574,00	4.283,61	4.554,61	4.825,61	5.484,57
	I	2.630,97	2.456,80	3.071,00	263,00	526,00	1.136,09	5.087,77	5.350,77	5.613,77	6.223,86	5.701,97	5.964,97	6.227,97	6.838,06	1.535,50	4.166,47	4.429,47	4.692,47	5.302,56

* Os titulares do cargo de nível superior não integrantes das Carreiras da área de Ciência e Tecnologia, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do IBGE em 30 de setembro de 2005, serão enquadrados no Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, mantidas as denominações e atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme Tabela de Correlação constante no Anexo XVI da Lei nº 11.355 de 19.10.2006 (art. 84 da Lei 11.344/2006)

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Os titulares dos cargos de nível superior, não integrantes das Carreiras da área de Ciência e Tecnologia, regidos pela Lei nº 8.112/90, pertencentes ao Quadro de Pessoal do IBGE em 30 de setembro de 2005, serão enquadrados no Plano de Carreiras e Cargos do IBGE. mantidas as denominações e atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme Tabela de Correlação constante no anexo XVI da Lei nº 11.355/06.

VB - Vencimento Básico - (Anexo XV da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCV da MP 441/2008)

GDIBGE - Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-Estrutura de Informações Geográficas e Estatísticas

A pontuação referente a GDIBGE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDIBGE no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(*) A GDIBGE será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XV-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCVI da MP 441/08)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 4º do art. 80 da Lei nº 11.355/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDIBGEI deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDIBGE.

RT - Retribuição por Titulação - servidores que sejam detentores do título de Doutor ou grau de Mestre ou sejam possuidores de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de aperfeiçoamento (aperf.) ou especialização (espec.), em conformidade com a classe padrão e titulação ou certificação comprovada, nos termos do Anexo XV-B da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006

(**) **Aposentado**: GDIBGE - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) **Aposentado** - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93	Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001
Resolução nº 01 de 06.07.94	Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
Resolução nº 02 de 23.11.94	Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97	Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Lei nº 9.625 de 07.04.98	Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Lei nº 9.638 de 20.05.98	Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Decreto nº 2.665 de 10.07.98	Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000	Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000	Lei nº 10.769 de 19.11.2003
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000	Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000	Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000	Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000	Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000	Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 70 a 88
Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000	Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 70 a 88
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001	Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001	Lei nº 11.490 de 11.06.2007
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001	Decreto 6.312 de 20.12.2007

32. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE

Plano de Carreiras e Cargos do IBGE

* Cargos referidos no art. 84 da Lei nº 11.355/2006

Cargos : Nível Intermediário

Nível Intermediário

Posição: julho/2009

CLASSE	PADRÃO	VB	GGIBGE		GQ	ATIVO		ATIVO		GDIBGE		APOSENTADO	
			100 pts.			TOTAL (em R\$) - 80 pts. (*)		TOTAL (em R\$) - 100 pts. (*)		50 pts.		TOTAL (em R\$) - 50 pts. (**)	
			Sem GQ	Com GQ		Sem GQ	Com GQ	Sem GQ	Com GQ	Sem GQ	Com GQ	Sem GQ	Com GQ
		A	B	C	D	E=(A+B)	F=(A+C+D)	G=(A+B)	H=(A+C+D)	I	J	K=(A+I)	L=(A+D+J)
ESPECIAL	III	2.785,32	1.390,00	1.866,00	279,00	3.897,32	4.557,12	4.175,32	4.930,32	695,00	933,00	3.480,32	3.997,32
	II	2.688,24	1.363,00	1.829,00	269,00	3.778,64	4.420,44	4.051,24	4.786,24	681,50	914,50	3.369,74	3.871,74
	I	2.594,71	1.336,00	1.793,00	259,00	3.663,51	4.288,11	3.930,71	4.646,71	668,00	896,50	3.262,71	3.750,21
C	VI	2.506,13	1.287,00	1.727,00	251,00	3.535,73	4.138,73	3.793,13	4.484,13	643,50	863,50	3.149,63	3.620,63
	V	2.418,25	1.262,00	1.693,00	242,00	3.427,85	4.014,65	3.680,25	4.353,25	631,00	846,50	3.049,25	3.506,75
	IV	2.332,69	1.237,00	1.660,00	233,00	3.322,29	3.893,69	3.569,69	4.225,69	618,50	830,00	2.951,19	3.395,69
	III	2.252,30	1.213,00	1.627,00	225,00	3.222,70	3.778,90	3.465,30	4.104,30	606,50	813,50	2.858,80	3.290,80
	II	2.172,39	1.189,00	1.595,00	217,00	3.123,59	3.665,39	3.361,39	3.984,39	594,50	797,50	2.766,89	3.186,89
	I	2.094,57	1.166,00	1.564,00	209,00	3.027,37	3.554,77	3.260,57	3.867,57	583,00	782,00	2.677,57	3.085,57
B	VI	2.021,25	1.123,00	1.507,00	202,00	2.919,65	3.428,85	3.144,25	3.730,25	561,50	753,50	2.582,75	2.976,75
	V	1.948,69	1.101,00	1.477,00	195,00	2.829,49	3.325,29	3.049,69	3.620,69	550,50	738,50	2.499,19	2.882,19
	IV	1.877,71	1.079,00	1.448,00	188,00	2.740,91	3.224,11	2.956,71	3.513,71	539,50	724,00	2.417,21	2.789,71
	III	1.810,19	1.058,00	1.420,00	181,00	2.656,59	3.127,19	2.868,19	3.411,19	529,00	710,00	2.339,19	2.701,19
	II	1.743,57	1.037,00	1.392,00	174,00	2.573,17	3.031,17	2.780,57	3.309,57	518,50	696,00	2.262,07	2.613,57
A	I	1.678,28	1.017,00	1.365,00	168,00	2.491,88	2.938,28	2.695,28	3.211,28	508,50	682,50	2.186,78	2.528,78
	V	1.629,72	980,00	1.315,00	163,00	2.413,72	2.844,72	2.609,72	3.107,72	490,00	657,50	2.119,72	2.450,22
	IV	1.582,44	961,00	1.289,00	158,00	2.351,24	2.771,64	2.543,44	3.029,44	480,50	644,50	2.062,94	2.384,94
	III	1.537,15	942,00	1.264,00	154,00	2.290,75	2.702,35	2.479,15	2.955,15	471,00	632,00	2.008,15	2.323,15
	II	1.491,94	924,00	1.239,00	149,00	2.231,14	2.632,14	2.415,94	2.879,94	462,00	619,50	1.953,94	2.260,44
I	1.442,18	906,00	1.215,00	144,00	2.166,98	2.558,18	2.348,18	2.801,18	453,00	607,50	1.895,18	2.193,68	

* Os titulares do cargo de nível intermediário, não integrantes das Carreiras da área de Ciência e Tecnologia, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do IBGE em 30 de setembro de 2005, serão enquadrados no Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, mantidas as denominações e atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme Tabela de Correlação constante no Anexo XVI da Lei nº 11.355 de 19.10.2006 (art. 84 da Lei 11.344/2006)

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ao Quadro de Pessoal do IBGE em 30 de setembro de 2005, serão enquadrados no Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, mantidas as denominações e atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme Tabela de Correlação constante no anexo XVI da Lei nº 11.355/06.

VB - Vencimento Básico - (Anexo XV da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCV da MP 441/2008)

GDIBGE - Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-Estrutura de Informações Geográficas e Estatísticas

A pontuação referente a GDIBGE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDIBGE no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(*) A GDIBGE será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XV-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCVI da MP 441/08)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 4º do art. 80 da Lei nº 11.355/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDIBGEI deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDIBGE.

GQ - Gratificação de Qualificação - servidores com nível de capacitação conforme art. 82-B da Lei nº 11.355/2006 e Anexo XV-C da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006

(**) **Aposentado**: GDIBGE - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) **Aposentado** - GQ - Aplica-se aos proventos da aposentadoria e às pensões (art. 82-B da Lei nº 11.355/2006)

A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se os requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais tiverem sido obtidos anteriormente à data da inativação (§5º do art. 82-A da Lei 11.355/2006 e MP 479/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 70 a 88

Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 70 a 88

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006

Lei nº 11.490 de 11.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto 6.312 de 20.12.2007

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

33. INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR

Plano Especial de Cargos da EMBRATUR
Cargos de Nível Superior da EMBRATUR

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATUR			GQ		ATIVO			ATIVO			GDATUR	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		10%	20%	TOTAL (em R\$) - 80 pts.			TOTAL (em R\$) - 100 pts.			50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(*)			(**)		Sem GQ	10%	20%	Sem GQ	10%	20%	(***)	M=(A+L)
	A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L			
ESPECIAL	III	5.315,28	1.661,60	2.077,00	531,53	1.063,06	6.976,88	7.508,41	8.039,94	7.392,28	7.923,81	8.455,34	1.038,50	6.353,78	
	II	5.156,46	1.613,60	2.017,00	531,53	1.063,06	6.770,06	7.301,59	7.833,12	7.173,46	7.704,99	8.236,52	1.008,50	6.164,96	
	I	5.002,39	1.567,20	1.959,00	531,53	1.063,06	6.569,59	7.101,12	7.632,65	6.961,39	7.492,92	8.024,45	979,50	5.981,89	
C	VI	4.852,92	1.522,40	1.903,00	531,53	1.063,06	6.375,32	6.906,85	7.438,38	6.755,92	7.287,45	7.818,98	951,50	5.804,42	
	V	4.707,92	1.478,40	1.848,00	531,53	1.063,06	6.186,32	6.717,85	7.249,38	6.555,92	7.087,45	7.618,98	924,00	5.631,92	
	IV	4.567,25	1.436,00	1.795,00	531,53	1.063,06	6.003,25	6.534,78	7.066,31	6.362,25	6.893,78	7.425,31	897,50	5.464,75	
	III	4.430,78	1.395,20	1.744,00	531,53	1.063,06	5.825,98	6.357,51	6.889,04	6.174,78	6.706,31	7.237,84	872,00	5.302,78	
	II	4.298,39	1.355,20	1.694,00	531,53	1.063,06	5.653,59	6.185,12	6.716,65	5.992,39	6.523,92	7.055,45	847,00	5.145,39	
	I	4.169,96	1.316,00	1.645,00	531,53	1.063,06	5.485,96	6.017,49	6.549,02	5.814,96	6.346,49	6.878,02	822,50	4.992,46	
B	VI	4.045,36	1.278,40	1.598,00	531,53	1.063,06	5.323,76	5.855,29	6.386,82	5.643,36	6.174,89	6.706,42	799,00	4.844,36	
	V	3.924,49	1.241,60	1.552,00	531,53	1.063,06	5.166,09	5.697,62	6.229,15	5.476,49	6.008,02	6.539,55	776,00	4.700,49	
	IV	3.807,23	1.206,40	1.508,00	531,53	1.063,06	5.013,63	5.545,16	6.076,69	5.315,23	5.846,76	6.378,29	754,00	4.561,23	
	III	3.693,47	1.172,00	1.465,00	531,53	1.063,06	4.865,47	5.397,00	5.928,53	5.158,47	5.690,00	6.221,53	732,50	4.425,97	
	II	3.583,11	1.138,40	1.423,00	531,53	1.063,06	4.721,51	5.253,04	5.784,57	5.006,11	5.537,64	6.069,17	711,50	4.294,61	
	I	3.476,05	1.105,60	1.382,00	531,53	1.063,06	4.581,65	5.113,18	5.644,71	4.858,05	5.389,58	5.921,11	691,00	4.167,05	
A	V	3.372,19	1.073,60	1.342,00	531,53	1.063,06	4.445,79	4.977,32	5.508,85	4.714,19	5.245,72	5.777,25	671,00	4.043,19	
	IV	3.271,43	1.043,20	1.304,00	531,53	1.063,06	4.314,63	4.846,16	5.377,69	4.575,43	5.106,96	5.638,49	652,00	3.923,43	
	III	3.173,68	1.013,60	1.267,00	531,53	1.063,06	4.187,28	4.718,81	5.250,34	4.440,68	4.972,21	5.503,74	633,50	3.807,18	
	II	3.078,85	984,80	1.231,00	531,53	1.063,06	4.063,65	4.595,18	5.126,71	4.309,85	4.841,38	5.372,91	615,50	3.694,35	
	I	2.986,85	956,80	1.196,00	531,53	1.063,06	3.943,65	4.475,18	5.006,71	4.182,85	4.714,38	5.245,91	598,00	3.584,85	

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

Composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da EMBRATUR, nele lotados em 31 de dezembro de 2005, ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até a referida data. Art. 8º da Lei nº 11.356/06.

VB - Vencimento Básico - Anexo VI da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXXVIII MP 441/2008)

GDATUR - Gratificação de Desempenho da EMBRATUR

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade da Embratur - GDATUR, devida aos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 8º da Lei nº 11356/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Embratur. (art. 8º-C da Lei nº 11.356/2006 e art . 78 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDATUR será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI-A da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 (anexo XXXIX MP 441/2008).

A pontuação referente à GDATUR será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que sejam publicados os atos a que se referem os §§ 7º e 8º do art. 8º-C e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDATUR deverão percebê-la calculada com base na última pontuação recebida a título de Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, de que trata a Lei nº 10.404, de 2002. (art. 77 da MP 441/08).

GQ - Gratificação de Qualificação (devida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 8º da Lei nº 11.356/2006, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento):

(**) GQ - 20% (vinte por cento) do maior vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos providos de cada nível; e

(**) GQ - 10% (dez por cento) do maior vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos providos de cada nível.

Observar o § 1º ao § 6º do art. 12 da Lei nº 11.356/2006.

(***) **Aposentado** - GDATUR - art. 8º-L da Lei nº 11.356/2006 (alteração dada art. 77 MP 441/08)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 de 13.07.93 art. 4º

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 DE 20.04.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 14

Lei nº 11.490, de 20 de junho de 2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 79

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 78

33. INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR

Plano Especial de Cargos da EMBRATUR

Cargos de Nível Intermediário da EMBRATUR

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATUR		ATIVO		GDATUR	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	2.349,93	1.253,60	1.567,00	3.603,53	3.916,93	783,50	3.133,43
	II	2.280,38	1.222,40	1.528,00	3.502,78	3.808,38	764,00	3.044,38
	I	2.212,89	1.192,00	1.490,00	3.404,89	3.702,89	745,00	2.957,89
C	VI	2.154,71	1.162,40	1.453,00	3.317,11	3.607,71	726,50	2.881,21
	V	2.098,07	1.133,60	1.417,00	3.231,67	3.515,07	708,50	2.806,57
	IV	2.042,91	1.105,60	1.382,00	3.148,51	3.424,91	691,00	2.733,91
	III	1.989,20	1.078,40	1.348,00	3.067,60	3.337,20	674,00	2.663,20
	II	1.936,90	1.052,00	1.315,00	2.988,90	3.251,90	657,50	2.594,40
	I	1.885,98	1.026,40	1.283,00	2.912,38	3.168,98	641,50	2.527,48
B	VI	1.840,16	1.001,60	1.252,00	2.841,76	3.092,16	626,00	2.466,16
	V	1.795,45	977,60	1.222,00	2.773,05	3.017,45	611,00	2.406,45
	IV	1.751,83	954,40	1.193,00	2.706,23	2.944,83	596,50	2.348,33
	III	1.709,27	932,00	1.165,00	2.641,27	2.874,27	582,50	2.291,77
	II	1.667,75	910,40	1.138,00	2.578,15	2.805,75	569,00	2.236,75
	I	1.627,23	888,80	1.111,00	2.516,03	2.738,23	555,50	2.182,73
A	V	1.587,85	868,00	1.085,00	2.455,85	2.672,85	542,50	2.130,35
	IV	1.549,42	848,00	1.060,00	2.397,42	2.609,42	530,00	2.079,42
	III	1.511,93	828,80	1.036,00	2.340,73	2.547,93	518,00	2.029,93
	II	1.475,34	809,60	1.012,00	2.284,94	2.487,34	506,00	1.981,34
	I	1.439,64	791,20	989,00	2.230,84	2.428,64	494,50	1.934,14

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

Composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da EMBRATUR, nele lotados em 31 de dezembro de 2005, ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até a referida data. Art. 8º da Lei nº 11.356/06.

VB - Vencimento Básico - Anexo VI da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXXVIII MP 441/2008)

GDATUR - Gratificação de Desempenho da EMBRATUR

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade da Embratur - GDATUR, devida aos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 8º da Lei nº 11356/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Embratur. (art. 8º-C da Lei nº 11.356/2006 e art. 78 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDATUR será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI-A da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 (anexo XXXIX MP 441/2008).

A pontuação referente à GDATUR será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que sejam publicados os atos a que se referem os §§ 7º e 8º do art. 8º-C e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDATUR deverão percebê-la calculada com base na última pontuação recebida a título de Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, de que trata a Lei nº 10.404, de 2002. (art. 77 da MP 441/08)

(***) **Aposentado** - GDATUR - art. 8º- L da Lei nº 11.356/2006 (alteração)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 de 13.07.93 art. 4º

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 14

Lei nº 11.490, de 20 de junho de 2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 - art. 20

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 79 e art. 99

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 78 e art. 96

33. INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR

Plano Especial de Cargos da EMBRATUR

Cargos de Nível Auxiliar da EMBRATUR

Nível Auxiliar

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATUR		ATIVO		GDATUR	APOSENTADO	
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.	
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)		
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	1.288,80	553,60	692,00	1.842,40	1.980,80	346,00	1.634,80	
	II	1.251,87	540,00	675,00	1.791,87	1.926,87	337,50	1.589,37	
	I	1.216,00	527,20	659,00	1.743,20	1.875,00	329,50	1.545,50	

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

Composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da EMBRATUR, nele lotados em 31 de dezembro de 2005, ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até a referida data. Art. 8º da Lei nº 11.356/06.

VB - Vencimento Básico - Anexo VI da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXXVIII MP 441/2008)

GDATUR - Gratificação de Desempenho da EMBRATUR

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade da Embratur - GDATUR, devida aos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 8º da Lei nº 11356/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Embratur. (art. 8º-C da Lei nº 11.356/2006 e art .78 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDATUR será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo VI-A da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 (anexo XXXIX MP 441/2008).

A pontuação referente à GDATUR será assim distribuída:

- I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
- II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que sejam publicados os atos a que se referem os §§ 7º e 8º do art. 8º-C e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDATUR deverão percebê-la calculada com base na última pontuação recebida a título de Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, de que trata a Lei nº 10.404, de 2002. (art. 77 da MP 441/08).

(***) **Aposentado** - GDATUR - art. 8º-L da Lei nº 11.356/2006 (alteração

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 de 13.07.93 art. 4º

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 14

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 79 e art. 99

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 78 e art. 96

34. INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)

Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Carreira de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Cargo: Pesquisador em Saúde Pública

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPIB		RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDAPIB	APOSENTADO			
			80 pts.	100 pts.	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.			
			(*)						Sem RT	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado	Sem RT	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado	(**)	Sem RT	Aperf. Espec.	Mestrado
	A	B	C		E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)	
TITULAR	III	6.114,82	1.778,40	2.223,00	1.501,00	2.918,00	5.838,00	7.893,22	9.394,22	10.811,22	13.731,22	8.337,82	9.838,82	11.255,82	14.175,82	1.111,50	7.226,32	8.727,32	10.144,32	13.064,32
	II	5.894,40	1.736,00	2.170,00	1.444,00	2.811,00	5.620,00	7.630,40	9.074,40	10.441,40	13.250,40	8.064,40	9.508,40	10.875,40	13.684,40	1.085,00	6.979,40	8.423,40	9.790,40	12.599,40
	I	5.683,36	1.693,60	2.117,00	1.391,00	2.705,00	5.414,00	7.376,96	8.767,96	10.081,96	12.790,96	7.800,36	9.191,36	10.505,36	13.214,36	1.058,50	6.741,86	8.132,86	9.446,86	12.155,86
ASSOCIADO	III	5.383,98	1.631,20	2.039,00	1.317,00	2.559,00	5.119,00	7.015,18	8.332,18	9.574,18	12.134,18	7.422,98	8.739,98	9.981,98	12.541,98	1.019,50	6.403,48	7.720,48	8.962,48	11.522,48
	II	5.190,40	1.592,00	1.990,00	1.265,00	2.464,00	4.927,00	6.782,40	8.047,40	9.246,40	11.709,40	7.180,40	8.445,40	9.644,40	12.107,40	985,00	6.185,40	7.450,40	8.649,40	11.112,40
	I	5.003,76	1.553,60	1.942,00	1.219,00	2.372,00	4.745,00	6.557,36	7.776,36	8.929,36	11.302,36	6.945,76	8.164,76	9.317,76	11.690,76	971,00	5.974,76	7.193,76	8.346,76	10.719,76
ADJUNTO	III	4.741,25	1.496,80	1.871,00	1.153,00	2.243,00	4.486,00	6.238,05	7.391,05	8.481,05	10.724,05	6.612,25	7.765,25	8.855,25	11.098,25	935,50	5.676,75	6.829,75	7.919,75	10.162,75
	II	4.571,37	1.460,80	1.826,00	1.111,00	2.161,00	4.321,00	6.032,17	7.143,17	8.193,17	10.353,17	6.397,37	7.508,37	8.558,37	10.718,37	913,00	5.484,37	6.595,37	7.645,37	9.805,37
	I	4.407,68	1.425,60	1.782,00	1.069,00	2.081,00	4.161,00	5.833,28	6.902,28	7.914,28	9.994,28	6.189,68	7.258,68	8.270,68	10.350,68	891,00	5.298,68	6.367,68	7.379,68	9.459,68
ASSISTENTE DE PESQUISA	III	4.176,41	1.373,60	1.717,00	1.012,00	1.967,00	3.933,00	5.550,01	6.562,01	7.517,01	9.483,01	5.893,41	6.905,41	7.860,41	9.826,41	868,50	5.034,91	6.046,91	7.001,91	8.967,91
	II	4.028,72	1.340,00	1.675,00	976,00	1.895,00	3.790,00	5.368,72	6.344,72	7.263,72	9.158,72	5.703,72	6.679,72	7.598,72	9.493,72	837,50	4.866,22	5.842,22	6.761,22	8.656,22
	I	3.884,87	1.308,00	1.635,00	937,00	1.825,00	3.649,00	5.192,87	6.129,87	7.017,87	8.841,87	5.519,87	6.456,87	7.344,87	9.168,87	817,50	4.702,37	5.639,37	6.527,37	8.351,37

IEC - Instituto Evandro Chagas

CENP - Centro Nacional de Primatas

São transpostos para as Carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública os atuais cargos efetivos das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691/1993, integrantes do Quadro de Pessoal do IEC e do CENP, em 31 de maio de 2008.

O enquadramento de que trata o § 1º do art 183 da Lei nº 11.907/2009 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 29 de agosto de 2008.

VB - Vencimento Básico - Anexo CXX da Lei nº 11.907/2009

GDAPIB - Gratificação de Desempenho de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009

(*) A GDAPIB será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

A pontuação referente à GDAPIB será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAPIB no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 1º do art. 194 da Lei nº 11.907/2009 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAPIB deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aperf./Espec), conforme Anexo CXXV da Lei nº 11.907/2009.

(**) **Aposentado**: GDAPIB - art. 202 da Lei nº 11.907/2009

(**) **Aposentado** - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§ 5º art. 204 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º

Lei nº 11.490, de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.12

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

34. INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)

Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Carreira de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Cargo: Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica

Carreira de Desenvolvimento Tecnológico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Cargo: Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPIB			RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDAPIB	APOSENTADO			
			80 pts.		100 pts.	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.			
			A	B	C				D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)		L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O
SÊNIOR	III	6.114,82	1.778,40	2.223,00	1.501,00	2.918,00	5.838,00	7.893,22	9.394,22	10.811,22	13.731,22	8.337,82	9.838,82	11.255,82	14.175,82	1.111,50	7.226,32	8.727,32	10.144,32	13.064,32	
	II	5.894,40	1.736,00	2.170,00	1.444,00	2.811,00	5.620,00	7.630,40	9.074,40	10.441,40	13.250,40	8.064,40	9.508,40	10.875,40	13.684,40	1.085,00	6.979,40	8.423,40	9.790,40	12.599,40	
	I	5.683,36	1.693,60	2.117,00	1.391,00	2.705,00	5.414,00	7.376,96	8.767,96	10.081,96	12.790,96	7.800,36	9.191,36	10.505,36	13.214,36	1.058,50	6.741,86	8.132,86	9.446,86	12.155,86	
PLENO 3	III	5.383,98	1.631,20	2.039,00	1.317,00	2.559,00	5.119,00	7.015,18	8.332,18	9.574,18	12.134,18	7.422,98	8.739,98	9.981,98	12.541,98	1.019,50	6.403,48	7.720,48	8.962,48	11.522,48	
	II	5.190,40	1.592,00	1.990,00	1.265,00	2.464,00	4.927,00	6.782,40	8.047,40	9.246,40	11.709,40	7.180,40	8.445,40	9.644,40	12.107,40	995,00	6.185,40	7.450,40	8.649,40	11.112,40	
	I	5.003,76	1.553,60	1.942,00	1.219,00	2.372,00	4.745,00	6.557,36	7.776,36	8.929,36	11.302,36	6.945,76	8.164,76	9.317,76	11.690,76	971,00	5.974,76	7.193,76	8.346,76	10.719,76	
PLENO 2	III	4.741,25	1.496,80	1.871,00	1.153,00	2.243,00	4.486,00	6.238,05	7.391,05	8.481,05	10.724,05	6.612,25	7.765,25	8.855,25	11.098,25	935,50	5.676,75	6.829,75	7.919,75	10.162,75	
	II	4.571,37	1.460,80	1.826,00	1.111,00	2.161,00	4.321,00	6.032,17	7.143,17	8.193,17	10.353,17	6.397,37	7.508,37	8.558,37	10.718,37	913,00	5.484,37	6.595,37	7.645,37	9.805,37	
	I	4.407,68	1.425,60	1.782,00	1.069,00	2.081,00	4.161,00	5.833,28	6.902,28	7.914,28	9.994,28	6.189,68	7.258,68	8.270,68	10.350,68	891,00	5.298,68	6.367,68	7.379,68	9.459,68	
PLENO 1	III	4.176,41	1.373,60	1.717,00	1.012,00	1.967,00	3.933,00	5.550,01	6.562,01	7.517,01	9.483,01	5.893,41	6.905,41	7.860,41	9.826,41	858,50	5.034,91	6.046,91	7.001,91	8.967,91	
	II	4.028,72	1.340,00	1.675,00	976,00	1.895,00	3.790,00	5.368,72	6.344,72	7.263,72	9.158,72	5.703,72	6.679,72	7.598,72	9.493,72	837,50	4.866,22	5.842,22	6.761,22	8.656,22	
	I	3.884,87	1.308,00	1.635,00	937,00	1.825,00	3.649,00	5.192,87	6.129,87	7.017,87	8.841,87	5.519,87	6.456,87	7.344,87	9.168,87	817,50	4.702,37	5.639,37	6.527,37	8.351,37	
JÚNIOR	III	3.680,63	1.261,60	1.577,00	887,00	1.725,00	3.451,00	4.942,23	5.829,23	6.667,23	8.393,23	5.257,63	6.144,63	6.982,63	8.708,63	788,50	4.469,13	5.356,13	6.194,13	7.920,13	
	II	3.550,43	1.230,40	1.538,00	854,00	1.662,00	3.324,00	4.780,83	5.634,83	6.442,83	8.104,83	5.088,43	5.942,43	6.750,43	8.412,43	769,00	4.319,43	5.173,43	5.981,43	7.643,43	
	I	3.423,03	1.201,60	1.502,00	822,00	1.601,00	3.199,00	4.624,63	5.446,63	6.225,63	7.823,63	4.925,03	5.747,03	6.526,03	8.124,03	751,00	4.174,03	4.996,03	5.775,03	7.373,03	

IEC - Instituto Evandro Chagas

CENP - Centro Nacional de Primatas

São transpostos para as Carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública os atuais cargos efetivos das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691/1993, integrantes do Quadro de Pessoal do IEC e do CENP, em 31 de maio de 2008. O enquadramento de que trata o § 1º do art 183 da Lei nº 11.907/2009 dar-se-á mediante opção irretratável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 29 de agosto de 2008.

VB - Vencimento Básico - Anexo CXX da Lei nº 11.907/2009

GDAPIB - Gratificação de Desempenho de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009

(*) A GDAPIB será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

A pontuação referente à GDAPIB será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAPIB no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 1º do art. 194 da Lei nº 11.907/2009 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAPIB deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aperf./Espec), conforme Anexo CXXV da Lei nº 11.907/2009.

(**) **Aposentado**: GDAPIB - art. 202 da Lei nº 11.907/2009

(**) **Aposentado** - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§ 5º art. 204 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º

Lei nº 11.490, de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.12

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

34. INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)

Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Cargos Isolados de Provimento efetivo de Especialista em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPIB		RT - Retribuição por Titulação Doutorado	ATIVO		GDAPIB (**)	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts. (*)		TOTAL (em R\$) - Doutorado			TOTAL (em R\$) - Doutorado
			A	B		C	D		E=(A+B+D)
ÚNICA	ÚNICO	6.114,82	1.778,40	2.223,00	5.838,00	13.731,22	14.175,82	1.111,50	13.064,32

IEC - Instituto Evandro Chagas

CENP - Centro Nacional de Primatas

O cargo isolado de Especialista em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública destina-se a profissionais habilitados a exercer atribuições de alto nível de complexidade voltadas às atividades especializadas de desenvolvimento tecnológico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública.

São transpostos para as Carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública os atuais cargos efetivos das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691/1993, integrantes do Quadro de Pessoal do IEC e do CENP, em 31 de maio de 2008.

O enquadramento de que trata o § 1º do art 183 da Lei nº 11.907/2009 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 29 de agosto de 2008.

VB - Vencimento Básico - Anexo CXX da Lei nº 11.907/2009

GDAPIB - Gratificação de Desempenho de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009

(*) A GDAPIB será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

A pontuação referente à GDAPIB será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAPIB no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 1º do art. 194 da Lei nº 11.907/2009 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAPIB deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor conforme Anexo CXXV da Lei nº 11.907/2009.

(**) **Aposentado:** GDAPIB - art. 202 da Lei nº 11.907/2009

(**) **Aposentado - RT** - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§ 5º art. 204 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º

Lei nº 11.490, de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 12

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

34. INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)

Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Carreira de Suporte à Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Cargo: Assistente Técnico de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPIB			GQ - Gratificação de Qualificação			ATIVO				ATIVO				GDAPIB	APOSENTADO			
			80 pts.	100 pts.	(*)	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.			
									Sem GQ	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado	Sem GQ	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado	(**)	Sem GQ	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado
			A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)
ASSSISTENTE 3	III	3.064,32	891,20	1.114,00	752,00	1.462,00	2.925,00	3.955,52	4.707,52	5.417,52	6.880,52	4.178,32	4.930,32	5.640,32	7.103,32	557,00	3.621,32	4.373,32	5.083,32	6.546,32	
	II	2.960,24	872,00	1.090,00	725,00	1.412,00	2.822,00	3.832,24	4.557,24	5.244,24	6.654,24	4.050,24	4.775,24	5.462,24	6.872,24	545,00	3.505,24	4.230,24	4.917,24	6.327,24	
	I	2.860,71	852,80	1.066,00	700,00	1.362,00	2.725,00	3.713,51	4.413,51	5.075,51	6.438,51	3.926,71	4.626,71	5.288,71	6.651,71	533,00	3.393,71	4.093,71	4.755,71	6.118,71	
ASSSISTENTE 2	VI	2.768,13	839,20	1.049,00	677,00	1.316,00	2.632,00	3.607,33	4.284,33	4.923,33	6.239,33	3.817,13	4.494,13	5.133,13	6.449,13	524,50	3.292,63	3.969,63	4.608,63	5.924,63	
	V	2.674,25	820,80	1.026,00	652,00	1.270,00	2.539,00	3.495,05	4.147,05	4.765,05	6.034,05	3.700,25	4.352,25	4.970,25	6.239,25	513,00	3.187,25	3.839,25	4.457,25	5.726,25	
	IV	2.583,69	801,60	1.002,00	629,00	1.225,00	2.449,00	3.385,29	4.014,29	4.610,29	5.834,29	3.585,69	4.214,69	4.810,69	6.034,69	501,00	3.084,69	3.713,69	4.309,69	5.533,69	
	III	2.499,30	788,80	986,00	608,00	1.182,00	2.365,00	3.288,10	3.896,10	4.470,10	5.653,10	3.485,30	4.093,30	4.667,30	5.850,30	493,00	2.992,30	3.600,30	4.174,30	5.357,30	
	II	2.413,39	771,20	964,00	587,00	1.141,00	2.281,00	3.184,59	3.771,59	4.325,59	5.465,59	3.377,39	3.964,39	4.518,39	5.658,39	482,00	2.895,39	3.482,39	4.036,39	5.176,39	
	I	2.329,57	753,60	942,00	565,00	1.100,00	2.199,00	3.083,17	3.648,17	4.183,17	5.282,17	3.271,57	3.836,57	4.371,57	5.470,57	471,00	2.800,57	3.365,57	3.900,57	4.999,57	
ASSSISTENTE 1	VI	2.253,25	740,80	926,00	546,00	1.061,00	2.122,00	2.994,05	3.540,05	4.055,05	5.116,05	3.179,25	3.725,25	4.240,25	5.301,25	463,00	2.716,25	3.262,25	3.777,25	4.838,25	
	V	2.174,69	724,00	905,00	527,00	1.023,00	2.046,00	2.898,69	3.425,69	3.921,69	4.944,69	3.079,69	3.606,69	4.102,69	5.125,69	452,50	2.627,19	3.154,19	3.650,19	4.673,19	
	IV	2.098,71	706,40	883,00	506,00	986,00	1.971,00	2.805,11	3.311,11	3.791,11	4.776,11	2.981,71	3.487,71	3.967,71	4.952,71	441,50	2.540,21	3.046,21	3.526,21	4.511,21	
	III	2.027,19	694,40	868,00	489,00	950,00	1.901,00	2.721,59	3.210,59	3.671,59	4.622,59	2.895,19	3.384,19	3.845,19	4.796,19	434,00	2.461,19	2.950,19	3.411,19	4.362,19	
	II	1.955,57	677,60	847,00	471,00	916,00	1.831,00	2.633,17	3.104,17	3.549,17	4.464,17	2.802,57	3.273,57	3.718,57	4.633,57	423,50	2.379,07	2.850,07	3.295,07	4.210,07	
I	1.885,28	660,80	826,00	452,00	881,00	1.762,00	2.546,08	2.998,08	3.427,08	4.308,08	2.711,28	3.163,28	3.592,28	4.473,28	413,00	2.298,28	2.750,28	3.179,28	4.060,28		

IEC - Instituto Evandro Chagas

CENP - Centro Nacional de Primatas

São transpostos para as Carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública os atuais cargos efetivos das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691/1993, integrantes do Quadro de Pessoal do IEC e do CENP, em 31 de maio de 2008.

O enquadramento de que trata o § 1º do art 183 da Lei nº 11.907/2009 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 29 de agosto de 2008.

VB - Vencimento Básico - Anexo CXX da Lei nº 11.907/2009

GDAPIB - Gratificação de Desempenho de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009

(*) A GDAPIB será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

A pontuação referente à GDAPIB será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessação ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAPIB no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

fizerem jus à GDAPIB deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

GQ - Gratificação de Qualificação - a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível intermediário integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública. Conforme anexo CXXVI da Lei nº 11.907/2009.

(**) **Aposentado**: GDAPIB - art. 202 da Lei nº 11.907/2009

(**) **Aposentado** - GQ - Aplica-se aos aposentados e pensionistas (§ 2º art. 206 da Lei nº 11.907/2009). A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º

Lei nº 11.490, de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 7º

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.12

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

34. INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)

Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Carreira de Suporte Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Cargo: Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPIB		GQ - Gratificação de Qualificação			ATIVO				ATIVO				GDAPIB	APOSENTADO			
			80 pts.	100 pts.	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.			
			(*)						Sem GQ	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado	Sem GQ	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado	(**)	Sem GQ	Aperf. Espec.	Mestrado
	A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)	
TÉCNICO 3	III	3.064,32	891,20	1.114,00	752,00	1.462,00	2.925,00	3.955,52	4.707,52	5.417,52	6.880,52	4.178,32	4.930,32	5.640,32	7.103,32	557,00	3.621,32	4.373,32	5.083,32	6.546,32
	II	2.960,24	872,00	1.090,00	725,00	1.412,00	2.822,00	3.832,24	4.557,24	5.244,24	6.654,24	4.050,24	4.775,24	5.462,24	6.872,24	545,00	3.505,24	4.230,24	4.917,24	6.327,24
	I	2.860,71	852,80	1.066,00	700,00	1.362,00	2.725,00	3.713,51	4.413,51	5.075,51	6.438,51	3.926,71	4.626,71	5.288,71	6.651,71	533,00	3.393,71	4.093,71	4.755,71	6.118,71
TÉCNICO 2	VI	2.768,13	839,20	1.049,00	677,00	1.316,00	2.632,00	3.607,33	4.284,33	4.923,33	6.239,33	3.817,13	4.494,13	5.133,13	6.449,13	524,50	3.292,63	3.969,63	4.608,63	5.924,63
	V	2.674,25	820,80	1.026,00	652,00	1.270,00	2.539,00	3.495,05	4.147,05	4.765,05	6.034,05	3.700,25	4.352,25	4.970,25	6.239,25	513,00	3.187,25	3.839,25	4.457,25	5.726,25
	IV	2.583,69	801,60	1.002,00	629,00	1.225,00	2.449,00	3.385,29	4.014,29	4.610,29	5.834,29	3.585,69	4.214,69	4.810,69	6.034,69	501,00	3.084,69	3.713,69	4.309,69	5.533,69
	III	2.499,30	788,80	986,00	608,00	1.182,00	2.365,00	3.288,10	3.896,10	4.470,10	5.653,10	3.485,30	4.093,30	4.667,30	5.850,30	493,00	2.992,30	3.600,30	4.174,30	5.357,30
	II	2.413,39	771,20	964,00	587,00	1.141,00	2.281,00	3.184,59	3.771,59	4.325,59	5.465,59	3.377,39	3.964,39	4.518,39	5.658,39	482,00	2.895,39	3.482,39	4.036,39	5.176,39
I	2.329,57	753,60	942,00	565,00	1.100,00	2.199,00	3.083,17	3.648,17	4.183,17	5.282,17	3.271,57	3.836,57	4.371,57	5.470,57	471,00	2.800,57	3.365,57	3.900,57	4.999,57	
TÉCNICO 1	VI	2.253,25	740,80	926,00	546,00	1.061,00	2.122,00	2.994,05	3.540,05	4.055,05	5.116,05	3.179,25	3.725,25	4.240,25	5.301,25	463,00	2.716,25	3.262,25	3.777,25	4.838,25
	V	2.174,69	724,00	905,00	527,00	1.023,00	2.046,00	2.898,69	3.425,69	3.921,69	4.944,69	3.079,69	3.606,69	4.102,69	5.125,69	452,50	2.627,19	3.154,19	3.650,19	4.673,19
	IV	2.098,71	706,40	883,00	506,00	986,00	1.971,00	2.805,11	3.311,11	3.791,11	4.776,11	2.981,71	3.487,71	3.967,71	4.952,71	441,50	2.540,21	3.046,21	3.526,21	4.511,21
	III	2.027,19	694,40	868,00	489,00	950,00	1.901,00	2.721,59	3.210,59	3.671,59	4.622,59	2.895,19	3.384,19	3.845,19	4.796,19	434,00	2.461,19	2.950,19	3.411,19	4.362,19
	II	1.955,57	677,60	847,00	471,00	916,00	1.831,00	2.633,17	3.104,17	3.549,17	4.464,17	2.802,57	3.273,57	3.718,57	4.633,57	423,50	2.379,07	2.850,07	3.295,07	4.210,07
I	1.885,28	660,80	826,00	452,00	881,00	1.762,00	2.546,08	2.998,08	3.427,08	4.308,08	2.711,28	3.163,28	3.592,28	4.473,28	413,00	2.298,28	2.750,28	3.179,28	4.060,28	

IEC - Instituto Evandro Chagas

CENP - Centro Nacional de Primatas

São transpostos para as Carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública os atuais cargos efetivos das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691/1993, integrantes do Quadro de Pessoal do IEC e do CENP, em 31 de maio de 2008.

O enquadramento de que trata o § 1º do art 183 da Lei nº 11.907/2009 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 29 de agosto de 2008.

VB - Vencimento Básico - Anexo CXX da Lei nº 11.907/2009

GDAPIB - Gratificação de Desempenho de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009

(*) A GDAPIB será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

A pontuação referente à GDAPIB será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAPIB no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

jus à GDAPIB deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

GQ - Gratificação de Qualificação - a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível intermediário integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, conforme anexo CXXVI da Lei nº 11.907/2009.

(**) **Aposentado**: GDAPIB - art. 202 da Lei nº 11.907/2009

(**) **Aposentado** - GQ - Aplica-se aos aposentados e pensionistas (§ 2º art. 206 da Lei nº 11.907/2009) A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93	Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
Resolução nº 01 de 06.07.94	Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Resolução nº 02 de 23.11.94	Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97	Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Lei nº 9.625 de 07.04.98	Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Lei nº 9.638 de 20.05.98	Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Decreto nº 2.665 de 10.07.98	Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000	Lei nº 10.769 de 19.11.2003
Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000	Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000	Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000	Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000	Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000	Lei nº 11.356 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000	Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º
Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000	Lei nº 11.490, de 20.06.2007
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001	Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 7º
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001	Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001	Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 12
Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001	Lei nº 12.702 de 07.08.2012

34. INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)

Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Cargo: Auxiliar em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Nível Auxiliar

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPIB		GQ - Gratificação de Qualificação Aperfeiçoamento/Especialização	ATIVO		ATIVO		GDAPIB 50 pts. (**)	APOSENTADO	
			80 pts.	100 pts. (*)		TOTAL (em R\$) - 80 pts.		TOTAL (em R\$) - 100 pts.			TOTAL (em R\$) - 50 pts.	
			A	B	C	D	E=(A+B)	F=(A+B+D)	G=(A+C)	H=(A+C+D)	I	J=(A+I)
AUXILIAR 2	VI	1.193,00	804,00	1.005,00	255,00	1.997,00	2.252,00	2.198,00	2.453,00	502,50	1.695,50	1.950,50
	V	1.165,13	788,80	986,00	248,00	1.953,93	2.201,93	2.151,13	2.399,13	493,00	1.658,13	1.906,13
	IV	1.136,86	774,40	968,00	242,00	1.911,26	2.153,26	2.104,86	2.346,86	484,00	1.620,86	1.862,86
	III	1.109,18	760,00	950,00	236,00	1.869,18	2.105,18	2.059,18	2.295,18	475,00	1.584,18	1.820,18
	II	1.083,08	745,60	932,00	230,00	1.828,68	2.058,68	2.015,08	2.245,08	466,00	1.549,08	1.779,08
	I	1.057,54	731,20	914,00	224,00	1.788,74	2.012,74	1.971,54	2.195,54	457,00	1.514,54	1.738,54
AUXILIAR 1	VI	1.013,86	705,60	882,00	215,00	1.719,46	1.934,46	1.895,86	2.110,86	441,00	1.454,86	1.669,86
	V	988,77	692,80	866,00	209,00	1.681,57	1.890,57	1.854,77	2.063,77	433,00	1.421,77	1.630,77
	IV	965,19	680,00	850,00	204,00	1.645,19	1.849,19	1.815,19	2.019,19	425,00	1.390,19	1.594,19
	III	942,10	667,20	834,00	199,00	1.609,30	1.808,30	1.776,10	1.975,10	417,00	1.359,10	1.558,10
	II	920,50	654,40	818,00	194,00	1.574,90	1.768,90	1.738,50	1.932,50	409,00	1.329,50	1.523,50
	I	898,37	642,40	803,00	189,00	1.540,77	1.729,77	1.701,37	1.890,37	401,50	1.299,87	1.488,87

IEC - Instituto Evandro Chagas

CENP - Centro Nacional de Primatas

São transpostos para as Carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública os atuais cargos efetivos das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691/1993, integrantes do Quadro de Pessoal do IEC e do CENP, em 31 de maio de 2008.

O enquadramento de que trata o § 1º do art 183 da Lei nº 11.907/2009 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 29 de agosto de 2008.

VB - Vencimento Básico - Anexo CXX da Lei nº 11.907/2009

GDAPIB - Gratificação de Desempenho de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009

(*) A GDAPIB será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

A pontuação referente à GDAPIB será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAPIB no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 1º do art. 194 da Lei nº 11.907/2009 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAPIB deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

GQ - Gratificação de Qualificação - a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível auxiliar integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, conforme anexo CXXVI da Lei nº 11.907/2009.

(**) **Aposentado:** GDAPIB - art. 202 da Lei nº 11.907/2009

(**) Aposentado - GQ - Aplica-se aos aposentados e pensionistas (§ 2º art. 206 da Lei nº 11.907/2009) A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 7º

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 12

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

34. INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)

Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

* Médico do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009

Cargo: Médico

Cargo: Médico Veterinário

Jornada de Trabalho de Médico e Médico Veterinário é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB		GDMPIBSP		** RT - retribuição por Titulação				ATIVO				ATIVO				GDMPIBSP	APOSENTADO			
		20h (°)		80 pts.	100 pts.	Aperfeiçoamento / Especialização		Mestre	Doutor	TOTAL (em R\$) - 80 pts. (°°)				TOTAL (em R\$) - 100 pts. (°°°)				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.			
										Sem RT	Aperf. Espec.	Mestre	Doutor	Sem RT	Aperf. Espec.	Mestre	Doutor	(°°°°)	Sem RT	Aperf. Espec.	Mestre	Doutor
		A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)		
ESPECIAL	III	3.057,41	889,60	1.112,00	750,50	1.459,00	2.919,00	3.947,01	4.697,51	5.406,01	6.866,01	4.169,41	4.919,91	5.628,41	7.088,41	556,00	3.613,41	4.363,91	5.072,41	6.532,41		
	II	2.947,20	868,00	1.085,00	722,00	1.405,50	2.810,00	3.815,20	4.537,20	5.220,70	6.625,20	4.032,20	4.754,20	5.437,70	6.842,20	542,50	3.489,70	4.211,70	4.895,20	6.299,70		
	I	2.841,68	847,20	1.059,00	695,50	1.352,50	2.707,00	3.688,88	4.384,38	5.041,38	6.395,88	3.900,68	4.596,18	5.253,18	6.607,68	529,50	3.371,18	4.066,68	4.723,68	6.078,18		
	VI	2.691,99	816,00	1.020,00	658,50	1.279,50	2.559,50	3.507,99	4.166,49	4.787,49	6.067,49	3.711,99	4.370,49	4.991,49	6.271,49	510,00	3.201,99	3.860,49	4.481,49	5.761,49		
	V	2.595,20	796,00	995,00	632,50	1.232,00	2.463,50	3.391,20	4.023,70	4.623,20	5.854,70	3.590,20	4.222,70	4.822,20	6.053,70	497,50	3.092,70	3.725,20	4.324,70	5.556,20		
C	IV	2.501,88	776,80	971,00	609,50	1.186,00	2.372,50	3.278,68	3.888,18	4.464,68	5.651,18	3.472,88	4.082,38	4.658,88	5.845,38	485,50	2.987,38	3.596,88	4.173,38	5.359,88		
	III	2.370,63	748,80	936,00	576,50	1.121,50	2.243,00	3.119,43	3.695,93	4.240,93	5.362,43	3.306,63	3.883,13	4.428,13	5.549,63	468,00	2.838,63	3.415,13	3.960,13	5.081,63		
	II	2.285,69	730,40	913,00	555,50	1.080,50	2.160,50	3.016,09	3.571,59	4.096,59	5.176,59	3.198,69	3.754,19	4.279,19	5.359,19	456,50	2.742,19	3.297,69	3.822,69	4.902,69		
	I	2.203,84	712,80	891,00	534,50	1.040,50	2.080,50	2.916,64	3.451,14	3.957,14	4.997,14	3.094,84	3.629,34	4.135,34	5.175,34	445,50	2.649,34	3.183,84	3.689,84	4.729,84		
	VI	2.088,21	687,20	859,00	506,00	983,50	1.966,50	2.775,41	3.281,41	3.758,91	4.741,91	2.947,21	3.453,21	3.930,71	4.913,71	429,50	2.517,71	3.023,71	3.501,21	4.484,21		
B	V	2.014,36	670,40	838,00	488,00	947,50	1.895,00	2.684,76	3.172,76	3.632,26	4.579,76	2.852,36	3.340,36	3.799,86	4.747,36	419,00	2.433,36	2.921,36	3.380,86	4.328,36		
	IV	1.942,44	654,40	818,00	468,50	912,50	1.824,50	2.596,84	3.065,34	3.509,34	4.421,34	2.760,44	3.228,94	3.672,94	4.584,94	409,00	2.351,44	2.819,94	3.263,94	4.175,94		
	III	1.840,32	631,20	789,00	443,50	862,50	1.725,50	2.471,52	2.935,02	3.334,02	4.197,02	2.629,32	3.072,82	3.491,82	4.354,82	394,50	2.234,82	2.678,32	3.097,32	3.960,32		
	II	1.775,22	615,20	769,00	427,00	831,00	1.662,00	2.390,42	2.817,42	3.221,42	4.052,42	2.544,22	2.971,22	3.375,22	4.206,22	384,50	2.159,72	2.586,72	2.990,72	3.821,72		
	I	1.711,52	600,80	751,00	411,00	800,50	1.599,50	2.312,32	2.723,32	3.112,82	3.911,82	2.462,52	2.873,52	3.263,02	4.062,02	375,50	2.087,02	2.498,02	2.887,52	3.686,52		
A	V	1.662,43	584,00	730,00	400,50	777,50	1.554,00	2.246,43	2.646,93	3.023,93	3.800,43	2.392,43	2.792,93	3.169,93	3.946,43	365,00	2.027,43	2.427,93	2.804,93	3.581,43		
	IV	1.614,50	567,20	709,00	388,50	754,50	1.508,00	2.181,70	2.570,20	2.936,20	3.689,70	2.323,50	2.712,00	3.078,00	3.831,50	354,50	1.969,00	2.357,50	2.723,50	3.477,00		
	III	1.567,87	551,20	689,00	377,00	732,50	1.466,00	2.119,07	2.496,07	2.851,57	3.585,07	2.256,87	2.633,87	2.989,37	3.722,87	344,50	1.912,37	2.289,37	2.644,87	3.378,37		
	II	1.522,31	536,00	670,00	366,00	711,00	1.423,00	2.058,31	2.424,31	2.769,31	3.481,31	2.192,31	2.558,31	2.903,31	3.615,31	335,00	1.857,31	2.223,31	2.568,31	3.280,31		
	I	1.478,49	520,80	651,00	355,50	690,50	1.381,00	1.999,29	2.354,79	2.689,79	3.380,29	2.129,49	2.484,99	2.819,99	3.510,49	325,50	1.803,99	2.159,49	2.494,49	3.184,99		

Nível Superior - 40 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB		GDMPIBSP		** RT - retribuição por Titulação				ATIVO				ATIVO				GDMPIBSP	APOSENTADO			
		40h (°)		80 pts.	100 pts.	Aperfeiçoamento / Especialização		Mestre	Doutor	TOTAL (em R\$) - 80 pts. (°°)				TOTAL (em R\$) - 100 pts. (°°°)				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.			
										Sem RT	Aperf. Espec.	Mestre	Doutor	Sem RT	Aperf. Espec.	Mestre	Doutor	(°°°°)	Sem RT	Aperf. Espec.	Mestre	Doutor
		A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)		
ESPECIAL	III	6.114,82	1.778,40	2.223,00	1.501,00	2.918,00	5.838,00	7.893,22	9.394,22	10.811,22	13.731,22	8.337,82	9.838,82	11.255,82	14.175,82	1.111,50	7.226,32	8.727,32	10.144,32	13.064,32		
	II	5.894,40	1.736,00	2.170,00	1.444,00	2.811,00	5.620,00	7.630,40	9.074,40	10.441,40	13.250,40	8.064,40	9.508,40	10.875,40	13.684,40	1.085,00	6.979,40	8.423,40	9.790,40	12.599,40		
	I	5.683,36	1.693,60	2.117,00	1.391,00	2.705,00	5.414,00	7.376,96	8.767,96	10.081,96	12.790,96	7.800,36	9.191,36	10.505,36	13.214,36	1.058,50	6.741,86	8.132,86	9.446,86	12.155,86		
	VI	5.383,98	1.631,20	2.039,00	1.317,00	2.559,00	5.119,00	7.015,18	8.332,18	9.574,18	12.134,18	7.422,98	8.739,98	9.981,98	12.541,98	1.019,50	6.403,48	7.720,48	8.962,48	11.522,48		
	V	5.190,40	1.592,00	1.990,00	1.265,00	2.464,00	4.927,00	6.782,40	8.047,40	9.246,40	11.709,40	7.180,40	8.445,40	9.644,40	12.107,40	995,00	6.185,40	7.450,40	8.649,40	11.112,40		
C	IV	5.003,76	1.553,60	1.942,00	1.219,00	2.372,00	4.745,00	6.557,36	7.776,36	8.929,36	11.302,36	6.945,76	8.164,76	9.317,76	11.690,76	971,00	5.974,76	7.193,76	8.346,76	10.719,76		
	III	4.741,25	1.496,80	1.871,00	1.153,00	2.243,00	4.486,00	6.238,05	7.391,05	8.481,05	10.724,05	6.612,25	7.765,25	8.855,25	11.098,25	935,50	5.676,75	6.829,75	7.919,75	10.162,75		
	II	4.571,37	1.460,80	1.826,00	1.111,00	2.161,00	4.321,00	6.032,17	7.143,17	8.193,17	10.353,17	6.397,37	7.508,37	8.558,37	10.718,37	913,00	5.484,37	6.595,37	7.645,37	9.805,37		
	I	4.407,68	1.425,60	1.782,00	1.069,00	2.081,00	4.161,00	5.833,28	6.902,28	7.914,28	9.994,28	6.189,68	7.258,68	8.270,68	10.350,68	891,00	5.298,68	6.367,68	7.379,68	9.459,68		
	VI	4.176,41	1.373,60	1.717,00	1.012,00	1.967,00	3.933,00	5.550,01	6.562,01	7.517,01	9.483,01	5.893,41	6.905,41	7.860,41	9.826,41	858,50	5.034,91	6.046,91	7.001,91	8.967,91		
B	V	4.028,72	1.340,00	1.675,00	976,00	1.895,00	3.790,00	5.368,72	6.344,72	7.263,72	9.158,72	5.703,72	6.679,72	7.598,72	9.493,72	837,50	4.866,22	5.842,22	6.761,22	8.656,22		
	IV	3.884,87	1.308,00	1.635,00	937,00	1.825,00	3.649,00	5.192,87	6.129,87	7.017,87	8.841,87	5.519,87	6.456,87	7.344,87	9.168,87	817,50	4.702,37	5.639,37	6.527,37	8.351,37		
	III	3.680,63	1.261,60	1.577,00	887,00	1.725,00	3.451,00	4.942,23	5.829,23	6.667,23	8.393,23	5.257,63	6.144,63	6.982,63	8.708,63	788,50	4.469,13	5.356,13	6.194,13	7.920,13		
	II	3.550,43	1.230,40	1.538,00	854,00	1.662,00	3.324,00	4.780,83	5.634,83	6.442,83	8.104,83	5.088,43	5.942,43	6.750,43	8.412,43	769,00	4.319,43	5.173,43	5.981,43	7.643,43		
	I	3.423,03	1.201,60	1.502,00	822,00	1.601,00	3.199,00	4.624,63	5.446,63	6.225,63	7.823,63	4.925,03	5.747,03	6.526,03	8.124,03	751,00	4.174,03	4.996,03	5.775,03	7.373,03		
A	V	3.324,85	1.167,20	1.459,00	801,00	1.555,00	3.108,00	4.492,05	5.293,05	6.047,05	7.600,05	4.783,85	5.584,85	6.338,85	7.891,85	729,50	4.054,35	4.855,35	5.609,35	7.162,35		
	IV	3.228,99	1.134,40	1.418,00	777,00	1.509,00	3.016,00	4.363,39	5.140,39	5.872,39	7.379,39	4.646,99	5.423,99	6.153,99	7.662,99	709,00	3.937,99	4.714,99	5.446,99	6.953,99		
	III	3.135,73	1.102,40	1.378,00	754,00	1.465,00	2.932,00	4.238,13	4.992,13	5.703,13	7.170,13	4.513,73	5.267,73	5.978,73	7.445,73	689,00	3.824,73	4.578,73	5.289,73	6.756,73		
	II	3.044,61	1.071,20	1.339,00	732,00																	

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico e Médico Veterinário, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos **Nível Superior - 40 h** - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40

IEC - Instituto Evandro Chagas

CENP - Centro Nacional de Primatas

* Serão enquadrados em cargos de idêntica denominação e atribuições, que passarão a integrar o Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, os titulares dos cargos efetivos de níveis superior do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, os integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, e da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, pertencentes ao Quadro de Pessoal do IEC e do CENP, em 31 de maio de 2008. O enquadramento dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de até 120 dias a contar de 29.08.2008. (§ 2º art. 184 da Lei nº 11.907/2009)

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-PIBSP - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública de que trata a Lei nº 11.907, de 2009 -

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-PIBSP devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico e Médico Veterinário, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-PIBSP terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-PIBSP será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

**** RT** - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aperf./Espec), conforme Anexo CXXV da Lei nº 11.907/2009.

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§ 5º art. 204 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º

Lei nº 11.490, de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

34. INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)

Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

* Demais Cargos de Nível Superior do Plano de Carreiras e cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Cargos: Nível Superior

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPIB			RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDAPIB	APOSENTADO			
			80 pts.	100 pts.	(*)	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.			
			Sem RT	Aperf. Espec.		Mestrado	Doutorado	Sem RT	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado	Sem RT	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado	Sem RT	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado		
A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)			
ESPECIAL	III	6.114,82	1.778,40	2.223,00	1.501,00	2.918,00	5.838,00	7.893,22	9.394,22	10.811,22	13.731,22	8.337,82	9.838,82	11.255,82	14.175,82	1.111,50	7.226,32	8.727,32	10.144,32	13.064,32	
	II	5.894,40	1.736,00	2.170,00	1.444,00	2.811,00	5.620,00	7.630,40	9.074,40	10.441,40	13.250,40	8.064,40	9.508,40	10.875,40	13.684,40	1.085,00	6.979,40	8.423,40	9.790,40	12.599,40	
	I	5.683,36	1.693,60	2.117,00	1.391,00	2.705,00	5.414,00	7.376,96	8.767,96	10.081,96	12.790,96	7.800,36	9.191,36	10.505,36	13.214,36	1.058,50	6.741,86	8.132,86	9.446,86	12.155,86	
C	VI	5.383,98	1.631,20	2.039,00	1.317,00	2.559,00	5.119,00	7.015,18	8.332,18	9.574,18	12.134,18	7.422,98	8.739,98	9.981,98	12.541,98	1.019,50	6.403,48	7.720,48	8.962,48	11.522,48	
	V	5.190,40	1.592,00	1.990,00	1.265,00	2.464,00	4.927,00	6.782,40	8.047,40	9.246,40	11.709,40	7.180,40	8.445,40	9.644,40	12.107,40	995,00	6.185,40	7.450,40	8.649,40	11.112,40	
	IV	5.003,76	1.553,60	1.942,00	1.219,00	2.372,00	4.745,00	6.557,36	7.776,36	8.929,36	11.302,36	6.945,76	8.164,76	9.317,76	11.690,76	971,00	5.974,76	7.193,76	8.346,76	10.719,76	
	III	4.741,25	1.496,80	1.871,00	1.153,00	2.243,00	4.486,00	6.238,05	7.391,05	8.481,05	10.724,05	6.612,25	7.765,25	8.855,25	11.098,25	935,50	5.676,75	6.829,75	7.919,75	10.162,75	
	II	4.571,37	1.460,80	1.826,00	1.111,00	2.161,00	4.321,00	6.032,17	7.143,17	8.193,17	10.353,17	6.397,37	7.508,37	8.558,37	10.718,37	913,00	5.484,37	6.595,37	7.645,37	9.805,37	
B	I	4.407,68	1.425,60	1.782,00	1.069,00	2.081,00	4.161,00	5.833,28	6.902,28	7.914,28	9.994,28	6.189,68	7.258,68	8.270,68	10.350,68	891,00	5.298,68	6.367,68	7.379,68	9.459,68	
	VI	4.176,41	1.373,60	1.717,00	1.012,00	1.967,00	3.933,00	5.550,01	6.562,01	7.517,01	9.483,01	5.893,41	6.905,41	7.860,41	9.826,41	858,50	5.034,91	6.046,91	7.001,91	8.967,91	
	V	4.028,72	1.340,00	1.675,00	976,00	1.895,00	3.790,00	5.368,72	6.344,72	7.263,72	9.158,72	5.703,72	6.679,72	7.598,72	9.493,72	837,50	4.866,22	5.842,22	6.761,22	8.656,22	
	IV	3.884,87	1.308,00	1.635,00	937,00	1.825,00	3.649,00	5.192,87	6.129,87	7.017,87	8.841,87	5.519,87	6.456,87	7.344,87	9.168,87	817,50	4.702,37	5.639,37	6.527,37	8.351,37	
	III	3.680,63	1.261,60	1.577,00	887,00	1.725,00	3.451,00	4.942,23	5.829,23	6.667,23	8.393,23	5.257,63	6.144,63	6.982,63	8.708,63	788,50	4.469,13	5.356,13	6.194,13	7.920,13	
	II	3.550,43	1.230,40	1.538,00	854,00	1.662,00	3.324,00	4.780,83	5.634,83	6.442,83	8.104,83	5.088,43	5.942,43	6.750,43	8.412,43	769,00	4.319,43	5.173,43	5.981,43	7.643,43	
A	I	3.423,03	1.201,60	1.502,00	822,00	1.601,00	3.199,00	4.624,63	5.446,63	6.225,63	7.823,63	4.925,03	5.747,03	6.526,03	8.124,03	751,00	4.174,03	4.996,03	5.775,03	7.373,03	
	V	3.324,85	1.167,20	1.459,00	801,00	1.555,00	3.108,00	4.492,05	5.293,05	6.047,05	7.600,05	4.783,85	5.584,85	6.338,85	7.891,85	729,50	4.054,35	4.855,35	5.609,35	7.162,35	
	IV	3.228,99	1.134,40	1.418,00	777,00	1.509,00	3.016,00	4.363,39	5.140,39	5.872,39	7.379,39	4.646,99	5.423,99	6.155,99	7.662,99	709,00	3.937,99	4.714,99	5.446,99	6.953,99	
	III	3.135,73	1.102,40	1.378,00	754,00	1.465,00	2.932,00	4.238,13	4.992,13	5.703,13	7.170,13	4.513,73	5.267,73	5.978,73	7.445,73	689,00	3.824,73	4.578,73	5.289,73	6.756,73	
	II	3.044,61	1.071,20	1.339,00	732,00	1.422,00	2.846,00	4.115,81	4.847,81	5.537,81	6.961,81	4.383,61	5.115,61	5.805,61	7.229,61	669,50	3.714,11	4.446,11	5.136,11	6.560,11	
I	2.956,97	1.041,60	1.302,00	711,00	1.381,00	2.762,00	3.998,57	4.709,57	5.379,57	6.760,57	4.258,97	4.969,97	5.639,97	7.020,97	651,00	3.607,97	4.318,97	4.988,97	6.369,97		

IEC - Instituto Evandro Chagas

CENP - Centro Nacional de Primatas

* Serão enquadrados em cargos de idêntica denominação e atribuições, que passarão a integrar o Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, os titulares dos cargos efetivos de níveis superior do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, os integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, e da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, pertencentes ao Quadro de Pessoal do IEC e do CENP, em 31 de maio de 2008. O enquadramento dar-se-á mediante opção irretratável do servidor, a ser formalizada no prazo de até 120 dias a contar de 29.08.2008. (§ 2º art. 184 da Lei nº 11.907/2009)

VB - Vencimento Básico - Anexo CXXIII da Lei nº 11.907/2009

GDAPIB - Gratificação de Desempenho de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009

(*) A GDAPIB será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

A pontuação referente à GDAPIB será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAPIB no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 1º do art. 194 da Lei nº 11.907/2009 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAPIB deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou certificado de aperfeiçoamento ou de especialização (Aperf./Espec), conforme Anexo CXXV da Lei nº 11.907/2009.

() Aposentado:** GDAPIB - art. 202 da Lei nº 11.907/2009

(**) Aposentado - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação (§ 5º art. 204 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93	Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
Resolução nº 01 de 06.07.94	Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Resolução nº 02 de 23.11.94	Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97	Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Lei nº 9.625 de 07.04.98	Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Lei nº 9.638 de 20.05.98	Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Decreto nº 2.665 de 10.07.98	Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000	Lei nº 10.769 de 19.11.2003
Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000	Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000	Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000	Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000	Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000	Lei nº 11.356 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000	Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º
Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000	Lei nº 11.490, de 20.06.2007
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001	Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001	Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 12
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001	Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001	

34. INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)

Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

* Demais Cargos de Nível Intermediário do Plano de Carreiras e cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Cargos: Nível Intermediário

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPIB		GQ - Gratificação de Qualificação			ATIVO				ATIVO				GDAPIB	APOSENTADO			
			80 pts.	100 pts.	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.			
			(*)						Sem GQ	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado	Sem GQ	Aperf. Espec.	Mestrado	Doutorado	(**)	Sem GQ	Aperf. Espec.	Mestrado
	A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)	
ESPECIAL	III	3.064,32	891,20	1.114,00	752,00	1.462,00	2.925,00	3.955,52	4.707,52	5.417,52	6.880,52	4.178,32	4.930,32	5.640,32	7.103,32	557,00	3.621,32	4.373,32	5.083,32	6.546,32
	II	2.960,24	872,00	1.090,00	725,00	1.412,00	2.822,00	3.832,24	4.557,24	5.244,24	6.654,24	4.050,24	4.775,24	5.462,24	6.872,24	545,00	3.505,24	4.230,24	4.917,24	6.327,24
	I	2.860,71	852,80	1.066,00	700,00	1.362,00	2.725,00	3.713,51	4.413,51	5.075,51	6.438,51	3.926,71	4.626,71	5.288,71	6.651,71	533,00	3.393,71	4.093,71	4.755,71	6.118,71
C	VI	2.768,13	839,20	1.049,00	677,00	1.316,00	2.632,00	3.607,33	4.284,33	4.923,33	6.239,33	3.817,13	4.494,13	5.133,13	6.449,13	524,50	3.292,63	3.969,63	4.608,63	5.924,63
	V	2.674,25	820,80	1.026,00	652,00	1.270,00	2.539,00	3.495,05	4.147,05	4.765,05	6.034,05	3.700,25	4.352,25	4.970,25	6.239,25	513,00	3.187,25	3.839,25	4.457,25	5.726,25
	IV	2.583,69	801,60	1.002,00	629,00	1.225,00	2.449,00	3.385,29	4.014,29	4.610,29	5.834,29	3.585,69	4.214,69	4.810,69	6.034,69	501,00	3.084,69	3.713,69	4.309,69	5.533,69
	III	2.499,30	788,80	986,00	608,00	1.182,00	2.365,00	3.288,10	3.896,10	4.470,10	5.653,10	3.485,30	4.093,30	4.667,30	5.850,30	493,00	2.992,30	3.600,30	4.174,30	5.357,30
	II	2.413,39	771,20	964,00	587,00	1.141,00	2.281,00	3.184,59	3.771,59	4.325,59	5.465,59	3.377,39	3.964,39	4.518,39	5.658,39	482,00	2.895,39	3.482,39	4.036,39	5.176,39
	I	2.329,57	753,60	942,00	565,00	1.100,00	2.199,00	3.083,17	3.648,17	4.183,17	5.282,17	3.271,57	3.836,57	4.371,57	5.470,57	471,00	2.800,57	3.365,57	3.900,57	4.999,57
B	VI	2.253,25	740,80	926,00	546,00	1.061,00	2.122,00	2.994,05	3.540,05	4.055,05	5.116,05	3.179,25	3.725,25	4.240,25	5.301,25	463,00	2.716,25	3.262,25	3.777,25	4.838,25
	V	2.174,69	724,00	905,00	527,00	1.023,00	2.046,00	2.898,69	3.425,69	3.921,69	4.944,69	3.079,69	3.606,69	4.102,69	5.125,69	452,50	2.627,19	3.154,19	3.650,19	4.673,19
	IV	2.098,71	706,40	883,00	506,00	986,00	1.971,00	2.805,11	3.311,11	3.791,11	4.776,11	2.981,71	3.487,71	3.967,71	4.952,71	441,50	2.540,21	3.046,21	3.526,21	4.511,21
	III	2.027,19	694,40	868,00	489,00	950,00	1.901,00	2.721,59	3.210,59	3.671,59	4.622,59	2.895,19	3.384,19	3.845,19	4.796,19	434,00	2.461,19	2.950,19	3.411,19	4.362,19
	II	1.955,57	677,60	847,00	471,00	916,00	1.831,00	2.633,17	3.104,17	3.549,17	4.464,17	2.802,57	3.273,57	3.718,57	4.633,57	423,50	2.379,07	2.850,07	3.295,07	4.210,07
	I	1.885,28	660,80	826,00	452,00	881,00	1.762,00	2.546,08	2.998,08	3.427,08	4.308,08	2.711,28	3.163,28	3.592,28	4.473,28	413,00	2.298,28	2.750,28	3.179,28	4.060,28
A	V	1.830,72	642,40	803,00	441,00	856,00	1.711,00	2.473,12	2.914,12	3.329,12	4.184,12	2.633,72	3.074,72	3.489,72	4.344,72	401,50	2.232,22	2.673,22	3.088,22	3.943,22
	IV	1.777,44	624,80	781,00	428,00	831,00	1.661,00	2.402,24	2.830,24	3.233,24	4.063,24	2.558,44	2.986,44	3.389,44	4.219,44	390,50	2.167,94	2.595,94	2.998,94	3.828,94
	III	1.727,15	606,40	758,00	415,00	807,00	1.615,00	2.333,55	2.748,55	3.140,55	3.948,55	2.485,15	2.900,15	3.292,15	4.100,15	379,00	2.106,15	2.521,15	2.913,15	3.721,15
	II	1.675,94	590,40	738,00	403,00	783,00	1.567,00	2.266,34	2.669,34	3.049,34	3.833,34	2.413,94	2.816,94	3.196,94	3.980,94	369,00	2.044,94	2.447,94	2.827,94	3.611,94
	I	1.620,18	571,20	714,00	390,00	757,00	1.514,00	2.191,38	2.581,38	2.948,38	3.705,38	2.334,18	2.724,18	3.091,18	3.848,18	357,00	1.977,18	2.367,18	2.734,18	3.491,18

IEC - Instituto Evandro Chagas

CENP - Centro Nacional de Primatas

* Serão enquadrados em cargos de idêntica denominação e atribuições, que passarão a integrar o Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, os titulares dos cargos efetivos de níveis superior do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, os integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, e da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, pertencentes ao Quadro de Pessoal do IEC e do CENP, em 31 de maio de 2008. O enquadramento dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de até 120 dias a contar de 29.08.2008. (§ 2º art. 184 da Lei nº 11.907/2009)

VB - Vencimento Básico - Anexo CXXIII da Lei nº 11.907/2009

GDAPIB - Gratificação de Desempenho de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009

(*) A GDAPIB será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

A pontuação referente à GDAPIB será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAPIB no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 1º do art. 194 da Lei nº 11.907/2009 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAPIB deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

GQ - Gratificação de Qualificação - a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível intermediário integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, conforme anexo CXXVI da Lei nº 11.907/2009.

(**) **Aposentado:** GDAPIB - art. 202 da Lei nº 11.907/2009

(**) **Aposentado** - GQ - Aplica-se aos aposentados e pensionistas (§ 2º art. 206 da Lei nº 11.907/2009). A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93	Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
Resolução nº 01 de 06.07.94	Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Resolução nº 02 de 23.11.94	Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97	Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Lei nº 9.625 de 07.04.98	Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Lei nº 9.638 de 20.05.98	Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Decreto nº 2.665 de 10.07.98	Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000	Lei nº 10.769 de 19.11.2003
Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000	Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000	Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000	Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000	Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000	Lei nº 11.356 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000	Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º
Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000	Lei nº 11.490, de 20.06.2007
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001	Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 7º
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001	Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001	Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 12
Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001	Lei nº 12.702 de 07.08.2012

34. INSTITUTO EVANDRO CHAGAS (IEC) E CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS (CENP)

Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Demais Cargos de Nível Auxiliar do Plano de Carreiras e cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública

Cargos: Nível Auxiliar

Nível Auxiliar

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPIB		GQ - Gratificação de Qualificação	ATIVO		ATIVO		GDAPIB	APOSENTADO	
			80 pts.	100 pts.	Aperf. Espec.	TOTAL (em R\$) - 80 pts.		TOTAL (em R\$) - 100 pts.		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.	
			(*)			Sem GQ	Aperf. Espec.	Sem GQ	Aperf. Espec.	(**)	Sem GQ	Aperf. Espec.
		A	B	C	D	E=(A+B)	F=(A+B+D)	G=(A+C)	H=(A+C+D)	I	J=(A+I)	K=(A+D+I)
ESPECIAL	III	1.193,00	804,00	1.005,00	255,00	1.997,00	2.252,00	2.198,00	2.453,00	502,50	1.695,50	1.950,50
	II	1.165,13	788,80	986,00	248,00	1.953,93	2.201,93	2.151,13	2.399,13	493,00	1.658,13	1.906,13
	I	1.136,86	774,40	968,00	242,00	1.911,26	2.153,26	2.104,86	2.346,86	484,00	1.620,86	1.862,86

IEC - Instituto Evandro Chagas

CENP - Centro Nacional de Primatas

VB - Vencimento Básico - Anexo CXXIII da Lei nº 11.907/2009

GDAPIB - Gratificação de Desempenho de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009

(*) A GDAPIB será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

A pontuação referente à GDAPIB será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAPIB no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 1º do art. 194 da Lei nº 11.907/2009 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAPIB deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de gratificação de desempenho, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo CXXIV da Lei nº 11.907/2009.

GQ - Gratificação de Qualificação - a ser concedida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível intermediário integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública, conforme anexo CXXVI da Lei nº 11.907/2009.

(**) **Aposentado**: GDAPIB - art. 202 da Lei nº 11.907/2009

(**) **Aposentado** - GQ - Aplica-se aos aposentados e pensionistas (§ 2º art. 206 da Lei nº 11.907/2009). A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 8º

Lei nº 11.490, de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 7º

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.12

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

35. INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI

Plano de Carreiras e Cargos do INPI

Carreira de Pesquisa em Propriedade Industrial

Cargo: Pesquisador em Propriedade Industrial

Nível Superior

Posição: julho/2009

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPI		RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDAPI 50 pts.	APOSENTADO			
			80 pts.	100 pts.	Aperf.	Mestre	Doutor	TOTAL (em R\$) - 80 pts. (*)				TOTAL (em R\$) - 100 pts. (*)					TOTAL (em R\$) - 50 pts. (**)			
			A	B	C	D	E	F	Sem RT	Aperf. Espec.	Mestre	Doutor	Sem RT	Aperf. Espec.	Mestre		Doutor	P	Q=(A+P)	R=(A+D+P)
ESPECIAL	III	5.558,82	4.284,00	5.355,00	556,00	1.232,00	3.263,00	9.842,82	10.398,82	11.074,82	13.105,82	10.913,82	11.469,82	12.145,82	14.176,82	2.677,50	8.236,32	8.792,32	9.468,32	11.499,32
	II	5.352,40	4.179,20	5.224,00	535,00	1.190,00	3.142,00	9.531,60	10.066,60	10.721,60	12.673,60	10.576,40	11.111,40	11.766,40	13.718,40	2.612,00	7.964,40	8.499,40	9.154,40	11.106,40
	I	5.154,36	4.077,60	5.097,00	515,00	1.151,00	3.026,00	9.231,96	9.746,96	10.382,96	12.257,96	10.251,36	10.766,36	11.402,36	13.277,36	2.548,50	7.702,86	8.217,86	8.853,86	10.728,86
C	III	4.873,98	3.864,80	4.831,00	487,00	1.095,00	2.861,00	8.738,78	9.225,78	9.833,78	11.599,78	9.704,98	10.191,98	10.799,98	12.565,98	2.415,50	7.289,48	7.776,48	8.384,48	10.150,48
	II	4.693,40	3.770,40	4.713,00	469,00	1.059,00	2.755,00	8.463,80	8.932,80	9.522,80	11.218,80	9.406,40	9.875,40	10.465,40	12.161,40	2.356,50	7.049,90	7.518,90	8.108,90	9.804,90
	I	4.518,76	3.678,40	4.598,00	452,00	1.024,00	2.653,00	8.197,16	8.649,16	9.221,16	10.850,16	9.116,76	9.568,76	10.140,76	11.769,76	2.299,00	6.817,76	7.269,76	7.841,76	9.470,76
B	III	4.273,25	3.588,80	4.486,00	427,00	975,00	2.508,00	7.862,05	8.289,05	8.837,05	10.370,05	8.759,25	9.186,25	9.734,25	11.267,25	2.243,00	6.516,25	6.943,25	7.491,25	9.024,25
	II	4.115,37	3.501,60	4.377,00	412,00	943,00	2.416,00	7.616,97	8.028,97	8.559,97	10.032,97	8.492,37	8.904,37	9.435,37	10.908,37	2.188,50	6.303,87	6.715,87	7.246,87	8.719,87
	I	3.962,68	3.416,00	4.270,00	396,00	913,00	2.326,00	7.378,68	7.774,68	8.291,68	9.704,68	8.232,68	8.628,68	9.145,68	10.558,68	2.135,00	6.097,68	6.493,68	7.010,68	8.423,68
A	III	3.747,41	3.237,60	4.047,00	375,00	869,00	2.200,00	6.985,01	7.360,01	7.854,01	9.185,01	7.794,41	8.169,41	8.663,41	9.994,41	2.023,50	5.770,91	6.145,91	6.639,91	7.970,91
	II	3.609,72	3.158,40	3.948,00	361,00	842,00	2.119,00	6.768,12	7.129,12	7.610,12	8.887,12	7.557,72	7.918,72	8.399,72	9.676,72	1.974,00	5.583,72	5.944,72	6.425,72	7.702,72
	I	3.475,87	3.081,60	3.852,00	348,00	815,00	2.040,00	6.557,47	6.905,47	7.372,47	8.597,47	7.327,87	7.675,87	8.142,87	9.367,87	1.926,00	5.401,87	5.749,87	6.216,87	7.441,87

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Os atuais servidores ocupantes dos cargos das Carreiras do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, estruturado pela Lei nº 8.691/93 do Quadro de Pessoal do INPI ou que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido requerida até 31 de maio de 2006, serão enquadrados nas Carreiras e cargos referidos no art. 90 da Lei nº 11.355/06, de acordo com as Tabelas de Correlação constantes no Anexo XIX .

Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o caput do art. 106 da Lei nº 11355/06 que não formalizarem a opção referida no § 1º do art. 106 permanecerão integrando o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a lei 8.691/93 não fazendo jus aos vencimentos e vantagens estabelecidos para o Plano de Carreiras e Cargos do INPI.

VB - Vencimento Básico - Anexo XVIII da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCIX da MP 441/2008)

GDAPI - Gratificação de Desempenho de Atividade de Desempenho de Atividade da Área de Propriedade Industrial

A pontuação referente a GDAPI será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAPI no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(*) A GDAPI será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no anexo XVIII-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo C da MP 441/08).

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 4º do art. 100 da Lei nº 11.355/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAPI deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDAPI.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, detentores do título de Doutor ou grau de Mestre ou sejam possuidores de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de aperfeiçoamento(aperf.) ou especialização (espec), em conformidade com a classe padrão e titulação ou certificação comprovada, (Anexo XVIII-B da Lei nº 11.355/2006)

(**) **Aposentado:** GDAPI - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) **Aposentado - RT - a RT** será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93	Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001
Resolução nº 01 de 06.07.94	Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
Resolução nº 02 de 23.11.94	Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97	Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Lei nº 9.625 de 07.04.98	Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Lei nº 9.638 de 20.05.98	Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Decreto nº 2.665 de 10.07.98	Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000	Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000	Lei nº 10.769 de 19.11.2003
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000	Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000	Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000	Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000	Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000	Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 89 a 109
Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000	Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 89 a 109
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001	Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001	Lei nº 11.490 de 20.06.2007
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001	Decreto 6.506 de 09.07.2008

35. INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI

Plano de Carreiras e Cargos do INPI
 Carreira de Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Propriedade Industrial
 Cargo: Analista de Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Propriedade Industrial
 Carreira de Produção e Análise em Propriedade Industrial
 Cargo: Tecnologista em Propriedade Industrial

Nível Superior

Posição: julho/2009

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPI		RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDAPI 50 pts.	APOSENTADO			
			80 pts.	100 pts.	Aperf.	Mestre	Doutor	TOTAL (em R\$) - 80 pts. (*)				TOTAL (em R\$) - 100 pts. (*)					TOTAL (em R\$) - 50 pts. (**)			
					Espec.			Sem RT	Aperf.	Mestre	Doutor	Sem RT	Aperf.	Mestre	Doutor		Sem RT	Aperf.	Mestre	Doutor
			A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)		O=(A+C+F)	P	Q=(A+P)	R=(A+D+P)
ESPECIAL	III	5.558,82	4.284,00	5.355,00	556,00	1.232,00	3.263,00	9.842,82	10.398,82	11.074,82	13.105,82	10.913,82	11.469,82	12.145,82	14.176,82	2.677,50	8.236,32	8.792,32	9.468,32	11.499,32
	II	5.352,40	4.179,20	5.224,00	535,00	1.190,00	3.142,00	9.531,60	10.066,60	10.721,60	12.673,60	10.576,40	11.111,40	11.766,40	13.718,40	2.612,00	7.964,40	8.499,40	9.154,40	11.106,40
	I	5.154,36	4.077,60	5.097,00	515,00	1.151,00	3.026,00	9.231,96	9.746,96	10.382,96	12.257,96	10.251,36	10.766,36	11.402,36	13.277,36	2.548,50	7.702,86	8.217,86	8.853,86	10.728,86
D	III	4.873,98	3.864,80	4.831,00	487,00	1.095,00	2.861,00	8.738,78	9.225,78	9.833,78	11.599,78	9.704,98	10.191,98	10.799,98	12.565,98	2.415,50	7.289,48	7.776,48	8.384,48	10.150,48
	II	4.693,40	3.770,40	4.713,00	469,00	1.059,00	2.755,00	8.463,80	8.932,80	9.522,80	11.218,80	9.406,40	9.875,40	10.465,40	12.161,40	2.356,50	7.049,90	7.518,90	8.108,90	9.804,90
	I	4.518,76	3.678,40	4.598,00	452,00	1.024,00	2.653,00	8.197,16	8.649,16	9.221,16	10.850,16	9.116,76	9.568,76	10.140,76	11.769,76	2.299,00	6.817,76	7.269,76	7.841,76	9.470,76
C	III	4.273,25	3.588,80	4.486,00	427,00	975,00	2.508,00	7.862,05	8.289,05	8.837,05	10.370,05	8.759,25	9.186,25	9.734,25	11.267,25	2.243,00	6.516,25	6.943,25	7.491,25	9.024,25
	II	4.115,37	3.501,60	4.377,00	412,00	943,00	2.416,00	7.616,97	8.028,97	8.559,97	10.032,97	8.492,37	8.904,37	9.435,37	10.908,37	2.188,50	6.303,87	6.715,87	7.246,87	8.719,87
	I	3.962,68	3.416,00	4.270,00	396,00	913,00	2.326,00	7.378,68	7.774,68	8.291,68	9.704,68	8.232,68	8.628,68	9.145,68	10.558,68	2.135,00	6.097,68	6.493,68	7.010,68	8.423,68
B	III	3.747,41	3.237,60	4.047,00	375,00	869,00	2.200,00	6.985,01	7.360,01	7.854,01	9.185,01	7.794,41	8.169,41	8.663,41	9.994,41	2.023,50	5.770,91	6.145,91	6.639,91	7.970,91
	II	3.609,72	3.158,40	3.948,00	361,00	842,00	2.119,00	6.768,12	7.129,12	7.610,12	8.887,12	7.557,72	7.918,72	8.399,72	9.676,72	1.974,00	5.583,72	5.944,72	6.425,72	7.702,72
	I	3.475,87	3.081,60	3.852,00	348,00	815,00	2.040,00	6.557,47	6.905,47	7.372,47	8.597,47	7.327,87	7.675,87	8.142,87	9.367,87	1.926,00	5.401,87	5.749,87	6.216,87	7.441,87
A	III	3.286,63	3.006,40	3.758,00	329,00	777,00	1.929,00	6.293,03	6.622,03	7.070,03	8.222,03	7.044,63	7.373,63	7.821,63	8.973,63	1.879,00	5.165,63	5.494,63	5.942,63	7.094,63
	II	3.165,43	2.932,80	3.666,00	317,00	753,00	1.858,00	6.098,23	6.415,23	6.851,23	7.956,23	6.831,43	7.148,43	7.584,43	8.689,43	1.833,00	4.998,43	5.315,43	5.751,43	6.856,43
	I	3.048,03	2.861,60	3.577,00	305,00	730,00	1.789,00	5.909,63	6.214,63	6.639,63	7.698,63	6.625,03	6.930,03	7.355,03	8.414,03	1.788,50	4.836,53	5.141,53	5.566,53	6.625,53

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Os atuais servidores ocupantes dos cargos das Carreiras do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, estruturado pela Lei nº 8.691/93 do Quadro de Pessoal do INPI ou que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido requerida até 31 de maio de 2006, serão enquadrados nas Carreiras e cargos referidos no art. 90 da Lei nº 11.355/06, de acordo com as Tabelas de Correlação constantes no Anexo XIX .

Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o caput do art. 106 da Lei nº 11355/06 que não formalizarem a opção referida no § 1º do art. 106 permanecerão integrando o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691/93 não fazendo jus aos vencimentos e vantagens estabelecidos para o Plano de Carreiras e Cargos do INPI.

VB - Vencimento Básico - Anexo XVIII da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCIX da MP 441/2008)

GDAPI - Gratificação de Desempenho de Atividade de Desempenho de Atividade da Área de Propriedade Industrial

A pontuação referente a GDAPI será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAPI no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos

(*) A GDAPI será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no anexo XVIII-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo C da MP 441/08)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 4º do art. 100 da Lei nº 11.355/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAPI deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDAPI.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, detentores do título de Doutor ou grau de Mestre ou sejam possuidores de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de aperfeiçoamento (aperf.) ou especialização (espec.) , em conformidade com a classe padrão e titulação ou certificação comprovada, (Anexo XVIII-B da Lei nº 11.355/2006)

(**) **Aposentado**: GDAPI - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) **Aposentado** - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93	Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001
Resolução nº 01 de 06.07.94	Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
Resolução nº 02 de 23.11.94	Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97	Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Lei nº 9.625 de 07.04.98	Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Lei nº 9.638 de 20.05.98	Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Decreto nº 2.665 de 10.07.98	Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000	Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000	Lei nº 10.769 de 19.11.2003
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000	Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000	Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000	Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000	Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000	Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 89 a 109
Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000	Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 89 a 109
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001	Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001	Lei nº 11.490 de 20.06.2007
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001	Decreto 6.506 de 09.07.2008

35. INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI

Plano de Carreiras e Cargos do INPI

Cargo: isolado de provimento efetivo de Especialista Sênior em Propriedade Intelectual

Nível Superior

Posição: julho/2009

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPI		RT - Retribuição por Titulação	ATIVO		GDAPI	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	Doutor	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			(*)			80 pts.	100pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D	E=(A+B+D)	F=(A+C+D)	G	H=(A+D+G)
ESPECIALISTA SÊNIOR	I	5.441,35	6.592,00	8.240,00	1.904,00	13.937,35	15.585,35	4.120,00	11.465,35

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Os atuais servidores ocupantes dos cargos das Carreiras do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, estruturado pela Lei nº 8.691/93 do Quadro de Pessoal do INPI ou que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido requerida até 31 de maio de 2006, serão enquadrados nas Carreiras e cargos referidos no art. 90 da Lei nº 11.355/06, de acordo com as Tabelas de Correlação constantes no Anexo XIX .

Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o caput do art. 106 da Lei nº 11355/06 que não formalizarem a opção referida no § 1º do art. 106 permanecerão integrando o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691/93 não fazendo jus aos vencimentos e vantagens estabelecidos para o Plano de Carreiras e Cargos do INPI.

VB - Vencimento Básico - Anexo XVIII da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCIX da MP 441/2008)

GDAPI - Gratificação de Desempenho de Atividade de Desempenho de Atividade da Área de Propriedade Industrial

A pontuação referente a GDAPI será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAPI no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos

(*) A GDAPI será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no anexo XVIII-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo C da MP 441/08)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 4º do art. 100 da Lei nº 11.355/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAPI deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDAPI.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor. (Anexo XVIII-B da Lei nº 11.355/2006)

(**) **Aposentado**: GDAPI - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) **Aposentado** - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 89 a 109

Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 89 a 109

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto 6.506 de 09.07.2008

35. INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI

Plano de Carreiras e Cargos do INPI

Carreira de Suporte em Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Propriedade Industrial

Cargo: Técnico em Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Propriedade Industrial

Carreira de Suporte Técnico em Propriedade Industrial

Cargo: Técnico em Propriedade Industrial

Nível Intermediário

Posição: julho/2008

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPI		GQ - Gratificação de Qualificação	ATIVO		ATIVO		GDAPI	APOSENTADO	
			80 pts.	100 pts.	Valor em R\$	TOTAL (em R\$) - 80 pts.		TOTAL (em R\$) - 100 pts.		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.	
			(*)			Sem GQ	Com GQ	Sem GQ	Com GQ	(**)	Sem GQ	Com GQ
		A	B	C	D	E=(A+B)	F=(A+B+D)	G=(A+C)	H=(A+C+D)	I	J=(A+I)	K=(A+D+I)
ESPECIAL	III	2.785,32	1.114,40	1.393,00	752,00	3.899,72	4.651,72	4.178,32	4.930,32	696,50	3.481,82	4.233,82
	II	2.688,24	1.089,60	1.362,00	725,00	3.777,84	4.502,84	4.050,24	4.775,24	681,00	3.369,24	4.094,24
	I	2.594,71	1.065,60	1.332,00	700,00	3.660,31	4.360,31	3.926,71	4.626,71	666,00	3.260,71	3.960,71
B	VI	2.506,13	1.048,80	1.311,00	677,00	3.554,93	4.231,93	3.817,13	4.494,13	655,50	3.161,63	3.838,63
	V	2.418,25	1.025,60	1.282,00	652,00	3.443,85	4.095,85	3.700,25	4.352,25	641,00	3.059,25	3.711,25
	IV	2.332,69	1.002,40	1.253,00	629,00	3.335,09	3.964,09	3.585,69	4.214,69	626,50	2.959,19	3.588,19
	III	2.252,30	986,40	1.233,00	608,00	3.238,70	3.846,70	3.485,30	4.093,30	616,50	2.868,80	3.476,80
	II	2.172,39	964,00	1.205,00	587,00	3.136,39	3.723,39	3.377,39	3.964,39	602,50	2.774,89	3.361,89
	I	2.094,57	941,60	1.177,00	565,00	3.036,17	3.601,17	3.271,57	3.836,57	588,50	2.683,07	3.248,07
A	VI	2.021,25	926,40	1.158,00	546,00	2.947,65	3.493,65	3.179,25	3.725,25	579,00	2.600,25	3.146,25
	V	1.948,69	904,80	1.131,00	527,00	2.853,49	3.380,49	3.079,69	3.606,69	565,50	2.514,19	3.041,19
	IV	1.877,71	883,20	1.104,00	506,00	2.760,91	3.266,91	2.981,71	3.487,71	552,00	2.429,71	2.935,71
	III	1.810,19	868,00	1.085,00	489,00	2.678,19	3.167,19	2.895,19	3.384,19	542,50	2.352,69	2.841,69
	II	1.743,57	847,20	1.059,00	471,00	2.590,77	3.061,77	2.802,57	3.273,57	529,50	2.273,07	2.744,07
	I	1.678,28	826,40	1.033,00	452,00	2.504,68	2.956,68	2.711,28	3.163,28	516,50	2.194,78	2.646,78

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Os atuais servidores ocupantes dos cargos das Carreiras do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, estruturado pela Lei nº 8.691/93 do Quadro de Pessoal do INPI ou que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido requerida até 31 de maio de 2006, serão enquadrados nas Carreiras e cargos referidos no art. 90 da Lei nº 11.355/06, de acordo com as Tabelas de Correlação constantes no Anexo XIX .

Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o caput do art. 106 da Lei nº 11355/06 que não formalizarem a opção referida no § 1º do art. 106 permanecerão integrando o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei 8.691/93 não fazendo jus aos vencimentos e vantagens estabelecidos para o Plano de Carreiras e Cargos do INPI.

VB - Vencimento Básico - Anexo XVIII da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCIX da MP 441/2008)

GDAPI - Gratificação de Desempenho de Atividade de Desempenho de Atividade da Área de Propriedade Industrial

A pontuação referente a GDAPI será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAPI no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(*) A GDAPI será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XVIII-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo C da MP 441/08).

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 4º do art. 100 da Lei nº 11.355/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GDAPI deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDAPI.

GQ - Gratificação de Qualificação - farão jus à GQ se comprovada a participação em cursos de qualificação profissional com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, na forma disposta em regulamento

(**) **Aposentado**: GDAPI - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) **Aposentado** - GQ - A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se os requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais tiverem sido obtidos anteriormente à data da inativação (§ 5º do art. 105-B da 11.355/2006 e MP 479/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93	Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
Resolução nº 01 de 06.07.94	Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Resolução nº 02 de 23.11.94	Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97	Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Lei nº 9.625 de 07.04.98	Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Lei nº 9.638 de 20.05.98	Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Decreto nº 2.665 de 10.07.98	Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000	Lei nº 10.769 de 19.11.2003
Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000	Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000	Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000	Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000	Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000	Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 89 a 109
Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000	Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 89 a 109
Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000	Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001	Lei nº 11.490 de 20.06.2007
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001	Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001	Decreto 6.506 de 09.07.2008
Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001	Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001	

36. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

Plano de Carreiras e Cargos do IPEA não integrantes de Carreiras:

* Médico do Plano de Carreira e Cargos do IPEA, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008,

Cargo: Médico

Jornada de Trabalho de Médico é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-IPEA		ATIVO		GDM-IPEA	APOSENTADO
		20h (*)	80 pts. (**)	100 pts. (***)	TOTAL (em R\$)		50 pts. (****)	TOTAL (em R\$)
		A	B	C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	F	50 pts. G=(A+F)
ESPECIAL	IV	9.490,73	4.935,20	6.169,00	14.425,93	15.659,73	3.084,50	12.575,23
	III	9.279,69	4.825,60	6.032,00	14.105,29	15.311,69	3.016,00	12.295,69
	II	9.071,02	4.716,80	5.896,00	13.787,82	14.967,02	2.948,00	12.019,02
	I	8.867,30	4.611,20	5.764,00	13.478,50	14.631,30	2.882,00	11.749,30
C	III	8.558,48	4.450,40	5.563,00	13.008,88	14.121,48	2.781,50	11.339,98
	II	8.350,03	4.342,40	5.428,00	12.692,43	13.778,03	2.714,00	11.064,03
	I	8.146,49	4.236,00	5.295,00	12.382,49	13.441,49	2.647,50	10.793,99
B	III	7.853,27	4.084,00	5.105,00	11.937,27	12.958,27	2.552,50	10.405,77
	II	7.661,85	3.984,00	4.980,00	11.645,85	12.641,85	2.490,00	10.151,85
	I	7.474,48	3.886,40	4.858,00	11.360,88	12.332,48	2.429,00	9.903,48
A	III	7.194,19	3.740,80	4.676,00	10.934,99	11.870,19	2.338,00	9.532,19
	II	7.018,63	3.649,60	4.562,00	10.668,23	11.580,63	2.281,00	9.299,63
	I	6.775,42	3.523,20	4.404,00	10.298,62	11.179,42	2.202,00	8.977,42

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* Os servidores titulares dos cargos de níveis superior do Quadro de Pessoal do IPEA serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA, de acordo com as respectivas atribuições, com os requisitos de formação profissional e com a posição relativa na Tabela, nos termos do Anexo XX-B da Lei 11.890/2008.

Os cargos efetivos de nível superior do Quadro de Pessoal do IPEA que não foram transpostos para a carreiras de que trata o inciso I do caput do art. 102 da Lei 11.890/2008 comporão quadro suplementar em extinção (art. 3º da MP 479/2009)

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-IPEA - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas Plano de Carreira e Cargos do IPEA, de que trata a Lei nº 11.890, de 2008

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-IPEA devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-IPEA terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto , em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-IPEA será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2.048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Portaria nº 171 de 16.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Portaria nº 193 de 29.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2136-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Portaria nº 917 de 09.08.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Portaria nº 769 de 12.09.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art.39

36. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

Plano de Carreiras e Cargos do IPEA não integrantes de Carreiras:

Cargo: Analista de Sistemas do IPEA

Cargo: Assessor Especializado do IPEA

Cargo: Técnico em desenvolvimento e Administração do IPEA

Cargo: Técnico Especializado do IPEA

Cargo: (*) Nível Superior integrantes do quadro suplementar do IPEA (§ 5º art.120 da Lei nº 11.890/2009)

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAIPEA			ATIVO		GDAIPEA	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			A	B	C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	(**) F	50 pts. G=(A+F)
ESPECIAL	IV	9.490,73	4.935,20	6.169,00	14.425,93	15.659,73	3.084,50	12.575,23	
	III	9.279,69	4.825,60	6.032,00	14.105,29	15.311,69	3.016,00	12.295,69	
	II	9.071,02	4.716,80	5.896,00	13.787,82	14.967,02	2.948,00	12.019,02	
	I	8.867,30	4.611,20	5.764,00	13.478,50	14.631,30	2.882,00	11.749,30	
C	III	8.558,48	4.450,40	5.563,00	13.008,88	14.121,48	2.781,50	11.339,98	
	II	8.350,03	4.342,40	5.428,00	12.692,43	13.778,03	2.714,00	11.064,03	
	I	8.146,49	4.236,00	5.295,00	12.382,49	13.441,49	2.647,50	10.793,99	
B	III	7.853,27	4.084,00	5.105,00	11.937,27	12.958,27	2.552,50	10.405,77	
	II	7.661,85	3.984,00	4.980,00	11.645,85	12.641,85	2.490,00	10.151,85	
	I	7.474,48	3.886,40	4.858,00	11.360,88	12.332,48	2.429,00	9.903,48	
A	III	7.194,19	3.740,80	4.676,00	10.934,99	11.870,19	2.338,00	9.532,19	
	II	7.018,63	3.649,60	4.562,00	10.668,23	11.580,63	2.281,00	9.299,63	
	I	6.775,42	3.523,20	4.404,00	10.298,62	11.179,42	2.202,00	8.977,42	

Os servidores titulares dos cargos de níveis superior do Quadro de Pessoal do IPEA serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA, de acordo com as respectivas atribuições, com os requisitos de formação profissional e com a posição relativa na Tabela, nos termos do Anexo XX-B da Lei 11.890/2008.

(*) Os cargos efetivos de nível superior do Quadro de Pessoal do IPEA que não foram transpostos para a carreiras de que trata o inciso I do caput do art. 102 da Lei 11.890/2008 comporão quadro suplementar em extinção (art. 3º da MP 479/2009)

IPEA - Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

VB - Vencimento Básico - Anexo XX I da Lei 11.890/2008

GDAIPEA - Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas do IPEA

(**) Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAIPEA no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(**) A GDAIPEA será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos por servidor; e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXII da MP 440/2008.

A pontuação a que se refere a GDAIPEA terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(***) **Aposentado** - GDAIPEA - art. 132 da Lei nº 11.890/2008

(***) **Aposentado** - incorporação da GDAIPEA a partir de 01.07.2012 - art.132-A da Lei nº 11.890/2009

Legislações Correspondentes:

Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2.048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Portaria nº 171 de 16.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Portaria nº 193 de 29.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2136-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Portaria nº 917 de 09.08.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Portaria nº 769 de 12.09.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

36. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

Plano de Carreiras e Cargos do IPEA não integrantes de Carreiras:

Cargo: Auxiliar Administrativo do IPEA

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais do IPEA

Cargo: Auxiliar Técnico do IPEA

Cargo: Auxiliar de Manutenção e Serviços Operacionais do IPEA

Cargo: Motorista do IPEA

Cargo: Secretária do IPEA

Nível Intermediário

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAIPEA			ATIVO		GDAIPEA	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	IV	4.340,00	2.256,80	2.821,00	6.596,80	7.161,00	1.410,50	5.750,50	
	III	4.234,15	2.201,60	2.752,00	6.435,75	6.986,15	1.376,00	5.610,15	
	II	4.130,88	2.148,00	2.685,00	6.278,88	6.815,88	1.342,50	5.473,38	
	I	4.030,13	2.096,00	2.620,00	6.126,13	6.650,13	1.310,00	5.340,13	
C	III	3.820,03	1.986,40	2.483,00	5.806,43	6.303,03	1.241,50	5.061,53	
	II	3.726,86	1.937,60	2.422,00	5.664,46	6.148,86	1.211,00	4.937,86	
	I	3.635,96	1.890,40	2.363,00	5.526,36	5.998,96	1.181,50	4.817,46	
B	III	3.446,41	1.792,00	2.240,00	5.238,41	5.686,41	1.120,00	4.566,41	
	II	3.362,35	1.748,80	2.186,00	5.111,15	5.548,35	1.093,00	4.455,35	
	I	3.280,34	1.705,60	2.132,00	4.985,94	5.412,34	1.066,00	4.346,34	
A	III	3.109,33	1.616,80	2.021,00	4.726,13	5.130,33	1.010,50	4.119,83	
	II	3.024,64	1.572,80	1.966,00	4.597,44	4.990,64	983,00	4.007,64	
	I	2.942,26	1.529,60	1.912,00	4.471,86	4.854,26	956,00	3.898,26	

Os servidores titulares dos cargos de níveis intermediário do Quadro de Pessoal do IPEA serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA, de acordo com as respectivas atribuições, com os requisitos de formação profissional e com a posição relativa na Tabela, nos termos do Anexo XX-B da Lei 11.890/2008.

VB - Vencimento Básico - Anexo XX da MP 440/2008

GDAIPEA - Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas do IPEA

(*) Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAIPEA no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(*) A GDAIPEA será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos por servidor; e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXII da MP 440/2008.

A pontuação a que se refere a GDAIPEA terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

É de quarenta horas semanais a carga horária de trabalho dos titulares dos cargos integrantes do Plano de Carreira e Cargos do IPEA, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

(**) **Aposentado** - GDAIPEA - art. 132 da Lei 11.890/2008

(***) **Aposentado** - incorporação da GDAIPEA a partir de 01.07.2012 - art.132-A da Lei nº 11.890/2009

Legislações Correspondentes:

Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000
Medida Provisória nº 2.048-27 de 28.07.2000
Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000
Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000
Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000
Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001
Portaria nº 171 de 16.03.2001
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001
Portaria nº 193 de 29.03.2001
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001
Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001
Medida Provisória nº 2136-39 de 31.05.2001
Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Portaria nº 917 de 09.08.2001
Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Lei nº 10.769 de 19.11.2003
Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Portaria nº 769 de 12.09.2005
Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Lei nº 11.356 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008
Lei nº 11.890 de 24.12.2008
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Lei nº 12.702 de 07.08.2012

37. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

Carreira de Perito Federal Agrário

Cargo: Engenheiro Agrônomo do INCRA

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPA			ATIVO		GDAPA	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	4.519,69	2.412,00	3.015,00	6.931,69	7.534,69	1.507,50	6.027,19	
	II	4.409,45	2.352,80	2.941,00	6.762,25	7.350,45	1.470,50	5.879,95	
	I	4.301,91	2.295,20	2.869,00	6.597,11	7.170,91	1.434,50	5.736,41	
C	IV	4.136,45	2.207,20	2.759,00	6.343,65	6.895,45	1.379,50	5.515,95	
	III	4.035,56	2.153,60	2.692,00	6.189,16	6.727,56	1.346,00	5.381,56	
	II	3.937,13	2.100,80	2.626,00	6.037,93	6.563,13	1.313,00	5.250,13	
	I	3.841,10	2.049,60	2.562,00	5.890,70	6.403,10	1.281,00	5.122,10	
B	IV	3.693,37	1.970,40	2.463,00	5.663,77	6.156,37	1.231,50	4.924,87	
	III	3.603,29	1.922,40	2.403,00	5.525,69	6.006,29	1.201,50	4.804,79	
	II	3.515,40	1.875,20	2.344,00	5.390,60	5.859,40	1.172,00	4.687,40	
	I	3.429,66	1.829,60	2.287,00	5.259,26	5.716,66	1.143,50	4.573,16	
A	V	3.297,75	1.759,20	2.199,00	5.056,95	5.496,75	1.099,50	4.397,25	
	IV	3.217,32	1.716,00	2.145,00	4.933,32	5.362,32	1.072,50	4.289,82	
	III	3.138,85	1.674,40	2.093,00	4.813,25	5.231,85	1.046,50	4.185,35	
	II	3.062,29	1.633,60	2.042,00	4.695,89	5.104,29	1.021,00	4.083,29	
	I	2.987,60	1.611,20	2.014,00	4.598,80	5.001,60	1.007,00	3.994,60	

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

VB - Vencimento Básico (Anexo II da Lei nº 11.090/2005 - MP 431/2008)

GDAPA - Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário

Instituída, a partir de 1º de abril de 2002, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA, devida aos servidores ocupantes dos cargos de Engenheiro Agrônomo, pertencentes ao Quadro de Pessoal do INCRA, que integrarem a Carreira de Perito Federal Agrário, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no INCRA. (art. 5º da Lei nº 10.550/2002 e art. 71 da Lei nº 12.702/2012)

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

(*) A GDAPA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo III da Lei nº 10.550/2002 (alteração dada Lei nº 11.784/2008)

A pontuação referente à GDAPA será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado GDAPA art. 9º da Lei nº 10.550/2002 (art. 36. da Lei nº 11.784/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.460 de 17.09.1992

Medida Provisória nº 1.587-7 de 05.03.98

Lei nº 9.651 de 27.05.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Medida Provisória nº 47 de 26.06.2002

Lei nº 10.550 de 13.11.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Decreto nº 5.009 de 08.03.2004

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004

Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 6

Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 6

Lei nº 11.090 de 07.01.2005 art. 1 ao art. 26

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 35

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.223

Lei nº 11.907 de 02.02.2009 - art. 223

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 72

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 71

37. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário

* Médico do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005

Cargo: Médico

Cargo: Médico Veterinário

Jornada de Trabalho de Médico e Médico Veterinário é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

		Posição: julho/2012						
CLASSE	PADRÃO	VB (*) 20h A	GDM-INCRA			ATIVO TOTAL (em R\$)		APOSENTADO
			(**) 80 pts. B	(***) 100 pts. C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	GDM-INCRA (****) 50 pts. F	TOTAL (em R\$) 50 pts. G=(A+F)
ESPECIAL	III	2.922,97	2.857,60	3.572,00	5.780,57	6.494,97	1.786,00	4.708,97
	II	2.851,68	2.774,40	3.468,00	5.626,08	6.319,68	1.734,00	4.585,68
	I	2.782,13	2.693,60	3.367,00	5.475,73	6.149,13	1.683,50	4.465,63
C	IV	2.675,13	2.590,40	3.238,00	5.265,53	5.913,13	1.619,00	4.294,13
	III	2.609,88	2.515,20	3.144,00	5.125,08	5.753,88	1.572,00	4.181,88
	II	2.546,22	2.441,60	3.052,00	4.987,82	5.598,22	1.526,00	4.072,22
B	I	2.484,12	2.370,40	2.963,00	4.854,52	5.447,12	1.481,50	3.965,62
	IV	2.388,58	2.279,20	2.849,00	4.667,78	5.237,58	1.424,50	3.813,08
	III	2.330,32	2.212,80	2.766,00	4.543,12	5.096,32	1.383,00	3.713,32
A	II	2.273,48	2.148,00	2.685,00	4.421,48	4.958,48	1.342,50	3.615,98
	I	2.218,03	2.085,60	2.607,00	4.303,63	4.825,03	1.303,50	3.521,53
	V	2.132,72	2.005,60	2.507,00	4.138,32	4.639,72	1.253,50	3.386,22
	IV	2.080,70	1.947,20	2.434,00	4.027,90	4.514,70	1.217,00	3.297,70
	III	2.029,95	1.890,40	2.363,00	3.920,35	4.392,95	1.181,50	3.211,45
	II	1.980,44	1.835,20	2.294,00	3.815,64	4.274,44	1.147,00	3.127,44
	I	1.932,14	1.781,60	2.227,00	3.713,74	4.159,14	1.113,50	3.045,64

Nível Superior - 40 h

		Posição: julho/2012						
CLASSE	PADRÃO	VB (*) 40h A	GDM-INCRA			ATIVO TOTAL (em R\$)		APOSENTADO
			(**) 80 pts. B	(***) 100 pts. C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	GDM-INCRA (****) 50 pts. F	TOTAL (em R\$) 50 pts. G=(A+F)
ESPECIAL	III	5.845,94	2.857,60	3.572,00	8.703,54	9.417,94	1.786,00	7.631,94
	II	5.703,36	2.774,40	3.468,00	8.477,76	9.171,36	1.734,00	7.437,36
	I	5.564,26	2.693,60	3.367,00	8.257,86	8.931,26	1.683,50	7.247,76
C	IV	5.350,26	2.590,40	3.238,00	7.940,66	8.588,26	1.619,00	6.969,26
	III	5.219,76	2.515,20	3.144,00	7.734,96	8.363,76	1.572,00	6.791,76
	II	5.092,44	2.441,60	3.052,00	7.534,04	8.144,44	1.526,00	6.618,44
B	I	4.968,24	2.370,40	2.963,00	7.338,64	7.931,24	1.481,50	6.449,74
	IV	4.777,16	2.279,20	2.849,00	7.056,36	7.626,16	1.424,50	6.201,66
	III	4.660,64	2.212,80	2.766,00	6.873,44	7.426,64	1.383,00	6.043,64
A	II	4.546,96	2.148,00	2.685,00	6.694,96	7.231,96	1.342,50	5.889,46
	I	4.436,06	2.085,60	2.607,00	6.521,66	7.043,06	1.303,50	5.739,56
	V	4.265,44	2.005,60	2.507,00	6.271,04	6.772,44	1.253,50	5.518,94
	IV	4.161,40	1.947,20	2.434,00	6.108,60	6.595,40	1.217,00	5.378,40
	III	4.059,90	1.890,40	2.363,00	5.950,30	6.422,90	1.181,50	5.241,40
	II	3.960,88	1.835,20	2.294,00	5.796,08	6.254,88	1.147,00	5.107,88
	I	3.864,28	1.781,60	2.227,00	5.645,88	6.091,28	1.113,50	4.977,78

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico e Médico Veterinário, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* Os titulares do cargo de nível superior do Quadro de Pessoal do INCRA, a que se refere a Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, e alcançados pelo Anexo V da Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, poderão optar pela efetivação do enquadramento do respectivo cargo no Plano de Carreira a que se refere o art. 1º da Lei nº 11.090/2005, mantidas as denominações e atribuições.(art. 2º da Lei nº 11.090/2005)

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-INCRA - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-INCRA devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico e Médico Veterinário, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-INCRA terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto , em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-INCRA será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (ver §4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 7.231 de 23.10.1984

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 9.367 de 16.12.1996 anexo V

Lei nº 10.550 de 13.11.2002

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004

Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 6 e art 7

Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 7

Lei nº 11.090 de 07.01.2005 art. 1 ao art. 26

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Decreto nº 5.580 de 10.11.2005

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 31

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.225

Lei nº 11.907 de 02.02.2009 - art. 225

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 21

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 94

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

37. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário

Cargo: Analista Reforma e Desenvolvimento Agrário

Cargo: Analista Administrativo

* Cargo de nível superior do Quadro de Pessoal do INCRA (art. 2º da Lei nº 11.090/2005)

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDARA			ATIVO		GDARA	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)	50 pts	TOTAL (em R\$)		
			(*)			(**)	50 pts.		
A	B	C	D=(A+B)	E=(A+B+D)	F	G=(A+B+G)			
ESPECIAL	III	2.922,97	3.262,40	4.078,00	6.185,37	7.000,97	2.039,00	4.961,97	
	II	2.851,68	3.154,40	3.943,00	6.006,08	6.794,68	1.971,50	4.823,18	
	I	2.782,13	3.050,40	3.813,00	5.832,53	6.595,13	1.906,50	4.688,63	
C	IV	2.675,13	2.856,00	3.570,00	5.531,13	6.245,13	1.785,00	4.460,13	
	III	2.609,88	2.762,40	3.453,00	5.372,28	6.062,88	1.726,50	4.336,38	
	II	2.546,22	2.671,20	3.339,00	5.217,42	5.885,22	1.669,50	4.215,72	
	I	2.484,12	2.583,20	3.229,00	5.067,32	5.713,12	1.614,50	4.098,62	
B	IV	2.388,58	2.418,40	3.023,00	4.806,98	5.411,58	1.511,50	3.900,08	
	III	2.330,32	2.339,20	2.924,00	4.669,52	5.254,32	1.462,00	3.792,32	
	II	2.273,48	2.262,40	2.828,00	4.535,88	5.101,48	1.414,00	3.687,48	
	I	2.218,03	2.188,00	2.735,00	4.406,03	4.953,03	1.367,50	3.585,53	
A	V	2.132,72	2.048,80	2.561,00	4.181,52	4.693,72	1.280,50	3.413,22	
	IV	2.080,70	1.981,60	2.477,00	4.062,30	4.557,70	1.238,50	3.319,20	
	III	2.029,95	1.916,80	2.396,00	3.946,75	4.425,95	1.198,00	3.227,95	
	II	1.980,44	1.853,60	2.317,00	3.834,04	4.297,44	1.158,50	3.138,94	
	I	1.932,14	1.792,80	2.241,00	3.724,94	4.173,14	1.120,50	3.052,64	

* Os titulares do cargo de nível superior do Quadro de Pessoal do INCRA, a que se refere a Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, e alcançados pelo Anexo V da Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, poderão optar pela efetivação do enquadramento do respectivo cargo no Plano de Carreira a que se refere o art. 1º da Lei nº 11.090/2005, mantidas as denominações e atribuições.(art. 2º da Lei nº 11.090/2005)

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

VB - Vencimento Básico (Anexo II da Lei nº 11.090/2005 - Lei nº 11.784/2008)

GDARA - Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784/2008)

(*) A GDARA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 11.090/2005 (Lei nº 11.784/2008)

A pontuação a que se refere a GDARA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado GDARA art. 22 da Lei nº 11.090/2005 (art. 32º da Lei nº 11.784/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 7.231 de 23.10.1984

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 9.367 de 16.12.1996 anexo V

Lei nº 10.550 de 13.11.2002

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004

Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 6 e art 7

Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 7

Lei nº 11.090 de 07.01.2005 art. 1 ao art. 26

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Decreto nº 5.580 de 10.11.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 31

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.225

Lei nº 11.907 de 02.02.2009 - art. 225

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 21

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 94

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 91

37. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário

Cargo: Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário

Cargo: Técnico Administrativo

* Cargo de nível intermediário do Quadro de Pessoal do INCRA (art. 2º da Lei nº 11.090/2005)

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDARA		ATIVO		GDARA	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
A	B	C	D=(A+B)	E=(A+B+D)	F	G=(A+B+G)		
ESPECIAL	III	1.416,29	1.553,60	1.942,00	2.969,89	3.358,29	971,00	2.387,29
	II	1.399,50	1.536,80	1.921,00	2.936,30	3.320,50	960,50	2.360,00
	I	1.382,91	1.520,80	1.901,00	2.903,71	3.283,91	950,50	2.333,41
C	IV	1.353,14	1.484,00	1.855,00	2.837,14	3.208,14	927,50	2.280,64
	III	1.337,09	1.468,80	1.836,00	2.805,89	3.173,09	918,00	2.255,09
	II	1.321,24	1.453,60	1.817,00	2.774,84	3.138,24	908,50	2.229,74
	I	1.305,57	1.438,40	1.798,00	2.743,97	3.103,57	899,00	2.204,57
B	IV	1.277,47	1.404,00	1.755,00	2.681,47	3.032,47	877,50	2.154,97
	III	1.262,32	1.389,60	1.737,00	2.651,92	2.999,32	868,50	2.130,82
	II	1.247,35	1.375,20	1.719,00	2.622,55	2.966,35	859,50	2.106,85
	I	1.232,56	1.360,80	1.701,00	2.593,36	2.933,56	850,50	2.083,06
A	V	1.206,03	1.328,00	1.660,00	2.534,03	2.866,03	830,00	2.036,03
	IV	1.191,73	1.314,40	1.643,00	2.506,13	2.834,73	821,50	2.013,23
	III	1.177,60	1.300,80	1.626,00	2.478,40	2.803,60	813,00	1.990,60
	II	1.163,64	1.287,20	1.609,00	2.450,84	2.772,64	804,50	1.968,14
	I	1.149,84	1.273,60	1.592,00	2.423,44	2.741,84	796,00	1.945,84

* Os titulares do cargo de nível intermediário do Quadro de Pessoal do INCRA, a que se refere a Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, e alcançados pelo Anexo V da Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, poderão optar pela efetivação do enquadramento do respectivo cargo no Plano de Carreira a que se refere o art. 1º da Lei nº 11.090/2005, mantidas as denominações e atribuições.(art. 2º da Lei nº 11.090/2005)

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

VB - Vencimento Básico (Anexo II da Lei nº 11.090/2005 - Lei nº 11.784/2008)

GDARA - Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784/2008)

(*) A GDARA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 11.090/2005 (Lei nº 11.784/2008)

A pontuação a que se refere a GDARA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado GDARA art. 22 da Lei nº 11.090/2005 (art. 32º da Lei nº 11.784/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 7.231 de 23.10.1984

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 9.367 de 16.12.1996 anexo V

Lei nº 10.550 de 13.11.2002

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004

Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 6 e art 7

Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 7

Lei nº 11.090 de 07.01.2005 art. 1 ao art. 26

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Decreto nº 5.580 de 10.11.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 31

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art. 225

Lei nº 11.907 de 02.02.2009 - art. 225

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 21

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 94

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 91

37. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário

* Cargo de nível auxiliar do Quadro de Pessoal do INCRA (art. 2º da Lei nº 11.090/2005)

Nível Auxiliar

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDARA			ATIVO		GDARA	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
			(*)			80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
	A	B	C	D=(A+B)	E=(A+B+D)	F	G=(A+B+G)		
	III	1.028,00	976,80	1.221,00		2.004,80	2.249,00	610,50	1.638,50
ESPECIAL	II	1.009,82	968,00	1.210,00		1.977,82	2.219,82	605,00	1.614,82
	I	991,96	959,20	1.199,00		1.951,16	2.190,96	599,50	1.591,46

* Os titulares do cargo de nível auxiliar do Quadro de Pessoal do INCRA, a que se refere a Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, e alcançados pelo Anexo V da Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, poderão optar pela efetivação do enquadramento do respectivo cargo no Plano de Carreira a que se refere o art. 1º da Lei nº 11.090/2005, mantidas as denominações e atribuições.(art. 2º da Lei nº 11.090/2005)

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

VB - Vencimento Básico (Anexo II da Lei nº 11.090/2005 - Lei nº 11.784/2008)

GDARA - Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784/2008)

(*) A GDARA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 11.090/2005 (Lei nº 11.784/2008)

A pontuação a que se refere a GDARA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado GDARA art. 22 da Lei nº 11.090/2005 (art. 32º da Lei nº 11.784/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 7.231 de 23.10.1984

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 9.367 de 16.12.1996 anexo V

Lei nº 10.550 de 13.11.2002

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004

Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004 art. 6 e art 7

Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 7

Lei nº 11.090 de 07.01.2005 art. 1 ao art. 26

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Decreto nº 5.580 de 10.11.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 31

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.225

Lei nº 11.907 de 02.02.2009 - art. 225

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 21

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 94

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 91

38. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP

Carreira de Pesquisa e Desenvolvimento de Informações e Avaliações Educacionais

Cargo: Pesquisador-Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDIAE		* RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDIAE	APOSENTADO			
			80 pts.	100 pts.	Espec.	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.			
			(*)					Sem RT	Espec.	Mestrado	Doutorado	Sem RT	Espec.	Mestrado	Doutorado	(**)	Sem RT	Espec.	Mestrado	Doutorado
A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)		
D	IV	7.201,00	2.353,60	2.942,00	1.548,00	2.927,00	3.961,00	9.554,60	11.102,60	12.481,60	13.515,60	10.143,00	11.691,00	13.070,00	14.104,00	1.471,00	8.672,00	10.220,00	11.599,00	12.633,00
	III	6.994,66	2.286,40	2.858,00	1.504,00	2.843,00	3.847,00	9.281,06	10.785,06	12.124,06	13.128,06	9.852,66	11.356,66	12.695,66	13.699,66	1.429,00	8.423,66	9.927,66	11.266,66	12.270,66
	II	6.794,23	2.220,80	2.776,00	1.461,00	2.762,00	3.737,00	9.015,03	10.476,03	11.777,03	12.752,03	9.570,23	11.031,23	12.332,23	13.307,23	1.388,00	8.182,23	9.643,23	10.944,23	11.919,23
	I	6.599,54	2.156,80	2.696,00	1.419,00	2.683,00	3.630,00	8.756,34	10.175,34	11.439,34	12.386,34	9.295,54	10.714,54	11.978,54	12.925,54	1.348,00	7.947,54	9.366,54	10.630,54	11.577,54
C	IV	6.187,73	2.061,60	2.577,00	1.378,00	2.606,00	3.526,00	8.249,33	9.627,33	10.855,33	11.775,33	8.764,73	10.142,73	11.370,73	12.290,73	1.288,50	7.476,23	8.854,23	10.082,23	11.002,23
	III	6.007,50	2.011,20	2.514,00	1.339,00	2.531,00	3.425,00	8.018,70	9.357,70	10.549,70	11.443,70	8.521,50	9.860,50	11.052,50	11.946,50	1.257,00	7.264,50	8.603,50	9.795,50	10.689,50
	II	5.832,53	1.962,40	2.453,00	1.300,00	2.459,00	3.327,00	7.794,93	9.094,93	10.253,93	11.121,93	8.285,53	9.585,53	10.744,53	11.612,53	1.226,50	7.059,03	8.359,03	9.518,03	10.386,03
	I	5.662,65	1.914,40	2.393,00	1.263,00	2.388,00	3.231,00	7.577,05	8.840,05	9.965,05	10.808,05	8.055,65	9.318,65	10.443,65	11.286,65	1.196,50	6.859,15	8.122,15	9.247,15	10.090,15
B	V	5.317,04	1.806,40	2.258,00	1.227,00	2.320,00	3.139,00	7.123,44	8.350,44	9.443,44	10.262,44	7.575,04	8.802,04	9.895,04	10.714,04	1.129,00	6.446,04	7.673,04	8.766,04	9.585,04
	IV	5.162,18	1.762,40	2.203,00	1.192,00	2.253,00	3.049,00	6.924,58	8.116,58	9.177,58	9.973,58	7.365,18	8.557,18	9.618,18	10.414,18	1.101,50	6.263,68	7.455,68	8.516,68	9.312,68
	III	5.011,82	1.719,20	2.149,00	1.158,00	2.189,00	2.961,00	6.731,02	7.889,02	8.920,02	9.692,02	7.160,82	8.318,82	9.349,82	10.121,82	1.074,50	6.086,32	7.244,32	8.275,32	9.047,32
	II	4.865,85	1.677,60	2.097,00	1.124,00	2.126,00	2.877,00	6.543,45	7.667,45	8.669,45	9.420,45	6.962,85	8.086,85	9.088,85	9.839,85	1.048,50	5.914,35	7.038,35	8.040,35	8.791,35
I	4.724,12	1.636,80	2.046,00	1.092,00	2.065,00	2.794,00	6.360,92	7.452,92	8.425,92	9.154,92	6.770,12	7.862,12	8.835,12	9.564,12	1.023,00	5.747,12	6.839,12	7.812,12	8.541,12	
A	V	4.435,80	1.559,20	1.949,00	1.061,00	2.006,00	2.714,00	5.995,00	7.056,00	8.001,00	8.709,00	6.384,80	7.445,80	8.390,80	9.098,80	974,50	5.410,30	6.471,30	7.416,30	8.124,30
	IV	4.306,60	1.522,40	1.903,00	1.031,00	1.948,00	2.636,00	5.829,00	6.860,00	7.777,00	8.465,00	6.209,60	7.240,60	8.157,60	8.845,60	951,50	5.258,10	6.289,10	7.206,10	7.894,10
	III	4.181,16	1.486,40	1.858,00	1.001,00	1.893,00	2.561,00	5.667,56	6.668,56	7.560,56	8.228,56	6.039,16	7.040,16	7.932,16	8.600,16	929,00	5.110,16	6.111,16	7.003,16	7.671,16
	II	4.059,38	1.451,20	1.814,00	972,00	1.838,00	2.487,00	5.510,58	6.482,58	7.348,58	7.997,58	5.873,38	6.845,38	7.711,38	8.360,38	907,00	4.966,38	5.938,38	6.804,38	7.453,38
I	3.941,15	1.416,80	1.771,00	944,00	1.786,00	2.416,00	5.357,95	6.301,95	7.143,95	7.773,95	5.712,15	6.656,15	7.498,15	8.128,15	885,50	4.826,65	5.770,65	6.612,65	7.242,65	

Fica estruturada, para exercício exclusivo no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, a Carreira de Pesquisa e Desenvolvimento de Informações e Avaliações Educacionais, composta de cargos de Pesquisador-Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais, de nível superior, com atribuições voltadas às atividades especializadas de produção, análise e disseminação de dados e informações de natureza estatística, bem como ao planejamento, supervisão, orientação, coordenação e desenvolvimento de estudos e pesquisas educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino e do desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliações educacionais, bem como de sistemas de informação e documentação que abranjam todos os níveis e modalidades de ensino. (art. 53 da Lei 11.357/2006)

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

VB - Vencimento Básico - Anexo XXI-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LXVII da MP 441/2008)

CLASSE DE CAPACITAÇÃO - Anexo XXV-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (ANEXO LXXV da MP 441/2008)

GDIAE - Gratificação de Desempenho de Atividades Especializadas e Técnicas de Informações e Avaliações Educacionais

(*) A GDIAE será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXV-B da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

A pontuação referente à GDIAE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outro afastamento sem direito à percepção da GDIAE, no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 1º do art. 62-A da Lei nº 11.357/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus a GDIAE deverá percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDIAE.

* RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou de especialização (Espec), conforme Anexo XXV-D da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

(**) **Aposentado:** GDIAE - art. 62-F da Lei nº 11.357/06

(**) Aposentado - RT - a RT somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão (art. 63 da Lei nº 11.357/06)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Decreto nº 6.069 de 27.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11/05/2012 art. 37 e 38

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

38. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP

Carreira de Suporte Técnico em Informações Educacionais

Cargo: Técnico em Informações Educacionais

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDIAE		* GQ - Gratificação de Qualificação	ATIVO		ATIVO		GDIAE 50 pts. (**)	APOSENTADO	
			80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$) - 80 pts.		TOTAL (em R\$) - 100 pts.			TOTAL (em R\$) - 50 pts.	
			(*)			Sem GQ	Com GQ	Sem GQ	Com GQ		Sem GQ	Com GQ
	A	B	C	D	E=(A+B)	F=(A+B+D)	G=(A+C)	H=(A+C+D)	I	J=(A+I)	K=(A+D+I)	
D	IV	3.005,19	1.088,00	1.360,00	646,00	4.093,19	4.739,19	4.365,19	5.011,19	680,00	3.685,19	4.331,19
	III	2.975,44	1.060,80	1.326,00	632,00	4.036,24	4.668,24	4.301,44	4.933,44	663,00	3.638,44	4.270,44
	II	2.945,98	1.035,20	1.294,00	618,00	3.981,18	4.599,18	4.239,98	4.857,98	647,00	3.592,98	4.210,98
	I	2.916,81	1.009,60	1.262,00	605,00	3.926,41	4.531,41	4.178,81	4.783,81	631,00	3.547,81	4.152,81
C	IV	2.887,93	972,00	1.215,00	592,00	3.859,93	4.451,93	4.102,93	4.694,93	607,50	3.495,43	4.087,43
	III	2.859,34	942,40	1.178,00	579,00	3.801,74	4.380,74	4.037,34	4.616,34	589,00	3.448,34	4.027,34
	II	2.831,03	915,20	1.144,00	567,00	3.746,23	4.313,23	3.975,03	4.542,03	572,00	3.403,03	3.970,03
	I	2.803,00	888,80	1.111,00	555,00	3.691,80	4.246,80	3.914,00	4.469,00	555,50	3.358,50	3.913,50
B	V	2.775,25	815,20	1.019,00	543,00	3.590,45	4.133,45	3.794,25	4.337,25	509,50	3.284,75	3.827,75
	IV	2.747,77	784,00	980,00	531,00	3.531,77	4.062,77	3.727,77	4.258,77	490,00	3.237,77	3.768,77
	III	2.720,56	753,60	942,00	520,00	3.474,16	3.994,16	3.662,56	4.182,56	471,00	3.191,56	3.711,56
	II	2.693,62	724,80	906,00	509,00	3.418,42	3.927,42	3.599,62	4.108,62	453,00	3.146,62	3.655,62
	I	2.590,02	696,80	871,00	498,00	3.286,82	3.784,82	3.461,02	3.959,02	435,50	3.025,52	3.523,52
A	V	2.490,40	639,20	799,00	487,00	3.129,60	3.616,60	3.289,40	3.776,40	399,50	2.889,90	3.376,90
	IV	2.394,62	613,60	767,00	477,00	3.008,22	3.485,22	3.161,62	3.638,62	383,50	2.778,12	3.255,12
	III	2.302,52	588,80	736,00	467,00	2.891,32	3.358,32	3.038,52	3.505,52	368,00	2.670,52	3.137,52
	II	2.213,96	564,80	706,00	457,00	2.778,76	3.235,76	2.919,96	3.376,96	353,00	2.566,96	3.023,96
	I	2.128,81	542,40	678,00	447,00	2.671,21	3.118,21	2.806,81	3.253,81	339,00	2.467,81	2.914,81

Fica estruturada, para exercício exclusivo no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, a Carreira de Suporte Técnico em Informações Educacionais, composta de cargos de Técnico em Informações Educacionais, de nível intermediário, com atribuições voltadas ao suporte, produção e apoio técnico especializado às atividades de planejamento, orientação e coordenação do desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliações educacionais, bem como de sistemas de informação e documentação que abranjam a produção, análise e disseminação de dados e informações de natureza estatística e pesquisas educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino. (art. 53 da Lei 11.357/2006)

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

VB - Vencimento Básico - Anexo XXI-B da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LXVIII da MP 441/2008)

CLASSE DE CAPACITAÇÃO - Anexo XXV-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LXXV da MP 441/2008)

GDIAE - Gratificação de Desempenho de Atividades Especializadas e Técnicas de Informações e Avaliações Educacionais

(*) A GDIAE será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXV-B da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

A pontuação referente à GDIAE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outro afastamento sem direito à percepção da GDIAE, no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 1º do art. 62-A da Lei nº 11.357/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus a GDIAE deverá percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDIAE.

* **GQ** - Gratificação de Qualificação - Anexo XXV-E da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LXXIX da MP 441/08)

(**) **Aposentado:** GDIAE - art. 62-F da Lei nº 11.357/06

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Decreto nº 6.069 de 27.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11/05/2012 art. 37 e 38

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

38. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP

Plano Especial de Cargos do INEP - PECINEP

Cargo de Nível Superior

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDINEP		* RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDINEP	APOSENTADO			
			80 pts.	100 pts.	Espec.	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.			
			(*)					Sem RT	Espec.	Mestrado	Doutorado	Sem RT	Espec.	Mestrado	Doutorado	(**)	Sem RT	Espec.	Mestrado	Doutorado
A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)		
D	IV	6.001,00	2.551,20	3.189,00	1.548,00	2.927,00	3.961,00	8.552,20	10.100,20	11.479,20	12.513,20	9.190,00	10.738,00	12.117,00	13.151,00	1.594,50	7.595,50	9.143,50	10.522,50	11.556,50
	III	5.821,69	2.488,80	3.111,00	1.504,00	2.843,00	3.847,00	8.310,49	9.814,49	11.153,49	12.157,49	8.932,69	10.436,69	11.775,69	12.779,69	1.555,50	7.377,19	8.881,19	10.220,19	11.224,19
	II	5.647,74	2.428,00	3.035,00	1.461,00	2.762,00	3.737,00	8.075,74	9.536,74	10.837,74	11.812,74	8.682,74	10.143,74	11.444,74	12.419,74	1.517,50	7.165,24	8.626,24	9.927,24	10.902,24
	I	5.478,99	2.368,80	2.961,00	1.419,00	2.683,00	3.630,00	7.847,79	9.266,79	10.530,79	11.477,79	8.439,99	9.858,99	11.122,99	12.069,99	1.480,50	6.959,49	8.378,49	9.642,49	10.589,49
C	IV	5.315,28	2.245,60	2.807,00	1.378,00	2.606,00	3.526,00	7.560,88	8.938,88	10.166,88	11.086,88	8.122,28	9.500,28	10.728,28	11.648,28	1.403,50	6.718,78	8.096,78	9.324,78	10.244,78
	III	5.156,46	2.159,20	2.699,00	1.339,00	2.531,00	3.425,00	7.315,66	8.654,66	9.846,66	10.740,66	7.855,46	9.194,46	10.386,46	11.280,46	1.349,50	6.505,96	7.844,96	9.036,96	9.930,96
	II	5.002,39	2.076,00	2.595,00	1.300,00	2.459,00	3.327,00	7.078,39	8.378,39	9.537,39	10.405,39	7.597,39	8.897,39	10.056,39	10.924,39	1.297,50	6.299,89	7.599,89	8.758,89	9.626,89
	I	4.852,92	1.996,00	2.495,00	1.263,00	2.388,00	3.231,00	6.848,92	8.111,92	9.236,92	10.079,92	7.347,92	8.610,92	9.735,92	10.578,92	1.247,50	6.100,42	7.363,42	8.488,42	9.331,42
B	V	4.707,92	1.848,00	2.310,00	1.227,00	2.320,00	3.139,00	6.555,92	7.782,92	8.875,92	9.694,92	7.017,92	8.244,92	9.337,92	10.156,92	1.155,00	5.862,92	7.089,92	8.182,92	9.001,92
	IV	4.567,25	1.776,80	2.221,00	1.192,00	2.253,00	3.049,00	6.344,05	7.536,05	8.597,05	9.393,05	6.788,25	7.980,25	9.041,25	9.837,25	1.110,50	5.677,75	6.869,75	7.930,75	8.726,75
	III	4.430,78	1.708,80	2.136,00	1.158,00	2.189,00	2.961,00	6.139,58	7.297,58	8.328,58	9.100,58	6.566,78	7.724,78	8.755,78	9.527,78	1.068,00	5.498,78	6.656,78	7.687,78	8.459,78
	II	4.298,39	1.643,20	2.054,00	1.124,00	2.126,00	2.877,00	5.941,59	7.065,59	8.067,59	8.818,59	6.352,39	7.476,39	8.478,39	9.229,39	1.027,00	5.325,39	6.449,39	7.451,39	8.202,39
	I	4.169,96	1.580,00	1.975,00	1.092,00	2.065,00	2.794,00	5.749,96	6.841,96	7.814,96	8.543,96	6.144,96	7.236,96	8.209,96	8.938,96	987,50	5.157,46	6.249,46	7.222,46	7.951,46
A	V	4.045,36	1.463,20	1.829,00	1.061,00	2.006,00	2.714,00	5.508,56	6.569,56	7.514,56	8.222,56	5.874,36	6.935,36	7.880,36	8.588,36	914,50	4.959,86	6.020,86	6.965,86	7.673,86
	IV	3.924,49	1.407,20	1.759,00	1.031,00	1.948,00	2.636,00	5.331,69	6.362,69	7.279,69	7.967,69	5.683,49	6.714,49	7.631,49	8.319,49	879,50	4.803,99	5.834,99	6.751,99	7.439,99
	III	3.807,23	1.352,80	1.691,00	1.001,00	1.893,00	2.561,00	5.160,03	6.161,03	7.053,03	7.721,03	5.498,23	6.499,23	7.391,23	8.059,23	845,50	4.652,73	5.653,73	6.545,73	7.213,73
	II	3.693,47	1.300,80	1.626,00	972,00	1.838,00	2.487,00	4.994,27	5.966,27	6.832,27	7.481,27	5.319,47	6.291,47	7.157,47	7.806,47	813,00	4.506,47	5.478,47	6.344,47	6.993,47
	I	3.583,11	1.250,40	1.563,00	944,00	1.786,00	2.416,00	4.833,51	5.777,51	6.619,51	7.249,51	5.146,11	6.090,11	6.932,11	7.562,11	781,50	4.364,61	5.308,61	6.150,61	6.780,61

Fica estruturado, a partir de 1º de outubro de 2006, o Plano Especial de Cargos do Inep - PECINEP, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Inep e nele lotados em 31 de dezembro de 2005 ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 31 de dezembro de 2005.(art. 55 da Lei 11.357/2006)

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

VB - Vencimento Básico - Anexo XXIII-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LXX da MP 441/2008)

CLASSE DE CAPACITAÇÃO - Anexo XXV-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (ANEXO LXXV da MP 441/2008)

GDINEP - Gratificação de Desempenho do Plano Especial de Cargos do INEP

(*) A GDINEP será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXV-C da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

A pontuação referente à GDINEP será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outro afastamento sem direito à percepção da GDINEP, no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 1º do art. 62-A da Lei nº 11.357/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus a GDINEP deverá percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDINEP.

* **RT** - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor, Mestre ou de Especialização, conforme Anexo XXV-D da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

(**) **Aposentado**: GDINEP - art. 62-F da Lei nº 11.357/06

(**) **Aposentado** - RT - a RT somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão (art. 63 da Lei nº 11.357/06).

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 de 13.07.93 art. 4º

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Decreto nº 6.069 de 27.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11/05/2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art.36

38. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP

Plano Especial de Cargos do INEP - PECINEP

Cargo de Nível Intermediário

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDINEP			* GQ - Gratificação de Qualificação	ATIVO		ATIVO		GDINEP	APOSENTADO	
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$) - 80 pts.		TOTAL (em R\$) - 100 pts.	50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.				
			(*)						Sem GQ	Com GQ	(**)	Sem GQ	Com GQ
			A	B	C	D	E=(A+B)	F=(A+B+D)	G=(A+C)	H=(A+C+D)	I	J=(A+I)	K=(A+D+I)
D	IV	2.650,00	1.372,00	1.715,00	646,00	4.022,00	4.668,00	4.365,00	5.011,00	857,50	3.507,50	4.153,50	
	III	2.585,87	1.370,40	1.713,00	632,00	3.956,27	4.588,27	4.298,87	4.930,87	856,50	3.442,37	4.074,37	
	II	2.523,29	1.368,80	1.711,00	618,00	3.892,09	4.510,09	4.234,29	4.852,29	855,50	3.378,79	3.996,79	
	I	2.462,23	1.367,20	1.709,00	605,00	3.829,43	4.434,43	4.171,23	4.776,23	854,50	3.316,73	3.921,73	
C	IV	2.402,64	1.360,00	1.700,00	592,00	3.762,64	4.354,64	4.102,64	4.694,64	850,00	3.252,64	3.844,64	
	III	2.344,50	1.320,00	1.650,00	579,00	3.664,50	4.243,50	3.994,50	4.573,50	825,00	3.169,50	3.748,50	
	II	2.287,76	1.281,60	1.602,00	567,00	3.569,36	4.136,36	3.889,76	4.456,76	801,00	3.088,76	3.655,76	
	I	2.232,40	1.244,00	1.555,00	555,00	3.476,40	4.031,40	3.787,40	4.342,40	777,50	3.009,90	3.564,90	
B	V	2.178,38	1.173,60	1.467,00	543,00	3.351,98	3.894,98	3.645,38	4.188,38	733,50	2.911,88	3.454,88	
	IV	2.125,66	1.128,80	1.411,00	531,00	3.254,46	3.785,46	3.536,66	4.067,66	705,50	2.831,16	3.362,16	
	III	2.074,22	1.085,60	1.357,00	520,00	3.159,82	3.679,82	3.431,22	3.951,22	678,50	2.752,72	3.272,72	
	II	2.024,02	1.044,00	1.305,00	509,00	3.068,02	3.577,02	3.329,02	3.838,02	652,50	2.676,52	3.185,52	
A	I	1.975,04	1.004,00	1.255,00	498,00	2.979,04	3.477,04	3.230,04	3.728,04	627,50	2.602,54	3.100,54	
	V	1.927,24	929,60	1.162,00	487,00	2.856,84	3.343,84	3.089,24	3.576,24	581,00	2.508,24	2.995,24	
	IV	1.880,60	893,60	1.117,00	477,00	2.774,20	3.251,20	2.997,60	3.474,60	558,50	2.439,10	2.916,10	
	III	1.835,09	859,20	1.074,00	467,00	2.694,29	3.161,29	2.909,09	3.376,09	537,00	2.372,09	2.839,09	
	II	1.790,68	826,40	1.033,00	457,00	2.617,08	3.074,08	2.823,68	3.280,68	516,50	2.307,18	2.764,18	
I	1.747,35	794,40	993,00	447,00	2.541,75	2.988,75	2.740,35	3.187,35	496,50	2.243,85	2.690,85		

Fica estruturado, a partir de 1º de outubro de 2006, o Plano Especial de Cargos do Inep - PECINEP, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Inep e nele lotados em 31 de dezembro de 2005 ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 31 de dezembro de 2005.(art. 55 da Lei 11.357/2006)

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

VB - Vencimento Básico - Anexo XXIII-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LXX da MP 441/2008)

CLASSE DE CAPACITAÇÃO - Anexo XXV-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (ANEXO LXXV da MP 441/2008)

GDINEP - Gratificação de Desempenho do Plano Especial de Cargos do INEP

(*) A GDINEP será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXV-C da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

A pontuação referente à GDINEP será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outro afastamento sem direito à percepção da GDINEP, no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 1º do art. 62-A da Lei nº 11.357/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus a GDINEP deverá percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDINEP

* **GQ** - Gratificação de Qualificação - Anexo XXV-E da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LXXIX da MP 441/08)

(**) **Aposentado:** GDINEP - art. 62-F da Lei nº 11.357/06

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 de 13.07.93 art. 4º

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Decreto nº 6.069 de 27.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11/05/2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 36

38. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP

Plano Especial de Cargos do INEP - PECINEP

Cargo de Nível Auxiliar

Nível Auxiliar

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDINEP		ATIVO		GDINEP	APOSENTADO	
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.	
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)		
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
	III	1.288,80	469,60	587,00	1.758,40	1.875,80	293,50	1.582,30	
ESPECIAL	III	1.251,87	456,00	570,00	1.707,87	1.821,87	285,00	1.536,87	
	I	1.216,00	443,20	554,00	1.659,20	1.770,00	277,00	1.493,00	

Fica estruturado, a partir de 1º de outubro de 2006, o Plano Especial de Cargos do Inep - PECINEP, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Inep e nele lotados em 31 de dezembro de 2005 ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até 31 de dezembro de 2005.(art. 55 da Lei 11.357/2006)

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

VB - Vencimento Básico - Anexo XXIII-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (Anexo LXX da MP 441/2008)

GDINEP - Gratificação de Desempenho do Plano Especial de Cargos do INEP

(*) A GDINEP será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXV-C da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

A pontuação referente à GDINEP será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outro afastamento sem direito à percepção da GDINEP, no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 1º do art. 62-A da Lei nº 11.357/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que fizerem jus a GDINEP deverá percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDINEP

(**) **Aposentado:** GDINEP - art. 62-F da Lei nº 11.357/06

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 de 13.07.93 art. 4º

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Decreto nº 6.069 de 27.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11/05/2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art.36

39. INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO

Plano de Carreiras e Cargos do INMETRO

Carreira de Gestão em Metrologia e Qualidade

Cargo: Analista Executivo em Metrologia e Qualidade

Carreira de Pesquisa e Desenvolvimento em Metrologia e Qualidade

Cargo: Pesquisador-Tecnologista em Metrologia e Qualidade

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GQDI - Gratificação pela Qualidade do Desempenho no INMETRO				* RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				APOSENTADO			
			100 pts.				Aperf. / Espec.	Mestrado	Doutorado	TOTAL (em R\$) - 80 pts. (*) GQDI				TOTAL (em R\$) - 100 pts. (*) GQDI				TOTAL (em R\$) - 50 pts. (**) GQDI			
			Sem RT	Aperf. / Espec.	Mestrado	Doutorado				Sem RT	Aperf. / Espec.	Mestrado	Doutorado	Sem RT	Aperf. / Espec.	Mestrado	Doutorado	Sem RT	Aperf. / Espec.	Mestrado	Doutorado
			A	B	C	D	E	F	G	H	I=(A+B)	J=(A+C+D)	K=(A+D+G)	L=(A+E+H)	M=(A+B)	N=(A+C+D)	O=(A+D+G)	P=(A+E+H)	Q=(A+B)	R=(A+C+D)	S=(A+D+G)
A	III	6.600,58	4.618,00	4.723,00	4.728,00	5.881,00	367,82	945,81	2.369,78	10.294,98	10.746,80	11.328,79	13.675,16	11.218,58	11.691,40	12.274,39	14.851,36	8.909,58	9.329,90	9.910,39	11.910,86
	II	6.335,47	4.530,00	4.616,00	4.626,00	5.713,00	351,38	903,55	2.263,90	9.959,47	10.379,65	10.939,82	13.169,77	10.865,47	11.302,85	11.865,02	14.312,37	8.600,47	8.994,85	9.552,02	11.455,87
	I	6.138,39	4.443,00	4.511,00	4.526,00	5.550,00	339,54	873,11	2.187,63	9.692,79	10.086,73	10.632,30	12.766,02	10.581,39	10.988,93	11.537,50	13.876,02	8.359,89	8.733,43	9.274,50	11.101,02
B	VI	5.737,40	4.173,00	4.331,00	4.352,00	5.274,00	317,03	815,21	2.042,55	9.075,80	9.519,23	10.034,21	11.999,15	9.910,40	10.385,43	10.904,61	13.053,95	7.823,90	8.219,93	8.728,61	10.416,95
	V	5.520,69	4.094,00	4.233,00	4.254,00	5.124,00	303,73	781,01	1.956,87	8.795,89	9.210,82	9.704,90	11.576,76	9.614,69	10.057,42	10.555,70	12.601,56	7.567,69	7.940,92	8.428,70	10.039,56
	IV	5.311,36	4.017,00	4.137,00	4.161,00	4.978,00	290,89	747,99	1.874,13	8.524,96	8.911,85	9.388,15	11.167,89	9.328,36	9.739,25	10.220,35	12.163,49	7.319,86	7.670,75	8.139,85	9.674,49
	III	5.050,09	3.942,00	4.044,00	4.053,00	4.837,00	274,49	705,84	1.768,53	8.203,69	8.559,78	8.998,33	10.688,22	8.992,09	9.368,58	9.808,93	11.655,62	7.021,09	7.346,58	7.782,43	9.237,12
	II	4.858,38	3.868,00	3.953,00	3.966,00	4.700,00	262,80	675,78	1.693,20	7.952,78	8.283,58	8.706,96	10.311,58	8.726,38	9.074,18	9.500,16	11.251,58	6.792,38	7.097,68	7.517,16	8.901,58
I	4.673,10	3.795,00	3.863,00	3.881,00	4.566,00	251,52	646,76	1.620,49	7.709,10	8.015,02	8.424,66	9.946,39	8.468,10	8.787,62	9.200,86	10.859,59	6.570,60	6.856,12	7.260,36	8.576,59	
C	VI	4.362,46	3.564,00	3.708,00	3.729,00	4.339,00	233,77	601,11	1.506,11	7.203,66	7.552,63	7.936,77	9.329,77	7.916,46	8.294,23	8.682,57	10.197,57	6.134,46	6.440,23	6.818,07	8.028,07
	V	4.184,61	3.497,00	3.625,00	3.648,00	4.216,00	223,56	574,88	1.440,38	6.982,21	7.308,17	7.677,89	8.997,79	7.681,61	8.033,17	8.407,49	9.840,99	5.933,11	6.220,67	6.583,49	7.732,99
	IV	4.021,99	3.430,00	3.542,00	3.550,00	4.095,00	213,70	549,51	1.376,84	6.765,99	7.069,29	7.411,50	8.674,83	7.451,99	7.777,69	8.121,50	9.493,83	5.736,99	6.006,69	6.346,50	7.446,33
	III	3.821,83	3.366,00	3.463,00	3.475,00	3.979,00	201,26	517,53	1.296,70	6.514,63	6.793,49	7.119,36	8.301,73	7.187,83	7.486,09	7.814,36	9.097,53	5.504,83	5.754,59	6.076,86	7.108,03
	II	3.673,09	3.302,00	3.385,00	3.401,00	3.866,00	192,30	494,48	1.238,94	6.314,69	6.573,39	6.888,37	8.004,83	6.975,09	7.250,39	7.568,57	8.778,03	5.324,09	5.557,89	5.868,07	6.845,03
I	3.535,34	3.239,00	3.308,00	3.328,00	3.755,00	184,06	473,30	1.185,87	6.126,54	6.365,80	6.671,04	7.725,21	6.774,34	7.027,40	7.336,64	8.476,21	5.154,84	5.373,40	5.672,64	6.598,71	

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

Os atuais servidores ocupantes dos cargos das carreiras do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, estruturado pela Lei nº 8.691, de 1993, do Quadro de Pessoal do INMETRO, serão enquadrados nas carreiras e cargos referidos no art. 50 da MP 301/2006, o enquadramento dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor conforme art. 64 da MP 301/2006.

Os servidores titulares de cargos efetivos do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 1993 poderão, no prazo máximo de até trinta dias, contados a partir da publicação da MP 301/2006, requerer o seu reenquadramento no cargo anteriormente ocupado, mantida a sua denominação.(art. 153 da MP 301/2006)

A partir do reenquadramento de que trata o caput do art. 153 da MP 301/2006, o servidor deixará de perceber as vantagens referentes às Carreiras da área de Ciência e Tecnologia, previstas na Lei nº 8691, de 1993 e na MP 2.229-43/2001, somente fazendo jus às vantagens do cargo que voltar a ocupar.

Opção: art. 64 e art. 153 da MP 301/2006

VB - Vencimento Básico - Anexo XI da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCI da MP 441/2008)

GQDI - Gratificação pela Qualidade do Desempenho no INMETRO

A pontuação referente a GQDI será assim distribuída:

I - até sessenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até quarenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GQDI no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos

(*) A GQDI será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XI-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCII da MP 441/08)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 5º do art. 61 da Lei nº 11.355/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GQDI deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GQDI.

* **RT** - Retribuição por Titulação - servidores que sejam detentores do título de Doutor ou grau de Mestre ou sejam possuidores de certificado de conclusão, com aproveitamento, de cursos de aperfeiçoamento (aperf.) ou especialização (espec.), em conformidade com a classe padrão e titulação ou certificação comprovada, nos termos do Anexo XI-B da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.

(**) **Aposentado**: GQDI - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) **Aposentado** - RT - A RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da aposentadoria ou da instituição da pensão

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Decreto nº 6.507 de 09.07.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

39. INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO

Plano de Carreiras e Cargos do INMETRO

Cargo: isolado de provimento efetivo de Especialista em Metrologia e Qualidade Sênior

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GQDI - Gratificação pela Qualidade do Desempenho no INMETRO		RT - Retribuição por Titulação	ATIVO		GQDI	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	Doutorado	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			(*)			80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D	E=(A+B+D)	F=(A+C+D)	G	H=(A+D+G)
ESPECIALISTA SÊNIOR	I	7.501,35	4.944,00	6.180,00	1.904,00	14.349,35	15.585,35	3.090,00	12.495,35

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

Os atuais servidores ocupantes dos cargos das carreiras do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, estruturado pela Lei nº 8.691, de 1993, do Quadro de Pessoal do INMETRO, serão enquadrados nas carreiras e cargos referidos no art. 50 da MP 301/2006, o enquadramento dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor conforme art. 64 da MP 301/2006.

Os servidores titulares de cargos efetivos do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 1993 poderão, no prazo máximo de até trinta dias, contados a partir da publicação da MP 301/2006, requerer o seu reenquadramento no cargo anteriormente ocupado, mantida a sua denominação. (art. 153 da MP 301/2006)

A partir do reenquadramento de que trata o caput do art. 153 da MP 301/2006, o servidor deixará de perceber as vantagens referentes às Carreiras da área de Ciência e Tecnologia, previstas na Lei nº 8691, de 1993 e na MP 2.229-43/2001, somente fazendo jus às vantagens do cargo que voltar a ocupar.

Opção: art. 64 e art 153 da MP 301/2006

VB - Vencimento Básico - (Anexo XI da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCI da MP 441/2008)

GQDI - Gratificação pela Qualidade do Desempenho no INMETRO

A pontuação referente a GQDI será assim distribuída:

I - até sessenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até quarenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GQDI no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos

(*) A GQDI será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XI-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCII da MP 441/08)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 5º do art. 61 da Lei nº 11.355/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GQDI deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GQDI.

RT - Retribuição por Titulação - servidores de nível superior, portadores de títulos de Doutor. (Anexo XI da Lei nº 11.355/2006)

(**) **Aposentado**: GQDI - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) **Aposentado** - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da aposentadoria ou da instituição da pensão

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Decreto nº 6.507 de 09.07.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

39. INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO

Plano de Carreiras e Cargos do INMETRO

Carreira de Suporte à Gestão em Metrologia e Qualidade

Cargo: Assistente Executivo em Metrologia e Qualidade

Carreira de Suporte Técnico à Metrologia e Qualidade

Cargo: Técnico em Metrologia e Qualidade

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GQDI - Gratificação pela Qualidade do Desempenho no INMETRO				ATIVO		ATIVO		GQDI		APOSENTADO	
			100 pts.		* GQ	TOTAL (em R\$) - 80 pts. (*) GQDI		TOTAL (em R\$) - 100 pts. (*) GQDI		50 pts.		TOTAL (em R\$) - 50 pts. (**) GQDI		
			Sem GQ	Com GQ		Sem GQ	Com GQ	Sem GQ	Com GQ	Sem GQ	Com GQ	Sem GQ	Com GQ	
			A	B	C	D	E=(A+B)	F=(A+C+D)	G=(A+B)	H=(A+C+D)	I	J	K=(A+H)	L=(A+D+J)
A	III	3.064,32	1.114,00	1.587,00	278,53	3.955,52	4.612,45	4.178,32	4.929,85	557,00	793,50	3.621,32	4.136,35	
	II	2.961,04	1.090,00	1.554,00	268,82	3.833,04	4.473,06	4.051,04	4.783,86	545,00	777,00	3.506,04	4.006,86	
	I	2.861,51	1.066,00	1.521,00	259,47	3.714,31	4.337,78	3.927,51	4.641,98	533,00	760,50	3.394,51	3.881,48	
B	VI	2.768,73	1.049,00	1.450,00	250,61	3.607,93	4.179,34	3.817,73	4.469,34	524,50	725,00	3.293,23	3.744,34	
	V	2.675,05	1.026,00	1.419,00	241,83	3.495,85	4.052,08	3.701,05	4.335,88	513,00	709,50	3.188,05	3.626,38	
	IV	2.583,69	1.002,00	1.388,00	233,27	3.385,29	3.927,36	3.585,69	4.204,96	501,00	694,00	3.084,69	3.510,96	
	III	2.499,30	986,00	1.357,00	225,23	3.288,10	3.810,13	3.485,30	4.081,53	493,00	678,50	2.992,30	3.403,03	
	II	2.413,79	964,00	1.328,00	217,24	3.184,99	3.693,43	3.377,79	3.959,03	482,00	664,00	2.895,79	3.295,03	
I	2.330,37	942,00	1.300,00	209,46	3.083,97	3.579,83	3.272,37	3.839,83	471,00	650,00	2.801,37	3.189,83		
C	VI	2.253,25	926,00	1.238,00	202,13	2.994,05	3.445,78	3.179,25	3.693,38	463,00	619,00	2.716,25	3.074,38	
	V	2.175,29	905,00	1.212,00	194,87	2.899,29	3.339,76	3.080,29	3.582,16	452,50	606,00	2.627,79	2.976,16	
	IV	2.098,91	883,00	1.186,00	187,77	2.805,31	3.235,48	2.981,91	3.472,68	441,50	593,00	2.540,41	2.879,68	
	III	2.027,59	868,00	1.160,00	181,02	2.721,99	3.136,61	2.895,59	3.368,61	434,00	580,00	2.461,59	2.788,61	
	II	1.955,77	847,00	1.135,00	174,36	2.633,37	3.038,13	2.802,77	3.265,13	423,50	567,50	2.379,27	2.697,63	
I	1.885,28	826,00	1.111,00	167,83	2.546,08	2.941,91	2.711,28	3.164,11	413,00	555,50	2.298,28	2.608,61		

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

Os atuais servidores ocupantes dos cargos das carreiras do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, estruturado pela Lei nº 8.691, de 1993, do Quadro de Pessoal do INMETRO, serão enquadrados nas carreiras e cargos referidos no art. 50 da MP 301/2006, o enquadramento dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor conforme art. 64 da MP 301/2006.

Os servidores titulares de cargos efetivos do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 1993 poderão, no prazo máximo de até trinta dias, contados a partir da publicação da MP 301/2006, requerer o seu reenquadramento no cargo anteriormente ocupado, mantida a sua denominação. (art. 153 da MP 301/2006)

A partir do reenquadramento de que trata o caput do art. 153 da MP 301/2006, o servidor deixará de perceber as vantagens referentes às Carreiras da área de Ciência e Tecnologia, previstas na Lei nº 8691, de 1993 e na MP 2.229-43/2001, somente fazendo jus às vantagens do cargo que voltar a ocupar.

Opção: art. 64 e art. 153 da MP 301/2006

VB - Vencimento Básico - Anexo XI da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCI da MP 441/2008)

GQDI - Gratificação pela Qualidade do Desempenho no INMETRO

A pontuação referente a GQDI será assim distribuída:

I - até sessenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até quarenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GQDI no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos

(*) A GQDI será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XI-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCII da MP 441/08)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 5º do art. 61 da Lei nº 11.355/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GQDI deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GQDI.

* **GQ** - Gratificação de Qualificação - servidores com nível de capacitação conforme art. 63-A da Lei nº 11.355/2006 e Anexo XI-C da Lei nº 11.355/2006

(**) **Aposentado**: GQDI - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) **Aposentado** - GQ - Aplica-se aos proventos da aposentadoria e às pensões (art. 63-B da Lei nº 11.355/2006)

A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se os requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais tiverem sido obtidos anteriormente à data da inativação (§6º da Lei 11.355/2006 e MP 479/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93

Resolução nº 01 de 06.07.94

Resolução nº 02 de 23.11.94

Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97

Lei nº 9.625 de 07.04.98

Lei nº 9.638 de 20.05.98

Decreto nº 2.665 de 10.07.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Decreto nº 3.762 de 05.03.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Lei nº 11.490 de 20.06.2007

Decreto nº 6.507 de 09.07.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 1º

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

39. INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO

Plano de Carreiras e Cargos do INMETRO

Carreira de Apoio Operacional à Gestão em Metrologia e Qualidade

Cargo: Auxiliar Executivo em Metrologia e Qualidade

Nível Auxiliar

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GQDI - Gratificação pela Qualidade do Desempenho no INMETRO		* GQ	ATIVO		ATIVO		GQDI	APOSENTADO	
			80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$) - 80 pts. GQDI		TOTAL (em R\$) - 100 pts. GQDI		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.	
			(*)			Sem GQ	Com GQ	Sem GQ	Com GQ	(**)	Sem GQ	Com GQ
			A	B		C	D	E=(A+B)	F=(A+B+D)	G=(A+C)	H=(A+C+D)	I
A	VI	1.306,02	513,60	642,00	114,52	1.819,62	1.934,14	1.948,02	2.062,54	321,00	1.627,02	1.741,54
	V	1.250,12	497,60	622,00	109,41	1.747,72	1.857,13	1.872,12	1.981,53	311,00	1.561,12	1.670,53
	IV	1.196,33	483,20	604,00	104,49	1.679,53	1.784,02	1.800,33	1.904,82	302,00	1.498,33	1.602,82
	III	1.144,59	468,80	586,00	99,76	1.613,39	1.713,15	1.730,59	1.830,35	293,00	1.437,59	1.537,35
	II	1.094,86	456,00	570,00	95,21	1.550,86	1.646,07	1.664,86	1.760,07	285,00	1.379,86	1.475,07
	I	1.047,47	442,40	553,00	90,89	1.489,87	1.580,76	1.600,47	1.691,36	276,50	1.323,97	1.414,86
B	VI	961,39	421,60	527,00	82,92	1.382,99	1.465,91	1.488,39	1.571,31	263,50	1.224,89	1.307,81
	V	919,34	409,60	512,00	79,09	1.328,94	1.408,03	1.431,34	1.510,43	256,00	1.175,34	1.254,43
	IV	879,27	398,40	498,00	75,43	1.277,67	1.353,10	1.377,27	1.452,70	249,00	1.128,27	1.203,70
	III	840,03	387,20	484,00	71,86	1.227,23	1.299,09	1.324,03	1.395,89	242,00	1.082,03	1.153,89
	II	802,52	376,00	470,00	68,45	1.178,52	1.246,97	1.272,52	1.340,97	235,00	1.037,52	1.105,97
	I	766,49	365,60	457,00	65,19	1.132,09	1.197,28	1.223,49	1.288,68	228,50	994,99	1.060,18

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

Os atuais servidores ocupantes dos cargos das carreiras do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, estruturado pela Lei nº 8.691, de 1993, do Quadro de Pessoal do INMETRO, serão enquadrados nas carreiras e cargos referidos no art. 50 da MP 301/2006, o enquadramento dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor conforme art. 64 da MP 301/2006.

Os servidores titulares de cargos efetivos do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 1993 poderão, no prazo máximo de até trinta dias, contados a partir da publicação da MP 301/2006, requerer o seu reenquadramento no cargo anteriormente ocupado, mantida a sua denominação.(art. 153 da MP 301/2006)

A partir do reenquadramento de que trata o caput do art. 153 da MP 301/2006, o servidor deixará de perceber as vantagens referentes às Carreiras da área de Ciência e Tecnologia, previstas na Lei nº 8.691/1993 e na MP 2.229-43/2001, somente fazendo jus às vantagens do cargo que voltar a ocupar.

Opção: art. 64 e art. 153 da MP 301/2006

VB - Vencimento Básico - Anexo XI da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCI da MP 441/2008)

GQDI - Gratificação pela Qualidade do Desempenho no INMETRO

A pontuação referente a GQDI será assim distribuída:

- I - até sessenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
- II - até quarenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GQDI no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos

(*) A GQDI será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XI-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XCII da MP 441/08)

Até que seja publicado o ato a que se refere o § 5º do art. 61 da Lei nº 11.355/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, conforme disposto nesta Lei, todos os servidores que fizerem jus à GQDI deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GQDI.

* **GQ** - Gratificação de Qualificação - servidores com nível de capacitação conforme art. 63-A da Lei nº 11.355/2006 e Anexo XI-C da Lei nº 11.355/2006

(**) **Aposentado**: GQDI - art. 149 da Lei nº 11.355/2006 (redação dada art. 5º da Lei nº 11.490 de 20.06.07)

(**) **Aposentado** - GQ - Aplica-se aos proventos da aposentadoria e às pensões (art. 63-B da Lei nº 11.355/2006)

A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se os requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais tiverem sido obtidos anteriormente à data da inativação (§6º da Lei 11.355/2006 e MP 479/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.691 de 28.07.93	Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
Resolução nº 01 de 06.07.94	Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Resolução nº 02 de 23.11.94	Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Medida Provisória nº 1.625-39 de 12.12.97	Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Lei nº 9.625 de 07.04.98	Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Lei nº 9.638 de 20.05.98	Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Decreto nº 2.665 de 10.07.98	Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000	Lei nº 10.769 de 19.11.2003
Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000	Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000	Lei nº 11.094 de 13.01.2005
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000	Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000	Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000	Lei nº 11.355 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000	Lei nº 11.490 de 20.06.2007
Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000	Decreto nº 6.507 de 09.07.2008
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001	Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 1º
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001	Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001	Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001	Lei nº 12.702 de 07.08.2012

40. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Carreira de Perito Médico Previdenciário

* Cargo: Perito Médico Previdenciário - 20 horas e 40 horas

Nível Superior - 20 h

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPMP		ATIVO		GDAPMP	APOSENTADO	
			20 h	80 pontos	100 pontos	TOTAL (em R\$)		TOTAL (em R\$)	
						80 pts.		100 pts.	(**) 50 pontos
			(*)						
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	4.356,50	2.115,20	2.644,00	6.471,70	7.000,50	1.322,00	5.678,50	
	II	4.065,60	2.115,20	2.644,00	6.180,80	6.709,60	1.322,00	5.387,60	
	I	3.872,00	2.115,20	2.644,00	5.987,20	6.516,00	1.322,00	5.194,00	
D	III	3.520,00	2.115,20	2.644,00	5.635,20	6.164,00	1.322,00	4.842,00	
	II	3.417,48	2.115,20	2.644,00	5.532,68	6.061,48	1.322,00	4.739,48	
	I	3.317,94	2.115,20	2.644,00	5.433,14	5.961,94	1.322,00	4.639,94	
C	III	3.100,88	2.115,20	2.644,00	5.216,08	5.744,88	1.322,00	4.422,88	
	II	3.010,56	2.115,20	2.644,00	5.125,76	5.654,56	1.322,00	4.332,56	
	I	2.922,87	2.115,20	2.644,00	5.038,07	5.566,87	1.322,00	4.244,87	
B	III	2.731,66	2.115,20	2.644,00	4.846,86	5.375,66	1.322,00	4.053,66	
	II	2.652,09	2.115,20	2.644,00	4.767,29	5.296,09	1.322,00	3.974,09	
	I	2.574,85	2.115,20	2.644,00	4.690,05	5.218,85	1.322,00	3.896,85	
A	III	2.406,40	2.115,20	2.644,00	4.521,60	5.050,40	1.322,00	3.728,40	
	II	2.336,31	2.115,20	2.644,00	4.451,51	4.980,31	1.322,00	3.658,31	
	I	2.268,26	2.115,20	2.644,00	4.383,46	4.912,26	1.322,00	3.590,26	

Nível Superior - 40 h

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPMP		ATIVO		GDAPMP	APOSENTADO	
			* 40 h	80 pontos	100 pontos	TOTAL (em R\$)		TOTAL (em R\$)	
						80 pts.		100 pts.	(**) 50 pontos
			(*)						
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	8.713,00	4.230,40	5.288,00	12.943,40	14.001,00	2.644,00	11.357,00	
	II	8.131,20	4.230,40	5.288,00	12.361,60	13.419,20	2.644,00	10.775,20	
	I	7.744,00	4.230,40	5.288,00	11.974,40	13.032,00	2.644,00	10.388,00	
D	III	7.040,00	4.230,40	5.288,00	11.270,40	12.328,00	2.644,00	9.684,00	
	II	6.834,95	4.230,40	5.288,00	11.065,35	12.122,95	2.644,00	9.478,95	
	I	6.635,88	4.230,40	5.288,00	10.866,28	11.923,88	2.644,00	9.279,88	
C	III	6.201,75	4.230,40	5.288,00	10.432,15	11.489,75	2.644,00	8.845,75	
	II	6.021,12	4.230,40	5.288,00	10.251,52	11.309,12	2.644,00	8.665,12	
	I	5.845,75	4.230,40	5.288,00	10.076,15	11.133,75	2.644,00	8.489,75	
B	III	5.463,31	4.230,40	5.288,00	9.693,71	10.751,31	2.644,00	8.107,31	
	II	5.304,19	4.230,40	5.288,00	9.534,59	10.592,19	2.644,00	7.948,19	
	I	5.149,70	4.230,40	5.288,00	9.380,10	10.437,70	2.644,00	7.793,70	
A	III	4.812,80	4.230,40	5.288,00	9.043,20	10.100,80	2.644,00	7.456,80	
	II	4.672,62	4.230,40	5.288,00	8.903,02	9.960,62	2.644,00	7.316,62	
	I	4.536,53	4.230,40	5.288,00	8.766,93	9.824,53	2.644,00	7.180,53	

Os servidores titulares dos cargos de Perito Médico da Previdência Social serão automaticamente enquadrados na Carreira de Perito Médico Previdenciário, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, nos termos do anexo XIII da MP 441/08. (art.34 da Lei nº 11.907/2009)

O enquadramento de que trata o art. 34 da MP 441/08 dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretratável do servidor, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da data de publicação da MP 441/08, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XIV, com efeitos financeiros a partir da data de implantação das Tabelas de Vencimento Básico referidas no Anexo XV da MP 441/08..

Os cargos de Perito Médico da Previdência Social da Carreira de Perícia Médica da Previdência Social (a que se refere o § 9º do art. 30 da Lei 11.907/2009), transpostos para a Carreira de Perito Médico Previdenciário, passam a denominar-se Perito Médico Previdenciário (art. 7º da MP 479/2009)

* **Jornada:** É de 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho dos servidores integrantes da Carreira de Perito Médico Previdenciário. (art. 35 da Lei nº 11.907/2009 e art. 7º da Lei nº 12.269, de 2010)

* **Jornada:** Fica mantida para os ocupantes dos cargos de que trata o art. 30 da Lei nº 11.907/2009 a jornada semanal de trabalho dos cargos originários, ressalvado o direito de opção pela jornada de 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, observadas as condições estabelecidas no § 6º do art. 35 da Lei nº 11.907/2009. (art. 7º da Lei nº 12.269, de 2010). A jornada semanal de 30 horas deverá ser realizada em 6 (seis) horas diárias de forma ininterrupta.

* **Jornada:** Os ocupantes dos cargos referidos no caput do artigo 30 da Lei 11.907/2009 poderão, a qualquer tempo, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XIV-A da Lei nº 11.907/2009, condicionada ao interesse da administração, atestado pelo INSS e ao quantitativo fixado pelo Ministro de Estado da Previdência Social, optar pela jornada semanal de trabalho de trinta ou quarenta horas, mediante opção a ser formalizada a qualquer tempo, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XIV-A da Lei 11.907/2009. (art. 7º Lei nº 12.269, de 2010)

VB - Vencimento Básico (Anexo XV da MP 441/2008)

GDAPMP - Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária - GDAPMP , devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério da Previdência Social ou no INSS, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (art. 38 da Lei 11.907/2009 e art. 81 da Lei nº 12.702/2012)

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção de gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a GDAPMP no valor correspondente a oitenta pontos (pts.). art. 45 da MP 441/08

(*) A GDAPMP será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em sua respectiva jornada de trabalho semanal, ao valor estabelecido no Anexo XVI da MP 441/08.

A pontuação referente à GDAPMP será assim distribuída:

I - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional; e

II - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual.

(**) **Aposentado** - GDAPMP - art. 50 e 51 da Lei 11.907/2009

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 166 de 18.02.2004

Lei nº 10.876 de 02.06.2004

Decreto nº 5275 de 19.11.2004

Lei nº 10.997 de 15.12.2004 art. 5º, art. 6º e art. 7º

Medida Provisória nº 272 de 26.12.2005 art.4º

Lei nº 11.302 de 10.05.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 DE 30.12.2009

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 82

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 81

40. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Carreira de Perito Médico Previdenciário

* Cargo: Perito Médico Previdenciário - 30 horas

Nível Superior - 30 h

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB * 30 h	GDAPMP			ATIVO		GDAPMP (**) 50 pontos	APOSENTADO
			80 pontos	100 pontos	TOTAL (em R\$)		TOTAL (em R\$)		
					80 pts.	100 pts.			50 pontos
			(*)						
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	6.534,75	3.168,00	3.960,00	9.702,75	10.494,75	1.980,00	8.514,75	
	II	6.098,40	3.168,00	3.960,00	9.266,40	10.058,40	1.980,00	8.078,40	
	I	5.808,00	3.168,00	3.960,00	8.976,00	9.768,00	1.980,00	7.788,00	
D	III	5.280,00	3.168,00	3.960,00	8.448,00	9.240,00	1.980,00	7.260,00	
	II	5.126,21	3.168,00	3.960,00	8.294,21	9.086,21	1.980,00	7.106,21	
	I	4.976,91	3.168,00	3.960,00	8.144,91	8.936,91	1.980,00	6.956,91	
C	III	4.651,31	3.168,00	3.960,00	7.819,31	8.611,31	1.980,00	6.631,31	
	II	4.515,84	3.168,00	3.960,00	7.683,84	8.475,84	1.980,00	6.495,84	
	I	4.384,31	3.168,00	3.960,00	7.552,31	8.344,31	1.980,00	6.364,31	
B	III	4.097,49	3.168,00	3.960,00	7.265,49	8.057,49	1.980,00	6.077,49	
	II	3.978,14	3.168,00	3.960,00	7.146,14	7.938,14	1.980,00	5.958,14	
	I	3.862,27	3.168,00	3.960,00	7.030,27	7.822,27	1.980,00	5.842,27	
A	III	3.609,60	3.168,00	3.960,00	6.777,60	7.569,60	1.980,00	5.589,60	
	II	3.504,47	3.168,00	3.960,00	6.672,47	7.464,47	1.980,00	5.484,47	
	I	3.402,40	3.168,00	3.960,00	6.570,40	7.362,40	1.980,00	5.382,40	

Os servidores titulares dos cargos de Perito Médico da Previdência Social serão automaticamente enquadrados na Carreira de Perito Médico Previdenciário, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, nos termos do anexo XIII da MP 441/08.(art.34 da Lei nº 11.907/2009)

O enquadramento de que trata o art. 34 da MP 441/08 dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretratável do servidor, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da data de publicação da MP 441/08, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XIV, com efeitos financeiros a partir da data de implantação das Tabelas de Vencimento Básico referidas no Anexo XV da MP 441/08..

Os cargos de Perito Médico da Previdência Social da Carreira de Perícia Médica da Previdência Social (a que se refere o § 9º do art. 30 da Lei 11.907/2009), transpostos para a Carreira de Perito Médico Previdenciário, passam a denominar-se Perito Médico Previdenciário (art. 7º da MP 479/2009)

* **Jornada:** É de 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho dos servidores integrantes da Carreira de Perito Médico Previdenciário. (art. 35 da Lei nº 11.907/2009 e art. 7º da Lei nº 12.269, de 2010)

* **Jornada:** Fica mantida para os ocupantes dos cargos de que trata o art. 30 da Lei nº 11.907/2009 a jornada semanal de trabalho dos cargos originários, ressalvado o direito de opção pela jornada de 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, observadas as condições estabelecidas no § 6º do art. 35 da Lei nº 11.907/2009. (art. 7º da Lei nº 12.269, de 2010). A jornada semanal de 30 horas deverá ser realizada em 6 (seis) horas diárias de forma ininterrupta.

* **Jornada:** Os ocupantes dos cargos referidos no caput do artigo 30 da Lei 11.907/2009 poderão, a qualquer tempo, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XIV-A da Lei nº 11.907/2009, condicionada ao interesse da administração, atestado pelo INSS e ao quantitativo fixado pelo Ministro de Estado da Previdência Social, optar pela jornada semanal de trabalho de trinta ou quarenta horas, mediante opção a ser formalizada a qualquer tempo, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XIV-A da Lei 11.907/2009. (art. 7º Lei nº 12.269, de 2010)

VB - Vencimento Básico (Anexo XV da MP 441/2008)

GDAPMP - Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária - GDAPMP , devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério da Previdência Social ou no INSS, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (art. 38 da Lei 11.907/2009 e art. 81 da Lei nº 12.702/2012)

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção de gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a GDAPMP no valor correspondente a oitenta pontos (pts.). art. 45 da MP 441/08

(*) A GDAPMP será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em sua respectiva jornada de trabalho semanal, ao valor estabelecido no Anexo XVI da MP 441/08.

A pontuação referente à GDAPMP será assim distribuída:

I - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional; e

II - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual.

(**) **Aposentado** - GDAPMP - art. 50 e 51 da Lei 11.907/2009

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 166 de 18.02.2004

Lei nº 10.876 de 02.06.2004

Decreto nº 5275 de 19.11.2004

Lei nº 10.997 de 15.12.2004 art. 5º, art. 6º e art. 7º

Medida Provisória nº 272 de 26.12.2005 art.4º

Lei nº 11.302 de 10.05.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 DE 30.12.2009

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 82

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 81

40. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Carreira de Supervisor Médico-Pericial

* Cargo: Supervisor Médico-Pericial - 20 horas e 40 horas

Nível Superior - 20 h

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPMP			ATIVO		GDAPMP (**) 50 pontos	APOSENTADO
			20 h	80 pontos	100 pontos	TOTAL (em R\$)			50 pontos
						(*)			
						D=(A+B)	E=(A+C)		
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	4.356,50	2.115,20	2.644,00	6.471,70	7.000,50	1.322,00	5.678,50	
	II	4.065,60	2.115,20	2.644,00	6.180,80	6.709,60	1.322,00	5.387,60	
	I	3.872,00	2.115,20	2.644,00	5.987,20	6.516,00	1.322,00	5.194,00	
D	III	3.520,00	2.115,20	2.644,00	5.635,20	6.164,00	1.322,00	4.842,00	
	II	3.417,48	2.115,20	2.644,00	5.532,68	6.061,48	1.322,00	4.739,48	
	I	3.317,94	2.115,20	2.644,00	5.433,14	5.961,94	1.322,00	4.639,94	
C	III	3.100,88	2.115,20	2.644,00	5.216,08	5.744,88	1.322,00	4.422,88	
	II	3.010,56	2.115,20	2.644,00	5.125,76	5.654,56	1.322,00	4.332,56	
	I	2.922,87	2.115,20	2.644,00	5.038,07	5.566,87	1.322,00	4.244,87	
B	III	2.731,66	2.115,20	2.644,00	4.846,86	5.375,66	1.322,00	4.053,66	
	II	2.652,09	2.115,20	2.644,00	4.767,29	5.296,09	1.322,00	3.974,09	
	I	2.574,85	2.115,20	2.644,00	4.690,05	5.218,85	1.322,00	3.896,85	
A	III	2.406,40	2.115,20	2.644,00	4.521,60	5.050,40	1.322,00	3.728,40	
	II	2.336,31	2.115,20	2.644,00	4.451,51	4.980,31	1.322,00	3.658,31	
	I	2.268,26	2.115,20	2.644,00	4.383,46	4.912,26	1.322,00	3.590,26	

Nível Superior - 40 h

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPMP			ATIVO		GDAPMP (**) 50 pontos	APOSENTADO
			* 40 h	80 pontos	100 pontos	TOTAL (em R\$)			50 pontos
						(*)			
						D=(A+B)	E=(A+C)		
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	8.713,00	4.230,40	5.288,00	12.943,40	14.001,00	2.644,00	11.357,00	
	II	8.131,20	4.230,40	5.288,00	12.361,60	13.419,20	2.644,00	10.775,20	
	I	7.744,00	4.230,40	5.288,00	11.974,40	13.032,00	2.644,00	10.388,00	
D	III	7.040,00	4.230,40	5.288,00	11.270,40	12.328,00	2.644,00	9.684,00	
	II	6.834,95	4.230,40	5.288,00	11.065,35	12.122,95	2.644,00	9.478,95	
	I	6.635,88	4.230,40	5.288,00	10.866,28	11.923,88	2.644,00	9.279,88	
C	III	6.201,75	4.230,40	5.288,00	10.432,15	11.489,75	2.644,00	8.845,75	
	II	6.021,12	4.230,40	5.288,00	10.251,52	11.309,12	2.644,00	8.665,12	
	I	5.845,75	4.230,40	5.288,00	10.076,15	11.133,75	2.644,00	8.489,75	
B	III	5.463,31	4.230,40	5.288,00	9.693,71	10.751,31	2.644,00	8.107,31	
	II	5.304,19	4.230,40	5.288,00	9.534,59	10.592,19	2.644,00	7.948,19	
	I	5.149,70	4.230,40	5.288,00	9.380,10	10.437,70	2.644,00	7.793,70	
A	III	4.812,80	4.230,40	5.288,00	9.043,20	10.100,80	2.644,00	7.456,80	
	II	4.672,62	4.230,40	5.288,00	8.903,02	9.960,62	2.644,00	7.316,62	
	I	4.536,53	4.230,40	5.288,00	8.766,93	9.824,53	2.644,00	7.180,53	

Fica facultado aos ocupantes de cargo de Supervisor Médico-Pericial da carreira de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, optarem por integrar o Quadro da Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, nos cargos efetivos de Perito Médico da Previdência Social. (art. 8º da Lei 10.997/2004)

O servidor que não formalizar a opção de enquadramento a que se refere o caput deste artigo no prazo de 90 (noventa) dias da publicação da Lei 10.997/2004 (data publicação 16.12.2004) permanecerá integrando quadro em extinção.

* **Jornada:** Os ocupantes dos cargos de Supervisor Médico-Pericial poderão, mediante opção a ser formalizada a qualquer tempo, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XIV-A da Lei 11.907/2009, condicionada ao interesse da administração, atestado pelo INSS e ao quantitativo fixado pelo Ministro de Estado da Previdência Social, exercer suas atividades em jornada de trinta horas semanais de trabalho, com remuneração proporcional. Após formalizada a opção o restabelecimento da jornada de quarenta horas semanais fica condicionada ao interesse da administração e à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, devidamente atestada pelo INSS. (art. 35-A da Lei nº 11.907/2009 e art. 7º da Lei nº 12.269/2010)

VB - Vencimento Básico (Anexo XV da MP 441/2008)

GDAPMP - Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária - GDAPMP , devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério da Previdência Social ou no INSS, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (art. 38 da Lei 11.907/2009 e art. 82 da Medida Provisória nº 568/2012)

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção de gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a GDAPMP no valor correspondente a oitenta pontos. art. 45 da MP 441/08.

(*) A GDAPMP será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em sua respectiva jornada de trabalho semanal, ao valor estabelecido no Anexo XVI da MP 441/08.

A pontuação referente à GDAPMP será assim distribuída:

I - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional; e

II - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual.

(**) **Aposentado** - GDAPMP - art. 50 e 51 da Lei 11.907/2009

Legislações Correspondentes:

Lei nº 9.620 de 02.04.98

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 166 de 18.02.2004

Lei nº 10.876 de 02.06.2004

Decreto nº 5275 de 19.11.2004

Lei nº 10.997 de 15.12.2004 art. 8º

Medida Provisória nº 272 de 26.12.2005 art.4º

Lei nº 11.302 de 10.05.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 82

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 81

40. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Carreira de Supervisor Médico-Pericial

* Cargo: Supervisor Médico-Pericial - 30 horas

Nível Superior - 30 h

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB * 30 h	GDAPMP			ATIVO		GDAPMP (**) 50 pontos	APOSENTADO
			80 pontos	100 pontos	TOTAL (em R\$)		TOTAL (em R\$)		
					80 pts.	100 pts.			50 pontos
			(*)						
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	6.534,75	3.168,00	3.960,00	9.702,75	10.494,75	1.980,00	8.514,75	
	II	6.098,40	3.168,00	3.960,00	9.266,40	10.058,40	1.980,00	8.078,40	
	I	5.808,00	3.168,00	3.960,00	8.976,00	9.768,00	1.980,00	7.788,00	
D	III	5.280,00	3.168,00	3.960,00	8.448,00	9.240,00	1.980,00	7.260,00	
	II	5.126,21	3.168,00	3.960,00	8.294,21	9.086,21	1.980,00	7.106,21	
	I	4.976,91	3.168,00	3.960,00	8.144,91	8.936,91	1.980,00	6.956,91	
C	III	4.651,31	3.168,00	3.960,00	7.819,31	8.611,31	1.980,00	6.631,31	
	II	4.515,84	3.168,00	3.960,00	7.683,84	8.475,84	1.980,00	6.495,84	
	I	4.384,31	3.168,00	3.960,00	7.552,31	8.344,31	1.980,00	6.364,31	
B	III	4.097,49	3.168,00	3.960,00	7.265,49	8.057,49	1.980,00	6.077,49	
	II	3.978,14	3.168,00	3.960,00	7.146,14	7.938,14	1.980,00	5.958,14	
	I	3.862,27	3.168,00	3.960,00	7.030,27	7.822,27	1.980,00	5.842,27	
A	III	3.609,60	3.168,00	3.960,00	6.777,60	7.569,60	1.980,00	5.589,60	
	II	3.504,47	3.168,00	3.960,00	6.672,47	7.464,47	1.980,00	5.484,47	
	I	3.402,40	3.168,00	3.960,00	6.570,40	7.362,40	1.980,00	5.382,40	

Fica facultado aos ocupantes de cargo de Supervisor Médico-Pericial da carreira de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, optarem por integrar o Quadro da Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, nos cargos efetivos de Perito Médico da Previdência Social. (art. 8º da Lei 10.997/2004)

O servidor que não formalizar a opção de enquadramento a que se refere o caput deste artigo no prazo de 90 (noventa) dias da publicação da Lei 10.997/2004 (data publicação 16.12.2004) permanecerá integrando quadro em extinção.

* **Jornada:** Os ocupantes dos cargos de Supervisor Médico-Pericial poderão, mediante opção a ser formalizada a qualquer tempo, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XIV-A da Lei 11.907/2009, condicionada ao interesse da administração, atestado pelo INSS e ao quantitativo fixado pelo Ministro de Estado da Previdência Social, exercer suas atividades em jornada de trinta horas semanais de trabalho, com remuneração proporcional. Após formalizada a opção o restabelecimento da jornada de quarenta horas semanais fica condicionada ao interesse da administração e à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, devidamente atestada pelo INSS. (art. 35-A da Lei nº 11.907/2009 e art. 7º da Lei nº 12.269/2010)

VB - Vencimento Básico (Anexo XV da MP 441/2008)

GDAPMP - Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Perícia Médica Previdenciária - GDAPMP , devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério da Previdência Social ou no INSS, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (art. 38 da Lei 11.907/2009 e art. 82 da Medida Provisória nº 568/2012)

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção de gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a GDAPMP no valor correspondente a oitenta pontos. art. 45 da MP 441/08.

(*) A GDAPMP será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em sua respectiva jornada de trabalho semanal, ao valor estabelecido no Anexo XVI da MP 441/08.

A pontuação referente à GDAPMP será assim distribuída:

I - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional; e

II - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual.

(**) **Aposentado** - GDAPMP - art. 50 e 51 da Lei 11.907/2009

Legislações Correspondentes:

Lei nº 9.620 de 02.04.98

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 166 de 18.02.2004

Lei nº 10.876 de 02.06.2004

Decreto nº 5275 de 19.11.2004

Lei nº 10.997 de 15.12.2004 art. 8º

Medida Provisória nº 272 de 26.12.2005 art.4º

Lei nº 11.302 de 10.05.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 82

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 81

41. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA *

Carreira de Fiscal Federal Agropecuário

Cargo: Fiscal Federal Agropecuário

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDFFA		ATIVO		GDFFA	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)		
ESPECIAL	IV	7.395,00	6.796,00	8.495,00	14.191,00	15.890,00	4.247,50	11.642,50
	III	7.124,28	6.694,40	8.368,00	13.818,68	15.492,28	4.184,00	11.308,28
	II	6.863,47	6.594,40	8.243,00	13.457,87	15.106,47	4.121,50	10.984,97
	I	6.612,21	6.496,00	8.120,00	13.108,21	14.732,21	4.060,00	10.672,21
C	III	6.237,93	6.351,20	7.939,00	12.589,13	14.176,93	3.969,50	10.207,43
	II	6.009,57	6.256,80	7.821,00	12.266,37	13.830,57	3.910,50	9.920,07
	I	5.789,57	6.163,20	7.704,00	11.952,77	13.493,57	3.852,00	9.641,57
B	III	5.461,86	6.026,40	7.533,00	11.488,26	12.994,86	3.766,50	9.228,36
	II	5.261,91	5.936,80	7.421,00	11.198,71	12.682,91	3.710,50	8.972,41
	I	5.069,28	5.848,00	7.310,00	10.917,28	12.379,28	3.655,00	8.724,28
A	III	4.782,34	5.717,60	7.147,00	10.499,94	11.929,34	3.573,50	8.355,84
	II	4.607,26	5.632,00	7.040,00	10.239,26	11.647,26	3.520,00	8.127,26
	I	4.438,59	5.548,00	6.935,00	9.986,59	11.373,59	3.467,50	7.906,09

* **MAPA** - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei nº 10.883/2004 - MP 431/2008)

GDFFA - Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDFFA no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.(art. 5º-A da Lei nº 10.883/04 - art. 218 da Lei nº 11.907/2009)

(*) A GDFFA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo IV da Lei nº 10.883/2004 (MP 431/2008)

A pontuação referente a GDFFA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado GDFFA § 8º do art. 5 da Lei nº 10.883/2004 (art. 44º da MP 431/2008 - Lei nº 11.784/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92	Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001
Lei nº 8.460 de 17.09.1992	Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001
Medida Provisória nº 1.588-2 de 13.11.97	Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001
Lei nº 9.620 de 02.04.98	Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Lei nº 9.641 de 25.05.98	Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Lei nº 9.775 de 21.12.98	Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001
Portaria MP nº 1.766 de 24.11.99	Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000	Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000	Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000	Lei nº 10.883 de 16.06.2004
Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000	Portaria nº 358 de 25.08.2005
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000	Portaria nº 359 de 25.08.2006
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000	Portaria nº 360 de 25.08.2007
Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000	Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 43
Medida Provisória nº 2136-33 de 28.12.2000	Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001	Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.218
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Decreto nº 3.762 de 05.03.2001	Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001	

41. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA *

* Cargo: Agente de Atividades Agropecuárias

* Cargo: Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal

Nível Intermediário

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATFA			ATIVO		GDATFA	APOSENTADO	
			80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)	
			(*)			80 pts.	100 pts.	(**)		50 pts.
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	IV	2.583,76	3.508,00	4.385,00	6.091,76	6.968,76	2.192,50	4.776,26		
	III	2.568,35	3.459,20	4.324,00	6.027,55	6.892,35	2.162,00	4.730,35		
	II	2.553,03	3.411,20	4.264,00	5.964,23	6.817,03	2.132,00	4.685,03		
	I	2.537,80	3.364,00	4.205,00	5.901,80	6.742,80	2.102,50	4.640,30		
C	III	2.507,71	3.298,40	4.123,00	5.806,11	6.630,71	2.061,50	4.569,21		
	II	2.492,75	3.252,80	4.066,00	5.745,55	6.558,75	2.033,00	4.525,75		
	I	2.477,88	3.208,00	4.010,00	5.685,88	6.487,88	2.005,00	4.482,88		
B	III	2.448,50	3.144,80	3.931,00	5.593,30	6.379,50	1.965,50	4.414,00		
	II	2.433,90	3.101,60	3.877,00	5.535,50	6.310,90	1.938,50	4.372,40		
	I	2.419,38	3.058,40	3.823,00	5.477,78	6.242,38	1.911,50	4.330,88		
A	III	2.390,69	2.998,40	3.748,00	5.389,09	6.138,69	1.874,00	4.264,69		
	II	2.376,43	2.956,80	3.696,00	5.333,23	6.072,43	1.848,00	4.224,43		
	I	2.362,26	2.916,00	3.645,00	5.278,26	6.007,26	1.822,50	4.184,76		

* Cargos de Atividades Técnicas da Fiscalização Agropecuária do Quadro de Pessoal do MAPA

Fica instituída, a partir de 1º de abril de 2002, a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, devida aos ocupantes dos cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e de Agente de Atividades Agropecuárias, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Mapa (art. 1º da Lei nº 10.484/2002 e art. 64 da Lei nº 12.702/2012)

VB - Vencimento Básico (Anexo IX da Lei nº 11.090,/2005 e Anexo XIV-A da Lei nº 11.344/2006) - Lei nº 11.784/2008

GDATFA - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

(*) A GDATFA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo da Lei nº 10.484/2002. Lei nº 11.784/2008

A pontuação referente a GDATFA será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado - GDATFA - art. 5º da Lei nº 10.484 de 03.07.2002; art. 25 da MP 295 de 29.05.2006 e art. 48 da MP 431/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 1.283 de 18.12.1950

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90 art.40 § único

Decreto nº 72.950 de 17.10.1973

Lei nº 7.079 de 21.12.1982

Lei nº 7.140 de 23.11.1983

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Lei nº 10.484 de 03.07.2002

Lei nº 10.525 de 06.08.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.699 de 09.07.2003

Decreto nº 5.008 de 08.03.2004

Portaria nº 61 de 19.04.2004

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Lei nº 11.090 de 07.01.2005 art. 27 ao art. 31

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006 art.

Lei nº 11.344 de 08.09.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 43

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.220

Lei nº 11.907 de 02.02.2009 - art. 220

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.277 de 30.06.2010 art. 2.

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.65

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art.64

41. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA *

* Cargo: Técnico de Laboratório

Nível Intermediário

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATFA			ATIVO		GDATFA	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)	50 pts	TOTAL (em R\$)		
			(*)			(**)	50 pts.		
A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)			
ESPECIAL	IV	2.583,76	3.508,00	4.385,00	6.091,76	6.968,76	2.192,50	4.776,26	
	III	2.568,35	3.459,20	4.324,00	6.027,55	6.892,35	2.162,00	4.730,35	
	II	2.553,03	3.411,20	4.264,00	5.964,23	6.817,03	2.132,00	4.685,03	
	I	2.537,80	3.364,00	4.205,00	5.901,80	6.742,80	2.102,50	4.640,30	
C	III	2.507,71	3.298,40	4.123,00	5.806,11	6.630,71	2.061,50	4.569,21	
	II	2.492,75	3.252,80	4.066,00	5.745,55	6.558,75	2.033,00	4.525,75	
	I	2.477,88	3.208,00	4.010,00	5.685,88	6.487,88	2.005,00	4.482,88	
B	III	2.448,50	3.144,80	3.931,00	5.593,30	6.379,50	1.965,50	4.414,00	
	II	2.433,90	3.101,60	3.877,00	5.535,50	6.310,90	1.938,50	4.372,40	
	I	2.419,38	3.058,40	3.823,00	5.477,78	6.242,38	1.911,50	4.330,88	
A	III	2.390,69	2.998,40	3.748,00	5.389,09	6.138,69	1.874,00	4.264,69	
	II	2.376,43	2.956,80	3.696,00	5.333,23	6.072,43	1.848,00	4.224,43	
	I	2.362,26	2.916,00	3.645,00	5.278,26	6.007,26	1.822,50	4.184,76	

*** Cargos de Atividades Técnicas da Fiscalização Agropecuária do Quadro de Pessoal do MAPA**

Fica estendida aos ocupantes dos cargos de Técnico de Laboratório pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, a partir de 1º de fevereiro de 2006, a concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, instituída pela Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002. (art. 24 da Lei nº 11.344/2006).

VB - Vencimento Básico (Anexo IX da Lei nº 11.090./2005 e Anexo XIV-A da Lei nº 11.344/2006) - Lei nº 11.784/2008

GDATFA - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

(*) A GDATFA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo da Lei nº 10.484/2002. Lei nº 11.784/2008

A pontuação referente a GDATFA será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado - GDATFA - art. 5º da Lei nº 10.484 de 03.07.2002; art. 25 da MP 295 de 29.05.2006 e art. 48 da MP 431/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 1.283 de 18.12.1950

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90 art.40 § único

Decreto nº 72.950 de 17.10.1973

Lei nº 7.079 de 21.12.1982

Lei nº 7.140 de 23.11.1983

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Lei nº 10.484 de 03.07.2002

Lei nº 10.525 de 06.08.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.699 de 09.07.2003

Decreto nº 5.008 de 08.03;2004

Portaria nº 61 de 19.04.2004

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Lei nº 11.090 de 07.01.2005 art. 27 ao art. 31

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

22 a 29

Lei nº 11.344 de 08.09.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 43

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.220

Lei nº 11.907 de 02.02.2009 - art. 220

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

41. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA *

* Cargo: Auxiliar de Laboratório

Nível Auxiliar

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATFA		ATIVO		GDATFA	APOSENTADO	
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)	
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)		50 pts.
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	IV	1.916,84	1.586,40	1.983,00	3.503,24	3.899,84	991,50	2.908,34	
	III	1.886,65	1.570,40	1.963,00	3.457,05	3.849,65	981,50	2.868,15	
	II	1.856,94	1.555,20	1.944,00	3.412,14	3.800,94	972,00	2.828,94	
	I	1.827,70	1.540,00	1.925,00	3.367,70	3.752,70	962,50	2.790,20	

* Cargos de Atividades Técnicas da Fiscalização Agropecuária do Quadro de Pessoal do MAPA

Fica estendida aos ocupantes dos cargos de Auxiliar de Laboratório pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, a partir de 1º de fevereiro de 2006, a concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, instituída pela Lei no 10.484, de 3 de julho de 2002.(art. 24 da Lei nº 11.344/2006).

VB - Vencimento Básico Anexo XIV-A da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006 - Lei nº 11.784/2008

GDATFA - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

(*) A GDATFA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo da Lei nº 10.484/2002. Lei nº 11.784/2008

A pontuação referente a GDATFA será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado - GDATFA - art. 5º da Lei nº 10.484 de 03.07.2002; art. 25 da MP 295 de 29.05.2006 e art. 48 da MP 431/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 1.283 de 18.12.1950	Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Lei nº 5.645 de 10.12.1970	Lei nº 10.699 de 09.07.2003
Lei nº 8.112 de 11.12.90 art. 40 § único	Decreto nº 5.008 de 08.03.2004
Decreto nº 72.950 de 17.10.1973	Portaria nº 61 de 19.04.2004
Lei nº 7.079 de 21.12.1982	Lei nº 10.888 de 24.06.2004
Lei nº 7.140 de 23.11.1983	Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92	Medida Provisória nº 216 de 23.09.2004
Lei nº 8.880 de 27.05.94	Lei nº 10.971 de 25.11.2004
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Lei nº 11.090 de 07.01.2005 art. 27 ao art. 31
Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001	Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001	Medida Provisória nº 295 de 29.05.2006 art. 22 a 29
Lei nº 10.331 de 18.12.2001	Lei nº 11.344 de 08.09.2006
Lei nº 10.404 de 09.01.2002	Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002	Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Decreto nº 4.247 de 22.05.2002	Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 43
Portaria nº 260 de 21.06.2002	Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Portaria nº 363 de 21.06.2002	Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.220
Lei nº 10.484 de 03.07.2002	Lei nº 11.907 de 02.02.2009 - art. 220
Lei nº 10.525 de 06.08.2002	Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Portaria nº 29 de 29.08.2002	
Portaria nº 442 de 31.10.2002	
Decreto nº 4.468 de 13.11.2002	
Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003	
Lei nº 10.697 de 02.07.2003	

42. PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS - (PCC)

Médico do Plano de Classificação de Cargos - PCC, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970

Cargo: Médico

Cargo: Médico do Trabalho

Cargo: Médico Veterinário

Jornada de Trabalho de Médico, Médico do Trabalho e Médico Veterinário é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

CLASSE	PADRÃO	VB	ATIVO						APOSENTADO	
			GDM-PCC			TOTAL (em R\$)		GDM-PCC	TOTAL (em R\$)	
			(*) 20h	(**) 80 pts.	(***) 100 pts.	80 pts.	100 pts.	(****) 50 pts.	50 pts.	
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
A	III	1.625,83	4.245,60	5.307,00	5.871,43	6.932,83	2.653,50	4.279,33		
	II	1.604,98	4.175,20	5.219,00	5.780,18	6.823,98	2.609,50	4.214,48		
	I	1.584,39	4.106,40	5.133,00	5.690,79	6.717,39	2.566,50	4.150,89		
B	VI	1.551,81	3.980,80	4.976,00	5.532,61	6.527,81	2.488,00	4.039,81		
	V	1.531,89	3.914,40	4.893,00	5.446,29	6.424,89	2.446,50	3.978,39		
	IV	1.512,24	3.849,60	4.812,00	5.361,84	6.324,24	2.406,00	3.918,24		
	III	1.492,84	3.784,80	4.731,00	5.277,64	6.223,84	2.365,50	3.858,34		
	II	1.473,68	3.721,60	4.652,00	5.195,28	6.125,68	2.326,00	3.799,68		
	I	1.454,78	3.660,00	4.575,00	5.114,78	6.029,78	2.287,50	3.742,28		
C	VI	1.424,85	3.548,00	4.435,00	4.972,85	5.859,85	2.217,50	3.642,35		
	V	1.406,57	3.488,80	4.361,00	4.895,37	5.767,57	2.180,50	3.587,07		
	IV	1.388,53	3.430,40	4.288,00	4.818,93	5.676,53	2.144,00	3.532,53		
	III	1.370,72	3.373,60	4.217,00	4.744,32	5.587,72	2.108,50	3.479,22		
	II	1.353,12	3.317,60	4.147,00	4.670,72	5.500,12	2.073,50	3.426,62		
	I	1.335,75	3.261,60	4.077,00	4.597,35	5.412,75	2.038,50	3.374,25		
D	V	1.308,27	3.161,60	3.952,00	4.469,87	5.260,27	1.976,00	3.284,27		
	IV	1.291,47	3.108,80	3.886,00	4.400,27	5.177,47	1.943,00	3.234,47		
	III	1.274,91	3.056,00	3.820,00	4.330,91	5.094,91	1.910,00	3.184,91		
	II	1.258,56	3.004,80	3.756,00	4.263,36	5.014,56	1.878,00	3.136,56		
I	1.242,41	2.955,20	3.694,00	4.197,61	4.936,41	1.847,00	3.089,41			

Nível Superior - 40 h

CLASSE	PADRÃO	VB	ATIVO						APOSENTADO	
			GDM-PCC			TOTAL (em R\$)		GDM-PCC	TOTAL (em R\$)	
			(*) 40h	(**) 80 pts.	(***) 100 pts.	80 pts.	100 pts.	(****) 50 pts.	50 pts.	
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
A	III	3.251,66	4.245,60	5.307,00	7.497,26	8.558,66	2.653,50	5.905,16		
	II	3.209,96	4.175,20	5.219,00	7.385,16	8.428,96	2.609,50	5.819,46		
	I	3.168,78	4.106,40	5.133,00	7.275,18	8.301,78	2.566,50	5.735,28		
B	VI	3.103,62	3.980,80	4.976,00	7.084,42	8.079,62	2.488,00	5.591,62		
	V	3.063,78	3.914,40	4.893,00	6.978,18	7.956,78	2.446,50	5.510,28		
	IV	3.024,48	3.849,60	4.812,00	6.874,08	7.836,48	2.406,00	5.430,48		
	III	2.985,68	3.784,80	4.731,00	6.770,48	7.716,68	2.365,50	5.351,18		
	II	2.947,36	3.721,60	4.652,00	6.668,96	7.599,36	2.326,00	5.273,36		
	I	2.909,56	3.660,00	4.575,00	6.569,56	7.484,56	2.287,50	5.197,06		
C	VI	2.849,70	3.548,00	4.435,00	6.397,70	7.284,70	2.217,50	5.067,20		
	V	2.813,14	3.488,80	4.361,00	6.301,94	7.174,14	2.180,50	4.993,64		
	IV	2.777,06	3.430,40	4.288,00	6.207,46	7.065,06	2.144,00	4.921,06		
	III	2.741,44	3.373,60	4.217,00	6.115,04	6.958,44	2.108,50	4.849,94		
	II	2.706,24	3.317,60	4.147,00	6.023,84	6.853,24	2.073,50	4.779,74		
	I	2.671,50	3.261,60	4.077,00	5.933,10	6.748,50	2.038,50	4.710,00		
D	V	2.616,54	3.161,60	3.952,00	5.778,14	6.568,54	1.976,00	4.592,54		
	IV	2.582,94	3.108,80	3.886,00	5.691,74	6.468,94	1.943,00	4.525,94		
	III	2.549,82	3.056,00	3.820,00	5.605,82	6.369,82	1.910,00	4.459,82		
	II	2.517,12	3.004,80	3.756,00	5.521,92	6.273,12	1.878,00	4.395,12		
I	2.484,82	2.955,20	3.694,00	5.440,02	6.178,82	1.847,00	4.331,82			

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

VB - Vencimento Básico

(*) VB - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-PCC - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-PCC devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, Médico do Trabalho e Médico Veterinário, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-PCC terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-PCC será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 3.780 de 12.07.1960

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90 art. 40 § único

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.460 de 17.09.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002

Decreto 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Lei nº 10.525 de 06.08.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.699 de 09.07.2003

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 288 de 30.03.2006

Lei nº 11.321 de 07.07.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 93

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

42. PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS - (PCC)

Cargos de Nível Superior:

Cargo: Engenheiro Agrônomo (Exceto INCRA) do PCC

Cargo: Farmacêutico do PCC

Cargo: Químico do PCC

(Servidores alcançados pelo Anexo V da Lei nº 9.367/96 e Lei nº 6.550/78 conforme art. 1º da Lei nº 10.404/2002)

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	ANEXO IX	GDATA		ATIVO		GDATA	APOSENTADO
				60 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		30 pts.	TOTAL (em R\$) - 30 pts.
				(*)		60 pts.	100 pts.	(**)	
	A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)	
A	III	1.625,83	115,62	3.225,00	5.375,00	4.966,45	7.116,45	1.612,50	3.353,95
	II	1.604,98	112,01	3.133,80	5.223,00	4.850,79	6.939,99	1.566,90	3.283,89
	I	1.584,39	108,52	3.045,60	5.076,00	4.738,51	6.768,91	1.522,80	3.215,71
B	VI	1.551,81	105,14	2.898,00	4.830,00	4.554,95	6.486,95	1.449,00	3.105,95
	V	1.531,89	101,86	2.816,40	4.694,00	4.450,15	6.327,75	1.408,20	3.041,95
	IV	1.512,24	98,68	2.737,20	4.562,00	4.348,12	6.172,92	1.368,60	2.979,52
	III	1.492,84	95,61	2.659,80	4.433,00	4.248,25	6.021,45	1.329,90	2.918,35
	II	1.473,68	93,13	2.584,80	4.308,00	4.151,61	5.874,81	1.292,40	2.859,21
	I	1.454,78	89,73	2.512,20	4.187,00	4.056,71	5.731,51	1.256,10	2.800,61
C	VI	1.424,85	86,94	2.390,40	3.984,00	3.902,19	5.495,79	1.195,20	2.706,99
	V	1.406,57	84,23	2.323,20	3.872,00	3.814,00	5.362,80	1.161,60	2.652,40
	IV	1.388,53	81,59	2.257,80	3.763,00	3.727,92	5.233,12	1.128,90	2.599,02
	III	1.370,72	79,05	2.194,20	3.657,00	3.643,97	5.106,77	1.097,10	2.546,87
	II	1.353,12	76,59	2.132,40	3.554,00	3.562,11	4.983,71	1.066,20	2.495,91
	I	1.335,75	74,18	2.072,40	3.454,00	3.482,33	4.863,93	1.036,20	2.446,13
D	V	1.308,27	71,88	1.971,60	3.286,00	3.351,75	4.666,15	985,80	2.365,95
	IV	1.291,47	69,64	1.915,80	3.193,00	3.276,91	4.554,11	957,90	2.319,01
	III	1.274,91	67,47	1.861,80	3.103,00	3.204,18	4.445,38	930,90	2.273,28
	II	1.258,56	65,36	1.809,60	3.016,00	3.133,52	4.339,92	904,80	2.228,72
	I	1.242,41	63,32	1.758,60	2.931,00	3.064,33	4.236,73	879,30	2.185,03

VB - Vencimento Básico - Anexo XL da MP 441/2008)

GAE - Gratificação de Atividade Executiva - 160% sobre o vencimento básico - Lei Delegada nº 13/1992

ANEXO IX - da Lei nº 8.460/92 - valor fixado em tabela (com reajuste linear)

GDATA - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa

Cálculo da GDATA - Valor dos pontos estabelecido na Lei nº 10.971/04

(*) O limite global de pontuação mensal por nível de que dispõe cada órgão ou entidade para ser atribuído aos servidores, em cada ciclo de avaliação, corresponderá a 60 (sessenta) vezes o número de servidores ativos por nível, que faz jus à GDATA, em exercício no órgão ou entidade.(art. 3º da Lei 10.971/2004)

A GDATA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seu respectivo nível, ao valor estabelecido no Anexo I à Lei nº 10.971, de 25 de novembro de 2004.. (art.67 da Lei nº 12.702/2012)

A GDATA será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a GAE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

GDATA instituída a partir de 1º de fevereiro de 2002 devida aos servidores alcançados pelo Anexo V à Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, e pela Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, que não estejam organizados em carreira, que não tenham tido alteração em sua estrutura remuneratória entre 30 de setembro de 2001 e a data da publicação desta Lei, bem como não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual ou institucional ou a produção, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal.(art 1º da Lei nº 10.404/2002 e art. 68 da MP nº 568/2012)

(**) **Aposentado** - GAE - integrará os proventos da aposentadoria e as pensões, Lei Delegada nº 13 de 27.08.1982

(**) **Aposentado** - GDATA art. 5º da Lei nº 10.404 de 10.01.2002

Legislações Correspondentes:

Lei nº 3.780 de 12.07.1960

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90 art. 40 § único

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.460 de 17.09.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002

Decreto 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Lei nº 10.525 de 06.08.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.699 de 09.07.2003

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 288 de 30.03.2006

Lei nº 11.321 de 07.07.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 68, art.69 e art.93

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 67, art. 68 e art. 90

42. PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS - (PCC)

Cargos de Nível Superior do PCC

(Servidores alcançados pelo Anexo V da Lei nº 9.367/96 e Lei nº 6.550/78 conforme art. 1º da Lei nº 10.404/2002)

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATA		ATIVO		GDATA	APOSENTADO
			60 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		30 pts.	TOTAL (em R\$) - 30 pts.
			(*)		60 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
A	III	1.625,83	3.225,00	5.375,00	4.850,83	7.000,83	1.612,50	3.238,33
	II	1.604,98	3.133,80	5.223,00	4.738,78	6.827,98	1.566,90	3.171,88
	I	1.584,39	3.045,60	5.076,00	4.629,99	6.660,39	1.522,80	3.107,19
B	VI	1.551,81	2.898,00	4.830,00	4.449,81	6.381,81	1.449,00	3.000,81
	V	1.531,89	2.816,40	4.694,00	4.348,29	6.225,89	1.408,20	2.940,09
	IV	1.512,24	2.737,20	4.562,00	4.249,44	6.074,24	1.368,60	2.880,84
	III	1.492,84	2.659,80	4.433,00	4.152,64	5.925,84	1.329,90	2.822,74
	II	1.473,68	2.584,80	4.308,00	4.058,48	5.781,68	1.292,40	2.766,08
	I	1.454,78	2.512,20	4.187,00	3.966,98	5.641,78	1.256,10	2.710,88
C	VI	1.424,85	2.390,40	3.984,00	3.815,25	5.408,85	1.195,20	2.620,05
	V	1.406,57	2.323,20	3.872,00	3.729,77	5.278,57	1.161,60	2.568,17
	IV	1.388,53	2.257,80	3.763,00	3.646,33	5.151,53	1.128,90	2.517,43
	III	1.370,72	2.194,20	3.657,00	3.564,92	5.027,72	1.097,10	2.467,82
	II	1.353,12	2.132,40	3.554,00	3.485,52	4.907,12	1.066,20	2.419,32
	I	1.335,75	2.072,40	3.454,00	3.408,15	4.789,75	1.036,20	2.371,95
D	V	1.308,27	1.971,60	3.286,00	3.279,87	4.594,27	985,80	2.294,07
	IV	1.291,47	1.915,80	3.193,00	3.207,27	4.484,47	957,90	2.249,37
	III	1.274,91	1.861,80	3.103,00	3.136,71	4.377,91	930,90	2.205,81
	II	1.258,56	1.809,60	3.016,00	3.068,16	4.274,56	904,80	2.163,36
	I	1.242,41	1.758,60	2.931,00	3.001,01	4.173,41	879,30	2.121,71

VB - Vencimento Básico - Anexo XL da MP 441/2008)

GDATA - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa

Cálculo da GDATA - Valor dos pontos estabelecido na Lei nº 10.971/04

(*) O limite global de pontuação mensal por nível de que dispõe cada órgão ou entidade para ser atribuído aos servidores, em cada ciclo de avaliação, corresponderá a 60 (sessenta) vezes o número de servidores ativos por nível, que faz jus à GDATA, em exercício no órgão ou entidade.(art. 3º da Lei 10.971/2004)

A GDATA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seu respectivo nível, ao valor estabelecido no Anexo I à Lei nº 10.971, de 25 de novembro de 2004. (art.67 da Lei nº 12.702/2012)

A GDATA será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a GAE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

GDATA instituída a partir de 1º de fevereiro de 2002 devida aos servidores alcançados pelo Anexo V à Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, e pela Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, que não estejam organizados em carreira, que não tenham tido alteração em sua estrutura remuneratória entre 30 de setembro de 2001 e a data da publicação desta Lei, bem como não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual ou institucional ou a produção, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal. (art 1º da Lei nº 10.404/2002 e art. 68 da MP nº 568/2012)

(**) **Aposentado** - GAE - integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. Lei Delegada nº 13 de 27.08.1982

(**) **Aposentado** - GDATA art. 5º da Lei nº 10.404 de 10.01.2002

Legislações Correspondentes:

Lei nº 3.780 de 12.07.1960

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90 art. 40 § único

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.460 de 17.09.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002

Decreto 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Lei nº 10.525 de 06.08.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.699 de 09.07.2003

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 288 de 30.03.2006

Lei nº 11.321 de 07.07.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 68, art.69 e art.93

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 67, art. 68 e art. 90

42. PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS - (PCC)

Cargos de Nível Intermediário do PCC

(Servidores alcançados pelo Anexo V da Lei nº 9.367/96 e Lei nº 6.550/78 conforme art. 1º da Lei nº 10.404/2002)

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATA		ATIVO		GDATA	APOSENTADO
			60 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		30 pts.	TOTAL (em R\$) - 30 pts.
			(*)		60 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
A	III	1.261,26	420,00	700,00	1.681,26	1.961,26	210,00	1.471,26
	II	1.260,01	420,00	700,00	1.680,01	1.960,01	210,00	1.470,01
	I	1.258,76	420,00	700,00	1.678,76	1.958,76	210,00	1.468,76
B	VI	1.257,52	420,00	700,00	1.677,52	1.957,52	210,00	1.467,52
	V	1.256,27	420,00	700,00	1.676,27	1.956,27	210,00	1.466,27
	IV	1.255,02	420,00	700,00	1.675,02	1.955,02	210,00	1.465,02
	III	1.253,77	420,00	700,00	1.673,77	1.953,77	210,00	1.463,77
	II	1.252,52	420,00	700,00	1.672,52	1.952,52	210,00	1.462,52
	I	1.251,28	420,00	700,00	1.671,28	1.951,28	210,00	1.461,28
C	VI	1.250,03	420,00	700,00	1.670,03	1.950,03	210,00	1.460,03
	V	1.248,78	420,00	700,00	1.668,78	1.948,78	210,00	1.458,78
	IV	1.247,53	420,00	700,00	1.667,53	1.947,53	210,00	1.457,53
	III	1.246,28	420,00	700,00	1.666,28	1.946,28	210,00	1.456,28
	II	1.245,04	420,00	700,00	1.665,04	1.945,04	210,00	1.455,04
D	I	1.243,79	420,00	700,00	1.663,79	1.943,79	210,00	1.453,79
	V	1.242,54	420,00	700,00	1.662,54	1.942,54	210,00	1.452,54
	IV	1.241,29	420,00	700,00	1.661,29	1.941,29	210,00	1.451,29
	III	1.240,04	420,00	700,00	1.660,04	1.940,04	210,00	1.450,04
	II	1.238,80	420,00	700,00	1.658,80	1.938,80	210,00	1.448,80
	I	1.237,55	420,00	700,00	1.657,55	1.937,55	210,00	1.447,55

VB - Vencimento Básico - Anexo XL da MP 441/2008)

GAE - Gratificação de Atividade Executiva - 160% sobre o vencimento básico - Lei Delegada nº 13/1992

GDATA - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa

Cálculo da GDATA - Valor dos pontos estabelecido na Lei nº 10.971/04

(*) O limite global de pontuação mensal por nível de que dispõe cada órgão ou entidade para ser atribuído aos servidores, em cada ciclo de avaliação, corresponderá a 60 (sessenta) vezes o número de servidores ativos por nível, que faz jus à GDATA, em exercício no órgão ou entidade.(art. 3º da Lei 10.971/2004)

A GDATA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seu respectivo nível, ao valor estabelecido no Anexo I à Lei nº 10.971, de 25 de novembro de 2004. (art.67 da Lei nº 12.702/2012)

A GDATA será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a GAE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

GDATA instituída a partir de 1º de fevereiro de 2002 devida aos servidores alcançados pelo Anexo V à Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, e pela Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, que não estejam organizados em carreira, que não tenham tido alteração em sua estrutura remuneratória entre 30 de setembro de 2001 e a data da publicação desta Lei, bem como não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual ou institucional ou a produção, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal. (art 1º da Lei nº 10.404/2002 e art. 68 da MP nº 568/2012)

(**) **Aposentado** - GAE - integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. Lei Delegada nº 13 de 27.08.1982

(**) **Aposentado** - GDATA art. 5º da Lei nº 10.404 de 10.01.2002 e art. 3º da Lei 10.971/2004

Legislações Correspondentes:

Lei nº 3.780 de 12.07.1960

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90 art. 40 § único

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.460 de 17.09.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002

Decreto 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Lei nº 10.525 de 06.08.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.699 de 09.07.2003

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 288 de 30.03.2006

Lei nº 11.321 de 07.07.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 68, art.69 e art.93

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 67, art. 68 e art. 90

42. PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS - (PCC)

Cargos de Nível Auxiliar do PCC

(Servidores alcançados pelo Anexo V da Lei nº 9.367/96 e Lei nº 6.550/78 conforme art. 1º da Lei nº 10.404/2002)

Nível Auxiliar

		Posição: julho/2012							
CLASSE	PADRÃO	VB	GDATA		ATIVO		GDATA	APOSENTADO	
			60 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		30 pts.	TOTAL (em R\$) - 30 pts.	
			(*)		60 pts.	100 pts.	(**)		
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
A	III	1.258,66	244,20	407,00	1.502,86	1.665,66	122,10	1.380,76	
	II	1.257,41	244,20	407,00	1.501,61	1.664,41	122,10	1.379,51	
	I	1.256,16	244,20	407,00	1.500,36	1.663,16	122,10	1.378,26	
B	VI	1.254,92	244,20	407,00	1.499,12	1.661,92	122,10	1.377,02	
	V	1.253,67	244,20	407,00	1.497,87	1.660,67	122,10	1.375,77	
	IV	1.252,42	244,20	407,00	1.496,62	1.659,42	122,10	1.374,52	
	III	1.251,17	244,20	407,00	1.495,37	1.658,17	122,10	1.373,27	
	II	1.249,92	244,20	407,00	1.494,12	1.656,92	122,10	1.372,02	
	I	1.248,68	244,20	407,00	1.492,88	1.655,68	122,10	1.370,78	
C	VI	1.247,43	244,20	407,00	1.491,63	1.654,43	122,10	1.369,53	
	V	1.246,18	244,20	407,00	1.490,38	1.653,18	122,10	1.368,28	
	IV	1.244,93	244,20	407,00	1.489,13	1.651,93	122,10	1.367,03	
	III	1.243,68	244,20	407,00	1.487,88	1.650,68	122,10	1.365,78	
	II	1.242,44	244,20	407,00	1.486,64	1.649,44	122,10	1.364,54	
	I	1.241,19	244,20	407,00	1.485,39	1.648,19	122,10	1.363,29	
D	V	1.239,94	244,20	407,00	1.484,14	1.646,94	122,10	1.362,04	
	IV	1.238,69	244,20	407,00	1.482,89	1.645,69	122,10	1.360,79	
	III	1.237,44	244,20	407,00	1.481,64	1.644,44	122,10	1.359,54	
	II	1.236,20	244,20	407,00	1.480,40	1.643,20	122,10	1.358,30	
	I	1.234,97	244,20	407,00	1.479,17	1.641,97	122,10	1.357,07	

VB - Vencimento Básico - Anexo XL da MP 441/2008)

GDATA - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa

Cálculo da GDATA - Valor dos pontos estabelecido na Lei nº 10.971/04

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 60 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

A GDATA será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seu respectivo nível, ao valor estabelecido no Anexo I à Lei nº 10.971, de 25 de novembro de 2004. (art.67 da Lei nº 12.702/2012)

A GDATA será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a GAE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

GDATA instituída a partir de 1º de fevereiro de 2002 devida aos servidores alcançados pelo Anexo V à Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, e pela Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, que não estejam organizados em carreira, que não tenham tido alteração em sua estrutura remuneratória entre 30 de setembro de 2001 e a data da publicação desta Lei, bem como não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual ou institucional ou a produção, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal. (art 1º da Lei nº 10.404/2002 e art. 68 da MP nº 568/2012)

(**) **Aposentado** - GAE - integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. Lei Delegada nº 13 de 27.08.1982

(**) **Aposentado** - GDATA art. 5º da Lei nº 10.404 de 10.01.2002

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.112 de 11.12.90 art. 40 § único

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 de 13.07.93 - art.4º

Lei nº 8.860 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Lei nº 10.525 de 06.08.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.699 de 09.07.2003

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 68, art.69 e art.93

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 67, art. 68 e art. 90

43. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA

* Médico do Plano Especial de Cargos da Cultura de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005

Cargo: Médico-Profissional Técnico Superior

Jornada de Trabalho de Médico-Profissional Técnico Superior é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-Cultura			ATIVO		GDM-Cultura	APOSENTADO
			TOTAL (em R\$)			TOTAL (em R\$)			TOTAL (em R\$)
			(*) 20h	(**) 80 pts.	(***) 100 pts.	80 pts.	100 pts.		(****) 50 pts.
A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)			
ESPECIAL	III	3.383,00	1.813,60	2.267,00	5.196,60	5.650,00	1.133,50	4.516,50	
	II	3.290,86	1.778,40	2.223,00	5.069,26	5.513,86	1.111,50	4.402,36	
	I	3.201,23	1.743,20	2.179,00	4.944,43	5.380,23	1.089,50	4.290,73	
C	VI	3.107,99	1.712,00	2.140,00	4.819,99	5.247,99	1.070,00	4.177,99	
	V	3.023,34	1.678,40	2.098,00	4.701,74	5.121,34	1.049,00	4.072,34	
	IV	2.940,99	1.645,60	2.057,00	4.586,59	4.997,99	1.028,50	3.969,49	
	III	2.860,89	1.613,60	2.017,00	4.474,49	4.877,89	1.008,50	3.869,39	
	II	2.782,97	1.581,60	1.977,00	4.364,57	4.759,97	988,50	3.771,47	
	I	2.707,17	1.550,40	1.938,00	4.257,57	4.645,17	969,00	3.676,17	
B	VI	2.628,32	1.512,80	1.891,00	4.141,12	4.519,32	945,50	3.573,82	
	V	2.556,73	1.483,20	1.854,00	4.039,93	4.410,73	927,00	3.483,73	
	IV	2.487,09	1.454,40	1.818,00	3.941,49	4.305,09	909,00	3.396,09	
	III	2.419,35	1.425,60	1.782,00	3.844,95	4.201,35	891,00	3.310,35	
	II	2.353,45	1.397,60	1.747,00	3.751,05	4.100,45	873,50	3.226,95	
A	I	2.289,35	1.370,40	1.713,00	3.659,75	4.002,35	856,50	3.145,85	
	V	2.222,67	1.336,80	1.671,00	3.559,47	3.893,67	835,50	3.058,17	
	IV	2.162,13	1.310,40	1.638,00	3.472,53	3.800,13	819,00	2.981,13	
	III	2.103,24	1.284,80	1.606,00	3.388,04	3.709,24	803,00	2.906,24	
	II	2.045,95	1.260,00	1.575,00	3.305,95	3.620,95	787,50	2.833,45	
	I	1.990,22	1.235,20	1.544,00	3.225,42	3.534,22	772,00	2.762,22	

Nível Superior - 40 h

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-Cultura			ATIVO		GDM-Cultura	APOSENTADO
			TOTAL (em R\$)			TOTAL (em R\$)			TOTAL (em R\$)
			(*) 40h	(**) 80 pts.	(***) 100 pts.	80 pts.	100 pts.		(****) 50 pts.
A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)			
ESPECIAL	III	6.766,00	1.813,60	2.267,00	8.579,60	9.033,00	1.133,50	7.899,50	
	II	6.581,72	1.778,40	2.223,00	8.360,12	8.804,72	1.111,50	7.693,22	
	I	6.402,46	1.743,20	2.179,00	8.145,66	8.581,46	1.089,50	7.491,96	
C	VI	6.215,98	1.712,00	2.140,00	7.927,98	8.355,98	1.070,00	7.285,98	
	V	6.046,68	1.678,40	2.098,00	7.725,08	8.144,68	1.049,00	7.095,68	
	IV	5.881,98	1.645,60	2.057,00	7.527,58	7.938,98	1.028,50	6.910,48	
	III	5.721,78	1.613,60	2.017,00	7.335,38	7.738,78	1.008,50	6.730,28	
	II	5.565,94	1.581,60	1.977,00	7.147,54	7.542,94	988,50	6.554,44	
	I	5.414,34	1.550,40	1.938,00	6.964,74	7.352,34	969,00	6.383,34	
B	VI	5.256,64	1.512,80	1.891,00	6.769,44	7.147,64	945,50	6.202,14	
	V	5.113,46	1.483,20	1.854,00	6.596,66	6.967,46	927,00	6.040,46	
	IV	4.974,18	1.454,40	1.818,00	6.428,58	6.792,18	909,00	5.883,18	
	III	4.838,70	1.425,60	1.782,00	6.264,30	6.620,70	891,00	5.729,70	
	II	4.706,90	1.397,60	1.747,00	6.104,50	6.453,90	873,50	5.580,40	
A	I	4.578,70	1.370,40	1.713,00	5.949,10	6.291,70	856,50	5.435,20	
	V	4.445,34	1.336,80	1.671,00	5.782,14	6.116,34	835,50	5.280,84	
	IV	4.324,26	1.310,40	1.638,00	5.634,66	5.962,26	819,00	5.143,26	
	III	4.206,48	1.284,80	1.606,00	5.491,28	5.812,48	803,00	5.009,48	
	II	4.091,90	1.260,00	1.575,00	5.351,90	5.666,90	787,50	4.879,40	
	I	3.980,44	1.235,20	1.544,00	5.215,64	5.524,44	772,00	4.752,44	

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico-Profissional Técnico Superior, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* Fica estruturado o Plano Especial de Cargos da Cultura, composto pelos cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112/90, que não estejam organizados em carreiras, pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério da Cultura, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, da Fundação Nacional de Arte - FUNARTE, da Fundação Biblioteca Nacional - FBN e da Fundação Cultural Palmares - FCP, em 30 de julho de 2005, ou que venham a ser redistribuídos para esses Quadros, desde que as redistribuições tenham sido requeridas até 12 de julho de 2005, mediante enquadramento dos servidores, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I da Lei nº 11.233/2005.

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-Cultura - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos da Cultura de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-Cultura devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico-Profissional Técnico Superior quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-Cultura terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-Cultura será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Lei nº 11.233 de 22.12.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

43. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA

* Cargos: Nível Superior - art. 1º da Lei nº 11.233/2005

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAC		ATIVO		GDAC	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
	A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	3.383,00	2.893,60	3.617,00	6.276,60	7.000,00	1.808,50	5.191,50
	II	3.290,86	2.827,20	3.534,00	6.118,06	6.824,86	1.767,00	5.057,86
	I	3.201,23	2.762,40	3.453,00	5.963,63	6.654,23	1.726,50	4.927,73
C	VI	3.107,99	2.631,20	3.289,00	5.739,19	6.396,99	1.644,50	4.752,49
	V	3.023,34	2.570,40	3.213,00	5.593,74	6.236,34	1.606,50	4.629,84
	IV	2.940,99	2.511,20	3.139,00	5.452,19	6.079,99	1.569,50	4.510,49
	III	2.860,89	2.453,60	3.067,00	5.314,49	5.927,89	1.533,50	4.394,39
	II	2.782,97	2.397,60	2.997,00	5.180,57	5.779,97	1.498,50	4.281,47
	I	2.707,17	2.342,40	2.928,00	5.049,57	5.635,17	1.464,00	4.171,17
B	VI	2.628,32	2.231,20	2.789,00	4.859,52	5.417,32	1.394,50	4.022,82
	V	2.556,73	2.180,00	2.725,00	4.736,73	5.281,73	1.362,50	3.919,23
	IV	2.487,09	2.129,60	2.662,00	4.616,69	5.149,09	1.331,00	3.818,09
	III	2.419,35	2.080,80	2.601,00	4.500,15	5.020,35	1.300,50	3.719,85
	II	2.353,45	2.032,80	2.541,00	4.386,25	4.894,45	1.270,50	3.623,95
	I	2.289,35	1.986,40	2.483,00	4.275,75	4.772,35	1.241,50	3.530,85
A	V	2.222,67	1.892,00	2.365,00	4.114,67	4.587,67	1.182,50	3.405,17
	IV	2.162,13	1.848,80	2.311,00	4.010,93	4.473,13	1.155,50	3.317,63
	III	2.103,24	1.806,40	2.258,00	3.909,64	4.361,24	1.129,00	3.232,24
	II	2.045,95	1.764,80	2.206,00	3.810,75	4.251,95	1.103,00	3.148,95
	I	1.990,22	1.724,00	2.155,00	3.714,22	4.145,22	1.077,50	3.067,72

* Fica estruturado o Plano Especial de Cargos da Cultura, composto pelos cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112/90, que não estejam organizados em carreiras, pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério da Cultura, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, da Fundação Nacional de Arte - FUNARTE, da Fundação Biblioteca Nacional - FBN e da Fundação Cultural Palmares - FCP, em 30 de julho de 2005, ou que venham a ser redistribuídos para esses Quadros, desde que as redistribuições tenham sido requeridas até 12 de julho de 2005, mediante enquadramento dos servidores, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I da Lei nº 11.233/2005.

VB - Vencimento Básico (Anexo IV-A da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005 - MP 431/2008)

GDAC - Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural

(*) Até que seja regulamentada a GDAC e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrarem o Plano Especial de Cargos da Cultura perceberão a GDAC em valor correspondente a oitenta por cento de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor

(*) A GDAC será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-C da Lei nº 11.233/2005 (alteração dada MP 431/2008)

A pontuação a que se refere a GDAC será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado GDAC art. 2º-E § 4º da Lei nº 11.233/2005 (art. 8º da MP 431/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Lei nº 11.233 de 22.12.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 92

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 89

43. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA

* Cargos : Nível Intermediário - 1º da Lei nº 11.233/2005

Nível Intermediário

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAC		ATIVO		GDAC	Posição: julho/2012
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	APOSENTADO
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	TOTAL (em R\$)
A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	50 pts.	
ESPECIAL	III	1.923,11	955,20	1.194,00	2.878,31	3.117,11	597,00	2.520,11
	II	1.904,07	943,20	1.179,00	2.847,27	3.083,07	589,50	2.493,57
	I	1.885,22	932,00	1.165,00	2.817,22	3.050,22	582,50	2.467,72
C	VI	1.857,36	916,80	1.146,00	2.774,16	3.003,36	573,00	2.430,36
	V	1.838,97	905,60	1.132,00	2.744,57	2.970,97	566,00	2.404,97
	IV	1.820,76	894,40	1.118,00	2.715,16	2.938,76	559,00	2.379,76
	III	1.802,73	884,00	1.105,00	2.686,73	2.907,73	552,50	2.355,23
	II	1.784,88	873,60	1.092,00	2.658,48	2.876,88	546,00	2.330,88
	I	1.767,21	863,20	1.079,00	2.630,41	2.846,21	539,50	2.306,71
B	VI	1.741,09	849,60	1.062,00	2.590,69	2.803,09	531,00	2.272,09
	V	1.723,85	839,20	1.049,00	2.563,05	2.772,85	524,50	2.248,35
	IV	1.706,78	829,60	1.037,00	2.536,38	2.743,78	518,50	2.225,28
	III	1.689,88	820,00	1.025,00	2.509,88	2.714,88	512,50	2.202,38
	II	1.673,15	810,40	1.013,00	2.483,55	2.686,15	506,50	2.179,65
I	1.656,58	800,80	1.001,00	2.457,38	2.657,58	500,50	2.157,08	
A	V	1.632,10	788,80	986,00	2.420,90	2.618,10	493,00	2.125,10
	IV	1.615,94	780,00	975,00	2.395,94	2.590,94	487,50	2.103,44
	III	1.599,94	771,20	964,00	2.371,14	2.563,94	482,00	2.081,94
	II	1.584,10	762,40	953,00	2.346,50	2.537,10	476,50	2.060,60
	I	1.568,42	753,60	942,00	2.322,02	2.510,42	471,00	2.039,42

* Fica estruturado o Plano Especial de Cargos da Cultura, composto pelos cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112/90, que não estejam organizados em carreiras, pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério da Cultura, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, da Fundação Nacional de Arte - FUNARTE, da Fundação Biblioteca Nacional - FBN e da Fundação Cultural Palmares - FCP, em 30 de julho de 2005, ou que venham a ser redistribuídos para esses Quadros, desde que as redistribuições tenham sido requeridas até 12 de julho de 2005, mediante enquadramento dos servidores, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I da Lei nº 11.233/2005.

VB - Vencimento Básico (Anexo IV-A da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005 - MP 431/2008)

GDAC - Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural

(*) Até que seja regulamentada a GDAC e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integram o Plano Especial de Cargos da Cultura perceberão a GDAC em valor correspondente a oitenta por cento de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor,

(*) A GDAC será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-C da Lei nº 11.233/2005 (alteração dada MP 431/2008)

A pontuação a que se refere a GDAC será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado GDAC art. 2º-E § 4º da Lei nº 11.233/2005 (art. 8º da MP 431/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Lei nº 11.233 de 22.12.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 92

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 89

43. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA

* Cargos: Nível Auxiliar - art. 1º da Lei nº 11.233/2005)

Nível Auxiliar

CLASSE	PADRÃO	VB	GEEAC	GDAC		ATIVO		GDAC	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
				A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)
ESPECIAL	III	1.159,56	713,27	237,60	297,00	2.110,43	2.169,83	148,50	2.021,33
	II	1.158,46	649,88	232,80	291,00	2.041,14	2.099,34	145,50	1.953,84
	I	1.157,36	588,75	228,80	286,00	1.974,91	2.032,11	143,00	1.889,11

VB - Vencimento Básico (Anexo IV-A da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005 - MP 431/2008)

* Fica estruturado o Plano Especial de Cargos da Cultura, composto pelos cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112/90, que não estejam organizados em carreiras, pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério da Cultura, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, da Fundação Nacional de Arte - FUNARTE, da Fundação Biblioteca Nacional - FBN e da Fundação Cultural Palmares - FCP, em 30 de julho de 2005, ou que venham a ser redistribuídos para esses Quadros, desde que as redistribuições tenham sido requeridas até 12 de julho de 2005, mediante enquadramento dos servidores, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I da Lei nº 11.233/2005.

GEAAC - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Cultura

Os valores da GEAAC são os estabelecidos no Anexo V-B (art. 2º-D da Lei nº 11.233/2005 e MP 431/2008)

GDAC - Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural

(*) Até que seja regulamentada a GDAC e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrarem o Plano Especial de Cargos da Cultura perceberão a GDAC em valor correspondente a oitenta por cento de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor,

(*) A GDAC será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-C da Lei nº 11.233/2005 (alteração dada MP 431/2008)

A pontuação a que se refere a GDAC será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado GDAC art. 2º-E § 4º da Lei nº 11.233/2005 (art. 8º da MP 431/2008)

(**) Aposentado GEAAC - integrará os proventos da aposentadoria e as pensões (art. 312 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

nº Decreto 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Lei nº 11.233 de 22.12.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2011

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 92

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 89

44. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003

Cargo: Médico

Cargo: Médico Veterinário

Jornada de Trabalho de Médico e Médico Veterinário é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

CLASSE	PADRÃO	VB (*) 20h A	GDM-PECPF			ATIVO		GDM-PECPF (****) 50 pts. F	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts. G=(A+F)
			(**) 80 pts. B	(***) 100 pts. C	TOTAL (em R\$)		TOTAL (em R\$)		
					80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)			
ESPECIAL	III	3.230,70	2.267,20	2.834,00	5.497,90	6.064,70	1.417,00	4.647,70	
	II	3.167,35	2.212,00	2.765,00	5.379,35	5.932,35	1.382,50	4.549,85	
	I	3.105,25	2.158,40	2.698,00	5.263,65	5.803,25	1.349,00	4.454,25	
C	VI	3.014,81	2.085,60	2.607,00	5.100,41	5.621,81	1.303,50	4.318,31	
	V	2.955,70	2.034,40	2.543,00	4.990,10	5.498,70	1.271,50	4.227,20	
	IV	2.897,75	1.984,80	2.481,00	4.882,55	5.378,75	1.240,50	4.138,25	
	III	2.840,93	1.936,00	2.420,00	4.776,93	5.260,93	1.210,00	4.050,93	
	II	2.785,23	1.888,80	2.361,00	4.674,03	5.146,23	1.180,50	3.965,73	
	I	2.730,62	1.842,40	2.303,00	4.573,02	5.033,62	1.151,50	3.882,12	
B	VI	2.651,09	1.780,00	2.225,00	4.431,09	4.876,09	1.112,50	3.763,59	
	V	2.599,11	1.736,80	2.171,00	4.335,91	4.770,11	1.085,50	3.684,61	
	IV	2.548,15	1.694,40	2.118,00	4.242,55	4.666,15	1.059,00	3.607,15	
	III	2.498,19	1.652,80	2.066,00	4.150,99	4.564,19	1.033,00	3.531,19	
	II	2.449,21	1.612,80	2.016,00	4.062,01	4.465,21	1.008,00	3.457,21	
A	I	2.401,19	1.573,60	1.967,00	3.974,79	4.368,19	983,50	3.384,69	
	V	2.331,25	1.520,00	1.900,00	3.851,25	4.231,25	950,00	3.281,25	
	IV	2.285,54	1.483,20	1.854,00	3.768,74	4.139,54	927,00	3.212,54	
	III	2.240,73	1.447,20	1.809,00	3.687,93	4.049,73	904,50	3.145,23	
	II	2.196,79	1.412,00	1.765,00	3.608,79	3.961,79	882,50	3.079,29	
I	2.153,72	1.377,60	1.722,00	3.531,32	3.875,72	861,00	3.014,72		

Nível Superior - 40 h

CLASSE	PADRÃO	VB (*) 40h A	GDM-PECPF			ATIVO		GDM-PECPF (****) 50 pts. F	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts. G=(A+F)
			(**) 80 pts. B	(***) 100 pts. C	TOTAL (em R\$)		TOTAL (em R\$)		
					80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)			
ESPECIAL	III	6.461,40	2.267,20	2.834,00	8.728,60	9.295,40	1.417,00	7.878,40	
	II	6.334,70	2.212,00	2.765,00	8.546,70	9.099,70	1.382,50	7.717,20	
	I	6.210,50	2.158,40	2.698,00	8.368,90	8.908,50	1.349,00	7.559,50	
C	VI	6.029,62	2.085,60	2.607,00	8.115,22	8.636,62	1.303,50	7.333,12	
	V	5.911,40	2.034,40	2.543,00	7.945,80	8.454,40	1.271,50	7.182,90	
	IV	5.795,50	1.984,80	2.481,00	7.780,30	8.276,50	1.240,50	7.036,00	
	III	5.681,86	1.936,00	2.420,00	7.617,86	8.101,86	1.210,00	6.891,86	
	II	5.570,46	1.888,80	2.361,00	7.459,26	7.931,46	1.180,50	6.750,96	
	I	5.461,24	1.842,40	2.303,00	7.303,64	7.764,24	1.151,50	6.612,74	
B	VI	5.302,18	1.780,00	2.225,00	7.082,18	7.527,18	1.112,50	6.414,68	
	V	5.198,22	1.736,80	2.171,00	6.935,02	7.369,22	1.085,50	6.283,72	
	IV	5.096,30	1.694,40	2.118,00	6.790,70	7.214,30	1.059,00	6.155,30	
	III	4.996,38	1.652,80	2.066,00	6.649,18	7.062,38	1.033,00	6.029,38	
	II	4.898,42	1.612,80	2.016,00	6.511,22	6.914,42	1.008,00	5.906,42	
A	I	4.802,38	1.573,60	1.967,00	6.375,98	6.769,38	983,50	5.785,88	
	V	4.662,50	1.520,00	1.900,00	6.182,50	6.562,50	950,00	5.612,50	
	IV	4.571,08	1.483,20	1.854,00	6.054,28	6.425,08	927,00	5.498,08	
	III	4.481,46	1.447,20	1.809,00	5.928,66	6.290,46	904,50	5.385,96	
	II	4.393,58	1.412,00	1.765,00	5.805,58	6.158,58	882,50	5.276,08	
I	4.307,44	1.377,60	1.722,00	5.685,04	6.029,44	861,00	5.168,44		

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico e Médico Veterinário, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-PECPF - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682/2003

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-PECPF devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico e Médico Veterinário, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-PECPF terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-PECPF será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§ 4º até § 17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970
Decreto-Lei nº 2.251 de 26.02.1985
Lei nº 8.112 de 11.12.1990
Lei nº 9.266 de 15.03.1996
Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992
Lei nº 10.404 de 09.01.2002
Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
Portaria nº 260 de 21.06.2002
Portaria nº 363 de 21.06.2002
Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
Portaria nº 29 de 29.08.2002
Portaria nº 442 de 31.10.2002
Medida Provisória nº 112 de 21.03.2003
Lei nº 10.682 de 28.05.2003
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º
Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 art. 5º ao art. 9º
Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1 ao art. 4
Lei nº 11.095 de 13.01.2005 art. 5 ao art. 9
Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Lei nº 11.498 de 28.06.2007
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 25
Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 32
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Lei nº 12.702 de 07.08.2012

44. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Cargo: Nível Superior

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATPF		ATIVO		GDATPF	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	3.230,70	3.016,00	3.770,00	6.246,70	7.000,70	1.885,00	5.115,70
	II	3.167,35	2.927,20	3.659,00	6.094,55	6.826,35	1.829,50	4.996,85
	I	3.105,25	2.841,60	3.552,00	5.946,85	6.657,25	1.776,00	4.881,25
C	VI	3.014,81	2.704,00	3.380,00	5.718,81	6.394,81	1.690,00	4.704,81
	V	2.955,70	2.625,60	3.282,00	5.581,30	6.237,70	1.641,00	4.596,70
	IV	2.897,75	2.548,80	3.186,00	5.446,55	6.083,75	1.593,00	4.490,75
	III	2.840,93	2.474,40	3.093,00	5.315,33	5.933,93	1.546,50	4.387,43
	II	2.785,23	2.402,40	3.003,00	5.187,63	5.788,23	1.501,50	4.286,73
	I	2.730,62	2.332,80	2.916,00	5.063,42	5.646,62	1.458,00	4.188,62
B	VI	2.651,09	2.220,00	2.775,00	4.871,09	5.426,09	1.387,50	4.038,59
	V	2.599,11	2.155,20	2.694,00	4.754,31	5.293,11	1.347,00	3.946,11
	IV	2.548,15	2.092,80	2.616,00	4.640,95	5.164,15	1.308,00	3.856,15
	III	2.498,19	2.032,00	2.540,00	4.530,19	5.038,19	1.270,00	3.768,19
	II	2.449,21	1.972,80	2.466,00	4.422,01	4.915,21	1.233,00	3.682,21
	I	2.401,19	1.915,20	2.394,00	4.316,39	4.795,19	1.197,00	3.598,19
A	V	2.331,25	1.822,40	2.278,00	4.153,65	4.609,25	1.139,00	3.470,25
	IV	2.285,54	1.769,60	2.212,00	4.055,14	4.497,54	1.106,00	3.391,54
	III	2.240,73	1.718,40	2.148,00	3.959,13	4.388,73	1.074,00	3.314,73
	II	2.196,79	1.668,00	2.085,00	3.864,79	4.281,79	1.042,50	3.239,29
	I	2.153,72	1.619,20	2.024,00	3.772,92	4.177,72	1.012,00	3.165,72

VB - Vencimento Básico - Anexo II da Lei nº 10.682/2003 - MP 431/2008

GDATPF - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

(*) GDATPF será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 10.682/03.

A pontuação a que se refere a GDATPF será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional

(**) Aposentado - GDATPF - art. 4º-C da Lei nº 10.682/03 (art. 26 da MP 431/08)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Decreto-Lei nº 2.251 de 26.02.1985

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 9.266 de 15.03.1996

Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Medida Provisória nº 112 de 21.03.2003

Lei nº 10.682 de 28.05.2003

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º

Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 art. 5º ao art. 9º

Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1 ao art. 4

Lei nº 11.095 de 13.01.2005 art. 5 ao art. 9

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 25

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 32

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 95

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art.92

44. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Cargo: Nível Intermediário

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATPF		ATIVO		GDATPF	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)		
ESPECIAL	III	2.147,75	1.338,40	1.673,00	3.486,15	3.820,75	836,50	2.984,25
	II	2.143,46	1.321,60	1.652,00	3.465,06	3.795,46	826,00	2.969,46
	I	2.139,18	1.304,80	1.631,00	3.443,98	3.770,18	815,50	2.954,68
C	VI	2.126,42	1.276,80	1.596,00	3.403,22	3.722,42	798,00	2.924,42
	V	2.122,18	1.260,80	1.576,00	3.382,98	3.698,18	788,00	2.910,18
	IV	2.117,94	1.244,80	1.556,00	3.362,74	3.673,94	778,00	2.895,94
	III	2.113,71	1.228,80	1.536,00	3.342,51	3.649,71	768,00	2.881,71
	II	2.109,49	1.212,80	1.516,00	3.322,29	3.625,49	758,00	2.867,49
	I	2.105,28	1.197,60	1.497,00	3.302,88	3.602,28	748,50	2.853,78
B	VI	2.092,72	1.172,80	1.466,00	3.265,52	3.558,72	733,00	2.825,72
	V	2.088,54	1.157,60	1.447,00	3.246,14	3.535,54	723,50	2.812,04
	IV	2.084,37	1.143,20	1.429,00	3.227,57	3.513,37	714,50	2.798,87
	III	2.080,21	1.128,80	1.411,00	3.209,01	3.491,21	705,50	2.785,71
	II	2.076,06	1.114,40	1.393,00	3.190,46	3.469,06	696,50	2.772,56
I	2.071,92	1.100,80	1.376,00	3.172,72	3.447,92	688,00	2.759,92	
A	V	2.059,56	1.078,40	1.348,00	3.137,96	3.407,56	674,00	2.733,56
	IV	2.055,45	1.064,80	1.331,00	3.120,25	3.386,45	665,50	2.720,95
	III	2.051,35	1.051,20	1.314,00	3.102,55	3.365,35	657,00	2.708,35
	II	2.047,26	1.038,40	1.298,00	3.085,66	3.345,26	649,00	2.696,26
	I	2.043,17	1.025,60	1.282,00	3.068,77	3.325,17	641,00	2.684,17

VB - Vencimento Básico - Anexo II da Lei nº 10.682/2003 - MP 431/2008

GDATPF - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431;2008)

(*) GDATPF será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 10.682/03.

A pontuação a que se refere a GDATPF será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional

(**) Aposentado - GDATPF - art. 4º-C da Lei nº 10.682/03 (art. 26 da MP 431/08)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Decreto-Lei nº 2.251 de 26.02.1985

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 9.266 de 15.03.1996

Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Medida Provisória nº 112 de 21.03.2003

Lei nº 10.682 de 28.05.2003

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º

Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 art. 5º ao art. 9º

Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1 ao art. 4

Lei nº 11.095 de 13.01.2005 art. 5 ao art. 9

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 25

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 32

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 95

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art.92

44. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Cargo: Nível Auxiliar

Nível Auxiliar

CLASSE	PADRÃO	VB	GEAAPF	GDATPF		ATIVO		GDATPF	Posição: julho/2012		
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	APOSENTADO		
				(*)		80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		(**)	50 pts.
				A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)
ESPECIAL	III	1.660,84	150,00	402,40	503,00	2.213,24	2.313,84	251,50	2.062,34		
	II	1.657,64	149,00	399,20	499,00	2.205,84	2.305,64	249,50	2.056,14		
	I	1.654,45	148,00	396,80	496,00	2.199,25	2.298,45	248,00	2.050,45		

VB - Vencimento Básico - Anexo II da Lei nº 10.682/2003 - MP 431/2008

GEAAPF - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Polícia Federal

(*) Os valores da GEAAPF são os estabelecidos no Anexo IV da Lei nº 10.682/03 (art. 26 da MP 431/08)

GDATPF - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

(*) GDATPF será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 10.682/03.

A pontuação a que se refere a GDATPF será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional

(**) Aposentado - GDATPF - art. 4º-C da Lei nº 10.682/03 (art. 26 da MP 431/08)

(**) Aposentado - A GEAAPF integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. (art. 313 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Decreto-Lei nº 2.251 de 26.02.1985

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 9.266 de 15.03.1996

Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Medida Provisória nº 112 de 21.03.2003

Lei nº 10.682 de 28.05.2003

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º

Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 art. 5º ao art. 9º

Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1 ao art. 4

Lei nº 11.095 de 13.01.2005 art. 5 ao art. 9

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 25

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 32

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 95

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 92

45. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei nº 11.095 de 13 de janeiro de 2005

Cargo: Médico

Jornada de Trabalho de Médico é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-PECPRF			ATIVO		GDM-PECPRF	APOSENTADO
			(*) 20h	(**) 80 pts.	(***) 100 pts.	TOTAL (em R\$)			TOTAL (em R\$)
						80 pts.	100 pts.		
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	3.230,70	2.267,20	2.834,00	5.497,90	6.064,70	1.417,00	4.647,70	
	II	3.167,35	2.212,00	2.765,00	5.379,35	5.932,35	1.382,50	4.549,85	
	I	3.105,25	2.158,40	2.698,00	5.263,65	5.803,25	1.349,00	4.454,25	
C	VI	3.014,81	2.085,60	2.607,00	5.100,41	5.621,87	1.303,50	4.318,31	
	V	2.955,70	2.034,40	2.543,00	4.990,10	5.498,70	1.271,50	4.227,20	
	IV	2.897,75	1.984,80	2.481,00	4.882,55	5.378,75	1.240,50	4.138,25	
	III	2.840,93	1.936,00	2.420,00	4.776,93	5.260,93	1.210,00	4.050,93	
	II	2.785,23	1.888,80	2.361,00	4.674,03	5.146,23	1.180,50	3.965,73	
	I	2.730,62	1.842,40	2.303,00	4.573,02	5.033,62	1.151,50	3.882,12	
B	VI	2.651,09	1.780,00	2.225,00	4.431,09	4.876,09	1.112,50	3.763,59	
	V	2.599,11	1.736,80	2.171,00	4.335,91	4.770,11	1.085,50	3.684,61	
	IV	2.548,15	1.694,40	2.118,00	4.242,55	4.666,15	1.059,00	3.607,15	
	III	2.498,19	1.652,80	2.066,00	4.150,99	4.564,19	1.033,00	3.531,19	
	II	2.449,21	1.612,80	2.016,00	4.062,01	4.465,21	1.008,00	3.457,21	
A	I	2.401,19	1.573,60	1.967,00	3.974,79	4.368,19	983,50	3.384,69	
	V	2.331,25	1.520,00	1.900,00	3.851,25	4.231,25	950,00	3.281,25	
	IV	2.285,54	1.483,20	1.854,00	3.768,74	4.139,54	927,00	3.212,54	
	III	2.240,73	1.447,20	1.809,00	3.687,93	4.049,73	904,50	3.145,23	
	II	2.196,79	1.412,00	1.765,00	3.608,79	3.961,79	882,50	3.079,29	
I	2.153,72	1.377,60	1.722,00	3.531,32	3.875,72	861,00	3.014,72		

Nível Superior - 40 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-PECPRF			ATIVO		GDM-PECPRF	APOSENTADO
			(*) 40h	(**) 80 pts.	(***) 100 pts.	TOTAL (em R\$)			TOTAL (em R\$)
						80 pts.	100 pts.		
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	6.461,40	2.267,20	2.834,00	8.728,60	9.295,40	1.417,00	7.878,40	
	II	6.334,70	2.212,00	2.765,00	8.546,70	9.099,70	1.382,50	7.717,20	
	I	6.210,50	2.158,40	2.698,00	8.368,90	8.908,50	1.349,00	7.559,50	
C	VI	6.029,62	2.085,60	2.607,00	8.115,22	8.636,62	1.303,50	7.333,12	
	V	5.911,40	2.034,40	2.543,00	7.945,80	8.454,40	1.271,50	7.182,90	
	IV	5.795,50	1.984,80	2.481,00	7.780,30	8.276,50	1.240,50	7.036,00	
	III	5.681,86	1.936,00	2.420,00	7.617,86	8.101,86	1.210,00	6.891,86	
	II	5.570,46	1.888,80	2.361,00	7.459,26	7.931,46	1.180,50	6.750,96	
	I	5.461,24	1.842,40	2.303,00	7.303,64	7.764,24	1.151,50	6.612,74	
B	VI	5.302,18	1.780,00	2.225,00	7.082,18	7.527,18	1.112,50	6.414,68	
	V	5.198,22	1.736,80	2.171,00	6.935,02	7.369,22	1.085,50	6.283,72	
	IV	5.096,30	1.694,40	2.118,00	6.790,70	7.214,30	1.059,00	6.155,30	
	III	4.996,38	1.652,80	2.066,00	6.649,18	7.062,38	1.033,00	6.029,38	
	II	4.898,42	1.612,80	2.016,00	6.511,22	6.914,42	1.008,00	5.906,42	
A	I	4.802,38	1.573,60	1.967,00	6.375,98	6.769,38	983,50	5.785,88	
	V	4.662,50	1.520,00	1.900,00	6.182,50	6.562,50	950,00	5.612,50	
	IV	4.571,08	1.483,20	1.854,00	6.054,28	6.425,08	927,00	5.498,08	
	III	4.481,46	1.447,20	1.809,00	5.928,66	6.290,46	904,50	5.385,96	
	II	4.393,58	1.412,00	1.765,00	5.805,58	6.158,58	882,50	5.276,08	
I	4.307,44	1.377,60	1.722,00	5.685,04	6.029,44	861,00	5.168,44		

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-PECPRF - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-PECPRF devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-PECPRF terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-PECPRF será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Decreto-Lei nº 2.251 de 26.02.1985

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 9.266 de 15.03.1996

Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Medida Provisória nº 112 de 21.03.2003

Lei nº 10.682 de 28.05.2003

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º

Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 art. 5º ao art. 9º

Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1 ao art. 4

Lei nº 11.095 de 13.01.2005 art. 5 ao art. 9

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 62

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

45. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

Cargos: Nível Superior

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATPRF			ATIVO		GDATPRF	APOSENTADO
			80 pts.	(*)		TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
			A	B	C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	(**) F	50 pts. G=(A+F)
ESPECIAL	III	3.230,70	3.016,00	3.770,00	6.246,70	7.000,70	1.885,00	5.115,70	
	II	3.167,35	2.930,40	3.663,00	6.097,75	6.830,35	1.831,50	4.998,85	
	I	3.105,25	2.848,00	3.560,00	5.953,25	6.665,25	1.780,00	4.885,25	
C	VI	3.014,81	2.694,40	3.368,00	5.709,21	6.382,81	1.684,00	4.698,81	
	V	2.955,70	2.618,40	3.273,00	5.574,10	6.228,70	1.636,50	4.592,20	
	IV	2.897,75	2.544,80	3.181,00	5.442,55	6.078,75	1.590,50	4.488,25	
	III	2.840,93	2.472,80	3.091,00	5.313,73	5.931,93	1.545,50	4.386,43	
	II	2.785,23	2.403,20	3.004,00	5.188,43	5.789,23	1.502,00	4.287,23	
	I	2.730,62	2.335,20	2.919,00	5.065,82	5.649,62	1.459,50	4.190,12	
B	VI	2.651,09	2.209,60	2.762,00	4.860,69	5.413,09	1.381,00	4.032,09	
	V	2.599,11	2.147,20	2.684,00	4.746,31	5.283,11	1.342,00	3.941,11	
	IV	2.548,15	2.086,40	2.608,00	4.634,55	5.156,15	1.304,00	3.852,15	
	III	2.498,19	2.027,20	2.534,00	4.525,39	5.032,19	1.267,00	3.765,19	
	II	2.449,21	1.970,40	2.463,00	4.419,61	4.912,21	1.231,50	3.680,71	
	I	2.401,19	1.915,20	2.394,00	4.316,39	4.795,19	1.197,00	3.598,19	
A	V	2.331,25	1.812,00	2.265,00	4.143,25	4.596,25	1.132,50	3.463,75	
	IV	2.285,54	1.760,80	2.201,00	4.046,34	4.486,54	1.100,50	3.386,04	
	III	2.240,73	1.711,20	2.139,00	3.951,93	4.379,73	1.069,50	3.310,23	
	II	2.196,79	1.663,20	2.079,00	3.859,99	4.275,79	1.039,50	3.236,29	
	I	2.153,72	1.616,00	2.020,00	3.769,72	4.173,72	1.010,00	3.163,72	

VB - Vencimento Básico - Anexo V da Lei nº 11.095/2005 - MP 431/2008

GDATPRF - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Rodoviária Federal

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da 431/2008)

(*) GDATPRF será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-C da Lei nº 11.095/2005.

A pontuação a que se refere a GDATPRF será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional

(**) Aposentado - GDATPRF - § 5º art. 11-D da Lei nº 11.095/2005 (art. 63 da MP 431/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Decreto-Lei nº 2.251 de 26.02.1985

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 9.266 de 15.03.1996

Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Medida Provisória nº 112 de 21.03.2003

Lei nº 10.682 de 28.05.2003

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º

Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 art. 5º ao art. 9º

Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1 ao art. 4

Lei nº 11.095 de 13.01.2005 art. 5 ao art. 9

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 62

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 96

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 93

45. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Cargos: Nível Intermediário

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATPRF			ATIVO		GDATPRF	APOSENTADO
			80 pts.	(*)		TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
			A	B	C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	F	50 pts. G=(A+F)
ESPECIAL	III	2.147,75	1.338,40	1.673,00	3.486,15	3.820,75	836,50	2.984,25	
	II	2.143,46	1.321,60	1.652,00	3.465,06	3.795,46	826,00	2.969,46	
	I	2.139,18	1.304,80	1.631,00	3.443,98	3.770,18	815,50	2.954,68	
C	VI	2.126,42	1.276,80	1.596,00	3.403,22	3.722,42	798,00	2.924,42	
	V	2.122,18	1.260,80	1.576,00	3.382,98	3.698,18	788,00	2.910,18	
	IV	2.117,94	1.244,80	1.556,00	3.362,74	3.673,94	778,00	2.895,94	
	III	2.113,71	1.228,80	1.536,00	3.342,51	3.649,71	768,00	2.881,71	
	II	2.109,49	1.212,80	1.516,00	3.322,29	3.625,49	758,00	2.867,49	
	I	2.105,28	1.197,60	1.497,00	3.302,88	3.602,28	748,50	2.853,78	
B	VI	2.092,72	1.172,80	1.466,00	3.265,52	3.558,72	733,00	2.825,72	
	V	2.088,54	1.157,60	1.447,00	3.246,14	3.535,54	723,50	2.812,04	
	IV	2.084,37	1.143,20	1.429,00	3.227,57	3.513,37	714,50	2.798,87	
	III	2.080,21	1.128,80	1.411,00	3.209,01	3.491,21	705,50	2.785,71	
	II	2.076,06	1.114,40	1.393,00	3.190,46	3.469,06	696,50	2.772,56	
	I	2.071,92	1.100,80	1.376,00	3.172,72	3.447,92	688,00	2.759,92	
A	V	2.059,56	1.078,40	1.348,00	3.137,96	3.407,56	674,00	2.733,56	
	IV	2.055,45	1.064,80	1.331,00	3.120,25	3.386,45	665,50	2.720,95	
	III	2.051,35	1.051,20	1.314,00	3.102,55	3.365,35	657,00	2.708,35	
	II	2.047,26	1.038,40	1.298,00	3.085,66	3.345,26	649,00	2.696,26	
	I	2.043,17	1.025,60	1.282,00	3.068,77	3.325,17	641,00	2.684,17	

VB - Vencimento Básico - Anexo V da Lei nº 11.095/2005 - MP 431/2008

GDATPRF - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Rodoviária Federal

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da 431/2008)

(*) GDATPRF será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-C da Lei nº 11.095/2005.

A pontuação a que se refere a GDATPRF será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional

(**) Aposentado - GDATPRF - § 5º art. 11-D da Lei nº 11.095/2005 (art. 63 da MP 431/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Decreto-Lei nº 2.251 de 26.02.1985

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 9.266 de 15.03.1996

Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Medida Provisória nº 112 de 21.03.2003

Lei nº 10.682 de 28.05.2003

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º

Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 art. 5º ao art. 9º

Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1 ao art. 4

Lei nº 11.095 de 13.01.2005 art. 5 ao art. 9

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 62

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 96

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 93

45. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

Cargos: Nível Auxiliar

Nível Auxiliar

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GEAAPRF	GDATPRF		ATIVO		GDATPRF	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)
ESPECIAL	III	1.660,84	150,00	402,40	503,00	2.213,24	2.313,84	251,50	2.062,34
	II	1.657,64	149,00	399,20	499,00	2.205,84	2.305,64	249,50	2.056,14
	I	1.654,45	148,00	396,80	496,00	2.199,25	2.298,45	248,00	2.050,45

VB - Vencimento Básico - Anexo V da Lei nº 11.095/2005 - MP 431/2008

GAAAPRF - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Polícia Rodoviária Federal

Os valores da GAAAPRF são os estabelecidos no Anexo V-B da Lei nº 11.095/2005 (art. 63 da MP 431/08)

GDATPRF - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Rodoviária Federal

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da 431/2008)

(*) GDATPRF será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-C da Lei nº 11.095/2005.

A pontuação a que se refere a GDATPRF será assim distribuída:

I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional

(**) Aposentado - GDATPRF - § 5º art. 11-D da Lei nº 11.095/2005 (art. 63 da MP 431/2008)

(**) Aposentado - A GAAAPRF integrará os proventos da aposentadoria e as pensões (art.314. da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Decreto-Lei nº 2.251 de 26.02.1985

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 9.266 de 15.03.1996

Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Medida Provisória nº 112 de 21.03.2003

Lei nº 10.682 de 28.05.2003

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004 art. 1º ao art. 4º

Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 art. 5º ao art. 9º

Lei nº 10.971 de 25.11.2004 art. 1 ao art. 4

Lei nº 11.095 de 13.01.2005 art. 5 ao art. 9

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 62

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 96

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 93

46. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - PECFAZ

* Médico do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2010

Cargo: Médico

Cargo: Médico Veterinário

Jornada de Trabalho de Médico e Médico Veterinário é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB (*) 20h A	GDM-PECFAZ			ATIVO TOTAL (em R\$)		GDM-PECFAZ (****) 50 pts. F	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts. G=(A+F)
			(**) 80 pts. B	(***) 100 pts. C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)			
ESPECIAL	III	3.383,00	1.813,60	2.267,00	5.196,60	5.650,00	1.133,50	4.516,50	
	II	3.290,86	1.778,40	2.223,00	5.069,26	5.513,86	1.111,50	4.402,36	
	I	3.201,23	1.743,20	2.179,00	4.944,43	5.380,23	1.089,50	4.290,73	
C	VI	3.107,99	1.712,00	2.140,00	4.819,99	5.247,99	1.070,00	4.177,99	
	V	3.023,34	1.678,40	2.098,00	4.701,74	5.121,34	1.049,00	4.072,34	
	IV	2.940,99	1.645,60	2.057,00	4.586,59	4.997,99	1.028,50	3.969,49	
	III	2.860,89	1.613,60	2.017,00	4.474,49	4.877,89	1.008,50	3.869,39	
	II	2.782,97	1.581,60	1.977,00	4.364,57	4.759,97	988,50	3.771,47	
	I	2.707,17	1.550,40	1.938,00	4.257,57	4.645,17	969,00	3.676,17	
B	VI	2.628,32	1.512,80	1.891,00	4.141,12	4.519,32	945,50	3.573,82	
	V	2.556,73	1.483,20	1.854,00	4.039,93	4.410,73	927,00	3.483,73	
	IV	2.487,09	1.454,40	1.818,00	3.941,49	4.305,09	909,00	3.396,09	
	III	2.419,35	1.425,60	1.782,00	3.844,95	4.201,35	891,00	3.310,35	
	II	2.353,45	1.397,60	1.747,00	3.751,05	4.100,45	873,50	3.226,95	
	I	2.289,35	1.370,40	1.713,00	3.659,75	4.002,35	856,50	3.145,85	
A	V	2.222,67	1.336,80	1.671,00	3.559,47	3.893,67	835,50	3.058,17	
	IV	2.162,13	1.310,40	1.638,00	3.472,53	3.800,13	819,00	2.981,13	
	III	2.103,24	1.284,80	1.606,00	3.388,04	3.709,24	803,00	2.906,24	
	II	2.045,95	1.260,00	1.575,00	3.305,95	3.620,95	787,50	2.833,45	
I	1.990,22	1.235,20	1.544,00	3.225,42	3.534,22	772,00	2.762,22		

Nível Superior - 40 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB (*) 40h A	GDM-PECFAZ			ATIVO TOTAL (em R\$)		GDM-PECFAZ (****) 50 pts. F	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts. G=(A+F)
			(**) 80 pts. B	(***) 100 pts. C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)			
ESPECIAL	III	6.766,00	1.813,60	2.267,00	8.579,60	9.033,00	1.133,50	7.899,50	
	II	6.581,72	1.778,40	2.223,00	8.360,12	8.804,72	1.111,50	7.693,22	
	I	6.402,46	1.743,20	2.179,00	8.145,66	8.581,46	1.089,50	7.491,96	
C	VI	6.215,98	1.712,00	2.140,00	7.927,98	8.355,98	1.070,00	7.285,98	
	V	6.046,68	1.678,40	2.098,00	7.725,08	8.144,68	1.049,00	7.095,68	
	IV	5.881,98	1.645,60	2.057,00	7.527,58	7.938,98	1.028,50	6.910,48	
	III	5.721,78	1.613,60	2.017,00	7.335,38	7.738,78	1.008,50	6.730,28	
	II	5.565,94	1.581,60	1.977,00	7.147,54	7.542,94	988,50	6.554,44	
	I	5.414,34	1.550,40	1.938,00	6.964,74	7.352,34	969,00	6.383,34	
B	VI	5.256,64	1.512,80	1.891,00	6.769,44	7.147,64	945,50	6.202,14	
	V	5.113,46	1.483,20	1.854,00	6.596,66	6.967,46	927,00	6.040,46	
	IV	4.974,18	1.454,40	1.818,00	6.428,58	6.792,18	909,00	5.883,18	
	III	4.838,70	1.425,60	1.782,00	6.264,30	6.620,70	891,00	5.729,70	
	II	4.706,90	1.397,60	1.747,00	6.104,50	6.453,90	873,50	5.580,40	
	I	4.578,70	1.370,40	1.713,00	5.949,10	6.291,70	856,50	5.435,20	
A	V	4.445,34	1.336,80	1.671,00	5.782,14	6.116,34	835,50	5.280,84	
	IV	4.324,26	1.310,40	1.638,00	5.634,66	5.962,26	819,00	5.143,26	
	III	4.206,48	1.284,80	1.606,00	5.491,28	5.812,48	803,00	5.009,48	
	II	4.091,90	1.260,00	1.575,00	5.351,90	5.666,90	787,50	4.879,40	
I	3.980,44	1.235,20	1.544,00	5.215,64	5.524,44	772,00	4.752,44		

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico e Médico Veterinário, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* Integram o PECFAZ os cargos ocupados e vagos de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo instituído pela Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras, Planos de Carreiras e Cargos ou Planos Especiais de Cargos, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda em 31 de dezembro de 2007, bem como aqueles cargos ocupados que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido publicada até 29 de agosto de 2008. (art. 229 da Lei 11.907/2009)

Ficam transpostos para o PECFAZ, nos termos desta Lei, a contar de 1º de julho de 2008, os cargos de provimento efetivo de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras, Planos de Carreiras e Cargos ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda em 31 de dezembro de 2007, bem como aqueles que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido requerida até 31 de dezembro de 2007. (art. 256 da Lei 11.907/2009)

Ficam automaticamente transpostos para o PECFAZ, a contar de 1º de julho de 2008, os cargos de provimento efetivo referidos no art. 12 da Lei no 11.457, de 16 de março de 2007. (art. 256-A da Lei nº 11.907/2009 - Incluído pela Medida Provisória nº 479, de 2009)

Os servidores ocupantes dos cargos referidos no caput do art. 256-A da Lei 11.907/2009 poderão, até 31 de julho de 2010, optar por permanecer no Plano ou na Carreira em que se encontravam em 28 de agosto de 2008 e pelo conseqüente retorno a seu órgão de origem, na forma do Termo de Opção constante do Anexo CXLII-A da Lei 11.907/2009.

Os cargos dos servidores referidos no art. 21 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que tiverem seu exercício fixado na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei, em até 60 (sessenta) dias contados a partir de 29 de agosto de 2008, ficam automaticamente redistribuídos para o Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda e enquadrados no PECFAZ. (art. 258 da Lei 11.907/2009)

Os servidores de que trata o caput dos arts. 256-A e 258 da Lei 11.907/2009 que não exercerem o direito de opção pelo retorno à situação anterior à fixada pelos arts. 12 e 21 da Lei no 11.457, de 2007, permanecerão fazendo jus aos valores correspondentes aos vencimentos e vantagens atribuídos aos Planos ou Carreiras a que pertenciam, se mais vantajosos em relação ao PECFAZ, pelo prazo de cinco anos a contar da vigência da Lei nº 11.457, de 2007, aplicando-se, à respectiva gratificação de desempenho de atividade, os critérios e pontuação atribuídos aos servidores que fazem jus à GDAFAZ em decorrência do exercício de suas atividades no âmbito do Ministério da Fazenda. (art. 258-A da Lei 11.907/2009)

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-PECFAZ - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-PECFAZ devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico e Médico Veterinário, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-PECFAZ terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-PECFAZ será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (ver §4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

46. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - PECFAZ

Cargo: Nível Superior do PECFAZ

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAFAZ			ATIVO		GDAFAZ	APOSENTADO
			80 pts.	(*)		TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
			A	B	C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	(**) F	50 pts. G=(A+F)
ESPECIAL	III	3.383,00	2.893,60	3.617,00	6.276,60	7.000,00	1.808,50	5.191,50	
	II	3.290,86	2.825,60	3.532,00	6.116,46	6.822,86	1.766,00	5.056,86	
	I	3.201,23	2.759,20	3.449,00	5.960,43	6.650,23	1.724,50	4.925,73	
C	VI	3.107,99	2.632,80	3.291,00	5.740,79	6.398,99	1.645,50	4.753,49	
	V	3.023,34	2.571,20	3.214,00	5.594,54	6.237,34	1.607,00	4.630,34	
	IV	2.940,99	2.511,20	3.139,00	5.452,19	6.079,99	1.569,50	4.510,49	
	III	2.860,89	2.452,00	3.065,00	5.312,89	5.925,89	1.532,50	4.393,39	
	II	2.782,97	2.394,40	2.993,00	5.177,37	5.775,97	1.496,50	4.279,47	
	I	2.707,17	2.338,40	2.923,00	5.045,57	5.630,17	1.461,50	4.168,67	
B	VI	2.628,32	2.231,20	2.789,00	4.859,52	5.417,32	1.394,50	4.022,82	
	V	2.556,73	2.179,20	2.724,00	4.735,93	5.280,73	1.362,00	3.918,73	
	IV	2.487,09	2.128,00	2.660,00	4.615,09	5.147,09	1.330,00	3.817,09	
	III	2.419,35	2.078,40	2.598,00	4.497,75	5.017,35	1.299,00	3.718,35	
	II	2.353,45	2.029,60	2.537,00	4.383,05	4.890,45	1.268,50	3.621,95	
	I	2.289,35	1.982,40	2.478,00	4.271,75	4.767,35	1.239,00	3.528,35	
A	V	2.222,67	1.892,00	2.365,00	4.114,67	4.587,67	1.182,50	3.405,17	
	IV	2.162,13	1.848,00	2.310,00	4.010,13	4.472,13	1.155,00	3.317,13	
	III	2.103,24	1.804,80	2.256,00	3.908,04	4.359,24	1.128,00	3.231,24	
	II	2.045,95	1.762,40	2.203,00	3.808,35	4.248,95	1.101,50	3.147,45	
	I	1.990,22	1.720,80	2.151,00	3.711,02	4.141,22	1.075,50	3.065,72	

Integram o PECFAZ os cargos ocupados e vagos de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras, Planos de Carreiras e Cargos ou Planos Especiais de Cargos, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda em 31 de dezembro de 2007, bem como aqueles cargos ocupados que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido publicada até 29 de agosto de 2008. (art. 229 da Lei 11.907/2009)

Ficam transpostos para o PECFAZ, nos termos desta Lei, a contar de 1º de julho de 2008, os cargos de provimento efetivo de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras, Planos de Carreiras e Cargos ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda em 31 de dezembro de 2007, bem como aqueles que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido requerida até 31 de dezembro de 2007. (art. 256 da Lei 11.907/2009)

Ficam automaticamente transpostos para o PECFAZ, a contar de 1º de julho de 2008, os cargos de provimento efetivo referidos no art. 12 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007. (art. 256-A da Lei nº 11.907/2009 - Incluído pela Medida Provisória nº 479, de 2009)

Os servidores ocupantes dos cargos referidos no caput do art. 256-A da Lei 11.907/2009 poderão, até 31 de julho de 2010, optar por permanecer no Plano ou na Carreira em que se encontravam em 28 de agosto de 2008 e pelo conseqüente retorno a seu órgão de origem, na forma do Termo de Opção constante do Anexo CXLII-A da Lei 11.907/2009.

Os cargos dos servidores referidos no art. 21 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que tiverem seu exercício fixado na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei, em até 60 (sessenta) dias contados a partir de 29 de agosto de 2008, ficam automaticamente redistribuídos para o Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda e enquadrados no PECFAZ. (art. 258 da Lei 11.907/2009)

Os servidores de que trata o caput dos arts. 256-A e 258 da Lei 11.907/2009 que não exercerem o direito de opção pelo retorno à situação anterior à fixada pelos arts. 12 e 21 da Lei nº 11.457, de 2007, permanecerão fazendo jus aos valores correspondentes aos vencimentos e vantagens atribuídos aos Planos ou Carreiras a que pertenciam, se mais vantajosos em relação ao PECFAZ, pelo prazo de cinco anos a contar da vigência da Lei nº 11.457, de 2007, aplicando-se, à respectiva gratificação de desempenho de atividade, os critérios e pontuação atribuídos aos servidores que fazem jus à GDFAFAZ em decorrência do exercício de suas atividades no âmbito do Ministério da Fazenda. (art. 258-A da Lei 11.907/2009)

VB - Vencimento Básico (Anexo CXL da Lei nº 11.907/2009)

GDFAFAZ - Gratificação de Desempenho de Atividade Fazendária

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDFAFAZ no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. (Anexo CXXXVII da Lei nº 11.907/2009)

(*) A GDFAFAZ será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no anexo CXXXVII da Lei nº 11.907/2009.

A pontuação referente à GDFAFAZ será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado GDFAFAZ - art. 249 da Lei nº 11.907/2009

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 88

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 85

46. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - PECFAZ

Cargo: Nível Intermediário do PECFAZ

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAFAZ			ATIVO		GDAFAZ 50 pts (**)	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts. G=(A+F)
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)				
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)		
ESPECIAL	III	1.923,11	1.148,00	1.435,00	3.071,11	3.358,11	717,50	2.640,61	
	II	1.904,07	1.136,80	1.421,00	3.040,87	3.325,07	710,50	2.614,57	
	I	1.885,22	1.126,40	1.408,00	3.011,62	3.293,22	704,00	2.589,22	
C	VI	1.857,36	1.112,80	1.391,00	2.970,16	3.248,36	695,50	2.552,86	
	V	1.838,97	1.101,60	1.377,00	2.940,57	3.215,97	688,50	2.527,47	
	IV	1.820,76	1.091,20	1.364,00	2.911,96	3.184,76	682,00	2.502,76	
	III	1.802,73	1.080,80	1.351,00	2.883,53	3.153,73	675,50	2.478,23	
	II	1.784,88	1.071,20	1.339,00	2.856,08	3.123,88	669,50	2.454,38	
	I	1.767,21	1.061,60	1.327,00	2.828,81	3.094,21	663,50	2.430,71	
B	VI	1.741,09	1.049,60	1.312,00	2.790,69	3.053,09	656,00	2.397,09	
	V	1.723,85	1.040,00	1.300,00	2.763,85	3.023,85	650,00	2.373,85	
	IV	1.706,78	1.031,20	1.289,00	2.737,98	2.995,78	644,50	2.351,28	
	III	1.689,88	1.021,60	1.277,00	2.711,48	2.966,88	638,50	2.328,38	
	II	1.673,15	1.012,80	1.266,00	2.685,95	2.939,15	633,00	2.306,15	
A	I	1.656,58	1.003,20	1.254,00	2.659,78	2.910,58	627,00	2.283,58	
A	V	1.632,10	996,80	1.246,00	2.628,90	2.878,10	623,00	2.255,10	
	IV	1.615,94	993,60	1.242,00	2.609,54	2.857,94	621,00	2.236,94	
	III	1.599,94	991,20	1.239,00	2.591,14	2.838,94	619,50	2.219,44	
	II	1.584,10	988,80	1.236,00	2.572,90	2.820,10	618,00	2.202,10	
	I	1.568,42	986,40	1.233,00	2.554,82	2.801,42	616,50	2.184,92	

Integram o PECFAZ os cargos ocupados e vagos de nível intermediário do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras, Planos de Carreiras e Cargos ou Planos Especiais de Cargos, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda em 31 de dezembro de 2007, bem como aqueles cargos ocupados que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido publicada até 29 de agosto de 2008. (art. 229 da Lei 11.907/2009)

Ficam transpostos para o PECFAZ, nos termos desta Lei, a contar de 1º de julho de 2008, os cargos de provimento efetivo de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras, Planos de Carreiras e Cargos ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda em 31 de dezembro de 2007, bem como aqueles que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido requerida até 31 de dezembro de 2007. (art. 256 da Lei 11.907/2009)

Ficam automaticamente transpostos para o PECFAZ, a contar de 1º de julho de 2008, os cargos de provimento efetivo referidos no art. 12 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007. (art. 256-A da Lei nº 11.907/2009 - Incluído pela Medida Provisória nº 479, de 2009)

Os servidores ocupantes dos cargos referidos no caput do art. 256-A da Lei 11.907/2009 poderão, até 31 de julho de 2010, optar por permanecer no Plano ou na Carreira em que se encontravam em 28 de agosto de 2008 e pelo conseqüente retorno a seu órgão de origem, na forma do Termo de Opção constante do Anexo CXLII-A da Lei 11.907/2009.

Os cargos dos servidores referidos no art. 21 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que tiverem seu exercício fixado na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei, em até 60 (sessenta) dias contados a partir de 29 de agosto de 2008, ficam automaticamente redistribuídos para o Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda e enquadrados no PECFAZ. (art. 258 da Lei 11.907/2009)

Os servidores de que trata o caput dos arts. 256-A e 258 da Lei 11.907/2009 que não exercerem o direito de opção pelo retorno à situação anterior à fixada pelos arts. 12 e 21 da Lei nº 11.457, de 2007, permanecerão fazendo jus aos valores correspondentes aos vencimentos e vantagens atribuídos aos Planos ou Carreiras a que pertenciam, se mais vantajosos em relação ao PECFAZ, pelo prazo de cinco anos a contar da vigência da Lei nº 11.457, de 2007, aplicando-se, à respectiva gratificação de desempenho de atividade, os critérios e pontuação atribuídos aos servidores que fazem jus à GDAFAZ em decorrência do exercício de suas atividades no âmbito do Ministério da Fazenda. (art. 258-A da Lei 11.907/2009)

VB - Vencimento Básico (Anexo CXL da Lei nº 11.907/2009)

GTANI - Gratificação Temporária de Atividades de Nível Intermediário do PECFAZ

Os valores da GTANI são os estabelecidos no Anexo CXXXIX da Lei nº 11.907/2009

GDAFAZ - Gratificação de Desempenho de Atividade Fazendária

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDAFAZ no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. (Anexo CXXXVII da Lei nº 11.907/2009)

(*) A GDAFAZ será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no anexo CXXXVII da Lei nº 11.907/2009.

A pontuação referente à GDAFAZ será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado GDAFAZ - art. 249 da Lei nº 11.907/2009

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 88

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 85

46. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - PECFAZ

Cargo: Nível Auxiliar do PECFAZ

Nível Auxiliar

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GEAF	GDAFAZ		ATIVO		GDAFAZ 50 pts (**)	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts. H=(A+B+G)
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)			
				(*)		80 pts. E=(A+B+C)	100 pts. F=(A+B+D)		
	A	B	C	D			G		
ESPECIAL	III	1.159,56	292,00	1.069,60	1.337,00	2.521,16	2.788,56	668,50	2.120,06
	II	1.158,46	291,00	1.064,80	1.331,00	2.514,26	2.780,46	665,50	2.114,96
	I	1.157,36	290,00	1.060,00	1.325,00	2.507,36	2.772,36	662,50	2.109,86

Integram o PECFAZ os cargos ocupados e vagos de nível auxiliar do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo instituído pela Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras, Planos de Carreiras e Cargos ou Planos Especiais de Cargos, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda em 31 de dezembro de 2007, bem como aqueles cargos ocupados que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido publicada até 29 de agosto de 2008. (art. 229 da Lei 11.907/2009)

Ficam transpostos para o PECFAZ, nos termos desta Lei, a contar de 1º de julho de 2008, os cargos de provimento efetivo de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo instituído pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras, Planos de Carreiras e Cargos ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda em 31 de dezembro de 2007, bem como aqueles que venham a ser redistribuídos para esse Quadro, desde que a redistribuição tenha sido requerida até 31 de dezembro de 2007.(art. 256 da Lei 11.907/2009)

Ficam automaticamente transpostos para o PECFAZ, a contar de 1º de julho de 2008, os cargos de provimento efetivo referidos no art. 12 da Lei no 11.457, de 16 de março de 2007. (art. 256-A da Lei nº 11.907/2009 - Incluído pela Medida Provisória nº 479, de 2009)

Os servidores ocupantes dos cargos referidos no caput do art. 256-A da Lei 11.907/2009 poderão, até 31 de julho de 2010, optar por permanecer no Plano ou na Carreira em que se encontravam em 28 de agosto de 2008 e pelo conseqüente retorno a seu órgão de origem, na forma do Termo de Opção constante do Anexo CXLII-A da Lei 11.907/2009.

Os cargos dos servidores referidos no art. 21 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que tiverem seu exercício fixado na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei, em até 60 (sessenta) dias contados a partir de 29 de agosto de 2008, ficam automaticamente redistribuídos para o Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda e enquadrados no PECFAZ. (art. 258 da Lei 11.907/2009)

Os servidores de que trata o caput dos arts. 256-A e 258 da Lei 11.907/2009 que não exercerem o direito de opção pelo retorno à situação anterior à fixada pelos arts. 12 e 21 da Lei no 11.457, de 2007, permanecerão fazendo jus aos valores correspondentes aos vencimentos e vantagens atribuídos aos Planos ou Carreiras a que pertenciam, se mais vantajosos em relação ao PECFAZ, pelo prazo de cinco anos a contar da vigência da Lei no 11.457, de 2007, aplicando-se, à respectiva gratificação de desempenho de atividade, os critérios e pontuação atribuídos aos servidores que fazem jus à GDAFAZ em decorrência do exercício de suas atividades no âmbito do Ministério da Fazenda. (art. 258-A da Lei 11.907/2009)

VB - Vencimento Básico (Anexo CXL da Lei 11.907/2009)

GEAF - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do PECFAZ

Os valores da GEAF são os estabelecidos no Anexo CXXXVIII da Lei nº 11.907/2009

GDAFAZ - Gratificação de Desempenho de Atividade Fazendária

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDAFAZ no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.(Anexo CXXXVII da Lei nº 11.907/2009)

(*) A GDAFAZ será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no anexo CXXXVIII da Lei nº 11.907/2009.

A pontuação referente à GDAFAZ será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II -até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) **Aposentado** GEAF integrará os proventos de aposentadoria e as pensões (§ 2º do art. 251 da Lei nº 11.907/2009)

(**) **Aposentado** GDAFAZ - art. 249 da Lei nº 11.907/2009

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 88

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 85

47. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

* Médico do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006

Cargo: Médico

Jornada de Trabalho de Médico é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

CLASSE	PADRÃO	VB 20h (*)	GDM-SUFRAMA				** GQ- Gratificação de Qualificação						ATIVO						APOSENTADO			
			80 pts. (**)		100 pts. (***)		10% do >VBCargo		20% do >VBCargo		80 pts. TOTAL (em R\$)			100 pts. TOTAL (em R\$)			GDM-SUFRAMA		TOTAL (em R\$)			
											SEM GQ		COM GQ		SEM GQ		COM GQ		50 pts.		50 pts.	
											10%		20%		10%		20%		20h		20h	
		A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)								
ESPECIAL	III	5.315,28	1.661,60	2.077,00	531,53	1.063,06	6.976,88	7.508,41	8.039,94	7.392,28	7.923,81	8.455,34	1.038,50	6.353,78								
	II	5.156,46	1.613,60	2.017,00	531,53	1.063,06	6.770,06	7.301,59	7.833,12	7.173,46	7.704,99	8.236,52	1.008,50	6.164,96								
	I	5.002,39	1.567,20	1.959,00	531,53	1.063,06	6.569,59	7.101,12	7.632,65	6.961,39	7.492,92	8.024,45	979,50	5.981,89								
C	VI	4.852,92	1.522,40	1.903,00	531,53	1.063,06	6.375,32	6.906,85	7.438,38	6.755,92	7.287,45	7.818,98	951,50	5.804,42								
	V	4.707,92	1.478,40	1.848,00	531,53	1.063,06	6.186,32	6.717,85	7.249,38	6.555,92	7.087,45	7.618,98	924,00	5.631,92								
	IV	4.567,25	1.436,00	1.795,00	531,53	1.063,06	6.003,25	6.534,78	7.066,31	6.362,25	6.893,78	7.425,31	897,50	5.464,75								
	III	4.430,78	1.395,20	1.744,00	531,53	1.063,06	5.825,98	6.357,51	6.889,04	6.174,78	6.706,31	7.237,84	872,00	5.302,78								
	II	4.298,39	1.355,20	1.694,00	531,53	1.063,06	5.653,59	6.185,12	6.716,65	5.992,39	6.523,92	7.055,45	847,00	5.145,39								
	I	4.169,96	1.316,00	1.645,00	531,53	1.063,06	5.485,96	6.017,49	6.549,02	5.814,96	6.346,49	6.878,02	822,50	4.992,46								
B	VI	4.045,36	1.278,40	1.598,00	531,53	1.063,06	5.323,76	5.855,29	6.386,82	5.643,36	6.174,89	6.706,42	799,00	4.844,36								
	V	3.924,49	1.241,60	1.552,00	531,53	1.063,06	5.166,09	5.697,62	6.229,15	5.476,49	6.008,02	6.539,55	776,00	4.700,49								
	IV	3.807,23	1.206,40	1.508,00	531,53	1.063,06	5.013,63	5.545,16	6.076,69	5.315,23	5.846,76	6.378,29	754,00	4.561,23								
	III	3.693,47	1.172,00	1.465,00	531,53	1.063,06	4.865,47	5.397,00	5.928,53	5.158,47	5.690,00	6.221,53	732,50	4.425,97								
	II	3.583,11	1.138,40	1.423,00	531,53	1.063,06	4.721,51	5.253,04	5.784,57	5.006,11	5.537,64	6.069,17	711,50	4.294,61								
A	I	3.476,05	1.105,60	1.382,00	531,53	1.063,06	4.581,65	5.113,18	5.644,71	4.858,05	5.389,58	5.921,11	691,00	4.167,05								
	V	3.372,19	1.073,60	1.342,00	531,53	1.063,06	4.445,79	4.977,32	5.508,85	4.714,19	5.245,72	5.777,25	671,00	4.043,19								
	IV	3.271,43	1.043,20	1.304,00	531,53	1.063,06	4.314,63	4.846,16	5.377,69	4.575,43	5.106,96	5.638,49	652,00	3.923,43								
	III	3.173,68	1.013,60	1.267,00	531,53	1.063,06	4.187,28	4.718,81	5.250,34	4.440,68	4.972,21	5.503,74	633,50	3.807,18								
	II	3.078,85	984,80	1.231,00	531,53	1.063,06	4.063,65	4.595,18	5.126,71	4.309,85	4.841,38	5.372,91	615,50	3.694,35								
I	2.986,85	956,80	1.196,00	531,53	1.063,06	3.943,65	4.475,18	5.006,71	4.182,85	4.714,38	5.245,91	598,00	3.584,85									

Nível Superior - 40 h

CLASSE	PADRÃO	VB 40h (*)	GDM-SUFRAMA				** GQ- Gratificação de Qualificação						ATIVO						APOSENTADO			
			80 pts. (**)		100 pts. (***)		10% do >VBCargo		20% do >VBCargo		80 pts. TOTAL (em R\$)			100 pts. TOTAL (em R\$)			GDM-SUFRAMA		TOTAL (em R\$)			
											SEM GQ		COM GQ		SEM GQ		COM GQ		50 pts.		50 pts.	
											10%		20%		10%		20%		40h		40h	
		A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)								
ESPECIAL	III	10.630,56	1.661,60	2.077,00	1.063,06	2.126,11	12.292,16	13.355,22	14.418,27	12.707,56	13.770,62	14.833,67	1.038,50	11.669,06								
	II	10.312,92	1.613,60	2.017,00	1.063,06	2.126,11	11.926,52	12.989,58	14.052,63	12.329,92	13.392,98	14.456,03	1.008,50	11.321,42								
	I	10.004,78	1.567,20	1.959,00	1.063,06	2.126,11	11.571,98	12.635,04	13.698,09	11.963,78	13.026,84	14.089,89	979,50	10.984,28								
C	VI	9.705,84	1.522,40	1.903,00	1.063,06	2.126,11	11.228,24	12.291,30	13.354,35	11.608,84	12.671,90	13.734,95	951,50	10.657,34								
	V	9.415,84	1.478,40	1.848,00	1.063,06	2.126,11	10.894,24	11.957,30	13.020,35	11.263,84	12.326,90	13.389,95	924,00	10.339,84								
	IV	9.134,50	1.436,00	1.795,00	1.063,06	2.126,11	10.570,50	11.633,56	12.696,61	10.929,50	11.992,56	13.055,61	897,50	10.032,00								
	III	8.861,56	1.395,20	1.744,00	1.063,06	2.126,11	10.256,76	11.319,82	12.382,87	10.605,56	11.668,62	12.731,67	872,00	9.733,56								
	II	8.596,78	1.355,20	1.694,00	1.063,06	2.126,11	9.951,98	11.015,04	12.078,09	10.290,78	11.353,84	12.416,89	847,00	9.443,78								
	I	8.339,92	1.316,00	1.645,00	1.063,06	2.126,11	9.655,92	10.718,98	11.782,03	9.984,92	11.047,98	12.111,03	822,50	9.162,42								
B	VI	8.090,72	1.278,40	1.598,00	1.063,06	2.126,11	9.369,12	10.432,18	11.495,23	9.688,72	10.751,78	11.814,83	799,00	8.889,72								
	V	7.848,98	1.241,60	1.552,00	1.063,06	2.126,11	9.090,58	10.153,64	11.216,69	9.400,98	10.464,04	11.527,09	776,00	8.624,98								
	IV	7.614,46	1.206,40	1.508,00	1.063,06	2.126,11	8.820,86	9.883,92	10.946,97	9.122,46	10.185,52	11.248,57	754,00	8.368,46								
	III	7.386,94	1.172,00	1.465,00	1.063,06	2.126,11	8.558,94	9.622,00	10.685,05	8.851,94	9.915,00	10.978,05	732,50	8.119,44								
	II	7.166,22	1.138,40	1.423,00	1.063,06	2.126,11	8.304,62	9.367,68	10.430,73	8.589,22	9.652,28	10.715,33	711,50	7.877,72								
I	6.952,10	1.105,60	1.382,00	1.063,06	2.126,11	8.057,70	9.120,76	10.183,81	8.334,10	9.397,16	10.460,21	691,00	7.643,10									
A	V	6.744,38	1.073,60	1.342,00	1.063,06	2.126,11	7.817,98	8.881,04	9.944,09	8.086,38	9.149,44	10.212,49	671,00	7.415,38								
	IV	6.542,86	1.043,20	1.304,00	1.063,06	2.126,11	7.586,06	8.649,12	9.712,17	7.846,86	8.909,92	9.972,97	652,00	7.194,86								
	III	6.347,36	1.013,60	1.267,00	1.063,06	2.126,11	7.360,96	8.424,02	9.487,07	7.614,36	8.677,42	9.740,47	633,50	6.980,86								
	II	6.157,70	984,80	1.231,00	1.063,06	2.126,11	7.142,50	8.205,56	9.268,61	7.388,70	8.451,76	9.514,81	615,50	6.773,20								
	I	5.973,70	956,80	1.196,00	1.063,06	2.126,11	6.930,50	7.993,56	9.056,61	7.169,70	8.232,76	9.295,81	598,00	6.571,70								

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

* Fica estruturado, a partir de 1º de outubro de 2006, o Plano Especial de Cargos da Suframa, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Suframa e nele lotados em 31 de dezembro de 2005 ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até a referida data.(art.1º Lei 11.356/2006)

VB - Vencimento Básico

(*) VB - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-SUFRAMA - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA, de que trata a Lei nº 11.356, de 2006

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-SUFRAMA devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessação ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-SUFRAMA terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto , em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-SUFRAMA será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

GQ - Gratificação de Qualificação (devida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 1º da Lei nº 11.356/2006, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento):

** GQ - 20% (vinte por cento) do maior vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos providos de cada nível; e

** GQ - 10% (dez por cento) do maior vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos providos de cada nível.

Observar o § 1º ao § 6º do art. 5 da Lei nº 11.356/2006.

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.112 de 11.12.1990
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92
Lei nº 8.622 de 19.01.93
Lei nº 8.645 de 01.04.93
Lei nº 8.659 de 27.05.93
Lei nº 8.676 de 13.07.93 art. 4º
Lei nº 8.880 de 27.05.94
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98
Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001
Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Lei nº 10.404 de 09.01.2002
Decreto nº 4.247 de 22.05.2002
Portaria nº 260 de 21.06.2002
Portaria nº 363 de 21.06.2002
Decreto nº 4.468 de 13.11.2002
Portaria nº 29 de 29.08.2002
Portaria nº 442 de 31.10.2002
Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
Lei nº 10.971 de 25.11.2004
Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006
Lei nº 11.356 de 19.10.2006
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006
Lei nº 11.490 de 20 de junho de 2007
Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009
Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 12.269 de 21.06.2010
Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Lei nº 12.702 de 07.08.2012

47. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

Cargos : Nível Superior da SUFRAMA

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDSUFRAMA			GQ		ATIVO			ATIVO			GDSUFRAMA	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		10%	20%	TOTAL (em R\$) - 80 pts.			TOTAL (em R\$) - 100 pts.			50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(*)			(**)		Sem GQ	10%	20%	Sem GQ	10%	20%	(***)	
		A	B	C	D	E	F=(A+B)	G=(A+B+D)	H=(A+B+E)	I=(A+C)	J=(A+C+D)	K=(A+C+E)	L	M=(A+L)	
ESPECIAL	III	5.315,28	1.661,60	2.077,00	531,53	1.063,06	6.976,88	7.508,41	8.039,94	7.392,28	7.923,81	8.455,34	1.038,50	6.353,78	
	II	5.156,46	1.613,60	2.017,00	531,53	1.063,06	6.770,06	7.301,59	7.833,12	7.173,46	7.704,99	8.236,52	1.008,50	6.164,96	
	I	5.002,39	1.567,20	1.959,00	531,53	1.063,06	6.569,59	7.101,12	7.632,65	6.961,39	7.492,92	8.024,45	979,50	5.981,89	
C	VI	4.852,92	1.522,40	1.903,00	531,53	1.063,06	6.375,32	6.906,85	7.438,38	6.755,92	7.287,45	7.818,98	951,50	5.804,42	
	V	4.707,92	1.478,40	1.848,00	531,53	1.063,06	6.186,32	6.717,85	7.249,38	6.555,92	7.087,45	7.618,98	924,00	5.631,92	
	IV	4.567,25	1.436,00	1.795,00	531,53	1.063,06	6.003,25	6.534,78	7.066,31	6.362,25	6.893,78	7.425,31	897,50	5.464,75	
	III	4.430,78	1.395,20	1.744,00	531,53	1.063,06	5.825,98	6.357,51	6.889,04	6.174,78	6.706,31	7.237,84	872,00	5.302,78	
	II	4.298,39	1.355,20	1.694,00	531,53	1.063,06	5.653,59	6.185,12	6.716,65	5.992,39	6.523,92	7.055,45	847,00	5.145,39	
	I	4.169,96	1.316,00	1.645,00	531,53	1.063,06	5.485,96	6.017,49	6.549,02	5.814,96	6.346,49	6.878,02	822,50	4.992,46	
B	VI	4.045,36	1.278,40	1.598,00	531,53	1.063,06	5.323,76	5.855,29	6.386,82	5.643,36	6.174,89	6.706,42	799,00	4.844,36	
	V	3.924,49	1.241,60	1.552,00	531,53	1.063,06	5.166,09	5.697,62	6.229,15	5.476,49	6.008,02	6.539,55	776,00	4.700,49	
	IV	3.807,23	1.206,40	1.508,00	531,53	1.063,06	5.013,63	5.545,16	6.076,69	5.315,23	5.846,76	6.378,29	754,00	4.561,23	
	III	3.693,47	1.172,00	1.465,00	531,53	1.063,06	4.865,47	5.397,00	5.928,53	5.158,47	5.690,00	6.221,53	732,50	4.425,97	
	II	3.583,11	1.138,40	1.423,00	531,53	1.063,06	4.721,51	5.253,04	5.784,57	5.006,11	5.537,64	6.069,17	711,50	4.294,61	
A	I	3.476,05	1.105,60	1.382,00	531,53	1.063,06	4.581,65	5.113,18	5.644,71	4.858,05	5.389,58	5.921,11	691,00	4.167,05	
	V	3.372,19	1.073,60	1.342,00	531,53	1.063,06	4.445,79	4.977,32	5.508,85	4.714,19	5.245,72	5.777,25	671,00	4.043,19	
	IV	3.271,43	1.043,20	1.304,00	531,53	1.063,06	4.314,63	4.846,16	5.377,69	4.575,43	5.106,96	5.638,49	652,00	3.923,43	
	III	3.173,68	1.013,60	1.267,00	531,53	1.063,06	4.187,28	4.718,81	5.250,34	4.440,68	4.972,21	5.503,74	633,50	3.807,18	
	II	3.078,85	984,80	1.231,00	531,53	1.063,06	4.063,65	4.595,18	5.126,71	4.309,85	4.841,38	5.372,91	615,50	3.694,35	
I	2.986,85	956,80	1.196,00	531,53	1.063,06	3.943,65	4.475,18	5.006,71	4.182,85	4.714,38	5.245,91	598,00	3.584,85		

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Fica estruturado, a partir de 1º de outubro de 2006, o Plano Especial de Cargos da Suframa, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Suframa e nele lotados em 31 de dezembro de 2005 ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até a referida data (art.1º Lei 11.356/2006)

VB - Vencimento Básico - Anexo III da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXXIV da MP 441/2008)

GDSUFRAMA - Gratificação de Desempenho da SUFRAMA

Fica instituída a Gratificação de Desempenho da Suframa - GDSUFRAMA, devida aos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 1º da Lei nº 11.356/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Suframa, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2008. (art. 1º-C da Lei nº 11.356/2006 e art. 77 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDSUFRAMA será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo III-A da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 (anexo XXXV MP 441/2008).

A pontuação referente à GDSUFRAMA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que sejam publicados os atos a que se referem os §§ 7º e 8º do art. 1º-C e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDSUFRAMA deverão percebê-la calculada com base na última pontuação recebida a título de Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, de que trata a Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002.

GQ - Gratificação de Qualificação (devida aos ocupantes dos cargos referidos no art. 1º da Lei nº 11.356/2006, quando em efetivo exercício do cargo, na forma estabelecida em regulamento):

(**) GQ - 20% (vinte por cento) do maior vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor, até o limite de 15% (quinze por cento) dos cargos providos de cada nível; e

(**) GQ - 10% (dez por cento) do maior vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor, até o limite de 30% (trinta por cento) dos cargos providos de cada nível.

Observar o § 1º ao § 6º do art. 5 da Lei nº 11.356/2006.

(***) **Aposentado** - GDSUFRAMA - art. 1º-j da Lei nº 11.356/2006 (alteração)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 de 13.07.93 art. 4º

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006

Lei nº 11.490 de 20 de junho de 2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 78

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 77

47. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

Cargos : Nível Intermediário da SUFRAMA

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDSUFRAMA		ATIVO		GDSUFRAMA	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	2.349,93	1.253,60	1.567,00	3.603,53	3.916,93	783,50	3.133,43
	II	2.280,38	1.222,40	1.528,00	3.502,78	3.808,38	764,00	3.044,38
	I	2.212,89	1.192,00	1.490,00	3.404,89	3.702,89	745,00	2.957,89
C	VI	2.154,71	1.162,40	1.453,00	3.317,11	3.607,71	726,50	2.881,21
	V	2.098,07	1.133,60	1.417,00	3.231,67	3.515,07	708,50	2.806,57
	IV	2.042,91	1.105,60	1.382,00	3.148,51	3.424,91	691,00	2.733,91
	III	1.989,20	1.078,40	1.348,00	3.067,60	3.337,20	674,00	2.663,20
	II	1.936,90	1.052,00	1.315,00	2.988,90	3.251,90	657,50	2.594,40
	I	1.885,98	1.026,40	1.283,00	2.912,38	3.168,98	641,50	2.527,48
B	VI	1.840,16	1.001,60	1.252,00	2.841,76	3.092,16	626,00	2.466,16
	V	1.795,45	977,60	1.222,00	2.773,05	3.017,45	611,00	2.406,45
	IV	1.751,83	954,40	1.193,00	2.706,23	2.944,83	596,50	2.348,33
	III	1.709,27	932,00	1.165,00	2.641,27	2.874,27	582,50	2.291,77
	II	1.667,75	910,40	1.138,00	2.578,15	2.805,75	569,00	2.236,75
	I	1.627,23	888,80	1.111,00	2.516,03	2.738,23	555,50	2.182,73
A	V	1.587,85	868,00	1.085,00	2.455,85	2.672,85	542,50	2.130,35
	IV	1.549,42	848,00	1.060,00	2.397,42	2.609,42	530,00	2.079,42
	III	1.511,93	828,80	1.036,00	2.340,73	2.547,93	518,00	2.029,93
	II	1.475,34	809,60	1.012,00	2.284,94	2.487,34	506,00	1.981,34
	I	1.439,64	791,20	989,00	2.230,84	2.428,64	494,50	1.934,14

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

Fica estruturado, a partir de 1º de outubro de 2006, o Plano Especial de Cargos da Suframa, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Suframa e nele lotados em 31 de dezembro de 2005 ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até a referida data(art.1º Lei 11.356/2006)

VB - Vencimento Básico - Anexo III da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXXIV da MP 441/2008)

GDSUFRAMA - Gratificação de Desempenho da SUFRAMA

Fica instituída a Gratificação de Desempenho da Suframa - GDSUFRAMA, devida aos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 1º da Lei nº 11.356/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Suframa, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2008.(art. 1º-C da Lei nº 11.356/2006 e art. 77 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDSUFRAMA será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo III-A da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 (anexo XXXV MP 441/2008).

A pontuação referente à GDSUFRAMA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008).

Até que sejam publicados os atos a que se referem os §§ 7º e 8º do art. 1º-C e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDSUFRAMA deverão percebê-la calculada com base na última pontuação recebida a título de Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, de que trata a Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002.

(**) **Aposentado** - GDSUFRAMA - art. 1º-j da Lei nº 11.356/2006 (alteração dada art. 73 MP 441/08)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006

Lei nº 11.490 de 20 de junho de 2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 - art. 20

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.78 e art. 99

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 77 e art. 96

47. PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA

Cargos de Nível Auxiliar da SUFRAMA

Nível Auxiliar

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDSUFRAMA		ATIVO		GDSUFRAMA	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
	III	1.288,80	553,60	692,00	1.842,40	1.980,80	346,00	1.634,80
ESPECIAL	II	1.251,87	540,00	675,00	1.791,87	1.926,87	337,50	1.589,37
	I	1.216,00	527,20	659,00	1.743,20	1.875,00	329,50	1.545,50

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

Fica estruturado, a partir de 1º de outubro de 2006, o Plano Especial de Cargos da Suframa, composto pelos cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou de planos correlatos das autarquias e fundações públicas não integrantes de Carreiras estruturadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Suframa e nele lotados em 31 de dezembro de 2005 ou que venham a ser para ele redistribuídos, desde que as respectivas redistribuições tenham sido requeridas até a referida data(art.1º Lei 11.356/2006)

VB - Vencimento Básico - Anexo III da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 (Anexo XXXIV da MP 441/2008)

GDSUFRAMA - Gratificação de Desempenho da SUFRAMA

Fica instituída a Gratificação de Desempenho da Suframa - GDSUFRAMA, devida aos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 1º da Lei nº 11.356/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na Suframa, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2008.(art. 1º-C da Lei nº 11.356/2006 e art. 77 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDSUFRAMA será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo III-A da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 (anexo XXXV MP 441/2008).

A pontuação referente à GDSUFRAMA será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008).

Até que sejam publicados os atos a que se referem os §§ 7º e 8º do art. 1º-C e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDSUFRAMA deverão percebê-la calculada com base na última pontuação recebida a título de Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, de que trata a Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002.

(**) **Aposentado** - GDSUFRAMA - art. 1º-j da Lei nº 11.356/2006 (alteração dada art. 73 MP 441/08)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.404 de 09.01.2002

Decreto nº 4.247 de 22.05.2002

Portaria nº 260 de 21.06.2002

Portaria nº 363 de 21.06.2002

Decreto nº 4.468 de 13.11.2002

Portaria nº 29 de 29.08.2002

Portaria nº 442 de 31.10.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006

Lei nº 11.490 de 20 de junho de 2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.78 e art. 99

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 77 e art. 96

48. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Médico do PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

Cargo: Médico

Cargo: Médico de Saúde Pública

Cargo: Médico do Trabalho

Cargo: Médico Marítimo

Cargo: Médico Veterinário

Jornada de Trabalho de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho, Médico Marítimo e Médico Veterinário é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-PGPE			ATIVO		GDM-PGPE	APOSETADO				
			(*) 20h	(**) 80 pts.	(***) 100 pts.	TOTAL (em R\$)				TOTAL (em R\$)			
						A	B				C	80 pts.	100 pts.
												D=(A+B)	E=(A+C)
ESPECIAL	III	3.383,00	1.813,60	2.267,00	5.196,60	5.650,00	1.133,50	4.516,50					
	II	3.290,86	1.778,40	2.223,00	5.069,26	5.513,86	1.111,50	4.402,36					
	I	3.201,23	1.743,20	2.179,00	4.944,43	5.380,23	1.089,50	4.290,73					
C	VI	3.107,99	1.712,00	2.140,00	4.819,99	5.247,99	1.070,00	4.177,99					
	V	3.023,34	1.678,40	2.098,00	4.701,74	5.121,34	1.049,00	4.072,34					
	IV	2.940,99	1.645,60	2.057,00	4.586,59	4.997,99	1.028,50	3.969,49					
	III	2.860,89	1.613,60	2.017,00	4.474,49	4.877,89	1.008,50	3.869,39					
	II	2.782,97	1.581,60	1.977,00	4.364,57	4.759,97	988,50	3.771,47					
	I	2.707,17	1.550,40	1.938,00	4.257,57	4.645,17	969,00	3.676,17					
B	VI	2.628,32	1.512,80	1.891,00	4.141,12	4.519,32	945,50	3.573,82					
	V	2.556,73	1.483,20	1.854,00	4.039,93	4.410,73	927,00	3.483,73					
	IV	2.487,09	1.454,40	1.818,00	3.941,49	4.305,09	909,00	3.396,09					
	III	2.419,35	1.425,60	1.782,00	3.844,95	4.201,35	891,00	3.310,35					
	II	2.353,45	1.397,60	1.747,00	3.751,05	4.100,45	873,50	3.226,95					
A	I	2.289,35	1.370,40	1.713,00	3.659,75	4.002,35	856,50	3.145,85					
	V	2.222,67	1.336,80	1.671,00	3.559,47	3.893,67	835,50	3.058,17					
	IV	2.162,13	1.310,40	1.638,00	3.472,53	3.800,13	819,00	2.981,13					
	III	2.103,24	1.284,80	1.606,00	3.388,04	3.709,24	803,00	2.906,24					
	II	2.045,95	1.260,00	1.575,00	3.305,95	3.620,95	787,50	2.833,45					
	I	1.990,22	1.235,20	1.544,00	3.225,42	3.534,22	772,00	2.762,22					

Nível Superior - 40 h

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-PGPE			ATIVO		GDM-PGPE	APOSETADO				
			(*) 40h	(**) 80 pts.	(***) 100 pts.	TOTAL (em R\$)				TOTAL (em R\$)			
						A	B				C	80 pts.	100 pts.
												D=(A+B)	E=(A+C)
ESPECIAL	III	6.766,00	1.813,60	2.267,00	8.579,60	9.033,00	1.133,50	7.899,50					
	II	6.581,72	1.778,40	2.223,00	8.360,12	8.804,72	1.111,50	7.693,22					
	I	6.402,46	1.743,20	2.179,00	8.145,66	8.581,46	1.089,50	7.491,96					
C	VI	6.215,98	1.712,00	2.140,00	7.927,98	8.355,98	1.070,00	7.285,98					
	V	6.046,68	1.678,40	2.098,00	7.725,08	8.144,68	1.049,00	7.095,68					
	IV	5.881,98	1.645,60	2.057,00	7.527,58	7.938,98	1.028,50	6.910,48					
	III	5.721,78	1.613,60	2.017,00	7.335,38	7.738,78	1.008,50	6.730,28					
	II	5.565,94	1.581,60	1.977,00	7.147,54	7.542,94	988,50	6.554,44					
	I	5.414,34	1.550,40	1.938,00	6.964,74	7.352,34	969,00	6.383,34					
B	VI	5.256,64	1.512,80	1.891,00	6.769,44	7.147,64	945,50	6.202,14					
	V	5.113,46	1.483,20	1.854,00	6.596,66	6.967,46	927,00	6.040,46					
	IV	4.974,18	1.454,40	1.818,00	6.428,58	6.792,18	909,00	5.883,18					
	III	4.838,70	1.425,60	1.782,00	6.264,30	6.620,70	891,00	5.729,70					
	II	4.706,90	1.397,60	1.747,00	6.104,50	6.453,90	873,50	5.580,40					
A	I	4.578,70	1.370,40	1.713,00	5.949,10	6.291,70	856,50	5.435,20					
	V	4.445,34	1.336,80	1.671,00	5.782,14	6.116,34	835,50	5.280,84					
	IV	4.324,26	1.310,40	1.638,00	5.634,66	5.962,26	819,00	5.143,26					
	III	4.206,48	1.284,80	1.606,00	5.491,28	5.812,48	803,00	5.009,48					
	II	4.091,90	1.260,00	1.575,00	5.351,90	5.666,90	787,50	4.879,40					
	I	3.980,44	1.235,20	1.544,00	5.215,64	5.524,44	772,00	4.752,44					

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho, Médico Marítimo e Médico Veterinário, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-PGPE - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 2006

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-PGPE devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho, Médico Veterinário e Médico Marítimo, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) AGDM-PGPE terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-PGPE será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional (§4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 recebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70	Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008
Lei nº 8.112 de 11.12.1990	Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 8.645 de 01.04.93	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Lei nº 8.659 de 27.05.93	Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19
Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º	Orientação normativa nº 01 de 11.01.2010
Lei nº 10.331 de 18.12.2001	Decreto nº 7.133 de 19.03.2010
Lei nº 10.697 de 02.07.2003	Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 19
Lei nº 10.698 de 02.07.2003	Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006	Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Lei nº 11.357 de 19.10.2006	
Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15	
Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007	
Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15	
Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008	

48. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

* Cargos de Nível Superior do PGPE:

Cargo: Engenheiro Agrônomo (Exceto INCRA) do PGPE

Cargo: Farmacêutico do PGPE

Cargo: Químico do PGPE

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	ANEXO IX	GDPGPE		ATIVO		GDPGPE	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
				A	B	C	(*)	D	80 pts.
ESPECIAL	III	3.383,00	115,62	2.893,60	3.617,00	6.392,22	7.115,62	1.808,50	5.307,12
	II	3.290,86	112,01	2.827,20	3.534,00	6.230,07	6.936,87	1.767,00	5.169,87
	I	3.201,23	108,52	2.762,40	3.453,00	6.072,15	6.762,75	1.726,50	5.036,25
C	VI	3.107,99	105,14	2.631,20	3.289,00	5.844,33	6.502,13	1.644,50	4.857,63
	V	3.023,34	101,86	2.570,40	3.213,00	5.695,60	6.338,20	1.606,50	4.731,70
	IV	2.940,99	98,68	2.511,20	3.139,00	5.550,87	6.178,67	1.569,50	4.609,17
	III	2.860,89	95,61	2.453,60	3.067,00	5.410,10	6.023,50	1.533,50	4.490,00
	II	2.782,97	93,13	2.397,60	2.997,00	5.273,70	5.873,10	1.498,50	4.374,60
	I	2.707,17	89,73	2.342,40	2.928,00	5.139,30	5.724,90	1.464,00	4.260,90
B	VI	2.628,32	86,94	2.231,20	2.789,00	4.946,46	5.504,26	1.394,50	4.109,76
	V	2.556,73	84,23	2.180,00	2.725,00	4.820,96	5.365,96	1.362,50	4.003,46
	IV	2.487,09	81,59	2.129,60	2.662,00	4.698,28	5.230,68	1.331,00	3.899,68
	III	2.419,35	79,05	2.080,80	2.601,00	4.579,20	5.099,40	1.300,50	3.798,90
	II	2.353,45	76,59	2.032,80	2.541,00	4.462,84	4.971,04	1.270,50	3.700,54
	I	2.289,35	74,18	1.986,40	2.483,00	4.349,93	4.846,53	1.241,50	3.605,03
A	V	2.222,67	71,88	1.892,00	2.365,00	4.186,55	4.659,55	1.182,50	3.477,05
	IV	2.162,13	69,64	1.848,80	2.311,00	4.080,57	4.542,77	1.155,50	3.387,27
	III	2.103,24	67,47	1.806,40	2.258,00	3.977,11	4.428,71	1.129,00	3.299,71
	II	2.045,95	65,36	1.764,80	2.206,00	3.876,11	4.317,31	1.103,00	3.214,31
	I	1.990,22	63,32	1.724,00	2.155,00	3.777,54	4.208,54	1.077,50	3.131,04

* Carços de Nível Superior do PGPE : Engenheiro Agrônomo do PGPE , Farmacêutico do PGPE e Químico do PGPE

PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

Anexo IX - Lei nº 8.460/92 - valor fixado em tabela (com reajuste linear)

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

(*) Até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrarem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19.10.2006

(*) A GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º da Lei 11.357/2006, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (Lei nº 11.784/2008)

(**) **Aposentado** GDPGPE - art. § 4º art. 7º-A da Lei nº 11.357/2006 (art. 1º da Lei nº 11.784/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19

Orientação normativa nº 01 de 11.01.2010

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 19

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.97

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 94

48. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

* Cargos de Nível Superior do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I, II, IV e V do art. 1º da Lei nº 11.357/2007 :

Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Analista Técnico-Administrativo, de nível superior (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Indigenista Especializado, de nível superior (item V do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDPGPE			ATIVO		GDPGPE	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
	A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)		
ESPECIAL	III	3.383,00	2.893,60	3.617,00	6.276,60	7.000,00	1.808,50	5.191,50	
	II	3.290,86	2.827,20	3.534,00	6.118,06	6.824,86	1.767,00	5.057,86	
	I	3.201,23	2.762,40	3.453,00	5.963,63	6.654,23	1.726,50	4.927,73	
C	VI	3.107,99	2.631,20	3.289,00	5.739,19	6.396,99	1.644,50	4.752,49	
	V	3.023,34	2.570,40	3.213,00	5.593,74	6.236,34	1.606,50	4.629,84	
	IV	2.940,99	2.511,20	3.139,00	5.452,19	6.079,99	1.569,50	4.510,49	
	III	2.860,89	2.453,60	3.067,00	5.314,49	5.927,89	1.533,50	4.394,39	
	II	2.782,97	2.397,60	2.997,00	5.180,57	5.779,97	1.498,50	4.281,47	
	I	2.707,17	2.342,40	2.928,00	5.049,57	5.635,17	1.464,00	4.171,17	
B	VI	2.628,32	2.231,20	2.789,00	4.859,52	5.417,32	1.394,50	4.022,82	
	V	2.556,73	2.180,00	2.725,00	4.736,73	5.281,73	1.362,50	3.919,23	
	IV	2.487,09	2.129,60	2.662,00	4.616,69	5.149,09	1.331,00	3.818,09	
	III	2.419,35	2.080,80	2.601,00	4.500,15	5.020,35	1.300,50	3.719,85	
	II	2.353,45	2.032,80	2.541,00	4.386,25	4.894,45	1.270,50	3.623,95	
A	I	2.289,35	1.986,40	2.483,00	4.275,75	4.772,35	1.241,50	3.530,85	
	V	2.222,67	1.892,00	2.365,00	4.114,67	4.587,67	1.182,50	3.405,17	
	IV	2.162,13	1.848,80	2.311,00	4.010,93	4.473,13	1.155,50	3.317,63	
	III	2.103,24	1.806,40	2.258,00	3.909,64	4.361,24	1.129,00	3.232,24	
	II	2.045,95	1.764,80	2.206,00	3.810,75	4.251,95	1.103,00	3.148,95	
I	1.990,22	1.724,00	2.155,00	3.714,22	4.145,22	1.077,50	3.067,72		

* Cargos de Nível Superior do PGPE : Servidores alcançados pelo § único itens I , II, IV e V do art. 1º da Lei nº 11.357/2006

* **I** -Cargos de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;

* **II** - Analista Técnico-Administrativo, de nível superior;

* **IV** - Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior; e

* **V** - Indigenista Especializado, de nível superior

PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

(*) Até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrarem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

(*) A GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º da Lei 11.357/2006, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (Lei nº 11.784/2008)

(**) **Aposentado** GDPGPE - art. § 4º art. 7º-A da Lei nº 11.357/2006 (art. 1º da Lei nº 11.784/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19

Orientação normativa nº 01 de 11.01.2010

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 19

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 97

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 94

48. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

* Cargos de Nível Intermediário do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I , III e VI do art. 1º da Lei nº 11.357/2007 :

Cargos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Assistente Técnico-Administrativo, de nível intermediário (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Agente em Indigenismo, de nível intermediário (item VI do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Nível Intermediário

CLASSE	PADRÃO	VB	GDPGPE			ATIVO		GDPGPE	Posição: julho/2012
			80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$)		50 pts	APOSENTADO
			A	B	C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	(**) F	TOTAL (em R\$) 50 pts. G=(A+F)
ESPECIAL	III	1.923,11	955,20	1.194,00		2.878,31	3.117,11	597,00	2.520,11
	II	1.904,07	943,20	1.179,00		2.847,27	3.083,07	589,50	2.493,57
	I	1.885,22	932,00	1.165,00		2.817,22	3.050,22	582,50	2.467,72
C	VI	1.857,36	916,80	1.146,00		2.774,16	3.003,36	573,00	2.430,36
	V	1.838,97	905,60	1.132,00		2.744,57	2.970,97	566,00	2.404,97
	IV	1.820,76	894,40	1.118,00		2.715,16	2.938,76	559,00	2.379,76
	III	1.802,73	884,00	1.105,00		2.686,73	2.907,73	552,50	2.355,23
	II	1.784,88	873,60	1.092,00		2.658,48	2.876,88	546,00	2.330,88
	I	1.767,21	863,20	1.079,00		2.630,41	2.846,21	539,50	2.306,71
B	VI	1.741,09	849,60	1.062,00		2.590,69	2.803,09	531,00	2.272,09
	V	1.723,85	839,20	1.049,00		2.563,05	2.772,85	524,50	2.248,35
	IV	1.706,78	829,60	1.037,00		2.536,38	2.743,78	518,50	2.225,28
	III	1.689,88	820,00	1.025,00		2.509,88	2.714,88	512,50	2.202,38
	II	1.673,15	810,40	1.013,00		2.483,55	2.686,15	506,50	2.179,65
A	I	1.656,58	800,80	1.001,00		2.457,38	2.657,58	500,50	2.157,08
	V	1.632,10	788,80	986,00		2.420,90	2.618,10	493,00	2.125,10
	IV	1.615,94	780,00	975,00		2.395,94	2.590,94	487,50	2.103,44
	III	1.599,94	771,20	964,00		2.371,14	2.563,94	482,00	2.081,94
	II	1.584,10	762,40	953,00		2.346,50	2.537,10	476,50	2.060,60
	I	1.568,42	753,60	942,00		2.322,02	2.510,42	471,00	2.039,42

* Cargos de Nível Intermediário do PGPE : Servidores alcançados pelo § único itens I , III e VI do art. 1º da Lei nº 11.357/2006

* **I** -Cargos de nível intermediário, do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;

* **III** - Assistente Técnico-Administrativo, de nível intermediário; e

* **VI** - Agente em Indigenismo, de nível intermediário.

PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

(*) Até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrarem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

(*) A GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º da Lei 11.357/2006, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (Lei nº 11.784/2008)

(**) **Aposentado** GDPGPE - art. § 4º art. 7º-A da Lei nº 11.357/2006 (art. 1º da Lei nº 11.784/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19

Orientação normativa nº 01 de 11.01.2010

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 19

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.97

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 94

48. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

* Cargos de Nível Auxiliar do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I e VII do art. 1º da Lei nº 11.357/2007 :

Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Auxiliar em Indigenismo, de nível auxiliar (item VII do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Nível Auxiliar										Posição: julho/2012
CLASSE	PADRÃO	VB	GEAAPGPE	GDPGPE		ATIVO		GDPGPE	APOSENTADO	
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)	
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.	
A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)			
ESPECIAL	III	1.159,56	713,27	237,60	297,00	2.110,43	2.169,83	148,50	2.021,33	
	II	1.158,46	649,88	232,80	291,00	2.041,14	2.099,34	145,50	1.953,84	
	I	1.157,36	588,75	228,80	286,00	1.974,91	2.032,11	143,00	1.889,11	

* Cargos de Nível Auxiliar do PGPE : Servidores alcançados pelo § único itens I e VII do art. 1º da Lei nº 11.357/2006

* **I** -Cargos de nível auxiliar, do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal; e

* **VII** - Auxiliar em Indigenismo, de nível auxiliar

PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

GAAAPGPE- Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do PGPE

GAAAPGPE - valores estabelecidos no anexo Anexo V-B da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006 (anexo VI da Lei 11.784/2008)

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

(*) Até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrarem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

(*) A GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º da Lei 11.357/2006, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (Lei nº 11.784/2008)

(**) **Aposentado** GDPGPE - art. § 4º art. 7º-A da Lei nº 11.357/2006 (redação dada art. 1º da Lei nº 11.784/2008)

(**) **Aposentado** GAAAPGPE - art. 7º-C da Lei nº 11.357/2006 (art. 82º da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19

Orientação normativa nº 01 de 11.01.2010

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 19

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.97

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 94

48. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC / MAPA :

(CEPLAC / MAPA - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

Cargos de Nível Superior do PGPE:

Cargo: Engenheiro Agrônomo do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA

Cargo: Farmacêutico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA

Cargo: Químico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA

Nível Superior

CLASSE	PADRÃO	VB	ANEXO IX	GECEPLAC (*) C	GDPGPE			ATIVO		GDPGPE	APOSENTADO
					80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)	
							80 pts.	100 pts.	(**)	(***)	
					A	B	F=(A+B+C)	G=(A+B+D)	H	I=(A+B+G)	
ESPECIAL	III	3.383,00	115,62	1.330,00	2.893,60	3.617,00	7.722,22	8.445,62	1.808,50	6.637,12	
	II	3.290,86	112,01	1.299,00	2.827,20	3.534,00	7.529,07	8.235,87	1.767,00	6.468,87	
	I	3.201,23	108,52	1.269,00	2.762,40	3.453,00	7.341,15	8.031,75	1.726,50	6.305,25	
C	VI	3.107,99	105,14	1.209,00	2.631,20	3.289,00	7.053,33	7.711,13	1.644,50	6.066,63	
	V	3.023,34	101,86	1.181,00	2.570,40	3.213,00	6.876,60	7.519,20	1.606,50	5.912,70	
	IV	2.940,99	98,68	1.154,00	2.511,20	3.139,00	6.704,87	7.332,67	1.569,50	5.763,17	
	III	2.860,89	95,61	1.128,00	2.453,60	3.067,00	6.538,10	7.151,50	1.533,50	5.618,00	
	II	2.782,97	93,13	1.102,00	2.397,60	2.997,00	6.375,70	6.975,10	1.498,50	5.476,60	
	I	2.707,17	89,73	1.077,00	2.342,40	2.928,00	6.216,30	6.801,90	1.464,00	5.337,90	
B	VI	2.628,32	86,94	1.026,00	2.231,20	2.789,00	5.972,46	6.530,26	1.394,50	5.135,76	
	V	2.556,73	84,23	1.002,00	2.180,00	2.725,00	5.822,96	6.367,96	1.362,50	5.005,46	
	IV	2.487,09	81,59	979,00	2.129,60	2.662,00	5.677,28	6.209,68	1.331,00	4.878,68	
	III	2.419,35	79,05	957,00	2.080,80	2.601,00	5.536,20	6.056,40	1.300,50	4.755,90	
	II	2.353,45	76,59	935,00	2.032,80	2.541,00	5.397,84	5.906,04	1.270,50	4.635,54	
	I	2.289,35	74,18	914,00	1.986,40	2.483,00	5.263,93	5.760,53	1.241,50	4.519,03	
A	V	2.222,67	71,88	870,00	1.892,00	2.365,00	5.056,55	5.529,55	1.182,50	4.347,05	
	IV	2.162,13	69,64	850,00	1.848,80	2.311,00	4.930,57	5.392,77	1.155,50	4.237,27	
	III	2.103,24	67,47	830,00	1.806,40	2.258,00	4.807,11	5.258,71	1.129,00	4.129,71	
	II	2.045,95	65,36	811,00	1.764,80	2.206,00	4.687,11	5.128,31	1.103,00	4.025,31	
	I	1.990,22	63,32	792,00	1.724,00	2.155,00	4.569,54	5.000,54	1.077,50	3.923,04	

CEPLAC/MAPA - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Órgão da CEPLAC - de acordo com o art. 6º da Lei nº 12.702/2012 - o art. 1º da Lei nº 8.691 de 28.07.1993 aplica-se aos servidores da CEPLAC - Carreira da Área de Ciência e Tecnologia, que tenham como principais objetivos a promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Quanto ao disposto nos arts. 26, 27 e 28 da Lei nº 8.691/1993 não se aplica aos servidores da CEPLAC.

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

Anexo IX - Lei nº 8.460/92 - valor fixado em tabela (com reajuste linear)

Fica instituída, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2012, a Gratificação de Apoio à Execução de Atividades da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - GECEPLAC

(*) **GECEPLAC** - Gratificação de Apoio à Execução de Atividades da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

GECEPLAC devida aos titulares de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, lotados e em efetivo exercício na CEPLAC, enquanto permanecerem nesta condição.

A GECEPLAC será paga em conjunto com a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens

Os servidores que fizerem jus à GECEPLAC que cumprirem jornada de trabalho inferior a quarenta horas semanais perceberão a gratificação proporcional à sua jornada de trabalho

A GECEPLAC não será devida nas hipóteses de cessão.

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

(*) Até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrarem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19.10.2006

(*) A GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º da Lei 11.357/2006, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (Lei nº 11.784/2008)

(**) **Aposentado** GDPGPE - art. § 4º art. 7º-A da Lei nº 11.357/2006 (art. 1º da Lei nº 11.784/2008)

(**) **Aposentado** - A GECEPLAC somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se houver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19

Orientação normativa nº 01 de 11.01.2010

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 19

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 2º e art. 6º

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 2º e art. 6º

48. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC / MAPA :

(CEPLAC/MAPA - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

* Cargos de Nível Superior do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I , II , IV e V do art. 1º da Lei nº 11.357/2007 :

Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Analista Técnico-Administrativo, de nível superior (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Indigenista Especializado, de nível superior (item V do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Nível Superior										Posição: julho/2012
CLASSE	PADRÃO	VB	GECEPLAC (*)	GDPGPE		ATIVO		GDPGPE	APOSENTADO	
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)	
					(**)	80 pts.	100 pts.	(***)	50 pts.	
	A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)		
ESPECIAL	III	3.383,00	1.330,00	2.893,60	3.617,00	7.606,60	8.330,00	1.808,50	6.521,50	
	II	3.290,86	1.299,00	2.827,20	3.534,00	7.417,06	8.123,86	1.767,00	6.356,86	
	I	3.201,23	1.269,00	2.762,40	3.453,00	7.232,63	7.923,23	1.726,50	6.196,73	
C	VI	3.107,99	1.209,00	2.631,20	3.289,00	6.948,19	7.605,99	1.644,50	5.961,49	
	V	3.023,34	1.181,00	2.570,40	3.213,00	6.774,74	7.417,34	1.606,50	5.810,84	
	IV	2.940,99	1.154,00	2.511,20	3.139,00	6.606,19	7.233,99	1.569,50	5.664,49	
	III	2.860,89	1.128,00	2.453,60	3.067,00	6.442,49	7.055,89	1.533,50	5.522,39	
	II	2.782,97	1.102,00	2.397,60	2.997,00	6.282,57	6.881,97	1.498,50	5.383,47	
	I	2.707,17	1.077,00	2.342,40	2.928,00	6.126,57	6.712,17	1.464,00	5.248,17	
B	VI	2.628,32	1.026,00	2.231,20	2.789,00	5.885,52	6.443,32	1.394,50	5.048,82	
	V	2.556,73	1.002,00	2.180,00	2.725,00	5.738,73	6.283,73	1.362,50	4.921,23	
	IV	2.487,09	979,00	2.129,60	2.662,00	5.595,69	6.128,09	1.331,00	4.797,09	
	III	2.419,35	957,00	2.080,80	2.601,00	5.457,15	5.977,35	1.300,50	4.676,85	
	II	2.353,45	935,00	2.032,80	2.541,00	5.321,25	5.829,45	1.270,50	4.558,95	
A	I	2.289,35	914,00	1.986,40	2.483,00	5.189,75	5.686,35	1.241,50	4.444,85	
	V	2.222,67	870,00	1.892,00	2.365,00	4.984,67	5.457,67	1.182,50	4.275,17	
	IV	2.162,13	850,00	1.848,80	2.311,00	4.860,93	5.323,13	1.155,50	4.167,63	
	III	2.103,24	830,00	1.806,40	2.258,00	4.739,64	5.191,24	1.129,00	4.062,24	
	II	2.045,95	811,00	1.764,80	2.206,00	4.621,75	5.062,95	1.103,00	3.959,95	
I	1.990,22	792,00	1.724,00	2.155,00	4.506,22	4.937,22	1.077,50	3.859,72		

* **Cargos de Nível Superior do PGPE** - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na **CEPLAC/MAPA : Servidores alcançados pelo § único itens I, II, IV e V do art. 1º da Lei nº 11.357/2006** :

* **I** - Cargos de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;

* **II** - Analista Técnico-Administrativo, de nível superior;

* **IV** - Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior; e

* **V** - Indigenista Especializado, de nível superior

CEPLAC/MAPA - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Órgão da CEPLAC - de acordo com o art. 6º da Lei nº 12.702/2012 - o art. 1º da Lei nº 8.691 de 28.07.1993 aplica-se aos servidores da CEPLAC - Carreira da Área de Ciência e Tecnologia, que tenham como principais objetivos a promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Quanto ao disposto nos arts. 26, 27 e 28 da Lei nº 8.691/1993 não se aplica aos servidores da CEPLAC.

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

Fica instituída, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2012, a Gratificação de Apoio à Execução de Atividades da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - GECEPLAC

(*) **GECEPLAC** - Gratificação de Apoio à Execução de Atividades da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

GECEPLAC devida aos titulares de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, lotados e em efetivo exercício na CEPLAC, enquanto permanecerem nesta condição.

A GECEPLAC será paga em conjunto com a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens

Os servidores que fizerem jus à GECEPLAC que cumprirem jornada de trabalho inferior a quarenta horas semanais perceberão a gratificação proporcional à sua jornada de trabalho

A GECEPLAC não será devida nas hipóteses de cessão.

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

(**) Até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrarem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

(**) A GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º da Lei 11.357/2006, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (Lei nº 11.784/2008)

(***) **Aposentado** GDPGPE - art. § 4º art. 7º-A da Lei nº 11.357/2006 (art. 1º da Lei nº 11.784/2008)

(***) **Aposentado** - A GECEPLAC somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se houver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19

Orientação normativa nº 01 de 11.01.2010

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 19

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 2º e art. 6º

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 2º e art. 6º

48. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC / MAPA :

(CEPLAC/MAPA - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

* Cargos de Nível Intermediário do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I , III e VI do art. 1º da Lei nº 11.357/2007 :

Cargos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Assistente Técnico-Administrativo, de nível intermediário (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Agente em Indigenismo, de nível intermediário (item VI do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GECEPLAC (*)	GDPGPE		ATIVO		GDPGPE (***)	APOSENTADO TOTAL (em R\$)	
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)				50 pts
				C	D	80 pts. E=(A+B+C)	100 pts. F=(A+B+D)			G
ESPECIAL	III	1.923,11	783,00	955,20	1.194,00	3.661,31	3.900,11	597,00	3.303,11	
	II	1.904,07	728,00	943,20	1.179,00	3.575,27	3.811,07	589,50	3.221,57	
	I	1.885,22	677,00	932,00	1.165,00	3.494,22	3.727,22	582,50	3.144,72	
C	VI	1.857,36	599,00	916,80	1.146,00	3.373,16	3.602,36	573,00	3.029,36	
	V	1.838,97	557,00	905,60	1.132,00	3.301,57	3.527,97	566,00	2.961,97	
	IV	1.820,76	518,00	894,40	1.118,00	3.233,16	3.456,76	559,00	2.897,76	
	III	1.802,73	482,00	884,00	1.105,00	3.168,73	3.389,73	552,50	2.837,23	
	II	1.784,88	448,00	873,60	1.092,00	3.106,48	3.324,88	546,00	2.778,88	
	I	1.767,21	417,00	863,20	1.079,00	3.047,41	3.263,21	539,50	2.723,71	
B	VI	1.741,09	369,00	849,60	1.062,00	2.959,69	3.172,09	531,00	2.641,09	
	V	1.723,85	343,00	839,20	1.049,00	2.906,05	3.115,85	524,50	2.591,35	
	IV	1.706,78	319,00	829,60	1.037,00	2.855,38	3.062,78	518,50	2.544,28	
	III	1.689,88	297,00	820,00	1.025,00	2.806,88	3.011,88	512,50	2.499,38	
	II	1.673,15	276,00	810,40	1.013,00	2.759,55	2.962,15	506,50	2.455,65	
	I	1.656,58	257,00	800,80	1.001,00	2.714,38	2.914,58	500,50	2.414,08	
A	V	1.632,10	227,00	788,80	986,00	2.647,90	2.845,10	493,00	2.352,10	
	IV	1.615,94	211,00	780,00	975,00	2.606,94	2.801,94	487,50	2.314,44	
	III	1.599,94	196,00	771,20	964,00	2.567,14	2.759,94	482,00	2.277,94	
	II	1.584,10	182,00	762,40	953,00	2.528,50	2.719,10	476,50	2.242,60	
	I	1.568,42	169,00	753,60	942,00	2.491,02	2.679,42	471,00	2.208,42	

* **Cargos de Nível Intermediário do PGPE** - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na **CEPLAC/MAPA** : Servidores alcançados pelo § único itens I, III e VI do art. 1º da Lei nº 11.357/2006 :

* **I** - Cargos de nível intermediário, do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;

* **III** - Assistente Técnico-Administrativo, de nível intermediário; e

* **VI** - Agente em Indigenismo, de nível intermediário.

CEPLAC/MAPA - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Órgão da CEPLAC - de acordo com o art. 6º da Lei nº 12.702/2012 - o art. 1º da Lei nº 8.691 de 28.07.1993 aplica-se aos servidores da CEPLAC - Carreira da Área de Ciência e Tecnologia, que tenham como principais objetivos a promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Quanto ao disposto nos arts. 26, 27 e 28 da Lei nº 8.691/1993 não se aplica aos servidores da CEPLAC.

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

Fica instituída, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2012, a Gratificação de Apoio à Execução de Atividades da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - GECEPLAC

(*) **GECEPLAC** - Gratificação de Apoio à Execução de Atividades da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

GECEPLAC devida aos titulares de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, lotados e em efetivo exercício na CEPLAC, enquanto permanecerem nesta condição.

A GECEPLAC será paga em conjunto com a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens

Os servidores que fizerem jus à GECEPLAC que cumprirem jornada de trabalho inferior a quarenta horas semanais perceberão a gratificação proporcional à sua jornada de trabalho

A GECEPLAC não será devida nas hipóteses de cessão.

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

(**) Até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrarem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

(**) A GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, ir do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situ 9o do art. 7º da Lei 11.357/2006, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (Lei nº 11.784/2008)

(***) **Aposentado** GDPGPE - art. § 4º art. 7º-A da Lei nº 11.357/2006 (art. 1º da Lei nº 11.784/2008)

(***) **Aposentado** - A GECEPLAC somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se houver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19

Orientação normativa nº 01 de 11.01.2010

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 19

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 2º e art. 6º

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 2º e art 6º

48. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC / MAPA :

(CEPLAC/MAPA - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

* Cargos de Nível Auxiliar do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I e VII do art. 1º da Lei nº 11.357/2007 :

Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Auxiliar em Indigenismo, de nível auxiliar (item VII do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Nível Auxiliar

CLASSE	PADRÃO	VB	GEAAPGPE	GECEPLAC (*)	GDPGPE		ATIVO		GDPGPE	APOSENTADO	
					80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)	
							80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.	(***)
					A	B	C	D	E	F=(A+B+C+D)	G=(A+B+C+E)
ESPECIAL	III	1.159,56	713,27	283,17	237,60	297,00	2.393,60	2.453,00	148,50	2.304,50	
	II	1.158,46	649,88	274,92	232,80	291,00	2.316,06	2.374,26	145,50	2.228,76	
	I	1.157,36	588,75	266,91	228,80	286,00	2.241,82	2.299,02	143,00	2.156,02	

* **Cargos de Nível Auxiliar do PGPE** - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na **CEPLAC/MAPA** : Servidores alcançados pelo § único itens I e VII do art. 1º da Lei nº 11.357/2006 :

* **I** -Cargos de nível auxiliar, do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal; e

* **VII** - Auxiliar em Indigenismo, de nível auxiliar

CEPLAC/MAPA - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Órgão da CEPLAC - de acordo com o art. 6º da Lei nº 12.702/2012 - o art. 1º da Lei nº 8.691 de 28.07.1993 aplica-se aos servidores da CEPLAC - Carreira da Área de Ciência e Tecnologia, que tenham como principais ob promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Quanto ao disposto nos arts. 26, 27 e 28 da Lei nº 8.691/1993 não se aplica aos servidores da CEPLAC.

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

GEAAPGPE- Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do PGPE

GEAAPGPE - valores estabelecidos no anexo Anexo V-B da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006 (anexo VI da Lei 11.784/2008)

Fica instituída, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2012, a Gratificação de Apoio à Execução de Atividades da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - GECEPLAC

(*) **GECEPLAC** - Gratificação de Apoio à Execução de Atividades da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

GECEPLAC devida aos titulares de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, lotados e em efetivo exercício na CEPLAC, enquanto permanecerem nesta condição.

A GECEPLAC será paga em conjunto com a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens

Os servidores que fizerem jus à GECEPLAC que cumprirem jornada de trabalho inferior a quarenta horas semanais perceberão a gratificação proporcional à sua jornada de trabalho

A GECEPLAC não será devida nas hipóteses de cessão.

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

(*) Até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrarem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

(*) A GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º da Lei 11.357/2006, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (Lei nº 11.784/2008)

(**) **Aposentado** GDPGPE - art. § 4º art. 7º-A da Lei nº 11.357/2006 (redação dada art. 1º da Lei nº 11.784/2008)

(**) **Aposentado** GEAAPGPE - art. 7º-C da Lei nº 11.357/2006 (art. 82º da Lei nº 11.907/2009)

(**) **Aposentado** - A GECEPLAC somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se houver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19

Orientação normativa nº 01 de 11.01.2010

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 19

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 2º e art. 6º

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 2º e art 6º

48. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA

(INMET / MAPA - Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

Cargos de Nível Superior do PGPE:

Cargo: Engenheiro Agrônomo do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA

Cargo: Farmacêutico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA

Cargo: Químico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA

Nível Superior

CLASSE	PADRÃO	VB	ANEXO IX	GEINMET (*)	GDPGPE		ATIVO		GDPGPE 50 pts (***)	Posição: julho/2012
					80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)			APOSENTADO
					D	E	80 pts. F=(A+B+C)	100 pts. G=(A+B+D)		H
ESPECIAL	III	3.383,00	115,62	1.330,00	2.893,60	3.617,00	7.722,22	8.445,62	1.808,50	6.637,12
	II	3.290,86	112,01	1.299,00	2.827,20	3.534,00	7.529,07	8.235,87	1.767,00	6.468,87
	I	3.201,23	108,52	1.269,00	2.762,40	3.453,00	7.341,15	8.031,75	1.726,50	6.305,25
C	VI	3.107,99	105,14	1.209,00	2.631,20	3.289,00	7.053,33	7.711,13	1.644,50	6.066,63
	V	3.023,34	101,86	1.181,00	2.570,40	3.213,00	6.876,60	7.519,20	1.606,50	5.912,70
	IV	2.940,99	98,68	1.154,00	2.511,20	3.139,00	6.704,87	7.332,67	1.569,50	5.763,17
	III	2.860,89	95,61	1.128,00	2.453,60	3.067,00	6.538,10	7.151,50	1.533,50	5.618,00
	II	2.782,97	93,13	1.102,00	2.397,60	2.997,00	6.375,70	6.975,10	1.498,50	5.476,60
	I	2.707,17	89,73	1.077,00	2.342,40	2.928,00	6.216,30	6.801,90	1.464,00	5.337,90
B	VI	2.628,32	86,94	1.026,00	2.231,20	2.789,00	5.972,46	6.530,26	1.394,50	5.135,76
	V	2.556,73	84,23	1.002,00	2.180,00	2.725,00	5.822,96	6.367,96	1.362,50	5.005,46
	IV	2.487,09	81,59	979,00	2.129,60	2.662,00	5.677,28	6.209,68	1.331,00	4.878,68
	III	2.419,35	79,05	957,00	2.080,80	2.601,00	5.536,20	6.056,40	1.300,50	4.755,90
	II	2.353,45	76,59	935,00	2.032,80	2.541,00	5.397,84	5.906,04	1.270,50	4.635,54
A	I	2.289,35	74,18	914,00	1.986,40	2.483,00	5.263,93	5.760,53	1.241,50	4.519,03
	V	2.222,67	71,88	870,00	1.892,00	2.365,00	5.056,55	5.529,55	1.182,50	4.347,05
	IV	2.162,13	69,64	850,00	1.848,80	2.311,00	4.930,57	5.392,77	1.155,50	4.237,27
	III	2.103,24	67,47	830,00	1.806,40	2.258,00	4.807,11	5.258,71	1.129,00	4.129,71
	II	2.045,95	65,36	811,00	1.764,80	2.206,00	4.687,11	5.128,31	1.103,00	4.025,31
I	1.990,22	63,32	792,00	1.724,00	2.155,00	4.569,54	5.000,54	1.077,50	3.923,04	

INMET/MAPA - Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Órgão do INMET - de acordo com o art. 6º da Lei nº 12.702/2012 - o art. 1º da Lei nº 8.691 de 28.07.1993 aplica-se aos servidores do INMET - Carreira da Área de Ciência e Tecnologia, que tenham como principais objetivos a promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Quanto ao disposto nos arts. 26, 27 e 28 da Lei nº 8.691/1993 não se aplica aos servidores do INMET.

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

Anexo IX - Lei nº 8.460/92 - valor fixado em tabela (com reajuste linear)

Fica instituída, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2012, a Gratificação de Apoio à Execução de Atividades de Meteorologia - GEINMET.

(*) **GEINMET** - Gratificação de Apoio à Execução de Atividades de Meteorologia

GEINMET devida aos titulares de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, lotados e em efetivo exercício no INMET, enquanto permanecerem nesta condição.

A GEINMET será paga em conjunto com a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens

Os servidores que fizerem jus à GEINMET que cumprirem jornada de trabalho inferior a quarenta horas semanais perceberão a gratificação proporcional a sua jornada de trabalho.

A GEINMET não será devida nas hipóteses de cessão.

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

(**) Até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrarem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

(**) A GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º da Lei 11.357/2006, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (Lei nº 11.784/2008)

(***) **Aposentado GDPGPE** - art. § 4º art. 7º-A da Lei nº 11.357/2006 (art. 1º da Lei nº 11.784/2008)

(***) **Aposentado** - A **GEINMET** somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se houver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19

Orientação normativa nº 01 de 11.01.2010

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 19

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 1º e art. 6º

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 1º e art. 6º

48. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET / MAPA

(INMET / MAPA - Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

* Cargos de Nível Superior do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I, II, IV e V do art. 1º da Lei nº 11.357/2007 :

Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Analista Técnico-Administrativo, de nível superior (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Indigenista Especializado, de nível superior (item V do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Nível Superior

CLASSE	PADRÃO	VB	GEINMET (*)	GDPGPE		ATIVO		GDPGPE	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
						80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
				A	B	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)
ESPECIAL	III	3.383,00	1.330,00	2.893,60	3.617,00	7.606,60	8.330,00	1.808,50	6.521,50
	II	3.290,86	1.299,00	2.827,20	3.534,00	7.417,06	8.123,86	1.767,00	6.356,86
	I	3.201,23	1.269,00	2.762,40	3.453,00	7.232,63	7.923,23	1.726,50	6.196,73
C	VI	3.107,99	1.209,00	2.631,20	3.289,00	6.948,19	7.605,99	1.644,50	5.961,49
	V	3.023,34	1.181,00	2.570,40	3.213,00	6.774,74	7.417,34	1.606,50	5.810,84
	IV	2.940,99	1.154,00	2.511,20	3.139,00	6.606,19	7.233,99	1.569,50	5.664,49
	III	2.860,89	1.128,00	2.453,60	3.067,00	6.442,49	7.055,89	1.533,50	5.522,39
	II	2.782,97	1.102,00	2.397,60	2.997,00	6.282,57	6.881,97	1.498,50	5.383,47
	I	2.707,17	1.077,00	2.342,40	2.928,00	6.126,57	6.712,17	1.464,00	5.248,17
B	VI	2.628,32	1.026,00	2.231,20	2.789,00	5.885,52	6.443,32	1.394,50	5.048,82
	V	2.556,73	1.002,00	2.180,00	2.725,00	5.738,73	6.283,73	1.362,50	4.921,23
	IV	2.487,09	979,00	2.129,60	2.662,00	5.595,69	6.128,09	1.331,00	4.797,09
	III	2.419,35	957,00	2.080,80	2.601,00	5.457,15	5.977,35	1.300,50	4.676,85
	II	2.353,45	935,00	2.032,80	2.541,00	5.321,25	5.829,45	1.270,50	4.558,95
I	2.289,35	914,00	1.986,40	2.483,00	5.189,75	5.686,35	1.241,50	4.444,85	
A	V	2.222,67	870,00	1.892,00	2.365,00	4.984,67	5.457,67	1.182,50	4.275,17
	IV	2.162,13	850,00	1.848,80	2.311,00	4.860,93	5.323,13	1.155,50	4.167,63
	III	2.103,24	830,00	1.806,40	2.258,00	4.739,64	5.191,24	1.129,00	4.062,24
	II	2.045,95	811,00	1.764,80	2.206,00	4.621,75	5.062,95	1.103,00	3.959,95
I	1.990,22	792,00	1.724,00	2.155,00	4.506,22	4.937,22	1.077,50	3.859,72	

* **Cargos de Nível Superior do PGPE** - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no **INMET/MAPA : Servidores alcançados pelo § único itens I, II, IV e V do art. 1º da Lei nº 11.357/2006 :**

* **I** - Cargos de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;

* **II** - Analista Técnico-Administrativo, de nível superior;

* **IV** - Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior; e

* **V** - Indigenista Especializado, de nível superior

PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

INMET/MAPA - Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Órgão do INMET - de acordo com o art. 6º da Lei nº 12.702/2012 - o art. 1º da Lei nº 8.691 de 28.07.1993 aplica-se aos servidores do INMET - Carreira da Área de Ciência e Tecnologia, que tenham como principais objetivos a promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Quanto ao disposto nos arts. 26, 27 e 28 da Lei nº 8.691/1993 não se aplica aos servidores do INMET.

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

Fica instituída, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2012, a Gratificação de Apoio à Execução de Atividades de Meteorologia - GEINMET.

(*) **GEINMET** - Gratificação de Apoio à Execução de Atividades de Meteorologia

GEINMET devida aos titulares de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, lotados e em efetivo exercício no INMET, enquanto permanecerem nesta condição.

A GEINMET será paga em conjunto com a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens

Os servidores que fizerem jus à GEINMET que cumprirem jornada de trabalho inferior a quarenta horas semanais perceberão a gratificação proporcional a sua jornada de trabalho.

A GEINMET não será devida nas hipóteses de cessão.

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

(**) Até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrarem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

(**) A GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9o do art. 7º da Lei 11.357/2006, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (Lei nº 11.784/2008)

(***) **Aposentado GDPGPE** - art. § 4º art. 7º-A da Lei nº 11.357/2006 (art. 1º da Lei nº 11.784/2008)

(***) **Aposentado - A GEINMET** somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se houver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19

Orientação normativa nº 01 de 11.01.2010

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 19

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 1º e art. 6º

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 1º e art. 6º

48. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET / MAPA

(INMET / MAPA - Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

* Cargos de Nível Intermediário do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I , III e VI do art. 1º da Lei nº 11.357/2007 :

Cargos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Assistente Técnico-Administrativo, de nível intermediário (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Agente em Indigenismo, de nível intermediário (item VI do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Nível Intermediário

CLASSE	PADRÃO	VB	GEINMET (*)	GDPGPE		ATIVO		GDPGPE 50 pts (**)	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts. H=(A+B+G)
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)			
				C	D	80 pts. E=(A+B+C)	100 pts. F=(A+B+D)		
ESPECIAL	III	1.923,11	783,00	955,20	1.194,00	3.661,31	3.900,11	597,00	3.303,11
	II	1.904,07	728,00	943,20	1.179,00	3.575,27	3.811,07	589,50	3.221,57
	I	1.885,22	677,00	932,00	1.165,00	3.494,22	3.727,22	582,50	3.144,72
C	VI	1.857,36	599,00	916,80	1.146,00	3.373,16	3.602,36	573,00	3.029,36
	V	1.838,97	557,00	905,60	1.132,00	3.301,57	3.527,97	566,00	2.961,97
	IV	1.820,76	518,00	894,40	1.118,00	3.233,16	3.456,76	559,00	2.897,76
	III	1.802,73	482,00	884,00	1.105,00	3.168,73	3.389,73	552,50	2.837,23
	II	1.784,88	448,00	873,60	1.092,00	3.106,48	3.324,88	546,00	2.778,88
	I	1.767,21	417,00	863,20	1.079,00	3.047,41	3.263,21	539,50	2.723,71
B	VI	1.741,09	369,00	849,60	1.062,00	2.959,69	3.172,09	531,00	2.641,09
	V	1.723,85	343,00	839,20	1.049,00	2.906,05	3.115,85	524,50	2.591,35
	IV	1.706,78	319,00	829,60	1.037,00	2.855,38	3.062,78	518,50	2.544,28
	III	1.689,88	297,00	820,00	1.025,00	2.806,88	3.011,88	512,50	2.499,38
	II	1.673,15	276,00	810,40	1.013,00	2.759,55	2.962,15	506,50	2.455,65
A	I	1.656,58	257,00	800,80	1.001,00	2.714,38	2.914,58	500,50	2.414,08
	V	1.632,10	227,00	788,80	986,00	2.647,90	2.845,10	493,00	2.352,10
	IV	1.615,94	211,00	780,00	975,00	2.606,94	2.801,94	487,50	2.314,44
	III	1.599,94	196,00	771,20	964,00	2.567,14	2.759,94	482,00	2.277,94
	II	1.584,10	182,00	762,40	953,00	2.528,50	2.719,10	476,50	2.242,60
I	1.568,42	169,00	753,60	942,00	2.491,02	2.679,42	471,00	2.208,42	

* **Cargos de Nível Intermediário do PGPE** - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no **INMET/MAPA** : Servidores alcançados pelo § único itens I, III e VI do art. 1º da Lei nº 11.357/2006 :

* **I** - Cargos de nível intermediário, do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;

* **III** - Assistente Técnico-Administrativo, de nível intermediário; e

* **VI** - Agente em Indigenismo, de nível intermediário.

PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

INMET/MAPA - Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Órgão do INMET - de acordo com o art. 6º da Lei nº 12.702/2012 - o art. 1º da Lei nº 8.691 de 28.07.1993 aplica-se aos servidores do INMET - Carreira da Área de Ciência e Tecnologia, que tenham como principais objetivos a promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Quanto ao disposto nos arts. 26, 27 e 28 da Lei nº 8.691/1993 não se aplica aos servidores do INMET.

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

Fica instituída, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2012, a Gratificação de Apoio à Execução de Atividades de Meteorologia - GEINMET.

(*) **GEINMET** - Gratificação de Apoio à Execução de Atividades de Meteorologia

GEINMET devida aos titulares de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, lotados e em efetivo exercício no INMET, enquanto permanecerem nesta condição.

A GEINMET será paga em conjunto com a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens

Os servidores que fizerem jus à GEINMET que cumprirem jornada de trabalho inferior a quarenta horas semanais perceberão a gratificação proporcional a sua jornada de trabalho.

A GEINMET não será devida nas hipóteses de cessão.

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

(**) Até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrarem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

(**) A GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º da Lei 11.357/2006, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (Lei nº 11.784/2008)

(***) **Aposentado GDPGPE** - art. § 4º art. 7º-A da Lei nº 11.357/2006 (art. 1º da Lei nº 11.784/2008)

Aposentado - A GEINMET somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se houver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19

Orientação normativa nº 01 de 11.01.2010

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 19

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 1º e art. 6º

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 1º e art. 6º

48. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET / MAPA

(INMET / MAPA - Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

* Cargos de Nível Auxiliar do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I e VII do art. 1º da Lei nº 11.357/2007 :

Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Auxiliar em Indigenismo, de nível auxiliar (item VII do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Nível Auxiliar

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GEAAPGPE	GEINMET (*)	GDPGPE		ATIVO		GDPGPE (***)	APOSENTADO		
					80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)				50 pts.	TOTAL (em R\$)
					A	B	C	D			E	F=(A+B+C+D)
	III	1.159,56	713,27	283,17	237,60	297,00	2.393,60	2.453,00	148,50	2.304,50		
ESPECIAL	II	1.158,46	649,88	274,92	232,80	291,00	2.316,06	2.374,26	145,50	2.228,76		
	I	1.157,36	588,75	266,91	228,80	286,00	2.241,82	2.299,02	143,00	2.156,02		

* **Cargos de Nível Auxiliar do PGPE** - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício do **INMET/MAPA : Servidores alcançados pelo § único itens I e VII do art. 1º da Lei nº 11.357/2006** :

* **I** - Cargos de nível auxiliar, do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal; e

* **VII** - Auxiliar em Indigenismo, de nível auxiliar

INMET/MAPA - Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Órgão do INMET - de acordo com o art. 6º da Lei nº 12.702/2012 - o art. 1º da Lei nº 8.691 de 28.07.1993 aplica-se aos servidores do INMET - Carreira da Área de Ciência e Tecnologia, que tenham como principais objetivos a promoção e a realização da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Quanto ao disposto nos arts. 26, 27 e 28 da Lei nº 8.691/1993 não se aplica aos servidores do INMET.

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

GEAAPGPE- Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do PGPE

GEAAPGPE - valores estabelecidos no anexo Anexo V-B da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006 (anexo VI da Lei 11.784/2008)

Fica instituída, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2012, a Gratificação de Apoio à Execução de Atividades de Meteorologia - GEINMET.

(*) **GEINMET** - Gratificação de Apoio à Execução de Atividades de Meteorologia

GEINMET devida aos titulares de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, lotados e em efetivo exercício no INMET, enquanto permanecerem nesta condição.

A GEINMET será paga em conjunto com a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens

Os servidores que fizerem jus à GEINMET que cumprirem jornada de trabalho inferior a quarenta horas semanais perceberão a gratificação proporcional a sua jornada de trabalho.

A GEINMET não será devida nas hipóteses de cessão.

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

(**) Até que seja regulamentada a GDPGPE e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, os servidores que integrarem o PGPE perceberão a GDPGPE em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) de seu valor máximo, observada a classe e o padrão do servidor, conforme estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006.

(**) A GDPGPE será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006

A pontuação referente à GDPGPE será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (instituída, a partir de 1º de janeiro de 2009), devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de níveis superior, intermediário e auxiliar do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo nos órgãos ou entidades da administração pública federal ou nas situações referidas no § 9º do art. 7º da Lei 11.357/2006, em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional. (Lei nº 11.784/2008)

(***) **Aposentado GDPGPE** - art. § 4º art. 7º-A da Lei nº 11.357/2006 (art. 1º da Lei nº 11.784/2008)

(***) **Aposentado GEAAPGPE** - art. 7º-C da Lei nº 11.357/2006 (art. 82º da Lei nº 11.907/2009)

(***) **Aposentado - A GEINMET** somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se houver sido percebida pelo servidor que a ela fizer jus por mais de sessenta meses.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art. 15

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.490 de 20.06.2007 art.15

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 19

Orientação normativa nº 01 de 11.01.2010

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010 art. 19

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 1º e art. 6º

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 1º e art. 6º

48. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Servidores do PGPE em exercício na SPU / MP

(SPU / MP - Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)

Cargos de Nível Superior do PGPE :

Cargo: Engenheiro Agrônomo do PGPE - servidores do PGPE em exercício na SPU/MP

Cargo: Farmacêutico do PGPE - servidores do PGPE em exercício na SPU/MP

Cargo: Químico do PGPE - servidores do PGPE em exercício na SPU/MP

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	ANEXO IX	GIAPU		ATIVO		GIAPU com 50%	APOSENTADO
				80%	100 %.	TOTAL (em R\$)			TOTAL (em R\$)
					(*)	80%	100 %.		(**)
	A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)	
ESPECIAL	III	3.383,00	115,62	2.893,60	3.617,00	6.392,22	7.115,62	1.808,50	5.307,12
	II	3.290,86	112,01	2.893,60	3.617,00	6.296,47	7.019,87	1.808,50	5.307,12
	I	3.201,23	108,52	2.893,60	3.617,00	6.203,35	6.926,75	1.808,50	5.307,12
C	VI	3.107,99	105,14	2.893,60	3.617,00	6.106,73	6.830,13	1.808,50	5.307,12
	V	3.023,34	101,86	2.893,60	3.617,00	6.018,80	6.742,20	1.808,50	5.307,12
	IV	2.940,99	98,68	2.893,60	3.617,00	5.933,27	6.656,67	1.808,50	5.307,12
	III	2.860,89	95,61	2.893,60	3.617,00	5.850,10	6.573,50	1.808,50	5.307,12
	II	2.782,97	93,13	2.893,60	3.617,00	5.769,70	6.493,10	1.808,50	5.307,12
	I	2.707,17	89,73	2.893,60	3.617,00	5.690,50	6.413,90	1.808,50	5.307,12
B	VI	2.628,32	86,94	2.893,60	3.617,00	5.608,86	6.332,26	1.808,50	5.307,12
	V	2.556,73	84,23	2.893,60	3.617,00	5.534,56	6.257,96	1.808,50	5.307,12
	IV	2.487,09	81,59	2.893,60	3.617,00	5.462,28	6.185,68	1.808,50	5.307,12
	III	2.419,35	79,05	2.893,60	3.617,00	5.392,00	6.115,40	1.808,50	5.307,12
	II	2.353,45	76,59	2.893,60	3.617,00	5.323,64	6.047,04	1.808,50	5.307,12
	I	2.289,35	74,18	2.893,60	3.617,00	5.257,13	5.980,53	1.808,50	5.307,12
A	V	2.222,67	71,88	2.893,60	3.617,00	5.188,15	5.911,55	1.808,50	5.307,12
	IV	2.162,13	69,64	2.893,60	3.617,00	5.125,37	5.848,77	1.808,50	5.307,12
	III	2.103,24	67,47	2.893,60	3.617,00	5.064,31	5.787,71	1.808,50	5.307,12
	II	2.045,95	65,36	2.893,60	3.617,00	5.004,91	5.728,31	1.808,50	5.307,12
	I	1.990,22	63,32	2.893,60	3.617,00	4.947,14	5.670,54	1.808,50	5.307,12

SPU/MP - Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

Anexo IX da Lei nº 8.460/92 - valor fixado (com reajuste linear)

GIAPU - Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União

GIAPU - devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício na Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, enquanto permanecerem nesta condição, na forma prevista nos arts. 21 e seguintes da Lei 11.095/2005)

(*) A GIAPU será paga aos servidores que a ela fazem jus, obedecidos os valores máximos estabelecidos no Anexo VI da Lei 11.095/2005, observado o respectivo nível, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - até 40% (quarenta por cento), em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho e da contribuição individual para o cumprimento das metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial;

II - 20% (vinte por cento), no mínimo, em decorrência da avaliação do resultado institucional do conjunto de unidades da Secretaria do Patrimônio da União no cumprimento de metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial, computadas de forma individualizada para cada unidade.

III - até 40% (quarenta por cento), em decorrência da avaliação da superação das metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial do conjunto de unidades da Secretaria do Patrimônio da União, computadas em âmbito nacional, considerando-se a totalidade dos resultados da Secretaria.

GIAPU não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo (ver art. 25 da Lei nº 11.095/2005)

É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GIAPU.(ver § 1º do art. 25 da Lei nº 11.095/2005)

(**) **Aposentado** - art. 27 da Lei 11.095 de 13.01.2005. A GIAPU integrará os proventos de aposentadoria e as pensões somente quando percebida pelo servidor no exercício do cargo há pelo menos 60 (sessenta) meses e será calculada, para essa finalidade, pela média aritmética dos valores percebidos pelo servidor nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria ou à instituição da pensão.art. 27 da Lei 11.095 de 13.01.2005 e Decreto nº 5.286 de 25.11.2004

Legislações Correspondentes

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei 8.112 de 11.12.1990

Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei 10.697 de 02.07.2003

Lei 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 - art. 21 GIAPU

Portaria nº 20 de 28.01.2004

Decreto nº 5286 de 25.11.2004

Lei nº 11.095 de 13.01.2005 - art. 21 GIAPU

Medida Provisória nº 248 DE 20.04.2005

Decreto nº 5.460 de 08.06.2005

Portaria nº 227 de 04.08.2005

Portaria nº 327 de 18.11.2005

Portaria nº 228 de 04.08.2006

Portaria nº 229 de 04.08.2007

Portaria nº 230 de 04.08.2008

Portaria nº 231 de 04.08.2009

Portaria nº 254 de 06.09.2005

Portaria nº 283 de 11.10.2005

Portaria nº 319 de 10.11.2005

Portaria nº 327 de 18.11.2005

Portaria nº 20 de 31.01.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Portaria nº 24, de 03.02.2012

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 96

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 93

48. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Servidores do PGPE em exercício na SPU / MP

(SPU / MP - Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)

*** Cargos de Nível Superior do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I , II, IV e V do art. 1º da Lei nº 11.357/2007 :**

Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Analista Técnico-Administrativo, de nível superior (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Indigenista Especializado, de nível superior (item V do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GIAPU			ATIVO		GIAPU com 50%	APOSENTADO
			80%	100 %	TOTAL (em R\$)		TOTAL (em R\$)		
			(*)		80%	100 %	50%		
A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)			
ESPECIAL	III	3.383,00	2.893,60	3.617,00	6.276,60	7.000,00	1.808,50	5.191,50	
	II	3.290,86	2.893,60	3.617,00	6.184,46	6.907,86	1.808,50	5.099,36	
	I	3.201,23	2.893,60	3.617,00	6.094,83	6.818,23	1.808,50	5.009,73	
C	VI	3.107,99	2.893,60	3.617,00	6.001,59	6.724,99	1.808,50	4.916,49	
	V	3.023,34	2.893,60	3.617,00	5.916,94	6.640,34	1.808,50	4.831,84	
	IV	2.940,99	2.893,60	3.617,00	5.834,59	6.557,99	1.808,50	4.749,49	
	III	2.860,89	2.893,60	3.617,00	5.754,49	6.477,89	1.808,50	4.669,39	
	II	2.782,97	2.893,60	3.617,00	5.676,57	6.399,97	1.808,50	4.591,47	
	I	2.707,17	2.893,60	3.617,00	5.600,77	6.324,17	1.808,50	4.515,67	
B	VI	2.628,32	2.893,60	3.617,00	5.521,92	6.245,32	1.808,50	4.436,82	
	V	2.556,73	2.893,60	3.617,00	5.450,33	6.173,73	1.808,50	4.365,23	
	IV	2.487,09	2.893,60	3.617,00	5.380,69	6.104,09	1.808,50	4.295,59	
	III	2.419,35	2.893,60	3.617,00	5.312,95	6.036,35	1.808,50	4.227,85	
	II	2.353,45	2.893,60	3.617,00	5.247,05	5.970,45	1.808,50	4.161,95	
	I	2.289,35	2.893,60	3.617,00	5.182,95	5.906,35	1.808,50	4.097,85	
A	V	2.222,67	2.893,60	3.617,00	5.116,27	5.839,67	1.808,50	4.031,17	
	IV	2.162,13	2.893,60	3.617,00	5.055,73	5.779,13	1.808,50	3.970,63	
	III	2.103,24	2.893,60	3.617,00	4.996,84	5.720,24	1.808,50	3.911,74	
	II	2.045,95	2.893,60	3.617,00	4.939,55	5.662,95	1.808,50	3.854,45	
	I	1.990,22	2.893,60	3.617,00	4.883,82	5.607,22	1.808,50	3.798,72	

* **Cargos de Nível Superior do PGPE** em exercício na **SPU/MP** : Servidores alcançados pelo § único itens I, II, IV e V do art. 1º da Lei nº 11.357/2006 :

* **I** - Cargos de nível superior do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;

* **II** - Analista Técnico-Administrativo, de nível superior;

* **IV** - Analista em Tecnologia da Informação, de nível superior; e

* **V** - Indigenista Especializado, de nível superior

SPU/MP - Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

GIAPU - Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União

GIAPU - devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício na Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, enquanto permanecerem nesta condição, na forma prevista nos arts. 21 e seguintes da Lei 11.095/2005)

(*) A GIAPU será paga aos servidores que a ela fazem jus, obedecidos os valores máximos estabelecidos no Anexo VI da Lei 11.095/2005, observado o respectivo nível, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - até 40% (quarenta por cento), em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho e da contribuição individual para o cumprimento das metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial;

II - 20% (vinte por cento), no mínimo, em decorrência da avaliação do resultado institucional do conjunto de unidades da Secretaria do Patrimônio da União no cumprimento de metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial, computadas de forma individualizada para cada unidade.

III - até 40% (quarenta por cento), em decorrência da avaliação da superação das metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial do conjunto de unidades da Secretaria do Patrimônio da União, computadas em âmbito nacional, considerando-se a totalidade dos resultados da Secretaria.

GIAPU não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo (ver art. 25 da Lei nº 11.095/2005)

É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GIAPU.(ver § 1º do art. 25 da Lei nº 11.095/2005)

(**) **Aposentado** - art. 27 da Lei 11.095 de 13.01.2005. A GIAPU integrará os proventos de aposentadoria e as pensões somente quando percebida pelo servidor no exercício do cargo há pelo menos 60 (sessenta) meses e será calculada, para essa finalidade, pela média aritmética dos valores percebidos pelo servidor nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria ou à instituição da pensão.art. 27 da Lei 11.095 de 13.01.2005 e Decreto nº 5.286 de 25.11.2004

Legislações Correspondentes

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei 8.112 de 11.12.1990

Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei 10.697 de 02.07.2003

Lei 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 - art. 21 GIAPU

Portaria nº 20 de 28.01.2004

Decreto nº 5286 de 25.11.2004

Lei nº 11.095 de 13.01.2005 - art. 21 GIAPU

Medida Provisória nº 248 DE 20.04.2005

Decreto nº 5.460 de 08.06.2005

Portaria nº 227 de 04.08.2005

Portaria nº 327 de 18.11.2005

Portaria nº 228 de 04.08.2006

Portaria nº 229 de 04.08.2007

Portaria nº 230 de 04.08.2008

Portaria nº 231 de 04.08.2009

Portaria nº 254 de 06.09.2005

Portaria nº 283 de 11.10.2005

Portaria nº 319 de 10.11.2005

Portaria nº 327 de 18.11.2005

Portaria nº 20 de 31.01.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Portaria nº 24, de 03.02.2012

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 96

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 93

48. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Servidores do PGPE em exercício na SPU / MP

(SPU / MP - Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)

* Cargos de Nível Intermediário do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I , III e VI do art. 1º da Lei nº 11.357/2007 :

Cargos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Assistente Técnico-Administrativo, de nível intermediário (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Agente em Indigenismo, de nível intermediário (item VI do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GIAPU			ATIVO		GIAPU com 50% (**)	APOSENTADO
			80%	100 %.		TOTAL (em R\$)			TOTAL (em R\$)
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)		F
ESPECIAL	III	1.923,11	1.319,20	1.649,00		3.242,31	3.572,11	824,50	2.747,61
	II	1.904,07	1.319,20	1.649,00		3.223,27	3.553,07	824,50	2.728,57
	I	1.885,22	1.319,20	1.649,00		3.204,42	3.534,22	824,50	2.709,72
C	VI	1.857,36	1.319,20	1.649,00		3.176,56	3.506,36	824,50	2.681,86
	V	1.838,97	1.319,20	1.649,00		3.158,17	3.487,97	824,50	2.663,47
	IV	1.820,76	1.319,20	1.649,00		3.139,96	3.469,76	824,50	2.645,26
	III	1.802,73	1.319,20	1.649,00		3.121,93	3.451,73	824,50	2.627,23
	II	1.784,88	1.319,20	1.649,00		3.104,08	3.433,88	824,50	2.609,38
	I	1.767,21	1.319,20	1.649,00		3.086,41	3.416,21	824,50	2.591,71
B	VI	1.741,09	1.319,20	1.649,00		3.060,29	3.390,09	824,50	2.565,59
	V	1.723,85	1.319,20	1.649,00		3.043,05	3.372,85	824,50	2.548,35
	IV	1.706,78	1.319,20	1.649,00		3.025,98	3.355,78	824,50	2.531,28
	III	1.689,88	1.319,20	1.649,00		3.009,08	3.338,88	824,50	2.514,38
	II	1.673,15	1.319,20	1.649,00		2.992,35	3.322,15	824,50	2.497,65
	I	1.656,58	1.319,20	1.649,00		2.975,78	3.305,58	824,50	2.481,08
A	V	1.632,10	1.319,20	1.649,00		2.951,30	3.281,10	824,50	2.456,60
	IV	1.615,94	1.319,20	1.649,00		2.935,14	3.264,94	824,50	2.440,44
	III	1.599,94	1.319,20	1.649,00		2.919,14	3.248,94	824,50	2.424,44
	II	1.584,10	1.319,20	1.649,00		2.903,30	3.233,10	824,50	2.408,60
	I	1.568,42	1.319,20	1.649,00		2.887,62	3.217,42	824,50	2.392,92

* **Cargos de Nível Intermediário do PGPE** em exercício na **SPU/MP** : Servidores alcançados pelo § único itens I, III e VI do art. 1º da Lei nº 11.357/2006 :

* **I** - Cargos de nível intermediário, do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal;

* **III** - Assistente Técnico-Administrativo, de nível intermediário; e

* **VI** - Agente em Indigenismo, de nível intermediário.

SPU/MP - Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006)

GIAPU - Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União

GIAPU - devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício na Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, enquanto permanecerem nesta condição, na forma prevista nos arts. 21 e seguintes da Lei 11.095/2005)

(*) A GIAPU será paga aos servidores que a ela fazem jus, obedecidos os valores máximos estabelecidos no Anexo VI da Lei 11.095/2005, observado o respectivo nível, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - até 40% (quarenta por cento), em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho e da contribuição individual para o cumprimento das metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial;

II - 20% (vinte por cento), no mínimo, em decorrência da avaliação do resultado institucional do conjunto de unidades da Secretaria do Patrimônio da União no cumprimento de metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial, computadas de forma individualizada para cada unidade.

III - até 40% (quarenta por cento), em decorrência da avaliação da superação das metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial do conjunto de unidades da Secretaria do Patrimônio da União, computadas em âmbito nacional, considerando-se a totalidade dos resultados da Secretaria.

GIAPU não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo (ver art. 25 da Lei nº 11.095/2005)

É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GIAPU. (ver § 1º do art. 25 da Lei nº 11.095/2005)

(**) **Aposentado** - art. 27 da Lei 11.095 de 13.01.2005. A GIAPU integrará os proventos de aposentadoria e as pensões somente quando percebida pelo servidor no exercício do cargo há pelo menos 60 (sessenta) meses e será calculada, para essa finalidade, pela média aritmética dos valores percebidos pelo servidor nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria ou à instituição da pensão. art. 27 da Lei 11.095 de 13.01.2005 e Decreto nº 5.286 de 25.11.2004

Legislações Correspondentes

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei 8.112 de 11.12.1990

Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei 10.697 de 02.07.2003

Lei 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 - art. 21 GIAPU

Portaria nº 20 de 28.01.2004

Decreto nº 5286 de 25.11.2004

Lei nº 11.095 de 13.01.2005 - art. 21 GIAPU

Medida Provisória nº 248 DE 20.04.2005

Decreto nº 5.460 de 08.06.2005

Portaria nº 227 de 04.08.2005

Portaria nº 327 de 18.11.2005

Portaria nº 228 de 04.08.2006

Portaria nº 229 de 04.08.2007

Portaria nº 230 de 04.08.2008

Portaria nº 231 de 04.08.2009

Portaria nº 254 de 06.09.2005

Portaria nº 283 de 11.10.2005

Portaria nº 319 de 10.11.2005

Portaria nº 327 de 18.11.2005

Portaria nº 20 de 31.01.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Portaria nº 24, de 03.02.2012

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 96

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 93

48. PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - PGPE

Servidores do PGPE em exercício na SPU / MP

(SPU / MP - Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)

* Cargos de Nível Auxiliar do PGPE - Servidores alcançados pelo § único itens I e VII do art. 1º da Lei nº 11.357/2007 :

Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Cargo: Auxiliar em Indigenismo, de nível auxiliar (item VII do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006)

Nível Auxiliar

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GIAPU			ATIVO		GIAPU	APOSENTADO
			80%	100 %.		TOTAL (em R\$)		com 50%	TOTAL (em R\$)
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
	III	1.159,56	690,40	863,00		1.849,96	2.022,56	431,50	1.591,06
ESPECIAL	II	1.158,46	690,40	863,00		1.848,86	2.021,46	431,50	1.589,96
	I	1.157,36	690,40	863,00		1.847,76	2.020,36	431,50	1.588,86

* **Cargos de Nível Auxiliar do PGPE** em exercício na **SPU/MP** : **Servidores alcançados pelo § único itens I e VII do art. 1º da Lei nº 11.357/2006** :

* **I** -Cargos de nível auxiliar, do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 6.550, de 5 de julho de 1978, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal da administração pública federal; e

* **VII** - Auxiliar em Indigenismo, de nível auxiliar

SPU/MP - Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

VB - Vencimento Básico (Anexo III da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006)

GIAPU - Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União

GIAPU - devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício na Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, enquanto permanecerem nesta condição, na forma prevista nos arts. 21 e seguintes da Lei 11.095/2005)

(*) A GIAPU será paga aos servidores que a ela fazem jus, obedecidos os valores máximos estabelecidos no Anexo VI da Lei 11.095/2005, observado o respectivo nível, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - até 40% (quarenta por cento), em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho e da contribuição individual para o cumprimento das metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial;

II - 20% (vinte por cento), no mínimo, em decorrência da avaliação do resultado institucional do conjunto de unidades da Secretaria do Patrimônio da União no cumprimento de metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial, computadas de forma individualizada para cada unidade.

III - até 40% (quarenta por cento), em decorrência da avaliação da superação das metas de administração do patrimônio imobiliário da União, de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial do conjunto de unidades da Secretaria do Patrimônio da União, computadas em âmbito nacional, considerando-se a totalidade dos resultados da Secretaria.

GIAPU não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo (ver art. 25 da Lei nº 11.095/2005)

É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GIAPU.(ver § 1º do art. 25 da Lei nº 11.095/2005)

(**) **Aposentado** - art. 27 da Lei 11.095 de 13.01.2005. A GIAPU integrará os proventos de aposentadoria e as pensões somente quando percebida pelo servidor no exercício do cargo há pelo menos 60 (sessenta) meses e será calculada, para essa finalidade, pela média aritmética dos valores percebidos pelo servidor nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria ou à instituição da pensão.art. 27 da Lei 11.095 de 13.01.2005 e Decreto nº 5.286 de 25.11.2004

Legislações Correspondentes

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei 8.112 de 11.12.1990

Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001 art.8º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei 10.697 de 02.07.2003

Lei 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 212 de 09.09.2004 - art. 21 GIAPU

Portaria nº 20 de 28.01.2004

Decreto nº 5286 de 25.11.2004

Lei nº 11.095 de 13.01.2005 - art. 21 GIAPU

Medida Provisória nº 248 DE 20.04.2005

Decreto nº 5.460 de 08.06.2005

Portaria nº 227 de 04.08.2005

Portaria nº 327 de 18.11.2005

Portaria nº 228 de 04.08.2006

Portaria nº 229 de 04.08.2007

Portaria nº 230 de 04.08.2008

Portaria nº 231 de 04.08.2009

Portaria nº 254 de 06.09.2005

Portaria nº 283 de 11.10.2005

Portaria nº 319 de 10.11.2005

Portaria nº 327 de 18.11.2005

Portaria nº 20 de 31.01.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Portaria nº 24, de 03.02.2012

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 96

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 93

49. Políticas Sociais

Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais

Cargo: Analista Técnico de Políticas Sociais

Nível Superior

Posição: maio/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	VPI	GDAPS		ATIVO		GDAPS	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
	A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)	
ESPECIAL	III	5.151,00	59,87	4.000,00	5.000,00	9.210,87	10.210,87	2.500,00	7.710,87
	II	4.949,11	59,87	3.833,60	4.792,00	8.842,58	9.800,98	2.396,00	7.404,98
	I	4.755,13	59,87	3.667,20	4.584,00	8.482,20	9.399,00	2.292,00	7.107,00
B	V	4.362,51	59,87	3.500,80	4.376,00	7.923,18	8.798,38	2.188,00	6.610,38
	IV	4.191,52	59,87	3.334,40	4.168,00	7.585,79	8.419,39	2.084,00	6.335,39
	III	4.027,24	59,87	3.168,00	3.960,00	7.255,11	8.047,11	1.980,00	6.067,11
	II	3.869,40	59,87	3.001,60	3.752,00	6.930,87	7.681,27	1.876,00	5.805,27
	I	3.717,74	59,87	2.835,20	3.544,00	6.612,81	7.321,61	1.772,00	5.549,61
A	V	3.410,77	59,87	2.668,80	3.336,00	6.139,44	6.806,64	1.668,00	5.138,64
	IV	3.277,09	59,87	2.502,40	3.128,00	5.839,36	6.464,96	1.564,00	4.900,96
	III	3.148,64	59,87	2.336,00	2.920,00	5.544,51	6.128,51	1.460,00	4.668,51
	II	3.025,24	59,87	2.169,60	2.712,00	5.254,71	5.797,11	1.356,00	4.441,11
	I	2.906,66	59,87	2.000,00	2.500,00	4.966,53	5.466,53	1.250,00	4.216,53

Fica criada , no âmbito do Poder Executivo, a Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, composta pelo cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais, de nível superior a partir de nov/2009.(art. 1º da Lei 12.094/2009)

VB - Vencimento Básico - Anexo II da lei 12.094/2009

VPI - Vantagem Pecuniária Individual - valor R\$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos) Lei 10.698/2003

GDAPS - Gratificação de Desempenho de Atividades em Políticas Sociais

A GDAPS intituída pelo art. 6º da Lei 12.094/2009 deve observar os seguintes limites:

I - máximo de 100 (cem) pontos por servidor; e

II - mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor.

A pontuação referente à GDAPS será assim distribuída:

I - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional; e

II - até vinte pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho individual.

(*) Os valores a serem pagos a título de GDAPS serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo III da Lei 12.094/2009

(*) GDAPS - Até que sejam processados os resultados do primeiro período de avaliação de desempenho, a GDAPS será paga no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAPS no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(**) **Aposentado** - GDAPS - art. 21 da Lei 12.094/2009.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 12.094 de 19.11.2009

Decreto nº 7.191 de 31.05.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 26

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

50. PREVIDENCIÁRIA

Carreira Previdenciária

* Médico integrantes do Quadro de Pessoal do INSS, referenciados no art. 1º da Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001

Cargo: Médico

Jornada de Trabalho de Médico é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-Prev			GEP (Vr.em R\$)	ATIVO		GDM-Prev (****) 50 pts.	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts. H=(A+D+G)
			(*) 20h A	(**) 80 pts. B	(***) 100 pts. C		TOTAL (em R\$)			
							80 pts. E=(A+B+D)	100 pts. F=(A+C+D)		
ESPECIAL	III	1.922,64	3.580,00	4.475,00	238,00	5.740,64	6.635,64	2.237,50	4.398,14	
	II	1.901,01	3.512,00	4.390,00	238,00	5.651,01	6.529,01	2.195,00	4.334,01	
	I	1.879,67	3.444,80	4.306,00	238,00	5.562,47	6.423,67	2.153,00	4.270,67	
C	VI	1.845,89	3.300,00	4.125,00	238,00	5.383,89	6.208,89	2.062,50	4.146,39	
	V	1.825,25	3.236,80	4.046,00	238,00	5.300,05	6.109,25	2.023,00	4.086,25	
	IV	1.804,89	3.174,40	3.968,00	238,00	5.217,29	6.010,89	1.984,00	4.026,89	
	III	1.784,79	3.112,80	3.891,00	238,00	5.135,59	5.913,79	1.945,50	3.968,29	
	II	1.764,95	3.052,80	3.816,00	238,00	5.055,75	5.818,95	1.908,00	3.910,95	
	I	1.745,35	2.994,40	3.743,00	238,00	4.977,75	5.726,35	1.871,50	3.854,85	
B	VI	1.714,36	2.866,40	3.583,00	238,00	4.818,76	5.535,36	1.791,50	3.743,86	
	V	1.695,40	2.810,40	3.513,00	238,00	4.743,80	5.446,40	1.756,50	3.689,90	
	IV	1.676,71	2.755,20	3.444,00	238,00	4.669,91	5.358,71	1.722,00	3.636,71	
	III	1.658,25	2.701,60	3.377,00	238,00	4.597,85	5.273,25	1.688,50	3.584,75	
	II	1.640,02	2.648,80	3.311,00	238,00	4.526,82	5.189,02	1.655,50	3.533,52	
	I	1.622,03	2.596,80	3.246,00	238,00	4.456,83	5.106,03	1.623,00	3.483,03	
A	V	1.593,56	2.484,00	3.105,00	238,00	4.315,56	4.936,56	1.552,50	3.384,06	
	IV	1.576,17	2.435,20	3.044,00	238,00	4.249,37	4.858,17	1.522,00	3.336,17	
	III	1.559,01	2.387,20	2.984,00	238,00	4.184,21	4.781,01	1.492,00	3.289,01	
	II	1.542,06	2.340,00	2.925,00	238,00	4.120,06	4.705,06	1.462,50	3.242,56	
	I	1.525,31	2.293,60	2.867,00	238,00	4.056,91	4.630,31	1.433,50	3.196,81	

Nível Superior - 40 h

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-Prev			GEP (Vr.em R\$)	ATIVO		GDM-Prev (****) 50 pts.	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts. H=(A+D+G)
			(*) 40h A	(**) 80 pts. B	(***) 100 pts. C		TOTAL (em R\$)			
							80 pts. E=(A+B+D)	100 pts. F=(A+C+D)		
ESPECIAL	III	3.845,28	3.580,00	4.475,00	238,00	7.663,28	8.558,28	2.237,50	6.320,78	
	II	3.802,02	3.512,00	4.390,00	238,00	7.552,02	8.430,02	2.195,00	6.235,02	
	I	3.759,34	3.444,80	4.306,00	238,00	7.442,14	8.303,34	2.153,00	6.150,34	
C	VI	3.691,78	3.300,00	4.125,00	238,00	7.229,78	8.054,78	2.062,50	5.992,28	
	V	3.650,50	3.236,80	4.046,00	238,00	7.125,30	7.934,50	2.023,00	5.911,50	
	IV	3.609,78	3.174,40	3.968,00	238,00	7.022,18	7.815,78	1.984,00	5.831,78	
	III	3.569,58	3.112,80	3.891,00	238,00	6.920,38	7.698,58	1.945,50	5.753,08	
	II	3.529,90	3.052,80	3.816,00	238,00	6.820,70	7.583,90	1.908,00	5.675,90	
	I	3.490,70	2.994,40	3.743,00	238,00	6.723,10	7.471,70	1.871,50	5.600,20	
B	VI	3.428,72	2.866,40	3.583,00	238,00	6.533,12	7.249,72	1.791,50	5.458,22	
	V	3.390,80	2.810,40	3.513,00	238,00	6.439,20	7.141,80	1.756,50	5.385,30	
	IV	3.353,42	2.755,20	3.444,00	238,00	6.346,62	7.035,42	1.722,00	5.313,42	
	III	3.316,50	2.701,60	3.377,00	238,00	6.256,10	6.931,50	1.688,50	5.243,00	
	II	3.280,04	2.648,80	3.311,00	238,00	6.166,84	6.829,04	1.655,50	5.173,54	
	I	3.244,06	2.596,80	3.246,00	238,00	6.078,86	6.728,06	1.623,00	5.105,06	
A	V	3.187,12	2.484,00	3.105,00	238,00	5.909,12	6.530,12	1.552,50	4.977,62	
	IV	3.152,34	2.435,20	3.044,00	238,00	5.825,54	6.434,34	1.522,00	4.912,34	
	III	3.118,02	2.387,20	2.984,00	238,00	5.743,22	6.340,02	1.492,00	4.848,02	
	II	3.084,12	2.340,00	2.925,00	238,00	5.662,12	6.247,12	1.462,50	4.784,62	
	I	3.050,62	2.293,60	2.867,00	238,00	5.582,22	6.155,62	1.433,50	4.722,12	

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* Cargos de nível superior integrantes do Quadro de Pessoal do INSS (referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001), que não optaram pela Carreira de Seguro Social.

* Fica estruturada a Carreira Previdenciária, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, composta dos cargos efetivos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras e não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual, coletivo ou institucional ou a produção, integrantes do Quadro de Pessoal daquela entidade, em 31 de outubro de 2001, enquadrando-se os servidores de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I da lei 10.355/2001. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei 10.355/2001 que não optarem na forma do art. 2º a Lei 10.355/2001, bem como os demais cargos que não integrem a Carreira Previdenciária comporão quadro suplementar em extinção. (art. 1º da Lei nº 10.355/2001).

* Os servidores integrantes da Carreira Previdenciária instituída pela Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, ou; regidos pelo Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados no INSS em 30 de novembro de 2003 serão enquadrados na Carreira do Seguro Social, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante do Anexo II da Lei 10.855/2004.O enquadramento de que trata o caput do art. 2º da Lei 10.855/2004 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência da Medida Provisória no 146, de 11 de dezembro de 2003. (art. 2º da Lei nº 10.855/2004)

Fica reaberto por 30 (trinta) dias a partir da vigência da Lei 10.483/2002, o prazo de opção de que trata o § 2º do art. 1º da Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, aos servidores do Instituto Nacional de Seguro Social ativos, inativos e pensionistas que não tenham exercido o referido direito no prazo originalmente previsto.(art.20 da Lei 10.483/2002)

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GEP - Gratificação Específica Previdenciária - anexo XLV da MP 568/2012 (art.3º da Lei 11.501/2007)

GDM-Prev - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas da Carreira Previdenciária de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-Prev devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-Prev terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto , em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-PREV será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.355 de 26.12.2001

Medida Provisória nº 86 de 18.12.2002

Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art. 5º a art. 8º e art. 19º

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 146 de 11.12.2003

Lei nº 10.855 de 01.04.2004

Medida Provisória nº 199 de 15.07.2004

Lei nº 10.997 de 15.12.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 272 de 26.12.2005

Lei nº 11.302 de 10.05.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

50. PREVIDENCIÁRIA

Carreira Previdenciária

* Cargos : Nível Superior do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art.1º da Lei nº 10.355/2001

** Cargo: Analista Previdenciário

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GEP	GDAP		ATIVO		GDAP	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		30 pts.	TOTAL (em R\$) - 30 pts.
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)
ESPECIAL	III	1.922,64	238,00	3.872,00	4.840,00	6.032,64	7.000,64	1.452,00	3.612,64
	II	1.901,01	238,00	3.751,20	4.689,00	5.890,21	6.828,01	1.406,70	3.545,71
	I	1.879,67	238,00	3.635,20	4.544,00	5.752,87	6.661,67	1.363,20	3.480,87
C	VI	1.845,89	238,00	3.416,80	4.271,00	5.500,69	6.354,89	1.281,30	3.365,19
	V	1.825,25	238,00	3.311,20	4.139,00	5.374,45	6.202,25	1.241,70	3.304,95
	IV	1.804,89	238,00	3.208,80	4.011,00	5.251,69	6.053,89	1.203,30	3.246,19
	III	1.784,79	238,00	3.109,60	3.887,00	5.132,39	5.909,79	1.166,10	3.188,89
	II	1.764,95	238,00	3.012,80	3.766,00	5.015,75	5.768,95	1.129,80	3.132,75
	I	1.745,35	238,00	2.919,20	3.649,00	4.902,55	5.632,35	1.094,70	3.078,05
B	VI	1.714,36	238,00	2.744,00	3.430,00	4.696,36	5.382,36	1.029,00	2.981,36
	V	1.695,40	238,00	2.659,20	3.324,00	4.592,60	5.257,40	997,20	2.930,60
	IV	1.676,71	238,00	2.576,80	3.221,00	4.491,51	5.135,71	966,30	2.881,01
	III	1.658,25	238,00	2.496,80	3.121,00	4.393,05	5.017,25	936,30	2.832,55
	II	1.640,02	238,00	2.419,20	3.024,00	4.297,22	4.902,02	907,20	2.785,22
I	1.622,03	238,00	2.344,00	2.930,00	4.204,03	4.790,03	879,00	2.739,03	
A	V	1.593,56	238,00	2.203,20	2.754,00	4.034,76	4.585,56	826,20	2.657,76
	IV	1.576,17	238,00	2.135,20	2.669,00	3.949,37	4.483,17	800,70	2.614,87
	III	1.559,01	238,00	2.068,80	2.586,00	3.865,81	4.383,01	775,80	2.572,81
	II	1.542,06	238,00	2.004,80	2.506,00	3.784,86	4.286,06	751,80	2.531,86
	I	1.525,31	238,00	1.942,40	2.428,00	3.705,71	4.191,31	728,40	2.491,71

* Cargo de nível superior integrantes do Quadro de Pessoal do INSS (referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001), que não optaram pela Carreira de Seguro Social.

* Fica estruturada a Carreira Previdenciária, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, composta dos cargos efetivos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras e não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual, coletivo ou institucional ou a produção, integrantes do Quadro de Pessoal daquela entidade, em 31 de outubro de 2001, enquadrando-se os servidores de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I da lei 10.355/2001. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei 10.355/2001 que não optarem na forma do art. 2º a Lei 10.355/2001, bem como os demais cargos que não integrem a Carreira Previdenciária comporão quadro suplementar em extinção. (art. 1º da Lei nº 10.355/2001)

* Os servidores integrantes da Carreira Previdenciária instituída pela Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, ou; regidos pelo Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados no INSS em 30 de novembro de 2003 serão enquadrados na Carreira do Seguro Social, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante do Anexo II da Lei 10.855/2004.O enquadramento de que trata o caput do art. 2º da Lei 10.855/2004 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência da Medida Provisória no 146, de 11 de dezembro de 2003. (art. 2º da Lei nº 10.855/2004)

Fica reaberto por 30 (trinta) dias a partir da vigência da Lei 10.483/2002, o prazo de opção de que trata o § 2º do art. 1º da Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, aos servidores do Instituto Nacional de Seguro Social ativos, inativos e pensionistas que não tenham exercido o referido direito no prazo originalmente previsto.(art.20 da Lei 10.483/2002)

** Os cargos de provimento efetivo de nível superior de Analista Previdenciário integrantes da Carreira do Seguro Social do Quadro de Pessoal do INSS, mantidas as atribuições gerais, passam a denominar-se Analista do Seguro Social. (art. 5-A da Lei 10.855/2004)

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

VB - Vencimento Básico - (Anexo II-A da Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001 (Anexo XXX da MP 441/2008)

GEP - Gratificação Específica Previdenciária

Valor de R\$ 238,00 (duzentos e trinta e oito reais).art.3º da Lei 11.501/2007

GDAP - Gratificação de Desempenho de Atividade Previdenciária

Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Previdenciária - GDAP, devida aos integrantes da Carreira Previdenciária, quando lotados e em efetivo exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no INSS, a partir de 1º de fevereiro de 2002.(art. 4º da Lei 10.355/2011)

A GDAP será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a GAE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

A GDAP é devida a Carreira Previdenciária, no âmbito do Instituto Nacional de Seguro Social-INSS, composta dos cargos efetivos regidos pela Lei nº 8.112/1990, que não estejam organizados em carreira e não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual, coletivo ou institucional ou a produção, integrantes do Quadro de Pessoal daquela entidade, em 31 de outubro de 2001, enquadrando-se os servidores de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I (art. 1º da Lei nº 10.355/2001).

(*) A GDAP terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo III da Lei nº 10.355/2001 art. 5º § 1º, § 2º, § 3º e, § 4º e § 5º.

A pontuação referente à GDAP será assim distribuída: I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.(§1º do art. 5 da Lei nº 10.355/2011)

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

O Cargo de Analista Previdenciário criado pela MP nº 86/2002, aplica-se o art. 5º da MP 86/2002 e os arts. 2º; 3º; 4º; 5º; 7º; 8º ; 9º e 10º da Lei nº 10.355/2001.

(**) **Aposentado** - GDAP art. 8º da Lei nº 10.355 de 26.12.2001

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.355 de 26.12.2001

Medida Provisória nº 86 de 18.12.2002

Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art. 5º a art. 8º e art. 19º

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 146 de 11.12.2003

Lei nº 10.855 de 01.04.2004

Medida Provisória nº 199 de 15.07.2004

Lei nº 10.997 de 15.12.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 272 de 26.12.2005

Lei nº 11.302 de 10.05.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 66 e art. 91

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 65 e art 88

50. PREVIDENCIÁRIA

Carreira Previdenciária

* Cargos : Nível Intermediário do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355/2001

** Cargo: Técnico Previdenciário

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GEP	GDAP		ATIVO		GDAP	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		30 pts.	TOTAL (em R\$) - 30 pts.
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)
ESPECIAL	III	1.499,26	238,00	448,80	561,00	2.186,06	2.298,26	168,30	1.905,56
	II	1.498,01	238,00	448,80	561,00	2.184,81	2.297,01	168,30	1.904,31
	I	1.496,76	238,00	448,80	561,00	2.183,56	2.295,76	168,30	1.903,06
C	VI	1.495,52	238,00	448,80	561,00	2.182,32	2.294,52	168,30	1.901,82
	V	1.494,27	238,00	448,80	561,00	2.181,07	2.293,27	168,30	1.900,57
	IV	1.493,02	238,00	448,80	561,00	2.179,82	2.292,02	168,30	1.899,32
	III	1.491,77	238,00	448,80	561,00	2.178,57	2.290,77	168,30	1.898,07
	II	1.490,52	238,00	448,80	561,00	2.177,32	2.289,52	168,30	1.896,82
	I	1.489,28	238,00	448,80	561,00	2.176,08	2.288,28	168,30	1.895,58
B	VI	1.488,03	238,00	448,80	561,00	2.174,83	2.287,03	168,30	1.894,33
	V	1.486,78	238,00	448,80	561,00	2.173,58	2.285,78	168,30	1.893,08
	IV	1.485,53	238,00	448,80	561,00	2.172,33	2.284,53	168,30	1.891,83
	III	1.484,28	238,00	448,80	561,00	2.171,08	2.283,28	168,30	1.890,58
	II	1.483,04	238,00	448,80	561,00	2.169,84	2.282,04	168,30	1.889,34
A	I	1.481,79	238,00	448,80	561,00	2.168,59	2.280,79	168,30	1.888,09
	V	1.480,54	238,00	448,80	561,00	2.167,34	2.279,54	168,30	1.886,84
	IV	1.479,29	238,00	448,80	561,00	2.166,09	2.278,29	168,30	1.885,59
	III	1.478,04	238,00	448,80	561,00	2.164,84	2.277,04	168,30	1.884,34
	II	1.476,80	238,00	448,80	561,00	2.163,60	2.275,80	168,30	1.883,10
	I	1.475,55	238,00	448,80	561,00	2.162,35	2.274,55	168,30	1.881,85

* Cargos de nível intermediário integrantes do Quadro de Pessoal do INSS (referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001), que não optaram pela Carreira de Seguro Social.

* Fica estruturada a Carreira Previdenciária, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, composta dos cargos efetivos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras e não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual, coletivo ou institucional ou a produção, integrantes do Quadro de Pessoal daquela entidade, em 31 de outubro de 2001, enquadrando-se os servidores de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I da lei 10.355/2001. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei 10.355/2001 que não optarem na forma do art. 2º a Lei 10.355/2001, bem como os demais cargos que não integrem a Carreira Previdenciária comporão quadro suplementar em extinção. (art. 1º da Lei nº 10.355/2001)

* Os servidores integrantes da Carreira Previdenciária instituída pela Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, ou; regidos pelo Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados no INSS em 30 de novembro de 2003 serão enquadrados na Carreira do Seguro Social, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante do Anexo II da Lei 10.855/2004.O enquadramento de que trata o caput do art. 2º da Lei 10.855/2004 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência da Medida Provisória no 146, de 11 de dezembro de 2003. (art. 2º da Lei nº 10.855/2004)

Fica reaberto por 30 (trinta) dias a partir da vigência da Lei 10.483/2002, o prazo de opção de que trata o § 2º do art. 1º da Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, aos servidores do Instituto Nacional de Seguro Social ativos, inativos e pensionistas que não tenham exercido o referido direito no prazo originalmente previsto.(art.20 da Lei 10.483/2002)

** O Cargo de Técnico Previdenciário criado pela MP nº 86/2002, aplica-se o art. 5º da MP 86/2002 e os arts. 2º; 3º; 4º; 5º; 7º; 8º ; 9º e 10º da Lei nº 10.355/2001.

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

VB - Vencimento Básico - (Anexo II-A da Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001 (Anexo XXX da MP 441/2008)

GEP - Gratificação Específica Previdenciária

Valor de R\$ 238,00 (duzentos e trinta e oito reais). art.3º da Lei nº 11.501/2007

GDAP - Gratificação de Desempenho de Atividade Previdenciária

Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Previdenciária - GDAP, devida aos integrantes da Carreira Previdenciária, quando lotados e em efetivo exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no INSS, a partir de 1º de fevereiro de 2002.(art. 4º da Lei 10.355/2011)

A GDAP será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a GAE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

A GDAP é devida a Carreira Previdenciária, no âmbito do Instituto Nacional de Seguro Social-INSS, composta dos cargos efetivos regidos pela Lei nº 8.112/1990, que não estejam organizados em carreira e não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual, coletivo ou institucional ou a produção, integrantes do Quadro de Pessoal daquela entidade, em 31 de outubro de 2001, enquadrando-se os servidores de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I (art. 1º da Lei nº 10.355/2001).

(*) A GDAP terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor, mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo III da Lei nº 10.355/2001 art. 5º, § 1º, § 2º, § 3º e, § 4º e § 5º.

A pontuação referente à GDAP será assim distribuída: I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.(§1º do art. 5 da Lei nº 10.355/2011)

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

(**) **Aposentado** - GDAP art. 8º da Lei nº 10.355 de 26.12.2001

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.355 de 26.12.2001

Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002

Medida Provisória nº 86 de 18.12.2002

Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003

Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art. 5º a art. 8º e art. 19º

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 146 de 11.12.2003

Lei nº 10.699 de 09.07.2003

Lei nº 10.855 de 01.04.2004

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 199 de 15.07.2004

Lei nº 10.997 de 15.12.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 272 de 26.12.2005

Lei nº 11.302 de 10.05.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 66 e art. 91

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 65 e art 88

50. PREVIDENCIÁRIA

Carreira Previdenciária

* Cargos : Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355/2001

Nível Auxiliar

		Posição: julho/2012							
CLASSE	PADRÃO	VB	GEP	GDAP		ATIVO		GDAP	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		30 pts.	TOTAL (em R\$) - 30 pts.
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)
ESPECIAL	III	1.496,66	238,00	284,00	355,00	2.018,66	2.089,66	106,50	1.841,16
	II	1.495,41	238,00	284,00	355,00	2.017,41	2.088,41	106,50	1.839,91
	I	1.494,16	238,00	284,00	355,00	2.016,16	2.087,16	106,50	1.838,66
C	VI	1.492,92	238,00	284,00	355,00	2.014,92	2.085,92	106,50	1.837,42
	V	1.491,67	238,00	284,00	355,00	2.013,67	2.084,67	106,50	1.836,17
	IV	1.490,42	238,00	284,00	355,00	2.012,42	2.083,42	106,50	1.834,92
	III	1.489,17	238,00	284,00	355,00	2.011,17	2.082,17	106,50	1.833,67
	II	1.487,92	238,00	284,00	355,00	2.009,92	2.080,92	106,50	1.832,42
	I	1.486,68	238,00	284,00	355,00	2.008,68	2.079,68	106,50	1.831,18
B	VI	1.485,43	238,00	284,00	355,00	2.007,43	2.078,43	106,50	1.829,93
	V	1.484,18	238,00	284,00	355,00	2.006,18	2.077,18	106,50	1.828,68
	IV	1.482,93	238,00	284,00	355,00	2.004,93	2.075,93	106,50	1.827,43
	III	1.481,68	238,00	284,00	355,00	2.003,68	2.074,68	106,50	1.826,18
	II	1.480,44	238,00	284,00	355,00	2.002,44	2.073,44	106,50	1.824,94
	I	1.479,19	238,00	284,00	355,00	2.001,19	2.072,19	106,50	1.823,69
A	V	1.477,94	238,00	284,00	355,00	1.999,94	2.070,94	106,50	1.822,44
	IV	1.476,69	238,00	284,00	355,00	1.998,69	2.069,69	106,50	1.821,19
	III	1.475,44	238,00	284,00	355,00	1.997,44	2.068,44	106,50	1.819,94
	II	1.474,20	238,00	284,00	355,00	1.996,20	2.067,20	106,50	1.818,70
	I	1.472,97	238,00	284,00	355,00	1.994,97	2.065,97	106,50	1.817,47

* Cargos de nível auxiliar integrantes do Quadro de Pessoal do INSS (referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001), que não optaram pela Carreira de Seguro Social.

* Fica estruturada a Carreira Previdenciária, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, composta dos cargos efetivos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras e não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual, coletivo ou institucional ou a produção, integrantes do Quadro de Pessoal daquela entidade, em 31 de outubro de 2001, enquadrando-se os servidores de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I da lei 10.355/2001. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei 10.355/2001 que não optarem na forma do art. 2º a Lei 10.355/2001, bem como os demais cargos que não integrem a Carreira Previdenciária comporão quadro suplementar em extinção. (art. 1º da Lei nº 10.355/2001)

* Os servidores integrantes da Carreira Previdenciária instituída pela Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, ou; regidos pelo Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados no INSS em 30 de novembro de 2003 serão enquadrados na Carreira do Seguro Social, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante do Anexo II da Lei 10.855/2004.O enquadramento de que trata o caput do art. 2º da Lei 10.855/2004 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência da Medida Provisória no 146, de 11 de dezembro de 2003. (art. 2º da Lei nº 10.855/2004)

Fica reaberto por 30 (trinta) dias a partir da vigência da Lei 10.483/2002, o prazo de opção de que trata o § 2º do art. 1º da Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, aos servidores do Instituto Nacional de Seguro Social ativos, inativos e pensionistas que não tenham exercido o referido direito no prazo originalmente previsto.(art.20 da Lei 10.483/2002)

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

VB - Vencimento Básico - (Anexo II-A da Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001 (Anexo XXX da MP 441/2008)

GEP - Gratificação Específica Previdenciária

Valor de R\$ 238,00 (duzentos e trinta e oito reais).art.3º da Lei 11.501/2007

GDAP - Gratificação de Desempenho de Atividade Previdenciária

Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Previdenciária - GDAP, devida aos integrantes da Carreira Previdenciária, quando lotados e em efetivo exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no INSS, a partir de 1º de fevereiro de 2002.(art. 4º da Lei 10.355/2011)

A GDAP será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a GAE e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

A GDAP é devida a Carreira Previdenciária, no âmbito do Instituto Nacional de Seguro Social-INSS, composta dos cargos efetivos regidos pela Lei nº 8.112/1990, que não estejam organizados em carreira e não percebam qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual, coletivo ou institucional ou a produção, integrantes do Quadro de Pessoal daquela entidade, em 31 de outubro de 2001, enquadrando-se os servidores de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela, conforme o constante do Anexo I (art. 1º da Lei nº 10.355/2001).

(*) A GDAP terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo III da Lei nº 10.355/2001 art. 5º, § 1º, § 2º, § 3º e, § 4º e § 5º.

A pontuação referente à GDAP será assim distribuída: I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.(§1º do art. 5 da Lei nº 10.355/2011)

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

(**) **Aposentado** - GDAP art. 8º da Lei nº 10.355 de 26.12.2001

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.355 de 26.12.2001

Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002

Medida Provisória nº 86 de 18.12.2002

Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003

Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art. 5º a art. 8º e art. 19º

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 146 de 11.12.2003

Lei nº 10.699 de 09.07.2003

Lei nº 10.855 de 01.04.2004

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 199 de 15.07.2004

Lei nº 10.997 de 15.12.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 272 de 26.12.2005

Lei nº 11.302 de 10.05.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 66 e art. 91

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 65 e art 88

51. PREVIDÊNCIA, SAÚDE E TRABALHO

Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

Médico da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006

* Cargo: Médico

* Cargo: Médico de Saúde Pública

Cargo: Médico Cirurgião

Cargo: Médico do Trabalho

Cargo: Médico Veterinário

Jornada de Trabalho de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico Cirurgião, Médico do Trabalho e Médico Veterinário é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-PST			ATIVO		GDM-PST	APOSENTADO
			(*) 20h	TOTAL (em R\$)		TOTAL (em R\$)	50 pts.		
				(**) 80 pts.	(***) 100 pts.				80 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	3.383,00	1.813,60	2.267,00	5.196,60	5.650,00	1.133,50	4.516,50	
	II	3.290,86	1.778,40	2.223,00	5.069,26	5.513,86	1.111,50	4.402,36	
	I	3.201,23	1.743,20	2.179,00	4.944,43	5.380,23	1.089,50	4.290,73	
C	VI	3.107,99	1.712,00	2.140,00	4.819,99	5.247,99	1.070,00	4.177,99	
	V	3.023,34	1.678,40	2.098,00	4.701,74	5.121,34	1.049,00	4.072,34	
	IV	2.940,99	1.645,60	2.057,00	4.586,59	4.997,99	1.028,50	3.969,49	
	III	2.860,89	1.613,60	2.017,00	4.474,49	4.877,89	1.008,50	3.869,39	
	II	2.782,97	1.581,60	1.977,00	4.364,57	4.759,97	988,50	3.771,47	
	I	2.707,17	1.550,40	1.938,00	4.257,57	4.645,17	969,00	3.676,17	
B	VI	2.628,32	1.512,80	1.891,00	4.141,12	4.519,32	945,50	3.573,82	
	V	2.556,73	1.483,20	1.854,00	4.039,93	4.410,73	927,00	3.483,73	
	IV	2.487,09	1.454,40	1.818,00	3.941,49	4.305,09	909,00	3.396,09	
	III	2.419,35	1.425,60	1.782,00	3.844,95	4.201,35	891,00	3.310,35	
	II	2.353,45	1.397,60	1.747,00	3.751,05	4.100,45	873,50	3.226,95	
I	2.289,35	1.370,40	1.713,00	3.659,75	4.002,35	856,50	3.145,85		
A	V	2.222,67	1.336,80	1.671,00	3.559,47	3.893,67	835,50	3.058,17	
	IV	2.162,13	1.310,40	1.638,00	3.472,53	3.800,13	819,00	2.981,13	
	III	2.103,24	1.284,80	1.606,00	3.388,04	3.709,24	803,00	2.906,24	
	II	2.045,95	1.260,00	1.575,00	3.305,95	3.620,95	787,50	2.833,45	
	I	1.990,22	1.235,20	1.544,00	3.225,42	3.534,22	772,00	2.762,22	

Nível Superior - 40 h

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-PST			ATIVO		GDM-PST	APOSENTADO
			(*) 40h	TOTAL (em R\$)		TOTAL (em R\$)	50 pts.		
				(**) 80 pts.	(***) 100 pts.				80 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	6.766,00	1.813,60	2.267,00	8.579,60	9.033,00	1.133,50	7.899,50	
	II	6.581,72	1.778,40	2.223,00	8.360,12	8.804,72	1.111,50	7.693,22	
	I	6.402,46	1.743,20	2.179,00	8.145,66	8.581,46	1.089,50	7.491,96	
C	VI	6.215,98	1.712,00	2.140,00	7.927,98	8.355,98	1.070,00	7.285,98	
	V	6.046,68	1.678,40	2.098,00	7.725,08	8.144,68	1.049,00	7.095,68	
	IV	5.881,98	1.645,60	2.057,00	7.527,58	7.938,98	1.028,50	6.910,48	
	III	5.721,78	1.613,60	2.017,00	7.335,38	7.738,78	1.008,50	6.730,28	
	II	5.565,94	1.581,60	1.977,00	7.147,54	7.542,94	988,50	6.554,44	
	I	5.414,34	1.550,40	1.938,00	6.964,74	7.352,34	969,00	6.383,34	
B	VI	5.256,64	1.512,80	1.891,00	6.769,44	7.147,64	945,50	6.202,14	
	V	5.113,46	1.483,20	1.854,00	6.596,66	6.967,46	927,00	6.040,46	
	IV	4.974,18	1.454,40	1.818,00	6.428,58	6.792,18	909,00	5.883,18	
	III	4.838,70	1.425,60	1.782,00	6.264,30	6.620,70	891,00	5.729,70	
	II	4.706,90	1.397,60	1.747,00	6.104,50	6.453,90	873,50	5.580,40	
I	4.578,70	1.370,40	1.713,00	5.949,10	6.291,70	856,50	5.435,20		
A	V	4.445,34	1.336,80	1.671,00	5.782,14	6.116,34	835,50	5.280,84	
	IV	4.324,26	1.310,40	1.638,00	5.634,66	5.962,26	819,00	5.143,26	
	III	4.206,48	1.284,80	1.606,00	5.491,28	5.812,48	803,00	5.009,48	
	II	4.091,90	1.260,00	1.575,00	5.351,90	5.666,90	787,50	4.879,40	
	I	3.980,44	1.235,20	1.544,00	5.215,64	5.524,44	772,00	4.752,44	

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico Cirurgião, Médico do Trabalho e Médico Veterinário, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* Cargos dos servidores referidos no art. 1º da Lei nº 11.355/2006 que optaram pela Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho.

Fica criada a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (março/2006), composta dos cargos efetivos vagos regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e dos cargos efetivos cujos ocupantes sejam:

I - integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002; ou

II - regidos pelo Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados nos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e Emprego ou da FUNASA, até 28 de fevereiro de 2006.

O enquadramento de que trata o art. 2º da MP 301/2006 dar-se-á mediante opção irretroatável do servidor, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da vigência da Medida Provisória 301/2006. (§1º do art. 2º da Lei 11.355/2006)

O prazo para exercer a opção referida no § 1º do art. 1º da Lei 11.355/2006, no caso de servidores afastados nos termos dos arts. 81 e 102 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, estender-se-á até 30 (trinta) dias contados a partir do término do afastamento, assegurado o direito à opção desde 30 de junho de 2006. Para os servidores afastados que fizerem a opção após o prazo geral, os efeitos financeiros serão contados na forma do § 1º do art. 1º da Lei 11.355/2006 ou da data do retorno, conforme o caso. (art.5º da Lei 11.490/2007)

* **Fica estruturada** a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, composta dos cargos efetivos vagos regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e dos cargos efetivos cujos ocupantes sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.490, de 2007) - art. 1º da Lei 11.355/2006.

I - integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002; ou

II - regidos pelo Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados nos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e Emprego ou da Funasa, até 28 de fevereiro de 2006.

A opção de que trata o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.355, de 2006, poderá ser realizada até sessenta dias após a publicação da Lei 12.269/2010, gerando efeitos financeiros a partir da data de formalização do termo de opção constante do Anexo XXV da Lei 12.269/2010 (art. 34 da Lei 12.269/2010)

Poderão realizar a opção de que trata o caput, na forma da Lei nº 11.355, de 2006, os servidores referidos nos incisos I e II do art. 1º daquela Lei e os servidores efetivos pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, automaticamente enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, na forma do art. 3º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006. (art.34 da Lei 12.269/2010)

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-PST - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-PST devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho, Médico Veterinário e Médico Cirurgião, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-PST terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-PST será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamentar os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90

Lei nº 8.216 art. 4º de 13.08.91

Lei-Delegada nº 13 de 27.08.92

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2.048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.483 de 03.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 1º ao art. 10º

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art.5º

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art.5º

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Lei nº 11.490 de 11.06.2007

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 39

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.218

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 34

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 DE 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

51. PREVIDÊNCIA, SAÚDE E TRABALHO

Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

* Cargo: Sanitarista - Grupo-Saúde Pública integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	IF	GDPST		ATIVO		GDPST	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
	A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)	
ESPECIAL	III	3.383,00	2.706,40	2.893,60	3.617,00	8.983,00	9.706,40	1.808,50	7.897,90
	II	3.290,86	2.632,69	2.825,60	3.532,00	8.749,15	9.455,55	1.766,00	7.689,55
	I	3.201,23	2.560,98	2.759,20	3.449,00	8.521,41	9.211,21	1.724,50	7.486,71
C	VI	3.107,99	2.486,39	2.635,20	3.294,00	8.229,58	8.888,38	1.647,00	7.241,38
	V	3.023,34	2.418,67	2.573,60	3.217,00	8.015,61	8.659,01	1.608,50	7.050,51
	IV	2.940,99	2.352,79	2.513,60	3.142,00	7.807,38	8.435,78	1.571,00	6.864,78
	III	2.860,89	2.288,71	2.454,40	3.068,00	7.604,00	8.217,60	1.534,00	6.683,60
	II	2.782,97	2.226,38	2.396,80	2.996,00	7.406,15	8.005,35	1.498,00	6.507,35
	I	2.707,17	2.165,74	2.340,80	2.926,00	7.213,71	7.798,91	1.463,00	6.335,91
B	VI	2.628,32	2.102,66	2.236,00	2.795,00	6.966,98	7.525,98	1.397,50	6.128,48
	V	2.556,73	2.045,38	2.183,20	2.729,00	6.785,31	7.331,11	1.364,50	5.966,61
	IV	2.487,09	1.989,67	2.132,00	2.665,00	6.608,76	7.141,76	1.332,50	5.809,26
	III	2.419,35	1.935,48	2.082,40	2.603,00	6.437,23	6.957,83	1.301,50	5.656,33
	II	2.353,45	1.882,76	2.033,60	2.542,00	6.269,81	6.778,21	1.271,00	5.507,21
	I	2.289,35	1.831,48	1.985,60	2.482,00	6.106,43	6.602,83	1.241,00	5.361,83
A	V	2.222,67	1.778,14	1.896,80	2.371,00	5.897,61	6.371,81	1.185,50	5.186,31
	IV	2.162,13	1.729,70	1.852,00	2.315,00	5.743,83	6.206,83	1.157,50	5.049,33
	III	2.103,24	1.682,59	1.808,80	2.261,00	5.594,63	6.046,83	1.130,50	4.916,33
	II	2.045,95	1.636,76	1.766,40	2.208,00	5.449,11	5.890,71	1.104,00	4.786,71
	I	1.990,22	1.592,18	1.724,80	2.156,00	5.307,20	5.738,40	1.078,00	4.660,40

* Cargos dos servidores referidos no art. 1º da Lei nº 11.355/2006 que optaram pela Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

Fica criada a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (março/2006), composta dos cargos efetivos vagos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e dos cargos efetivos cujos ocupantes sejam:

I - integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela Lei no 10.483, de 3 de julho de 2002; ou

II - regidos pelo Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados nos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e Emprego ou da FUNASA, até 28 de fevereiro de 2006.

O enquadramento de que trata o art. 2º da MP 301/2006 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da vigência da Medida Provisória 301/2006.(§1º do art. 2º da Lei 11.355/2006)

O prazo para exercer a opção referida no § 1º do art. 1º da Lei 11.355/2006, no caso de servidores afastados nos termos dos arts. 81 e 102 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, estender-se-á até 30 (trinta) dias contados a partir do término do afastamento, assegurado o direito à opção desde 30 de junho de 2006. Para os servidores afastados que fizerem a opção após o prazo geral, os efeitos financeiros serão contados na forma do § 1º do art. 1º da Lei 11.355/2006 ou da data do retorno, conforme o caso. (art.5º da Lei 11.490/2007)

* Fica estruturada a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, composta dos cargos efetivos vagos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e dos cargos efetivos cujos ocupantes sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.490, de 2007) - art. 1º da Lei 11.355/2006.

I - integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002; ou

II - regidos pelo Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados nos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e Emprego ou da Funasa, até 28 de fevereiro de 2006.

A opção de que trata o § 1º do art. 2º da Lei no 11.355, de 2006, poderá ser realizada até sessenta dias após a publicação da Lei 12.269/2010, gerando efeitos financeiros a partir da data de formalização do termo de opção constante do Anexo XXV da Lei 12.269/2010 (art. 34 da Lei 12.269/2010)

Poderão realizar a opção de que trata o caput, na forma da Lei no 11.355, de 2006, os servidores referidos nos incisos I e II do art. 1º daquela Lei e os servidores efetivos pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, automaticamente enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, na forma do art. 3º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006. (art.34 da Lei 12.269/2010)

VB - Vencimento Básico (Anexo IV-A da Lei nº 11.355/2006 - MP 431/2008)

IF - Incentivo Funcional - 80% sobre o vencimento básico (art. 1º do Decreto-Lei nº 2.195/1984 e art. 9º da Medida Provisória nº 52 de 04.07.2002 e art. 5º da MP 341/2006)

GDPST- Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

(*) A GDPST (instituída 01.03.2008) será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo IV-B da Lei nº 11.355/2006 (alteração dada art. 40 da MP 431/2008)

A pontuação referente à GDPST será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) **Aposentado** GDPST § 6º do art. 5º-B da Lei nº 11.355/2006 (alteração dada pelo art. 40 da MP 431/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 art. 4º de 10.12.70

Decreto-Lei nº 1.341 de 22.08.74

Decreto-Lei nº 1.445 de 13.02.76

Lei nº 6.433 art. 2º de 15.07.77

Decreto nº 83.814 de 07.08.79

Decreto-Lei nº 2.195 de 26.12.84

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.538 de 21.12.92;

Lei nº 8.538 art. 3º de 21.12.92

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98.

Medida Provisória 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.483 de 03.07.2002

Medida Provisória nº 52 de 04.07.2002 art. 9º

Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art. 18º

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 8º

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art.5º

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Lei nº 11.490 de 11.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 39

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.218

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 34

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 89

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

51. PREVIDÊNCIA, SAÚDE E TRABALHO

Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

* Cargos: Nível Superior - integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDPST			ATIVO		GDPST	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			A	B	C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	(**) F	50 pts. G=(A+F)
ESPECIAL	III	3.383,00	2.893,60	3.617,00	6.276,60	7.000,00	1.808,50	5.191,50	
	II	3.290,86	2.825,60	3.532,00	6.116,46	6.822,86	1.766,00	5.056,86	
	I	3.201,23	2.759,20	3.449,00	5.960,43	6.650,23	1.724,50	4.925,73	
C	VI	3.107,99	2.635,20	3.294,00	5.743,19	6.401,99	1.647,00	4.754,99	
	V	3.023,34	2.573,60	3.217,00	5.596,94	6.240,34	1.608,50	4.631,84	
	IV	2.940,99	2.513,60	3.142,00	5.454,59	6.082,99	1.571,00	4.511,99	
	III	2.860,89	2.454,40	3.068,00	5.315,29	5.928,89	1.534,00	4.394,89	
	II	2.782,97	2.396,80	2.996,00	5.179,77	5.778,97	1.498,00	4.280,97	
	I	2.707,17	2.340,80	2.926,00	5.047,97	5.633,17	1.463,00	4.170,17	
B	VI	2.628,32	2.236,00	2.795,00	4.864,32	5.423,32	1.397,50	4.025,82	
	V	2.556,73	2.183,20	2.729,00	4.739,93	5.285,73	1.364,50	3.921,23	
	IV	2.487,09	2.132,00	2.665,00	4.619,09	5.152,09	1.332,50	3.819,59	
	III	2.419,35	2.082,40	2.603,00	4.501,75	5.022,35	1.301,50	3.720,85	
	II	2.353,45	2.033,60	2.542,00	4.387,05	4.895,45	1.271,00	3.624,45	
A	I	2.289,35	1.985,60	2.482,00	4.274,95	4.771,35	1.241,00	3.530,35	
	V	2.222,67	1.896,80	2.371,00	4.119,47	4.593,67	1.185,50	3.408,17	
	IV	2.162,13	1.852,00	2.315,00	4.014,13	4.477,13	1.157,50	3.319,63	
	III	2.103,24	1.808,80	2.261,00	3.912,04	4.364,24	1.130,50	3.233,74	
	II	2.045,95	1.766,40	2.208,00	3.812,35	4.253,95	1.104,00	3.149,95	
	I	1.990,22	1.724,80	2.156,00	3.715,02	4.146,22	1.078,00	3.068,22	

* Cargos dos servidores referidos no art. 1º da Lei nº 11.355/2006 que optaram pela Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

Fica criada a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (março/2006), composta dos cargos efetivos vagos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e dos cargos efetivos cujos ocupantes sejam:

I - integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela Lei no 10.483, de 3 de julho de 2002; ou

II - regidos pelo Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados nos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e Emprego ou da FUNASA, até 28 de fevereiro de 2006.

O enquadramento de que trata o art. 2º da MP 301/2006 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da vigência da Medida Provisória 301/2006.(§1º do art. 2º da Lei 11.355/2006)

O prazo para exercer a opção referida no § 1º do art. 1º da Lei 11.355/2006, no caso de servidores afastados nos termos dos arts. 81 e 102 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, estender-se-á até 30 (trinta) dias contados a partir do término do afastamento, assegurado o direito à opção desde 30 de junho de 2006. Para os servidores afastados que fizerem a opção após o prazo geral, os efeitos financeiros serão contados na forma do § 1º do art. 1º da Lei 11.355/2006 ou da data do retorno, conforme o caso. (art.5º da Lei 11.490/2007)

* Fica estruturada a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, composta dos cargos efetivos vagos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e dos cargos efetivos cujos ocupantes sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.490, de 2007) - art. 1º da Lei 11.355/2006.

I - integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002; ou

II - regidos pelo Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados nos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e Emprego ou da Funasa, até 28 de fevereiro de 2006.

A opção de que trata o § 1º do art. 2º da Lei no 11.355, de 2006, poderá ser realizada até sessenta dias após a publicação da Lei 12.269/2010, gerando efeitos financeiros a partir da data de formalização do termo de opção constante do Anexo XXV da Lei 12.269/2010 (art. 34 da Lei 12.269/2010)

Poderão realizar a opção de que trata o caput, na forma da Lei no 11.355, de 2006, os servidores referidos nos incisos I e II do art. 1º daquela Lei e os servidores efetivos pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, automaticamente enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, na forma do art. 3º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006. (art.34 da Lei 12.269/2010)

VB - Vencimento Básico (Anexo IV-A da Lei nº 11.355/2006 - MP 431/2008)

GDPST- Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

(*) A GDPST (instituída 01.03.2008) será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo IV-B da Lei nº 11.355/2006 (alteração dada art. 40 da MP 431/2008)

A pontuação referente à GDPST será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado GDPST § 6º do art. 5º-B da Lei nº 11.355/2006 (alteração dada pelo art. 40 da MP 431/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.483 de 03.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 1º ao art. 10º

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art.5º

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Lei nº 11.490 de 11.06.2007

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 43

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.218

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 34

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 89

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 86

51. PREVIDÊNCIA, SAÚDE E TRABALHO

Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

* Cargos: Nível Intermediário - integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDPST		ATIVO		GDPST 50 pts. (**)	APOSENTADO TOTAL (em R\$) 50 pts. G=(A+F)
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)			
			B	C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)		
		A	(*)				F	
ESPECIAL	III	1.923,11	955,20	1.194,00	2.878,31	3.117,11	597,00	2.520,11
	II	1.904,07	943,20	1.179,00	2.847,27	3.083,07	589,50	2.493,57
	I	1.885,22	932,00	1.165,00	2.817,22	3.050,22	582,50	2.467,72
C	VI	1.857,36	916,80	1.146,00	2.774,16	3.003,36	573,00	2.430,36
	V	1.838,97	905,60	1.132,00	2.744,57	2.970,97	566,00	2.404,97
	IV	1.820,76	894,40	1.118,00	2.715,16	2.938,76	559,00	2.379,76
	III	1.802,73	884,00	1.105,00	2.686,73	2.907,73	552,50	2.355,23
	II	1.784,88	873,60	1.092,00	2.658,48	2.876,88	546,00	2.330,88
	I	1.767,21	863,20	1.079,00	2.630,41	2.846,21	539,50	2.306,71
B	VI	1.741,09	849,60	1.062,00	2.590,69	2.803,09	531,00	2.272,09
	V	1.723,85	839,20	1.049,00	2.563,05	2.772,85	524,50	2.248,35
	IV	1.706,78	829,60	1.037,00	2.536,38	2.743,78	518,50	2.225,28
	III	1.689,88	820,00	1.025,00	2.509,88	2.714,88	512,50	2.202,38
	II	1.673,15	810,40	1.013,00	2.483,55	2.686,15	506,50	2.179,65
	I	1.656,58	800,80	1.001,00	2.457,38	2.657,58	500,50	2.157,08
A	V	1.632,10	788,80	986,00	2.420,90	2.618,10	493,00	2.125,10
	IV	1.615,94	780,00	975,00	2.395,94	2.590,94	487,50	2.103,44
	III	1.599,94	771,20	964,00	2.371,14	2.563,94	482,00	2.081,94
	II	1.584,10	762,40	953,00	2.346,50	2.537,10	476,50	2.060,60
	I	1.568,42	756,80	946,00	2.325,22	2.514,42	473,00	2.041,42

* Cargos dos servidores referidos no art. 1º da Lei nº 11.355/2006 que optaram pela Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

Fica criada a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (março/2006), composta dos cargos efetivos vagos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e dos cargos efetivos cujos ocupantes sejam:

I - integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela Lei no 10.483, de 3 de julho de 2002; ou

II - regidos pelo Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados nos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e Emprego ou da FUNASA, até 28 de fevereiro de 2006.

O enquadramento de que trata o art. 2º da MP 301/2006 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da vigência da Medida Provisória 301/2006.(§1º do art. 2º da Lei 11.355/2006)

O prazo para exercer a opção referida no § 1º do art. 1º da Lei 11.355/2006, no caso de servidores afastados nos termos dos arts. 81 e 102 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, estender-se-á até 30 (trinta) dias contados a partir do término do afastamento, assegurado o direito à opção desde 30 de junho de 2006. Para os servidores afastados que fizerem a opção após o prazo geral, os efeitos financeiros serão contados na forma do § 1º do art. 1º da Lei 11.355/2006 ou da data do retorno, conforme o caso. (art.5º da Lei 11.490/2007)

* Fica estruturada a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, composta dos cargos efetivos vagos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e dos cargos efetivos cujos ocupantes sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.490, de 2007) - art. 1º da Lei 11.355/2006.

I - integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002; ou

II - regidos pelo Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados nos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e Emprego ou da Funasa, até 28 de fevereiro de 2006.

A opção de que trata o § 1º do art. 2º da Lei no 11.355, de 2006, poderá ser realizada até sessenta dias após a publicação da Lei 12.269/2010, gerando efeitos financeiros a partir da data de formalização do termo de opção constante do Anexo XXV da Lei 12.269/2010 (art. 34 da Lei 12.269/2010)

Poderão realizar a opção de que trata o caput, na forma da Lei no 11.355, de 2006, os servidores referidos nos incisos I e II do art. 1º daquela Lei e os servidores efetivos pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, automaticamente enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, na forma do art. 3º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006. (art.34 da Lei 12.269/2010)

VB - Vencimento Básico (Anexo IV-A da Lei nº 11.355/2006 - MP 431/2008)

GDPST- Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

(*) A GDPST (instituída 01.03.2008) será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo IV-B da Lei nº 11.355/2006 (alteração dada art. 40 da MP 431/2008)

A pontuação referente à GDPST será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) **Aposentado** GDPST § 6º do art. 5º-B da Lei nº 11.355/2006 (alteração dada pelo art. 40 da MP 431/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.483 de 03.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 1º ao art. 10º

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art.5º

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Lei nº 11.490 de 11.06.2007

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 43

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.218

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 34

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.89

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 86

51. PREVIDÊNCIA, SAÚDE E TRABALHO

Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

* Cargos: Nível Auxiliar - integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

Nível Auxiliar

CLASSE	PADRÃO	VB	GEAAPST	GDPST		ATIVO		GDPST	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
				A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)
ESPECIAL	III	1.159,57	713,27	237,60	297,00	2.110,44	2.169,84	148,50	2.021,34
	II	1.158,47	649,88	232,80	291,00	2.041,15	2.099,35	145,50	1.953,85
	I	1.157,37	588,75	228,80	286,00	1.974,92	2.032,12	143,00	1.889,12

* Cargos dos servidores referidos no art. 1º da Lei nº 11.355/2006 que optaram pela Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

Fica criada a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (março/2006), composta dos cargos efetivos vagos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e dos cargos efetivos cujos ocupantes sejam:

I - integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela Lei no 10.483, de 3 de julho de 2002; ou

II - regidos pelo Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados nos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e Emprego ou da FUNASA, até 28 de fevereiro de 2006.

O enquadramento de que trata o art. 2º da MP 301/2006 dar-se-á mediante opção irretratável do servidor, a ser formalizada no prazo de noventa dias, a contar da vigência da Medida Provisória 301/2006.(§1º do art. 2º da Lei 11.355/2006)

O prazo para exercer a opção referida no § 1º do art. 1º da Lei 11.355/2006, no caso de servidores afastados nos termos dos arts. 81 e 102 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, estender-se-á até 30 (trinta) dias contados a partir do término do afastamento, assegurado o direito à opção desde 30 de junho de 2006. Para os servidores afastados que fizerem a opção após o prazo geral, os efeitos financeiros serão contados na forma do § 1º do art. 1º da Lei 11.355/2006 ou da data do retorno, conforme o caso. (art.5º da Lei 11.490/2007)

* Fica estruturada a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, composta dos cargos efetivos vagos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e dos cargos efetivos cujos ocupantes sejam: (Redação dada pela Lei nº 11.490, de 2007) - art. 1º da Lei 11.355/2006.

I - integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, instituída pela Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002; ou

II - regidos pelo Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados nos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e Emprego ou da Funasa, até 28 de fevereiro de 2006.

A opção de que trata o § 1º do art. 2º da Lei no 11.355, de 2006, poderá ser realizada até sessenta dias após a publicação da Lei 12.269/2010, gerando efeitos financeiros a partir da data de formalização do termo de opção constante do Anexo XXV da Lei 12.269/2010 (art. 34 da Lei 12.269/2010)

Poderão realizar a opção de que trata o caput, na forma da Lei no 11.355, de 2006, os servidores referidos nos incisos I e II do art. 1º daquela Lei e os servidores efetivos pertencentes aos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, automaticamente enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, na forma do art. 3º da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006. (art.34 da Lei 12.269/2010)

VB - Vencimento Básico (Anexo IV-A da Lei nº 11.355/2006 - MP 431/2008)

GEAAPST- Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Carreira da Previdência de Saúde e do Trabalho

GEAAPST- Valor estabelecido no Anexo IV-C da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006 - MP 431/2008

GDPST- Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da MP 431/2008)

(*) A GDPST (instituída 01.03.2008)será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo IV-B da Lei nº 11.355/2006 (alteração dada art. 40 da MP 431/2008)

A pontuação referente à GDPST será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(**) Aposentado - GEAAPST integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. (§2º art.5º-D da Lei nº 11.355/2006 - Lei nº 11.907/2009)

(**) Aposentado GDPST § 6º do art. 5º-B da Lei nº 11.355/2006 (alteração dada pelo art. 40 da MP 431/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.483 de 03.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 1º ao art. 10º

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 341 de 29.12.2006 art.5º

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Lei nº 11.490 de 11.06.2007

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 43

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 22.08.2008 art.218

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009 art. 34

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 89

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 86

52. QUADRO DE PESSOAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Médico do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, de que trata a Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002

Cargo: Médico

Jornada de Trabalho de Médico é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-AGU		GEATA	ATIVO		GDM-AGU	APOSENTADO
		20h (*)	80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
		A	B	C		D	80 pts. E=(A+B+D)	100 pts. F=(A+C+D)	G
ESPECIAL	III	3.383,00	2.267,20	2.834,00	766,70	6.416,90	6.983,70	1.417,00	5.566,70
	II	3.290,86	2.212,00	2.765,00	766,70	6.269,56	6.822,56	1.382,50	5.440,06
	I	3.201,23	2.158,40	2.698,00	766,70	6.126,33	6.665,93	1.349,00	5.316,93
C	VI	3.107,99	2.085,60	2.607,00	766,70	5.960,29	6.481,69	1.303,50	5.178,19
	V	3.023,34	2.034,40	2.543,00	766,70	5.824,44	6.333,04	1.271,50	5.061,54
	IV	2.940,99	1.984,80	2.481,00	766,70	5.692,49	6.188,69	1.240,50	4.948,19
	III	2.860,89	1.936,00	2.420,00	766,70	5.563,59	6.047,59	1.210,00	4.837,59
	II	2.782,97	1.888,80	2.361,00	766,70	5.438,47	5.910,67	1.180,50	4.730,17
	I	2.707,17	1.842,40	2.303,00	766,70	5.316,27	5.776,87	1.151,50	4.625,37
B	VI	2.628,32	1.780,00	2.225,00	766,70	5.175,02	5.620,02	1.112,50	4.507,52
	V	2.556,73	1.736,80	2.171,00	766,70	5.060,23	5.494,43	1.085,50	4.408,93
	IV	2.487,09	1.694,40	2.118,00	766,70	4.948,19	5.371,79	1.059,00	4.312,79
	III	2.419,35	1.652,80	2.066,00	766,70	4.838,85	5.252,05	1.033,00	4.219,05
	II	2.353,45	1.612,80	2.016,00	766,70	4.732,95	5.136,15	1.008,00	4.128,15
	I	2.289,35	1.573,60	1.967,00	766,70	4.629,65	5.023,05	983,50	4.039,55
A	V	2.222,67	1.520,00	1.900,00	766,70	4.509,37	4.889,37	950,00	3.939,37
	IV	2.162,13	1.483,20	1.854,00	766,70	4.412,03	4.782,83	927,00	3.855,83
	III	2.103,24	1.447,20	1.809,00	766,70	4.317,14	4.678,94	904,50	3.774,44
	II	2.045,95	1.412,00	1.765,00	766,70	4.224,65	4.577,65	882,50	3.695,15
	I	1.990,22	1.377,60	1.722,00	766,70	4.134,52	4.478,92	861,00	3.617,92

Nível Superior - 40 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-AGU		GEATA	ATIVO		GDM-AGU	APOSENTADO
		40h (*)	80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
		A	B	C		D	80 pts. E=(A+B+D)	100 pts. F=(A+C+D)	G
ESPECIAL	III	6.766,00	2.267,20	2.834,00	766,70	9.799,90	10.366,70	1.417,00	8.949,70
	II	6.581,72	2.212,00	2.765,00	766,70	9.560,42	10.113,42	1.382,50	8.730,92
	I	6.402,46	2.158,40	2.698,00	766,70	9.327,56	9.867,16	1.349,00	8.518,16
C	VI	6.215,98	2.085,60	2.607,00	766,70	9.068,28	9.589,68	1.303,50	8.286,18
	V	6.046,68	2.034,40	2.543,00	766,70	8.847,78	9.356,38	1.271,50	8.084,88
	IV	5.881,98	1.984,80	2.481,00	766,70	8.633,48	9.129,68	1.240,50	7.889,18
	III	5.721,78	1.936,00	2.420,00	766,70	8.424,48	8.908,48	1.210,00	7.698,48
	II	5.565,94	1.888,80	2.361,00	766,70	8.221,44	8.693,64	1.180,50	7.513,14
	I	5.414,34	1.842,40	2.303,00	766,70	8.023,44	8.484,04	1.151,50	7.332,54
B	VI	5.256,64	1.780,00	2.225,00	766,70	7.803,34	8.248,34	1.112,50	7.135,84
	V	5.113,46	1.736,80	2.171,00	766,70	7.616,96	8.051,16	1.085,50	6.965,66
	IV	4.974,18	1.694,40	2.118,00	766,70	7.435,28	7.858,88	1.059,00	6.799,88
	III	4.838,70	1.652,80	2.066,00	766,70	7.258,20	7.671,40	1.033,00	6.638,40
	II	4.706,90	1.612,80	2.016,00	766,70	7.086,40	7.489,60	1.008,00	6.481,60
	I	4.578,70	1.573,60	1.967,00	766,70	6.919,00	7.312,40	983,50	6.328,90
A	V	4.445,34	1.520,00	1.900,00	766,70	6.732,04	7.112,04	950,00	6.162,04
	IV	4.324,26	1.483,20	1.854,00	766,70	6.574,16	6.944,96	927,00	6.017,96
	III	4.206,48	1.447,20	1.809,00	766,70	6.420,38	6.782,18	904,50	5.877,68
	II	4.091,90	1.412,00	1.765,00	766,70	6.270,60	6.623,60	882,50	5.741,10
	I	3.980,44	1.377,60	1.722,00	766,70	6.124,74	6.469,14	861,00	5.608,14

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* Passam a integrar o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União-AGU, os cargos de provimento efetivo de Nível Superior, ocupados por servidores do Plano de Classificação de Cargos-PCC, instituído pela Lei nº 5.645 de 10.12.70, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, que estejam em exercício na AGU na data da publicação da Lei nº 10.480 de 02.07.2002.

A contar de 1º de julho de 2008, os servidores titulares de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.480/2002, integrantes do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - AGU, serão automaticamente enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, conforme Anexo II da Lei nº 10.480/2002.

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-AGU - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, de que trata a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-AGU devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-AGU terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-AGU será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

GEATA - Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo - Valores estabelecidos no Anexo XLV da MP 568/2012.

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado GEATA** - aplica-se a GEATA às aposentadorias e às pensões. (§ 2º do art.1º da Lei nº 10.907/04)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 5.645 de 10.12.70

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.480 de 02.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Portaria nº 705 de 18.11.2003

Portaria nº 825 de 31.12.2003

Lei nº 10.907 de 15.07.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Portaria nº 1.076 de 31.07.2009 - AGU

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

52. QUADRO DE PESSOAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

* Cargos : Nível Superior

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GEATA	GDA A		ATIVO		GDA A	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)
ESPECIAL	III	3.383,00	766,70	2.893,60	3.617,00	7.043,30	7.766,70	1.808,50	5.958,20
	II	3.290,86	766,70	2.838,40	3.548,00	6.895,96	7.605,56	1.774,00	5.831,56
	I	3.201,23	766,70	2.784,80	3.481,00	6.752,73	7.448,93	1.740,50	5.708,43
C	VI	3.107,99	766,70	2.712,00	3.390,00	6.586,69	7.264,69	1.695,00	5.569,69
	V	3.023,34	766,70	2.660,80	3.326,00	6.450,84	7.116,04	1.663,00	5.453,04
	IV	2.940,99	766,70	2.611,20	3.264,00	6.318,89	6.971,69	1.632,00	5.339,69
	III	2.860,89	766,70	2.562,40	3.203,00	6.189,99	6.830,59	1.601,50	5.229,09
	II	2.782,97	766,70	2.515,20	3.144,00	6.064,87	6.693,67	1.572,00	5.121,67
	I	2.707,17	766,70	2.468,80	3.086,00	5.942,67	6.559,87	1.543,00	5.016,87
B	VI	2.628,32	766,70	2.406,40	3.008,00	5.801,42	6.403,02	1.504,00	4.899,02
	V	2.556,73	766,70	2.363,20	2.954,00	5.686,63	6.277,43	1.477,00	4.800,43
	IV	2.487,09	766,70	2.320,80	2.901,00	5.574,59	6.154,79	1.450,50	4.704,29
	III	2.419,35	766,70	2.279,20	2.849,00	5.465,25	6.035,05	1.424,50	4.610,55
	II	2.353,45	766,70	2.239,20	2.799,00	5.359,35	5.919,15	1.399,50	4.519,65
	I	2.289,35	766,70	2.200,00	2.750,00	5.256,05	5.806,05	1.375,00	4.431,05
A	V	2.222,67	766,70	2.146,40	2.683,00	5.135,77	5.672,37	1.341,50	4.330,87
	IV	2.162,13	766,70	2.109,60	2.637,00	5.038,43	5.565,83	1.318,50	4.247,33
	III	2.103,24	766,70	2.073,60	2.592,00	4.943,54	5.461,94	1.296,00	4.165,94
	II	2.045,95	766,70	2.038,40	2.548,00	4.851,05	5.360,65	1.274,00	4.086,65
	I	1.990,22	766,70	2.004,00	2.505,00	4.760,92	5.261,92	1.252,50	4.009,42

* Passam a integrar o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União-AGU, os cargos de provimento efetivo de Nível Superior, ocupados por servidores do Plano de Classificação de Cargos-PCC, instituído pela Lei nº 5.645 de 10.12.70, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, que estejam em exercício na AGU na data da publicação da Lei nº 10.480 de 02.07.2002.

A contar de 1º de julho de 2008, os servidores titulares de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.480/2002, integrantes do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - AGU, serão automaticamente enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, conforme Anexo II da Lei nº 10.480/2002.

VB - Vencimento Básico (anexo III da Lei nº 11.357/2006 - Lei nº 784/2008)

GEATA - Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo - Valores estabelecidos no anexo I da Lei nº 10.907/2004.

GDAA - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDAA no decurso do ciclo de avaliação receberão a respectiva gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

(*) GDAA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo I da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.

A GDAA será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

(**) **Aposentado** GEATA - aplica-se a GEATA às aposentadorias e às pensões. (§ 2º do art.1º da Lei nº 10.907/04)

(**) **Aposentado** GDAA - art. 5º da Lei nº 10.480 de 02.07.2002

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.480 de 02.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Portaria nº 705 de 18.11.2003

Portaria nº 825 de 31.12.2003

Lei nº 10.907 de 15.07.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Portaria nº 1.076 de 31.07.2009 - AGU

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 98

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 95

52. QUADRO DE PESSOAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

* Cargos: Nível Intermediário

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GEATA	GDAA		ATIVO		GDAA	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)
ESPECIAL	III	1.923,11	405,90	1.344,00	1.680,00	3.673,01	4.009,01	840,00	3.169,01
	II	1.904,07	405,90	1.326,40	1.658,00	3.636,37	3.967,97	829,00	3.138,97
	I	1.885,22	405,90	1.309,60	1.637,00	3.600,72	3.928,12	818,50	3.109,62
C	VI	1.857,36	405,90	1.280,00	1.600,00	3.543,26	3.863,26	800,00	3.063,26
	V	1.838,97	405,90	1.264,00	1.580,00	3.508,87	3.824,87	790,00	3.034,87
	IV	1.820,76	405,90	1.248,00	1.560,00	3.474,66	3.786,66	780,00	3.006,66
	III	1.802,73	405,90	1.232,00	1.540,00	3.440,63	3.748,63	770,00	2.978,63
	II	1.784,88	405,90	1.216,00	1.520,00	3.406,78	3.710,78	760,00	2.950,78
	I	1.767,21	405,90	1.200,80	1.501,00	3.373,91	3.674,11	750,50	2.923,61
B	VI	1.741,09	405,90	1.174,40	1.468,00	3.321,39	3.614,99	734,00	2.880,99
	V	1.723,85	405,90	1.159,20	1.449,00	3.288,95	3.578,75	724,50	2.854,25
	IV	1.706,78	405,90	1.144,80	1.431,00	3.257,48	3.543,68	715,50	2.828,18
	III	1.689,88	405,90	1.130,40	1.413,00	3.226,18	3.508,78	706,50	2.802,28
	II	1.673,15	405,90	1.116,00	1.395,00	3.195,05	3.474,05	697,50	2.776,55
I	1.656,58	405,90	1.102,40	1.378,00	3.164,88	3.440,48	689,00	2.751,48	
A	V	1.632,10	405,90	1.078,40	1.348,00	3.116,40	3.386,00	674,00	2.712,00
	IV	1.615,94	405,90	1.064,80	1.331,00	3.086,64	3.352,84	665,50	2.687,34
	III	1.599,94	405,90	1.051,20	1.314,00	3.057,04	3.319,84	657,00	2.662,84
	II	1.584,10	405,90	1.038,40	1.298,00	3.028,40	3.288,00	649,00	2.639,00
I	1.568,42	405,90	1.025,60	1.282,00	2.999,92	3.256,32	641,00	2.615,32	

* Passam a integrar o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União-AGU, os cargos de provimento efetivo de Nível Intermediário, ocupados por servidores do Plano de Classificação de Cargos-PCC, instituído pela Lei nº 5.645 de 10.12.70, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, que estejam em exercício na AGU na data da publicação da Lei nº 10.480 de 02.07.2002.

A contar de 1º de julho de 2008, os servidores titulares de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.480/2002, integrantes do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - AGU, serão automaticamente enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, conforme Anexo II da Lei nº 10.480/2002.

VB - Vencimento Básico (anexo III da Lei nº 11.357/2006 - Lei nº 11.784/2008)

GEATA - Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo - Valores estabelecidos no anexo I da Lei nº 10.907/2004.

GDA - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDA no decurso do ciclo de avaliação receberão a respectiva gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

(*) GDA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo I da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.

A GDA será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

(**) **Aposentado** GEATA - aplica-se a GEATA às aposentadorias e às pensões. (§ 2º do art.1º da Lei nº 10.907/04)

(**) **Aposentado** GDA - art. 5º da Lei nº 10.480 de 02.07.2002

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.480 de 02.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Portaria nº 705 de 18.11.2003

Portaria nº 825 de 31.12.2003

Lei nº 10.907 de 15.07.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Portaria nº 1.076 de 31.07.2009 - AGU

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 98

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 95

52. QUADRO DE PESSOAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

* Cargos: Nível Auxiliar

Nível Auxiliar

Posição: julho/2012										
CLASSE	PADRÃO	VB	GEAAPGPE	GEATA	GDAA		ATIVO		GDAA	APOSENTADO
					80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
					(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D	E	F=(A+B+C+D)	G=(A+B+C+E)	H	I=(A+B+C+H)
	III	1.159,56	713,27	223,30	522,40	653,00	2.618,53	2.749,13	326,50	2.422,63
ESPECIAL	II	1.158,46	649,88	223,30	518,40	648,00	2.550,04	2.679,64	324,00	2.355,64
	I	1.157,36	588,75	223,30	515,20	644,00	2.484,61	2.613,41	322,00	2.291,41

* Passam a integrar o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União-AGU, os cargos de provimento efetivo de Nível Auxiliar, ocupados por servidores do Plano de Classificação de Cargos-PCC, instituído pela Lei nº 5.645 de 10.12.70, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, que estejam em exercício na AGU na data da publicação da Lei nº 10.480 de 02.07.2002.

A contar de 1º de julho de 2008, os servidores titulares de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.480/2002, integrantes do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - AGU, serão automaticamente enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, conforme Anexo II da Lei nº 10.480/2002.

VB - Vencimento Básico (anexo III da Lei nº 11.357/2006 - Lei nº 784/2008)

GEAAPGPE- Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do PGPE

GEAAPGPE - valores estabelecidos no anexo Anexo V-B da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006 (anexo VI da Lei 11.784/2008)

GEATA - Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo - Valores estabelecidos no anexo I da Lei nº 10.907/2004.

GDAA - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDAA no decurso do ciclo de avaliação receberão a respectiva gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

(*) GDAA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo I da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.

A GDAA será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.

(**) **Aposentado** GEATA - aplica-se a GEATA às aposentadorias e às pensões. (§ 2º do art. 1º da Lei nº 10.907/04)

(**) **Aposentado** GDAA - art. 5º da Lei nº 10.480 de 02.07.2002

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.70

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.480 de 02.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Portaria nº 705 de 18.11.2003

Portaria nº 825 de 31.12.2003

Lei nº 10.907 de 15.07.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Portaria nº 1.076 de 31.07.2009 - AGU

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 98

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 95

53. QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Carreira de Especialista em Assistência Penitenciária

* Cargo: Especialista em Assistência Penitenciária

Nível Superior

Posição: janeiro/2009

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPEN		ATIVO		GDAPEN	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	IV	4.854,71	986,40	1.233,00	5.841,11	6.087,71	616,50	5.471,21
	III	4.782,97	976,00	1.220,00	5.758,97	6.002,97	610,00	5.392,97
	II	4.712,28	966,40	1.208,00	5.678,68	5.920,28	604,00	5.316,28
	I	4.642,64	956,80	1.196,00	5.599,44	5.838,64	598,00	5.240,64
C	V	4.464,08	948,00	1.185,00	5.412,08	5.649,08	592,50	5.056,58
	IV	4.398,11	938,40	1.173,00	5.336,51	5.571,11	586,50	4.984,61
	III	4.333,11	928,80	1.161,00	5.261,91	5.494,11	580,50	4.913,61
	II	4.269,07	920,00	1.150,00	5.189,07	5.419,07	575,00	4.844,07
	I	4.205,98	910,40	1.138,00	5.116,38	5.343,98	569,00	4.774,98
B	V	4.044,22	901,60	1.127,00	4.945,82	5.171,22	563,50	4.607,72
	IV	3.984,45	892,80	1.116,00	4.877,25	5.100,45	558,00	4.542,45
	III	3.925,57	884,00	1.105,00	4.809,57	5.030,57	552,50	4.478,07
	II	3.867,55	875,20	1.094,00	4.742,75	4.961,55	547,00	4.414,55
	I	3.810,40	866,40	1.083,00	4.676,80	4.893,40	541,50	4.351,90
A	VI	3.663,84	857,60	1.072,00	4.521,44	4.735,84	536,00	4.199,84
	V	3.609,70	849,60	1.062,00	4.459,30	4.671,70	531,00	4.140,70
	IV	3.556,35	840,80	1.051,00	4.397,15	4.607,35	525,50	4.081,85
	III	3.503,80	832,80	1.041,00	4.336,60	4.544,80	520,50	4.024,30
	II	3.452,02	824,80	1.031,00	4.276,82	4.483,02	515,50	3.967,52
	I	3.401,00	816,00	1.020,00	4.217,00	4.421,00	510,00	3.911,00

* Ficam criadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça, para exercício nos estabelecimentos penais e de internamento federais, integrantes da estrutura do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, as Carreiras de: Especialista em Assistência Penitenciária e Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária (art. 117 da MP 441/08).

VB - Vencimento Básico - Anexo LXXXV da MP 441/2008

GDAPEN - Gratificação de Desempenho de Atividade de Assistência Especializada do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça.

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAPEN no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que sejam publicados os atos a que se referem os §§ 7º e 8º do art. 128 da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDAPEN perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente a oitenta pontos.

(*) A GDAPEN será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXXXIX da MP 441/08.

A pontuação referente à GDAPEN será assim distribuída:

I - até vinte pontos percentuais de seus limites máximos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais de seus limites máximos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional

(**) **Aposentado** - GDAPEN - art.135 da MP 441/2008.

Legislações Correspondentes:

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

53. QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Carreira Agente Penitenciário Federal

Cargo: Agente Penitenciário Federal

Nível Intermediário

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPEF		ATIVO		GDAPEF	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			(*)	(**)	80 pts.	100 pts.	(***)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	IV	5.192,00	1.743,20	2.179,00	6.935,20	7.371,00	1.089,50	6.281,50
	III	5.100,20	1.712,00	2.140,00	6.812,20	7.240,20	1.070,00	6.170,20
	II	5.010,02	1.681,60	2.102,00	6.691,62	7.112,02	1.051,00	6.061,02
	I	4.827,07	1.620,00	2.025,00	6.447,07	6.852,07	1.012,50	5.839,57
PRIMEIRA	V	4.741,72	1.592,00	1.990,00	6.333,72	6.731,72	995,00	5.736,72
	IV	4.657,88	1.563,20	1.954,00	6.221,08	6.611,88	977,00	5.634,88
	III	4.575,52	1.536,00	1.920,00	6.111,52	6.495,52	960,00	5.535,52
	II	4.494,62	1.508,80	1.886,00	6.003,42	6.380,62	943,00	5.437,62
	I	4.415,14	1.482,40	1.853,00	5.897,54	6.268,14	926,50	5.341,64
SEGUNDA	V	4.253,92	1.428,00	1.785,00	5.681,92	6.038,92	892,50	5.146,42
	IV	4.178,70	1.403,20	1.754,00	5.581,90	5.932,70	877,00	5.055,70
	III	4.104,82	1.377,60	1.722,00	5.482,42	5.826,82	861,00	4.965,82
	II	4.032,24	1.353,60	1.692,00	5.385,84	5.724,24	846,00	4.878,24
	I	3.960,94	1.329,60	1.662,00	5.290,54	5.622,94	831,00	4.791,94
TERCEIRA	VI	3.772,32	1.266,40	1.583,00	5.038,72	5.355,32	791,50	4.563,82
	V	3.662,45	1.229,60	1.537,00	4.892,05	5.199,45	768,50	4.430,95
	IV	3.555,78	1.193,60	1.492,00	4.749,38	5.047,78	746,00	4.301,78
	III	3.452,21	1.159,20	1.449,00	4.611,41	4.901,21	724,50	4.176,71
	II	3.351,66	1.124,80	1.406,00	4.476,46	4.757,66	703,00	4.054,66
	I	3.254,04	1.092,00	1.365,00	4.346,04	4.619,04	682,50	3.936,54

VB - Vencimento Básico - Anexo LXXXVII da MP 441/2008

GDAPEF - Gratificação de Desempenho de Atividade de Agente Penitenciário Federal

A pontuação referente à GDAPEF será assim distribuída:

I - até vinte pontos percentuais de seus limites máximos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais de seus limites máximos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAPEF no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(**) A GDAPEF será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XC da MP 441/08

Até que sejam publicados os atos a que se referem os §§ 7º e 8º do art. 128 da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDAPEF perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente a oitenta pontos.

(***) **Aposentado** - GDAPEF - art. 135 da MP 441/2008.

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.1992

Lei nº 8.745 de 1993 art. 3º

Lei nº 9.266 de 15.03.1996 art. 2º

Medida Provisória nº 110 de 14.03.2003

Lei nº 10.693 de 25.06.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 124 de 11.07.2003 art. 16 e art. 17

Lei nº 10.752 de 30.10.2003 - Revoga a MP nº 124/2003

Lei nº 10.768 de 19.11.2003 art.16

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.277 de 30.06.2010

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

53. QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Carreira de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária

* Cargo: Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária

Nível Intermediário

Posição: janeiro/2009

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPEN		ATIVO		GDAPEN	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	IV	3.193,70	677,60	847,00	3.871,30	4.040,70	423,50	3.617,20
	III	3.146,50	671,20	839,00	3.817,70	3.985,50	419,50	3.566,00
	II	3.100,00	664,80	831,00	3.764,80	3.931,00	415,50	3.515,50
	I	3.054,19	657,60	822,00	3.711,79	3.876,19	411,00	3.465,19
C	V	2.965,23	648,00	810,00	3.613,23	3.775,23	405,00	3.370,23
	IV	2.921,41	641,60	802,00	3.563,01	3.723,41	401,00	3.322,41
	III	2.878,24	635,20	794,00	3.513,44	3.672,24	397,00	3.275,24
	II	2.835,70	628,80	786,00	3.464,50	3.621,70	393,00	3.228,70
	I	2.793,80	623,20	779,00	3.417,00	3.572,80	389,50	3.183,30
B	V	2.712,42	613,60	767,00	3.326,02	3.479,42	383,50	3.095,92
	IV	2.672,34	607,20	759,00	3.279,54	3.431,34	379,50	3.051,84
	III	2.632,85	601,60	752,00	3.234,45	3.384,85	376,00	3.008,85
	II	2.593,94	595,20	744,00	3.189,14	3.337,94	372,00	2.965,94
	I	2.555,60	589,60	737,00	3.145,20	3.292,60	368,50	2.924,10
A	VI	2.481,17	580,80	726,00	3.061,97	3.207,17	363,00	2.844,17
	V	2.444,50	575,20	719,00	3.019,70	3.163,50	359,50	2.804,00
	IV	2.408,38	569,60	712,00	2.977,98	3.120,38	356,00	2.764,38
	III	2.372,78	564,00	705,00	2.936,78	3.077,78	352,50	2.725,28
	II	2.337,72	558,40	698,00	2.896,12	3.035,72	349,00	2.686,72
	I	2.303,17	552,80	691,00	2.855,97	2.994,17	345,50	2.648,67

* Ficam criadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça, para exercício nos estabelecimentos penais e de internamento federais, integrantes da estrutura do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, as Carreiras de: Especialista em Assistência Penitenciária e Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária (art. 117 da MP 441/08)

VB - Vencimento Básico - Anexo LXXXV da MP 441/2008

GDAPEN - Gratificação de Desempenho de Atividade de Assistência Especializada do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça

(*) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDAPEN no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que sejam publicados os atos a que se referem os §§ 7º e 8º do art. 128 da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDAPEN perceberão a respectiva gratificação em valor correspondente a oitenta pontos.

(*) A GDAPEN será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo LXXXIX da MP 441/08

A pontuação referente à GDAPEN será assim distribuída:

I - até vinte pontos percentuais de seus limites máximos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais de seus limites máximos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional

(**) **Aposentado** - GDAPEN - art.135 da MP 441/2008.

Legislações Correspondentes:

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

54. SEGURIDADE SOCIAL E DO TRABALHO

Carreira da Seguridade Social e do Trabalho

* Médico da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho integrantes dos Quadros de Pessoal do Ministério da Saúde, do Ministério da Previdência Social, do Ministério do Trabalho e Emprego e da FUNASA, de que trata a Lei no 10.483, de 3 de julho de 2002

Cargo: Médico

Cargo: Médico de Saúde Pública

Cargo: Médico do Trabalho

Cargo: Médico Veterinário

Jornada de Trabalho de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho e Médico Veterinário é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-Seguridade			GESST (Vr.em R\$)	ATIVO		GDM-Seguridade (****) 50 pts.	APOSENTADO	
			(*) 20h A	(**) 80 pts. B	(***) 100 pts. C		TOTAL (em R\$)			TOTAL (em R\$)	
							80 pts. E=(A+B+D)	100 pts. F=(A+C+D)			50 pts. H=(A+D+G)
ESPECIAL	III	1.890,64	3.656,80	4.571,00	206,00	5.753,44	6.667,64	2.285,50	4.382,14		
	II	1.869,01	3.588,00	4.485,00	206,00	5.663,01	6.560,01	2.242,50	4.317,51		
	I	1.847,67	3.520,00	4.400,00	206,00	5.573,67	6.453,67	2.200,00	4.253,67		
C	VI	1.813,89	3.387,20	4.234,00	206,00	5.407,09	6.253,89	2.117,00	4.136,89		
	V	1.793,25	3.323,20	4.154,00	206,00	5.322,45	6.153,25	2.077,00	4.076,25		
	IV	1.772,89	3.260,00	4.075,00	206,00	5.238,89	6.053,89	2.037,50	4.016,39		
	III	1.752,79	3.197,60	3.997,00	206,00	5.156,39	5.955,79	1.998,50	3.957,29		
	II	1.732,95	3.136,80	3.921,00	206,00	5.075,75	5.859,95	1.960,50	3.899,45		
	I	1.713,35	3.076,80	3.846,00	206,00	4.996,15	5.765,35	1.923,00	3.842,35		
B	VI	1.682,36	2.959,20	3.699,00	206,00	4.847,56	5.587,36	1.849,50	3.737,86		
	V	1.663,40	2.902,40	3.628,00	206,00	4.771,80	5.497,40	1.814,00	3.683,40		
	IV	1.644,71	2.846,40	3.558,00	206,00	4.697,11	5.408,71	1.779,00	3.629,71		
	III	1.626,25	2.792,00	3.490,00	206,00	4.624,25	5.322,25	1.745,00	3.577,25		
	II	1.608,02	2.737,60	3.422,00	206,00	4.551,62	5.236,02	1.711,00	3.525,02		
A	I	1.590,03	2.684,80	3.356,00	206,00	4.480,83	5.152,03	1.678,00	3.474,03		
	V	1.561,56	2.580,80	3.226,00	206,00	4.348,36	4.993,56	1.613,00	3.380,56		
	IV	1.544,17	2.531,20	3.164,00	206,00	4.281,37	4.914,17	1.582,00	3.332,17		
	III	1.527,01	2.481,60	3.102,00	206,00	4.214,61	4.835,01	1.551,00	3.284,01		
	II	1.510,06	2.433,60	3.042,00	206,00	4.149,66	4.758,06	1.521,00	3.237,06		
	I	1.493,31	2.386,40	2.983,00	206,00	4.085,71	4.682,31	1.491,50	3.190,81		

Nível Superior - 40 h

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-Seguridade			GESST (Vr.em R\$)	ATIVO		GDM-Seguridade (****) 50 pts.	APOSENTADO	
			(*) 40h A	(**) 80 pts. B	(***) 100 pts. C		TOTAL (em R\$)			TOTAL (em R\$)	
							80 pts. E=(A+B+D)	100 pts. F=(A+C+D)			50 pts. H=(A+D+G)
ESPECIAL	III	3.781,28	3.656,80	4.571,00	206,00	7.644,08	8.558,28	2.285,50	6.272,78		
	II	3.738,02	3.588,00	4.485,00	206,00	7.532,02	8.429,02	2.242,50	6.186,52		
	I	3.695,34	3.520,00	4.400,00	206,00	7.421,34	8.301,34	2.200,00	6.101,34		
C	VI	3.627,78	3.387,20	4.234,00	206,00	7.220,98	8.067,78	2.117,00	5.950,78		
	V	3.586,50	3.323,20	4.154,00	206,00	7.115,70	7.946,50	2.077,00	5.869,50		
	IV	3.545,78	3.260,00	4.075,00	206,00	7.011,78	7.826,78	2.037,50	5.789,28		
	III	3.505,58	3.197,60	3.997,00	206,00	6.909,18	7.708,58	1.998,50	5.710,08		
	II	3.465,90	3.136,80	3.921,00	206,00	6.808,70	7.592,90	1.960,50	5.632,40		
	I	3.426,70	3.076,80	3.846,00	206,00	6.709,50	7.478,70	1.923,00	5.555,70		
B	VI	3.364,72	2.959,20	3.699,00	206,00	6.529,92	7.269,72	1.849,50	5.420,22		
	V	3.326,80	2.902,40	3.628,00	206,00	6.435,20	7.160,80	1.814,00	5.346,80		
	IV	3.289,42	2.846,40	3.558,00	206,00	6.341,82	7.053,42	1.779,00	5.274,42		
	III	3.252,50	2.792,00	3.490,00	206,00	6.250,50	6.948,50	1.745,00	5.203,50		
	II	3.216,04	2.737,60	3.422,00	206,00	6.159,64	6.844,04	1.711,00	5.133,04		
A	I	3.180,06	2.684,80	3.356,00	206,00	6.070,86	6.742,06	1.678,00	5.064,06		
	V	3.123,12	2.580,80	3.226,00	206,00	5.909,92	6.555,12	1.613,00	4.942,12		
	IV	3.088,34	2.531,20	3.164,00	206,00	5.825,54	6.458,34	1.582,00	4.876,34		
	III	3.054,02	2.481,60	3.102,00	206,00	5.741,62	6.362,02	1.551,00	4.811,02		
	II	3.020,12	2.433,60	3.042,00	206,00	5.659,72	6.268,12	1.521,00	4.747,12		
	I	2.986,62	2.386,40	2.983,00	206,00	5.579,02	6.175,62	1.491,50	4.684,12		

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho e Médico Veterinário, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* **Cargos de nível superior**, integrantes dos Quadros de Pessoal dos Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, e da Fundação Nacional da Saúde – Funasa, (referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355/2002), que **não optaram** pela Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

* Fica estruturada a Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, no âmbito da Administração Pública Federal, composta dos cargos efetivos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras, integrantes dos Quadros de Pessoal dos Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, e da Fundação Nacional da Saúde – Funasa, enquadrando-se os servidores ativos, aposentados e pensionistas de acordo com as respectivas denominações, atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela de vencimentos. (art. 1º da Lei nº 10.483/2002) (Vide Lei nº 10.971, de 2004) - art. 1º da Lei nº 11.355/2006

O enquadramento de que trata este artigo dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretroatável do servidor, a ser formalizada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da vigência da Lei nº 10.483/2002. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei 11.355/2006 que não optarem na forma do art. 2º, bem como os demais cargos que não integrarem a Carreira da Seguridade Social e do Trabalho comporão quadro suplementar em extinção.

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-Seguridade - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-Seguridade devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho e Médico Veterinário, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-Seguridade terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto , em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-Seguridade será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional.(§4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.112 de 11.12.1990	Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001
Lei Delegada nº 13 de 27.08.92	Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001
Lei nº 8.216 art. 4º de 13.08.91	Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98	Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001
Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000	Lei nº 10.331 de 18.12.2001
Medida Provisória nº 2.048-27 de 28.07.2000	Lei nº 10.483 de 03.07.2002
Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000	Lei nº 10.697 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000	Lei nº 10.698 de 02.07.2003
Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000	Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004
Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000	Lei nº 10.971 de 25.11.2004
Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000	Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005
Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000	Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007
Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001	Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008
Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001	Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012
Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001	Lei nº 12.702 de 07.08.2012
Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001	

54. SEGURIDADE SOCIAL E DO TRABALHO

Carreira da Seguridade Social e do Trabalho

* Cargo: Sanitarista - Grupo-Saúde Pública integrantes dos Quadros de Pessoal dos Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, e da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GESST	IF	GDASST		ATIVO		GDASST	APOSENTADO
					80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		30 pts.	TOTAL (em R\$) - 30 pts.
					(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D	E	F=(A+B+C+D)	G=(A+B+C+E)	H	I=(A+B+C+H)
ESPECIAL	III	1.890,64	206,00	1.512,51	3.923,20	4.904,00	7.532,35	8.513,15	1.471,20	5.080,35
	II	1.869,01	206,00	1.495,21	3.800,80	4.751,00	7.371,02	8.321,22	1.425,30	4.995,52
	I	1.847,67	206,00	1.478,14	3.683,20	4.604,00	7.215,01	8.135,81	1.381,20	4.913,01
C	VI	1.813,89	206,00	1.451,11	3.474,40	4.343,00	6.945,40	7.814,00	1.302,90	4.773,90
	V	1.793,25	206,00	1.434,60	3.366,40	4.208,00	6.800,25	7.641,85	1.262,40	4.696,25
	IV	1.772,89	206,00	1.418,31	3.262,40	4.078,00	6.659,60	7.475,20	1.223,40	4.620,60
	III	1.752,79	206,00	1.402,23	3.161,60	3.952,00	6.522,62	7.313,02	1.185,60	4.546,62
	II	1.732,95	206,00	1.386,36	3.063,20	3.829,00	6.388,51	7.154,31	1.148,70	4.474,01
	I	1.713,35	206,00	1.370,68	2.968,00	3.710,00	6.258,03	7.000,03	1.113,00	4.403,03
B	VI	1.682,36	206,00	1.345,89	2.800,00	3.500,00	6.034,25	6.734,25	1.050,00	4.284,25
	V	1.663,40	206,00	1.330,72	2.712,80	3.391,00	5.912,92	6.591,12	1.017,30	4.217,42
	IV	1.644,71	206,00	1.315,77	2.628,80	3.286,00	5.795,28	6.452,48	985,80	4.152,28
	III	1.626,25	206,00	1.301,00	2.547,20	3.184,00	5.680,45	6.317,25	955,20	4.088,45
	II	1.608,02	206,00	1.286,42	2.468,00	3.085,00	5.568,44	6.185,44	925,50	4.025,94
	I	1.590,03	206,00	1.272,02	2.391,20	2.989,00	5.459,25	6.057,05	896,70	3.964,75
A	V	1.561,56	206,00	1.249,25	2.256,00	2.820,00	5.272,81	5.836,81	846,00	3.862,81
	IV	1.544,17	206,00	1.235,34	2.186,40	2.733,00	5.171,91	5.718,51	819,90	3.805,41
	III	1.527,01	206,00	1.221,61	2.118,40	2.648,00	5.073,02	5.602,62	794,40	3.749,02
	II	1.510,06	206,00	1.208,05	2.052,80	2.566,00	4.976,91	5.490,11	769,80	3.693,91
	I	1.493,31	206,00	1.194,65	1.988,80	2.486,00	4.882,76	5.379,96	745,80	3.639,76

* Cargos de nível superior integrantes dos Quadros de Pessoal dos Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, e da Fundação Nacional da Saúde – Funasa, (referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355/2002), que não optaram pela Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

* Fica estruturada a Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, no âmbito da Administração Pública Federal, composta dos cargos efetivos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras, integrantes dos Quadros de Pessoal dos Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, e da Fundação Nacional da Saúde – Funasa, enquadrando-se os servidores ativos, aposentados e pensionistas de acordo com as respectivas denominações, atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela de vencimentos. (art. 1º da Lei nº 10.483/2002) (Vide Lei nº 10.971, de 2004) - art. 1º da Lei 11.355/2006

O enquadramento de que trata este artigo dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretratável do servidor, a ser formalizada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da vigência da Lei nº 10.483/2002. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei 11.355/2006 que não optarem na forma do art. 2º, bem como os demais cargos que não integrarem a Carreira da Seguridade Social e do Trabalho comporão quadro suplementar em extinção.

VB - Vencimento Básico - Anexo III-A da Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002) (Anexo XXIX da MP 441/2008)

GESST - Gratificação Específica da Seguridade Social e do Trabalho

Cálculo da GESST - Valor estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.971/2004

IF - Incentivo Funcional - 80% sobre o vencimento básico (art. 1º do Decreto-Lei nº 2.195/1984 e art. 9º da Medida Provisória nº 52 de 04.07.2002)

GDASST - Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho - GDASST, devida aos integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério da Previdência Social, no Ministério da Saúde, no Ministério do Trabalho e Emprego e na Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, a partir de 1º de abril de 2002. (art. 4º da Lei 10.483/2002 e art. 70 da Medida Provisória nº 568, de 2012)

(*) A GDASST será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seu respectivo nível, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 10.483/2002 (art. 70 da Medida Provisória nº 568, de 2012)

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

(**) **Aposentado** - GESST art. 5º da Lei nº 10.971 de 25.11.2004

(**) **Aposentado** - Incentivo Funcional - art.2º do Decreto-Lei nº 2195 de 26.12.1984

(**) **Aposentado** - GDASST art. 7º da Lei 10.971 de 25.11.2004

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 art.4º de 10.12.70

Decreto-Lei nº 1.341 de 22.08.74

Decreto-Lei nº 1.445 de 13.02.76

Lei nº 6.433 art. 2º de 15.07.77

Decreto nº 83.814 de 07.08.79

Decreto-Lei nº 2.195 de 26.12.84

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.538 de 21.12.92

Lei nº 8.538 art. 3º de 21.12.92

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2225-45 de 04.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.483 de 03.07.2002

Medida Provisória nº 52 de 04.07.2002 art. 9º

Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art. 18º

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 8º

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 90

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 55

54. SEGURIDADE SOCIAL E DO TRABALHO

Carreira da Seguridade Social e do Trabalho

* Cargos: Nível Superior integrantes dos Quadros de Pessoal dos Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, e da Fundação Nacional da Saúde - FUNASA

Nível Superior

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GESST	GDASST		ATIVO		GDASST	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		30 pts.	TOTAL (em R\$) - 30 pts.
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)
ESPECIAL	III	1.890,64	206,00	3.923,20	4.904,00	6.019,84	7.000,64	1.471,20	3.567,84
	II	1.869,01	206,00	3.800,80	4.751,00	5.875,81	6.826,01	1.425,30	3.500,31
	I	1.847,67	206,00	3.683,20	4.604,00	5.736,87	6.657,67	1.381,20	3.434,87
C	VI	1.813,89	206,00	3.474,40	4.343,00	5.494,29	6.362,89	1.302,90	3.322,79
	V	1.793,25	206,00	3.366,40	4.208,00	5.365,65	6.207,25	1.262,40	3.261,65
	IV	1.772,89	206,00	3.262,40	4.078,00	5.241,29	6.056,89	1.223,40	3.202,29
	III	1.752,79	206,00	3.161,60	3.952,00	5.120,39	5.910,79	1.185,60	3.144,39
	II	1.732,95	206,00	3.063,20	3.829,00	5.002,15	5.767,95	1.148,70	3.087,65
	I	1.713,35	206,00	2.968,00	3.710,00	4.887,35	5.629,35	1.113,00	3.032,35
B	VI	1.682,36	206,00	2.800,00	3.500,00	4.688,36	5.388,36	1.050,00	2.938,36
	V	1.663,40	206,00	2.712,80	3.391,00	4.582,20	5.260,40	1.017,30	2.886,70
	IV	1.644,71	206,00	2.628,80	3.286,00	4.479,51	5.136,71	985,80	2.836,51
	III	1.626,25	206,00	2.547,20	3.184,00	4.379,45	5.016,25	955,20	2.787,45
	II	1.608,02	206,00	2.468,00	3.085,00	4.282,02	4.899,02	925,50	2.739,52
I	1.590,03	206,00	2.391,20	2.989,00	4.187,23	4.785,03	896,70	2.692,73	
A	V	1.561,56	206,00	2.256,00	2.820,00	4.023,56	4.587,56	846,00	2.613,56
	IV	1.544,17	206,00	2.186,40	2.733,00	3.936,57	4.483,17	819,90	2.570,07
	III	1.527,01	206,00	2.118,40	2.648,00	3.851,41	4.381,01	794,40	2.527,41
	II	1.510,06	206,00	2.052,80	2.566,00	3.768,86	4.282,06	769,80	2.485,86
	I	1.493,31	206,00	1.988,80	2.486,00	3.688,11	4.185,31	745,80	2.445,11

* Cargos de nível superior integrantes dos Quadros de Pessoal dos Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, e da Fundação Nacional da Saúde – Funasa, (referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355/2002), que não optaram pela Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

* Fica estruturada a Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, no âmbito da Administração Pública Federal, composta dos cargos efetivos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras, integrantes dos Quadros de Pessoal dos Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, e da Fundação Nacional da Saúde – Funasa, enquadrando-se os servidores ativos, aposentados e pensionistas de acordo com as respectivas denominações, atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela de vencimentos. (art. 1º da Lei nº 10.483/2002) (Vide Lei nº 10.971, de 2004) - art. 1º da Lei 11.355/2006

O enquadramento de que trata este artigo dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretroatável do servidor, a ser formalizada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da vigência da Lei nº 10.483/2002. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei 11.355/2006 que não optarem na forma do art. 2º, bem como os demais cargos que não integrarem a Carreira da Seguridade Social e do Trabalho comporão quadro suplementar em extinção.

VB - Vencimento Básico - Anexo III-A da Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002) (Anexo XXIX da MP 441/2008)

GESST - Gratificação Específica da Seguridade Social e do Trabalho

Cálculo da GESST - Valor estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.971/2004

GDASST - Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho - GDASST, devida aos integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério da Previdência Social, no Ministério da Saúde, no Ministério do Trabalho e Emprego e na Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, a partir de 1º de abril de 2002. (art. 4º da Lei 10.483/2002 e art. 70 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDASST será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seu respectivo nível, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 10.483/2002 (art. 69 da Lei nº 12.702/2012)

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

(**) **Aposentado** - GESST art. 5º da Lei nº 10.971 de 25.11.2004

(**) **Aposentado** - GDASST art. 7º da Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90

Lei Delegada nº 13, de 27/08/92

Lei nº 10.483 de 03.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 8º

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 90

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 69 e art. 87

54. SEGURIDADE SOCIAL E DO TRABALHO

Carreira da Seguridade Social e do Trabalho

* Cargos: Nível Intermediário integrantes dos Quadros de Pessoal dos Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, e da Fundação Nacional da Saúde - FUNASA

Nível Intermediário

CLASSE	PADRÃO	VB	GESST	GDASST		ATIVO		GDASST	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		30 pts.	TOTAL (em R\$) - 30 pts.
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)
ESPECIAL	III	1.467,26	206,00	410,40	513,00	2.083,66	2.186,26	153,90	1.827,16
	II	1.466,01	206,00	410,40	513,00	2.082,41	2.185,01	153,90	1.825,91
	I	1.464,76	206,00	410,40	513,00	2.081,16	2.183,76	153,90	1.824,66
C	VI	1.463,52	206,00	410,40	513,00	2.079,92	2.182,52	153,90	1.823,42
	V	1.462,27	206,00	410,40	513,00	2.078,67	2.181,27	153,90	1.822,17
	IV	1.461,02	206,00	410,40	513,00	2.077,42	2.180,02	153,90	1.820,92
	III	1.459,77	206,00	410,40	513,00	2.076,17	2.178,77	153,90	1.819,67
	II	1.458,52	206,00	410,40	513,00	2.074,92	2.177,52	153,90	1.818,42
	I	1.457,28	206,00	410,40	513,00	2.073,68	2.176,28	153,90	1.817,18
B	VI	1.456,03	206,00	410,40	513,00	2.072,43	2.175,03	153,90	1.815,93
	V	1.454,78	206,00	410,40	513,00	2.071,18	2.173,78	153,90	1.814,68
	IV	1.453,53	206,00	410,40	513,00	2.069,93	2.172,53	153,90	1.813,43
	III	1.452,28	206,00	410,40	513,00	2.068,68	2.171,28	153,90	1.812,18
	II	1.451,04	206,00	410,40	513,00	2.067,44	2.170,04	153,90	1.810,94
	I	1.449,79	206,00	410,40	513,00	2.066,19	2.168,79	153,90	1.809,69
A	V	1.448,54	206,00	410,40	513,00	2.064,94	2.167,54	153,90	1.808,44
	IV	1.447,29	206,00	410,40	513,00	2.063,69	2.166,29	153,90	1.807,19
	III	1.446,04	206,00	410,40	513,00	2.062,44	2.165,04	153,90	1.805,94
	II	1.444,80	206,00	410,40	513,00	2.061,20	2.163,80	153,90	1.804,70
	I	1.443,55	206,00	410,40	513,00	2.059,95	2.162,55	153,90	1.803,45

* Cargos de nível intermediário integrantes dos Quadros de Pessoal dos Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, e da Fundação Nacional da Saúde – Funasa, (referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355/2002), que não optaram pela Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho.

* Fica estruturada a Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, no âmbito da Administração Pública Federal, composta dos cargos efetivos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras, integrantes dos Quadros de Pessoal dos Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, e da Fundação Nacional da Saúde – Funasa, enquadrando-se os servidores ativos, aposentados e pensionistas de acordo com as respectivas denominações, atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela de vencimentos. (art. 1º da Lei nº 10.483/2002) (Vide Lei nº 10.971, de 2004) - art. 1º da Lei 11.355/2006

O enquadramento de que trata este artigo dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretroatável do servidor, a ser formalizada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da vigência da Lei nº 10.483/2002. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei 11.355/2006 que não optarem na forma do art. 2º, bem como os demais cargos que não integrarem a Carreira da Seguridade Social e do Trabalho comporão quadro suplementar em extinção.

VB - Vencimento Básico - Anexo III-A da Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002) (Anexo XXIX da MP 441/2008)

GAE - Gratificação de Atividade Executiva - 160% sobre o vencimento básico - Lei Delegada nº 13/1992

GESST - Gratificação Específica da Seguridade Social e do Trabalho

Cálculo da GESST - Valor estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.971/2004

GDASST - Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho - GDASST, devida aos integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério da Previdência Social, no Ministério da Saúde, no Ministério do Trabalho e Emprego e na Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, a partir de 1º de abril de 2002. (art. 4º da Lei 10.483/2002 e art. 70 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDASST será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seu respectivo nível, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 10.483/2002 (art. 69 da Lei nº 12.702/2012)

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

(**) **Aposentado** - GAE - integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. Lei Delegada nº 13 de 27.08.1982

(**) **Aposentado** - GESST art. 5º da Lei nº 10.971 de 25.11.2004

(**) **Aposentado** - GDASST art. 7º da Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90

Lei Delegada nº 13, de 27/08/92

Lei nº 10.483 de 03.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 8º

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 90

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 69 e art. 87

54. SEGURIDADE SOCIAL E DO TRABALHO

Carreira da Seguridade Social e do Trabalho

* Cargos: Nível Auxiliar integrantes dos Quadros de Pessoal dos Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, e da Fundação Nacional da Saúde - FUNASA

Nível Auxiliar

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GESST	GDASST		ATIVO		GDASST	APOSENTADO
				80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		30 pts.	TOTAL (em R\$) - 30 pts.
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	
		A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+G)
ESPECIAL	III	1.464,66	206,00	238,40	298,00	1.909,06	1.968,66	89,40	1.760,06
	II	1.463,41	206,00	238,40	298,00	1.907,81	1.967,41	89,40	1.758,81
	I	1.462,16	206,00	238,40	298,00	1.906,56	1.966,16	89,40	1.757,56
C	VI	1.460,92	206,00	238,40	298,00	1.905,32	1.964,92	89,40	1.756,32
	V	1.459,67	206,00	238,40	298,00	1.904,07	1.963,67	89,40	1.755,07
	IV	1.458,42	206,00	238,40	298,00	1.902,82	1.962,42	89,40	1.753,82
	III	1.457,17	206,00	238,40	298,00	1.901,57	1.961,17	89,40	1.752,57
	II	1.455,92	206,00	238,40	298,00	1.900,32	1.959,92	89,40	1.751,32
	I	1.454,68	206,00	238,40	298,00	1.899,08	1.958,68	89,40	1.750,08
B	VI	1.453,43	206,00	238,40	298,00	1.897,83	1.957,43	89,40	1.748,83
	V	1.452,18	206,00	238,40	298,00	1.896,58	1.956,18	89,40	1.747,58
	IV	1.450,93	206,00	238,40	298,00	1.895,33	1.954,93	89,40	1.746,33
	III	1.449,68	206,00	238,40	298,00	1.894,08	1.953,68	89,40	1.745,08
	II	1.448,44	206,00	238,40	298,00	1.892,84	1.952,44	89,40	1.743,84
	I	1.447,19	206,00	238,40	298,00	1.891,59	1.951,19	89,40	1.742,59
A	V	1.445,94	206,00	238,40	298,00	1.890,34	1.949,94	89,40	1.741,34
	IV	1.444,69	206,00	238,40	298,00	1.889,09	1.948,69	89,40	1.740,09
	III	1.443,44	206,00	238,40	298,00	1.887,84	1.947,44	89,40	1.738,84
	II	1.442,20	206,00	238,40	298,00	1.886,60	1.946,20	89,40	1.737,60
	I	1.440,97	206,00	238,40	298,00	1.885,37	1.944,97	89,40	1.736,37

* Cargos de nível auxiliar integrantes dos Quadros de Pessoal dos Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, e da Fundação Nacional da Saúde – Funasa, (referenciados no art. 1º da Lei nº 10.355/2002), que não optaram pela Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho

* Fica estruturada a Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, no âmbito da Administração Pública Federal, composta dos cargos efetivos regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não estejam organizados em carreiras, integrantes dos Quadros de Pessoal dos Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, e da Fundação Nacional da Saúde – Funasa, enquadrando-se os servidores ativos, aposentados e pensionistas de acordo com as respectivas denominações, atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na tabela de vencimentos. (art. 1º da Lei nº 10.483/2002) (Vide Lei nº 10.971, de 2004) - art. 1º da Lei 11.355/2006

O enquadramento de que trata este artigo dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretroatável do servidor, a ser formalizada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da vigência da Lei nº 10.483/2002. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1º da Lei 11.355/2006 que não optarem na forma do art. 2º, bem como os demais cargos que não integrarem a Carreira da Seguridade Social e do Trabalho comporão quadro suplementar em extinção.

VB - Vencimento Básico - Anexo III-A da Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002) (Anexo XXIX da MP 441/2008)

GESST - Gratificação Específica da Seguridade Social e do Trabalho

Cálculo da GESST - Valor estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.971/2004

GDASST - Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade da Seguridade Social e do Trabalho - GDASST, devida aos integrantes da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no Ministério da Previdência Social, no Ministério da Saúde, no Ministério do Trabalho e Emprego e na Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, a partir de 1º de abril de 2002. (art. 4º da Lei 10.483/2002 e art. 70 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDASST será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seu respectivo nível, ao valor estabelecido no Anexo V da Lei nº 10.483/2002 (art. 69 da Lei nº 12.702/2012)

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

(**) **Aposentado** - GAE - integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. Lei Delegada nº 13 de 27.08.1982

(**) **Aposentado** - GESST art. 5º da Lei nº 10.971 de 25.11.2004

(**) **Aposentado** - GDASST art. 7º da Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 8.112 de 11.12.90

Lei Delegada nº 13, de 27/08/92

Lei nº 10.483 de 03.07.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 198 de 15.07.2004

Lei nº 10.971 de 25.11.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006 art. 8º

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 90

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 69 e art. 87

55. SEGURO SOCIAL

* Carreira do Seguro Social

Médico da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004

Cargo: Médico

Jornada de Trabalho de Médico é de : 20 h

Nível Superior - 20 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-INSS			GAE	ATIVO		GDM-INSS	APOSENTADO
			20h (*)	80 pts. (**)	100 pts. (***)		TOTAL (em R\$)			TOTAL (em R\$)
							80 pts.	100 pts.		
A	B	C	D	E=(A+B+D)	F=(A+C+D)	G	H=(A+D+G)			
ESPECIAL	IV	1.096,98	5.759,20	7.199,00	1.755,17	8.611,35	10.051,15	3.599,50	6.451,65	
	III	1.041,33	5.618,40	7.023,00	1.666,13	8.325,86	9.730,46	3.511,50	6.218,96	
	II	988,29	5.481,60	6.852,00	1.581,26	8.051,15	9.421,55	3.426,00	5.995,55	
	I	977,07	5.348,00	6.685,00	1.563,31	7.888,38	9.225,38	3.342,50	5.882,88	
C	IV	955,52	5.093,60	6.367,00	1.528,83	7.577,95	8.851,35	3.183,50	5.667,85	
	III	934,70	4.969,60	6.212,00	1.495,52	7.399,82	8.642,22	3.106,00	5.536,22	
	II	914,48	4.848,00	6.060,00	1.463,17	7.225,65	8.437,65	3.030,00	5.407,65	
	I	894,85	4.729,60	5.912,00	1.431,76	7.056,21	8.238,61	2.956,00	5.282,61	
B	IV	875,79	4.504,00	5.630,00	1.401,26	6.781,05	7.907,05	2.815,00	5.092,05	
	III	857,28	4.394,40	5.493,00	1.371,65	6.623,33	7.721,93	2.746,50	4.975,43	
	II	839,33	4.287,20	5.359,00	1.342,93	6.469,46	7.541,26	2.679,50	4.861,76	
	I	821,88	4.182,40	5.228,00	1.315,01	6.319,29	7.364,89	2.614,00	4.750,89	
A	V	804,95	3.983,20	4.979,00	1.287,92	6.076,07	7.071,87	2.489,50	4.582,37	
	IV	788,50	3.886,40	4.858,00	1.261,60	5.936,50	6.908,10	2.429,00	4.479,10	
	III	772,56	3.792,00	4.740,00	1.236,10	5.800,66	6.748,66	2.370,00	4.378,66	
	II	757,08	3.699,20	4.624,00	1.211,33	5.667,61	6.592,41	2.312,00	4.280,41	
	I	742,02	3.608,80	4.511,00	1.187,23	5.538,05	6.440,25	2.255,50	4.184,75	

Nível Superior - 40 h

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDM-INSS			GAE	ATIVO		GDM-INSS	APOSENTADO
			40h (*)	80 pts. (**)	100 pts. (***)		TOTAL (em R\$)			TOTAL (em R\$)
							80 pts.	100 pts.		
A	B	C	D	E=(A+B+D)	F=(A+C+D)	G	H=(A+D+G)			
ESPECIAL	IV	2.193,96	5.759,20	7.199,00	3.510,34	11.463,50	12.903,30	3.599,50	9.303,80	
	III	2.082,66	5.618,40	7.023,00	3.332,26	11.033,32	12.437,92	3.511,50	8.926,42	
	II	1.976,58	5.481,60	6.852,00	3.162,53	10.620,71	11.991,11	3.426,00	8.565,11	
	I	1.954,14	5.348,00	6.685,00	3.126,62	10.428,76	11.765,76	3.342,50	8.423,26	
C	IV	1.911,04	5.093,60	6.367,00	3.057,66	10.062,30	11.335,70	3.183,50	8.152,20	
	III	1.869,40	4.969,60	6.212,00	2.991,04	9.830,04	11.072,44	3.106,00	7.966,44	
	II	1.828,96	4.848,00	6.060,00	2.926,34	9.603,30	10.815,30	3.030,00	7.785,30	
	I	1.789,70	4.729,60	5.912,00	2.863,52	9.382,82	10.565,22	2.956,00	7.609,22	
B	IV	1.751,58	4.504,00	5.630,00	2.802,53	9.058,11	10.184,11	2.815,00	7.369,11	
	III	1.714,56	4.394,40	5.493,00	2.743,30	8.852,26	9.950,86	2.746,50	7.204,36	
	II	1.678,66	4.287,20	5.359,00	2.685,86	8.651,72	9.723,52	2.679,50	7.044,02	
	I	1.643,76	4.182,40	5.228,00	2.630,02	8.456,18	9.501,78	2.614,00	6.887,78	
A	V	1.609,90	3.983,20	4.979,00	2.575,84	8.168,94	9.164,74	2.489,50	6.675,24	
	IV	1.577,00	3.886,40	4.858,00	2.523,20	7.986,60	8.958,60	2.429,00	6.529,20	
	III	1.545,12	3.792,00	4.740,00	2.472,19	7.809,31	8.757,31	2.370,00	6.387,31	
	II	1.514,16	3.699,20	4.624,00	2.422,66	7.636,02	8.560,82	2.312,00	6.248,82	
	I	1.484,04	3.608,80	4.511,00	2.374,46	7.467,30	8.369,50	2.255,50	6.114,00	

Nível Superior - 20 h - A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Médico, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos de que trata o art. 40 da Lei nº 12.702/2012 é de 20 (vinte) horas semanais. (§ 1º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

Nível Superior - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 41 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 41 da Lei nº 12.702/2012)

* Cargos de nível superior referidos no art. 2º da Lei nº 10.855/2004, que optaram pela Carreira de Seguro Social.

* Os servidores integrantes da Carreira Previdenciária instituída pela Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, ou; regidos pelo Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados no INSS em 30 de novembro de 2003 serão enquadrados na Carreira do Seguro Social, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante do Anexo II da Lei 10.855/2004. O enquadramento de que trata o caput do art. 2º da Lei 10.855/2004 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência da Medida Provisória no 146, de 11 de dezembro de 2003. (art. 2º da Lei nº 10.855/2004)

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - de 20 h e 40 h anexo XLV da Lei nº 12.702/2012

GDM-INSS - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004

Fica instituída, a partir de 1º de julho de 2012, a GDM-INSS devida, exclusivamente, aos servidores ocupantes do cargo de Médico, quando em efetivo exercício nas atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessação ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho a que faz jus, no decurso do ciclo de avaliação receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

(***) A GDM-INSS terá como limites: máximo 100 (cem) pontos por servidor; mínimo 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes, padrões e jornada de trabalho, ao valor estabelecido no Anexo XLV da Lei nº 12.702/2012.

A pontuação máxima da GDM-INSS será assim distribuída: I - até vinte pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e II - até oitenta pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. (§4º até §17 da Lei nº 12.702/2012)

GAE - Gratificação de Atividade Executiva - 160% sobre o vencimento básico - Lei Delegada nº 13/1992

As Gratificações de Desempenho de Atividade Médica de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 serão atribuídas em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos para as gratificações de desempenho que os servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 percebiam na data de publicação desta Lei, inclusive para fins de incorporação dela aos proventos de aposentadoria e às pensões, até que seja editado ato que regulamente os critérios e procedimentos específicos para as referidas gratificações. (§ 2º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado** - A mudança da gratificação de desempenho atualmente percebida pelos servidores de que trata o art. 39 da Lei nº 12.702/12 para as Gratificações de Desempenho de Atividade Médica do respectivo Plano de Cargos ou Carreira ou Quadro de Pessoal não representa descontinuidade de sua percepção para efeito de aposentadoria e ciclo de avaliação de desempenho. (§ 1º do art. 39 da Lei nº 12.702/2012)

(****) **Aposentado - GAE** - integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. Lei Delegada nº 13 de 27.08.1982

Legislações Correspondentes:

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.355 de 26.12.2001

Medida Provisória nº 86 de 18.12.2002

Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art. 5º a art. 8º e art. 19º

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 146 de 11.12.2003

Lei nº 10.855 de 01.04.2004

Medida Provisória nº 199 de 15.07.2004

Lei nº 10.997 de 15.12.2004

Medida Provisória nº 359 de 16.03.2007

Lei nº 11.501 de 11.07.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Decreto nº 6.493 de 30.06.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto 6.493 de 30.06.2008

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

55. SEGURO SOCIAL

Carreira do Seguro Social

* Cargo: Analista do Seguro Social

* Cargos: Nível Superior da Carreira Seguro Social (exceto Analista do Seguro Social) - art. 2º da Lei nº 10.855/2004

Nível Superior

Posição: julho/2011

CLASSE	PADRÃO	VB		GAE		GDASS				ATIVO				GDASS		APOSENTADO	
		40 hs.	30 hs.	40 hs.	30 hs.	80 pts.		100 pts.		TOTAL (em R\$)				50 pts.		TOTAL (em R\$) -50 pts	
						40 hs.	30 hs.	40 hs.	30 hs.	80pts.		100pts.		40hs.	30hs.	40hs.	30hs.
		(*)								(**)							
A	B	C	D	E	F	G	H	I=(A+C+E)	J=(B+D+F)	K=(A+C+G)	L=(B+D+H)						
ESPECIAL	IV	1.096,98	822,76	1.755,17	1.316,42	5.759,20	4.319,20	7.199,00	5.399,00	8.611,35	6.458,38	10.051,15	7.538,18	3.599,50	2.699,50	6.451,65	4.838,68
	III	1.041,33	781,02	1.666,13	1.249,63	5.618,40	4.213,60	7.023,00	5.267,00	8.325,86	6.244,25	9.730,46	7.297,65	3.511,50	2.633,50	6.218,96	4.664,15
	II	988,29	741,24	1.581,26	1.185,98	5.481,60	4.111,20	6.852,00	5.139,00	8.051,15	6.038,42	9.421,55	7.066,22	3.426,00	2.569,50	5.995,55	4.496,72
	I	977,07	732,82	1.563,31	1.172,51	5.348,00	4.011,20	6.685,00	5.014,00	7.888,38	5.916,53	9.225,38	6.919,33	3.342,50	2.507,00	5.882,88	4.412,33
C	IV	955,52	716,66	1.528,83	1.146,66	5.093,60	3.820,00	6.367,00	4.775,00	7.577,95	5.683,32	8.851,35	6.638,32	3.183,50	2.387,50	5.667,85	4.250,82
	III	934,70	701,04	1.495,52	1.121,66	4.969,60	3.727,20	6.212,00	4.659,00	7.399,82	5.549,90	8.642,22	6.481,70	3.106,00	2.329,50	5.536,22	4.152,20
	II	914,48	685,88	1.463,17	1.097,41	4.848,00	3.636,00	6.060,00	4.545,00	7.225,65	5.419,29	8.437,65	6.328,29	3.030,00	2.272,50	5.407,65	4.055,79
	I	894,85	671,15	1.431,76	1.073,84	4.729,60	3.547,20	5.912,00	4.434,00	7.056,21	5.292,19	8.238,61	6.178,99	2.956,00	2.217,00	5.282,61	3.961,99
B	IV	875,79	656,86	1.401,26	1.050,98	4.504,00	3.378,40	5.630,00	4.223,00	6.781,05	5.086,24	7.907,05	5.930,84	2.815,00	2.111,50	5.092,05	3.819,34
	III	857,28	642,98	1.371,65	1.028,77	4.394,40	3.296,00	5.493,00	4.120,00	6.623,33	4.967,75	7.721,93	5.791,75	2.746,50	2.060,00	4.975,43	3.731,75
	II	839,33	629,51	1.342,93	1.007,22	4.287,20	3.215,20	5.359,00	4.019,00	6.469,46	4.851,93	7.541,26	5.655,73	2.679,50	2.009,50	4.861,76	3.646,23
	I	821,88	616,43	1.315,01	986,29	4.182,40	3.136,80	5.228,00	3.921,00	6.319,29	4.739,52	7.364,89	5.523,72	2.614,00	1.960,50	4.750,89	3.563,22
A	V	804,95	603,73	1.287,92	965,97	3.983,20	2.987,20	4.979,00	3.734,00	6.076,07	4.556,90	7.071,87	5.303,70	2.489,50	1.867,00	4.582,37	3.436,70
	IV	788,50	591,39	1.261,60	946,22	3.886,40	2.915,20	4.858,00	3.644,00	5.936,50	4.452,81	6.908,10	5.181,61	2.429,00	1.822,00	4.479,10	3.359,61
	III	772,56	579,43	1.236,10	927,09	3.792,00	2.844,00	4.740,00	3.555,00	5.800,66	4.350,52	6.748,66	5.061,52	2.370,00	1.777,50	4.378,66	3.284,02
	II	757,08	567,82	1.211,33	908,51	3.699,20	2.774,40	4.624,00	3.468,00	5.667,61	4.250,73	6.592,41	4.944,33	2.312,00	1.734,00	4.280,41	3.210,33
	I	742,02	556,53	1.187,23	890,45	3.608,80	2.706,40	4.511,00	3.383,00	5.538,05	4.153,38	6.440,25	4.829,98	2.255,50	1.691,50	4.184,75	3.138,48

* Cargos de nível superior referidos no art. 2º da Lei nº 10.855/2004, que optaram pela Carreira de Seguro Social.

* Os servidores integrantes da Carreira Previdenciária instituída pela Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, ou; regidos pelo Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados no INSS em 30 de novembro de 2003 serão enquadrados na Carreira do Seguro Social, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante do Anexo II da Lei 10.855/2004. O enquadramento de que trata o caput do art. 2º da Lei 10.855/2004 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência da Medida Provisória no 146, de 11 de dezembro de 2003. (art. 2º da Lei nº 10.855/2004)

* Os cargos de provimento efetivo de nível superior de Analista Previdenciário integrantes da Carreira do Seguro Social do Quadro de Pessoal do INSS, mantidas as atribuições gerais, passam a denominar-se Analista do Seguro Social. (art. 5-A da Lei 10.855/2004)

Jornada de trabalho semanal - 40 horas (hs.)

A partir de 1º de junho de 2009, é facultada a mudança de jornada de trabalho para 30 (trinta) horas semanais para os servidores ativos, em efetivo exercício no INSS, com redução proporcional da remuneração, mediante opção a ser formalizada a qualquer tempo, na forma do Termo de Opção, constante do Anexo III-A da Lei 10.885/2004. (§ 1º do art. 160 da Lei 11.907/2009)

VB - Vencimento Básico (anexo CVII da Lei nº 11.907/2009)

GAE - Gratificação de Atividade Executiva - 160% sobre o vencimento básico - Lei Delegada nº 13/1992

GDASS - Gratificação de Desempenho de Atividades do Seguro Social

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social - GDASS, devida aos integrantes da Carreira do Seguro Social, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no INSS, em função do desempenho institucional e individual. (art. 11 da Lei 10.855/2004 e art. 73 da Lei nº 12.702/2012)

(*) **Cálculo** - A pontuação referente à GDASS será assim distribuída:

- até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

- até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Enquanto não forem editados os atos referidos no § 1º do art. 10 e no art. 11 e até que sejam processados os resultados da primeira avaliação de desempenho, para fins de atribuição da GDASS, o valor devido de pagamento mensal por servidor ativo será de oitenta pontos, observados os respectivos níveis e classes.

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessação ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a GDASS no valor de oitenta pontos.

(**) Aposentado - GAE - integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. Lei Delegada nº 13 de 27.08.1982

(**) Aposentado - GDASS art. 16 da Lei nº 10.855/2004 (art. 159 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.355 de 26.12.2001

Medida Provisória nº 86 de 18.12.2002

Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art. 5º a art. 8º e art. 19º

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 146 de 11.12.2003

Lei nº 10.855 de 01.04.2004

Medida Provisória nº 199 de 15.07.2004

Lei nº 10.997 de 15.12.2004

Medida Provisória nº 359 de 16.03.2007

Lei nº 11.501 de 11.07.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Decreto nº 6.493 de 30.06.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto 6.493 de 30.06.2008

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 74

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 19 e art. 73

55. SEGURO SOCIAL

Carreira do Seguro Social

* Cargo: Agente de Serviços Diversos

* Cargo: Técnico de Serviços Diversos

* Cargo: Técnico do Seguro Social

* Cargos : Nível Intermediário da Carreira do Seguro Social (exceto Agente de Serviços Diversos, Técnico de Serviços Diversos e Técnico Seguro Social) - art. 2º da Lei nº 10.855/2004

Nível Intermediário

																		Posição: julho/2011	
CLASSE	PADRÃO	GDASS								ATIVO				GDASS		APOSENTADO			
		VB		GAE		80 pts.		100 pts.		TOTAL (em R\$)				50 pts.		TOTAL (em R\$) -50 pts			
		40 hs.	30 hs.	40 hs.	30 hs.	40 hs.	30 hs.	40 hs.	30 hs.	80 pts.		100 pts.		40 hs.	30 hs.	40 hs.	30 hs.		
		A	B	C	D	E	F	G	H	I=(A+C+E)	J=(B+D+F)	K=(A+C+G)	L=(B+D+H)	M	N	O=(A+C+M)	P=(B+D+N)		
ESPECIAL	IV	823,72	617,81	1.317,95	988,50	3.895,20	2.921,60	4.869,00	3.652,00	6.036,87	4.527,91	7.010,67	5.258,31	2.434,50	1.826,00	4.576,17	3.432,31		
	III	779,28	584,47	1.246,85	935,15	3.781,60	2.836,00	4.727,00	3.545,00	5.807,73	4.355,62	6.753,13	5.064,62	2.363,50	1.772,50	4.389,63	3.292,12		
	II	756,45	567,35	1.210,32	907,76	3.671,20	2.753,60	4.589,00	3.442,00	5.637,97	4.228,71	6.555,77	4.917,11	2.294,50	1.721,00	4.261,27	3.196,11		
	I	734,60	550,96	1.175,36	881,54	3.564,00	2.672,80	4.455,00	3.341,00	5.473,96	4.105,30	6.364,96	4.773,50	2.227,50	1.670,50	4.137,46	3.103,00		
C	IV	731,01	548,27	1.169,62	877,23	3.372,00	2.528,80	4.215,00	3.161,00	5.272,63	3.954,30	6.115,63	4.586,50	2.107,50	1.580,50	4.008,13	3.006,00		
	III	710,27	532,72	1.136,43	852,35	3.273,60	2.455,20	4.092,00	3.069,00	5.120,30	3.840,27	5.938,70	4.454,07	2.046,00	1.534,50	3.892,70	2.919,57		
	II	690,39	517,81	1.104,62	828,50	3.178,40	2.384,00	3.973,00	2.980,00	4.973,41	3.730,31	5.768,01	4.326,31	1.986,50	1.490,00	3.781,51	2.836,31		
	I	671,31	503,50	1.074,10	805,60	3.085,60	2.314,40	3.857,00	2.893,00	4.831,01	3.623,50	5.602,41	4.202,10	1.928,50	1.446,50	3.673,91	2.755,60		
B	IV	653,11	489,84	1.044,98	783,74	2.919,20	2.189,60	3.649,00	2.737,00	4.617,29	3.463,18	5.347,09	4.010,58	1.824,50	1.368,50	3.522,59	2.642,08		
	III	635,62	476,73	1.016,99	762,77	2.834,40	2.125,60	3.543,00	2.657,00	4.487,01	3.365,10	5.195,61	3.896,50	1.771,50	1.328,50	3.424,11	2.568,00		
	II	618,97	464,24	990,35	742,78	2.752,00	2.064,00	3.440,00	2.580,00	4.361,32	3.271,02	5.049,32	3.787,02	1.720,00	1.290,00	3.329,32	2.497,02		
	I	602,97	452,24	964,75	723,58	2.672,00	2.004,00	3.340,00	2.505,00	4.239,72	3.179,82	4.907,72	3.680,82	1.670,00	1.252,50	3.237,72	2.428,32		
A	V	587,65	440,75	940,24	705,20	2.528,00	1.896,00	3.160,00	2.370,00	4.055,89	3.041,95	4.687,89	3.515,95	1.580,00	1.185,00	3.107,89	2.330,95		
	IV	573,00	429,76	916,80	687,62	2.454,40	1.840,80	3.068,00	2.301,00	3.944,20	2.958,18	4.557,80	3.418,38	1.534,00	1.150,50	3.023,80	2.267,88		
	III	558,96	419,23	894,34	670,77	2.383,20	1.787,20	2.979,00	2.234,00	3.836,50	2.877,20	4.432,30	3.324,00	1.489,50	1.117,00	2.942,80	2.207,00		
	II	545,55	409,17	872,88	654,67	2.313,60	1.735,20	2.892,00	2.169,00	3.732,03	2.799,04	4.310,43	3.232,84	1.446,00	1.084,50	2.864,43	2.148,34		
	I	532,65	399,50	852,24	639,20	2.246,40	1.684,80	2.808,00	2.106,00	3.631,29	2.723,50	4.192,89	3.144,70	1.404,00	1.053,00	2.788,89	2.091,70		

* Cargos de nível intermediário referidos no art. 2º da Lei nº 10.855/2004, que optaram pela Carreira de Seguro Social.

* Os servidores integrantes da Carreira Previdenciária instituída pela Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, ou; regidos pelo Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados no INSS em 30 de novembro de 2003 serão enquadrados na Carreira do Seguro Social, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante do Anexo II da Lei 10.855/2004. O enquadramento de que trata o caput do art. 2º da Lei 10.855/2004 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência da Medida Provisória nº 146, de 11 de dezembro de 2003. (art. 2º da Lei nº 10.855/2004)

* Os cargos de provimento efetivo de nível intermediário integrantes da Carreira do Seguro Social do Quadro de Pessoal do INSS cujas atribuições, requisitos de qualificação, escolaridade, habilitação profissional ou especialização exigidos para ingresso sejam idênticos ou essencialmente iguais ficam agrupados em cargos de mesma denominação e atribuições gerais, conforme estabelecido no Anexo V da Lei 10.855/2004, passando a denominar-se : os cargos de nível intermediário: (Redação dada pela Lei nº 11.501, de 2007):

- Agente de Serviços Diversos;
- Técnico de Serviços Diversos; ou
- Técnico do Seguro Social.

Jornada de trabalho semanal - 40 horas (hs.)

A partir de 1º de junho de 2009, é facultada a mudança de jornada de trabalho para 30 (trinta) horas semanais para os servidores ativos, em efetivo exercício no INSS, com redução proporcional da remuneração, mediante opção a ser formalizada a qualquer tempo, na forma do Termo de Opção, constante do Anexo III-A da Lei 10.885/2004. (§ 1º do art. 160 da Lei 11.907/2009)

VB - Vencimento Básico (anexo CVII da Lei nº 11.907/2009)

GAE - Gratificação de Atividade Executiva - 160% sobre o vencimento básico - Lei Delegada nº 13/1992

GDASS - Gratificação de Desempenho de Atividades do Seguro Social

Instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social - GDASS, devida aos integrantes da Carreira do Seguro Social, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no INSS, em função do desempenho institucional e individual. (art. 11 da Lei 10.855/2004 e art. 73 da Lei nº 12.702/2012)

(*) **Cálculo** - A pontuação referente à GDASS será assim distribuída:

- até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e
- até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Enquanto não forem editados os atos referidos no § 1º do art. 10 e no art. 11 e até que sejam processados os resultados da primeira avaliação de desempenho, para fins de atribuição da GDASS, o valor devido de pagamento mensal por servidor ativo será de oitenta pontos, observados os respectivos níveis e classes.

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a GDASS no valor de oitenta pontos.

(**) Aposentado - GAE - integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. Lei Delegada nº 13 de 27.08.1982

(**) Aposentado - GDASS art. 16 da Lei nº 10.855/2004 (art. 159 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.355 de 26.12.2001

Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002 Salário mínimo

Medida Provisória nº 86 de 18.12.2002

Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art. 5º a art. 8º e art. 19º

Lei nº 10.525 de 06.08.2002 Salário mínimo

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003 Salário mínimo

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.699 de 09.07.2003 Salário mínimo

Medida Provisória nº 146 de 11.12.2003

Lei nº 10.855 de 01.04.2004

Lei nº 10.888 de 24.06.2004 Salário mínimo

Medida Provisória nº 199 de 15.07.2004

Lei nº 10.997 de 15.12.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2004

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 359 de 16.03.2007

Lei nº 11.501 de 11.07.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto 6.493 de 30.06.2008

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.74

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 73

55. SEGURO SOCIAL

Carreira do Seguro Social

* Cargo: Auxiliar de Serviços Diversos

* Cargos : Nível Auxiliar da Carreira do Seguro Social (exceto Auxiliar de Serviços Diversos) - art. 2º da Lei nº 10.855/2004

Nível Auxiliar

Posição: junho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB		GAE		GDASS				ATIVO				GDASS		APOSENTADO	
		TOTAL (em R\$)		TOTAL (em R\$)		80 pts.		100 pts.		80 pts.		100 pts.		50 pts.		TOTAL (em R\$) -50 pts	
		40 hs.	30 hs.	40 hs.	30 hs.	40 hs.	30 hs.	40 hs.	30 hs.	40 hs.	30 hs.	40 hs.	30 hs.	40 hs.	30 hs.	40 hs.	30 hs.
		A	B	C	D	E	F	G	H	I=(A+C+E)	J=(B+D+F)	K=(A+C+G)	L=(B+D+H)	M	N	O=(A+C+M)	P=(B+D+N)
	III	524,33	393,26	838,93	629,22	617,60	463,20	772,00	579,00	1.980,86	1.485,68	2.135,26	1.601,48	386,00	289,50	1.749,26	1.311,98
ESPECIAL	II	508,19	381,15	813,10	609,84	616,80	462,40	771,00	578,00	1.938,09	1.453,39	2.092,29	1.568,99	385,50	289,00	1.706,79	1.279,99
	I	492,77	369,59	788,43	591,34	616,00	462,40	770,00	578,00	1.897,20	1.423,33	2.051,20	1.538,93	385,00	289,00	1.666,20	1.249,93

* Cargos de nível auxiliar referidos no art. 2º da Lei nº 10.855/2004 , que optaram pela Carreira de Seguro Social.

* Os servidores integrantes da Carreira Previdenciária instituída pela Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001, ou; regidos pelo Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou por planos correlatos, desde que lotados no INSS em 30 de novembro de 2003 serão enquadrados na Carreira do Seguro Social, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação, constante do Anexo II da Lei 10.855/2004.O enquadramento de que trata o caput do art. 2º da Lei 10.855/2004 dar-se-á mediante opção irrevogável do servidor, a ser formalizada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência da Medida Provisória no 146, de 11 de dezembro de 2003. (art. 2º da Lei nº 10.855/2004)

* Os cargos de provimento efetivo de nível auxiliar integrantes da Carreira do Seguro Social do Quadro de Pessoal do INSS cujas atribuições, requisitos de qualificação, escolaridade, habilitação profissional ou especialização exigidos para ingresso sejam idênticos ou essencialmente iguais ficam agrupados em cargos de mesma denominação e atribuições gerais, conforme estabelecido no Anexo V da Lei 10.855/2004, passando a denominar-se : os cargos de nível intermediário: (Redação dada pela Lei nº 11.501, de 2007):

- os cargos de nível auxiliar: Auxiliar de Serviços Diversos;

Jornada de trabalho semanal - 40 horas (hs.)

A partir de 1º de junho de 2009, é facultada a mudança de jornada de trabalho para 30 (trinta) horas semanais para os servidores ativos, em efetivo exercício no INSS, com redução proporcional da remuneração, mediante opção a ser formalizada a qualquer tempo, na forma do Termo de Opção, constante do Anexo III-A da Lei 10.885/2004. (§ 1º do art. 160 da Lei 11.907/2009)

VB - Vencimento Básico (anexo CVII da Lei nº 11.907/2009)

GAE - Gratificação de Atividade Executiva - 160% sobre o vencimento básico - Lei Delegada nº 13/1992

GDASS - Gratificação de Desempenho de Atividades do Seguro Social

(*) **Cálculo** - A pontuação referente à GDASS será assim distribuída:

- até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

- até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Enquanto não forem editados os atos referidos no § 1º do art. 10 e no art. 11 e até que sejam processados os resultados da primeira avaliação de desempenho, para fins de atribuição da GDASS, o valor devido de pagamento mensal por servidor ativo será de oitenta pontos, observados os respectivos níveis e classes.

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da gratificação de desempenho no decurso do ciclo de avaliação receberá a GDASS no valor de oitenta pontos.

(**) Aposentado - GAE - integrará os proventos da aposentadoria e as pensões. Lei Delegada nº 13 de 27.08.1982

(**) Aposentado - GDASS art. 16 da Lei nº 10.855/2004 (art. 159 da Lei nº 11.907/2009)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 10.355 de 26.12.2001

Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002 Salário mínimo

Medida Provisória nº 86 de 18.12.2002

Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art. 5º a art. 8º e art. 19º

Lei nº 10.525 de 06.08.2002 Salário mínimo

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003 Salário mínimo

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.699 de 09.07.2003 Salário mínimo

Medida Provisória nº 146 de 11.12.2003

Lei nº 10.855 de 01.04.2004

Lei nº 10.888 de 24.06.2004 Salário mínimo

Medida Provisória nº 199 de 15.07.2004

Lei nº 10.997 de 15.12.2004

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2004

Medida Provisória nº 362 de 29.03.2007

Medida Provisória nº 359 de 16.03.2007

Lei nº 11.501 de 11.07.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto 6.493 de 30.06.2008

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art. 74

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 73

56. SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP

(*) Cargo: Analista Técnico do Quadro Suplementar da SUSEP (Integrantes do Quadro Suplementar a que se refere o § 6º do art. 52 da Lei nº 11.890/2008)

Nível Superior

CLASSE	PADRÃO	VB	GDASUSEP			ATIVO		GDASUSEP	APOSENTADO
			80 pts.	(**)		TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
			A	B	C	80 pts. D=(A+B)	100 pts. E=(A+C)	F	50 pts. G=(A+F)
ESPECIAL	IV	9.490,73	4.935,20	6.169,00	14.425,93	15.659,73	3.084,50	12.575,23	
	III	9.279,69	4.825,60	6.032,00	14.105,29	15.311,69	3.016,00	12.295,69	
	II	9.071,02	4.716,80	5.896,00	13.787,82	14.967,02	2.948,00	12.019,02	
	I	8.867,30	4.611,20	5.764,00	13.478,50	14.631,30	2.882,00	11.749,30	
C	III	8.558,48	4.450,40	5.563,00	13.008,88	14.121,48	2.781,50	11.339,98	
	II	8.350,03	4.342,40	5.428,00	12.692,43	13.778,03	2.714,00	11.064,03	
	I	8.146,49	4.236,00	5.295,00	12.382,49	13.441,49	2.647,50	10.793,99	
B	III	7.853,27	4.084,00	5.105,00	11.937,27	12.958,27	2.552,50	10.405,77	
	II	7.661,85	3.984,00	4.980,00	11.645,85	12.641,85	2.490,00	10.151,85	
	I	7.474,48	3.886,40	4.858,00	11.360,88	12.332,48	2.429,00	9.903,48	
A	III	7.194,19	3.740,80	4.676,00	10.934,99	11.870,19	2.338,00	9.532,19	
	II	7.018,63	3.649,60	4.562,00	10.668,23	11.580,63	2.281,00	9.299,63	
	I	6.775,42	3.523,20	4.404,00	10.298,62	11.179,42	2.202,00	8.977,42	

(*) Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 6º do art. 52 da MP 440/2008. Os cargos efetivos ocupados de nível superior do Quadro de Pessoal da SUSEP que, em decorrência do disposto no § 3º do art. 52 da MP 440/2008, não puderam ser transpostos para a carreira de que trata o inciso I do art. 34 da MP 440/2008, comporão quadro suplementar em extinção.

VB - Vencimento Básico (Anexo X da MP 440/2008)

GDASUSEP - Gratificação de Desempenho de Atividade Específica da SUSEP

(**) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDASUSEP, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos. (§2º do art. 63 da Lei 11.890/2008 e MP 479/2009)

(**) A GDASUSEP será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos por servidor; e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XII da MP 440/2008

A pontuação a que se refere a GDASUSEP terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

É de quarenta horas semanais a carga horária de trabalho dos titulares dos cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

(***) **Aposentado** - GDASUSEP - art. 64. da MP 440/2008.

(***) **Aposentado** - A partir de 1º de julho de 2012, para fins de incorporação da GDASUSEP aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios do art. 21 da MP 568/2012.

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 73 de 21.11.66

Lei nº 9.015 de 30.03.95

Decreto nº 1.519 de 08.06.95 art.5º e art. 7º incisos I e II

Portaria nº 48 de 13.03.96

Portaria nº 117 de 18.05.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2048-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 24.05.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Portaria nº 1132 de 29.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Decreto nº 4.843 de 24.09.2003 art. 1º

Lei nº 10.769 de 19.11.2003

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Decreto nº 5.407 de 31.03.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 - art.21

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art.21

56. SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP

Cargo: Agente Executivo da SUSEP

Cargo: Cargos de Nível Intermediário da SUSEP (exceto Agente Executivo as SUSEP)

Nível Intermediário

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDASUSEP			ATIVO		GDASUSEP	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$)		50 pts	TOTAL (em R\$)
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
	A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)		
ESPECIAL	IV	4.340,00	2.256,80	2.821,00	6.596,80	7.161,00	1.410,50	5.750,50	
	III	4.234,15	2.201,60	2.752,00	6.435,75	6.986,15	1.376,00	5.610,15	
	II	4.130,88	2.148,00	2.685,00	6.278,88	6.815,88	1.342,50	5.473,38	
	I	4.030,13	2.096,00	2.620,00	6.126,13	6.650,13	1.310,00	5.340,13	
C	III	3.820,03	1.986,40	2.483,00	5.806,43	6.303,03	1.241,50	5.061,53	
	II	3.726,86	1.937,60	2.422,00	5.664,46	6.148,86	1.211,00	4.937,86	
	I	3.635,96	1.890,40	2.363,00	5.526,36	5.998,96	1.181,50	4.817,46	
B	III	3.446,41	1.792,00	2.240,00	5.238,41	5.686,41	1.120,00	4.566,41	
	II	3.362,35	1.748,80	2.186,00	5.111,15	5.548,35	1.093,00	4.455,35	
	I	3.280,34	1.705,60	2.132,00	4.985,94	5.412,34	1.066,00	4.346,34	
A	III	3.109,33	1.616,80	2.021,00	4.726,13	5.130,33	1.010,50	4.119,83	
	II	3.024,64	1.572,80	1.966,00	4.597,44	4.990,64	983,00	4.007,64	
	I	2.942,26	1.529,60	1.912,00	4.471,86	4.854,26	956,00	3.898,26	

VB - Vencimento Básico (Anexo X da MP 440/2008)

GDASUSEP - Gratificação de Desempenho de Atividade Específica da SUSEP

(*) Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões. (art. 158 da Lei nº 11.784 de 22.09.2008)

Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDASUSEP, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.(§2º do art. 63 da Lei 11.890/2008 e MP 479/2009)

(*) A GDASUSEP será paga com observância dos seguintes limites: máximo de cem pontos por servidor; e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XII da MP 440/2008

A pontuação a que se refere a GDASUSEP terá a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

É de quarenta horas semanais a carga horária de trabalho dos titulares dos cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

(**) **Aposentado** - GDASUSEP - art. 64. da MP 440/2008.

(***) **Aposentado** - A partir de 1º de julho de 2012, para fins de incorporação da GDASUSEP aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os critérios do art. 21 da MP 568/2012.

Legislações Correspondentes:

Decreto-Lei nº 73 de 21.11.66

Lei nº 9.015 de 30.03.95

Lei nº 8.112 de 11.12.90 art. 40 § único

Lei nº 9.015 de 30.03.95

Decreto nº 1.519 de 08.06.95 art.5º e art. 7º incisos I e II

Portaria nº 48 de 13.03.96

Portaria nº 117 de 18.05.98 e

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98.

Medida Provisória nº 2194-6 de 23.08.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Medida Provisória nº 35 de 27.03.2002

Lei nº 10.525 de 06.08.2002

Medida Provisória nº 116 de 02.04.2003

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.699 de 09.07.2003

Decreto nº 4.843 de 24.09.2003

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Medida Provisória nº 210 de 31.08.2004

Lei nº 11.094 de 13.01.2005

Decreto nº 5.407 de 31.03.2005

Medida Provisória nº 302 de 29.06.2006

Lei nº 11.356 de 19.10.2006

Medida Provisória nº 440 de 29.08.2008

Lei nº 11.890 de 24.12.2008

Medida Provisória nº 479 de 30.12.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.269 de 21.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 - art.21

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art.21

57. SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR -PREVIC

Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC - PCCPREVIC

Carreira de Especialista em Previdência Complementar

Cargo: Especialista em Previdência Complementar (inciso I do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009)

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPREVIC			ATIVO		GDAPREVIC	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.		TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
				(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	IV	7.945,00	6.356,00	7.945,00	14.301,00	15.890,00	3.972,50	11.917,50	
	III	7.713,59	6.292,80	7.866,00	14.006,39	15.579,59	3.933,00	11.646,59	
	II	7.488,92	6.230,40	7.788,00	13.719,32	15.276,92	3.894,00	11.382,92	
	I	7.270,80	6.168,80	7.711,00	13.439,60	14.981,80	3.855,50	11.126,30	
C	IV	6.931,17	6.108,00	7.635,00	13.039,17	14.566,17	3.817,50	10.748,67	
	III	6.729,29	6.047,20	7.559,00	12.776,49	14.288,29	3.779,50	10.508,79	
	II	6.533,29	5.987,20	7.484,00	12.520,49	14.017,29	3.742,00	10.275,29	
	I	6.343,00	5.928,00	7.410,00	12.271,00	13.753,00	3.705,00	10.048,00	
B	IV	6.046,71	5.869,60	7.337,00	11.916,31	13.383,71	3.668,50	9.715,21	
	III	5.870,59	5.811,20	7.264,00	11.681,79	13.134,59	3.632,00	9.502,59	
	II	5.699,60	5.753,60	7.192,00	11.453,20	12.891,60	3.596,00	9.295,60	
	I	5.533,59	5.696,80	7.121,00	11.230,39	12.654,59	3.560,50	9.094,09	
A	IV	5.275,11	5.640,00	7.050,00	10.915,11	12.325,11	3.525,00	8.800,11	
	III	5.121,47	5.584,00	6.980,00	10.705,47	12.101,47	3.490,00	8.611,47	
	II	4.972,30	5.528,80	6.911,00	10.501,10	11.883,30	3.455,50	8.427,80	
	I	4.827,48	5.474,40	6.843,00	10.301,88	11.670,48	3.421,50	8.248,98	
INICIAL	I	4.600,00	5.419,20	6.774,00	10.019,20	11.374,00	3.387,00	7.987,00	

* Fica criada a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Previdência Social, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o território nacional.(art. 1º da Lei 12.154/2009)

VB - Vencimento Básico - Anexo III da Lei 12.154/2009

GDAPREVIC - Gratificação de Desempenho de Atividade na Superintendência de Previdência Complementar

(*) Até que sejam regulamentados os critérios e procedimentos de aferição das avaliações de desempenho e processados os resultados do primeiro período de avaliação de desempenho, para fins de atribuição da GDAPREVIC, o valor devido de pagamento mensal por servidor ativo será correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos cargos, níveis, classes e padrões.

(*) A GDAPREVIC será paga observando-se os seguintes limites máximo de cem pontos (pts.) e mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II da Lei 12.154/2009

A pontuação referente à GDAPREVIC será assim distribuída:

I - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional; e

II - a até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual.

(**) **Aposentado** - GDAPREVIC - art.37 da Lei 12.154/2009

Legislações Correspondentes:

Lei nº 12.154 de 23.12.2009

57. SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR -PREVIC

Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC - PCCPREVIC

Carreira de Analista Administrativo

Cargo: Analista Administrativo (inciso II do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009)

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPREVIC			ATIVO		GDAPREVIC	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)	
			(*)			80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	IV	7.945,00	5.466,16	6.832,70	13.411,16	14.777,70	3.416,35	11.361,35	
	III	7.713,59	5.318,91	6.648,64	13.032,50	14.362,23	3.324,32	11.037,91	
	II	7.488,92	5.281,94	6.602,42	12.770,86	14.091,34	3.301,21	10.790,13	
	I	7.270,80	5.245,22	6.556,53	12.516,02	13.827,33	3.278,27	10.549,07	
C	IV	6.931,17	5.167,70	6.459,63	12.098,87	13.390,80	3.229,82	10.160,99	
	III	6.729,29	5.131,78	6.414,73	11.861,07	13.144,02	3.207,37	9.936,66	
	II	6.533,29	5.096,11	6.370,14	11.629,40	12.903,43	3.185,07	9.718,36	
	I	6.343,00	5.060,69	6.325,86	11.403,69	12.668,86	3.162,93	9.505,93	
B	IV	6.046,71	4.985,90	6.232,37	11.032,61	12.279,08	3.116,19	9.162,90	
	III	5.870,59	4.951,24	6.189,05	10.821,83	12.059,64	3.094,53	8.965,12	
	II	5.699,60	4.916,82	6.146,03	10.616,42	11.845,63	3.073,02	8.772,62	
	I	5.533,59	4.882,64	6.103,30	10.416,23	11.636,89	3.051,65	8.585,24	
A	IV	5.275,11	4.810,49	6.013,11	10.085,60	11.288,22	3.006,56	8.281,67	
	III	5.121,47	4.777,05	5.971,31	9.898,52	11.092,78	2.985,66	8.107,13	
	II	4.972,30	4.743,84	5.929,80	9.716,14	10.902,10	2.964,90	7.937,20	
	I	4.827,48	4.710,86	5.888,58	9.538,34	10.716,06	2.944,29	7.771,77	
INICIAL	I	4.600,00	4.663,36	5.829,20	9.263,36	10.429,20	2.914,60	7.514,60	

* Fica criada a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Previdência Social, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o território nacional.(art. 1º da Lei 12.154/2009)

VB - Vencimento Básico - Anexo III da Lei 12.154/2009

GDAPREVIC - Gratificação de Desempenho de Atividade na Superintendência de Previdência Complementar

(*) Até que sejam regulamentados os critérios e procedimentos de aferição das avaliações de desempenho e processados os resultados do primeiro período de avaliação de desempenho, para fins de atribuição da GDAPREVIC, o valor devido de pagamento mensal por servidor ativo será correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos cargos, níveis, classes e padrões.

(*) A GDAPREVIC será paga observando-se os seguintes limites máximo de cem pontos (pts.) e mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II da Lei 12.154/2009

A pontuação referente à GDAPREVIC será assim distribuída:

I - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional; e

II - a até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual.

(**) **Aposentado** - GDAPREVIC - art.37 da Lei 12.154/2009

Legislações Correspondentes:

Lei nº 12.154 de 23.12.2009

57. SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR -PREVIC

Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC - PCCPREVIC

Carreira de Técnico Administrativo

Cargo: Técnico Administrativo (inciso III do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009)

Nível Intermediário

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAPREVIC			ATIVO		GDAPREVIC	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)	
			(*)			80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	IV	3.697,24	2.957,79	3.697,24	6.655,03	7.394,48	1.848,62	5.545,86	
	III	3.617,66	2.861,59	3.576,99	6.479,25	7.194,65	1.788,50	5.406,16	
	II	3.539,78	2.819,30	3.524,12	6.359,08	7.063,90	1.762,06	5.301,84	
	I	3.463,58	2.777,63	3.472,04	6.241,21	6.935,62	1.736,02	5.199,60	
C	IV	3.327,18	2.696,74	3.370,92	6.023,92	6.698,10	1.685,46	5.012,64	
	III	3.255,55	2.656,88	3.321,10	5.912,43	6.576,65	1.660,55	4.916,10	
	II	3.185,47	2.617,62	3.272,02	5.803,09	6.457,49	1.636,01	4.821,48	
	I	3.116,90	2.578,93	3.223,66	5.695,83	6.340,56	1.611,83	4.728,73	
B	IV	2.994,14	2.503,82	3.129,77	5.497,96	6.123,91	1.564,89	4.559,03	
	III	2.929,68	2.466,82	3.083,52	5.396,50	6.013,20	1.541,76	4.471,44	
	II	2.866,62	2.430,36	3.037,95	5.296,98	5.904,57	1.518,98	4.385,60	
	I	2.804,91	2.394,44	2.993,05	5.199,35	5.797,96	1.496,53	4.301,44	
A	IV	2.694,43	2.324,70	2.905,88	5.019,13	5.600,31	1.452,94	4.147,37	
	III	2.636,43	2.290,34	2.862,93	4.926,77	5.499,36	1.431,47	4.067,90	
	II	2.579,68	2.256,50	2.820,62	4.836,18	5.400,30	1.410,31	3.989,99	
	I	2.524,15	2.223,15	2.778,94	4.747,30	5.303,09	1.389,47	3.913,62	
INICIAL	I	2.424,39	2.158,40	2.698,00	4.582,79	5.122,39	1.349,00	3.773,39	

* Fica criada a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Previdência Social, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o território nacional.(art. 1º da Lei 12.154/2009)

VB - Vencimento Básico - Anexo III da Lei 12.154/2009

GDAPREVIC - Gratificação de Desempenho de Atividade na Superintendência de Previdência Complementar

(*) Até que sejam regulamentados os critérios e procedimentos de aferição das avaliações de desempenho e processados os resultados do primeiro período de avaliação de desempenho, para fins de atribuição da GDAPREVIC, o valor devido de pagamento mensal por servidor ativo será correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos cargos, níveis, classes e padrões.

(*) A GDAPREVIC será paga observando-se os seguintes limites máximo de cem pontos (pts.) e mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II da Lei 12.154/2009

A pontuação referente à GDAPREVIC será assim distribuída:

I - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional; e

II - a até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual.

(**) **Aposentado** - GDAPREVIC - art.37 da Lei 12.154/2009

Legislações Correspondentes:

Lei nº 12.154 de 23.12.2009

57. SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR -PREVIC

Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC - PCCPREVIC

* Cargo: Nível Superior (inciso IV do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009)

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDCPREVIC		ATIVO		GDCPREVIC	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	6.065,50	4.852,80	6.066,00	10.918,30	12.131,50	3.033,00	9.098,50
	II	5.946,57	4.795,20	5.994,00	10.741,77	11.940,57	2.997,00	8.943,57
	I	5.829,97	4.738,40	5.923,00	10.568,37	11.752,97	2.961,50	8.791,47
C	VI	5.660,17	4.654,40	5.818,00	10.314,57	11.478,17	2.909,00	8.569,17
	V	5.549,19	4.599,20	5.749,00	10.148,39	11.298,19	2.874,50	8.423,69
	IV	5.440,38	4.544,80	5.681,00	9.985,18	11.121,38	2.840,50	8.280,88
	III	5.333,71	4.491,20	5.614,00	9.824,91	10.947,71	2.807,00	8.140,71
	II	5.229,13	4.437,60	5.547,00	9.666,73	10.776,13	2.773,50	8.002,63
	I	5.126,60	4.384,80	5.481,00	9.511,40	10.607,60	2.740,50	7.867,10
B	VI	4.977,28	4.307,20	5.384,00	9.284,48	10.361,28	2.692,00	7.669,28
	V	4.879,69	4.181,60	5.227,00	9.061,29	10.106,69	2.613,50	7.493,19
	IV	4.784,01	4.060,00	5.075,00	8.844,01	9.859,01	2.537,50	7.321,51
	III	4.690,21	3.941,60	4.927,00	8.631,81	9.617,21	2.463,50	7.153,71
	II	4.598,25	3.826,40	4.783,00	8.424,65	9.381,25	2.391,50	6.989,75
I	4.508,09	3.715,20	4.644,00	8.223,29	9.152,09	2.322,00	6.830,09	
A	V	4.376,79	3.649,60	4.562,00	8.026,39	8.938,79	2.281,00	6.657,79
	IV	4.290,97	3.543,20	4.429,00	7.834,17	8.719,97	2.214,50	6.505,47
	III	4.206,83	3.440,00	4.300,00	7.646,83	8.506,83	2.150,00	6.356,83
	II	4.124,34	3.340,00	4.175,00	7.464,34	8.299,34	2.087,50	6.211,84
	I	4.043,47	3.242,40	4.053,00	7.285,87	8.096,47	2.026,50	6.069,97

* Ficam, automaticamente, enquadrados no PCCPREVIC, nos termos desta Lei, os servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de nível superior do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, instituído pela Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Previdência Social, que estavam em exercício na Secretaria da Previdência Complementar daquele Ministério em 31 de março de 2008, mantidas as denominações e as atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e a posição relativa na tabela de correlação, de acordo com o Anexo IV da Lei 12.154/2009.

Fica criada a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Previdência Social, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o território nacional.(art. 1º da Lei 12.154/2009)

VB - Vencimento Básico - Anexo III da Lei 12.154/2009

GDCPREVIC - Gratificação de Desempenho dos Cargos do PCCPREVIC

(*) Até que sejam regulamentados os critérios e procedimentos de aferição das avaliações de desempenho e processados os resultados do primeiro período de avaliação de desempenho, para fins de atribuição da GDCPREVIC, o valor devido de pagamento mensal por servidor ativo será correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos cargos, níveis, classes e padrões.

(*) A GDCPREVIC será paga observando-se os seguintes limites máximo de cem pontos (pts.) e mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II da Lei 12.154/2009

A pontuação referente à GDCPREVIC será assim distribuída:

I - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional; e

II - a até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual.

(**) **Aposentado** - GDCPREVIC - art.37 da Lei 12.154/2009

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Lei nº 12.154 de 23.12.2009

57. SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR -PREVIC

Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC - PCCPREVIC

* Cargo: Nível Intermediário (inciso IV do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009)

Nível Intermediário

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDCPREVIC			ATIVO		GDCPREVIC	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)	
			(*)			80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)	
ESPECIAL	III	3.485,26	2.788,00	3.485,00	6.273,26	6.970,26	1.742,50	5.227,76	
	II	3.390,33	2.725,60	3.407,00	6.115,93	6.797,33	1.703,50	5.093,83	
	I	3.297,99	2.664,00	3.330,00	5.961,99	6.627,99	1.665,00	4.962,99	
C	VI	3.140,94	2.549,60	3.187,00	5.690,54	6.327,94	1.593,50	4.734,44	
	V	3.055,39	2.492,00	3.115,00	5.547,39	6.170,39	1.557,50	4.612,89	
	IV	2.972,17	2.436,00	3.045,00	5.408,17	6.017,17	1.522,50	4.494,67	
	III	2.891,22	2.381,60	2.977,00	5.272,82	5.868,22	1.488,50	4.379,72	
	II	2.812,47	2.328,00	2.910,00	5.140,47	5.722,47	1.455,00	4.267,47	
	I	2.735,87	2.276,00	2.845,00	5.011,87	5.580,87	1.422,50	4.158,37	
B	VI	2.605,59	2.177,60	2.722,00	4.783,19	5.327,59	1.361,00	3.966,59	
	V	2.534,62	2.114,40	2.643,00	4.649,02	5.177,62	1.321,50	3.856,12	
	IV	2.465,58	2.052,80	2.566,00	4.518,38	5.031,58	1.283,00	3.748,58	
	III	2.398,42	1.992,80	2.491,00	4.391,22	4.889,42	1.245,50	3.643,92	
	II	2.333,09	1.934,40	2.418,00	4.267,49	4.751,09	1.209,00	3.542,09	
A	I	2.269,54	1.878,40	2.348,00	4.147,94	4.617,54	1.174,00	3.443,54	
	V	2.161,47	1.797,60	2.247,00	3.959,07	4.408,47	1.123,50	3.284,97	
	IV	2.102,60	1.745,60	2.182,00	3.848,20	4.284,60	1.091,00	3.193,60	
	III	2.045,33	1.694,40	2.118,00	3.739,73	4.163,33	1.059,00	3.104,33	
	II	1.989,62	1.644,80	2.056,00	3.634,42	4.045,62	1.028,00	3.017,62	
I	1.935,43	1.596,80	1.996,00	3.532,23	3.931,43	998,00	2.933,43		

* Ficam, automaticamente, enquadrados no PCCPREVIC, nos termos desta Lei, os servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de nível superior do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, instituído pela Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Previdência Social, que estavam em exercício na Secretaria da Previdência Complementar daquele Ministério em 31 de março de 2008, mantidas as denominações e as atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e a posição relativa na tabela de correlação, de acordo com o Anexo IV da Lei 12.154/2009.

Fica criada a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Previdência Social, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o território nacional.(art. 1º da Lei 12.154/2009)

VB - Vencimento Básico - Anexo III da Lei 12.154/2009

GDCPREVIC - Gratificação de Desempenho dos Cargos do PCCPREVIC

(*) Até que sejam regulamentados os critérios e procedimentos de aferição das avaliações de desempenho e processados os resultados do primeiro período de avaliação de desempenho, para fins de atribuição da GDCPREVIC, o valor devido de pagamento mensal por servidor ativo será correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos cargos, níveis, classes e padrões.

(*) A GDCPREVIC será paga observando-se os seguintes limites máximo de cem pontos (pts.) e mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II da Lei 12.154/2009

A pontuação referente à GDCPREVIC será assim distribuída:

I - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional; e

II - a até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual.

(**) **Aposentado** - GDCPREVIC - art.37 da Lei 12.154/2009

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Lei nº 12.154 de 23.12.2009

57. SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR -PREVIC

Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC - PCCPREVIC

* Cargo: Nível Auxiliar (inciso IV do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009)

Nível Auxiliar

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDCPREVIC		ATIVO		GDCPREVIC	APOSENTADO
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)
			(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	50 pts.
		A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
	III	1.341,02	930,40	1.163,00	2.271,42	2.504,02	581,50	1.922,52
ESPECIAL	II	1.308,31	912,00	1.140,00	2.220,31	2.448,31	570,00	1.878,31
	I	1.276,40	894,40	1.118,00	2.170,80	2.394,40	559,00	1.835,40

* Ficam, automaticamente, enquadrados no PCCPREVIC, nos termos desta Lei, os servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de nível superior do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, instituído pela Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, e dos Planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de Carreiras estruturadas, Planos de Carreiras ou Planos Especiais de Cargos, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Previdência Social, que estavam em exercício na Secretaria da Previdência Complementar daquele Ministério em 31 de março de 2008, mantidas as denominações e as atribuições do cargo, bem como os requisitos de formação profissional e a posição relativa na tabela de correlação, de acordo com o Anexo IV da Lei 12.154/2009.

Fica criada a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Previdência Social, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo o território nacional.(art. 1º da Lei 12.154/2009)

VB - Vencimento Básico - Anexo III da Lei 12.154/2009

GDCPREVIC - Gratificação de Desempenho dos Cargos do PCCPREVIC

(*) Até que sejam regulamentados os critérios e procedimentos de aferição das avaliações de desempenho e processados os resultados do primeiro período de avaliação de desempenho, para fins de atribuição da GDCPREVIC, o valor devido de pagamento mensal por servidor ativo será correspondente a 80 (oitenta) pontos, observados os respectivos cargos, níveis, classes e padrões.

(*) A GDCPREVIC será paga observando-se os seguintes limites máximo de cem pontos (pts.) e mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II da Lei 12.154/2009

A pontuação referente à GDCPREVIC será assim distribuída:

I - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional; e

II - a até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual.

(**) **Aposentado** - GDCPREVIC - art.37 da Lei 12.154/2009

Legislações Correspondentes:

Lei nº 5.645 de 10.12.1970

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

Lei nº 12.154 de 23.12.2009

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 (correlação art. 18)

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art.18

58. TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

* Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005

Cargo: Médico

Cargo: Médico Veterinário

Cargo: Médico-Área

Jornada de Trabalho de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área é de : 20 h

Nível Classificação: E - 20 h

Posição: julho/2012

CLASSES DE CAPACITAÇÃO I										CLASSES DE CAPACITAÇÃO II									
PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO SEM IQ - TOTAL (em R\$)		ATIVO e APOSENTADO COM IQ - TOTAL (em R\$)						PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO SEM IQ - TOTAL (em R\$)		ATIVO e APOSENTADO COM IQ - TOTAL (em R\$)					
		A	B=(A)	DIRETA			INDIRETA					I	J=(I)	DIRETA			INDIRETA		
				27%	52%	75%	20%	35%	50%					27%	52%	75%	20%	35%	50%
		C=A+(*)	D=A+(**)	E=A+(***)	F=A+(*)	G=A+(**)	H=A+(***)			K=I+(*)	L=I+(**)	M=I+(***)	N=I+(*)	O=I+(**)	P=I+(***)				
P31	2.989,33	2.989,33	3.796,45	4.543,78	5.231,33	3.587,20	4.035,60	4.484,00	P32	3.096,95	3.096,95	3.933,13	4.707,36	5.419,66	3.716,34	4.180,88	4.645,43		
P32	3.096,95	3.096,95	3.933,13	4.707,36	5.419,66	3.716,34	4.180,88	4.645,43	P33	3.208,44	3.208,44	4.074,72	4.876,83	5.614,77	3.850,13	4.331,39	4.812,66		
P33	3.208,44	3.208,44	4.074,72	4.876,83	5.614,77	3.850,13	4.331,39	4.812,66	P34	3.323,94	3.323,94	4.221,40	5.052,39	5.816,90	3.988,73	4.487,32	4.985,91		
P34	3.323,94	3.323,94	4.221,40	5.052,39	5.816,90	3.988,73	4.487,32	4.985,91	P35	3.443,60	3.443,60	4.373,37	5.234,27	6.026,30	4.132,32	4.648,86	5.165,40		
P35	3.443,60	3.443,60	4.373,37	5.234,27	6.026,30	4.132,32	4.648,86	5.165,40	P36	3.567,57	3.567,57	4.530,81	5.422,71	6.243,25	4.281,08	4.816,22	5.351,36		
P36	3.567,57	3.567,57	4.530,81	5.422,71	6.243,25	4.281,08	4.816,22	5.351,36	P37	3.696,00	3.696,00	4.693,92	5.617,92	6.468,00	4.435,20	4.989,60	5.544,00		
P37	3.696,00	3.696,00	4.693,92	5.617,92	6.468,00	4.435,20	4.989,60	5.544,00	P38	3.829,06	3.829,06	4.862,91	5.820,17	6.700,86	4.594,87	5.169,23	5.743,59		
P38	3.829,06	3.829,06	4.862,91	5.820,17	6.700,86	4.594,87	5.169,23	5.743,59	P39	3.966,91	3.966,91	5.037,98	6.029,70	6.942,09	4.760,29	5.355,33	5.950,37		
P39	3.966,91	3.966,91	5.037,98	6.029,70	6.942,09	4.760,29	5.355,33	5.950,37	P40	4.109,72	4.109,72	5.219,34	6.246,77	7.192,01	4.931,66	5.548,12	6.164,58		
P40	4.109,72	4.109,72	5.219,34	6.246,77	7.192,01	4.931,66	5.548,12	6.164,58	P41	4.257,67	4.257,67	5.407,24	6.471,66	7.450,92	5.109,20	5.747,85	6.386,51		
P41	4.257,67	4.257,67	5.407,24	6.471,66	7.450,92	5.109,20	5.747,85	6.386,51	P42	4.410,95	4.410,95	5.601,91	6.704,64	7.719,16	5.293,14	5.954,78	6.616,43		
P42	4.410,95	4.410,95	5.601,91	6.704,64	7.719,16	5.293,14	5.954,78	6.616,43	P43	4.569,74	4.569,74	5.803,57	6.946,00	7.997,05	5.483,69	6.169,15	6.854,61		
P43	4.569,74	4.569,74	5.803,57	6.946,00	7.997,05	5.483,69	6.169,15	6.854,61	P44	4.734,25	4.734,25	6.012,50	7.196,06	8.284,94	5.681,10	6.391,24	7.101,38		
P44	4.734,25	4.734,25	6.012,50	7.196,06	8.284,94	5.681,10	6.391,24	7.101,38	P45	4.904,68	4.904,68	6.228,94	7.455,11	8.583,19	5.885,62	6.621,32	7.357,02		
P45	4.904,68	4.904,68	6.228,94	7.455,11	8.583,19	5.885,62	6.621,32	7.357,02	P46	5.081,25	5.081,25	6.453,19	7.723,50	8.892,19	6.097,50	6.859,69	7.621,88		
P46	5.081,25	5.081,25	6.453,19	7.723,50	8.892,19	6.097,50	6.859,69	7.621,88	P47	5.264,18	5.264,18	6.685,51	8.001,55	9.212,32	6.317,02	7.106,64	7.896,27		
P47	5.264,18	5.264,18	6.685,51	8.001,55	9.212,32	6.317,02	7.106,64	7.896,27	P48	5.453,69	5.453,69	6.926,19	8.289,61	9.543,96	6.544,43	7.362,48	8.180,54		
P48	5.453,69	5.453,69	6.926,19	8.289,61	9.543,96	6.544,43	7.362,48	8.180,54	P49	5.650,00	5.650,00	7.175,50	8.588,00	9.887,50	6.780,00	7.627,50	8.475,00		
P49	5.650,00	5.650,00	7.175,50	8.588,00	9.887,50	6.780,00	7.627,50	8.475,00											

CLASSES DE CAPACITAÇÃO III										CLASSES DE CAPACITAÇÃO IV									
PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO SEM IQ - TOTAL (em R\$)		ATIVO e APOSENTADO COM IQ - TOTAL (em R\$)						PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO SEM IQ - TOTAL (em R\$)		ATIVO e APOSENTADO COM IQ - TOTAL (em R\$)					
		Q	R=(Q)	DIRETA			INDIRETA					Y	Z=(Y)	DIRETA			INDIRETA		
				27%	52%	75%	20%	35%	50%					27%	52%	75%	20%	35%	50%
		S=Q+(*)	T=Q+(**)	U=Q+(***)	V=Q+(*)	W=Q+(**)	X=Q+(***)			AA=Y+(*)	AB=Y+(**)	AC=Y+(***)	AD=Y+(*)	AE=Y+(**)	AF=Y+(***)				
P33	3.208,44	3.208,44	4.074,72	4.876,83	5.614,77	3.850,13	4.331,39	4.812,66	P34	3.323,94	3.323,94	4.221,40	5.052,39	5.816,90	3.988,73	4.487,32	4.985,91		
P34	3.323,94	3.323,94	4.221,40	5.052,39	5.816,90	3.988,73	4.487,32	4.985,91	P35	3.443,60	3.443,60	4.373,37	5.234,27	6.026,30	4.132,32	4.648,86	5.165,40		
P35	3.443,60	3.443,60	4.373,37	5.234,27	6.026,30	4.132,32	4.648,86	5.165,40	P36	3.567,57	3.567,57	4.530,81	5.422,71	6.243,25	4.281,08	4.816,22	5.351,36		
P36	3.567,57	3.567,57	4.530,81	5.422,71	6.243,25	4.281,08	4.816,22	5.351,36	P37	3.696,00	3.696,00	4.693,92	5.617,92	6.468,00	4.435,20	4.989,60	5.544,00		
P37	3.696,00	3.696,00	4.693,92	5.617,92	6.468,00	4.435,20	4.989,60	5.544,00	P38	3.829,06	3.829,06	4.862,91	5.820,17	6.700,86	4.594,87	5.169,23	5.743,59		
P38	3.829,06	3.829,06	4.862,91	5.820,17	6.700,86	4.594,87	5.169,23	5.743,59	P39	3.966,91	3.966,91	5.037,98	6.029,70	6.942,09	4.760,29	5.355,33	5.950,37		
P39	3.966,91	3.966,91	5.037,98	6.029,70	6.942,09	4.760,29	5.355,33	5.950,37	P40	4.109,72	4.109,72	5.219,34	6.246,77	7.192,01	4.931,66	5.548,12	6.164,58		
P40	4.109,72	4.109,72	5.219,34	6.246,77	7.192,01	4.931,66	5.548,12	6.164,58	P41	4.257,67	4.257,67	5.407,24	6.471,66	7.450,92	5.109,20	5.747,85	6.386,51		
P41	4.257,67	4.257,67	5.407,24	6.471,66	7.450,92	5.109,20	5.747,85	6.386,51	P42	4.410,95	4.410,95	5.601,91	6.704,64	7.719,16	5.293,14	5.954,78	6.616,43		
P42	4.410,95	4.410,95	5.601,91	6.704,64	7.719,16	5.293,14	5.954,78	6.616,43	P43	4.569,74	4.569,74	5.803,57	6.946,00	7.997,05	5.483,69	6.169,15	6.854,61		
P43	4.569,74	4.569,74	5.803,57	6.946,00	7.997,05	5.483,69	6.169,15	6.854,61	P44	4.734,25	4.734,25	6.012,50	7.196,06	8.284,94	5.681,10	6.391,24	7.101,38		
P44	4.734,25	4.734,25	6.012,50	7.196,06	8.284,94	5.681,10	6.391,24	7.101,38	P45	4.904,68	4.904,68	6.228,94	7.455,11	8.583,19	5.885,62	6.621,32	7.357,02		
P45	4.904,68	4.904,68	6.228,94	7.455,11	8.583,19	5.885,62	6.621,32	7.357,02	P46	5.081,25	5.081,25	6.453,19	7.723,50	8.892,19	6.097,50	6.859,69	7.621,88		
P46	5.081,25	5.081,25	6.453,19	7.723,50	8.892,19	6.097,50	6.859,69	7.621,88	P47	5.264,18	5.264,18	6.685,51	8.001,55	9.212,32	6.317,02	7.106,64	7.896,27		
P47	5.264,18	5.264,18	6.685,51	8.001,55	9.212,32	6.317,02	7.106,64	7.896,27	P48	5.453,69	5.453,69	6.926,19	8.289,61	9.543,96	6.544,43	7.362,48	8.180,54		
P48	5.453,69	5.453,69	6.926,19	8.289,61	9.543,96	6.544,43	7.362,48	8.180,54	P49	5.650,00	5.650,00	7.175,50	8.588,00	9.887,50	6.780,00	7.627,50	8.475,00		
P49	5.650,00	5.650,00	7.175,50	8.588,00	9.887,50	6.780,00	7.627,50	8.475,00											

Nível Classificação: E - 20 h a jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é de 20 (vinte) horas semanais.

* Estruturado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, composto pelos cargos efetivos de técnico-administrativos e de técnico-marítimos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e pelos cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091 de 12.01.2005.(art.1º da Lei 11.091/2005) .Os servidores redistribuídos para as Instituições Federais de Ensino serão enquadrados no Plano de Carreira no prazo de 90 (noventa) dias da data da publicação Lei nº 11.091/2005 - § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/05..

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - 40h anexo XLVII da Lei nº 12.702 de 07.08.2012

IQ - INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO (art. 11 e 12 da Lei nº 11.091/2005 - MP 431/2008)

Será instituído Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento.

O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do Anexo IV da Lei nº 11.091/05, observados os seguintes parâmetros:

I - a aquisição de título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor ensejará maior percentual na fixação do Incentivo à Qualificação do que em área de conhecimento com relação indireta; e

II - a obtenção dos certificados relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio, quando excederem a exigência de escolaridade mínima para o cargo do qual o servidor é titular, será considerada, para efeito de pagamento do Incentivo à Qualificação, como conhecimento relacionado diretamente ao ambiente organizacional.

§ 1º Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

§ 2º O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão.

§ 3º Para fins de concessão do Incentivo à Qualificação, o Poder Executivo definirá as áreas de conhecimento relacionadas direta e indiretamente ao ambiente organizacional e os critérios e processos de validação dos certificados e títulos, observadas as diretrizes previstas no § 2º do art. 24 da Lei nº 11091/05.

Nível Classificação: E (IQ -Incentivo à Qualificação) - Nível de escolaridade formal superior para o exercício do cargo - área de conhecimento com correlação: direta e indireta, percentuais de incentivo:

(*) Especialização, superior ou igual a 360h - Direta 27% sobre VB e Indireta - 20% sobre VB

(**) Mestrado - Direta 52% sobre VB e Indireta - 35% sobre VB

(***) Doutorado - Direta 75% sobre VB e Indireta - 50% sobre VB

Aposentado: § 1º do art.12º e art. 23º item I da Lei nº 11.091/2005

Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 7.596 de 10.04.1987

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98.

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Lei nº 10.302 de 31.10.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 160 de 29.12.2003

Lei nº 10.868 de 12.05.2004

Lei nº 10.908 de 15.07.2004

Lei nº 11.091 de 12.01.2005

Portaria nº 157 de 17.01.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 art. 134

Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 134

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 12

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Lei nº 11.892 de 29.12.2008

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

Decreto nº 7.806 de 17.09.2012

58. TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

* Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005

Cargo: Médico

Cargo: Médico Veterinário

Cargo: Médico-Área

Jornada de Trabalho de Médico, Médico Veterinário e Médico-Área é de : 20 h

Nível Classificação: E - 40 h

Posição: julho/2012

CLASSES DE CAPACITAÇÃO I									CLASSES DE CAPACITAÇÃO II																																																																																																																																																																		
PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO SEM IQ - TOTAL (em R\$)			ATIVO e APOSENTADO COM IQ - TOTAL (em R\$)						PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO SEM IQ - TOTAL (em R\$)			ATIVO e APOSENTADO COM IQ - TOTAL (em R\$)																																																																																																																																																											
		A	B=(A)	C=A+(*)	DIRETA			INDIRETA					I	J=(I)	K=I+(*)	L=I+(**)	M=I+(***)	N=I+(*)	O=I+(**)	P=I+(***)																																																																																																																																																							
					27%	52%	75%	20%	35%	50%																																																																																																																																																																	
P31	5.978,66	5.978,66	5.978,66	7.592,90	9.087,56	10.462,66	7.174,39	8.071,19	8.967,99	P32	6.193,90	6.193,90	7.866,25	9.414,73	10.839,33	7.432,68	8.361,77	9.290,85	P33	6.416,88	6.416,88	8.149,44	9.753,66	11.229,54	7.700,26	8.662,79	9.625,32	P34	6.647,88	6.647,88	8.442,81	10.104,78	11.633,79	7.977,46	8.974,64	9.971,82	P35	6.887,20	6.887,20	8.746,74	10.468,54	12.052,60	8.264,64	9.297,72	10.330,80	P36	7.135,14	7.135,14	9.061,63	10.845,41	12.486,50	8.562,17	9.632,44	10.702,71	P37	7.392,00	7.392,00	9.387,84	11.235,84	12.936,00	8.870,40	9.979,20	11.088,00	P38	7.658,12	7.658,12	9.725,81	11.640,34	13.401,71	9.189,74	10.338,46	11.487,18	P39	7.933,82	7.933,82	10.075,95	12.059,41	13.884,19	9.520,58	10.710,66	11.900,73	P40	8.219,44	8.219,44	10.438,69	12.493,55	14.384,02	9.863,33	11.096,24	12.329,16	P41	8.515,34	8.515,34	10.814,48	12.943,32	14.901,85	10.218,41	11.495,71	12.773,01	P42	8.821,90	8.821,90	11.203,81	13.409,29	15.438,33	10.586,28	11.909,57	13.232,85	P43	9.139,48	9.139,48	11.607,14	13.892,01	15.994,09	10.967,38	12.338,30	13.709,22	P44	9.468,50	9.468,50	12.025,00	14.392,12	16.569,88	11.362,20	12.782,48	14.202,75	P45	9.809,36	9.809,36	12.457,89	14.910,23	17.166,38	11.771,23	13.242,64	14.714,04	P46	10.162,50	10.162,50	12.906,38	15.447,00	17.784,38	12.195,00	13.719,38	15.243,75	P47	10.528,36	10.528,36	13.371,02	16.003,11	18.424,63	12.634,03	14.213,29	15.792,54	P48	10.907,38	10.907,38	13.852,37	16.579,22	19.087,92	13.088,86	14.724,96	16.361,07	P49	11.300,00	11.300,00	14.351,00	17.176,00	19.775,00	13.560,00	15.255,00	16.950,00

Nível Classificação: E - 40 h - Os ocupantes dos cargos efetivos de que trata o art. 43 da Lei nº 12.702/2012 poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, observados o interesse da administração e a disponibilidade orçamentária e financeira. (§§ 2º e 3º do art. 43 da Lei nº 12.702/2012)

* Estruturado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, composto pelos cargos efetivos de técnico-administrativos e de técnico-marítimos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e pelos cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091 de 12.01.2005.(art.1º da Lei 11.091/2005) .Os servidores redistribuídos para as Instituições Federais de Ensino serão enquadrados no Plano de Carreira no prazo de 90 (noventa) dias da data da publicação Lei nº 11.091/2005 - § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/05..

VB - Vencimento Básico

(*) **VB** - 40h anexo XLVII da Lei nº 12.702 de 07.08.2012

IQ - INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO (art. 11 e 12 da Lei nº 11.091/2005 - MP 431/2008)

Será instituído Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento.

O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do Anexo IV da Lei nº 11.091/05, observados os seguintes parâmetros:

I - a aquisição de título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor ensejará maior percentual na fixação do Incentivo à Qualificação do que em área de conhecimento com relação indireta; e

II - a obtenção dos certificados relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio, quando excederem a exigência de escolaridade mínima para o cargo do qual o servidor é titular, será considerada, para efeito de pagamento do Incentivo à Qualificação, como conhecimento relacionado diretamente ao ambiente organizacional.

§ 1º Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

§ 2º O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão.

§ 3º Para fins de concessão do Incentivo à Qualificação, o Poder Executivo definirá as áreas de conhecimento relacionadas direta e indiretamente ao ambiente organizacional e os critérios e processos de validação dos certificados e títulos, observadas as diretrizes previstas no § 2º do art. 24 da Lei nº 11091/05.

Nível Classificação: E (IQ -Incentivo à Qualificação) - Nível de escolaridade formal superior para o exercício do cargo - área de conhecimento com correlação: direta e indireta, percentuais de incentivo:

(*) Especialização, superior ou igual a 360h - Direta 27% sobre VB e Indireta - 20% sobre VB

(**) Mestrado - Direta 52% sobre VB e Indireta - 35% sobre VB

(***) Doutorado - Direta 75% sobre VB e Indireta - 50% sobre VB

Aposentado: § 1º do art.12º e art. 23º item I da Lei nº 11.091/2005

Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

Legislações Correlatas:

Lei nº 7.596 de 10.04.1987

Lei nº 8.112 de 11.12.1990

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98.

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Lei nº 10.302 de 31.10.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 160 de 29.12.2003

Lei nº 10.868 de 12.05.2004

Lei nº 10.908 de 15.07.2004

Lei nº 11.091 de 12.01.2005

Portaria nº 157 de 17.01.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 art. 134

Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 134

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 12

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Lei nº 11.892 de 29.12.2008

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

Decreto nº 7.806 de 17.09.2012

58. TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

* Cargo: Técnico-Administrativos - Nível Classificação: A

* Cargo: Técnico-Marítimos- Nível Classificação: A

Nível Classificação: A

Posição: julho/2010

CLASSES DE CAPACITAÇÃO I							CLASSES DE CAPACITAÇÃO II						
PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO		ATIVO e APOSENTADO			PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO		ATIVO e APOSENTADO		
		SEM IQ - TOTAL (em R\$)		COM IQ - TOTAL (em R\$)					SEM IQ - TOTAL (em R\$)		COM IQ - TOTAL (em R\$)		
				DIRETA							DIRETA		
		10%	15%	20%	10%					10%	15%	20%	10%
A		B=(A)	C=A+(*)	D=A+(**)	E=A+(***)	F=A+(***)	G		H=(G)	I=G+(*)	J=G+(**)	K=G+(***)	L=G+(***)
P01	1.034,59	1.034,59	1.138,05	1.189,78	1.241,51	1.138,05	P02	1.071,84	1.071,84	1.179,02	1.232,62	1.286,21	1.179,02
P02	1.071,84	1.071,84	1.179,02	1.232,62	1.286,21	1.179,02	P03	1.110,43	1.110,43	1.221,47	1.276,99	1.332,52	1.221,47
P03	1.110,43	1.110,43	1.221,47	1.276,99	1.332,52	1.221,47	P04	1.150,41	1.150,41	1.265,45	1.322,97	1.380,49	1.265,45
P04	1.150,41	1.150,41	1.265,45	1.322,97	1.380,49	1.265,45	P05	1.191,82	1.191,82	1.311,00	1.370,59	1.430,18	1.311,00
P05	1.191,82	1.191,82	1.311,00	1.370,59	1.430,18	1.311,00	P06	1.234,73	1.234,73	1.358,20	1.419,94	1.481,68	1.358,20
P06	1.234,73	1.234,73	1.358,20	1.419,94	1.481,68	1.358,20	P07	1.279,18	1.279,18	1.407,10	1.471,06	1.535,02	1.407,10
P07	1.279,18	1.279,18	1.407,10	1.471,06	1.535,02	1.407,10	P08	1.325,23	1.325,23	1.457,75	1.524,01	1.590,28	1.457,75
P08	1.325,23	1.325,23	1.457,75	1.524,01	1.590,28	1.457,75	P09	1.372,94	1.372,94	1.510,23	1.578,88	1.647,53	1.510,23
P09	1.372,94	1.372,94	1.510,23	1.578,88	1.647,53	1.510,23	P10	1.422,37	1.422,37	1.564,61	1.635,73	1.706,84	1.564,61
P10	1.422,37	1.422,37	1.564,61	1.635,73	1.706,84	1.564,61	P11	1.473,58	1.473,58	1.620,94	1.694,62	1.768,30	1.620,94
P11	1.473,58	1.473,58	1.620,94	1.694,62	1.768,30	1.620,94	P12	1.526,63	1.526,63	1.679,29	1.755,62	1.831,96	1.679,29
P12	1.526,63	1.526,63	1.679,29	1.755,62	1.831,96	1.679,29	P13	1.581,59	1.581,59	1.739,75	1.818,83	1.897,91	1.739,75
P13	1.581,59	1.581,59	1.739,75	1.818,83	1.897,91	1.739,75	P14	1.638,53	1.638,53	1.802,38	1.884,31	1.966,24	1.802,38
P14	1.638,53	1.638,53	1.802,38	1.884,31	1.966,24	1.802,38	P15	1.697,52	1.697,52	1.867,27	1.952,15	2.037,02	1.867,27
P15	1.697,52	1.697,52	1.867,27	1.952,15	2.037,02	1.867,27	P16	1.758,63	1.758,63	1.934,49	2.022,42	2.110,36	1.934,49
P16	1.758,63	1.758,63	1.934,49	2.022,42	2.110,36	1.934,49	P17	1.821,94	1.821,94	2.004,13	2.095,23	2.186,33	2.004,13

CLASSES DE CAPACITAÇÃO III							CLASSES DE CAPACITAÇÃO IV						
PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO		ATIVO e APOSENTADO			PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO		ATIVO e APOSENTADO		
		SEM IQ - TOTAL (em R\$)		COM IQ - TOTAL (em R\$)					SEM IQ - TOTAL (em R\$)		COM IQ - TOTAL (em R\$)		
				DIRETA							DIRETA		
M		N=(M)	O=M+(*)	P=M+(**)	Q=M+(***)	R=M+(***)	S		T=(S)	U=S+(*)	V=S+(**)	W=S+(***)	X=S+(***)
P03	1.110,43	1.110,43	1.221,47	1.276,99	1.332,52	1.221,47	P04	1.150,41	1.150,41	1.265,45	1.322,97	1.380,49	1.265,45
P04	1.150,41	1.150,41	1.265,45	1.322,97	1.380,49	1.265,45	P05	1.191,82	1.191,82	1.311,00	1.370,59	1.430,18	1.311,00
P05	1.191,82	1.191,82	1.311,00	1.370,59	1.430,18	1.311,00	P06	1.234,73	1.234,73	1.358,20	1.419,94	1.481,68	1.358,20
P06	1.234,73	1.234,73	1.358,20	1.419,94	1.481,68	1.358,20	P07	1.279,18	1.279,18	1.407,10	1.471,06	1.535,02	1.407,10
P07	1.279,18	1.279,18	1.407,10	1.471,06	1.535,02	1.407,10	P08	1.325,23	1.325,23	1.457,75	1.524,01	1.590,28	1.457,75
P08	1.325,23	1.325,23	1.457,75	1.524,01	1.590,28	1.457,75	P09	1.372,94	1.372,94	1.510,23	1.578,88	1.647,53	1.510,23
P09	1.372,94	1.372,94	1.510,23	1.578,88	1.647,53	1.510,23	P10	1.422,37	1.422,37	1.564,61	1.635,73	1.706,84	1.564,61
P10	1.422,37	1.422,37	1.564,61	1.635,73	1.706,84	1.564,61	P11	1.473,58	1.473,58	1.620,94	1.694,62	1.768,30	1.620,94
P11	1.473,58	1.473,58	1.620,94	1.694,62	1.768,30	1.620,94	P12	1.526,63	1.526,63	1.679,29	1.755,62	1.831,96	1.679,29
P12	1.526,63	1.526,63	1.679,29	1.755,62	1.831,96	1.679,29	P13	1.581,59	1.581,59	1.739,75	1.818,83	1.897,91	1.739,75
P13	1.581,59	1.581,59	1.739,75	1.818,83	1.897,91	1.739,75	P14	1.638,53	1.638,53	1.802,38	1.884,31	1.966,24	1.802,38
P14	1.638,53	1.638,53	1.802,38	1.884,31	1.966,24	1.802,38	P15	1.697,52	1.697,52	1.867,27	1.952,15	2.037,02	1.867,27
P15	1.697,52	1.697,52	1.867,27	1.952,15	2.037,02	1.867,27	P16	1.758,63	1.758,63	1.934,49	2.022,42	2.110,36	1.934,49
P16	1.758,63	1.758,63	1.934,49	2.022,42	2.110,36	1.934,49	P17	1.821,94	1.821,94	2.004,13	2.095,23	2.186,33	2.004,13
P17	1.821,94	1.821,94	2.004,13	2.095,23	2.186,33	2.004,13	P18	1.887,53	1.887,53	2.076,28	2.170,66	2.265,04	2.076,28
P18	1.887,53	1.887,53	2.076,28	2.170,66	2.265,04	2.076,28	P19	1.955,48	1.955,48	2.151,03	2.248,80	2.346,58	2.151,03

* Estruturado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, composto pelos cargos efetivos de técnico-administrativos e de técnico-marítimos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e pelos cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091 de 12.01.2005.(art.1º da Lei 11.091/2005) .Os servidores redistribuídos para as Instituições Federais de Ensino serão enquadrados no Plano de Carreira no prazo de 90 (noventa) dias da data da publicação Lei nº 11.091/2005 - § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/05..

VB - Vencimento Básico - Anexo I-C da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 - MP 431/2008

IQ - INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO (art. 11 e 12 da Lei nº 11.091/2005 - MP 431/2008)

Será instituído Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento.

O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do Anexo IV da Lei nº 11.091/05, observados os seguintes parâmetros:

I - a aquisição de título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor ensejará maior percentual na fixação do Incentivo à Qualificação do que em área de conhecimento com relação indireta; e

II - a obtenção dos certificados relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio, quando excederem a exigência de escolaridade mínima para o cargo do qual o servidor é titular, será considerada, para efeito de pagamento do Incentivo à Qualificação, como conhecimento relacionado diretamente ao ambiente organizacional.

§ 1º Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

§ 2º O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão.

§ 3º Para fins de concessão do Incentivo à Qualificação, o Poder Executivo definirá as áreas de conhecimento relacionadas direta e indiretamente ao ambiente organizacional e os critérios e processos de validação dos certificados e títulos, observadas as diretrizes previstas no § 2º do art. 24 da Lei nº 11091/05.

Nível Classificação: A (IQ -Incentivo à Qualificação) - Nível de escolaridade formal superior para o exercício do cargo - área de conhecimento com correlação: direta e indireta, percentuais de incentivo:

(*) Ensino fundamental completo - Direta 10% sobre vencimento básico -VB

(**) Ensino médio completo - Direta 15% sobre vencimento básico -VB

(***) Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo ou título de educação formal de maior grau - Direta 20% sobre vencimento básico-VB e Indireta - 10% sobre vencimento básico-VB

Estruturado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, composto pelos cargos efetivos de técnico-administrativos e de técnico-marítimos de que trata a Lei nº 7.596/1987 e cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/2005.(art. 1º da Lei 11.091/2005).

Aposentado: § 1º do art.12º e art. 23º item I da Lei nº 11.091/2005

Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 7.596 de 10.04.1987	Medida Provisória nº 160 de 29.12.2003
Lei nº 8.622 de 19.01.93	Lei nº 10.868 de 12.05.2004
Lei nº 8.645 de 01.04.93	Lei nº 10.908 de 15.07.2004
Lei nº 8.659 de 27.05.93	Lei nº 11.091 de 12.01.2005
Lei nº 8.676 art. 4º de 13.07.93	Portaria nº 157 de 17.01.2005
Lei nº 8.880 de 27.05.94	Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 art. 134
Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98.	Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 134
Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001	Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 12
Lei nº 10.302 de 31.10.2001	Lei nº 11.784 de 22.09.2008
Lei nº 10.697 de 02.07.2003	Lei nº 11.892 de 29.12.2008
Lei nº 10.698 de 02.07.2003	Decreto nº 7.806 de 17.09.2012

58. TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

* Cargo: Técnico-Administrativos - Nível Classificação: B

* Cargo: Técnico-Marítimos - Nível Classificação: B

Nível Classificação: B

Posição: julho/2010

CLASSES DE CAPACITAÇÃO I										CLASSES DE CAPACITAÇÃO II													
PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO SEM IQ - TOTAL (em R\$)				ATIVO e APOSENTADO COM IQ - TOTAL (em R\$)						PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO SEM IQ - TOTAL (em R\$)				ATIVO e APOSENTADO COM IQ - TOTAL (em R\$)					
		A	B=(A)	DIRETA				INDIRETA		I	J=(I)			DIRETA				INDIRETA					
				5%	10%	15%	20%	10%	15%					5%	10%	15%	20%	10%	15%				
		C=A+(*)	D=A+(**)	E=A+(***)	F=A+(****)	G=A+(***)	H=A+(****)	K=I(*)	L=I(**)	M=I(***)	N=I(****)	O=I(***)	P=I(****)										
P06	1.234,73	1.234,73	1.296,47	1.358,20	1.419,94	1.481,68	1.358,20	1.419,94	P07	1.279,18	1.279,18	1.343,14	1.407,10	1.471,06	1.535,02	1.407,10	1.471,06						
P07	1.279,18	1.279,18	1.343,14	1.407,10	1.471,06	1.535,02	1.407,10	1.471,06	P08	1.325,23	1.325,23	1.391,49	1.457,75	1.524,01	1.590,28	1.457,75	1.524,01						
P08	1.325,23	1.325,23	1.391,49	1.457,75	1.524,01	1.590,28	1.457,75	1.524,01	P09	1.372,94	1.372,94	1.441,59	1.510,23	1.578,88	1.647,53	1.510,23	1.578,88						
P09	1.372,94	1.372,94	1.441,59	1.510,23	1.578,88	1.647,53	1.510,23	1.578,88	P10	1.422,37	1.422,37	1.493,49	1.564,61	1.635,73	1.706,84	1.564,61	1.635,73						
P10	1.422,37	1.422,37	1.493,49	1.564,61	1.635,73	1.706,84	1.564,61	1.635,73	P11	1.473,58	1.473,58	1.547,26	1.620,94	1.694,62	1.768,30	1.620,94	1.694,62						
P11	1.473,58	1.473,58	1.547,26	1.620,94	1.694,62	1.768,30	1.620,94	1.694,62	P12	1.526,63	1.526,63	1.602,96	1.679,29	1.755,62	1.831,96	1.679,29	1.755,62						
P12	1.526,63	1.526,63	1.602,96	1.679,29	1.755,62	1.831,96	1.679,29	1.755,62	P13	1.581,59	1.581,59	1.660,67	1.739,75	1.818,83	1.897,91	1.739,75	1.818,83						
P13	1.581,59	1.581,59	1.660,67	1.739,75	1.818,83	1.897,91	1.739,75	1.818,83	P14	1.638,53	1.638,53	1.720,46	1.802,38	1.884,31	1.966,24	1.802,38	1.884,31						
P14	1.638,53	1.638,53	1.720,46	1.802,38	1.884,31	1.966,24	1.802,38	1.884,31	P15	1.697,52	1.697,52	1.782,40	1.867,27	1.952,15	2.037,02	1.867,27	1.952,15						
P15	1.697,52	1.697,52	1.782,40	1.867,27	1.952,15	2.037,02	1.867,27	1.952,15	P16	1.758,63	1.758,63	1.846,56	1.934,49	2.022,42	2.110,36	1.934,49	2.022,42						
P16	1.758,63	1.758,63	1.846,56	1.934,49	2.022,42	2.110,36	1.934,49	2.022,42	P17	1.821,94	1.821,94	1.913,04	2.004,13	2.095,23	2.186,33	2.004,13	2.095,23						
P17	1.821,94	1.821,94	1.913,04	2.004,13	2.095,23	2.186,33	2.004,13	2.095,23	P18	1.887,53	1.887,53	1.981,91	2.076,28	2.170,66	2.265,04	2.076,28	2.170,66						
P18	1.887,53	1.887,53	1.981,91	2.076,28	2.170,66	2.265,04	2.076,28	2.170,66	P19	1.955,48	1.955,48	2.053,25	2.151,03	2.248,80	2.346,58	2.151,03	2.248,80						
P19	1.955,48	1.955,48	2.053,25	2.151,03	2.248,80	2.346,58	2.151,03	2.248,80	P20	2.025,88	2.025,88	2.127,17	2.228,47	2.329,76	2.431,06	2.228,47	2.329,76						
P20	2.025,88	2.025,88	2.127,17	2.228,47	2.329,76	2.431,06	2.228,47	2.329,76	P21	2.098,81	2.098,81	2.203,75	2.308,69	2.413,63	2.518,57	2.308,69	2.413,63						
P21	2.098,81	2.098,81	2.203,75	2.308,69	2.413,63	2.518,57	2.308,69	2.413,63	P22	2.174,37	2.174,37	2.283,09	2.391,81	2.500,53	2.609,24	2.391,81	2.500,53						
P22	2.174,37	2.174,37	2.283,09	2.391,81	2.500,53	2.609,24	2.391,81	2.500,53															

CLASSES DE CAPACITAÇÃO III										CLASSES DE CAPACITAÇÃO IV													
PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO SEM IQ - TOTAL (em R\$)				ATIVO e APOSENTADO COM IQ - TOTAL (em R\$)						PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO SEM IQ - TOTAL (em R\$)				ATIVO e APOSENTADO COM IQ - TOTAL (em R\$)					
		Q	R=(Q)	DIRETA				INDIRETA		Y	Z=(Y)			DIRETA				INDIRETA					
				5%	10%	15%	20%	10%	15%					5%	10%	15%	20%	10%	15%				
		S=Q+(*)	T=Q+(**)	U=Q+(***)	V=Q+(****)	W=Q+(***)	X=Q+(****)	AA=Y+(*)	AB=Y+(**)	AC=Y+(***)	AD=Y+(****)	AE=Y+(***)	AF=Y+(****)										
P08	1.325,23	1.325,23	1.391,49	1.457,75	1.524,01	1.590,28	1.457,75	1.524,01	P09	1.372,94	1.372,94	1.441,59	1.510,23	1.578,88	1.647,53	1.510,23	1.578,88						
P09	1.372,94	1.372,94	1.441,59	1.510,23	1.578,88	1.647,53	1.510,23	1.578,88	P10	1.422,37	1.422,37	1.493,49	1.564,61	1.635,73	1.706,84	1.564,61	1.635,73						
P10	1.422,37	1.422,37	1.493,49	1.564,61	1.635,73	1.706,84	1.564,61	1.635,73	P11	1.473,58	1.473,58	1.547,26	1.620,94	1.694,62	1.768,30	1.620,94	1.694,62						
P11	1.473,58	1.473,58	1.547,26	1.620,94	1.694,62	1.768,30	1.620,94	1.694,62	P12	1.526,63	1.526,63	1.602,96	1.679,29	1.755,62	1.831,96	1.679,29	1.755,62						
P12	1.526,63	1.526,63	1.602,96	1.679,29	1.755,62	1.831,96	1.679,29	1.755,62	P13	1.581,59	1.581,59	1.660,67	1.739,75	1.818,83	1.897,91	1.739,75	1.818,83						
P13	1.581,59	1.581,59	1.660,67	1.739,75	1.818,83	1.897,91	1.739,75	1.818,83	P14	1.638,53	1.638,53	1.720,46	1.802,38	1.884,31	1.966,24	1.802,38	1.884,31						
P14	1.638,53	1.638,53	1.720,46	1.802,38	1.884,31	1.966,24	1.802,38	1.884,31	P15	1.697,52	1.697,52	1.782,40	1.867,27	1.952,15	2.037,02	1.867,27	1.952,15						
P15	1.697,52	1.697,52	1.782,40	1.867,27	1.952,15	2.037,02	1.867,27	1.952,15	P16	1.758,63	1.758,63	1.846,56	1.934,49	2.022,42	2.110,36	1.934,49	2.022,42						
P16	1.758,63	1.758,63	1.846,56	1.934,49	2.022,42	2.110,36	1.934,49	2.022,42	P17	1.821,94	1.821,94	1.913,04	2.004,13	2.095,23	2.186,33	2.004,13	2.095,23						
P17	1.821,94	1.821,94	1.913,04	2.004,13	2.095,23	2.186,33	2.004,13	2.095,23	P18	1.887,53	1.887,53	1.981,91	2.076,28	2.170,66	2.265,04	2.076,28	2.170,66						
P18	1.887,53	1.887,53	1.981,91	2.076,28	2.170,66	2.265,04	2.076,28	2.170,66	P19	1.955,48	1.955,48	2.053,25	2.151,03	2.248,80	2.346,58	2.151,03	2.248,80						
P19	1.955,48	1.955,48	2.053,25	2.151,03	2.248,80	2.346,58	2.151,03	2.248,80	P20	2.025,88	2.025,88	2.127,17	2.228,47	2.329,76	2.431,06	2.228,47	2.329,76						
P20	2.025,88	2.025,88	2.127,17	2.228,47	2.329,76	2.431,06	2.228,47	2.329,76	P21	2.098,81	2.098,81	2.203,75	2.308,69	2.413,63	2.518,57	2.308,69	2.413,63						
P21	2.098,81	2.098,81	2.203,75	2.308,69	2.413,63	2.518,57	2.308,69	2.413,63	P22	2.174,37	2.174,37	2.283,09	2.391,81	2.500,53	2.609,24	2.391,81	2.500,53						
P22	2.174,37	2.174,37	2.283,09	2.391,81	2.500,53	2.609,24	2.391,81	2.500,53	P23	2.252,65	2.252,65	2.365,28	2.477,92	2.590,55	2.703,18	2.477,92	2.590,55						
P23	2.252,65	2.252,65	2.365,28	2.477,92	2.590,55	2.703,18	2.477,92	2.590,55	P24	2.333,75	2.333,75	2.450,44	2.567,13	2.683,81	2.800,50	2.567,13	2.683,81						
P24	2.333,75	2.333,75	2.450,44	2.567,13	2.683,81	2.800,50	2.567,13	2.683,81															

* Estruturado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, composto pelos cargos efetivos de técnico-administrativos e de técnico-marítimos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e pelos cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091 de 12.01.2005.(art.1º da Lei 11.091/2005) .Os servidores redistribuídos para as Instituições Federais de Ensino serão enquadrados no Plano de Carreira no prazo de 90 (noventa) dias da data da publicação Lei nº 11.091/2005 - § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/05..

VB - Vencimento Básico - Anexo I-C da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 - MP 431/2008

IQ - INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO (art. 11 e 12 da Lei nº 11.091/2005 - MP 431/2008)

Será instituído Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento.

O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do Anexo IV da Lei nº 11.091/05, observados os seguintes parâmetros:

I - a aquisição de título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor ensejará maior percentual na fixação do Incentivo à Qualificação do que em área de conhecimento com relação indireta; e

II - a obtenção dos certificados relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio, quando excederem a exigência de escolaridade mínima para o cargo do qual o servidor é titular, será considerada, para efeito de pagamento do Incentivo à Qualificação, como conhecimento relacionado diretamente ao ambiente organizacional.

§ 1º Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

§ 2º O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão.

§ 3º Para fins de concessão do Incentivo à Qualificação, o Poder Executivo definirá as áreas de conhecimento relacionadas direta e indiretamente ao ambiente organizacional e os critérios e processos de validação dos certificados e títulos, observadas as diretrizes previstas no § 2º do art. 24 da Lei nº 11091/05.

Nível Classificação: B (IQ -Incentivo à Qualificação) - Nível de escolaridade formal superior para o exercício do cargo - área de conhecimento com correlação: direta e indireta, percentuais de incentivo:

(*) Ensino fundamental completo - Direta 5% sobre VB

(**) Ensino médio completo - Direta 10% sobre VB

(***) Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo - Direta 15% sobre VB e Indireta - 10% sobre VB

(****) Curso de graduação completo - Direta 20% sobre VB e Indireta - 15% sobre VB

Estruturado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, composto pelos cargos efetivos de técnico-administrativos e de técnico-marítimos de que trata a Lei nº 7.596/1987 e cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/2005.(art. 1º da Lei 11.091/2005).

Aposentado: § 1º do art.12º e art. 23º item I da Lei nº 11.091/2005

Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 7.596 de 10.04.1987

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98.

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Lei nº 10.302 de 31.10.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 160 de 29.12.2003

Lei nº 10.868 de 12.05.2004

Lei nº 10.908 de 15.07.2004

Lei nº 11.091 de 12.01.2005

Portaria nº 157 de 17.01.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 art. 134

Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 134

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 12

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Lei nº 11.892 de 29.12.2008

Decreto nº 7.806 de 17.09.2012

58. TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

* Cargo: Técnico-Administrativos - Nível Classificação: C

* Cargo: Técnico-Marítimos - Nível Classificação: C

Nível Classificação: C

Posição: julho/2010

CLASSES DE CAPACITAÇÃO I													CLASSES DE CAPACITAÇÃO II												
PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO SEM IQ TOTAL (em R\$)					ATIVO e APOSENTADO COM IQ TOTAL (em R\$)					PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO SEM IQ TOTAL (em R\$)					ATIVO e APOSENTADO COM IQ TOTAL (em R\$)						
		DIRETA					INDIRETA							DIRETA					INDIRETA						
		5%	8%	10%	15%	27%	5%	10%	20%	5%	8%			10%	15%	27%	5%	10%	20%						
A	B=(A)	C=A+(*)	D=A+(**)	E=A+(***)	F=A+(****)	G=A+(*****)	H=A+(***)	I=A+(****)	J=A+(*****)	K	L=(K)	M=K+(*)	N=K+(**)	O=K+(***)	P=K+(****)	Q=K+(*****)	R=K+(***)	S=K+(****)	T=K+(*****)						
P11	1.473,58	1.473,58	1.547,26	1.591,47	1.620,94	1.694,62	1.871,45	1.547,26	1.620,94	1.768,30	P12	1.526,63	1.526,63	1.602,96	1.648,76	1.679,29	1.755,62	1.938,82	1.602,96	1.679,29	1.831,96				
P12	1.526,63	1.526,63	1.602,96	1.648,76	1.679,29	1.755,62	1.938,82	1.602,96	1.679,29	1.831,96	P13	1.581,59	1.581,59	1.660,67	1.708,12	1.739,75	1.818,83	2.008,62	1.660,67	1.739,75	1.897,91				
P13	1.581,59	1.581,59	1.660,67	1.708,12	1.739,75	1.818,83	2.008,62	1.660,67	1.739,75	1.897,91	P14	1.638,53	1.638,53	1.720,46	1.769,61	1.802,38	1.884,31	2.080,93	1.720,46	1.802,38	1.966,24				
P14	1.638,53	1.638,53	1.720,46	1.769,61	1.802,38	1.884,31	2.080,93	1.720,46	1.802,38	1.966,24	P15	1.697,52	1.697,52	1.782,40	1.833,32	1.867,27	1.952,15	2.155,85	1.782,40	1.867,27	2.037,02				
P15	1.697,52	1.697,52	1.782,40	1.833,32	1.867,27	1.952,15	2.155,85	1.782,40	1.867,27	2.037,02	P16	1.758,63	1.758,63	1.846,56	1.899,32	1.934,49	2.022,42	2.233,46	1.846,56	1.934,49	2.110,36				
P16	1.758,63	1.758,63	1.846,56	1.899,32	1.934,49	2.022,42	2.233,46	1.846,56	1.934,49	2.110,36	P17	1.821,94	1.821,94	1.913,04	1.967,70	2.004,13	2.095,23	2.313,86	1.913,04	2.004,13	2.186,33				
P17	1.821,94	1.821,94	1.913,04	1.967,70	2.004,13	2.095,23	2.313,86	1.913,04	2.004,13	2.186,33	P18	1.887,53	1.887,53	1.981,91	2.038,53	2.076,28	2.170,66	2.397,16	1.981,91	2.076,28	2.265,04				
P18	1.887,53	1.887,53	1.981,91	2.038,53	2.076,28	2.170,66	2.397,16	1.981,91	2.076,28	2.265,04	P19	1.955,48	1.955,48	2.053,25	2.111,92	2.151,03	2.248,80	2.483,46	2.053,25	2.151,03	2.346,58				
P19	1.955,48	1.955,48	2.053,25	2.111,92	2.151,03	2.248,80	2.483,46	2.053,25	2.151,03	2.346,58	P20	2.025,88	2.025,88	2.127,17	2.187,95	2.228,47	2.329,76	2.572,87	2.127,17	2.228,47	2.431,06				
P20	2.025,88	2.025,88	2.127,17	2.187,95	2.228,47	2.329,76	2.572,87	2.127,17	2.228,47	2.431,06	P21	2.098,81	2.098,81	2.203,75	2.266,71	2.308,69	2.413,63	2.665,49	2.203,75	2.308,69	2.518,57				
P21	2.098,81	2.098,81	2.203,75	2.266,71	2.308,69	2.413,63	2.665,49	2.203,75	2.308,69	2.518,57	P22	2.174,37	2.174,37	2.283,09	2.348,32	2.391,81	2.500,53	2.761,45	2.283,09	2.391,81	2.609,24				
P22	2.174,37	2.174,37	2.283,09	2.348,32	2.391,81	2.500,53	2.761,45	2.283,09	2.391,81	2.609,24	P23	2.252,65	2.252,65	2.365,28	2.432,86	2.477,92	2.590,55	2.860,87	2.365,28	2.477,92	2.703,18				
P23	2.252,65	2.252,65	2.365,28	2.432,86	2.477,92	2.590,55	2.860,87	2.365,28	2.477,92	2.703,18	P24	2.333,75	2.333,75	2.450,44	2.520,45	2.567,13	2.683,81	2.963,86	2.450,44	2.567,13	2.800,50				
P24	2.333,75	2.333,75	2.450,44	2.520,45	2.567,13	2.683,81	2.963,86	2.450,44	2.567,13	2.800,50	P25	2.417,77	2.417,77	2.538,66	2.611,19	2.659,55	2.780,44	3.070,57	2.538,66	2.659,55	2.901,32				
P25	2.417,77	2.417,77	2.538,66	2.611,19	2.659,55	2.780,44	3.070,57	2.538,66	2.659,55	2.901,32	P26	2.504,81	2.504,81	2.630,05	2.705,19	2.755,29	2.880,53	3.181,11	2.630,05	2.755,29	3.005,77				
P26	2.504,81	2.504,81	2.630,05	2.705,19	2.755,29	2.880,53	3.181,11	2.630,05	2.755,29	3.005,77	P27	2.594,98	2.594,98	2.724,73	2.802,58	2.854,48	2.984,23	3.295,62	2.724,73	2.854,48	3.113,98				
P27	2.594,98	2.594,98	2.724,73	2.802,58	2.854,48	2.984,23	3.295,62	2.724,73	2.854,48	3.113,98	P28	2.688,40	2.688,40	2.822,82	2.903,47	2.957,24	3.091,66	3.414,27	2.822,82	2.957,24	3.226,08				
P28	2.688,40	2.688,40	2.822,82	2.903,47	2.957,24	3.091,66	3.414,27	2.822,82	2.957,24	3.226,08	P29	2.785,18	2.785,18	2.924,44	3.007,99	3.063,70	3.202,96	3.537,18	2.924,44	3.063,70	3.342,22				
P29	2.785,18	2.785,18	2.924,44	3.007,99	3.063,70	3.202,96	3.537,18	2.924,44	3.063,70	3.342,22															

* Estruturado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, composto pelos cargos efetivos de técnico-administrativos e de técnico-marítimos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e pelos cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091 de 12.01.2005.(art.1º da Lei 11.091/2005) .Os servidores redistribuídos para as Instituições Federais de Ensino serão enquadrados no Plano de Carreira no prazo de 90 (noventa) dias da data da publicação Lei nº 11.091/2005 - § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/05..

VB - Vencimento Básico - Anexo I-C da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 - MP 431/2008

IQ - INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO (art. 11 e 12 da Lei nº 11.091/2005 - MP 431/2008)

Será instituído Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento.

O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do Anexo IV da Lei nº 11.091/05, observados os seguintes parâmetros:

I - a aquisição de título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor ensejará maior percentual na fixação do Incentivo à Qualificação do que em área de conhecimento com relação indireta; e

II - a obtenção dos certificados relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio, quando excederem a exigência de escolaridade mínima para o cargo do qual o servidor é titular, será considerada, para efeito de pagamento do Incentivo à Qualificação, como conhecimento relacionado diretamente ao ambiente organizacional.

§ 1º Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

§ 2º O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão.

§ 3º Para fins de concessão do Incentivo à Qualificação, o Poder Executivo definirá as áreas de conhecimento relacionadas direta e indiretamente ao ambiente organizacional e os critérios e processos de validação dos certificados e títulos, observadas as diretrizes previstas no § 2º do art. 24 da Lei nº 11091/05.

Nível Classificação: C (IQ -Incentivo à Qualificação) - Nível de escolaridade formal superior para o exercício do cargo - área de conhecimento com correlação: direta e indireta, percentuais de incentivo:

(*) Ensino fundamental completo - Direta 5% sobre VB

(**) Ensino médio completo - Direta 8% sobre VB

(***) Ensino médio com curso técnico completo - Direta 10% sobre VB e Indireta - 5% sobre VB

(****) Curso de graduação completo - Direta 15% sobre PVB e Indireta - 10% sobre VB

(*****) Especialização, superior ou igual a 360h - Direta 27% sobre VB e Indireta - 20% sobre VB

Estruturado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, composto pelos cargos efetivos de técnico-administrativos e de técnico-marítimos de que trata a Lei nº 7.596/1987 e cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/2005.(art. 1º da Lei 11.091/2005).

Aposentado: § 1º do art.12º e art. 23º item I da Lei nº 11.091/2005

Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 7.596 de 10.04.1987

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98.

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Lei nº 10.302 de 31.10.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 160 de 29.12.2003

Lei nº 10.868 de 12.05.2004

Lei nº 10.908 de 15.07.2004

Lei nº 11.091 de 12.01.2005

Portaria nº 157 de 17.01.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 art. 134

Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 134

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 12

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Lei nº 11.892 de 29.12.2008

Decreto nº 7.806 de 17.09.2012

58. TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

* Cargo: Técnico-Administrativos - Nível Classificação: D

* Cargo: Técnico-Marítimos - Nível Classificação: D

Nível Classificação: D

Posição: julho/2010

CLASSES DE CAPACITAÇÃO I											CLASSES DE CAPACITAÇÃO II										
PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO SEM IQ TOTAL (em R\$)		ATIVO e APOSENTADO COM IQ TOTAL (em R\$)						PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO SEM IQ TOTAL (em R\$)		ATIVO e APOSENTADO COM IQ TOTAL (em R\$)							
		A	B=(A)	DIRETA			INDIRETA					J	K=(J)	DIRETA			INDIRETA				
				8%	10%	27%	52%	5%	20%					35%	8%	10%	27%	52%	5%	20%	35%
		C=A+(*)	D=A+(**)	E=A+(***)	F=A+(****)	G=A+(**)	H=A+(***)	I=A+(****)			L=J+(*)	M=J+(**)	N=J+(***)	O=J+(****)	P=J+(**)	Q=J+(***)	R=J+(****)				
P17	1.821,94	1.758,63	1.967,70	2.004,13	2.313,86	2.769,35	1.913,04	2.186,33	2.459,62	P18	1.887,53	1.887,53	2.038,53	2.076,28	2.397,16	2.869,05	1.981,91	2.265,04	2.548,17		
P18	1.887,53	1.821,94	2.038,53	2.076,28	2.397,16	2.869,05	1.981,91	2.265,04	2.548,17	P19	1.955,48	1.955,48	2.111,92	2.151,03	2.483,46	2.972,33	2.053,25	2.346,58	2.639,90		
P19	1.955,48	1.887,53	2.111,92	2.151,03	2.483,46	2.972,33	2.053,25	2.346,58	2.639,90	P20	2.025,88	2.025,88	2.187,95	2.228,47	2.572,87	3.079,34	2.127,17	2.431,06	2.734,94		
P20	2.025,88	1.955,48	2.187,95	2.228,47	2.572,87	3.079,34	2.127,17	2.431,06	2.734,94	P21	2.098,81	2.098,81	2.266,71	2.308,69	2.665,49	3.190,19	2.203,75	2.518,57	2.833,39		
P21	2.098,81	2.025,88	2.266,71	2.308,69	2.665,49	3.190,19	2.203,75	2.518,57	2.833,39	P22	2.174,37	2.174,37	2.348,32	2.391,81	2.761,45	3.305,04	2.283,09	2.609,24	2.935,40		
P22	2.174,37	2.098,81	2.348,32	2.391,81	2.761,45	3.305,04	2.283,09	2.609,24	2.935,40	P23	2.252,65	2.252,65	2.432,86	2.477,92	2.860,87	3.424,03	2.365,28	2.703,18	3.041,08		
P23	2.252,65	2.174,37	2.432,86	2.477,92	2.860,87	3.424,03	2.365,28	2.703,18	3.041,08	P24	2.333,75	2.333,75	2.520,45	2.567,13	2.963,86	3.547,30	2.450,44	2.800,50	3.150,56		
P24	2.333,75	2.252,65	2.520,45	2.567,13	2.963,86	3.547,30	2.450,44	2.800,50	3.150,56	P25	2.417,77	2.417,77	2.611,19	2.659,55	3.070,57	3.675,01	2.538,66	2.901,32	3.263,99		
P25	2.417,77	2.333,75	2.611,19	2.659,55	3.070,57	3.675,01	2.538,66	2.901,32	3.263,99	P26	2.504,81	2.504,81	2.705,19	2.755,29	3.181,11	3.807,31	2.630,05	3.005,77	3.381,49		
P26	2.504,81	2.417,77	2.705,19	2.755,29	3.181,11	3.807,31	2.630,05	3.005,77	3.381,49	P27	2.594,98	2.594,98	2.802,58	2.854,48	3.295,62	3.944,37	2.724,73	3.113,98	3.503,22		
P27	2.594,98	2.504,81	2.802,58	2.854,48	3.295,62	3.944,37	2.724,73	3.113,98	3.503,22	P28	2.688,40	2.688,40	2.903,47	2.957,24	3.414,27	4.086,37	2.822,82	3.226,08	3.629,34		
P28	2.688,40	2.594,98	2.903,47	2.957,24	3.414,27	4.086,37	2.822,82	3.226,08	3.629,34	P29	2.785,18	2.785,18	3.007,99	3.063,70	3.537,18	4.233,47	2.924,44	3.342,22	3.759,99		
P29	2.785,18	2.688,40	3.007,99	3.063,70	3.537,18	4.233,47	2.924,44	3.342,22	3.759,99	P30	2.885,45	2.885,45	3.116,29	3.174,00	3.664,52	4.385,88	3.029,72	3.462,54	3.895,36		
P30	2.885,45	2.785,18	3.116,29	3.174,00	3.664,52	4.385,88	3.029,72	3.462,54	3.895,36	P31	2.989,33	2.989,33	3.228,48	3.288,26	3.796,45	4.543,78	3.138,80	3.587,20	4.035,60		
P31	2.989,33	2.885,45	3.228,48	3.288,26	3.796,45	4.543,78	3.138,80	3.587,20	4.035,60	P32	3.096,95	3.096,95	3.344,71	3.406,65	3.933,13	4.707,36	3.251,80	3.716,34	4.180,88		
P32	3.096,95	2.989,33	3.344,71	3.406,65	3.933,13	4.707,36	3.251,80	3.716,34	4.180,88	P33	3.208,44	3.208,44	3.465,12	3.529,28	4.074,72	4.876,83	3.368,86	3.850,13	4.331,39		
P33	3.208,44	3.096,95	3.465,12	3.529,28	4.074,72	4.876,83	3.368,86	3.850,13	4.331,39												

CLASSES DE CAPACITAÇÃO III											CLASSES DE CAPACITAÇÃO IV										
PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO SEM IQ TOTAL (em R\$)		ATIVO e APOSENTADO COM IQ TOTAL (em R\$)						PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO SEM IQ TOTAL (em R\$)		ATIVO e APOSENTADO COM IQ TOTAL (em R\$)							
		S	T=(S)	DIRETA			INDIRETA					AB	AC=(AA)	DIRETA			INDIRETA				
				8%	10%	27%	52%	5%	20%					35%	8%	10%	27%	52%	5%	20%	35%
		U=S+(*)	V=S+(**)	W=S+(***)	X=S+(****)	Y=S+(***)	Z=S+(****)	AA=S+(****)			AD=AA+(*)	AE=AA+(**)	AF=AA+(***)	AG=AA+(****)	AH=AA+(****)	AI=AA+(****)	AJ=AA+(****)				
P19	1.955,48	1.955,48	2.111,92	2.151,03	2.483,46	2.972,33	2.053,25	2.346,58	2.639,90	P20	2.025,88	2.025,88	2.187,95	2.228,47	2.572,87	3.079,34	2.127,17	2.431,06	2.734,94		
P20	2.025,88	2.025,88	2.187,95	2.228,47	2.572,87	3.079,34	2.127,17	2.431,06	2.734,94	P21	2.098,81	2.098,81	2.266,71	2.308,69	2.665,49	3.190,19	2.203,75	2.518,57	2.833,39		
P21	2.098,81	2.098,81	2.266,71	2.308,69	2.665,49	3.190,19	2.203,75	2.518,57	2.833,39	P22	2.174,37	2.174,37	2.348,32	2.391,81	2.761,45	3.305,04	2.283,09	2.609,24	2.935,40		
P22	2.174,37	2.174,37	2.348,32	2.391,81	2.761,45	3.305,04	2.283,09	2.609,24	2.935,40	P23	2.252,65	2.252,65	2.432,86	2.477,92	2.860,87	3.424,03	2.365,28	2.703,18	3.041,08		
P23	2.252,65	2.252,65	2.432,86	2.477,92	2.860,87	3.424,03	2.365,28	2.703,18	3.041,08	P24	2.333,75	2.333,75	2.520,45	2.567,13	2.963,86	3.547,30	2.450,44	2.800,50	3.150,56		
P24	2.333,75	2.333,75	2.520,45	2.567,13	2.963,86	3.547,30	2.450,44	2.800,50	3.150,56	P25	2.417,77	2.417,77	2.611,19	2.659,55	3.070,57	3.675,01	2.538,66	2.901,32	3.263,99		
P25	2.417,77	2.417,77	2.611,19	2.659,55	3.070,57	3.675,01	2.538,66	2.901,32	3.263,99	P26	2.504,81	2.504,81	2.705,19	2.755,29	3.181,11	3.807,31	2.630,05	3.005,77	3.381,49		
P26	2.504,81	2.504,81	2.705,19	2.755,29	3.181,11	3.807,31	2.630,05	3.005,77	3.381,49	P27	2.594,98	2.594,98	2.802,58	2.854,48	3.295,62	3.944,37	2.724,73	3.113,98	3.503,22		
P27	2.594,98	2.594,98	2.802,58	2.854,48	3.295,62	3.944,37	2.724,73	3.113,98	3.503,22	P28	2.688,40	2.688,40	2.903,47	2.957,24	3.414,27	4.086,37	2.822,82	3.226,08	3.629,34		
P28	2.688,40	2.688,40	2.903,47	2.957,24	3.414,27	4.086,37	2.822,82	3.226,08	3.629,34	P29	2.785,18	2.785,18	3.007,99	3.063,70	3.537,18	4.233,47	2.924,44	3.342,22	3.759,99		
P29	2.785,18	2.785,18	3.007,99	3.063,70	3.537,18	4.233,47	2.924,44	3.342,22	3.759,99	P30	2.885,45	2.885,45	3.116,29	3.174,00	3.664,52	4.385,88	3.029,72	3.462,54	3.895,36		
P30	2.885,45	2.885,45	3.116,29	3.174,00	3.664,52	4.385,88	3.029,72	3.462,54	3.895,36	P31	2.989,33	2.989,33	3.228,48	3.288,26	3.796,45	4.543,78	3.138,80	3.587,20	4.035,60		
P31	2.989,33	2.989,33	3.228,48	3.288,26	3.796,45	4.543,78	3.138,80	3.587,20	4.035,60	P32	3.096,95	3.096,95	3.344,71	3.406,65	3.933,13	4.707,36	3.251,80	3.716,34	4.180,88		
P32	3.096,95	3.096,95	3.344,71	3.406,65	3.933,13	4.707,36	3.251,80	3.716,34	4.180,88	P33	3.208,44	3.208,44	3.465,12	3.529,28	4.074,72	4.876,83	3.368,86	3.850,13	4.331,39		
P33	3.208,44	3.208,44	3.465,12	3.529,28	4.074,72	4.876,83	3.368,86	3.850,13	4.331,39	P34	3.323,94	3.323,94	3.589,86	3.656,33	4.221,40	5.052,39	3.490,14	3.988,73	4.487,32		
P34	3.323,94	3.323,94	3.589,86	3.656,33	4.221,40	5.052,39	3.490,14	3.988,73	4.487,32	P35	3.443,60	3.443,60	3.719,09	3.787,96	4.373,37	5.234,27	3.615,78	4.132,32	4.648,86		
P35	3.443,60	3.443,60	3.719,09	3.787,96	4.373,37	5.234,27	3.615,78	4.132,32	4.648,86												

* Estruturado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, composto pelos cargos efetivos de técnico-administrativos e de técnico-marítimos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e pelos cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091 de 12.01.2005.(art.1º da Lei 11.091/2005) .Os servidores redistribuídos para as Instituições Federais de Ensino serão enquadrados no Plano de Carreira no prazo de 90 (noventa) dias da data da publicação Lei nº 11.091/2005 - § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/05..

VB - Vencimento Básico - Anexo I-C da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 - MP 431/2008

IQ - INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO (art. 11 e 12 da Lei nº 11.091/2005 - MP 431/2008)

Será instituído Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento.

O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do Anexo IV da Lei nº 11.091/05, observados os seguintes parâmetros:

I - a aquisição de título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor ensejará maior percentual na fixação do Incentivo à Qualificação do que em área de conhecimento com relação indireta; e

II - a obtenção dos certificados relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio, quando excederem a exigência de escolaridade mínima para o cargo do qual o servidor é titular, será considerada, para efeito de pagamento do Incentivo à Qualificação, como conhecimento relacionado diretamente ao ambiente organizacional.

§ 1º Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

§ 2º O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão.

§ 3º Para fins de concessão do Incentivo à Qualificação, o Poder Executivo definirá as áreas de conhecimento relacionadas direta e indiretamente ao ambiente organizacional e os critérios e processos de validação dos certificados e títulos, observadas as diretrizes previstas no § 2º do art. 24 da Lei nº 11091/05.

Nível Classificação: D (IQ -Incentivo à Qualificação) - Nível de escolaridade formal superior para o exercício do cargo - área de conhecimento com correlação: direta e indireta, percentuais de incentivo:

(*) Ensino médio completo - Direta 8% sobre VB

(**) Curso de graduação completo - Direta 10% sobre VB e Indireta - 5% sobre VB

(***) Especialização, superior ou igual a 360h - Direta 27% sobre VB e Indireta - 20% sobre VB

(****) Mestrado ou título de educação formal de maior grau - Direta 52% sobre VB e Indireta - 35% sobre VB

Estruturado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, composto pelos cargos efetivos de técnico-administrativos e de técnico-marítimos de que trata a Lei nº 7.596/1987 e cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/2005.(art. 1º da Lei 11.091/2005).

Aposentado: § 1º do art.12º e art. 23º item I da Lei nº 11.091/2005

Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 7.596 de 10.04.1987

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98.

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Lei nº 10.302 de 31.10.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 160 de 29.12.2003

Lei nº 10.868 de 12.05.2004

Lei nº 10.908 de 15.07.2004

Lei nº 11.091 de 12.01.2005

Portaria nº 157 de 17.01.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 art. 134

Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 134

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 12

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Lei nº 11.892 de 29.12.2008

Decreto nº 7.806 de 17.09.2012

58. TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

* Cargo: Técnico-Administrativos - Nível Classificação: E

* Cargo: Técnico-Marítimos - Nível Classificação: E

Nível Classificação: E

Posição: julho/2010

CLASSES DE CAPACITAÇÃO I										CLASSES DE CAPACITAÇÃO II																																																																																																																																																																																			
PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO SEM IQ - TOTAL (em R\$)			ATIVO e APOSENTADO COM IQ - TOTAL (em R\$)						PISO	VB	ATIVO e APOSENTADO SEM IQ - TOTAL (em R\$)			ATIVO e APOSENTADO COM IQ - TOTAL (em R\$)																																																																																																																																																																													
		A	B=(A)	C=A+(*)	DIRETA			INDIRETA					I	J=(I)	K=I+(*)	L=I+(**)	M=I+(***)	N=I+(*)	O=I+(**)	P=I+(***)																																																																																																																																																																									
					27%	52%	75%	20%	35%	50%																																																																																																																																																																																			
P31	2.989,33	2.989,33	2.989,33	3.796,45	4.543,78	5.231,33	3.587,20	4.035,60	4.484,00	P32	3.096,95	3.096,95	3.096,95	3.933,13	4.707,36	5.419,66	3.716,34	4.180,88	4.645,43	P33	3.208,44	3.208,44	3.208,44	4.074,72	4.876,83	5.614,77	3.850,13	4.331,39	4.812,66	P34	3.323,94	3.323,94	3.323,94	4.221,40	5.052,39	5.816,90	3.988,73	4.487,32	4.985,91	P35	3.443,60	3.443,60	3.443,60	4.373,37	5.234,27	6.026,30	4.132,32	4.648,86	5.165,40	P36	3.567,57	3.567,57	3.567,57	4.530,81	5.422,71	6.243,25	4.281,08	4.816,22	5.351,36	P37	3.696,00	3.696,00	3.696,00	4.693,92	5.617,92	6.468,00	4.435,20	4.989,60	5.544,00	P38	3.829,06	3.829,06	3.829,06	4.862,91	5.820,17	6.700,86	4.594,87	5.169,23	5.743,59	P39	3.966,91	3.966,91	3.966,91	5.037,98	6.029,70	6.942,09	4.760,29	5.355,33	5.950,37	P40	4.109,72	4.109,72	4.109,72	5.219,34	6.246,77	7.192,01	4.931,66	5.548,12	6.164,58	P41	4.257,67	4.257,67	4.257,67	5.407,24	6.471,66	7.450,92	5.109,20	5.747,85	6.386,51	P42	4.410,95	4.410,95	4.410,95	5.601,91	6.704,64	7.719,16	5.293,14	5.954,78	6.616,43	P43	4.569,74	4.569,74	4.569,74	5.803,57	6.946,00	7.997,05	5.483,69	6.169,15	6.854,61	P44	4.734,25	4.734,25	4.734,25	6.012,50	7.196,06	8.284,94	5.681,10	6.391,24	7.101,38	P45	4.904,68	4.904,68	4.904,68	6.228,94	7.455,11	8.583,19	5.885,62	6.621,32	7.357,02	P46	5.081,25	5.081,25	5.081,25	6.453,19	7.723,50	8.892,19	6.097,50	6.859,69	7.621,88	P47	5.264,18	5.264,18	5.264,18	6.685,51	8.001,55	9.212,32	6.317,02	7.106,64	7.896,27	P48	5.453,69	5.453,69	5.453,69	6.926,19	8.289,61	9.543,96	6.544,43	7.362,48	8.180,54	P49	5.650,00	5.650,00	5.650,00	7.175,50	8.588,00	9.887,50	6.780,00	7.627,50	8.475,00

* Estruturado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, composto pelos cargos efetivos de técnico-administrativos e de técnico-marítimos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e pelos cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091 de 12.01.2005.(art.1º da Lei 11.091/2005) .Os servidores redistribuídos para as Instituições Federais de Ensino serão enquadrados no Plano de Carreira no prazo de 90 (noventa) dias da data da publicação Lei nº 11.091/2005 - § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/05..

VB - Vencimento Básico - Anexo I-C da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 - MP 431/2008

IQ - INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO (art. 11 e 12 da Lei nº 11.091/2005 - MP 431/2008)

Será instituído Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento.

O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do Anexo IV da Lei nº 11.091/05, observados os seguintes parâmetros:

I - a aquisição de título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor ensejará maior percentual na fixação do Incentivo à Qualificação do que em área de conhecimento com relação indireta; e

II - a obtenção dos certificados relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio, quando excederem a exigência de escolaridade mínima para o cargo do qual o servidor é titular, será considerada, para efeito de pagamento do Incentivo à Qualificação, como conhecimento relacionado diretamente ao ambiente organizacional.

§ 1º Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

§ 2º O Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadorias e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão.

§ 3º Para fins de concessão do Incentivo à Qualificação, o Poder Executivo definirá as áreas de conhecimento relacionadas direta e indiretamente ao ambiente organizacional e os critérios e processos de validação dos certificados e títulos, observadas as diretrizes previstas no § 2º do art. 24 da Lei nº 11091/05.

Nível Classificação: E (IQ -Incentivo à Qualificação) - Nível de escolaridade formal superior para o exercício do cargo - área de conhecimento com correlação: direta e indireta, percentuais de incentivo:

(*) Especialização, superior ou igual a 360h - Direta 27% sobre VB e Indireta - 20% sobre VB

(**) Mestrado - Direta 52% sobre VB e Indireta - 35% sobre VB

(***) Doutorado - Direta 75% sobre VB e Indireta - 50% sobre VB

Estruturado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, composto pelos cargos efetivos de técnico-administrativos e de técnico-marítimos de que trata a Lei nº 7.596/1987 e cargos referidos no § 5º do art. 15 da Lei nº 11.091/2005.(art. 1º da Lei 11.091/2005).

Aposentado: § 1º do art.12º e art. 23º item I da Lei nº 11.091/2005

Os percentuais do Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão.

Legislações Correspondentes:

Lei nº 7.596 de 10.04.1987

Lei nº 8.622 de 19.01.93

Lei nº 8.645 de 01.04.93

Lei nº 8.659 de 27.05.93

Lei nº 8.676 art.4º de 13.07.93

Lei nº 8.880 de 27.05.94

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98.

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Lei nº 10.302 de 31.10.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 160 de 29.12.2003

Lei nº 10.868 de 12.05.2004

Lei nº 10.908 de 15.07.2004

Lei nº 11.091 de 12.01.2005

Portaria nº 157 de 17.01.2005

Medida Provisória nº 304 de 29.06.2006 art. 134

Lei nº 11.355 de 19.10.2006 art. 134

Medida Provisória nº 431 de 14.05.2008 art. 12

Lei nº 11.784 de 22.09.2008

Lei nº 11.892 de 29.12.2008

Decreto nº 7.806 de 17.09.2012

59. TECNOLOGIA MILITAR

Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar

Carreira de Tecnologia Militar:

* Cargo: Analista de Tecnologia Militar

* Cargo: Engenheiro de Tecnologia Militar

Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares:

** Cargos : Nível Superior

Nível Superior

Posição: julho/2010

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATEM		RT - Retribuição por Titulação			ATIVO				ATIVO				GDATEM	APOSENTADO				
			80 pts.	100 pts.	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.				
			(**)						Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor	(***)	Sem RT	Aperf./Espec.	Mestre	Doutor
			A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)
ESPECIAL	III	2.624,88	4.081,60	5.102,00	1.658,00	3.223,22	6.448,65	6.706,48	8.364,48	9.929,70	13.155,13	7.726,88	9.384,88	10.950,10	14.175,53	2.551,00	5.175,88	6.833,88	8.399,10	11.624,53	
	II	2.573,41	4.002,40	5.003,00	1.608,30	3.126,02	6.254,25	6.575,81	8.184,11	9.701,83	12.830,06	7.576,41	9.184,71	10.702,43	13.830,66	2.501,50	5.074,91	6.683,21	8.200,93	11.329,16	
	I	2.522,95	3.924,80	4.906,00	1.559,70	3.031,02	6.066,46	6.447,75	8.007,45	9.478,77	12.514,21	7.428,95	8.988,65	10.459,97	13.495,41	2.453,00	4.975,95	6.535,65	8.006,97	11.042,41	
C	VI	2.425,92	3.741,60	4.677,00	1.501,15	2.923,88	5.842,23	6.167,52	7.668,67	9.091,40	12.009,75	7.102,92	8.604,07	10.026,80	12.945,15	2.338,50	4.764,42	6.265,57	7.688,30	10.606,65	
	V	2.378,35	3.668,00	4.585,00	1.455,86	2.835,51	5.666,60	6.046,35	7.502,21	8.881,86	11.712,95	6.963,35	8.419,21	9.798,86	12.629,95	2.292,50	4.670,85	6.126,71	7.506,36	10.337,45	
	IV	2.331,71	3.596,80	4.496,00	1.411,68	2.749,35	5.496,49	5.928,51	7.340,19	8.677,86	11.425,00	6.827,71	8.239,39	9.577,06	12.324,20	2.248,00	4.579,71	5.991,39	7.329,06	10.076,20	
	III	2.285,99	3.526,40	4.408,00	1.369,70	2.666,50	5.330,80	5.812,39	7.182,09	8.478,89	11.143,19	6.693,99	8.063,69	9.360,49	12.024,79	2.204,00	4.489,99	5.859,69	7.156,49	9.820,79	
	II	2.241,18	3.457,60	4.322,00	1.328,83	2.585,87	5.170,63	5.698,78	7.027,61	8.284,65	10.869,41	6.563,18	7.892,01	9.149,05	11.733,81	2.161,00	4.402,18	5.731,01	6.988,05	9.572,81	
I	2.197,23	3.390,40	4.238,00	1.289,07	2.507,44	5.014,88	5.587,63	6.876,70	8.095,07	10.602,51	6.435,23	7.724,30	8.942,67	11.450,11	2.119,00	4.316,23	5.605,30	6.823,67	9.331,11		
B	VI	2.112,72	3.228,80	4.036,00	1.241,57	2.417,97	4.829,31	5.341,52	6.583,09	7.759,49	10.170,83	6.148,72	7.390,29	8.566,69	10.978,03	2.018,00	4.130,72	5.372,29	6.548,69	8.960,03	
	V	2.071,29	3.166,40	3.958,00	1.204,01	2.345,07	4.684,61	5.237,69	6.441,70	7.582,76	9.922,30	6.029,29	7.233,30	8.374,36	10.713,90	1.979,00	4.050,29	5.254,30	6.395,36	8.734,90	
	IV	2.030,69	3.104,00	3.880,00	1.167,56	2.274,37	4.543,22	5.134,69	6.302,25	7.409,06	9.677,91	5.910,69	7.078,25	8.185,06	10.453,91	1.940,00	3.970,69	5.138,25	6.245,06	8.513,91	
	III	1.990,86	3.043,20	3.804,00	1.132,22	2.205,89	4.406,25	5.034,06	6.166,28	7.239,95	9.440,31	5.794,86	6.927,08	8.000,75	10.201,11	1.902,00	3.892,86	5.025,08	6.098,75	8.299,11	
	II	1.951,83	2.984,00	3.730,00	1.097,97	2.139,61	4.273,70	4.935,83	6.033,80	7.075,44	9.209,53	5.681,83	6.779,80	7.821,44	9.955,53	1.865,00	3.816,83	4.914,80	5.956,44	8.090,53	
I	1.913,55	2.925,60	3.657,00	1.064,83	2.074,44	4.145,56	4.839,15	5.903,98	6.913,59	8.984,71	5.570,55	6.635,38	7.644,99	9.716,11	1.828,50	3.742,05	4.806,88	5.816,49	7.887,61		
A	V	1.839,95	2.786,40	3.483,00	1.025,07	2.000,43	3.992,02	4.626,35	5.651,42	6.626,78	8.618,37	5.322,95	6.348,02	7.323,38	9.314,97	1.741,50	3.581,45	4.606,52	5.581,88	7.573,47	
	IV	1.803,88	2.731,20	3.414,00	994,14	1.939,68	3.871,62	4.535,08	5.529,22	6.474,76	8.406,70	5.217,88	6.212,02	7.157,56	9.089,50	1.707,00	3.510,88	4.505,02	5.450,56	7.382,50	
	III	1.768,51	2.678,40	3.348,00	964,32	1.881,13	3.755,64	4.446,91	5.411,23	6.328,04	8.202,55	5.116,51	6.080,83	6.997,64	8.872,15	1.674,00	3.442,51	4.406,83	5.323,64	7.198,15	
	II	1.733,84	2.626,40	3.283,00	935,60	1.823,69	3.642,97	4.360,24	5.295,84	6.183,93	8.003,21	5.016,84	5.952,44	6.840,53	8.659,81	1.641,50	3.375,34	4.310,94	5.199,03	7.018,31	
	I	1.699,84	2.575,20	3.219,00	907,98	1.768,46	3.533,62	4.275,04	5.183,02	6.043,50	7.808,66	4.918,84	5.826,82	6.687,30	8.452,46	1.609,50	3.309,34	4.217,32	5.077,80	6.842,96	

* Os servidores ocupantes dos cargos efetivos regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, descritos no Anexo XXIII da Lei 11.355/2006, serão enquadrados no Plano de Carreiras dos Cargos de que trata o art. 1º da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998 a partir de 1º de fevereiro de 2006, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação constante do Anexo XXV da Lei 11.335/2006, mantidas as denominações e nível dos respectivos cargos, desde que lotados nas Organizações Militares relacionadas no Anexo XXIV da Lei 11.355/2006, em 25 de fevereiro de 2005. (art. 127 da Lei 11.355/2006)

* Fica mantida, no Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, a denominação dos cargos originários, ressalvados os de Engenheiro e de Engenheiro de Operações, do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que serão enquadrados no cargo de Engenheiro de Tecnologia Militar da Carreiras de Tecnologia Militar. (§ 1º do art 127 da Lei 11.355/2006)

** **demais cargos de nível superior**, ocupados por servidores públicos, lotados nas organizações militares de tecnologia militar, com atribuições voltadas à execução de atividades técnicas relativas às áreas de desenvolvimento, manutenção e reparos relativos a projetos de construção, manutenção e modernização dos meios tecnológicos militares."(NR)- item II do art. 9 da lei nº 9.657/98 - (redação dada pelo art. 121 da Lei nº 11.355/2006)

VB - Vencimento Básico - Anexo VI da MP 441/2008

RT - Retribuição por Titulação - detentores do Título de aperfeiçoamento ou especialização (Aperf./Espec), Mestre e Doutor conforme art. 21-A da Lei nº 9.657/1998

GDATEM - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Operacional em Tecnologia Militar

(**) Até que sejam editados os atos referidos nos §§ 6º e 7º da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação de desempenho, a GDATEM será paga ao servidor que a ela faça jus nos valores correspondentes a oitenta pontos, observados a classe e padrão em que ele esteja posicionado.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDATEM no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos (pts.).

(**) A GDATEM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo V da MP 441/2008.

A pontuação referente à GDATEM será assim distribuída:

I - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional; e

II - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual.

(***) **Aposentado** - RT - a RT será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação. § 4º art. 21-A da Lei nº 9.657/98 (art. 20 da MP 441/2008)

(***) **Aposentado** - GDATEM - art. 19-A da Lei nº 9.657/98 (art. 20 da MP 441/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.460 de 17.09.92

Lei nº 9.657 de 03.06.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Portaria nº 433 de 29.10.2002

Decreto nº 4.492 de 29.11.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004

Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 1

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Lei nº 11.498, de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.277 de 30.06.2010

59. TECNOLOGIA MILITAR

Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar

Carreira de Suporte Técnico à Tecnologia Militar:

* Cargo: Técnico de Tecnologia Militar

Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares:

** Cargos : Nível Intermediário

Nível Intermediário

Posição: julho/2012

CLASSE	PADRÃO	VB	GDATEM			GQ - Gratificação de Qualificação			ATIVO				ATIVO				GDATEM	APOSENTADO				
			80 pts.	100 pts.		I	II	III	TOTAL (em R\$) - 80 pts.				TOTAL (em R\$) - 100 pts.				50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.				
			(**)							Sem GQ	GQ - I	GQ - II	GQ - III	Sem GQ	GQ - I	GQ - II	GQ - III	(***)	Sem GQ	GQ - I	GQ - II	GQ - III
			A	B	C	D	E	F	G=(A+B)	H=(A+B+D)	I=(A+B+E)	J=(A+B+F)	K=(A+C)	L=(A+C+D)	M=(A+C+E)	N=(A+C+F)	O	P=(A+O)	Q=(A+D+O)	R=(A+E+O)	S=(A+F+O)	
ESPECIAL	III	2.149,83	1.495,20	1.869,00	793,36	1.542,41	3.085,88	3.645,03	4.438,39	5.187,44	6.730,91	4.018,83	4.812,19	5.561,24	7.104,71	934,50	3.084,33	3.877,69	4.626,74	6.170,21		
	II	2.127,47	1.465,60	1.832,00	773,32	1.504,43	3.007,81	3.593,07	4.366,39	5.097,50	6.600,88	3.959,47	4.732,79	5.463,90	6.967,28	916,00	3.043,47	3.816,79	4.547,90	6.051,28		
	I	2.105,22	1.437,60	1.797,00	754,33	1.466,45	2.931,85	3.542,82	4.297,15	5.009,27	6.474,67	3.902,22	4.656,55	5.368,67	6.834,07	898,50	3.003,72	3.758,05	4.470,17	5.935,57		
C	VI	2.070,14	1.409,60	1.762,00	729,01	1.417,92	2.837,95	3.479,74	4.208,75	4.897,66	6.317,69	3.832,14	4.561,15	5.250,06	6.670,09	881,00	2.951,14	3.680,15	4.369,06	5.789,09		
	V	2.049,21	1.382,40	1.728,00	711,07	1.382,05	2.766,21	3.431,61	4.142,68	4.813,66	6.197,82	3.777,21	4.488,28	5.159,26	6.543,42	864,00	2.913,21	3.624,28	4.295,26	5.679,42		
	IV	2.027,37	1.355,20	1.694,00	693,14	1.347,24	2.696,58	3.382,57	4.075,71	4.729,81	6.079,15	3.721,37	4.414,51	5.068,61	6.417,95	847,00	2.874,37	3.567,51	4.221,61	5.570,95		
	III	2.006,64	1.328,80	1.661,00	676,26	1.313,48	2.628,01	3.335,44	4.011,70	4.648,92	5.963,45	3.667,64	4.343,90	4.981,12	6.295,65	830,50	2.837,14	3.513,40	4.150,62	5.465,15		
	II	1.986,01	1.303,20	1.629,00	659,38	1.280,77	2.561,54	3.289,21	3.948,59	4.569,98	5.850,75	3.615,01	4.274,39	4.895,78	6.176,55	814,50	2.800,51	3.459,89	4.081,28	5.362,05		
	I	1.965,47	1.278,40	1.598,00	642,50	1.249,12	2.497,19	3.243,87	3.886,37	4.492,99	5.741,06	3.563,47	4.205,97	4.812,59	6.060,66	799,00	2.764,47	3.406,97	4.013,59	5.261,66		
B	VI	1.933,81	1.252,80	1.566,00	620,34	1.207,98	2.417,01	3.186,61	3.806,95	4.394,59	5.603,62	3.499,81	4.120,15	4.707,79	5.916,82	783,00	2.716,81	3.337,15	3.924,79	5.133,82		
	V	1.913,57	1.228,80	1.536,00	604,52	1.177,38	2.355,82	3.142,37	3.746,89	4.319,75	5.498,19	3.449,57	4.054,09	4.626,95	5.805,39	768,00	2.681,57	3.286,09	3.858,95	5.037,39		
	IV	1.894,43	1.204,80	1.506,00	589,75	1.147,84	2.296,74	3.099,23	3.688,98	4.247,07	5.395,97	3.400,43	3.990,18	4.548,27	5.697,17	753,00	2.647,43	3.237,18	3.795,27	4.944,17		
	III	1.874,39	1.182,40	1.478,00	574,98	1.119,36	2.238,71	3.056,79	3.631,77	4.176,15	5.295,50	3.352,39	3.927,37	4.471,75	5.591,10	739,00	2.613,39	3.188,37	3.732,75	4.852,10		
	II	1.855,44	1.159,20	1.449,00	560,21	1.091,93	2.181,74	3.014,64	3.574,85	4.106,57	5.196,38	3.304,44	3.864,65	4.396,37	5.486,18	724,50	2.579,94	3.140,15	3.671,87	4.761,68		
	I	1.836,59	1.137,60	1.422,00	546,49	1.064,50	2.126,88	2.974,19	3.520,68	4.038,69	5.101,07	3.258,59	3.805,08	4.323,09	5.385,47	711,00	2.547,59	3.094,08	3.612,09	4.674,47		
A	V	1.806,25	1.115,20	1.394,00	527,50	1.028,63	2.059,36	2.921,45	3.448,95	3.950,08	4.980,81	3.200,25	3.727,75	4.228,88	5.259,61	697,00	2.503,25	3.030,75	3.531,88	4.562,61		
	IV	1.788,68	1.092,80	1.366,00	514,84	1.003,31	2.007,67	2.881,48	3.396,32	3.884,79	4.889,15	3.154,68	3.669,52	4.157,99	5.162,35	683,00	2.471,68	2.986,52	3.474,99	4.479,35		
	III	1.770,20	1.072,00	1.340,00	502,18	977,99	1.957,03	2.842,20	3.344,38	3.820,19	4.799,23	3.110,20	3.612,38	4.088,19	5.067,23	670,00	2.440,20	2.942,38	3.418,19	4.397,23		
	II	1.752,81	1.051,20	1.314,00	489,52	953,72	1.907,44	2.804,01	3.293,53	3.757,73	4.711,45	3.066,81	3.556,33	4.020,53	4.974,25	657,00	2.409,81	2.899,33	3.363,53	4.317,25		
	I	1.734,51	1.031,20	1.289,00	476,86	929,46	1.858,91	2.765,71	3.242,57	3.695,17	4.624,62	3.023,51	3.500,37	3.952,97	4.882,42	644,50	2.379,01	2.855,87	3.308,47	4.237,92		

* Os servidores ocupantes dos cargos efetivos regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, descritos no Anexo XXIII da Lei 11.355/2006, serão enquadrados no Plano de Carreiras dos Cargos de que trata o art. 1º da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998 a partir de 1º de fevereiro de 2006, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação constante do Anexo XXV da Lei 11.335/2006, mantidas as denominações e nível dos respectivos cargos, desde que lotados nas Organizações Militares relacionadas no Anexo XXIV da Lei 11.355/2006, em 25 de fevereiro de 2005. (art. 127 da Lei 11.355/2006)

** **demais cargos de nível intermediário**, ocupados por servidores públicos, lotados nas organizações militares de tecnologia militar, com atribuições voltadas à execução de atividades técnicas relativas às áreas de desenvolvimento, manutenção e reparos relativos a projetos de construção, manutenção e modernização dos meios tecnológicos militares."(NR)- item II do art. 9º da Lei nº 9.657/98 - (redação dada pelo art. 121 da Lei nº 11.355/2006)

VB - Vencimento Básico - Anexo VI da MP 441/2008

GQ - Gratificação de Qualificação - aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível intermediário integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades de nível intermediário de desenvolvimento de tecnologia militar, conforme art. 21-B da Lei nº 9.657/1998

GDATEM - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Operacional em Tecnologia Militar

(**) Até que sejam editados os atos referidos nos §§ 6º e 7º da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação de desempenho, a GDATEM será paga ao servidor que a ela faça jus nos valores correspondentes a oitenta pontos, observados a classe e padrão em que ele esteja posicionado.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDATEM no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos (pts.).

(**) A GDATEM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo V da MP 441/2008.

A pontuação referente à GDATEM será assim distribuída:

I - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional; e

II - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual.

(***) Aposentado - GQ - a GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões somente se o título, grau ou certificado tiver sido obtido anteriormente à data da inativação. § 8º art. 21-B da Lei nº 9.657/98 (art. 20 da MP 441/2008)

(***) Aposentado - GDATEM - art. 19-A da Lei nº 9.657/98 (art. 20 da MP 441/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.460 de 17.09.92

Lei nº 9.657 de 03.06.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Portaria nº 433 de 29.10.2002

Decreto nº 4.492 de 29.11.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004

Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 1

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Lei nº 11.498, de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Lei nº 12.277 de 30.06.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 - arts. 23,24 e 25

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

59. TECNOLOGIA MILITAR

Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares:

* Cargos : Nível Auxiliar

Nível Auxiliar									Posição: julho/2012
CLASSE	PADRÃO	VB	GDATEM		ATIVO		GDATEM	APOSENTADO	
			80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$)	
			(**)		80 pts.	100 pts.	(***)	50 pts.	
			A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
ESPECIAL	III	1.639,38	941,60	1.177,00	2.580,98	2.816,38	588,50	2.227,88	
	II	1.623,06	932,00	1.165,00	2.555,06	2.788,06	582,50	2.205,56	
	I	1.606,87	923,20	1.154,00	2.530,07	2.760,87	577,00	2.183,87	

* Os servidores ocupantes dos cargos efetivos regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, descritos no Anexo XXIII da Lei 11.355/2006, serão enquadrados no Plano de Carreiras dos Cargos de que trata o art. 1º da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998 a partir de 1º de fevereiro de 2006, de acordo com as respectivas atribuições, requisitos de formação profissional e posição relativa na Tabela de Correlação constante do Anexo XXV da Lei 11.335/2006, mantidas as denominações e nível dos respectivos cargos, desde que lotados nas Organizações Militares relacionadas no Anexo XXIV da Lei 11.355/2006, em 25 de fevereiro de 2005. (art. 127 da Lei 11.355/2006)

* **demais cargos de nível auxiliar**, ocupados por servidores públicos, lotados nas organizações militares de tecnologia militar, com atribuições voltadas à execução de atividades técnicas relativas às áreas de desenvolvimento, manutenção e reparos relativos a projetos de construção, manutenção e modernização dos meios tecnológicos militares.”(NR)- item II do art. º da lei nº 9.657/98 - (redação dada pelo art. 121 da Lei nº 11.355/2006)

VB - Vencimento Básico - Anexo VI da MP 441/2008

GDATEM - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Operacional em Tecnologia Militar

(**) Até que sejam editados os atos referidos nos §§ 6º e 7º da MP 441/08 e processados os resultados da primeira avaliação de desempenho, a GDATEM será paga ao servidor que a ela faça jus nos valores correspondentes a oitenta pontos, observados a classe e padrão em que ele esteja posicionado.

(**) Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDATEM no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos (pts.).

(**) A GDATEM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo V da MP 441/2008.

A pontuação referente à GDATEM será assim distribuída:

I - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional; e

II - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual.

(***) **Aposentado** - GDATEM - art. 19-A da Lei nº 9.657/98 (art. 20 da MP 441/2008)

Legislações Correspondentes:

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.460 de 17.09.92

Lei nº 9.657 de 03.06.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Portaria nº 433 de 29.10.2002

Decreto nº 4.492 de 29.11.2002

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 10.888 de 24.06.2004

Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004

Medida Provisória nº 224 de 21.10.2004

Lei nº 11.034 de 22.12.2004 art. 1

Medida Provisória nº 248 de 20.04.2005

Medida Provisória nº 301 de 29.06.2006

Lei nº 11.355 de 19.10.2006

Lei nº 11.498 de 28.06.2007

Medida Provisória nº 421 de 29.02.2008

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto nº 7.133 de 19.03.2010

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 - arts. 23,24 e 25

Lei nº 12.702 de 07.08.2012

60. TRIBUNAL MARÍTIMO

Cargo: Juiz-Presidente

Cargo: Juiz do Tribunal Marítimo

Nível Superior

Posição: julho/2010

VB	GDATM		ATIVO		GDATM	APOSENTADO
	80 pts.	100 pts.	TOTAL (em R\$)		50 pts.	TOTAL (em R\$) - 50 pts.
	(*)		80 pts.	100 pts.	(**)	
A	B	C	D=(A+B)	E=(A+C)	F	G=(A+F)
12.081,36	3.866,40	4.833,00	15.947,76	16.914,36	2.416,50	14.497,86

VB - Vencimento Básico - (Anexo II da Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006 (Anexo LXXX da MP 441/2008)

GDATM - Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo

A GDATM é devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo de que trata o caput do art. 3º da Lei nº 11.319/2006, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições do cargo no Tribunal Marítimo, e será atribuída em função do desempenho individual do servidor e do desempenho institucional do Tribunal Marítimo. (§ 1º do art. da Lei nº 11.319/2006 e art. 75 da Lei nº 12.702/2012)

(*) A GDATM será paga observado o limite máximo de cem pontos (pts.) e o mínimo de trinta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo III da Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006.

A pontuação referente à GDATM será assim distribuída:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

(*) Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outro afastamento sem direito à percepção da GDATM no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Até que sejam publicados os atos a que se referem os §§ 2º e 3º do art. 3º da Lei nº 11.319/06 e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional conforme disposto nos incisos I e II do § 4º, todos os servidores que fizerem jus à GDATM deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GDATM.

(**) **Aposentado:** GDATM - art. 4º da Lei nº 11.319/2006.

Legislações Correspondentes:

Decreto nº 2.333 de 11.06.87

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Lei nº 8.460 de 17.09.92

Lei Complementar nº 73 de 10.02.93

Medida Provisória nº 485 de 29.04.94

Medida Provisória nº 537.94 de 28.06.94

Lei nº 9.028 de 1995

Medida Provisória nº 1.587-3 de 13.11.97

Lei nº 9.651 de 27.05.98

Portaria MARE nº 2.179 de 28.07.98

Medida Provisória nº 2.048-26 de 29.06.2000

Medida Provisória nº 2.048-27 de 28.07.2000

Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000

Medida Provisória nº 2.048-29 de 27.09.2000

Medida Provisória nº 2048-30 de 26.10.2000

Medida Provisória nº 2048-31 de 23.11.2000

Medida Provisória nº 2048-32 de 21.12.2000

Medida Provisória nº 2136-33 de 28.12.2000

Medida Provisória nº 2136-34 de 26.01.2001

Medida Provisória nº 2136-35 de 23.02.2001

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 2136-37 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2136-38 de 26.04.2001

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001

Medida Provisória nº 2150-40 de 28.06.2001

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.698 de 02.07.2003

Lei nº 11.319 de 06.07.2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Decreto 6.537 de 11.08.2008

Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.76

Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 75

61. CARGOS EM COMISSÃO e GRATIFICAÇÕES

REMUNERAÇÃO DO GRUPO DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIORES - DAS

Posição: a partir de 29 agosto/2008

CARGOS	REMUNERAÇÃO (em R\$) (*)
DAS 101.3 e 102.3	4.042,06
DAS 101.2 e 102.2	2.694,71
DAS 101.1 e 102.1	2.115,72

(*) A remuneração passa a ser constituída de uma única parcela a partir da Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000

OPÇÃO: O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal,

investido nos cargos a que se refere o art. 1º da MP 375/07, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo , do posto ou graduação, ou emprego; ou

III - a remuneração do cargo efetivo , do posto ou graduação, ou do emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.

Lei nº 5645 de 10.12.70	Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000 - art. 65º	Lei nº 10.470 de 25.06.2002	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 8.622 de 19.03.93	Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001	Lei nº 10.697 de 02.07.2003	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Lei nº 9030 de 13.03.95	Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001- art. 68º	Medida Provisória nº 375 de 15.06.2007	Lei nº 12.094 de 19.11.2009
Portaria nº 3596 de 27.10.95	Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001- art. 68º	Medida Provisória nº 375 de 15.06.2007	
Decreto nº 2.693 de 28/07/98	Lei nº 10.331 de 18.12.2001	Lei nº 11.526 de 04.10.2007	

REMUNERAÇÃO DO GRUPO DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIORES - DAS

Posição: a partir de 29 agosto/2008

CARGOS	REMUNERAÇÃO (em R\$) (*)
DAS 101.6 e 102.6	11.179,36
DAS 101.5 e 102.5	8.988,00
DAS 101.4 e 102.4	6.843,76

(*) A remuneração passa a ser constituída de uma única parcela a partir da Medida Provisória nº 2.048-32 de 21.12.2000

OPÇÃO: O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal,

investido nos cargos a que se refere o art. 1º da MP 375/07, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo , do posto ou graduação, ou emprego; ou

III - a remuneração do cargo efetivo , do posto ou graduação, ou do emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.

Lei nº 5645 de 10.12.70	Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000 - art. 65º	Lei nº 10.697 de 02.07.2003	Lei nº 10.470 de 25.06.2002
Lei nº 8.622 de 19.03.93	Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001	Medida Provisória nº 163 de	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 9030 de 13.03.95	Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001- art. 68º	Lei nº 10.869 de 13.05.2004	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Portaria nº 3596 de 27.10.95	Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001- art. 68º	Medida Provisória nº 375 de	Lei nº 12.094 de 19.11.2009
Decreto nº 2.693 de 28/07/98	Lei nº 10.331 de 18.12.2001	Lei nº 11.526 de 04.10.2007	

GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS DO SIPAM - GTS

Posição: a partir de 29 agosto/2008

NÍVEL	VALOR (em R\$)
GTS - 3	3.194,67
GTS - 2	2.500,17
GTS - 1	2.083,48

GTS - devida aos servidores alcançados pelo art. 1º do Decreto nº 4.736 de 11.06.2003

SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia

GTS - Gratificação Temporária Sipam

Medida Provisória nº 51 de 04.07.2002	Lei nº 10.667 de 14.05.2003 art. 15	Lei nº 11.526 de 04.10.2007
Ato de 12.11.2002 - Câmara Deputados	Decreto nº 4.736 de 11.06.2003	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Portaria nº 36 de 21.10.2002	Medida Provisória nº 375 de 15.06.2007	Lei nº 11.907 de 02.02.2009

61. CARGOS EM COMISSÃO e GRATIFICAÇÕES

REMUNERAÇÃO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS - FGR (Lei nº 8.216/91)

Posição: a partir de 29 agosto/2008

NÍVEL	VENCIMENTO	GADF (*)	TOTAL em R\$
FG - 1	158,27	262,74	421,01
FG - 2	121,76	202,11	323,87
FG - 3	93,65	155,46	249,11

(*) GADF - Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função (artigo 15 da Lei Delegada nº 13/92)

Lei nº 8.216 de 13.08.91 art. 26

Decreto nº 2.693 de 28/07/98, Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Decreto nº 1.351 de 28.12.1994 art. 2º

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

REMUNERAÇÃO FUNÇÕES GRATIFICADAS-FG INSTITUIÇÕES FEDERAIS ENSINO-IFES

Posição: a partir de 29 agosto/2008

NÍVEL	VENCIMENTO	GADF (*)	AGE (**)	TOTAL em R\$
FG - 1	107,50	178,45	478,04	763,99
FG - 2	91,82	152,41	269,74	513,97
FG - 3	76,07	126,26	214,36	416,69
FG - 4	51,99	92,35	73,81	218,15
FG - 5	42,80	71,05	58,26	172,11
FG - 6	31,70	52,62	41,88	126,20
FG - 7	30,26	50,23		80,49
FG - 8	22,38	37,16		59,54
FG - 9	18,16	30,13		48,29

(*) GADF - Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função (artigo 15 da Lei Delegada nº 13/92)

(**) AGE - Adicional de Gestão Educacional - Valor em R\$

O Docente da Carreira de Magistério, integrante do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, a que se refere a Lei nº 7.596/1987

submetido ao Regime de Dedicção Exclusiva poderá ocupar Função Gratificada - FG nas IFES. Art. 2º da MP 375/07.Observado o § 2º e § 3º do art. 2º da MP 375/07

Lei nº 8.168 de 16.01.91

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000 - art. 65º

Lei nº 10.470 de 25.06.2002

Lei Delegada nº 13 de 27.08.92

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Medida Provisória nº 52 de 04.07.2002, Lei 10.667 de 14.05.2003

Medida Provisória nº 1.657-18 de 04/05/98

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001- art. 68º

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 9.460 de 25.05.98

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 375 de 15.06.2007 - Lei nº 11.526 de 04.10.2007

Decreto nº 2.693 de 28/07/98.

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008 e Lei nº 11.907 de 02.02.2009

GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO - GR DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - (Lei nº 9.030/95)

Posição: a partir de 29 agosto/2008

GR	Vencimento	GADF (*)	TOTAL em R\$
AUXILIAR	131,89	218,92	350,81
SECRETÁRIO/ESPECIALIST	158,27	262,74	421,01
ASSISTENTE	189,94	315,3	505,24
SUPERVISOR	227,90	378,31	606,21

(*) GADF - Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função (artigo 15 da Lei Delegada nº 13/92)

Lei nº 9.030 de 13.03.95

Decreto nº 2.693 de 28/07/98, Lei nº 10.331 de 18.12.2001 e Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008 e Lei nº 11.907 de 02.02.2009

61. CARGOS EM COMISSÃO e GRATIFICAÇÕES

GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO - GR DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Posição: a partir de 29 agosto/2008

GR	Vencimento	GADF (*)	TOTAL em R\$
I - Auxiliar	177,51	294,67	472,18
II - Secretário/Especialista	212,99	353,56	566,55
III - Assistente	284,10	471,61	755,71
IV - Supervisor	318,18	528,17	846,35

(*) GADF - Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função (art 15 LD nº 13/92). Decreto nº 2.693 de 28/07/98. Lei nº 10.331 de 18.12.01 e Lei nº 10.697 de 02.07.2003

GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - GR APOIO DA PR/VPR

Posição: a partir de 29 agosto/2008

GR	Vencimento	GADF (*)	TOTAL em R\$
I - Auxiliar	189,94	315,30	505,24
II - Especialista	227,90	378,31	606,21
III - Secretário	266,65	442,65	709,30
IV - Asssistente	303,99	504,62	808,61
V - Supervisor	340,45	565,14	905,59

(*) GADF - Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função (artigo 15 da Lei Delegada nº 13/92)

PR/VPR - Presidência/Vice-Presidência da República

Lei nº 8.460 de 27.09.92 art. 13 Lei nº 9.030 de 13.03.95, Decreto nº 2.693 de 28.07.98, Lei nº 10.331 de 18.12.2001, Lei nº 10.697/03

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008 e Lei nº 11.907 de 02.02.2009

GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE - RGM

Posição: a partir de 29 agosto/2008

Denominação	Valor	GADF (*)	TOTAL em R\$
Oficial de Gabinete	32,82	54,47	87,29
Auxiliar de Gabinete	33,34	55,34	88,68

(*) GADF - Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função (artigo 15 da Lei Delegada nº 13/92)

Decreto nº 77.242 de 26.02.76

Lei nº 7.596 de 10.04.1987 art.3º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Decreto nº 91.407 de 05.07.85

Lei nº 8.168 de 16.01.91

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO GABINETE MILITAR - RMP DA PR/VPR - MILITARES

(Gratificação de exercício em cargo de confiança nos órgãos da PR e no Ministério da Defesa, devida aos Servidores Militares - art. 11 da Lei nº 8.460 de 17 de setembro de 1992)

Posição: a partir de 29 agosto/2008

GRUPO	VALOR em R\$
A	1.358,75
B	1.234,89
C	1.121,82
D	1.019,51
E	927,97
F	843,60

PR/VPR - Presidência/Vice-Presidência da República

Lei nº 8.460 de 27.09.92 art. 11 e anexo X

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 9.030 de 13.03.1995 anexo IV

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 11.907 de 02.02.2009 E Lei 12.375 de 30.12.2010

61. CARGOS EM COMISSÃO e GRATIFICAÇÕES

GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE FUNÇÃO GABINETE MILITAR - RMM

Posição: a partir de 29 agosto/2008

(Gratificação de representação de função nos gabinetes dos ministros Militares e do EMFA (Estado Maior das Forças Armadas). A partir de agosto de 2000 o

EMFA foi extinto, sendo criado o Ministério da Defesa-MD, com a vinculação da Administração Direta da Defesa, os Comandos da Aeronáutica, Marinha e Exército.

GRUPO	VALOR em R\$
Ajudante "A"	21,04
Ajudante "B"	42,06
Ajudante "C"	63,09
Ajudante "D"	84,13
Assistente/Adjunto	126,20
Assistente	168,29
Assessor e/ou Secretário	336,58
Subchefe/Assessor Chefe	378,64
Chefe	420,70

OPÇÃO: O servidor ocupante de cargo efetivo, o militar ou o empregado permanente de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, investido nos cargos a que se refere o art. 1º da Lei 11.526/2007,

poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou do emprego; ou

III - a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou do emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão

Lei nº 8.460 de 27.09.92 anexo V

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Lei nº 12.094 de 19.11.2009 art. 29

Funções Comissionadas do Banco Central do Brasil (FCBC)

Posição: a partir de 29 agosto/2008

DIREÇÃO/ASSESSORAMENTO	
CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO em R\$
FDS-1/FDJ-1	6.704,27
FDE-1/FCA-1	5.686,60
FDE-2/FCA-2	4.378,75
FDT-1/FCA-3	3.127,29
FDO-1/FCA-4	2.475,42
FCA-5	1.100,18
SUPORTE	
CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO em R\$
FST-1	756,38
FST-2	550,10
FST-3	412,57

FCBC - art.12 § 1º da Lei nº 9.650/98. O servidor investido em FCBC perceberá os vencimentos do cargo efetivo, acrescidos do valor da função para a qual foi designado.

art. 12 Lei nº 9.650 de 27.05.1998, Lei nº 10.331 de 18.12.2001, Lei nº 10.697 de 02.07.2003, art. 22 da Lei nº 11.094 de 13.01.2005, Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008, Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Posição: fevereiro/2011

MINISTRO DE ESTADO - * PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

VALOR UNITÁRIO em R\$

SUBSÍDIO	26.723,13
----------	-----------

* O cargo de Natureza Especial de Presidente do BACEN fica transformado em cargo de Ministro de Estado de acordo como art. 2º Lei nº 11.036 de 22.12.04 e Decreto Legislativo nº 113 de 04.06.2007

Lei nº 10.331 de 18.12.2001, Lei nº 10.683 de 28.05.2003, Lei nº 10.697 de 02.07.2003 e Lei nº 11.036 de 22.12.2004 e Decreto-Legislativo nº 805/2010 - DOU 21.12.2010 seção I

61. CARGOS EM COMISSÃO e GRATIFICAÇÕES

Posição: fevereiro/2011	
MINISTRO DE ESTADO (São Ministros de Estado - conforme § único do art. 25 da Lei nº 10.683 de 28.05.2003 - redação dada Lei nº 12.462/2011)	
SUBSÍDIO	26.723,13

Decreto Legislativo nº 6/95; Lei nº 10.331 de 18.12.2001; Lei 10.683 de 28.05.2003; Lei nº 10.697 de 02.07.2003; art. 1º e 2º da Lei 11.036 de 22.12.2004 e art. 1º e 2º Lei 11.036 de 22.12.2004
art. 1º da Lei 11.204 de 05.12.2005; Decreto Legislativo nº 113 de 04.06.07 ; art. 7º da Lei nº 11.518 de 05.09.2007 e Decreto-Legislativo nº 805/2010 - DOU 21.12.2010 seção I e Lei 12.462 de 05.08.2011

Posição: fevereiro/2011	
VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
SUBSÍDIO	26.723,13

Decreto Legislativo nº 6/95; Lei nº 10.331 de 18.12.2001; Lei nº 10.697 de 02.07.2003; Decreto Legislativo nº 113 de 04.06.2007 e Decreto-Legislativo nº 805/2010 - DOU 21.12.2010 seção I

Posição: fevereiro/2011	
PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
SUBSÍDIO	26.723,13

Decreto Legislativo nº 6/95; Lei nº 10.331 de 18.12.2001; Lei nº 10.697 de 02.07.2003; Decreto Legislativo nº 113 de 04.06.2007 e Decreto-Legislativo nº 805/2010 - DOU 21.12.2010 seção I

Posição: a partir de 29 agosto/2008	
GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO - GSE	
DENOMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO em R\$
Coordenador Técnico	1037,41
Coordenador de Informática	1037,41
Assistente Técnico	555,75
Coordenador de Área	778,04
Coordenador de Sub-Área	555,75
Agente de Coleta Municipal	333,45
Coordenador Administrativo	778,04
Assistente Administrativo	555,75

Medida Provisória nº 375 de 15 de junho de 2007, Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008 e Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Posição: a partir de 29 agosto/2008	
CARGOS ESPECIAIS DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL - CETG	
CARGO	VALOR UNITÁRIO em R\$
CETG - VII	11.431,88
CETG - VI	11.179,36
CETG - V	8.988,00
CETG - IV	6.843,76
CETG - III	4.042,06
CETG - II	2694,71
CETG - I	2.115,72

OPÇÃO: O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008 e Lei nº 11.907 de 02.02.2009

61. CARGOS EM COMISSÃO e GRATIFICAÇÕES

GRATIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA - GSISP

Posição: a partir de 29 agosto/2008

NÍVEL CARGO	VALOR DA GSISP em R\$
Superior	3.200,00
Intermediário	1.960,00

GSISP - devida aos titulares de cargos de provimento efetivo que se encontrem em exercício no órgão central e nos órgãos setoriais, seccionais e correlatos do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, organizado conforme disposto nos arts. 30 e 31 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e na alínea g do inciso XVII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, enquanto permanecerem nesta condição.

A GSISP será paga em conjunto com a remuneração devida pelo exercício de cargo ou função comissionada e com a gratificação de desempenho a que o servidor faça jus em virtude do Plano de Cargos ou Carreiras ao qual pertença e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

A GSISP não poderá ser percebida cumulativamente com a Gratificação de que tratam o art. 15 da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 e o art. 292 da Lei nº 11.907 de 02.02.2009

A GSISP não integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.(arts 287 a 281 da Lei 11.907/2009)

VALOR MÁXIMO DA SOMA DA GSISP COM A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR (*)

Posição: julho/2012

NÍVEL CARGO	(*) VALOR MÁXIMO GSISP em R\$
Superior	10.200,00
Intermediário	5.628,00

(*) O valor da GSISP será ajustado para cada servidor que a ela fizer jus, de modo que a soma da GSISP com a remuneração total do servidor de que trata o caput do art. 287 da Lei 11.907/2009, excluídas as vantagens pessoais e a retribuição devida pelo exercício de cargo ou função comissionada, não seja superior ao valor estabelecido no Anexo CLX da Lei 11.907/2009. Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 e Lei nº 12.702 DE 07.08.2012 art. 58 e art. 59

GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA DE ATIVIDADE EM ESCOLA DE GOVERNO - GAEG

Posição: a partir de 29 agosto/2008

NÍVEL CARGO	VALOR DA GAEG em R\$
Superior	2.500,00
Intermediário	1.600,00
Auxiliar	570,00

GAEG -devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, em efetivo exercício nas escolas a seguir, enquanto permanecerem nesta condição:- Escola de Administração Fazendária - ESAF; Escola Nacional de Administração Pública - ENAP; e Instituto Rio Branco - IRBr.

A partir de 1º de julho de 2012, aplica-se a Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo - GAEG, de que trata o art. 292 da Lei nº 11.907/2009 aos titulares de cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em efetivo exercício na Academia Nacional de Polícia, enquanto permanecerem nessa condição. (art. 292-A da Lei 11.907/2009 e art. 62 da Medida Provisória nº 568/2012 e art. 61 da Lei nº 12.702 de 07.08.2012)

Os titulares de cargos efetivos remunerados por subsídio em exercício nas escolas de que tratam os incisos I, II e III.

Os titulares de cargos efetivos remunerados por subsídio em exercício na Academia Nacional de Polícia não farão jus à percepção da GAEG (§ único do art. 292-A da Lei 11.907/2009 - redação dada art. 62 da MP 568/2012)

A GAEG não integrará os proventos da aposentadoria e as pensões.(arts. 292 a 295 da Lei 11.907/2009)

VALOR MÁXIMO DA SOMA DA GAEG COM A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR (*)

Posição: julho/2012

NÍVEL CARGO	(*) VALOR MÁXIMO GAEG em R\$
Superior	9.500,00
Intermediário	5.360,00
Auxiliar	2.780,00

(*) O valor da GAEG será ajustado para cada servidor que a ela fizer jus, de modo que a soma da GAEG com a remuneração total do servidor de que trata o art. 292 e 292-A da Lei 11.907/2009, excluídas as vantagens pessoais e a retribuição devida pelo exercício de cargo ou função comissionada, não seja superior ao valor estabelecido no Anexo CLXIII da Lei 11.907/2009.

A continuidade da percepção da GAEG pelo servidor estará condicionada à obtenção de desempenho satisfatório em avaliação de desempenho periódica e ao efetivo exercício nas escolas de que tratam os arts. 292 e 292-A. da Lei nº 11.907/2009 (Redação dada pelo art. 61 da Medida Provisória nº 568, de 2012, Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 60).

61. CARGOS EM COMISSÃO e GRATIFICAÇÕES

AUXÍLIO DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL - AAE

AAE ATÉ O LIMITE DE: em R\$

Realização das atividades de avaliação referidas nos arts. 1º e 2º da Lei nº 11.507/07 até o limite de R\$ 2.000,00

Fica instituído o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE devido ao servidor ou colaborador eventual que, em decorrência do exercício da docência ou pesquisa no ensino básico ou superior, público ou privado, participe, em caráter eventual, de processo de avaliação educacional de instituições, cursos, projetos ou desempenho de estudantes a ser executado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. (Redação dada pela Lei nº 12.269, de 2010)

O AAE será devido em função da realização das atividades de avaliação referidas nos arts. 1º e 2º da Lei 11.507/07, até o limite de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por atividade. (Redação dada pela Lei nº 12.269, de 2010)

O AAE - - somente será pago se as atividades forem exercidas sem prejuízo das atribuições do cargo do servidor, devendo ser objeto de compensação de carga horária, até o mês subsequente, quando desempenhadas durante a jornada de trabalho.

O AAE - não se incorpora ao vencimento ou salário do servidor para qualquer efeito e não poderá ser utilizado como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cálculo dos proventos da aposentadoria e das pensões.

Lei nº 11.507 de 20.07.2007; Lei 11.947 de 16.06.2009; Lei 12.269 de 21.06.2010

REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE DIREÇÃO CD - INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO - IFES

Posição: a partir de 29 agosto/2008

NÍVEL	REMUNERAÇÃO (em R\$) (*)
CD - 1	8.889,52
CD - 2	7.431,09
CD - 3	5.833,75
CD - 4	4.236,41

(*) A remuneração passa a ser constituída de uma única parcela a partir da Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000

OPÇÃO: O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal, investido nos cargos a que se refere o art. 1º da MP 375/07, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou emprego; ou

III - a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou do emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.

O docente da carreira de Magistério, integrante do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, a que se refere a Lei nº 7596/87, submetido ao Regime de Dedicção Exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD nas IFES, sendo-lhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos do inciso III art. 2º da MP 375/07

III - a remuneração do cargo efetivo ou emprego, acrescida do percentual de sessenta por cento (60%) do respectivo cargo em comissão.

Observado o § 2º e § 3º do art. 2º da MP 375/07

Lei nº 8.168 de 16.01.91

Medida Provisória nº 2136-36 de 27.03.2001

Lei nº 11.526 de 04.10.2007

Medida Provisória nº 2048-28 de 28.08.2000 - art. 65º

Medida Provisória nº 2150-41 de 27.07.2001

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Medida Provisória nº 2150-39 de 31.05.2001- art. 68º

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Lei nº 10.667 de 14.05.2003

Lei nº 10.470 de 25.06.2002

Medida Provisória nº 163 de 23.01.2004

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Lei nº 10.869 de 13.05.2004

Medida Provisória nº 1.657-18 de 04/05/98

Medida Provisória nº 375 de 15.06.2007

Gratificação Temporária de Agências Reguladoras - GTAR-VALOR MAXIMO DA SOMA DA GTAR COM A REMUNERAÇÃO TOTAL DO SERVIDOR, EXCLUÍDAS AS VANTAGENS PESSOAIS E AS DEVIDAS PELA NATUREZA OU LOCAL DE TRABALHO

Posição: julho/2008

Nível do Cargo	(*) VALOR MAXIMO em R\$
Superior	4.032,61
Intermediário	2.333,94
Auxiliar	1.432,22

(*) GTAR - Devida aos servidores dos órgãos e entidades da adm.pública federal direta, autárquica e fundacional, cedidos às Agências .Reguladoras de que trata o anexo I Lei nº 10.871/04

O valor da GTAR será ajustado, para cada servidor que a ela fizer jus, de modo que a soma da GTAR com a remuneração total do servidor de que trata o art.38 da Lei nº 11.357/2006, excluídas as vantagens pessoais e devidas pela natureza ou local de trabalho, não seja superior ao valor estabelecido no Anexo VI da Lei nº 11.357/2006.

Lei nº 10.882 de 09.06.2004 art. 6º

Lei nº 11.357 de 19.10.2006

61. CARGOS EM COMISSÃO e GRATIFICAÇÕES

CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL - NES	Posição: a partir de março/2011
DENOMINAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (em R\$)
Comandante da Marinha	11.431,88
Comandante do Exército	11.431,88
Comandante da Aeronáutica	11.431,88
Secretário-Geral do Ministério da Defesa	11.431,88
Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas	11.431,88
Secretário-Geral de Contencioso	11.431,88
Secretário-Geral de Consultoria	11.431,88
Subdefensor Público Geral da União	11.179,36
Presidente da Agência Espacial Brasileira	11.431,88
Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios	11.431,88
Assessor Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República	11.179,36

OPÇÃO: O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal,

investido nos cargos a que se refere o art. 1º da MP 375/07, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou emprego; ou

III - a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou do emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.

Lei nº 8.622 de 19.03.93	Lei nº 10.331 de 18.12.2001	Medida Provisória nº 375 de 15.06.2007, Lei nº 11.526 de 04.10.2007
Decreto nº 2.693 de 28/07/98	Lei nº 10.683 de 28.05.2003 art.38 e 39	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008, Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Medida Provisória nº 2.048-28 de 28.08.2000 - art. 65º	Lei nº 10.697 de 02.07.2003	Medida Provisória nº 499 de 25.08.2010; Lei nº 12.375 de 30.12.2010
Medida Provisória nº 2.136-36 de 27.03.2001	Medida Provisória nº 163 23.01.2004 art.12	Medida Provisória nº 527 de 18.03.2011; e Lei nº 12.462 de 05.08.2011 art. 59 e art. 60
Medida Provisória nº 2.150-41 de 27.07.2001 - art. 68º	Lei nº 10.869 de 13.05.2004 art.12	Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012 art.103
Medida Provisória nº 2.150-42 de 24.08.2001 - art. 68º	Medida Provisória nº 259 de 21.07.2005 - art. 3º e 4º	Lei nº 12.702 de 07.08.2012 art. 101

FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA - FCT - Poder Executivo Federal	Posição: a partir de 29 agosto/2008	
FUNÇÃO COMISSIONADA TÉCNICA	VALOR UNITÁRIO (em R\$)	VALOR DA OPÇÃO (em R\$)
FCT 1	5.462,89	1.638,87
FCT 2	4.581,92	1.374,59
FCT 3	3.843,02	1.229,76
FCT 4	3.223,29	1.095,92
FCT 5	2.703,48	1.000,28
FCT 6	2.267,53	907,00
FCT 7	1.901,84	836,80
FCT 8	1.595,15	781,62
FCT 9	1.337,90	735,86
FCT 10	1.122,15	695,74
FCT 11	941,18	658,82
FCT 12	789,41	631,54
FCT 13	662,11	595,89
FCT 14	555,33	555,33
FCT 15	465,78	465,78

OPÇÃO: O servidor investido nas Funções Comissionadas Técnicas poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do valor unitário total da Função Comissionada Técnica, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração total da Função Comissionada Técnica e a remuneração do cargo efetivo; ou

III - a remuneração do cargo efetivo, acrescida do valor de opção, conforme tabela acima

As FCT destinam-se exclusivamente aos ocupantes de cargos conforme art. 2º do Decreto nº 4.941/2003.

Decreto nº 3.642 de 25.10.2000	Decreto nº 4.941 de 29.12.2003 art. 2º
Medida Provisória nº 2229-43 de 06.09.2001 § 1º art. 58	Medida Provisória nº 375 de 15.06.2007
Lei nº 10.331 de 18.12.2001	Lei nº 11.526 de 04.10.2007
Medida Provisória nº 52 de 04.07.2002 art. 10	Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008
Lei nº 10.331 de 18.12.2001	Lei nº 11.907 de 02.02.2009
Lei nº 10.697 de 02.07.2003	

61. CARGOS EM COMISSÃO e GRATIFICAÇÕES

GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA - GT - Advocacia Geral da União (art. 17 da Lei nº 9.028 de 12.04.1995)

Posição: a partir de 29 agosto/2008

NIVEL GT	VALOR (emR\$)
GT I	527,80
GT II	381,19
GT III	234,58
GT IV	175,94

Lei nº 9.028 de 12.04.95 art. 17

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 2150-42 de 24.08.2001

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

AGÊNCIAS REGULADORAS* ANATEL ANEEL ANP ANVISA ANS - Lei 9.986/00 e ANAC-Lei 11.182/05

Posição: a partir de 29 de agosto de 2008

CARGO COMISSONADO DE DIREÇÃO	VALOR REMUNERATÓRIO em R\$
CD I	11.500,82
CD II	10.925,78
CARGO COMISSONADO DE GERÊNCIA EXECUTIVA	VALOR REMUNERATÓRIO em R\$
CGE I	10.350,73
CGE II	9.200,65
CGE III	8.625,61
CGE IV	5.750,40
CARGO COMISSONADO DE ASSESSORIA	VALOR REMUNERATÓRIO em R\$
CA I	9.200,65
CA II	8.625,61
CA III	2.587,69
CARGO COMISSONADO DE ASSISTÊNCIA	VALOR REMUNERATÓRIO em R\$
CAS I	2.156,41
CAS II	1.868,89

OPÇÃO: O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal,

investido nos cargos a que se refere o art. 1º da MP 375/07, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou emprego; ou

III - a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou do emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.

Lei nº 10.233 de 05.06.2001, Lei nº 10.331 de 18.12.2001, art 4º da Lei nº 10.470 de 25.06.2002, Lei nº 10.697 de 02.07.2003, Med. Prov. nº 155 de 23.12.03

Lei nº 10.871 de 20.05.2004, Lei nº 11.182 de 27.09.2005, Medida Provisória nº 269 de 15.12.2005 art. 1º, Medida Provisória nº 375 de 15.06.2007

Lei nº 11.526 de 04.10.2007, Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008, Lei nº 11.907 de 02.02.2009

AGÊNCIAS REGULADORAS - * ANATEL ANEEL ANP ANVISA ANS - Lei 9.986/00 e ANAC-Lei 11.182/05

Posição: a partir de 29 de agosto de 2008

CARGO COMISSONADO TÉCNICO	VALOR REMUNERATÓRIO em R\$
CCT V **	2.186,60
CCT IV **	1.597,88
CCT III **	962,48
CCT II	848,48
CCT I	751,29

CCT - Ao ocupante de Cargo Comissionado Técnico será pago um valor acrescido ao salário ou vencimento, (art.33 § único da Lei 10.871/2004).

** **ANAC** - Agência Nacional de Aviação Civil: os Cargos Comissionados Técnicos da ANAC são: CCT-V; CCT-IV e CCT-III.

* **ANP** - Agência Nacional Petróleo

* **ANATEL** - Agência Nacional de Telecomunicações

* **ANVISA** - Agência Nacional Vigilância Sanitária

Lei 10.331 de 18.12.2001, Lei 10.697 de 02.07.2003

* **ANEEL** - Agência Nacional de Energia Elétrica

* **ANS** - Agência Nacional de Saúde Suplementar

MP 441 de 29.08.2008, Lei 11.907 de 02.02.2009

61. CARGOS EM COMISSÃO e GRATIFICAÇÕES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA - Lei 9.984 DE 07.07.2000

Posição: a partir de 29 agosto/2008

CARGO COMISSONADO DE DIREÇÃO	VALOR REMUNERATÓRIO em R\$
CD I	11.500,82
CD II	10.925,78
CARGO COMISSONADO DE GERÊNCIA EXECUTIVA	VALOR REMUNERATÓRIO em R\$
CGE I	10.350,73
CGE II	9.200,65
CGE III	8.625,61
CGE IV	5.750,40
CARGO COMISSONADO DE ASSESSORIA	VALOR REMUNERATÓRIO em R\$
CA I	9.200,65
CA II	8.625,61
CA III	2.587,69
CARGO COMISSONADO DE ASSISTÊNCIA	VALOR REMUNERATÓRIO em R\$
CAS I	2.156,41

OPÇÃO: O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal,

investido nos cargos a que se refere o art. 1º da MP 375/07, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou emprego; ou

III - a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou do emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.

Lei nº 10.233 de 05.06.2001, Lei nº 10.331 de 18.12.2001, art 4º da Lei nº 10.470 de 25.06.2002, Lei nº 10.697 de 02.07.2003, Medida Provisória nº 155 de 23.12.03

Lei nº 10.871 de 20.05.2004, Medida Provisória nº 375 de 15.06.2007, Lei nº 11.526 de 04.10.2007

Lei 11.526 de 04.10.2007

AGÊNCIAS REGULADORAS (* ANTAQ E ANTT - Lei 10.233 DE 02.06.2001)

Posição: a partir de 29 agosto/2008

CARGO COMISSONADO DE DIREÇÃO	VALOR REMUNERATÓRIO em R\$
CD I	11.500,82
CD II	10.925,78
CARGO COMISSONADO DE GERÊNCIA EXECUTIVA	VALOR REMUNERATÓRIO em R\$
CGE I	10.350,73
CGE II	9.200,65
CGE III	8.625,61
CGE IV	5.750,40
CARGO COMISSONADO DE ASSESSORIA	VALOR REMUNERATÓRIO em R\$
CA I	9.200,65
CA II	8.625,61
CA III	2.587,69
CARGO COMISSONADO DE ASSISTÊNCIA	VALOR REMUNERATÓRIO em R\$
CAS I	2.156,41
CAS II	1.868,89

OPÇÃO: O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal,

investido nos cargos a que se refere o art. 1º da MP 375/07, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou emprego; ou

III - a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou do emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão.

Lei nº 10.233 de 05.06.2001, Lei nº 10.331 de 18.12.2001, art 4º da Lei nº 10.470 de 25.06.2002, Lei nº 10.697 de 02.07.2003, Medida Provisória nº 155 de 23.12.03

Lei nº 10.871 de 20.05.2004, Medida Provisória nº 375 de 15.06.2007, Lei nº 11.526 de 04.10.2007

61. CARGOS EM COMISSÃO e GRATIFICAÇÕES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA - Lei 9.984 DE 07.07.2000

Posição: a partir de 29 agosto/2008

CARGO COMISSIONADO TÉCNICO	VALOR REMUNERATÓRIO em R\$
CCT V	2.186,60
CCT IV	1.597,88
CCT III	962,48
CCT I	751,29

CCT - Ao ocupante de Cargo Comissionado Técnico será pago um valor acrescido ao salário ou vencimento, conforme tabela acima.

Lei nº 10.871/2004, art. 33 § único

Decreto nº 3.692 de 19.12.2000, Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Lei nº 9.984 de 17.07.2000, Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Medida Provisória nº 375 de 15.06.2007, Lei nº 11.526 de 04.10.2007

AGÊNCIAS REGULADORAS (* ANTAQ E ANTT - Lei 10.233 DE 02.06.2001)

Posição: a partir de 29 agosto/2008

CARGO COMISSIONADO TÉCNICO	VALOR REMUNERATORIO em R\$
CCT V	2.186,60
CCT IV	1.597,88
CCT III	962,48
CCT II	848,48
CCT I	751,29

CCT - Ao ocupante de Cargo Comissionado Técnico será pago um valor acrescido ao salário ou vencimento, conforme tabela acima.

(art. 74 § único da Lei nº 10.233/2001) * ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários * ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres

Lei nº 9.984 de 17.07.2000

Lei nº 10.697 de 02.07.2003

Decreto nº 3.692 de 19.12.2000

Lei nº 10.331 de 18.12.2001

Medida Provisória nº 375 de 15.06.2007

Lei nº 11.526 de 04.10.2007

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

FUNÇÕES COMISSIONADAS DO INSS - FCINSS

Posição: a partir de 29 agosto/2008

FUNÇÕES COMISSIONADAS DO INSS - FCINSS	VALOR UNITÁRIO em R\$
FCINSS-1	1.269,44
FCINSS-2	1.616,82
FCINSS-3	2.425,24

As FCINSS destinam-se ao exercício de atividades de chefia, supervisão, assessoramento e assistência das Agências da Previdência Social e das Gerências-Executivas do INSS.

O servidor investido em FCINSS perceberá a remuneração do cargo efetivo, acrescida do valor da função para a qual foi designado. Art. 136 a 140 da MP 301/2006

Medida Provisória nº 441 de 29.08.2008

Lei nº 11.907 de 02.02.2009

61. CARGOS EM COMISSÃO e GRATIFICAÇÕES

ADICIONAL POR PLANTÃO HOSPITALAR – APH - PLANTÃO HOSPITALAR

Posição: a partir de 29 agosto/2008

CARGOS	FINAL DE SEMANA E FERIADOS	DIAS ÚTEIS
Nível Superior	70,63	56,50
Nível Intermediário	42,91	34,33

ADICIONAL POR PLANTÃO HOSPITALAR – APH - PLANTÃO DE SOBREAVISO

Posição: a partir de 29 agosto/2008

CARGOS	FINAL DE SEMANA E FERIADOS	DIAS ÚTEIS
Nível Superior	12,84	7,84

APH - Adicional por Plantão Hospitalar - APH devido aos servidores em efetivo exercício de atividades hospitalares, desempenhadas em regime de plantão nas áreas indispensáveis ao funcionamento ininterrupto dos hospitais universitários vinculados ao Ministério da Educação, do Hospital das Forças Armadas, vinculado ao Ministério da Defesa, e do Hospital Geral de Bonsucesso - HGB, do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - INTO, do Instituto Nacional de Cardiologia de Laranjeiras - INCL, do Hospital dos Servidores do Estado - HSE, do Hospital Geral de Jacarepaguá - HGJ, do Hospital do Andaraí - HGA, do Hospital de Ipanema - HGI, do Hospital da Lagoa - HGL e do Instituto Nacional de Câncer - INCA, vinculados ao Ministério da Saúde. (Redação dada pela Lei nº 12.155, de 2009)

Farão jus ao APH os servidores em exercício nas unidades hospitalares de que trata o art. 298 da Lei nº 11.907/2009 quando trabalharem em regime de plantão:

I - integrantes do Plano de Carreiras dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, titulares de cargos de provimento efetivo da área de saúde;

II - integrantes da Carreira de Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, que desenvolvam atividades acadêmicas nas unidades hospitalares;

III - ocupantes dos cargos de provimento efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício nas unidades hospitalares do Ministério da Saúde referidas no caput do art. 298 da Lei nº 11.907/2009.

IV - integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, titulares de cargos de provimento efetivo da área de saúde em exercício nas unidades hospitalares. (Redação dada pelo art. 64 da Medida Provisória nº 568, de 2012)

O APH não se incorpora aos vencimentos, à remuneração nem aos proventos da aposentadoria ou pensão e não servirá de base de cálculo de qualquer benefício, adicional ou vantagem.

Lei nº 11.907 de 02.02.2009 e Medida Provisória nº 568 de 11.05.2012

FUNÇÕES COMISSONADAS DO INPI - FCINPI

Posição: 25 de junho/2010

FCINPI	VALOR UNITÁRIO em R\$
FCINPI-1	1.186,39
FCINPI-2	1.511,05
FCINPI-3	2.266,58
FCINPI-4	3.837,62

As FCINPI destinam-se ao exercício de atividades de direção, chefia e assessoramento.

O servidor designado para FCINPI perceberá a remuneração do cargo efetivo, acrescida do valor da função.

Os valores da retribuição recebida pela ocupação de FCINPI não se incorporam à remuneração do servidor e não integram os proventos de aposentadoria e pensão.

Ao ocupante de FCINPI de nível 4 será concedido auxílio-moradia de acordo com as regras estabelecidas para os cargos de DAS de nível correspondente.

Lei nº 11.526 de 04.10.2007 e Lei nº 12.274 de 24.06.2010

* ADICIONAL POR PARTICIPAÇÃO EM MISSÃO NO EXTERIOR - APME

Valor do Adicional para os cargos de nível superior e intermediário do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357/2006, do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

Posição: a partir de 01 de janeiro/2010

CLASSE	Nível Superior (em R\$)	Nível Intermediário (em R\$)
ESPECIAL	1.042,00	895,00
C	1.002,00	857,00
B	934,00	792,00
A	870,00	731,00

61. CARGOS EM COMISSÃO e GRATIFICAÇÕES

* ADICIONAL POR PARTICIPAÇÃO EM MISSÃO NO EXTERIOR - APME

* Valor do Adicional para os cargos de nível superior e intermediário do Plano de Classificação de Cargos - PCC de que trata a Lei nº 5.645/1970, do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

Posição: a partir de 01 de janeiro/2010

CLASSE	Nível Superior (em R\$)	Nível Intermediário (em R\$)
A	1.042,00	895,00
B	1.002,00	857,00
C	934,00	792,00
D	870,00	731,00

* Fica instituído o Adicional por Participação em Missão no Exterior - APME devido, exclusivamente, ao servidor de nível superior ou intermediário do Plano de Classificação de Cargos - PCC de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrante do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores que tenha sido designado para missão transitória ou permanente no exterior, conforme disposto no art. 58 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.(art. 1º da Lei nº 12.277 de 30.06.2010). O APME será pago ao servidor a partir do retorno das missões para as quais tenha sido designado e enquanto estiver no exercício das atribuições do cargo efetivo do qual seja titular no Ministério das Relações Exteriores O servidor que esteja recebendo o APME deixará de recebê-lo enquanto designado para outra missão no exterior, retomado o pagamento a partir do seu retorno.(Lei nº 12.277 de 30.06.2010)

O APME somente integrará os proventos da aposentadoria e as pensões se percebido por pelo menos 60 (sessenta) meses, e ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão aplica-se o disposto nos arts. 3o e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005.

Lei nº 12.277 de 30.06.2010

Funções comissionadas do DNPM - FCDNPM

Posição: junho/2010

FCDNPM	VALOR UNITÁRIO em R\$
FCDNPM-1	1.269,44
FCDNPM-2	1.616,82
FCDNPM-3	2.425,24
FCDNPM-4	4.106,26

As FCDNPM destinam-se ao exercício de atividades de direção, chefia e assessoramento na administração central e nas unidades descentralizadas do DNPM.

O servidor designado para FCDNPM perceberá a remuneração do cargo efetivo, acrescida do valor da função para a qual foi designado.

Os valores da retribuição recebida pela ocupação de FCDNPM não se incorporam à remuneração do servidor e não integram os proventos de aposentadoria e pensão.

Lei nº 11.526 de 04.10.2007 ; Lei nº 12.002 de 29.07.2009 e Lei nº 12.277 de 30.06.2010

QUADRO DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS COMISSONADOS E GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DA AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA - APO (ANEXO II da Lei 12.396/2011)

CARGOS COMISSONADOS E FUNÇÕES TÉCNICAS GRATIFICADAS	VALOR REMUNERATÓRIO em R\$
CPAPO -Cargo Comissionado de Presidente APO	22.100,00
CDE - Cargo de Diretor Executivo	21.000,00
CDT - Cargo de Diretor Técnico	20.000,00
CSP - Cargo de Superintendente	18.000,00
CSU - Cargo de Supervisor	15.000,00
CA I - Cargo de Assessoria I	15.000,00
CA II - Cargo de Assessoria II	18.000,00
FT I - Função Técnica I	1.000,00
FT II - Função Técnica II	3.000,00
FT III - Função Técnica III	5.000,00

São Órgãos da APO: o Conselho Público Olímpico; a Presidência; o Conselho de Governança; o Conselho Fiscal; a Diretoria Executiva conforme Lei nº 12.396/2011

A APO terá sede e foro no Município do Rio de Janeiro, localizado no Estado do Rio de Janeiro.

A APO poderá manter escritório de representação na cidade de Brasília, Distrito Federal, ou, excepcionalmente, em qualquer localidade relacionada à preparação e realização dos Jogos.

A contratação de pessoal pela APO se dará por tempo determinado, na forma do inciso IX do art. 37 da Constituição, sendo o recrutamento sujeito a prévia aprovação em processo seletivo simplificado, conforme o regime da Lei nº 8.745/1993

A APO poderá, ainda, exercer suas atividades com pessoal cedido de órgãos e entidades da administração pública federal e dos demais entes federados.

As FT são de ocupação privativa de servidores cedidos ou requisitados de órgãos e entidades da administração pública federal e dos demais entes federados.

A APO será extinta em 31 de dezembro de 2018 ou, antes, por decisão unânime dos membros do Conselho Público Olímpico.

O Conselho Público Olímpico, por decisão unânime, poderá alterar o prazo de duração da APO, prorrogando-o por, no máximo, dois anos.

Lei nº 10.406 de 10.01.2002; Lei nº 11.107 de 06.04.2005; Lei nº 12.396 de 21.03.2011; Lei nº 12.462 de 05.08.2011

ÍNDICE

Advogado da União - NS	32
Agente Auxiliar de Saúde Pública - Endemias - NA	206
Agente de Atividades Agropecuárias - MAPA - NI	380
Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal - MAPA - NI	380
Agente de Inteligência - NI	28
Agente de Polícia Federal	66
Agente de Saúde - Endemias - NI	204
Agente de Saúde Pública - Endemias - NA	206
Agente de Serviços de Engenharia (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NI	148
Agente de Serviços Diversos - NI	518
Agente de Transporte Marítimo e Fluvial - Endemias - NA	206
Agente em Indigenismo do PGPE (item VI do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP - NI	466
Agente em Indigenismo do PGPE (item VI do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NI	450
Agente em Indigenismo do PGPE (item VI do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NI	458
Agente em Indigenismo do PGPE (item VI do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NI	442
Agente Executivo da CVM - NI	120
Agente Executivo da SUSEP do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP - NI	524
Agente Penitenciário Federal - NI	500
Agente Técnico de Inteligência - NI	30
Analista Administrativo - ANP - NS	84
Analista Administrativo - ANA - NS	84
Analista Administrativo - ANAC - NS	84
Analista Administrativo - ANATEL - NS	84
Analista Administrativo - ANCINE - NS	84
Analista Administrativo - ANEEL - NS	84
Analista Administrativo - ANSS - NS	84
Analista Administrativo - ANTAQ - NS	84
Analista Administrativo - ANTT - NS	84
Analista Administrativo - ANVISA - NS	84
Analista Administrativo - DNIT - NS	130
Analista Administrativo - DNPM - NS	150
Analista Administrativo - INCRA - NS	346
Analista Administrativo da PREVIC (inciso II do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009) - NS	528
Analista Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NS	258
Analista Ambiental - NS	258
Analista da CVM - NS	54
Analista de Comércio Exterior - NS	58
Analista de Finanças e Controle - NS..	58

Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica - NS	310
Analista de Gestão em Saúde - FIOCRUZ - NS	228
Analista de Infra-Estrutura - NS	286
Analista de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT - NS	132
Analista de Planejamento e Orçamento - NS	58
Analista de Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NS	292
Analista de Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Propriedade Industrial - INPI - NS	330
Analista de Sistemas do IPEA - NS	338
Analista de Tecnologia Militar - NS	552
Analista do Banco Central do Brasil - NS	48
Analista do Seguro Social - NS	516
Analista em Ciência e Tecnologia - NS	112
Analista em Tecnologia da Informação do PGPE (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NS	440
Analista em Tecnologia da Informação do PGPE (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MPA - NS	464
Analista em Tecnologia da Informação do PGPE (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NS	456
Analista em Tecnologia da Informação do PGPE (item IV do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NS	448
Analista Executivo em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NS	362
Analista Previdenciário - NS	474
Analista Reforma e Desenvolvimento Agrário - INCRA - NS	346
Analista Técnico da SUSEP da Carreira de Analista Técnico da SUSEP - NS	70
Analista Técnico de Políticas Sociais - NS	470
Analista Técnico do Quadro Suplementar da SUSEP do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP (§ 6º do art. 52 da Lei nº 11.890/ 2008) - NS	522
Analista Técnico-Administrativo do PGPE (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NS	440
Analista Técnico-Administrativo do PGPE (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP - NS	464
Analista Técnico-Administrativo do PGPE (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NS	456
Analista Técnico-Administrativo do PGPE (item II do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NS	448
Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil - NS	44
Arquiteto (integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010) - NS	108
Arquiteto (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NS	146
Artífice de Mecânica - Endemias - NA	206
Assessor Especializado do IPEA - NS	338
Assistente de Chancelaria - NI	170
Assistente em Ciência e Tecnologia - NI	114
Assistente Executivo em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NI	366
Assistente Técnico de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica - NI	314
Assistente Técnico de Gestão em Saúde - FIOCRUZ - NI	230
Assistente Técnico-Administrativo do PGPE (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NI	442
Assistente Técnico-Administrativo do PGPE (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP - NI	466
Assistente Técnico-Administrativo do PGPE (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NI	450
Assistente Técnico-Administrativo do PGPE (item III do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NI	458

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - NS	42
Auditor-Fiscal do Trabalho - NS	46
Auxiliar Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NA	262
Auxiliar Administrativo do IPEA - NI	340
Auxiliar de Laboratório - Endemias - NA	206
Auxiliar de Laboratório - MAPA - NA	384
Auxiliar de Laboratório 8 (oito) horas - Endemias - NA	206
Auxiliar de Manutenção e Serviços Operacionais do IPEA - NI	340
Auxiliar de Saneamento - Endemias - NI	204
Auxiliar de Serviços Diversos - NA	520
Auxiliar de Serviços Gerais da CVM - NI	122
Auxiliar de Serviços Gerais do IPEA - NI	340
Auxiliar de Transporte Marítimo e Fluvial - Endemias - NI	204
Auxiliar em Ciência e Tecnologia - NA	116
Auxiliar em Indigenismo do PGPE (item VII do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP - NA	468
Auxiliar em Indigenismo do PGPE (item VII do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NA	452
Auxiliar em Indigenismo do PGPE (item VII do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NA	460
Auxiliar em Indigenismo do PGPE (item VII do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NA	444
Auxiliar em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - NA	318
Auxiliar Executivo em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NA	368
Auxiliar Técnico da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico - NA	116
Auxiliar Técnico do IPEA - NI	340
Cargo de Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares - NA	556
Cargo de Nível Auxiliar da PREVIC (inciso IV do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009) - NA	536
Cargo de Nível Intermediário da PREVIC (inciso IV do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009) - NI	534
Cargo de Nível Intermediário do Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares - NI	554
Cargo de Nível Superior da PREVIC (inciso IV do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009) - NS	532
Cargo de Nível Superior do Quadro de Pessoal Civil das Organizações Militares - NS	552
Cargo de Professor do Ensino Básico Federal - 20 h	194
Cargo de Professor do Ensino Básico Federal - 40 h	192
Cargo de Professor do Ensino Básico Federal - Dedicção Exclusiva	190
Cargo de Professor do Ensino Básico Federal dos Ex-Territórios - 20 h	200
Cargo de Professor do Ensino Básico Federal dos Ex-Territórios - 40 h	198
Cargo de Professor do Ensino Básico Federal dos Ex-Territórios - Dedicção Exclusiva	196
Cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 20 h	182
Cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 40 h	180
Cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Dedicção Exclusiva	178
Cargo isolado de Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - NS	234
Cargo Isolado de Especialista em Infra-Estrutura Sênior - NS	288
Cargo Isolado de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 20 h	188

Cargo Isolado de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - 40 h	186
Cargo Isolado de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - Dedicção Exclusiva	184
Cargo Isolado de Provimento efetivo de Especialista em Metrologia e Qualidade Sênior - INMETRO - NS	364
Cargo Isolado de Provimento efetivo de Especialista Sênior em Propriedade Intelectual - INPI - NS	332
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do INEP - PECINEP - NA	360
Cargos de Nível Auxiliar da Área Administrativa do Quadro de Pessoal do HFA	256
Cargos de Nível Auxiliar da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - NA	488
Cargos de Nível Auxiliar da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - NA	512
Cargos de Nível Auxiliar da EMBRATUR - NA	306
Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP - NA	468
Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NA	452
Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NA	460
Cargos de Nível Auxiliar do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NA	444
Cargos de Nível Auxiliar do Grupo Apoio da ABIN - NA	80
Cargos de Nível Auxiliar do PCC - NA	394
Cargos de Nível Auxiliar do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - NA	326
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos da Cultura - art. 1º da Lei nº 11.233/2005 - NA	402
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA - NA	434
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras art. 31 da Lei nº 11.357/2006 - NA	106
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal - NA	410
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - NA	418
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos do DNIT - NA	144
Cargos de Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional - NA	284
Cargos de Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal do INCRA (art. 2º da Lei nº 11.090/2005) - INCRA - NA	350
Cargos de Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei no 10.355/2001 da Carreira Previdenciária - NA	478
Cargos de Nível Auxiliar em efetivo exercício no DENASUS do MS - NA	128
Cargos de Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - NA	98
Cargos de Nível Intermediário da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - NI	510
Cargos de Nível Intermediário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal do HFA - NI	254
Cargos de Nível Intermediário da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - NI	486
Cargos de Nível Intermediário da EMBRATUR - NI	304
Cargos de Nível Intermediário da SUSEP (exceto Agente Executivo da SUSEP) - NI	524
Cargos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NI	442
Cargos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP - NI	466
Cargos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NI	450
Cargos de Nível Intermediário do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NI	458
Cargos de Nível Intermediário do Grupo Apoio da ABIN - NI	78
Cargos de Nível Intermediário do Grupo de Informações da ABIN - (exceto Cargo Monitor de Informações) - NI	74
Cargos de Nível Intermediário do PCC - NI	392
Cargos de Nível Intermediário do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - NI	324

Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos - PECMA - NI	268
Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - NI	96
Cargos de Nível intermediário do Plano Especial de Cargos da Cultura - art. 1º da Lei nº 11.233/2005 - NI	490
Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA - NI	432
Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras art. 31 da Lei nº 11.357/2006 - NI	104
Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal - NI	408
Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - NI	416
Cargos de Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do INEP - PECINEP - NI	358
Cargos de Nível Intermediário do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional - NI	282
Cargos de Nível Intermediário do Quadro de Pessoal do INCRA (art. 2º da Lei nº 11.090/2005) - INCRA - NI	348
Cargos de Nível Intermediário em efetivo exercício no DENASUS do MS - NI	126
Cargos de Nível Intermediário não referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005 - DNIT - NI	142
Cargos de Nível Intermediário referidos no art. 84 da Lei nº 11.355/2006 - IBGE - NI	300
Cargos de Nível Superior do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - NS	322
Cargos de Nível Superior da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - NS	508
Cargos de Nível Superior (exceto Médico) do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - NS	94
Cargos de Nível Superior da Área Administrativa do Quadro de Pessoal do HFA - NS	252
Cargos de Nível Superior da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - NS	484
Cargos de Nível Superior da EMBRATUR - NS	302
Cargos de Nível Superior do Grupo Apoio da ABIN - NS	76
Cargos de Nível Superior do Grupo de Informações da ABIN - (exceto Cargo Instrutor de Informações) - NS	72
Cargos de Nível Superior do PCC - NS	390
Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NS	440
Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP - NS	464
Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotados/exercício na CEPLAC/MAPA - NS	448
Cargos de Nível Superior do PGPE (item I do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotados/exercício no INMET/MAPA - NS	456
Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos da Cultura - art. 1º da Lei nº 11.233/2005 - NS	398
Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA - NS	430
Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras art. 31 da Lei nº 11.357/2006 - NS	102
Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal - NS	406
Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - NS	414
Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos do FNDE - NS	212
Cargos de Nível Superior do Plano Especial de Cargos do INEP - PECINEP - NS	356
Cargos de Nível Superior do Quadro de Pessoal da FUNAI - NS	220
Cargos de Nível Superior do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional - NS	280
Cargos de Nível Superior do Quadro de Pessoal do INCRA (art. 2º da Lei nº 11.090/2005) - INCRA - NS	346
Cargos de Nível Superior em efetivo exercício no DENASUS do MS - NS	124
Cargos de Nível Superior integrantes do Quadro Suplementar da CVM (§ 5º do art. 87 da MP 440/2008) - NS	118
Cargos de Nível Superior não referidos no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005 - DNIT - NS	140
Cargos de Nível Superior referidos no art. 84 da Lei nº 11.355/2006 - IBGE - NS	298

Cargos de que trata a Lei nº 7.596/87 - 20 h	176
Cargos de que trata a Lei nº 7.596/87 - 40 h	174
Cargos de que trata a Lei nº 7.596/87 - Dedicção Exclusiva	172
Cargos isolados de provimento efetivo de Especialista em Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - NS	312
Cargos Nível Superior previstos no art. 3º da Lei nº 11.046/2004 - DNPM - NA	166
Cargos Nível Intermediário da Carreira do Seguro Social (exceto Agente/Técnico de Serviços Diversos e Técnico Seguro Social) - art. 2º da Lei nº 10.855/2004 -NI	518
Cargos Nível Auxiliar da Carreira do Seguro Social (exceto Auxiliar de Serviços Diversos) - art. 2º da Lei nº 10.855/2004 - NA	520
Cargos Nível Auxiliar do Plano Especial de Cargos - PECMA - NA	270
Cargos Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - NA	496
Cargos Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal da FUNAI - NA	224
Cargos Nível Auxiliar do Quadro de Pessoal do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - art. 9º da Lei nº 11.156/2005 - NA	276
Cargos Nível Auxiliar previstos no art. 3º da Lei nº 11.046/2004 - DNPM - NS	162
Cargos Nível Intermediário do Plano Especial de Cargos do FNDE - NI	214
Cargos Nível Intermediário do Quadro de Pessoal da FUNAI - NI	222
Cargos Nível Intermediário do Quadro de Pessoal do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - art. 9º da Lei 11.156/2005 - NI	274
Cargos Nível Intermediário do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei no 10.355/2001 da Carreira Previdenciária - NI	474
Cargos Nível Intermediário previstos no art. 3º da Lei nº 11.046/2004 - DNPM - NI	164
Cargos Nível Intermediário referidos no art. 28 da Lei nº 11.355/2006 - FIOCRUZ - NI	238
Cargos Nível Superior da Carreira Seguro Social (exceto Analista do Seguro Social) - art. 2º da Lei nº 10.855/2004 - NS	516
Cargos Nível Superior do Plano Especial de Cargos - PECMA - NS	266
Cargos Nível Superior do Plano Especial de Cargos do FNDE - NA	216
Cargos Nível Superior do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - NS	492
Cargos Nível Superior do Quadro de Pessoal do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - art. 9º da Lei 11.156/2005 - NS	272
Cargos Nível Superior do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei no 10.355/2001 da Carreira Previdenciária - NS	474
Cargos Nível Superior referidos no art. 28 da Lei nº 11.355/2006 - FIOCRUZ - NS	236
Caros Nível Intermediário do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - NI	494
Cartógrafo - Endemias - NI	204
Comandante de Navio - Endemias - NI	204
Condutor de Lancha - Endemias - NI	204
Defensor Público da União - NS	34
Delegado de Polícia Federal - NS	64
Desenhista (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NI	160
Diplomata - NS	56
Divulgador Sanitário - Endemias - NI	204
Economista (integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010) - NS	108
Economista (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NS	158
Economista (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NS	146
Educador em Saúde - Endemias - NS	202
Engenheiro (integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010) - NS	108
Engenheiro (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NS	158

Engenheiro (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NS	146
Engenheiro Agrônomo (Exceto INCRA) do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA - NS	454
Engenheiro Agrônomo (Exceto INCRA) do PGPE - servidores do PGPE em exercício na SPU/MP - NS	462
Engenheiro Agrônomo (Exceto INCRA) do PCC - Nível Superior - NS	388
Engenheiro Agrônomo (Exceto INCRA) do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA - NS	446
Engenheiro Agrônomo (Exceto INCRA) do PGPE - NS	438
Engenheiro Agrônomo (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NS	146
Engenheiro Agrônomo do INCRA - NS	342
Engenheiro de Operações (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NS	146
Engenheiro de Tecnologia Militar - NS	552
Escrivão de Polícia Federal	66
Especialista em Previdência Complementar da PREVIC (inciso I do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009) - NS	526
Especialista em Assistência Penitenciária - NS	498
Especialista em Atividades Hospitalares da Área de Saúde do HFA - NS	246
Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais - FNDE - NS	208
Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo, Álcool Combustível e Gás Natural - ANP - NS	86
Especialista em Geoprocessamento - ANA - NS	82
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - NS	58
Especialista em Recursos Hídricos - ANA - NS	82
Especialista em Recursos Minerais - DNPM - NS	152
Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual - ANCINE - NS	86
Especialista em Regulação de Aviação Civil - ANAC - NS	86
Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados e Gás Natural - ANP - NS	86
Especialista em Regulação de Saúde Suplementar - ANSS - NS	86
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários - ANTAQ - NS	86
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres - ANTT - NS	86
Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia - ANEEL - NS	86
Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações - ANATEL - NS	86
Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária - ANVISA - NS	86
Estatístico (integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010) - NS	108
Estatístico (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NS	146
Farmacêutico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC/MAPA - NS	446
Farmacêutico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA - NS	454
Farmacêutico do PCC - Nível Superior - NS	388
Farmacêutico do PGPE - servidores do PGPE em exercício na SPU/MP - NS	462
Farmacêutico do PGPE - NS	438
Fiscal Federal Agropecuário - MAPA - NS	378
Geógrafo (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NS	158
Geólogo (integrantes dos Planos de Carreiras e de Cargos referidos no Anexo XII da Lei 12.277/2010) - NS	108
Geólogo (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NS	158

Geólogo (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005) - DNIT - NS	146
Gestor Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NS	258
Gestor Ambiental do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NS	258
Guarda de Endemias - NI	204
Índice	574
Indigenista Especializado do PGPE (item V do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) exercício na SPU/MP - NS	464
Indigenista Especializado do PGPE (item V do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício na CEPLAC/MAPA - NS	448
Indigenista Especializado do PGPE (item V do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) lotado/exercício no INMET/MAPA - NS	456
Indigenista Especializado do PGPE (item V do § único do art. 1º da Lei nº 11.357/2006) - NS	440
Inspetor da CVM - NS	54
Inspetor de Saneamento - Endemias - NI	204
Instrutor de Informações do Grupo informações - ABIN - NS	72
Juiz do Tribunal Marítimo - NS	558
Juiz-Presidente - NS	558
Laboratorista - Endemias - NI	204
Laboratorista Jornada 8 (oito) horas - Endemias - NI	204
Médico 20 h do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - NS	92
Médico 20 h do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras art. 31 da Lei nº 11.357/2006 - NS	100
Médico 40 h do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - NS	92
Médico 40 h do Plano Especial de Cargos das Agências Reguladoras art. 31 da Lei nº 11.357/2006 - NS	100
Médico Cirurgião da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº11.355/2006 - 20 h - NS	480
Médico Cirurgião da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº11.355/2006 - 40 h - NS	480
Médico da Área Médica do HFA- 40 h - NS	250
Médico da Área Médica do HFA- 20 h - NS	250
Médico da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº11.355/2006 - 20 h - NS	480
Médico da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº11.355/2006 - 40 h - NS	480
Médico da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - Lei 10.483/02 - 20 h - NS	504
Médico da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho- Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - Lei 10.483/02 - 40 h - NS	504
Médico da Carreira do Seguro Social de que trata a Lei nº10.855/2004 - 20 h - NS	514
Médico da Carreira do Seguro Social de que trata a Lei nº10.855/2004 - 40 h - NS	514
Médico de que trata a Lei nº5.645/70 - PCC - 40 h - NS	386
Médico de que trata a Lei nº5.645/70 - PCC - 20 h - NS	386
Médico de que trata a Lei nº 11.355/2006 - IBGE - 20 h - NS	296
Médico de Saúde Pública da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº11.355/2006 - 20 h - NS	480
Médico de Saúde Pública da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº11.355/2006 - 40 h - NS	480
Médico de Saúde Pública da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - Lei 10.483/02 - 40 h - NS	504
Médico de Saúde Pública da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - Lei 10.483/02 - 20 h - NS	504
Médico de Saúde Pública do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - - 20 h - NS	436
Médico de Saúde Pública do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - - 40 h - NS	436
Médico do IPEA de que trata a Lei nº11.890/2008 - 20 h - NS	336

Médico do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 20 h - NS	436
Médico do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 40 h - NS	436
Médico do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata a Lei nº 11.090/2005 - 20 h - NS	344
Médico do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata a Lei nº 11.090/2005 - 40 h - NS	344
Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091/2005 - 40 h - NS	540
Médico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091/2005 - 20 h - NS	538
Médico do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - 20 h - NS	232
Médico do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - 40 h - NS	232
Médico do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Lei nº 1.907/2009 - 20 h - NS	320
Médico do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Lei nº 1.907/2009 - 40 h - NS	320
Médico do Plano Especial de Cargos - PECMA de que trata a Lei nº 11.357/2006- 20 h - NS	264
Médico do Plano Especial de Cargos - PECMA de que trata a Lei nº 11.357/2006- 40 h - NS	264
Médico do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA de que trata a Lei nº 11.356/2006 - 20 h - NS	428
Médico do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA de que trata a Lei nº 11.356/2006 - 40 h - NS	428
Médico do Plano Especial de Cargos de que trata a Lei nº 11.907/2010 - PECFAZ - 20 h - NS	420
Médico do Plano Especial de Cargos de que trata a Lei nº 11.907/2010 - PECFAZ - 40 h - NS	420
Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal de que trata a Lei nº 10.682/2003 - 40 h - NS	404
Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal de que trata a Lei nº 10.682/2003 - 20 h - NS	404
Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - 20 h - NS	412
Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - 40 h - NS	412
Médico do Plano Especial de Cargos do DNIT, de que trata o art. 3º da Lei nº 11.171/2005 - 20 h - NS	138
Médico do Plano Especial de Cargos do DNIT, de que trata o art. 3º da Lei nº 11.171/2005 - 40 h - NS	138
Médico do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União de que trata a Lei no 10.480/2005 - 20 h - NS	490
Médico do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União de que trata a Lei no 10.480/2005 - 40 h - NS	490
Médico do Quadro de Pessoal da FUNAI de que trata a Lei nº 11.907/2009 - 20 h - NS	218
Médico do Quadro de Pessoal da FUNAI de que trata a Lei nº 11.907/2009 - 40 h - NS	218
Médico do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional - 20 h - NS	278
Médico do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional - 40 h - NS	278
Médico do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei no 10.355/2001 - Carreira Previdenciária - 20 h - NS	472
Médico do Quadro de Pessoal do INSS referenciados no art. 1º da Lei no 10.355/2001 - Carreira Previdenciária - 40 h - NS	472
Médico do Trabalho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355/2006 - 40 h - NS	480
Médico do Trabalho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355/2006E - 20 h - NS	480
Médico do Trabalho da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - Lei 10.483/02 - 20 h - NS	504
Médico do Trabalho da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - Lei 10.483/02E - 40 h - NS	504
Médico do Trabalho de que trata a Lei nº 5.645/70 - PCC - 20 h - NS	386
Médico do Trabalho de que trata a Lei nº 5.645/70 - PCC - 40 h - NS	386
Médico do Trabalho do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 20 h - NS	436
Médico do Trabalho do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 40 h - NS	436
Médico Marítimo do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 40 h - NS	436
Médico Marítimo do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 20 h - NS	436

Médico re que trata a Lei nº 11.355/2006 - IBGE - 40 h - NS	296
Médico Veterinário da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355/2006 - 20 h - NS	480
Médico Veterinário da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355/2006 - 40 h - NS	480
Médico Veterinário da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - Lei 10.483/02 - 40 h - NS	504
Médico Veterinário da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - Lei 10.483/02E - 20 h - NS	504
Médico Veterinário de que trata a Lei nº 5.645/70 - PCC - 20 h - NS	386
Médico Veterinário de que trata a Lei nº 5.645/70 - PCC - 40 h - NS	386
Médico Veterinário do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 20 h - NS	436
Médico Veterinário do PGPE de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 40 h - NS	436
Médico Veterinário do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata a Lei nº 11.090/2005 - 20 h - NS	344
Médico Veterinário do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário de que trata a Lei nº 11.090/2005 - 40 h - NS	344
Médico Veterinário do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091/2005 - 20 h - NS	538
Médico Veterinário do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091/2005 - 40 h - NS	540
Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - 20 h - NS	232
Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - FIOCRUZ - 40 h - NS	232
Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Lei nº 11.907/2009 - 20 h - NS	320
Médico Veterinário do Plano de Carreiras e Cargos de Pesquisa e Investigação Biomédica em Saúde Pública - Lei nº 11.907/2009 - 40 h - NS	320
Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos - PECMA de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 20 h - NS	264
Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos - PECMA de que trata a Lei nº 11.357/2006 - 40 h - NS	264
Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos de que trata a Lei nº 11.907/2010 - PECFAZ - 20 h - NS	420
Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos de que trata a Lei nº 11.907/2010 - PECFAZ - 40 h - NS	420
Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal de que trata a Lei nº 10.682/2003 - 20 h - NS	404
Médico Veterinário do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal de que trata a Lei nº 10.682/2003 - 40 h - NS	404
Médico Veterinário do Quadro de Pessoal da FUNAI de que trata a Lei nº 11.907/2009 - 20 h - NS	218
Médico Veterinário do Quadro de Pessoal da FUNAI de que trata a Lei nº 11.907/2009 - 40 h - NS	218
Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091/2005 - 40 h - NS	540
Médico-Área do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091/2005 - 20 h - NS	538
Médico-Profissional Técnico Superior de que trata a Lei nº 11.233/2005 - 20 h - NS	396
Médico-Profissional Técnico Superior de que trata a Lei nº 11.233/2005 - 40 h - NS	396
Mestre de Lancha - Endemias - NI	204
Microscopista - Endemias - NI	204
Monitor de Informações do Grupo Informações da ABIN - NI	74
Motorista do IPEA - NI	340
Nível Auxiliar do PECFAZ - NA	426
Nível Intermediário - DACTA	242
Nível Intermediário do PECFAZ - NI	424
Nível Superior - DACTA	240
Nível Superior do PECFAZ - NS	422
Nível Superior integrantes do quadro suplementar do IPEA (§ 5º art.120 da Lei nº 11.890/2009) - NS	338
Oficial de Chancelaria - NS	168

Oficial de Inteligência - NS	24
Oficial Técnico de Inteligência - NS	26
Orientador em Saúde - Endemias - NA	206
Papiloscopista Policial Federal	66
Perito Criminal Federal - NS	64
Perito Médico Previdenciário - INSS - 20 h - NS	370
Perito Médico Previdenciário - INSS - 30 h - NS	372
Perito Médico Previdenciário - INSS - 40 h - NS	370
Pesquisador da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia - NS	110
Pesquisador em Ciências Exatas e da Natureza (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NS	158
Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NS	290
Pesquisador em Propriedade Industrial - INPI - NS	328
Pesquisador em Saúde Pública - FIOCRUZ - NS	226
Pesquisador em Saúde Pública - NS	308
Pesquisador-Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais - INEP - NS	352
Pesquisador-Tecnologista em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NS	362
Policial Rodoviário Federal - NI	68
Procurador da Fazenda Nacional - NS	36
Procurador do Banco Central do Brasil - NS	50
Procurador Federal - NS	38
Quadros Suplementares da Advocacia-Geral da União - NS	40
Químico (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NS	158
Químico do PCC - Nível Superior - NS	388
Químico do PGPE - NS	438
Químico do PGPE - servidores do PGPE em exercício na SPU/MP - NS	462
Químico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício na CEPLAC - NS	446
Químico do PGPE - servidores do PGPE lotados e em efetivo exercício no INMET/MAPA - NS	454
Remuneração dos Cargos em Comissão e Gratificações	560
Sanitarista - Grupo-Saúde Pública da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - NS	482
Sanitarista (Grupo-Saúde Pública) - da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho - Quadros Pessoal MS, MPS, MTE e FUNASA - NS	506
Secretária do IPEA - NI	340
Supervisor Médico-Pericial - INSS - 20 h - NS	374
Supervisor Médico-Pericial - INSS - 30 h - NS	376
Supervisor Médico-Pericial - INSS - 40 h - NS	374
Técnico Administrativo - ANA - NI	90
Técnico Administrativo - ANAC - NI	90
Técnico Administrativo - ANATEL - NI	90
Técnico Administrativo - ANCINE - NI	90
Técnico Administrativo - ANEEL - NI	90
Técnico Administrativo - ANP - NI	90

Técnico Administrativo - ANSS - NI	90
Técnico Administrativo - ANTAQ - NI	90
Técnico Administrativo - ANTT - NI	90
Técnico Administrativo - ANVISA - NI	90
Técnico Administrativo - DNIT - NI	134
Técnico Administrativo - DNPM - NI	156
Técnico Administrativo - INCRA - NI	348
Técnico Administrativo da PREVIC (inciso III do caput do art. 18 da Lei nº 12.154/2009) - NI	530
Técnico Administrativo do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NI	260
Técnico Ambiental do IBAMA, Instituto Chico Mendes e Ministério do Meio Ambiente - NI	260
Técnico da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico - NI	114
Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária - NI	502
Técnico de Estradas (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005 DNIT) - NI	148
Técnico de Finanças e Controle - Carreira de Finanças e Controle	60
Técnico de Laboratório - Endemias - NI	204
Técnico de Laboratório - MAPA - NI	382
Técnico de Planejamento e Orçamento - Carreira de Planejamento e Orçamento	60
Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA - NS	62
Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500 - NS	244
Técnico de Recursos Minerais (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NI	160
Técnico de Serviços Diversos - NI	518
Técnico de Suporte em Infra-Estrutura de Transportes - DNIT - NI	136
Técnico de Tecnologia Militar - NI	554
Técnico do Banco Central do Brasil - NI	52
Técnico do Seguro Social - NI	518
Técnico em Atividades de Mineração - DNPM - NI	154
Técnico em Atividades Médico-Hospitalares da Área de Saúde do HFA - NI	248
Técnico em Cartografia (referido no art. 15 da Lei nº 11.046/2004) - DNPM - NI	160
Técnico em desenvolvimento e Administração do IPEA - NS	338
Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais - FNDE - NI	210
Técnico em Informações Educacionais - INEP - NI	354
Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NI	294
Técnico em Metrologia e Qualidade - INMETRO - NI	366
Técnico em Pesquisa e Investigação Biomédica - NI	316
Técnico em Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NI	294
Técnico em Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Propriedade Industrial - INPI - NI	334
Técnico em Propriedade Industrial - INPI - NI	334
Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário - INCRA - NI	348
Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual - ANCINE - NI	88
Técnico em Regulação de Aviação Civil - ANAC - NI	88

Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural - ANP - NI	88
Técnico em Regulação de Saúde Suplementar - ANSS - NI	88
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários - ANTAQ - NI	88
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres - ANTT - NI	88
Técnico em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações - ANATEL - NI	88
Técnico em Regulação e Vigilância Sanitária - ANVISA - NI	88
Técnico em Saúde Pública - FIOCRUZ - NI	230
Técnico Especializado do IPEA - NS	338
Técnico Previdenciário - NI	476
Técnico-Administrativos - Nível Classificação: A - PCCTAE	542
Técnico-Administrativos - Nível Classificação: B - PCCTAE	544
Técnico-Administrativos - Nível Classificação: C - PCCTAE	546
Técnico-Administrativos - Nível Classificação: D - PCCTAE	548
Técnico-Administrativos - Nível Classificação: E - PCCTAE	550
Técnico-Marítimos - Nível Classificação: A - PCCTAE	542
Técnico-Marítimos - Nível Classificação: B - PCCTAE	544
Técnico-Marítimos - Nível Classificação: C - PCCTAE	546
Técnico-Marítimos - Nível Classificação: D - PCCTAE	548
Técnico-Marítimos - Nível Classificação: E - PCCTAE	550
Tecnologista (referido no art. 3º-A da Lei nº 11.171/2005 DNIT) - NI	148
Tecnologista da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico - NS	112
Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas - IBGE - NS	292
Tecnologista em Pesquisa e Investigação Biomédica - NS	310
Tecnologista em Propriedade Industrial - INPI - NS	330
Tecnologista em Saúde Pública - FIOCRUZ - NS	228
Visitador Sanitário - Endemias - NI	204

MP | Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Gestão Pública

A **Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais** é uma publicação da Coordenação-Geral de Gestão da Informação do Departamento de Gestão dos Sistemas e Informações das Estruturas e da Força de Trabalho da Secretaria de Gestão Pública do MP

